UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Vivre à St. Paul:

Os imigrantes franceses na São Paulo oitocentista

Vanessa dos Santos Bodstein Bivar

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em História Econômica.

ORIENTADORA: Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara

São Paulo
2007

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Vanessa dos Santos Bodstein Bivar

Vivre à St. Paul:

Os imigrantes franceses na São Paulo oitocentista

Órgão Financiador: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo- FAPESP

São Paulo
2007

Casa Garraux no Largo da Sé em 1862.(MILITÃO, Augusto de Azevedo)

Anatole Louis Garraux-1870

Ann Lie Freetn-1881

Celestino Bourtoul-Francês-1874

"As viagens, os viajantes – tantas espécies deles!
Tanta nacionalidade sobre o mundo!
Tanta profissão! Tanta gente!
Tanto destino que se pode dar à vida,
à vida, afinal, no fundo sempre, sempre a mesma"

Ode Marítima – Fernando Pessoa

AGRADECIMENTOS

Foi uma longa trajetória em que sorrisos e percalços estiveram presentes. Um conjunto de pessoas fez parte dessa história.

A começar por aquela que desde o início, aos meus 19 anos, acreditou e deu oportunitade para que eu crescesse enquanto profissional e enquanto pessoa. Da Iniciação Científica ao Doutorado Direto, portanto ao longo de oito anos, Profª. Eni Samara foi mestre, direcionadora de minha carreira, espelho para as minhas aspirações futuras.

Ao Prof. Carlos Bacellar também seguem os meus agradecimentos. As suas pertinentes sugestões desde a monografia até a qualificação. Assim como a Profª. Esmeralda Bolsonaro, pelos momentos de aprendizado em suas aulas de graduação, pós-graduação e, da mesma forma, no exame de qualificação.

Ao Consulado da França em São Paulo, na pessoa de seu adido cultural, o Sr. Sébastien Roy, o qual apoiou o trabalho e abriu caminhos nos arquivos franceses para que a viagem fosse profícua. Ao Prof. Luis Felipe de Alencastro que gentilmente me acolheu durante a estada na França, orientando e permitindo que eu pudesse integrar seus seminários de pós-graduação na Sorbonne.

À Profa. Nanci Leonzo que ingualmente acreditou em meu potencial, abrindo as portas da UFMS, onde exerci outra facetas da atividade acadêmica, como ministrar pequenos cursos e proferir palestras. Ao Prof. Fernando Tadeu de Miranda Borges pelas boas conversas e convites para publicação.

À Profa. Vera Ferlini que, mostrando-se entusiasta da monografia, incentivou-me a seguir em frente. Também à Profª. Lená de Medeiros, pelos apontamentos durante o encontro da ANPUH 2007 e por ter me enviado textos de sua autoria acerca do tema estudado, os quais em muito ajudaram na composição da tese.

Nesse esteio, seguem os Professores Hernán Otero, Jorge Mialhe e Denise Takeya que, peritos em imigração francesa, auxiliaram-me com o envio de material.

À Silvia Siriani sou grata pelo "empurrão" inicial, pela coragem e por me fazer acreditar que aquele caminho, inicialmente obscuro, daria certo por conta de sua própria experiência enquanto pesquisadora. Pelo mesmo motivo e por vários outros, como os toques para meu amadurecimento pessoal e intelectual, por ter me escutado e ajudado nos momentos difíceis, à amiga Madalena Marques, verdadeiro exemplo de esforço e dedicação. Além de Marie Felice, um anjo especial para esta tese e para minha vida.

À Vilminha Paes, companheira de todos esses anos, que esteve ao meu lado durante a jornada acadêmica. Seu auxílio foi mais do que o de uma boa profissional, foi o de uma pessoa honesta e sensível. Não posso mensurar em palavras os seus carinhosos atos.

Ao CNPq pela bolsa concedida ao inicial mestrado e à FAPESP, pelo fomento do doutorado, sem o qual seria difícil, senão impossível, a sua realização.

Ao CEDHAL, minha morada intelectual, e a todos os seus pesquisadores. À Patrícia por seu auxílio na digitação da tese.

Aos meus amigos e amigas que, alicerces nos momentos de desanimo e na vontade de desistir, com o carinho de suas palavras e de suas atitudes me reergueram, sou profundamente agradecida: Carla, Lúcia, Ana, Inajá, Jeanny, André, Sandra, Marize, Mirela e Igor.

Não posso esquecer da minha vó Maria, das tias Adriana e Juranda, do tio "Pochollo", das primas Elizabeth, Vânia e Tânia que, nos percalços, estiveram firmes e fortes com sua ajuda.

Ivone, difícil de expressar o sentimento de uma mãe que, é claro, sempre torceu pela filha. Obrigada pelas madrugadas mal dormidas, pelos alentos. Você, sem dúvida, é parte do meu viver e a quem devo muito. Pai, você também acreditou em mim.

A toda família Mancuso que me acolheu com tanto carinho e, em especial, a você querido Fábio, companheiro de todas as horas, estimulador de minha carreira.

Não obstante todas essas pessoas e instiuições que me apoiaram, às quais atribuí meus sinceros agradecimentos, esta tese é dedicada, *in memorian*, a alguém muito significativa desde a minha infância. Tia Lucy, onde quer que esteja, esta vai para você.

RESUMO

Esta tese tem por fulcro o estudo dos imigrantes franceses que viveram na cidade de São Paulo na segunda metade do século XIX. Apesar de quantitativamente minoritários, se comparados a outras correntes migratórias, como a dos italianos, foram qualitativamente relevantes em um momento no qual a propagação da influência francesa era ali premente. Nos almanaques e jornais abundavam nomes de franceses com suas casas de negócio. Tratou-se de uma imigração espontânea e de cunho individual, voltada, sobretudo, a ocupações urbanas. A despeito dos mais conhecidos através da historiografia serem engenheiros, pintores, médicos, enfim, detentores de saberes especializados ou técnicos, a maior parte daqueles que emigraram eram pessoas comuns que improvisavam seus papéis para a sobrevivência diária. Mesmo sem o *savoir-faire*, era estratégia do imigrante articular-se ao universo cultural francês, tornando-se modista, cozinheiro, cabeleireiro, ourives, alfaiate, ou proprietário dos ramos de hotéis e restaurantes – leque de inserções que a cidade, por conta dos lucros cafeeiros, passava a demandar. Também fez parte desse contexto, desvendar as relações comerciais e consulares entre Brasil e França, na medida em que se formava uma teia de expansão comercial francesa em concorrência aos produtos ingleses e alemães, na qual o cônsul era intermediador: verdadeiro elo dos interesses da França na região.

Palavras-chave: imigração; franceses; cotidiano; São Paulo; relações comerciais e consulares; século XIX.

ABSTRACT

The core of this thesis was to study the French immigrants living in the city of São Paulo during the second half of the nineteenth century. Notwithstanding their quantitative minority compared with other migratory currents such as that of Italian people, they were qualitatively relevant in a certain moment during which there was a pressing propagation of French influence. Almanacs and newspapers displayed plenty of French people's names and commercial business. This reflected an spontaneous immigration wave and its individual trait, which, above all, turned to urban occupations. Although many of the names most known to history have been engineers, painters, medical doctors, all with specialized or technical knowledge, most of the emmigrated were ordinary people who had to improvise the parts they played to attain their daily survival. Even when they did not have the *savoir-faire*, the strategy of an immigrant was to merge into the French cultural universe, thus becoming a dressmaker, a cook, a hairdresser, a jeweler, a tailor or the owner of a hotel or restaurant – an array of duties that the town was demanding, thanks to the profits brought by the coffee agribusiness. Also within this context we attempted to unveil the commercial and consular relationships between Brazil and France, since an expanding commercial French network was being built to compete with English and German products, in which the French consul acted as mediator and the true link of the French interests inside this area.

Keywords: immigration; French people; everyday life; São Paulo; commercial and consular relationships.

RÉSUMÉ

Cette thèse a comme point d´appui l étude des immigrants français qui ont vécus dans la ville de São Paulo pendant la deuxième moitié du XIXème siècle. Même étant quantativement minoritaires, en comparaison aux autres courants migratoires, tels que ceux des italiens, ils avaient une qualité remarquable au moment où se faisait pressante la propagation de l´influence française. Dans les journaux et almanachs, les maisons d´affaires portant des noms français étaient abondantes. Il s´agissait d´une immigration spontanée et de caractère individuel visant surtout l´occupation urbaine. Les plus connus au cours de l´histoire étaient les ingénieurs, les peintres, les médecins, les détenteurs de savoirs spécialistes et téchniques, mais la plus grande partie des immigrants était composée de gens communs qui improvisaient des métiers pour pouvoir survivre jour à jour. Même sans le savoir–faire, la stratégie de l´immigrant s´articulait vers l´univers culturel français, devenant modélistes, cuisiniers, coiffeurs, orfèvres, tailleurs, ou propriétaires dans les branches d´hôtels et restaurants, évantail d´insertions que la ville commençait à exiger, grâce aux profits du commerce du café. Ainsi, il fait partie de ce contexte de dévoiler les relations commerciales et consulaires entre le Brésil et la France, au mesure que se formait une toile d´expansion commerciale française, en concurrence des produits allemands et anglais, étant le consul le médiateur. Véritable lien pour les intérêts de la France dans la région.

Paroles–clé: immigration; français; quotidien; São Paulo; relations commerciales et consulaires.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 01

PARTE 1 – **DA FRANÇA PARA O BRASIL: CONTEXTO, EMIGRAÇÃO, INTERESSES COMERCIAIS E INGERÊNCIAS CONSULARES** 13

CAPÍTULO I – *A França em sua dimensão: caminhar político, econômico e social* 14

CAPÍTULO II – *Rumo ao outro lado do Atlântico: a decisão de partir* 61

CAPÍTULO III – *Os interesses da França no Brasil: relações comerciais e consulares* 101

PARTE 2 – **OS IMIGRANTES FRANCESES EM SÃO PAULO: TRAJETÓRIAS DO VIVER** 149

CAPÍTULO IV – *São Paulo e os franceses: o mundo dos ofícios* 150

- IV. 1 - Cuidando das moléstias: remédios milagrosos, parteiras, médicos e dentistas 165
- IV. 2 – Desenhando e construindo São Paulo: obras, iluminação e transporte..... 174
- IV. 3- Aprendendo "boa educação" e "bons modos": língua francesa, professores e escolas 182
- IV. 4- Ao som dos acordes e do piano: os franceses e a música..... 190
- IV. 5 – *Bienvenu* ao mundo da moda 194
- IV. 6 – Horticultura: as flores e hortaliças *françaises* 215

CAPÍTULO V – *Ao seu dispor: hotéis, restaurantes, livreiros, açougueiros, ferreiros ...* 221

- V. 1 – Atrativos ao público: missas, procissões, bailes, festas e carnaval 223
- V. 2 – *Voilà*: Hotéis e restaurantes 231
- V. 3 – Garraux: marco da presença francesa em São Paulo 260
- V. 4 – No esteio dos cabeleireiros: perfumaria, cabelo, barba e bigode 272
- V. 5 – Jóias reluzentes: artesanais, importadas ou "a fantasia" 281
- V. 6 – Nem sempre *glamour:* outros ofícios 292

CAPÍTULO VI – *Histórias de lá e de cá: famílias, sociabilidades e conflitos* 295

- VI. 1- Famílias e sociabilidades: facetas do viver 296
- VI. 2 - Uma vida nem tão *glamourosa*: percalços, conflitos e divórcios 330
- VI. 3 -"Agentes civilizadores" ? O viés dos processos-crime..... 338
- VI. 4 – O tecer da sociabilidade no "auxílio mútuo": *Société Française 14 Juilet* .. 351

CONCLUSÕES 359

FONTES E BIBLIOGRAFIA 369

ANEXO 384

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Proporção dos emigrantes franceses para a América, colônias e Europa por décadas, 1851 – 1930 (em porcentagem) 63

Tabela 2 – Distribuição dos imigrantes franceses por países 83

Tabela 3 - Os franceses no estrangeiro 83

Tabela 4 – Ano da naturalização e gênero correspondente ao selo pago de 25#000 94

Tabela 5 – Principais mercadorias brasileiras importadas pela França – em ordem de importância – nos decênios de 1847 a 1856 e 1887 a 1896 108

Tabela 6 – Principais mercadorias francesas importadas pelo Brasil – em ordem de importância – nos decênios de 1847 a 1856 e 1887 a 1896 110

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Naturalidade dos imigrantes franceses na São Paulo do século XIX..... 73

Mapa 2 – Local de residência dos franceses 329

LISTA DE ABREVIATURAS

ACMSP – Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

ADP - Archives Départamentales de Paris (França)

AMAE - Archives du Ministère des Affaires Étrangères (Paris, França)

AN - Archives Nationales (Paris, França)

AN – Arquivo Nacional

ATJSP – Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo

BHVP - Bibliotèque Historique de la Ville de Paris (França)

BN - Bibliotèque Nationale (Paris, França)

CEDHAL – Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

IEB – Instituto de Estudos Brasileiros

INED - Institut National d´Études Démographiques (Paris, França)

Introdução

A segunda metade do século XIX anuncia, com a opulência cafeeira, o intenso estabelecimento de estrangeiros na capital da Província de São Paulo. Dentre estes - e a despeito de não chamarem a atenção da historiografia da imigração em decorrência de seu pequeno quantitativo – os franceses tomaram importante papel, especialmente no que tange ao comércio, mesclando-se entre a população local e aos demais imigrantes, de modo a acentuar ainda mais a propagação do ideário cultural francês, que pouco a pouco se espraiava nos diversos âmbitos da São Paulo de outrora.

Nesse meio, fixaram residência que, temporária ou permanente, acarretou em múltiplas estratégias de sobrevivência, redes de sociabilidade e diferenciados padrões familiares, os quais, em realidade, evidenciam sua inserção ativa nos entremeios históricos, tanto econômicos, quanto sociais, da cidade que hoje se rotula como "multicultural" por ser "acolhedora" de contingentes populacionais das mais diversas nacionalidades.

Destarte, um dos vieses desta tese é trazer a lume o cotidiano dos imigrantes franceses que tiveram como uma das vias de seu destino a imperial cidade de São Paulo, ali trilhando suas trajetórias de vida no decorrer da segunda metade do oitocentismo – até o momento em que é findo o Império –, baliza temporal esta que abarca desde um tímido, porém mais constante movimento imigratório, até seu apogeu com o "boom" da chamada imigração de massas. Mesmo com foco nesse período, ele não foi considerado de maneira estanque, dado que vários franceses chegaram antes de 1850 e vivenciaram os anos seguintes. Portanto, não se podia descartá-los.

Em realidade, a presença e influência francesa no Brasil, mesmo que esparsa e indiretamente, já se consubstanciava desde a colonização[1] por intermédio de Portugal ou no seio do próprio território com as incursões de cientistas, viajantes, contrabandistas e missionários que deixaram dentre as marcas iniciais, a escrita de obras com impressões

[1] Há um leque de trabalhos que remetendo-se ao período colonial cuidam dessa questão, a qual, porém, não deixa de ser lembrada em análises cujo fulcro é o século XIX. Nesse sentido ver entre outros: FREYRE (1940) e VIOTTI (2000).

acerca do Brasil. Essas marcas indicam, no pensar de Gilberto Freyre, "que a presença, em nosso país, de seus autores, correspondeu uma ação de influência de idéias, estilos e maneiras francesas trazidas por elles"[2]. Logo, no campo das idéias, a penetração cultural era patente e seguiu-se no correr dos séculos através de livros e membros da elite que optavam por estudar na França. No entanto, tal penetração que assim se fazia sentir mais nos contornos da literatura, a partir do século XIX, passou a delinear-se de maneira paulatina na vida cotidiana, com a crescente presença de franceses que cruzavam o Atlântico para estabelecerem-se no Brasil.

Inaugurado o século XIX, o panorama europeu enovelava-se à França sob os auspícios de Napoleão. Em 1808, com abertura dos portos na Colônia, fator que tornou possível e mais constante a presença de estrangeiros, era vetada a entrada de franceses. Foi somente em 1814, findas as guerras napoleônicas e com as relações retomadas entre Brasil e França, que uma série de personagens, incógnitos ou não, passaram a afluir principalmente para as zonas que apresentavam maiores possibilidades de sobrevivência e ascensão econômica. Nesse sentido, durante a primeira metade do século, as cidades eleitas foram: Rio de Janeiro[3], Salvador e Recife, que acabaram por receber engenheiros, artesãos, artistas e comerciantes – franceses atraídos pela opulência e pelo leque de inserções que essas localidades exalavam.

Por outro lado, pela mesma época, São Paulo, a despeito de estar longe de ser a soturna e pacata cidade[4] apregoada nas descrições de alguns viajantes e memorialistas, guardava ainda lugar de modesto destaque nos quadros da economia, incitando, desta forma, esparsos e miúdos contingentes imigratórios. Esta tela, entretanto, não excluía a lenta penetração de hábitos europeus nas famílias aristocráticas que se utilizavam especialmente do já assentado comércio da Corte de luxos e miudezas ao gosto francês, por

[2] FREYRE (1940), p. 33.
[3] Sobre os primeiros imigrantes franceses no Rio de Janeiro ver SILVA (1995).
[4] Acerca dessa "quebra de visão" da São Paulo colonial e dos primeiros anos do Império como monótona e reclusa ver BLAJ (2003) e MOURA (2002).

que no seu entorno havia somente um ou outro imigrante provindo da França que oferecia seus "prestimosos" serviços.

De qualquer maneira, São Paulo a partir da década de 50 do oitocentos, aquela que se verteu em palco de transição – onde o velho interagia com a inserção do novo – e de transformações de naturezas diversas as quais mudaram seu panorama, ao pintar diferentes cores econômicas, urbanas e sociais, foi a cidade que se tornou atrativa aos franceses que ora lançam-se luzes. Nos seus almanaques e jornais pululavam nomes de franceses, e em suas ruas principais se alocavam números consubstanciais de casas comerciais cujos negociantes eram esses personagens introdutores de novos gostos, elementos importantes em meio ao manancial que imprimia ares peculiares de dinamismo à capital.

A riqueza advinda com o café fomentou uma série de transformações[5], instituindo-se definitivamente a partir de 1850 como o primeiro artigo de exportação da Província, de modo a consagrá-la ao topo da economia imperial. O desenvolvimento do comércio cafeeiro teve como resultado o enriquecimento das elites locais e um processo endógeno de aproveitamento dos lucros.[6] Nessa esteira, a capital passou a centralizar todo esse complexo, dado que a burguesia do café ali estabeleceu residência mediante as facilidades de comunicação propiciadas pelas ferrovias que – construídas em ritmo acelerado - serviam ao escoamento de produtos e pessoas. À medida que os fazendeiros se mudavam, crescia a tendência em promover melhoramentos urbanos.

Na trilha dos acontecimentos, a elite cafeeira não mais se conformava com os hábitos tradicionais, procurando incutir o esquecimento do passado colonial e abrindo as portas ao vindouro cosmopolitismo. Logo, "sofisticou-40se, embelezou suas casas, adquiriu

---

[5] O lucro cafeeiro como um dos agentes fomentadores de transformação da Província de São Paulo parece ser senso comum entre trabalhos de natureza acadêmica e memorialistas. Dentre estes ver : BRUNO (1954) ; BORGES (1973) ; MARCÍLIO (1973); MESGRAVIS (1976) ; DAVATZ (1980); FERNANDES (1997) ; MARANS (1998); RODRIGUES (1999) ; SAMARA (1999) ; VIOTTI (1999) ; BARBUY (2001) ; SIRIANI (2001) ; DEAECTO (2002) ; OLIVEIRA (2003).

[6] DEAECTO (2002) p. 95.

novos hábitos, aumentou seu círculo de aspirações".[7] As fortunas permitiam viagens à Europa e propiciavam aos paulistas "mais do que nunca entrarem em contato com a cultura francesa e assimilarem-na em grande parte".[8] A cidade, desta forma, transformava-se e por isso demandava novas necessidades. Ao "aburguesamento" dos gostos e do modo de vida também estava imbricado o desenvolvimento do comércio, dos serviços e depois das incipientes indústrias. E foi a essas novas oportunidades que se detiveram os imigrantes, inclusive, os franceses, tanto aqueles primeiros que já vieram instalar-se em meados do século ou antes, quanto aqueles advindos nas últimas décadas.

As lojas principais eram quase todas pertencentes a estrangeiros e nesse meio, boa parcela de franceses eram seus negociantes. Importando artigos da França – cujo caráter valorativo era atestado em São Paulo como de qualidade, típico do "bom gosto francês" e dos costumes burgueses europeus – esses imigrantes inseriam-se em uma corrente de mão dupla: sob uma faceta, acabavam por fazer parte de um contexto maior, o da expansão comercial e consular da França para o Brasil[9] em concorrência com representantes dos negócios ingleses - cuja hegemonia pode ser denotada desde os tempos coloniais[10]- e posteriormente com os alemães e italianos. E, de outro lado, o fato de que estavam fisicamente presentes, portando consigo experiências e modos de vida próprios que, por

[7] BORGES (1979), p. 28.
[8] VIOTTI (2000), p.285.
[9] Sobre este assunto ver : TAKEYA (1995) e MALERBI (1993). A segunda metade do século XIX - no 2º Império - foi momento em que a França também passou por uma série de transformações: as remodelações urbanas; o desenvolvimento do sistema de transportes; os investimentos com os crescentes grupos financeiros e bancários; a sedimentação populacional nas cidades pela atração que os centros urbanos exerciam; etc. A despeito de, por muito tempo a França ter caráter eminentemente agrícola, a indústria passava a tomar papel relevante nos quadros econômicos, especialmente com as produções ligadas ao vestuário e à moda (BRESCIANI, 1992). Assim, para o maior escoamento desses artigos, com rotatividade e lucro, fazia-se necessária a expansão de mercados. Aí aloca-se o Brasil, inclusive com relatórios dos cônsules franceses, que aqui se radicaram, sobre as possibilidades de inserção de seus produtos e em que regiões. Entretanto, será que a maior parte desses franceses que cruzaram o oceano rumo ao Brasil emigraram somente na esteira desses acontecimentos?
[10] Gilberto Freyre debruçou-se sob essa questão, percebendo as diferenças entre os tipos comerciais ingleses e franceses, assim como a aura concorrencial que os envolvia. Salienta que os franceses "*eram negociantes cuja atividade se confinava às cidades*", "*eram retalhistas, vendedores de miudezas, joias e bijoux et toutes sortes de nouveautés*" (FREYRE, 1948, p. 171). Já o comércio britânico caracterizava-se pelo tráfego de largas peças de fazendas e mercadorias pesadas, como "*ferro, cobre, máquinas, pinho de Riga, vidro em caixas para janelas*" (FREYRE, 1948, p. 168). Citando o ideário do comandante Laplace em seu estudo sobre os ingleses no Brasil Freyre coloca : "*Ces negociants ny vendent pas, comme lés nôtres, ce que le luxe des capitales a fait inventer de plus comptueux; mais (...) ils fournissent la population de toutis les merchancises de première necessité*" (FREYRE, 1948, p. 168.).

certo, passaram a compor a dinâmica da cidade, participando como um dos ingredientes principais da miscelânea desse período de transição porque passou a São Paulo oitocentista.

Tratava-se de indivíduos, - pois era uma imigração espontânea que não chama a atenção por seu quantitativo, porém por seus aspectos qualitativos - padeiros, modistas, cozinheiros, cabeleireiros, ourives, alfaiates, costureiros, empreendedores dos ramos de hotéis e restaurantes, engenheiros, além de outros que se encontravam longe do *glamour* tradicionalmente imputado aos franceses. E nesse sentido, estavam os porqueiros que vendiam carne pelas ruas, pintores, pedreiros, ferreiros, mecânicos e aqueles que vagavam pelas moradas de outrem pedindo trabalho. Enfim, pessoas comuns, não grandes personagens acompanhados de grandes feitos, mas verdadeiros agentes históricos que tecendo os retalhos de seu cotidiano, criaram estratégias de sobrevivência adaptando-se às condições, circunstâncias e valores locais e, assim, integrando-se e interagindo - não de maneira linear e sem conflitos - com as mais diversas camadas sociais: livres e escravos, nacidos no Império e estrangeiros, pobres e mais abastados.

O interesse pelo estudo dos franceses foi despertado ainda na graduação, quando da elaboração da monografia de iniciação científica intitulada *Além das Fronteiras*. O cotidiano dos estrangeiros na São Paulo oitocentista: vestígios testamentais[11]. Tal análise, debruçada sob os testamentos deixados por estrangeiros na imperial cidade de São Paulo durante o século XIX, procurou traçar o perfil dessa população e seu cotidiano. "Ato solene de vontade do indivíduo que encerra a declaração derradeira do que quer que seja executado após a sua morte"[12], o testamento como fonte base propiciou o mapeamento dos componentes da pré-imigração de massas no que remonta a seus rituais de morte; patrimônio; convivência familiar; relações sociais; locais de moradia; ocupações

[11] A monografia de iniciação científica, *Além das Fronteiras. O cotidiano dos estrangeiros na São Paulo oitocentista: vestígios testamentais*, fomentada pelo PIBIC-CNPq, foi concluída em 2002 sob orientação da Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara no Departamento de História da Universidade de São Paulo e está no prelo pela editora Humanitas. Ver BIVAR.
[12] MARCÍLIO (1983), p.67.

desempenhadas no meio urbano; redes de solidariedade; contendas e dificuldades por que passavam; as histórias de lá e de cá que comprovavam, mesmo estando distantes, os liames com a terra natal; enfim, variáveis que também denotam mecanismos de interação entre as diversas nacionalidades nesse palco que era a São Paulo oitocentista antes da chegada em massa, por exemplo, dos italianos.

Além de tomar contato com uma fonte manuscrita rica em dados para inferências de análise histórica, a monografia possibilitou a visualização do papel ativo que esses imigrantes – advindos antes do ocaso do XIX e relegados a segundo plano pela historiografia - imprimiam à cidade através de suas experiências individuais e coletivas.

Nesse universo, chama atenção a atuação dos franceses que, dentre a amostragem obtida de 80 testantes, foram a quarta nacionalidade, após portugueses, africanos e alemães, que mais deixou as suas disposições finais. Seus relatos testamentários revelam uma multiplicidade de vivências: esposa e filhos deixados na França; confiabilidade não só em parentes e conterrâneos estabelecidos em São Paulo, como também em brasileiros e alemães, estes últimos na mesma condição de imigrantes, frente ao desconhecido; as relações comerciais e ocupações pautadas na descrição dos pertences e das dívidas que, por sua vez, descortinam toda uma rede de crédito da qual, para além dos próprios franceses, faziam parte membros do cadinho populacional paulistano.

Por sua vez, se a monografia concentrou diversas nacionalidades, a tese tem por pauta aprofundar as questões relativas aos imigrantes franceses, cuja carência de estudos é notória.

Ao longo das últimas décadas, o tema imigração tem suscitado a atenção das chamadas ciências humanas em geral, apresentando a formulação de diversos trabalhos que, entretanto, não esgotam o arcabouço de possíveis investigações. Tarefa árdua ao historiador é rastrear as trilhas deixadas por essas pessoas, desde os possíveis motivos que

os impulsionavam a ir além das fronteiras da terra de nascimento, até os imbricamentos cotidianos e de vivências alocados no ponto de destino após a travessia.

Assim, grande foco de análises – o que corrobora em concentração de produções historiográficas voltadas a esse temário – são as correntes migratórias que por abrigar elevados contingentes quantitativos saltam aos olhos dos estudiosos, como é o caso dos italianos, portugueses, árabes, japoneses[13] ou ainda dos colonos de origem européia instalados no sul do país. Não obstante, como acentua Braudel, não se deve "acreditar que só os sectores que fazem ruído são os mais autênticos; também há os silenciosos"[14] como os franceses, minoritários numericamente, mas não menos importantes.

Correlacionados a esse aspecto, os estudos sobre a imigração em São Paulo voltam-se especialmente ao fim do século XIX, quando a premente demanda por braços na lavoura cafeeira engendrou um movimento em massa de europeus pauperizados que para cá rumaram esperançosos em melhorar suas condições de vida. Logo, configuram-se dois pontos lacunares. O primeiro remete-se ao pouco conhecimento acerca dos imigrantes direcionados aos centros urbanos e ao revés, como atesta o levantamento efetuado por Boris Fausto sobre a "historiografia da imigração para São Paulo",[15] a maior parte dos eixos de análise envereda para o meio rural. O segundo situa-se no ideário de que antes do final do oitocentos – período que denominamos pré-imigração de massas -, já havia uma diversidade de imigrantes instalados na cidade, dentre eles os franceses. Sobre estes quase nada foi especulado, apesar de fazerem parte dos meandros econômicos e sociais, contribuindo para a gestação das transformações e do vindouro cosmopolitismo através da paulatina introdução de novos gostos e experiências – "inicialmente, não derrubava paredes, nem arrancava telhados, apenas impregnando o velho ambiente e mudando-lhe

[13] Os dois últimos no período republicano.
[14] BRAUDEL (1972), p. 37.
[15] FAUSTO (1991).

mais os hábitos e a mentalidade do que propriamente as feições",[16] as quais, à medida que se aproximavam as décadas finais do século, culminando esse processo, tendiam a impregnar-se cada vez mais de caras e modos franceses.

Desta forma, este estudo é calcado em cunho qualitativo e compreende um grupo definido, os franceses que, tal como o explicitado, apresentavam-se em menor número do que os demais contingentes de imigrantes. Por isso, diferente de outras análises que tenham *corpus* documental homogêneo, esta abarca uma multiplicidade de fontes no intuito de conferir maior substância e mostrar variadas facetas da trajetória dos franceses em São Paulo.

Dentre os materiais impressos foram utilizados os Almanaques, tanto comerciais, quanto literários da Província de São Paulo para os anos de 1857, 1858, 1866, 1873, 1875, 1878 e 1883; a *Bibliographie Brésilienne* publicada em Paris (1898) por A. L. Garraux; e o Registro de Estrangeiros (1840-1842) - todos existentes no acervo da biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Igualmente os anúncios do jornal Correio Paulistano microfilmados na Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo. Com periodicidade diária e dados os limites de tempo para serem pesquisados 39 anos de jornal (1850-1889), procedeu-se à coleta para cada cinco anos: 1855 e 1862 (pois na APESP não estavam disponíveis os exemplares para 1860 e 1861), 1865, 1870, 1875, 1880 e 1885, totalizando 647 anúncios. No Arquivo da Cúria Metropolitana, o Álbum Publicação comemorativa do 1º quinquagenário da fundação do Seminário Episcopal de São Paulo. E, na Sociedade Francesa de Beneficência 14 de Julho, os Estatutos e Regulamentos de sua fundação.

Da documentação manuscrita existente no Arquivo do Estado, por sua vez, foram examinados os processos-crime catalogados por nome dos réus, dentre os quais rastreou-se 20 casos em que franceses estavam envolvidos. Outro *corpus* documental foi o dos livros de

[16] BARBUY (2001), p. 117.

registros de escritura do 2º Cartório da Capital, nos quais encontram-se, dentre outros, contratos de casamento; escrituras de compra e venda, doação, hipoteca, aluguel e locação de serviços; contratos e distratos de sociedades e procurações. Examinando processo por processo através dos nomes dos partícipes que vêm logo no início do manuscrito, foi possível detectar 213 documentos de franceses. Há ainda os registros de passaportes da Província de São Paulo para os anos de 1842, 1843, 1846, 1853 e 1874. Foram observados 49 passaportes.

No Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo folheou-se todos os livros de registro de casamento das paróquias existentes no período estudado, ou seja, Sé, Santa Efigênia, Freguesia do Ó, Brás e Penha e encontrou-se 63 casamentos em que um dos cônjuges (ou ambos) era francês. Da mesma forma, com essa relação em mãos consultou-se aos processos de casamento em si, dos quais anotou-se 37, ao mesmo tempo em que se coletou 04 processos de divórcio, além de 63 registros de óbito.

Para a busca dos pedidos de naturalização recorreu-se ao Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. Após a visualização de documento por documento remontante à segunda metade do XIX foram obtidas apenas 06 cartas.

Já o Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo concentra os testamentos e inventários. A única alternativa encontrada foi buscar nomes de franceses no banco de dados do próprio arquivo[17], o que levanta a hipótese de que em meio ao acervo deve haver mais fontes do que as captadas. Consultando aos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios da Família foram coletados 30 inventários (todos posteriores a 1850), 09 testamentos anexos e mais 06 avulsos (totalizando 15), dos quais 03 estão alocados no Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina- USP, dado que ali existem os testamentos do 3º Ofício da Família.

[17] A maior parte desses documentos não estão catalogados. E daqueles que estão no banco de dados, pequena parcela vem acompanhada de nomes.

Por outro lado, ampliou-se os contornos analíticos, percebendo as peças que compunham o olhar da França sobre o Brasil e, em especial, sobre São Paulo, imputando, como é interessante nos estudos imigratórios, uma análise que reverbera o lá e o cá: o país de origem e o de recebimento, de modo a criar não uma corrente unilateral, mas de mão dupla.

As fontes, manuscritas e impressas coletadas nos arquivos franceses são concernentes às relações Brasil-França, com foco especial na Província de São Paulo e nas questões comerciais e consulares durante a segunda metade do século XIX.

Assim, toda uma série de fontes manuscritas e impressas foi rastreada. Nos *Archives Départamentales de Paris* encontrou-se o Anuário-Almanaque *Didot-Bottin.* No *Archives du Ministère des Affaires Étrangers*, o Anuário Diplomático e Consular da República Francesa para os anos de 1858 a 1889. Finalmente, no *Archives Nationales* foi pesquisado o conjunto referente ao comércio e à indústria que contém as correspondências entre o *Ministère des Affaires Étrangers* e o *Ministère du Commerce et d'Industrie*, ademais dos relatórios consulares e boletins comerciais dirigidos ao *Ministère des Affaires Étrangers* relativos à Província de São Paulo durante o século XIX, assim como a outras partes do Brasil.

As bibliotecas também congregam fontes impressas que ajudaram a consubstanciar a tese, contribuindo com aspectos outros. A *Bibliotèque Historique de la Ville de Paris* abriga Anuários, além de guias e estudos de época sobre a emigração francesa. A *Bibliotèque Nationale (Paris)* possui anais do Ministério da Agricultura e do Comércio alusivos ao comércio com o Brasil, do mesmo modo que tem o Catálogo oficial da participação do Império do Brasil na Exposição Universal realizada em Paris em 1889. Já no *Institut National d'Études Demographiques*, se encontram análises contemporâneas sobre a população na França e no estrangeiro.

Outrossim, de maneira co-respectiva, foi traçado o tema-chave da presente tese, a qual é dividida em duas partes. *Da França para o Brasil: contexto, emigração, interesses consulares e*

ingerências comerciais, e *Os imigrantes franceses em São Paulo: trajetórias do viver*, cada qual contendo três capítulos. O primeiro, intitulado *A França em sua dimensão: caminhar político, econômico e social*, mergulha na França da segunda metade do século XIX de maneira a perceber o contexto em termos de economia, sociedade e mesmo política, os quais, em realidade, estavam imbricados. Tudo com o intuito de compreender um pouco do universo em que o francês estava inserido e de como a França constituiu a imagem de uma das potências da época. No segundo capítulo, *Rumo ao outro lado do Atlântico: a decisão de partir*, aparecem os caminhos e os porquês da emigração, assim como as razões pelas quais, por muito tempo, seu estudo foi relegado a segundo plano. Já em *Os interesses da França no Brasil: relações comerciais e consulares*, os negócios estão em pauta. Importação, exportação e os meios para a expansão do escoamento de produtos franceses no Brasil e, particularmente em São Paulo, são colocados em foco, o que evidencia também a constituição de uma teia de informações concatenadas pelo corpo consular.

A segunda parte, por sua vez, se concentra no cotidiano dos imigrantes franceses na cidade e como eles interagiam. Logo, os capítulos IV, *São Paulo e os franceses: o mundo dos ofícios*, e V, *Ao seu dispor: hotéis, restaurantes, livreiros, açougueiros, ferreiros...* abordam os diversos ofícios sobre os quais se debruçavam, de modo a auxiliar ainda mais a consubstanciação da influência francesa e de sua própria sobrevivência. Por fim, em *Histórias de lá e de cá: famílias, sociabilidades e conflitos*, está a conformação familiar de casamentos, filhos, compadres e afilhados, uniões ilegítimas, membros deixados na França, além de vieses sobre as redes de solidariedade, relacionamento e conflito.

Parte 1

Da França para o Brasil:

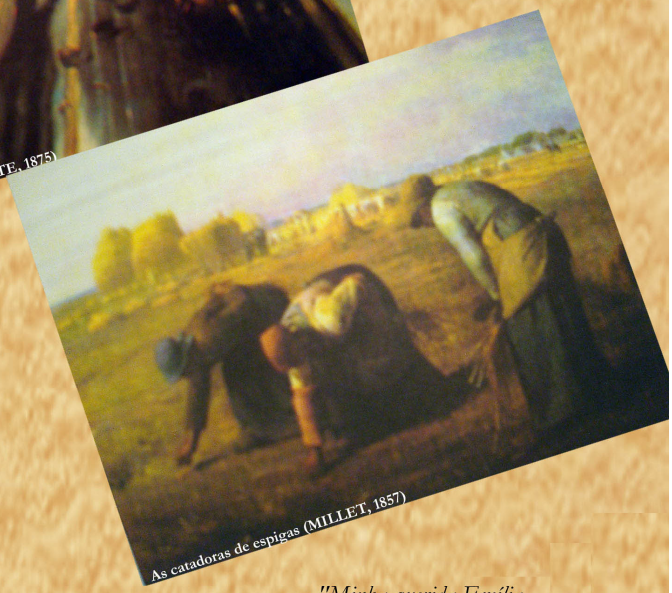
contexto, emigração, interesses comerciais

e ingerências consulares

CAPÍTULO I

A França em sua dimensão: caminhar político, econômico e social.

Os raspadores de assoalho (CAILLEBOTTE, 1875)



As catadoras de espigas (MILLET, 1857)

"Minha querida Emília,
Eu só te queria ver em Trouville num hotel chique onde estivemos e passamos fome, por não se poder comer, e onde os Prados se não lavam por não poder obter banheira! É necessário aceitar esta pobre França como ela é – e não esperar que tudo seja o conforto e o arranjo dum Torquay ou dum Brighton. Isso é outra ordem de idéias."

Carta de Eça de Queirós para a sua esposa Emília. Paris, 09 de agosto de 1890.

Fim dos anos de 1840. A França passava por um período de crise cujos contornos estavam envoltos em aspectos econômicos, sociais e políticos. Com uma primavera extremamente seca, seguida de um verão com chuvas intensas, o ano de 1846 marcou uma época de péssima colheita. E não só de cereais, sustentáculo da agricultura francesa, mas também, devido a pragas nas plantações, de uma de suas bases alimentares: a batata. As dificuldades no setor agrícola provocaram a ruína de muitos camponeses, assim como a escassez trouxe em seu bojo o aumento do preço dos produtos, principalmente do trigo. Por toda a França bandos de mendigos andarilhavam pelos campos e, nas cidades, agrupamentos de mulheres protestavam contra o valor do pão.

Esse conjunto de fatores acabou por ter eco nas indústrias. Com prioridade para o consumo de alimentos, os produtos industrializados tiveram menor saída, acarretando o binômio subprodução agrícola/superprodução industrial. Nos invernos de 1846 e 1847, a crise se fez sentir na construção e de modo ainda mais relevante no setor têxtil. Em Roubaix, 30 % dos operários estavam desempregados em fevereiro de 1847 e em maio já se contava 60%.[18]

A despeito de, no decênio de 1840, assim como nas décadas seguintes, o mundo rural ser preponderante na França tanto em termos de dinâmica econômica, como de população; durante a chamada Monarquia de Julho houve um lento, porém efetivo processo de industrialização. Paulatinamente, as burguesias industrial e comercial se firmavam. E com elas, o proletariado nascente então vivia sob o signo de extenuantes jornadas de trabalho e de salários que sequer propiciavam a sua própria subsistência.

Em meio à miséria operária e aos iniciais embates entre burguesia e trabalhadores, fervilhavam idéias em pensadores e intelectuais, o que deu margem à elaboração de

[18] WATELET, Gerárd. *La IIe. République et le Second Empire 1848-1870 du Prince Président Napoleón III.* Paris: Pygmaleon, 2000, p. 19. Roubaix é uma cidade francesa que se localiza no Departamento do Norte, próxima a Lille.

doutrinas liberais e socialistas[19]. Na França, em particular, na primeira metade do século XIX, Saint-Simon e Fournier lançaram ideários de reformas nomeadas posteriormente como pertencentes ao "socialismo utópico". Acrescida a esta efervescência também estavam os panfletos, enquetes e propagandas revolucionárias lançadas às ruas.

O desemprego, a miséria e a fome[20], elementos denotados pela crise agrícola e industrial que pairavam não só sobre os franceses, como sobre outros países da Europa, corroboraram nos acontecimentos de fevereiro de 1848 a ponto de, no início desse ano, o político francês Alexis de Tocqueville discursar exacerbadamente na Câmara dos Deputados: "Nós dormimos sobre um vulcão... Os senhores não percebem que a terra treme mais uma vez? Sopra o vento das revoluções, a tempestade está no horizonte".[21] Essa ebulição de idéias era a tônica do momento. Poucas semanas depois, foi publicado o Manifesto Comunista em que os alemães Karl Marx e Friedrich Engels apresentaram os princípios da revolução proletária[22].

Sem dúvida, as dificuldades econômicas fragilizaram o governo de Luís Felipe - rei que comandava a França desde a Revolução Liberal de 1830. Contudo, o seu imobilismo e o do primeiro ministro Guizot – protestante perseguidor das escolas católicas - mediante as

---

[19] Ver: DAVID, Ricardo. *Princípios de economia política e tributação*. Lisboa: Fundação Calouse Gulbenkian, 1978; SAINT-SIMON, Henri. *L' industrie: ou, discussions politiques, morales et philosophiques dans l' interêt de tous les hommes livrès a des travaux utiles et indepéndans*. Paris: Bureau de l' Admnistraction, 1817; FOURIER, Charles. *Nouveau monde industriel et societaire*. Paris: Falammarion, 1973; OWEN, Robert. *A new view of society and other writings*. New York: Penguin Books, 1991. David Ricardo projetou as bases de uma nova sociedade fundada na associação dos produtores e na soberania do trabalho, de modo que o governo seria substituído pela administração conjunta de todos sobre a produção. E Charles Fourier idealizou a criação de uma nova ordem social baseada na organização de falanstérios, comunidades socialistas onde seria abolida a divisão do trabalho e cada homem desenvolveria ao máximo seu talento e aptidões.

[20] DUBY, Georges; MANDROU, Robert. *Historia de la civilización francesa*. México: Foundo de cultura econômica, 1966, p. 420.

[21] TOCQUEVILLE, Alexis de. apud. HOBSBAWM, Eric J. *A era do capital 1848-1875*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 29.

[22] MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. Em uma de suas principais obras, *O Capital*, Marx procurou investigar "o que movimentava as rodas da sociedade capitalista onde vivia" (HUBERMAN, Leo. *História da riqueza o homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979). Sob este prisma, alguns princípios fundamentais norteavam o pensamento de Marx e Engels, dentre eles pode-se citar: as transformações na sociedade como resultado de forças econômicas; a luta de classes como força motriz imediata da história; a exploração da mais-valia como essência do capitalismo moderno; o proletariado como agente de transformação da sociedade capitalista e o advento do socialismo como fase de transição para o comunismo. Cf. CORNU, August. *Karl Marx et Friedrich Engels: leur vie et leur ouvre*. Paris: Press Universitaires de France, 1955; COGGIOLA, Osvaldo. *Marx e Engels na História*. São Paulo: Xamã, 1996; CLAUDIN, Fernando. *Marx, Engels y la revolución de 1848*. Madrid: Siglo veinte uno de España, 1976.

transformações e reivindicações da época, também foram fatores intensamente relevantes. O direito ao voto tinha sido pouco ampliado, havia alardes de corrupção, a imprensa continuava censurada e a oposição era reprimida. Assim, para além das ditas penúrias sócio-econômicas levantava-se a bandeira de maior participação dos franceses na vida política.[23]

Em 1847, os grupos de oposição, impedidos de fazer demonstrações políticas, reuniam-se em banquetes para discutir reformas. Tratava-se então de espécies de reuniões políticas feitas desse modo (banquetes) no intuito de escapar à repressão governamental. Logo, foi marcado para 22 de fevereiro de 1848 um grande banquete com representantes de toda a França a fim de protestar contra o regime. Dada a proibição de Guizot, o proletariado rebelou-se pelas ruas de Paris seguido por outras camadas da população. Nas barricadas podiam-se reconhecer estudantes, operários - com ou sem qualificação –, artesãos e até mesmo facções da "milícia cidadã", a Guarda Nacional cuja função principal era ajudar o governo na manutenção da ordem.

Estava deflagrada então a Revolução de 1848 que culminou, após três dias de luta - a 24 de fevereiro daquele ano -, com a proclamação da II República.[24] A participação do proletariado francês nessa empreitada foi marca importante, pois "aqueles que fizeram a revolução eram inquestionavelmente os trabalhadores pobres. Foram eles que morreram nas barricadas urbanas (...) foi sua fome que alimentou as demonstrações que se transformaram em revoluções"[25].

Um clima de festa, de fraternidade pairava no ar. "Menos que uma ilusão lírica ou um transbordamento de bons sentimentos, deve-se perceber nesse espírito de 1848 um dos

[23] WATELET, op. cit., p. 20-21.
[24] A Revolução de 1848 – período conhecido como a "Primavera dos Povos" – deu-se não somente na França, mas se alastrou para várias regiões da Europa como Bavária, Berlim, Viena e Milão, influenciando inclusive na insurreição ocorrida em Pernambuco no mesmo ano. "Mas nunca houve uma [revolução] que tivesse se espalhado tão rápida e amplamente, se alastrando como fogo na palha sobre as fronteiras, países e mesmo oceanos" (HOBSBAWAM, 1979, p. 30). Entretanto, é necessário salientar que, enquanto na França o movimento adquiriu contornos mais sociais, na Itália e na Europa central as manifestações visaram à unificação e ao estabelecimento de regimes constitucionais.
[25] HOBSBAWAM, op. cit., p. 35.

elementos maiores da cultura política francesa: a necessidade de um consentimento unânime"[26]. Não obstante, tal "unidade" não excluiu outro componente, que era o do conflito, dado, por exemplo, que o recém formado governo provisório era constituído por personalidades diferentes. Cada setor que havia participado da revolução deteve temporariamente uma parcela do poder e, da mesma forma, interpretava o conteúdo da República a seu modo. Bonapartistas, republicanos e socialistas foram ingredientes dessa miscelânea. Veja-se o visconde Alphonse de Lamartine, republicano liberal; Louis Blanc, porta-voz da corrente socialista; e o operário Albert. Não se deve perder de vista, porém, que dos onze membros do governo, nove eram burgueses. As exceções, em pólos opostos, eram justamente os ditos visconde e operário.[27]

Ao povo parisiense, que permanecia em guarda, não bastava a proclamação da República. A reivindicação principal era a efetivação do direito ao trabalho. Reclamavam do governo "um gesto que mostrasse que os operários não foram utilizados somente para banir a monarquia"[28]

A demanda social fazia-se sentir com força. O quadro de caos generalizado na economia e na sociedade francesa persistia. Reformas urgentes eram necessárias, pois "foi em grande parte graças à crise econômica, oriunda da recessão e do desemprego depois de 1846, que a II República teve seu advento, mas é somente com a resolução dessa crise que poderá assegurar sua sobrevivência."[29]

Uma outra questão ainda veio agregar-se a esse panorama. A efervescência social carregada de tons revolucionários e de reforma causou pânico entre as camadas

---

[26] WATELET, op. cit., p. 50 (tradução nossa).
[27] Duas profissões estavam sobretudo representadas: jornalismo e advocacia (WATELET, 2000, p.30). Ledru-Rolin, advogado, Ministro do Interior; Lamartine, diplomata por obrigação, mas poeta por inclinação, que se tornou o verdadeiro chefe do governo provisório; o operário Alberto, privado de uma pasta ministerial; Dupont de L' Eure, advogado octogenário nomeado para o Ministério da Justiça e Trabalhos Públicos; o físico François Arago, para a Marinha; Louis Garnier-Pages, negociante, Ministro das Finanças; Armand Mavast, jornalista, sem Ministério; o banqueiro Michel Goudchaux; Paul Bethmont no Comércio; e Hyppolyte Carnot para a Instrução Pública (GARRIGUES, 2002, p. 4-6).
[28] WATELET, op. cit., p. 39 (tradução nossa).
[29] GARRIGUES, Jean. *La France de 1848 à 1870*. Paris: Armand Colin, 2002, p. 9 (tradução nossa).

possuidoras, aquelas que detinham o capital. Houve uma parada brutal dos investimentos no aparelho produtivo, assim como escassez da moeda circulante. Ademais, as finanças públicas estavam em estado dramático. Enfim, tudo corroborava para uma crise monetária, ou na expressão de Ernest Labrousse, para "uma paralisia econômica sem precedentes"[30] O mote era poupar e não investir, o que acarretou uma série de conseqüências, dentre elas a relação entre queda de consumo e baixa de produção, redundando em diminuição de salários e, inclusive, falências de industriais.

Seguiu-se, então, uma sucessão de decretos que anunciavam reformas, como a abolição da pena de morte em matéria política e a supressão da escravidão nas colônias francesas.[31] A jornada de trabalho foi diminuída, sendo fixado um máximo de dez horas em Paris e onze horas nas Províncias. Marco também importante foi o da criação dos Ateliês Nacionais, espécie de "fábricas" do Estado destinada a dar trabalho aos numerosos desempregados. Era uma tentativa no sentido de diminuir a problemática do desemprego, fulcro de preocupação tanto dos parisienses, como dos migrantes vindos das Províncias e que tiveram como destino essa cidade.

Em realidade, tais medidas por parte do governo provisório evidenciavam uma política social que visava "essencialmente fornecer socorros de urgência a fim de evitar uma explosão operária; não se tratava de um verdadeiro projeto social estruturado e a longo prazo."[32]

Todo esse fervilhar revolucionário aqueceu a imprensa. Em poucas semanas cerca de trezentos novos títulos surgiram em Paris e também as mulheres estavam à testa de jornais, questionando e reivindicando direitos.[33]

---

[30] LABROUSSE, Ernest apud GARRIGUES, op. cit, p. 9.
[31] Quebec (Canadá), Senegal e Argélia. A maioria das colônias francesas foi conquistada no fim do século XIX e após as duas guerras mundiais.
[32] GARRIGUES, op. cit., p. 11 (tradução nossa).
[33] WATELET, op. cit., p.53-54.

Desse conjunto, porém, a principal inovação da II República foi a introdução do sufrágio universal, que dava margem a esperanças de renovação democrática. Não obstante, estavam privados do direito de votar aqueles proibidos pela justiça ou sob acusação criminal e os dementes internados, além das mulheres. A idade mínima para ser eleitor era de 21 anos e se exigia residência fixa de pelo menos seis meses, o que excluía dessa parcela uma população de menor posse que migrava e andarilhava tanto nos campos, como nas cidades em busca de oportunidades para subsistência ou teto cujo aluguel fosse mais barato. Tais dispositivos tiraram o direito ao voto de 1/3 dos eleitores, o que significava, particularmente em Paris, 56,5% dos habitantes.[34] Outrossim, com a exclusão dos condenados a mais de um mês de prisão, estavam também fora desse jogo os militantes políticos comprometidos nas jornadas de 1848.

De toda forma, marcada para 23 de abril de 1848 a eleição da Assembléia Constituinte, fazia-se necessário educar o novo cidadão para o voto. Em algumas semanas os muros da França foram cobertos por cartazes e brochuras eleitorais.[35]

Vitória dos moderados sob os radicais. Os votos de conservadores e proprietários rurais denotaram o peso eleitoral que o campo tinha na ocasião. Enquanto isso, na capital era cada vez mais claro o antagonismo entre burguesia e operariado. Desfiles, manifestações e barricadas continuavam para tornar as reivindicações presentes e pleitear a sua concretização. O fechamento dos Ateliês Nacionais em junho foi somente uma pitada para a insurreição. O que estava em pauta eram o direito e a organização necessária para o trabalho.[36]

A repressão foi violenta. Afrontamentos sangrentos foram comandados pelo então ministro da guerra Èugene Cavaignac. Os combates marcaram a ferro e sangue os bairros

[34] WATELET, op. cit., p.172.
[35] GARRIGUES, op. cit., p. 16.
[36] WATELET, op. cit., p.106.

populares.[37] Do mesmo modo, nesses bairros a Guarda Nacional foi dissolvida ou desarmada. Mais de três mil revoltosos foram massacrados pelos soldados e onze mil presos estavam à espera de deportação para a Argélia[38].

Resultado: depois de junho, os direitos relativos ao trabalho não apareciam mais nos projetos e a constituição promulgada afirmava "a natureza republicana, democrática e conservadora do regime, apoiada sob a família, o trabalho, a propriedade e a ordem pública"[39] sem, no entanto, satisfazer os preceitos em relação ao trabalho que haviam sido demandados pela revolução.

Em meio a esse contexto de radicalização entre esquerda e direita, e ao enfraquecimento da República moderada, foi marcada a eleição presidencial para 10 de dezembro de 1848. Os principais candidatos eram o próprio Cavaignac e uma figura que se revestia sob a auréola de "salvador providencial capaz de resolver todos os problemas da época"[40]Luis Napoleão Bonaparte, sobrinho de Napoleão[41]. Aproveitando-se do sobrenome, angariou simpatia com promessas de glória e grandeza semelhantes ao Império Napoleônico. Seu tio Napoleão era então símbolo de glória militar e ideal nacional[42], "a legenda napoleônica continuava viva no coração dos franceses" [43].

Em seus discursos, Luis Napoleão colocava-se como defensor da ordem, da religião, da família e da propriedade. O sucesso na eleição foi incontestável: triunfou com 74% dos votos. Camponeses e parte do operariado votaram no slogan:

> 'Abaixo as taxas, abaixo os ricos, abaixo a república, viva o Imperador'; em outras palavras, como Marx analisou, os trabalhadores votaram nele contra a República dos ricos, pois na percepção deles Luis Napoleão significava 'a deposição de Cavaignac (que havia derrotado a insurreição de junho), a demissão do republicanismo burguês, a recuperação da vitória de junho', e a pequena burguesia, porque ele não parecia alinhar-se com a grande burguesia [44].

---

[37] MANEGLIER, Nervé. *Paris Imperial. La vie quotidienne sous le Second Empire*. Paris: Armand Colin, [1990?], p.22.
[38] GARRIGUES, op. cit., p. 22.
[39] Ibidem, p. 24 (tradução nossa).
[40] Ibidem, p. 28 (tradução nossa).
[41] Eram também candidatos os já mencionados Lamartine e Ledru-Rollin, além de Raspail.
[42] WATELET, op. cit., p. 130.
[43] GARRIGUES, op. cit., p. 27 (tradução nossa).
[44] HOBSBAWM, op. cit., p. 45.

Formatado: Português (Brasil)

Logo, a escolha de Napoleão exprimiu a rejeição da república burguesa representada por Cavaignac. O novo presidente foi também eleito pelos pobres.[45] "Ele viria a ser o primeiro dos chefes de estado modernos que governaria não apenas baseado na força das armas, mas também com aquela espécie de demagogia e de relações públicas tão mais facilmente operadas do alto do estado do que de qualquer outro lugar" [46].

Já em 20 de dezembro, marcando sua entrada no poder, Napoleão fez o seguinte discurso: "... eu juro permanecer fiel à República democrática, una e indivisível, e de cumprir todos os deveres que me impuser a Constituição" [47]. Entretanto, apenas três anos mais tarde, em 1851, descumpria a sua promessa solene ao preparar um golpe de Estado.

Em 1849, foram realizadas eleições para o legislativo. As cadeiras passaram a ser compostas por uma maioria de conservadores, o que teve reverberação inclusive no sistema de ensino. A idéia era a de que, calcado o estudo em bases católicas, os valores conservadores fossem transmitidos a fim de evitar explosões democráticas e socialistas de protesto. Victor Hugo afirmou na época que "era a revanche da igreja sob o iluminismo" [48].

Para além das posições do presidente se chocarem com a dos parlamentares[49], a persistência da crise econômica alarmava o espírito dos camponeses. As expropriações forçadas se multiplicavam nos campos e a aspiração era justamente a de que a república social diluísse a concentração de terras nas mãos da aristocracia tradicional.

A fim de aparecer como o "salvador providencial", Napoleão rompeu com o Partido da Ordem – com o qual adentrou a presidência – alegando a sua "incapacidade de resolver o mal-estar social do campo"[50]. Sob esse pretexto, dissolveu a Assembléia Legislativa e pouco depois, efetuou um plebiscito pedindo apoio ao golpe de Estado e ao

---

[45] WATELET, op. cit., p. 140.
[46] HOBSBAWM, op. cit., p. 46.
[47] GARRIGUES, op. cit., p. 30 (tradução nossa).
[48] Ibidem, p. 38 (tradução nossa).
[49] Estabeleceu-se uma situação de conflito entre Napoleão e a nova composição da Assembléia, a qual, em 1851, recusou um projeto de mudança na Constituição que permitiria a reeleição para Presidente da República. Cf. PLESSIS, Alain. *De la fête impériale ao mur des federés 1852-1871*. Paris: Éditions du Seuil, 1973.
[50] GARRIGUES, op. cit., p. 41 (tradução nossa).

direito de outorgar uma nova Constituição. Exímio articulador das massas, Napoleão fez-se aparecer como o restaurador da democracia abafada pelo Partido da Ordem.

Vitorioso nesse primeiro plebiscito, a Constituição por ele outorgada conferia-lhe poderes quase autocráticos. De fato, "queria exercer um poder pessoal em todos os sentidos da palavra: ele criou um regime onde, em última instância, toda a grande decisão interior ou exterior depende dele, e dispõe do direito de modificar o papel de cada instituição e as atribuições de cada um dos seus seguidores" [51]. Suas palavras em 2 de dezembro de 1851 inflamavam a idéia de "fechar a era das revoluções satisfazendo aos desejos legítimos do povo" [52].

Novembro de 1852, outro plebiscito foi convocado. Com a "aprovação da população" foi condecorado com o título de Napoleão III, imperador da França. No entanto, essa "aprovação" foi relativa. Houve resistências. E, de fato, a propaganda bonapartista não poderia aclamar que a mudança do regime deu-se em plena ordem, calma e harmonia. O balanço da resistência foi de 215 mortes e mais de 26.000 pessoas presas em toda a França[53].

Marx denominou esse processo de "O 18 Brumário de Luís Bonaparte" em alusão à data na qual o tio Napoleão, em 1804, através de plebiscito, transformou o Consulado em Império, tornando-se também imperador. E o analisou sob um ponto de vista político, ideológico e social, colocando em foco o ideário utilizado de aproximação entre Napoleão I e Napoleão III. Alguns trechos de sua obra são elucidativos das interpretações que esses acontecimentos deixaram entrever.

> E mesmo quando parecem ocupados em transformar-se a eles e às coisas, em criar algo de absolutamente novo, é precisamente nessas épocas de crise revolucionária que se evocam respeitosamente os espíritos do passado, tomando-lhes de empréstimo os nomes, as palavras de ordem, as roupagens, para surgir no novo palco da história sob esse respeitável disfarce e com essa linguagem emprestada.

---

[51] PLESSIS, op. cit., p. 11 (tradução nossa).
[52] Ibidem, p. 17 (tradução nossa).
[53] GARRIGUES, op. cit., p. 47-50.

> (...) Todo um povo que julgava ter concedido a si próprio, por intermédio da revolução, um forte impulso para diante, depara-se subitamente transladado para uma época morta, e para que não subsistam dúvidas a ninguém desta regressão, reaparecem as datas antigas, o calendário clássico, os nomes antigos, os éditos antigos que já se tinham tornado matéria de eruditos e antiquários, e os velhos esbérios que se julgava terem apodrecido há muito (...).
> As revoluções anteriores tiveram necessidade das reminiscências históricas para se iludir quanto ao próprio conteúdo. A revolução do século XIX deve deixar que os mortos enterrem os seus mortos, para realizar os fins que se propõe...[54].

Napoleão formou um esquema de modo que fosse garantida uma administração centralizada. O regime autoritário apoiava-se sobre uma pirâmide de fidelidades pessoais, em todos os postos-chave eram colocados homens de confiança, os quais monitoravam uns aos outros em um sistema de auto-regulação da ordem[55].

Fatores que também consolidaram essa pilastra de poderio foram o apoio da Igreja, a propaganda e o controle sobre a imprensa. Até 1860, toda a oposição política foi sufocada e, por outro lado, difundidos discursos e acontecimentos que tendiam a exaltar Napoleão como chefe político.

O Segundo Império foi colocado como marca na história econômica francesa de um momento no qual se deram a expansão comercial e a prosperidade burguesa. Enfim, era o "nascimento da França moderna"[56]. Entretanto, esse tipo de visão deve ser confrontado com outros elementos que igualmente fizeram parte desse universo:

> O Segundo Império não representa, portanto, uma fase excepcional para o crescimento econômico francês se comparado à Monarquia de Julho, período de grande decolagem industrial, ou aos primeiros anos do século XX, marcados pela segunda revolução industrial. Por outro lado, o Segundo Império exerceu um papel decisivo na modernização das estruturas capitalistas. Mesmo se as tradições de auto-financiamento, e de micro-produção continuavam a impregnar as mentalidades e as práticas, os anos bonapartistas viram o advento de uma verdadeira 'cultura' industrial, determinante para o futuro da sociedade francesa [57].

O desenvolvimento industrial francês teve ritmo próprio. A industrialização foi relativamente lenta e em larga medida manual, pois com a existência de uma mão de obra

---

[54] MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Lisboa: Nosso Tempo, 1971, p. 15-18.
[55] GARRIGUES, op. cit., p. 68-73.
[56] PLESSIS, op. cit., p. 80.
[57] GARRIGUES, op. cit., p. 116 (tradução nossa).

abundante e barata, não chamava a atenção do patronato o investimento em máquinas[58]. Enquanto na Inglaterra a Revolução Industrial já havia se dado de forma plena, na França o processo de mutação tanto social, quanto econômico foi moroso – até meados do século o sustentáculo do país era a agricultura[59].

Salientar, porém, que a industrialização francesa foi em seus primórdios incipiente, não significa negar a sua efetivação[60]. Mesmo entre as décadas de 1820 e 1860, apesar dessa peculiaridade, a França ocupou "um segundo lugar no rol das potências européias em vias de industrialização e de expansão comercial e imperialista – é verdade um segundo lugar bastante longínquo da primazia exercida pela Grã-Bretanha"[61]. Ademais, é necessário ainda agregar que a despeito

> das diferenças que marcam a consolidação da ordem industrial nesses dois países, não se deve cair num certo exagero que algumas vezes permeia a literatura sobre o assunto. Não resta dúvida de que, em comparação a Inglaterra, há um atraso relativo na consolidação da Revolução Industrial na França. Porém, essa incipiência do industrialismo francês é sobretudo uma característica do 'primeiro século XIX'. A partir de 1870, a defasagem entre os diversos países do continente europeu (inclusive Alemanha) tende a diminuir. Seria ingênuo imaginarmos a existência de uma sociedade francesa pouco industrializada no final do século[62].

Afinal, como postula Ariès, "a França se tornou no século XIX um grande país industrial"[63].

E, no Segundo Império, o Estado mostrou-se estimulador conduzindo a uma revolução financeira e ferroviária que incitou a economia francesa, particularmente a grande indústria. Apesar de o crescimento ter sido descontínuo e desigual de acordo com cada

---

[58] PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 20.
[59] Cf. LEQUIN, Yves. *Un people et son pays*. Historie des français XIXe. et XXe. siècles. Paris. Armand Colin, 1984. BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1992; ARIÈS, Phillipe. *Historie des populations françaises et leurs attitudes devant la vie depuis le XVIIIe siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 1971; ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade na França no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1991.
[60] ORTIZ, op. cit, p. 17.
[61] MALERBI, Eneida Maria Cherino. *Relações comerciais entre Brasil e França 1815-1848*. São Paulo, 1993. Dissertação (História Econômica) - FFLCH-USP, p. 60.
[62] ORTIZ, op. cit, p. 16.
[63] ARIÈS, op. cit, p. 216 (tradução nossa).

setor, Napoleão, impregnado de idéias saint-simonistas[64] e paternalistas, já deixara claro em discurso na cidade de Bordeaux no ano de 1852 que o crescimento econômico era um de seus principais objetivos[65]. Para que houvesse a concretização desse propósito, o incentivo em dois pontos foi crucial: na legislação e no universo financeiro.

As sociedades anônimas eram elementos basilares nesse processo. Entre 1819 e 1857, cerca de 600 sociedades anônimas foram criadas e a maioria não sobreviveu devido aos entraves que a legislação impunha[66]. Começavam a funcionar somente a partir da autorização governamental – a qual poderia, inclusive, ser revogada – e sob tutela pública. Revolucionando a estrutura financeira das empresas, uma lei de 1863 suprimiu a obrigação das sociedades anônimas com capital inferior a 20 milhões de pedir previamente essa autorização. Já em 1867, o entrave em relação ao pecúlio foi abolido, pois se estendeu permissão governamental a todas as sociedades sem limite de capital.

O crescimento da economia demandava também a transformação do sistema bancário, então obsoleto às novas necessidades. O capital do *Banque de France* foi dobrado e sucursais foram abertas. Fundos de crédito tanto mobiliários como industriais, foram lançados fomentando as companhias ferroviárias e marítimas, além da própria indústria como, por exemplo, a siderúrgica. Logo, percebe-se a intervenção direta do Estado na concentração financeira, mobilizando o crédito e estimulando a economia.

Dado esse quadro de mudanças, a Bolsa de Paris adquiriu uma nova amplitude e o capital tornou-se importante no contexto das finanças internacionais. Em 1869, o volume de títulos negociados atingiu o montante de 33 bilhões de francos. A especulação era intensa[67]. Por outro lado, todo esse conjunto permitiu o reavivamento dos pequenos

[64] Um dos ideários imersos no saint-simonismo era o de que "a organização social deveria portanto ser toda mobilizada em vista de favorecer a indústria, o que quer dizer a produção, pois a grandeza nacional e o progresso social passam pelo crescimento"(GARRIGUES, op. cit. p. 96 – tradução nossa).
[65] GARRIGUES, op. cit., p. 97.
[66] PLESSIS, op. cit., p. 92.
[67] GARRIGUES, op. cit., p. 96.

bancos locais, então arruinados pela crise de 1846-1848, ao transformá-los em sociedades anônimas.

Há que se acrescentar que, após um longo período de estagnação, a circulação da moeda francesa dobrou entre os anos de 1850 e 1870, graças ao descobrimento de ouro na Califórnia e depois na Austrália, o que propiciou um saldo favorável na balança comercial[68]. Período de dinheiro abundante inclusive com a exportação de capitais, a moeda era vista como causa do progresso, fundamento de uma nova civilização[69] que, de fato, não era partilhada por todos: "Em grande número estão nessa época as obras moralistas, as peças de teatro e os romances que têm o Dinheiro como tema, como se toda a sociedade estivesse obcecada por seu poder" [70].

A soma do capital francês, para Plessis, destinava-se principalmente a três elementos: aos gastos com o próprio governo, ao investimento na indústria – sobretudo nas estradas de ferro -, e aos empréstimos para o exterior[71]. O investimento externo, principalmente na Europa continental, tinha por propósito o lucro máximo. A demanda de haveres, "parecia infinita nesses países estrangeiros, onde os governos estavam presos a graves dificuldades financeiras, ou onde toda a infra-estrutura econômica moderna permanecia por edificar: lá se encontravam as taxas de juros elevadas" [72].

Não obstante, a chave do desenvolvimento econômico passava pela construção de estradas de ferro, na medida em que além de estimular variados setores da indústria – a exemplo do metalúrgico – unificava o mercado nacional. Até então as grandes metrópoles regionais como Bordeaux, Marseille, Lyon e Strasbourg não estavam ligadas à capital. O governo assegurou, através do crédito, a rentabilidade das construções ferroviárias. Assim, Paris "estendeu seus tentáculos a quase todas as fronteiras. As linhas exploradas (...)

[68] PLESSIS, op. cit., p. 92.
[69] Ibidem, p. 99.
[70] Ibidem, p. 97 (tradução nossa).
[71] Ibidem, p. 111.
[72] Ibidem (tradução nossa). Entre 1850 e 1870 foram fornecidos empréstimos a Itália, Espanha, Portugal, Rússia, Áustria, Grécia, México e mesmo aos Estados Unidos. A construção das estradas de ferro européias também absorveu capital francês, como na Península Ibérica, Hungria e Suíça.

atingiram em 1869, uma extensão de 16.465 km"[73] e corroboraram na expansão do mercado interno, duplicando o número de viajantes e mercadores. A chegada dos trilhos também significou o fim das penúrias alimentares locais, a baixa dos preços para os consumidores e a oportunidade para os camponeses de não se deterem somente à agricultura de subsistência, mas especializarem suas plantações em produções mais rentáveis[74].

As tarifas eram uniformes para toda a França e "um parisiense poderia alcançar Orleáns em 2 horas, Lyon em menos de 10 horas e Marseille em 16 horas e 15 minutos" [75]. Os franceses tiveram até mesmo a mentalidade transformada. Seus horizontes se ampliaram. Locomoviam-se mais de um canto a outro. Escreviam mais cartas. Aliás, os investimentos públicos também se debruçaram sobre o setor das comunicações através da rede telegráfica que

> cobria a Europa e punha em comunicação os dois mundos por cabo; na França ela transmitia em 1869 mais de 4 milhões de despachos por conta de particulares. A comunicação instantânea do pensamento, acompanhando o transporte rápido das pessoas e das coisas, operava uma revolução no grande comércio. O correio, cujo serviço recebeu diversos melhoramentos notáveis, transportava três vezes mais cartas e impressos em 1865 que em 1847. Com tais condições, o comércio exterior não podia deixar de crescer[76].

Então, para além do comércio interno, o externo viu-se igualmente em condições de expansão. O aumento da produtividade industrial exigia o escoamento dos produtos e a existência de mercados cada vez mais amplos. Para tanto, não só o desenvolvimento das ferrovias contava, mas também o da navegação e dos portos. "Embora, até a virada do século XIX, os navios a vela tivessem mais importância no movimento marítimo do que os navios a vapor, foi em 1860 que a França inaugurou sua navegação transatlântica utilizando este tipo de energia, o que foi feito em direção a América" [77]. Ainda assim, as companhias

---

[73] PLESSIS, op. cit., p. 115 (tradução nossa).
[74] GARRIGUES, op. cit., p. 107.
[75] Ibidem, p. 105 (tradução nossa). Os acidentes eram freqüentes. As linhas francesas provocavam cinco vezes mais mortes que as inglesas.
[76] LEVASSEUR, E. apud. TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará.* Natal: UFRN/Ed. Universitária, 1995, p. 26.
[77] TAKEYA, op. cit., p. 25.

marítimas francesas não representavam mais que 1/6 da frota britânica. E os portos, à exceção de Marseille e do Havre, eram pequenos e limitados. Por conta disso, os olhares do Estado e os investimentos voltaram-se à infra-estrutura dos portos e, desde 1854, os maiores destes estavam ligados a Paris por meio de vias férreas[78].

Apesar de desigual, de acordo com a região e setor, o crescimento da grande indústria foi efetivo e apoiado na concentração de capital e mão-de-obra, além de no aparecimento de novas técnicas e na mecanização. A constante pesquisa científica em busca de inovações permitiu o aperfeiçoamento dos processos de fabricação, e a mecanização foi favorecida pela introdução das máquinas a vapor. As indústrias siderúrgica e metalúrgica, em especial, se apropriaram dessas novas técnicas[79]. No entanto, foi na indústria têxtil que tal adoção se deu primeiramente[80]. Motores da industrialização durante toda a primeira metade do século XIX, os setores de tecidos e indumentária foram - até o século XX - aqueles que concentraram a maior parte da população industrial[81]. Aliás, em termos de número de trabalhadores nessa projeção do oitocentos, em segundo e terceiro lugares vinham, respectivamente, o da indústria da construção civil e o do mobiliário, seguida dos chamados "artigos de Paris" constituídos, dentre outros elementos por "flores artificiais, mesas de jogo, estojos de costura, objetos de osso, cabos de guarda-chuva, leques, luvas e relógios"[82].

A partir do decênio de 1860-1870, quanto à concentração, o crescimento industrial que já não era homogêneo, foi se intensificando em determinadas regiões. O norte e o leste da França, por exemplo, se tornaram preponderantes sobre as demais[83].

Com esse panorama de ascensão burguesa, desenvolvimento da indústria, comércio e serviços; o crescimento urbano, devido principalmente às migrações internas, se acentuou

[78] GARRIGUES, op. cit., p.98.
[79] Cf. PLESSIS, op. cit., p. 125; TAKEYA, op. cit., p. 28; GARRIGUES, op. cit., p.98.
[80] TAKEYA, op. cit., p. 28.
[81] BRESCIANI, op. cit., p. 72.
[82] Ibidem, p. 73-74.
[83] Cf. PLESSIS, op. cit., p. 125; TAKEYA, op. cit., p. 28.

na capital. "... os franceses se assustam diante do crescimento populacional da cidade. De menos de 600.000 habitantes na época da Revolução de 1789 e 714.596 habitantes no final do Primeiro Império, Paris atinge 1.226.980 habitantes em 1851, e quinze anos depois uma população de 1.823.000" [84]. Paris inchava sem que seus equipamentos se adaptassem às novas necessidades. Em certos locais do centro da *Rive Droite*, a densidade ultrapassava 100.000 hab/km² [85].

Ainda não havia bairros propriamente populares ou burgueses. Tanto os mais, quanto os menos afortunados poderiam habitar os mesmos edifícios com a diferença de que os últimos andares ficavam relegados aos mais pobres, dado que o esforço em subir as escadas era aviltante e conferia menos prestígio. Desta forma, no centro da cidade, próximo a diferentes instâncias do poder, viviam também os menos afortunados freqüentemente considerados como "classes perigosas"[86] cuja fermentação insurrecional e barricadas faziam tremer a burguesia e ao governo.

Outra questão que pairava nesse meio era a da insalubridade e das variadas doenças que essa camada incitava. Por diversos momentos, Paris viu-se assoberbada pelo cólera, acarretando a morte de pessoas independente de seu status social: burgueses, aristocratas e populares. A cidade demandava transformação, e as epidemias e revoluções assinalavam sua urgência[87].

Ainda sob a Monarquia de Julho, o prefeito Rambuteau havia efetuado algumas mudanças que naquele momento, porém, se mostraram insuficientes para sanar o problema da superpopulação. Foi Haussmann que, de 1853 a 1870, fazendo de Paris um imenso canteiro de obras, provocou uma verdadeira metamorfose. No Segundo Império a cidade "adquiriu sua fisionomia atual. As grandes artérias que canalizam ainda hoje a circulação

[84] MARCHAND, Bernard. *Paris, histoire d' une ville XIXe –XXe siècle.* Paris: Éditions du Seuil, 1993, p.69 (tradução nossa).
[85] GARRIGUES, op. cit., p. 98-99. Rive Droit – à direita do Rio Sena.
[86] Cf. CHEVALIER, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses: à Paris, pendant la première moitié du XIXe siècle.* Paris: Perrin, 2002.
[87] MARCHAND, op. cit., p. 74.

febril datam daquela época"[88]. Haussmann apreciava a retidão das grandes avenidas, a ordenação e a simetria das construções, além das grandes perspectivas[89]. Com isso, foram destruídas as pequenas ruas propícias às barricadas, assim como tirada do desemprego quantidade apreciável de pessoas ao ser oferecido trabalho no ramo da construção.

Todo esse plano de mudanças não somente tinha a anuência de Napoleão III, como ele mesmo participava ativamente no projeto. Em um mapa de Paris entregue a Haussmann, o imperador de próprio punho assinalou em azul, vermelho e amarelo, os locais que deveriam ser mudados de acordo com o seu grau de urgência[90]. "Todos os dias, ou quase, o prefeito ia encontrar o imperador para lhe dar conta e colocá-lo a par dos detalhes" [91]. A modernização de Paris também significava a projeção da "grandeza e glória" de Napoleão, apontando a majestosidade e força de seu governo. Na capital, a arquitetura privada e institucional servia de base à exaltação dos monumentos que funcionavam como representação do regime. Logo, todas as construções, seja qual fosse a sua natureza, eram cuidadosamente inspecionadas por agentes do Estado[92].

Sob o terreno político então, a idéia era fazer de Paris uma capital de prestígio, assim como Londres ou Berlim. Foram criados parques e jardins à moda inglesa, estendidas avenidas que conferiam maior facilidade de circulação, e erguidas casas, apartamentos, clubes, hotéis, lojas de departamento e bancos[93]. Paris transformou-se em uma cidade burguesa. As ruas e suas construções foram feitas para o trânsito dessa população. O luxo –

---

[88] ARIÈS, op. cit., p. 151 (tradução nossa).
[89] MARCHAND, op. cit., p. 72.
[90] PLESSIS, op. cit., p. 161.
[91] MANEGLIER, op. cit., p. 25 (tradução nossa).
[92] ZANTEN, David Van. *Building Paris. Archiquetectural institutions and the transformation of the French capital, 1830*. Londres: Cambridge University Press, 1994, p. 1. Tal também se configurava por uma série de inscrições como esta colocada nas Tulleries: "Napoleão III/Imperador/e salvador da civilização moderna/protetor das artes e das ciências/ da agricultura, da indústria e do comércio/ os operários reconhecem" (Ibidem, p. 103 – tradução nossa).
[93] O Jockey Club, com sua riqueza interior, foi feito para ser por excelência o clube do Segundo Império e o Novo Louvre (1852-1857) foi o último grande projeto feito exclusivamente pelo Estado. (Ibidem, p. 30, 36 e 198).

uma das faces da segregação social – se impunha como sustentáculo da materialidade produzida pela sociedade industrial.

> A concepção de 1858 era nova. Ela implicava na destruição dos velhos e heterogêneos bairros do centro da cidade (por razões de ordem pública, Haussmann claramente afirma) a criação de grandes e novos bairros implicitamente dividia a população pelo status econômico. A necessidade dessa transformação não era por si só evidente para a população de Paris que desde o começo ficou preocupada com isso[94].

Melhorias foram feitas também nos âmbitos da iluminação, distribuição de gás e água, além do esgoto. Anteriormente, "as pessoas necessitavam dos serviços dos carregadores de lanternas para se deslocar durante a noite. A criação das companhias de gás consolida um sistema de iluminação que abastece casas, restaurantes, teatros e ruas; como os antigos carregadores de água, os carregadores de lanterna declinam" [95]. A penetração de água dentro das casas através de encanamento, no entanto, não se fez sem certa resistência da população. A água corrente pela torneira até então não fazia parte do universo do parisiense[96].

Os grandes trabalhos feitos na cidade[97] foram alicerçados com capitais públicos, dos quais parte considerável veio da prosperidade acumulada pela França durante o século XIX, em especial no que se refere aos bancos e às sociedades de crédito.

A idéia inicial do Estado era a de recuperar o produto de seus investimentos. Em 1852, foi aprovada uma lei que abria os caminhos para Haussmann. Através dela era permitida a expropriação por simples decreto imperial e era dada autorização à prefeitura para revender os terrenos não diretamente utilizados. A abertura de novas avenidas, além das demais modificações, propiciou a valorização do preço de mercado de tais terrenos que então seriam vendidos por quantia consideravelmente maior. Portanto, o custo dos trabalhos seria em parte resgatado pela diferença em espécie da revenda. O sucesso da empreitada estaria assim assegurado.

---

[94] Ibidem, p. 207 (tradução nossa).
[95] ORTIZ, op. cit. p. 142.
[96] MANEGLIER, op. cit., p. 108.
[97] Por essa época, não somente Paris sofreu transformações, mas também outras cidades francesas como Lyon e Marseille.

No entanto, os antigos proprietários não pensavam da mesma forma. E, em 1858, o Conselho de Estado, protetor da propriedade privada, determinou que essas terras deveriam ser entregues aos seus donos anteriores para que eles mesmos as colocassem no mercado, de modo que pudessem ficar com o produto da revenda. Era o interesse privado sobressaindo ao público.

De qualquer maneira, aqueles que aproveitaram os novos parques, as novas avenidas ou um sistema de transporte mais moderno, não foram os que antes moravam ali, em especial os mais pobres, os quais locavam pequenas casas ou quartos. Não somente o preço do terreno ou do imóvel aumentou, mas também os aluguéis. No momento em que a (i)migração para Paris era mais forte, grande número de casas modestas foram demolidas. Toda essa conjuntura contribuiu para gerar uma grave crise da habitação e com ela, um profundo descontentamento popular. "Nos novos imóveis construídos sobre as ruínas das casas pobres, não havia mais lugar para as pequenas peças a bom preço" [98]. Sem meios para locar novamente suas moradas, operários, artesãos, empregados e pequenos funcionários públicos foram cada vez mais empurrados para as regiões periféricas. Os trabalhos realizados pelo Barão de Haussmann possuíam evidentemente implicações ideológicas, políticas e econômicas. "Quando lemos suas memórias fica clara sua preocupação em expulsar do centro da cidade as classes perigosas" [99], tornando-o emblema da circulação burguesa e salubre.

Esse meio de controle às "classes perigosas" encontrava respaldo não somente entre os grupos dirigentes, como também no discurso médico higienista[100] que associava as aglomerações insalubres ao aparecimento de doenças – como, por exemplo, o cólera[101] -, e na idéia de solucionar a problemática da superpopulação em Paris.

---

[98] ÀRIES, op. cit., p. 152 (tradução nossa).
[99] ORTIZ, op. cit., p. 200.
[100] Ibidem, p. 201.
[101] Em 1849 a epidemia de cólera ocasionou 19.000 mortes. (GARRIGUES, op. cit., p. 99)

Assim, durante a segunda metade do século XIX, o mundo burguês tomava forma e se alicerçava. Atributos sócio-econômicos determinavam a posição dos burgueses na sociedade. Além do dinheiro eram levadas em consideração as aptidões no sentido de mérito, assim como as origens e vinculações entre os indivíduos em relação ao nascimento, família e herança. Gradativamente a burguesia francesa ia inserindo seus valores. Entretanto, a sua suposta unidade fazia parte somente do âmbito da psicologia coletiva. "Cada qual no seu nível, todo burguês acreditava pertencer a uma elite por razões que se prendiam em primeiro lugar a atributos individuais" [102].

O termo burguês, utilizado no século XIX como evocação a uma posição social[103], tinha uma hierarquia que passava por crivos materiais e mentais. Nesse sentido, contavam elementos como fortuna, renda, atividade profissional, funções exercidas, níveis de instrução e cultura, estilo de vida e costumes. O que significa que a burguesia não constituía um grupo homogêneo. Eram grandes as diferenças, por exemplo, de uma região a outra, do notável rural ao burguês urbano, de uma atividade a outra, daquele que vivia de renda ao dono de empresa, do negociante ao advogado e do médico ao pequeno patrão[104]. Logo, apareciam variadas categorias. Burgueses de dinheiro, talento, progresso ou tradição[105] ou ainda as chamadas *bonne bourgeoisie* e *petite bourgeoisie*. Na primeira, pode-se citar a burguesia rica dos 25.000 patrões ou notáveis parisienses e na segunda, os funcionários públicos, pequenos patrões, advogados, médicos ou farmacêuticos de província[106].

A Paris de Haussmann encaixou-se na lógica dos novos ricos. Os imóveis construídos alicerçavam os novos padrões de morada desse grupo multifacetado e o urbanismo empregado favorecia seus anseios de consumo. Essa burguesia, enriquecida durante o Segundo Império, adotou "modos particularmente ostentatórios em matéria de

---

[102] DAUMARD, Adeline. *Os burgueses e a burguesia na França*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 290.
[103] Ibidem, p.37.
[104] GARRIGUES, op. cit., p. 120.
[105] DAUMARD, op. cit., p. 267.
[106] GARRIGUES, op. cit., p. 120.

vestimenta ou mobília interior"[107], acumulando objetos diversos como jóias e bibelôs. Até mesmo a gastronomia tornou-se valor de prestígio e signo dessa promoção social[108]. Então, nas moradas burguesas não poderia faltar a mesa de jantar, abundantemente guarnecida para as reuniões sociais. Comer na cozinha era considerado símbolo de inferioridade. Nesse contexto também apareceram os grandes restaurantes com pratos refinados, serviço silencioso e atento, ambientes que deixavam a impressão de luxo e calma.

> ... no mesmo momento onde se impõe a ordem burguesa e se afirma seus valores: respeitabilidade da casa, integridade da família, docilidade da intimidade doméstica, a sociedade francesa se preocupa com as escapatórias. Desde o começo do século, o restaurante obtém seu lugar, com um belo índice de honorabilidade, dentre os refúgios da iniciativa e da liberdade[109].

Outro aspecto pertencente a este universo foi o da moda. Entre 1860 e 1880 se desenvolveu a alta costura parisiense que vestia essa clientela específica e paulatinamente internacional. A vestimenta foi um diferencial burguês, a elegância conferia tons ostentatórios e de distinção. De igual maneira o comportamento contava nessa combinação e para isso se voltavam os manuais de conduta em muito publicados ao longo do século XIX, que desvendavam, ao menos em teoria, o dia-a-dia dessa população. Ali havia a "preocupação em inventar um novo modo de vida e um novo tipo de felicidade. O modo de vida é exclusivamente privado, o quadro ideal de felicidade é o círculo familiar, e o meio para conquistar essa felicidade é a boa administração do tempo e do dinheiro" [110].

O dinheiro era a motivação dominante e quase exclusiva da burguesia. Sua mentalidade girava em torno do ganho através da obstinação pelo trabalho e da seriedade e prudência nos negócios. E nesse patamar, a família tinha papel crucial. Para ser autenticamente burguês, o êxito individual deveria ser também familiar. A idéia era criar

---

[107] CHARLE, Christophe. *Histoire sociale de la France au XIXe siècle.* Paris: Éditions du Seuil, 1991, p. 107 (tradução nossa).
[108] ARON, Jean-Paul. *Essai sur la sensibilité alimentaire à Paris au XIXe siècle.* Paris: Librairie Armand Colin, 1967, p. 13 (tradução nossa).
[109] Ibidem, p.17.
[110] FUGIER-MARTIN, Anne. Os ritos da vida privada burguesa In: PERROT, Michelle (org). *História da vida privada da Revolução Francesa à Primeira Guerra.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 200-201 (História da Vida Privada, 4).

uma linhagem de descendentes capazes de conservar ou aumentar o patrimônio material e moral transmitido[111]. Daí a mudança de concepção acerca dos filhos. A promoção social da pequena prole (diminuição proposital do nível de natalidade) estava associada a uma sólida formação educacional. Os ensinos secundário e superior eram reservados às elites por serem de alto custo e, portanto, inacessíveis à maior parcela da população. Enfim, "a família, como rede de pessoas e conjunto de bens, é um nome, um sangue, um patrimônio material e simbólico, herdado e transmitido" [112]. Ademais, era o circuito familiar um meio propício para formar e garantir a continuidade dos contatos sociais. Eram as mulheres burguesas que teciam a trama da sociabilidade, recebendo pessoas em casa e fazendo visitas.

Uma das pilastras da cultura burguesa foi a loja de departamentos. Símbolo de status, denotava o novo ritmo do consumo – mais célere -, além da própria identificação burguesa com o universo da aparência e das possessões materiais.

Em 1852, Aristides Boucicaut recuperou uma pequena mercearia situada na *Rue du Bac* e a transformou em um dos maiores magazines da Europa naquela época. Era o *Bon Marché,* que trouxe uma série de inovações às estruturas e ao modo de venda do comércio francês: a marcação e fixação de preço no produto; novas formas de propaganda; o aumento do estoque, a diminuição dos preços e a diversificação do que era vendido (o lucro advinha da rápida entrada e saída de mercadorias e em grande quantidade); a possibilidade de troca ou de anulação da compra; a venda por cartas com *delivery*; a concentração de serviços; e a integração de operações[113].

Tudo isso ainda era atrelado à formação da concepção de que o ato de comprar era uma experiência prazerosa. Nesse contexto, a disposição dos produtos e a arquitetura

---

[111] DAUMARD, op. cit., p. 197.
[112] PERROT, Michelle. *Os excluídos da história...*, cp. cit....p. 105.
[113] MILLER, Michael B. *The Bon Marché Bourgeois culture and the department store, 1869-1920.* Princeton: University Press, 1981, p. 3-166 passim.

tinham papéis fundamentais, na medida em que vinham com a função de seduzir os passantes.

> Os *grands magasins* são os primeiros espaços de consumo no sentido moderno do termo. Eles combinam trabalho e lazer, compra e diversão. Como *os shopping centers*, que conhecemos hoje, eles também eram um local de encontro e de sociabilidade, oferecendo aos clientes uma variedade de entretenimentos: salão de bilhar, biblioteca, bolos e refrescos (gratuitamente)[114].

Já a dimensão da loja por si só, que mais parecia um teatro ou um templo, era atração ao público atiçando a sua curiosidade - tanto que, em 1872, Bocicaut queria tornar o *Bon Marché* um dos cartões postais de Paris. "Espetáculo e entretenimento por um lado, o mundo do consumo por outro, estavam agora verdadeiramente indistinguíveis"[115].

Apesar de todas essas seduções, a clientela popular freqüentava muito pouco o estabelecimento, pois além do pagamento ser somente em dinheiro, "o luxo intimidava"[116]. A loja de departamento era dirigida fundamentalmente à burguesia ou, em menor proporção, às camadas médias, as quais eram consideradas categorias intermediárias entre os privilegiados e os operários e indigentes. A título de exemplo, podem-se apontar os cabeleireiros – que se distinguiam do universo operário por seu modo de vida e mentalidade pequeno-burguesa –, as chamadas *femmes de chambre* e os cozinheiros, além de alguns intelectuais. Projetado para ser o espelho da cultura burguesa na França, o magazine moldava e definia comportamentos. O *Bon Marché* mostrava às pessoas como elas deveriam se vestir, mobiliar sua casa e gastar seu tempo de lazer. Os vários catálogos e calendários distribuídos tanto em Paris, como nas Províncias, eram carregados desses tipos de mensagens, as quais acabavam por criar necessidades até então inexistentes e que corriam ao sabor dos produtos lançados.

---

[114] ORTIZ, op. cit., p. 169 (grifos do autor).
[115] MILLER, op. cit., p. 173 (tradução nossa).
[116] MANEGLIER, op. cit., p. 85 (tradução nossa).

A industrialização na França teve um ritmo peculiar. A lenta mutação se operava por "deslizamento sem desenraizamento violento"[117]. A unidade do sistema era a família. E assim, os donos das fábricas procuravam empregar a família inteira. O recrutamento, a assiduidade e a disciplina eram garantidos pelo pai, o qual era o chefe, o condutor familiar. "Dessa forma, a industrialização, longe de destruir a família, como muitas vezes se supôs, tenta reforçá-la para usá-la para seus próprios fins, não sem aumentar as contradições e as tensões internas" [118].

A criação das lojas de departamento[119] se deu em um meio onde os laços de família e as relações comunitárias ainda imperavam. Logo, a despeito de todo o conjunto de inovações, o *Bon Marché* adaptou-se ao seu tempo. Sem uma quebra abrupta com esses valores, as relações paternalistas se estabeleceram, e se constituíram na chave para o entendimento desse magazine. Itens como lealdade e coesão estavam presentes. A empresa, nessa conjuntura, era a extensão da família.

Os pontos que regiam a instituição eram ícones a serem seguidos e respeitados. As ordens eram passadas através de uma série de níveis hierárquicos, cada qual demandando absoluta obediência. Em contraposição, contava-se com algumas vantagens. Diversos empregados solteiros, tanto homens como mulheres, tinham moradia (em quartos no andar superior do edifício). Com grande público católico e provincial, medidas eram cuidadosamente tomadas para manter a reputação das mulheres que ali trabalhavam e, por conseqüência, da própria loja de departamento. Além de comer em salas de jantar separadas, as vendedoras ficavam condensadas em poucos setores[120].

Havia também programas de educação e lazer, como bolsas de estudo para Londres àqueles que mais se destacassem e lições de piano. A possibilidade de crescimento

---

[117] PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*..., op. cit. p.60.
[118] Ibidem, p. 60-61.
[119] Há que se citar, além do *Bon Marché*, outras lojas de departamento existentes em Paris como *Printemps* e *Louvre*.
[120] MILLER, op. cit., p. 105-106.

hierárquico era tangível e medida pela quantidade e rapidez das vendas – parte consubstancial do salário advinha da comissão sobre os produtos vendidos -, lealdade e obediência.

Deste modo, percebe-se a existência de um paternalismo altamente elaborado que estendia e consolidava um sistema de trabalho. O quadro de assistência acabava por integrar o trabalhador à firma e também "as vantagens concedidas visavam dissociar os empregados de toda a solidariedade com outras categorias de assalariados, fazendo com que se sentissem diferentes por que ligeiramente privilegiados" [121].

Contando com os que moravam nas dependências da loja, o controle do *Bon Marché* sobre seus trabalhadores era quase total, pois sabiam os horários de entrada e saída no expediente e fora dele. O paternalismo, como neste caso, "pode ser direcionado para formar e controlar uma força de trabalho, mas também pode ser usado para construir uma força de trabalho de homens organizados e mulheres integradas em uma burocracia e dinâmica imputadas" [122].

No bojo da industrialização também estavam enquadradas as chamadas Exposições Universais. Exposições, porque em realidade tratava-se da apresentação de um conjunto variado de produtos: aparelhos, máquinas, invenções, roupas e comidas[123], que tinham por propósito, por exemplo, mostrar a todas as nações (daí universal, diversos países eram convidados a participar, apreciar e apresentar seus produtos) a qualidade da indústria francesa. "Cada produto exposto, agregado a uma determinada seção era julgado por uma comissão que outorgava prêmios e medalhas aos vencedores" [124].

A primeira Exposição Universal ocorrida na França se deu em 1855, com 5 milhões de entradas e 36 nações expositoras[125], exalando os triunfos econômicos do Segundo

[121] CHARLE, op. cit., p. 191.
[122] MILLER, op. cit., p. 9 (tradução nossa).
[123] ORTIZ, op. cit., p. 159.
[124] Ibidem.
[125] GARRIGUES, op. cit., 115.

Império, o apogeu do regime, enfim, a festa imperial. Tudo foi projetado de modo que Paris aparecesse como o centro do mundo. Cosmopolita e vitrine do bonapartismo, era difundida como modelo a ser seguido. A segunda Exposição, inaugurada em abril de 1867, foi ainda mais grandiosa. Em um pavilhão circular de 16 hectares foram apresentadas as descobertas mais recentes no campo da indústria.

Expressões ideológicas de um universo desejado e pregado, as Exposições tinham como um de seus objetivos doutrinar sobre a vida moderna da sociedade industrial. Constituía-se em uma visão que se queria difundir, um "modelo de mundo materialmente construído e visivelmente apreensível. Trata-se de um veículo para instruir (ou industriar) as massas sobre os noves padrões da sociedade industrial (um dever-se de ordem social)" [126]. Existia, portanto, a preocupação pedagógica de disciplinar os trabalhadores ao inseri-los na ótica capitalista.

Percebe-se, então, que na dinâmica nacionalista da França há uma tendência geral em acentuar as novidades do Segundo Império: grandes cidades, modernas ou modernizadas, sociedade anônimas, conglomerados financeiros, bancos e indústrias, de modo a supervalorizar estes aspectos. Não obstante, deve-se procurar mensurar a sua real relevância naquela sociedade como um todo. "Sem as minimizar, é necessário saber se essas inovações modificaram ou não as relações sociais anteriores (...), se não são extrapolação de mecanismos já existentes, ou, ao contrário, exceções em uma paisagem não alterada e quais freios encontram da parte de estruturas mais antigas"[127].

Sem dúvida, durante a segunda metade do século XIX, um conjunto de elementos novos foi lançado nos âmbitos político, econômico e social. Porém, em meio ao paulatino crescimento industrial subsistiram e, inclusive, predominaram as unidades produtivas de tipo artesanal. A boutique e o ateliê, longe de desaparecerem, denotavam o peso dessa

[126] BARBUY, Eloísa Maria Silveira. *A Exposição Universal de 1889: visão e representação na sociedade industrial.* São Paulo, 1995. Dissertação (História) – FFLCH/USP, p.1.
[127] CHARLE, op. cit., p. 99 (tradução nossa).

produção. Ferramentas, utensílios domésticos, artigos de moda e mobiliário, continuavam a ser largamente manufaturados por essas pequenas unidades dispersas ao longo da França. Em 1886, existia uma média de três operários por patrão, o que significa que o setor do artesanato era responsável por cerca de 70% do que era produzido[128].

Paradoxalmente, mesmo com as mudanças e expropriações efetuadas por Haussmann, os artesãos perduraram no centro de Paris. Refugiar-se nas velhas ruas era questão de sobrevivência para eles, na medida em que não podiam se afastar de sua clientela. A burguesia, a qual podia gastar com artigos outros que não os de primeira necessidade, era o arrimo de seu trabalho.

Assim, "nunca uma evolução se faz em linha reta. Os sistemas se sobrepõem e coexistem. A grande fabrica está ao lado da pequena oficina ou abriga em si mesma formas variadas de organização do trabalho" [129].

Da mesma forma, malograda a industrialização em curso, a agricultura era a atividade predominante no quadro econômico. Em 1852, o setor agrícola ocupava 44,7% da economia e somente 20% cabia ao ramo industrial[130]. E esse descompasso não era só econômico, mas também demográfico. Em meados do século, ¼ das pessoas morava nas cidades[131]. Enquanto na Inglaterra de 1871, 75% da população vivia na *urbes*, na França da mesma época, 69% encontrava-se no campo dedicando-se à agricultura[132]. Nestes termos, igualmente o desenvolvimento da urbanização francesa foi mais lento do que a inglesa.

Ademais, grosso modo, a agricultura na França continuou arcaica e pouco mecanizada. O desenvolvimento tecnológico restringia-se aos cultivadores mais abastados. E, de fato, a atividade agrícola não foi homogênea em todo o país. Por volta de 1870,

---

128 PLESSIS, op. cit., p. 125.
129 PERROT, Michelle. *Os excluídos da história...*,op. cit., p. 55.
130 ORTIZ, op. cit., p. 15.
131 Ibidem.
132 BRESCIANI, op. cit., p. 70-71.

podia-se distinguir três tipos de regiões[133]: as de "grande cultura", baseadas em cereais e que se utilizavam do progresso tecnológico; as especializadas, como a região viticultora do *Midi*; e as em atraso, notadamente as montanhas, o sudoeste e certas zonas do *Massif Central* que começaram a sua transformação somente a partir de 1880.

Como se nota, os limites da revolução industrial foram marcados pela predominância do setor primário, assim como pela importância do artesanato, do pequeno comércio e das velhas indústrias como a têxtil[134].

Neste contexto, simultaneamente ao aparecimento dos grandes magazines e dos modernos métodos de venda e propaganda, coexistia o pequeno comércio tradicional, onde este tipo de influência permanecia restrita.

A França da segunda metade do século XIX formava-se de um mosaico entre o velho e o novo, lançando um mundo industrial em uma entretela onde a população era ainda afeita às tradições. No que remonta, por exemplo, ao feitio de roupas, Roche explica que estavam delineados

> dois sistemas de produção, duas economias e dois tipos de consumo. De um lado, a manufatura em massa, rápida, dominada pela preocupação da produtividade e do lucro e fortemente influenciada por imperativos financeiros e técnicos; os algodões e as chitas estampadas são seus produtos característicos. De outro, a produção de alta qualidade, resultado de longas horas de trabalho, protegida da competição pelo privilégio, amparada pelos regulamentos corporativos; os produtos têxteis tradicionais sobrevivem graças à estabilidade, à segurança e à rotina. As duas concepções econômicas e os dois modelos de atividade não são inteiramente separados: interagem através de resposta e troca à medida que os gostos e necessidades evoluem[135].

E esse mosaico também se afirmava sobre as facetas múltiplas do próprio país. Não há uma França una, mas várias "Franças". A diversidade estava e está ali imbricada, não só pelas diferentes paisagens, mas pelos muitos modos de vida e de relações, tanto econômicas quanto sociais. As comunidades, as instituições, os bens coletivos, as

---

133 GARRIGUES, op. cit., 114.
134 Ibidem, p. 116.
135 ROCHE, Daniel. *A cultura das aparências.* Uma história do indumentário. São Paulo: Senac São Paulo, 2007, p. 267.

festividades e sociabilidades, os contos e canções, também são células que se justapõem. Mesmo as menores unidades regionais se subdividem[136].

Igualmente, as vitrines faustosas do progresso técnico ocorrido no Segundo Império dissimulavam uma realidade menos eufórica. Aquela da relativização do crescimento, da exclusão de parcelas consubstanciais da população da chamada festa imperial, e do arsenal repressivo.

Os jornais de oposição foram suprimidos - oficialmente eram alegadas razões de segurança pública. Algumas semanas após o golpe de Estado, o poder bonapartista procurava assegurar o controle quase total da imprensa francesa. Os decretos de 1852 complementaram esse caráter restritivo. "Toda a informação concernente à vida privada será punida com uma pesada multa. Todo redator-chefe condenado deverá esperar três anos antes de exercer suas funções; todo jornal advertido três vezes será suspenso durante dois meses; enfim, todo jornal condenado duas vezes em menos de dois anos será suprimido" [137]. Assim também, a maior parte dos jornalistas "radicais" ou "socialistas" estava presa ou no exílio.

A fenda entre burguesia e povo era profunda. A ótica era a de que as massas deveriam ser dirigidas. E nesse sentido, o paternalismo imperava tanto por parte do Estado, como dos patrões. O medo das insurreições conduzia a esse tipo de atitude que, em realidade, revelava fundamentos conservadores e repressivos. Procurava se imputar olhares e cuidados aos operários como se estes fossem "grandes crianças", incutindo a idéia de que todos os membros da fábrica formavam uma família, cada qual com seu papel para conceber um conjunto harmonioso.

O drama da miséria operária e urbana era patente. Por isso, nessa linha, ainda seguiam múltiplas obras laicas e confessionais como paliativos às dificuldades do dia-a-dia. Em Paris, a prefeitura criou vários escritórios de beneficência cujo objetivo era aliviar

[136] Cf. BRAUDEL, Fernand. *A identidade da França. Espaço e História*. Rio de Janeiro: Globo, 1989.
[137] GARRIGUES, op. cit., p. 77 (tradução nossa).

temporariamente a penúria daqueles que atravessavam uma fase difícil, como desempregados, doentes, feridos e mulheres grávidas. Os relatórios dos inspetores deixavam clara a tomada de consciência de que "o que nós podemos dar não remediará a ninguém e será prontamente absorvido pela devassidão; mas a pobreza é tal, que os socorros são necessários" [138].

Paralelamente à assistência pública[139], existiam numerosas associações privadas de caridade fomentadas pela burguesia. "No fim do ano de 1848, menos de 650.000 porções de sopa foram distribuídas em Paris; o número passa a quase 4 milhões em 1896" [140].

Cada "desclassificado" social tinha seu lugar. Os hospícios para os insanos, a penitenciária para os criminosos e, nesse sentido filantrópico de assistência e abrigo, os próprios hospitais, os quais tinham uma conotação particular na época. O verbete da *Grand Larousse* do século XIX, editada entre 1866 e 1876, definia hospital como "casa de caridade estabelecida para receber e tratar gratuitamente os indigentes doentes"[141]. Estar ali era estigma de pobreza, vergonha e solidão[142]. Refúgio da mãe celibatária, para lá se encaminhavam as mulheres desamparadas e sem recursos para dar a luz. Mescla de albergue e assistência perante a doença, com a paulatina afirmação da Academia de Medicina durante o Segundo Império, o hospital foi, em um processo lento, deixando de ser um local de abrigo e caridade, para se tornar um lugar mais "técnico" voltado ao tratamento de doenças.

Havia um abismo entre burguesia e operariado. "Os burgueses não sentem nada em comum entre si e o proletariado. É conveniente vê-los como uma máquina que se aluga (...)

---

[138] MANEGLIER, op. cit., p. 59. (tradução nossa).

[139] Eis algumas atitudes paternalistas no próprio seio da família imperial. Em 1853, a imperatriz Eugénie, esposa a de Napoleão III, recusou os diamantes que lhe foram ofertados pela prefeitura de Paris no valor de 600.000 francos, em favor da fundação de um "asilo" para a educação de jovens mulheres pobres. (PLESSIS, op. cit., p. 67).

[140] GUESLIN, André. *Gens pauvres, pauvres gens dans la France au XIXe. siècle.* Paris: Aubier, 1998, p. 183 (tradução nossa).

[141] Ibidem, p. 239 (tradução nossa).

[142] PERROT, Michele. Funções da família In: ____. (org.) *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra.*v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 153.

e se paga tão somente durante o tempo em que dela se precisa, o mesmo aos olhos de grande número de proletários, o burguês é um inimigo do qual não se aceita a superioridade..." [143]. E essa desigualdade transparecia inclusive no momento da morte. Diante do túmulo, a diferença era flagrante. Se os burgueses tinham sepultura individual, em Paris, os outros 2/3 da população era enterrado em valas coletivas, nas quais os corpos eram deixados somente durante período suficiente a sua decomposição. As inumações temporárias tinham por finalidade dar lugar a outras levas de enterros[144]. Nessa mesma esteira, também era inegável os extremos entre a Paris do luxo e da riqueza e aquela da periferia onde, com outros modos de (sobre)vivência, habitavam as parcelas mais pobres. Esse contraste, porém, não se dava só no âmbito urbano. Nos campos, a disparidade se pautava entre uma minoria de privilegiados e uma massa de cultivadores, pequenos proprietários, jornaleiros e assalariados, os quais frequentemente encontravam-se em condições de vida miseráveis. Tal desigualdade também pode ser detectada no quesito possessão de terras. Em 1860, 3.3 milhões de camponeses exploravam suas próprias terras, enquanto que mais de 4.2 milhões eram assalariados e 3 milhões não possuíam propriedade alguma[145]. Em realidade, o cotidiano da sociedade rural evidenciava, ao contrário do progresso exaltado pela propaganda bonapartista, um universo de subconsumo e pobreza.

Assim como a burguesia, os camponeses não devem ser considerados como uma camada homogênea, dadas as variedades regionais e mesmo de trabalho. Não obstante, eles tinham um traço em comum: a vontade de adquirir um pouco, ou um pouco mais, de terra que estava envolta no ideário de maior consideração, ascensão social[146].

Já nas cidades, especialmente em Paris, um sentimento de frustração social[147] tomava conta dos operários, na medida em que as disparidades eram acentuadas. Enquanto

---

143 CHEVALIER, Michel apud PLESSIS, op. cit., p. 158 (tradução nossa).
144 MANEGLIER, op. cit., p. 66.
145 GARRIGUES, op. cit., p. 144.
146 PLESSIS, op. cit., p. 148.
147 GARRIGUES, op. cit., p. 140.

as indústrias obtinham altos lucros, os salários permaneciam baixos e estagnados. Um ar de revolta pairava em meio ao espetáculo da prosperidade imperial da qual foram excluídos.

Um dos critérios de pobreza era a carência de víveres, a fome. A ingestão de alimentos de má qualidade, além da falta de higiene, era responsável por uma série de doenças de fundo gastrintestinal e que chegavam a levar à morte. Por outro lado, a carência alimentar propriamente dita provocava deficiências físicas e mentais àqueles que ainda tinham que enfrentar uma longa jornada de trabalho. Sua constituição física, portanto, tornava-se débil e sua estatura pequena.

Enfrentando um cotidiano difícil que ficava entre a pobreza e a miséria, e para além das enfermidades que poderiam advir das próprias condições de trabalho, a falta de residência fixa era também obstáculo. Encontrar um lugar para dormir era tarefa diária e, por vezes, crucial no inverno. Logo, essa população andarilhava pelas cidades, era extremamente móvel. Mudavam às pressas quando estava próximo o dia de vencimento do aluguel. Sem condições de pagá-lo, levavam consigo, em geral em carrinhos de mão, todos os seus pertences, esgueirando-se por entre as ruelas dos bairros pobres[148]. O prazo de pagamento era justamente momento de conflito que envolvia além daqueles que locavam, os proprietários, os porteiros e a polícia[149].

Na Paris de 1868, mais de ¼ dos jornaleiros viviam em penúria e a assistência pública socorria cerca de 130.000 indigentes[150]. De fato, nas grandes cidades, os fenômenos de indigência crônica eram gritantes, porém "os capítulos precedentes mostraram que o estado de pobreza não pode se resumir às carências monetárias e mesmo às condições materiais de vida deficientes. O sentimento de indignidade e a situação de exclusão são essenciais para compreender este estado"[151].

---

[148] PERROT, Michelle. *Os excluídos da história...*, op. cit. p. 220.
[149] Ibidem, p. 195.
[150] GARRIGUES, op. cit., p. 140.
[151] GUESLIN, op. cit., p. 119 (tradução nossa).

Havia modos de evasão dessa sorte de misérias. A embriaguez, representada pelas bebidas alcoólicas, e os cabarés eram algumas delas. Antes de começar ou terminar um dia de trabalho era raro o operário que não tomasse um gole de vinho e/ou não passasse no espaço de fuga materializado pelo cabaré.

A escolha do cônjuge também fazia parte desse universo de paliativos. A opção bem direcionada era sustentáculo na economia diária[152]. Ponto estratégico, o casamento no mesmo círculo social ainda evocava caracteres identitários, especialmente quando se dava em meio aos mesmos ofícios. Na região *lyonesa*, vidraceiros, artesãos e metalúrgicos casavam entre si e perante testemunhas de igual mister[153]. Ademais, "a procura de dote disfarçado persiste no nível individual. As criadas ou as operárias sérias são muito valorizadas; com as economias delas, os jovens operários pagam suas dívidas, ou tentam se estabelecer" [154].

Longe da homogeneidade, dentre os operários existiam grandes diferenças que se fundamentavam em divisões internas e externas, de acordo com o ramo de trabalho e/ou ofício (se qualificado ou não). Sob o crivo do Estado e dos patrões, o movimento operário ficou silencioso ao menos até os últimos anos do Segundo Império[155]. A diversidade dos tipos operários também corroborou nessa questão. Havia operários dispersos, trabalhando em domicílio nos campos; aqueles que labutavam em pequenas fábricas situadas em pequenas cidades, em geral mono industriais; operários concentrados em uma grande empresa, a qual dominava toda cidade ou mesmo a região; e, finalmente, os operários das grandes indústrias, que cada vez se tornavam mais numerosos[156]. Mais do que uma massa

[152] Nas próximas linhas, ver-se-á o papel que a mulher das camadas populares exercia nessa sociedade.
[153] PERROT, Michelle. Os *excluídos da história...*, op. cit., p. 135.
[154] Ibidem, p. 136 (tradução nossa).
[155] GARRIGUES, op. cit., p. 141.
[156] DUVEAU, G. apud GARRIGUES, op. cit., p. 136-137.

cristalizada, tratava-se da soma de pequenos grupos distintos, cada qual com suas próprias histórias[157].

As jornadas de trabalho eram longas. Somente ¼ das casas de Paris demandavam menos de 12 horas[158]. Para completar este quadro extenuante de desgaste físico, dada a falta de transportes coletivos com preços acessíveis, era grande a distância a ser percorrida entre a casa e o trabalho, especialmente a partir do momento em que as habitações operárias foram relegadas à periferia.

Contudo, as prioridades orçamentárias desses trabalhadores não estavam voltadas para a moradia, mas para as vestimentas que, além de mais acessíveis, conferiam um status de destaque social. O traje era justamente "elemento de expansão que permite (...) participar do espaço público sem se envergonhar, ter boa aparência" [159].

De toda forma, a habitação era ponto importante na medida em que os aluguéis eram fulcros constantes de reclamações. Ademais, há o fator de que

> já no começo do século espíritos clarividentes tinham entendido que a boa moradia era uma das chaves da paz social, o melhor meio de combater as utopias e – após 1848 – o socialismo. No início de 1849 formava-se, em Paris, uma sociedade que se propunha a edificar em doze *arrondissements* da capital, vilas compreendendo habitações sadias, arejadas, alugadas por preços abaixo daqueles pagos pelas moradias insalubres e compostas por uma cozinha e um ou dois quartos [160].

Apoiada por Napoleão III, uma vila operária foi fundada em 1851 com o nome de *Cité Napoleón*. Dois anos mais tarde já estava inteiramente habitada. Seiscentas pessoas foram distribuídas em duzentas moradias, "as mais espaçosas não ofereciam mais que um cômodo com estufa, um vasto e claro quarto e uma pequena cozinha servindo de entrada. Um sanitário e uma pia eram comuns a cada andar"[161].

Na cidade operária havia uma disciplina que se assemelhava em muito à militar. Um patamar de comportamento era imposto através de uma série de regras, dentre as quais: às

[157] ARIÈS, op. cit., p. 228.
[158] MANEGLIER, op. cit., p. 50.
[159] PERROT, Michelle In: ____. (org.) op. cit., p. 316.
[160] Ibidem, p. 362.
[161] Ibidem.

dez horas da noite a porta de entrada – único meio de acesso – era fechada para somente reabrir no dia seguinte pela manhã; era necessária permissão do zelador para colher água na fonte; as crianças não podiam brincar nos corredores e mesmo nas escadas[162]. Enfim, tratava-se de uma longa lista com mais de cem itens.

A idéia principal não era a de filantropia pura. Constituía-se sim na estratégia paternalista e patronal de assentar as "classes perigosas" em setores bem definidos, não as deixando espalhadas pela capital. A casa era elemento de fixação. Farejava-se o nomadismo como resistência, verdadeiro atentado aos padrões de moralidade que se queria incutir. Daí a função das vilas operárias, de doutrinar a mão-de-obra. Fechados nesses redutos com suas mulheres e filhos, só poderiam entrar e sair através de um único portão – mecanismo de controle. Assim, os eventuais formadores de barricadas ficavam, de certa maneira, atados em suas manobras.

Logo, porém, essas cidades operárias foram malogradas. A quantidade de regras e de controles implicava em uma tipificação de atitudes que prolongava no domicílio a disciplina da fábrica[163]. Os operários "recusavam qualquer encerramento, qualquer fixação de limites, sabem por experiência própria que eles restringem a liberdade de circulação e aumentam os controles"[164]. A rejeição também estava presente pelo viés de que a concepção de autonomia se estabelecia igualmente em torno de poder escolher a própria morada. Deste modo, até mesmo a idéia de fazer da cidade operária uma arma contra o socialismo foi superada. Seus próprios idealizadores passaram a considerá-la um caldeirão concentrado de miséria, crime e perigo à tranqüilidade pública.

Após o movimento de 1848, esse contingente popular causava temor devido à sua proporção cada vez maior. "Para o francês da época praticamente inexiste diferença entre

---

162 MANEGLIER, op. cit., p. 53.
163 AUDIGANNE apud PERROT, Michelle In: ____. (org.) op. cit., p. 316.
164 PERROT, Michelle. *Os excluídos da história ...* op. cit., p. 117.

homem trabalhador, pobre e criminoso. Na verdade, constituem níveis de uma mesma degradada condição humana, a do trabalhador dos grandes centros urbanos" [165].

Ademais, se o trabalhador era visto desta forma, a falta de trabalho era item que consubstanciava a marginalização, a exclusão. A vagabundagem e a mendicância[166] eram encaradas como males sociais e, com o intuito de reprimi-las, progressivamente foram sendo tecidas regulamentações. Até 1863, bastava que estivessem sem dinheiro nos bolsos para serem levados à prisão, qualificados como vagabundos ou mendigos.[167]

Na Paris moderna, o luxo e a elegância contrastavam com tal pobreza. Dada a situação de grande miséria, os roubos e furtos eram recorrentes. Mas, para além dessa questão, seus próprios hábitos e comportamentos, distintos do modelo social dominante, qual seja, o modo de vida burguês, já os relegava à margem daquela sociedade.

Sem dúvida a França passou por várias crises econômicas ao longo do século XIX. A subprodução agrícola, por sua vez ocasionada por pragas na plantação, não só engendrava a miséria rural, mas também o pauperismo urbano. Os produtos industrializados acumulavam-se pela falta de compradores. Os artigos que não eram de primeira necessidade foram deixados de lado, provocando colapsos e desempregos no setor industrial. O aumento de preço dos alimentos igualmente relegava muitos à fome. Abandono de crianças, roubos e prostituição eram alguns dos elementos atribuídos à população menos abastada. Não obstante, as mazelas também passavam pelas epidemias. Presente no cotidiano, não só de Paris, como de outras cidades francesas, estava uma série de doenças que dizimavam a população local. Em 1849 e 1865, o cólera assolou Paris, provocando cerca de 20.000 mortes[168]. No ano de 1854 foi a vez de Bordeaux e Toulouse sofrerem com os males da doença. Durante o século XIX, outras enfermidades também

[165] BRESCIANI, op. cit., p. 51.
[166] Segundo André Gueslin, a diferença entre o vagabundo e mendigo está no domicílio. Ao menos em teoria, o primeiro não tem residência e o segundo sim (GUESLIN, op. cit., p. 66).
[167] MANEGLIER, op. cit., p. 61.
[168] Ibidem, op. cit., p. 19.

acometeram a França. Tísica, sífilis, asma, enterites, tuberculose, congestão pulmonar, raquitismo e escoliose, foram algumas delas. Inclusive, foi sob a tarja do higienismo que Haussmann demoliu os casebres da velha Paris. A política sanitária foi uma das bandeiras para as desapropriações.

A evolução dos níveis de vida dos proletários da indústria dependia do movimento de seu salário. Como em geral a remuneração dos operários era baixa, a despeito da grande quantidade de horas labutadas, as famílias recorriam ao trabalho infantil. A prole era empregada por soldos menores, mas que faziam diferença no montante para a subsistência do grupo e nesse sentido, pais e patrões eram coniventes. Os primeiros pela situação de quase miséria em que se encontravam, e os segundos pelos altos lucros aferidos, na medida em que se tratava de uma mão-de-obra barata. Os estudos desses meninos e meninas ficavam relegados ao segundo plano, não somente pela carência de recursos, mas pela falta de tempo. Extenuadas por uma jornada de seis a sete horas e pelo barulho por vezes ensurdecedor das máquinas, mesmo as crianças que chegavam a freqüentar a escola, adentravam com parte das suas capacidades cognitivas comprometidas pelo cansaço[169].

Do mesmo modo, as mulheres tinham que trabalhar nas manufaturas. Na Paris de 1886, representavam quase 1/3 dos empregados na indústria. No ramo têxtil, em especial, elas constituíam 50% dos trabalhadores[170]. Assim, em setores onde a mecanização diminuía a necessidade de força física, havia maior incidência de mão-de-obra feminina, até mesmo porque isso significava queda nos gastos com salários. Em média, as mulheres ganhavam 1,50 francos por dia, o que era menor do que os proventos correspondentes aos homens.

Nem só as mulheres operárias, porém, eram responsáveis pelo auxílio à sobrevivência. Aquelas que cuidavam da casa e perambulavam pelas ruas também tinham papel crucial. No pólo oposto do tempo industrial, dividiam seu dia com tarefas variadas, criavam seu espaço e com relativa autonomia andarilhavam pela cidade em busca de

[169] PLESSIS, op. cit., p. 155.
[170] GARRIGUES, op. cit., p. 138.

qualidade, em especial no que se refere a alimentos, e do menor preço. Guardiãs dos víveres, fiscalizavam e esbravejavam no comércio com a finalidade de prover a família com recursos complementares, principalmente em tempos de crise. Cozinhar era uma forma de economizar, pois se aproveitavam os ingredientes mais duros e baratos[171].

Ao fazer das ruas seu espaço, elas saíam em busca de atividades informais que pudessem render algum dinheiro. Limpar, lavar roupas, entregar pão ou recados eram tarefas que também faziam parte do cotidiano das mulheres das camadas populares. Fluídas, as donas de casa espraiavam-se em trechos das ruas e, com o pano estendido no chão, expunham objetos à venda. Estes variavam desde suas próprias roupas usadas a produtos artesanais e mercadorias provenientes de roubos ou compradas a bom preço[172]. "A sociedade do século XIX não poderia crescer e se reproduzir sem esse trabalho não contabilizado, não remunerado da dona-de-casa"[173]. Nessa dimensão,

> as mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra[174].

Uma das tarefas mais difíceis é a de mensurar a atividade profissional das mulheres ao longo do século XIX. Os índices revelados não são mais do que parciais, dada a multiplicidade de papéis que desempenhavam, e por terem se constituído na informalidade. Por seu turno, a mentalidade da época não conferia uma identidade profissional específica para as mulheres, salvo nos ofícios bem especializados, como o dos tecidos e da vestimenta. A posição sócio-econômica também pesava sob o aparecimento dessa informação em documentos. "Filha de seu pai, mulher de seu marido (...) as taxas de declaração de acordo com as atividades e de acordo com o lugar da mulher na família,

---

[171] Cf. PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*..., op.cit; PERROT, Michelle. Funções da família In: . op. cit.,.
[172] Ibidem; Ibidem.
[173] PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*... op. cit., p. 214.
[174] Ibidem, p. 212.

colocam em evidência que o sub-registro ou a sub-declaração"[175] eram patentes. Através dos registros de casamento, pode-se notar que 55% dos advogados, farmacêuticos, médicos e fabricantes desposavam mulheres que nada declararam; 25% se casavam com aquelas denominadas como "sem profissão"; e somente 20% com aquelas que falaram exercer algum tipo de atividade[176]. Em oposição, a maior parte das mulheres casadas com homens que viviam de jornais, operários e trabalhadores agrícolas, revelava ofícios e, neste caso, eram minoritárias as declarações de "sem resposta" e "sem profissão" [177].

Para o ganho de dinheiro, ou mesmo por condições mínimas de sobrevivência, a prostituição era realidade no universo de várias mulheres, mas em diferentes patamares. Havia as grandes cortesãs que viviam em meio ao luxo ostentatório, indispensável à manutenção de seu status e das tarifas cobradas. Dentre a sua clientela encontrava-se o miolo da alta sociedade parisiense. Donos de indústria, aristocratas, banqueiros, velhos ou novos, feios ou bonitos, o que importava era a sua posição social e condições financeiras[178]. Nos bairros elegantes da Paris de Haussmann somente os luxuosos e discretos bordéis subsistiram. Assim, a capital era vista na Europa como atração para divertimentos.

Outra faceta da prostituição era aquela de menor escalão. Com a miséria que as rondava e os baixos salários, as mulheres das camadas populares prostituíam-se para complementarem seus meios de subsistência. Mesmo as esposas de operários realizavam mais essa jornada de trabalho, na medida em que tinham que conviver com altos e baixos. Para elas, o amanhã era incerto.

Todas essas questões de fuga da miséria beiravam o rompimento com as novas ordem e racionalidade imputadas. E essas, para serem instauradas, implicavam "não só transformações econômicas e tecnológicas. Mas também a criação de novas regras do jogo,

---

[175] MOTTE, Claude Pelissier. La binette, l' aiguille et le plumeau – les mondes du travail féminin In: DUPÂQUIER; KESSLER (dir.). *La sociéte française au XIXe siècle.* Paris: Fayard, 1992, p. 237.
[176] Ibidem, p. 262.
[177] Ibidem.
[178] MANEGLIER, op. cit., p. 97.

novas disciplinas"[179]. Assim, controlar o ritmo dos homens e discipliná-los era a tônica. Nas fábricas, em especial, esse contexto se tornava cada vez mais forte. O relógio, a porta e inclusive o uso das máquinas eram pontos nevrálgicos de vigilância. A mecanização o era na medida em que propiciava o controle do processo de produção e, em conjunto com o regulamento, direcionava os gestos e comportamentos dos operários[180].

A França era, desse modo, lugar dos extremos sociais. Ao lado daqueles privilegiados pela festa imperial, o mundo do dinheiro e os espetáculos da Bolsa, descritos por Zola e Dumas[181], estavam as vítimas da miséria, excluídas deste universo abastado, representadas em *Les Misérables* de Victor Hugo[182]. A literatura fazia-se presente e, alinhada à objetividade científica, pretendia ser uma crônica fotografada da realidade. Cenas do cotidiano eram descritas em folhetins, retratando uma visão interpretada do que se passava ao redor.

O Realismo como arte, não só na literatura, mas também na pintura, tinha um viés crítico, de fazer com que houvesse reflexão sobre as conotações e atitudes que cercavam seu tempo. Era um meio de denunciar a ordem social. Por isso, o intuito do artista girava em torno justamente de proceder a uma análise rigorosa e, na sua concepção, precisa da realidade. Cunhada por uma posição objetiva, procurava mesmo a aproximação com os procedimentos adotados pelos cientistas.

Nessa perspectiva, diversas facetas eram descritas. As taras dos ricos e as pretensões das camadas médias, bem como a miséria dos pobres, eram denunciadas. Em *Germinal* e *L' Assommoir*, Zola ilustrou as condições dos operários parisienses:

> Dois anos se passaram, durante os quais eles se afundavam mais e mais. Os invernos, sobretudo, os deixavam sem nada. Se eles comeram pão em um belo tempo, a escassez e a fome chegavam com a chuva e o frio (...) na pequena Sibéria de seus quartos. Esse patife de

---

179 PERROT, Michelle. *Os excluídos da história...* op. cit., p. 53.
180 Ibidem, p. 167.
181 ZOLA, Emile. *Argent*. Paris: Fasquelle, 1960; DUMAS, Alexandre. *Le comte de Monte-Cristo*. Paris: Garnier, [1956].
182 HUGO, Victor. *Les Misérables*. Paris: Charpentier et Fasquelle, 19-?. Victor Hugo foi também intenso opositor do regime bonapartista.

> dezembro entrava por debaixo da porta e trazia todos os seus males, o desemprego nos ateliês, a indolência entorpecida pela geada, a miséria negra dos tempos úmidos [183].

Paulatinamente descontentamentos com o regime foram aflorando. E já no início da década de 60, o Império passava por dificuldades crescentes. O recuo dos candidatos oficiais, em especial após as eleições de 1863, era concreto. Por outro lado, também a pressão dos grupos liberais e republicanos; os clérigos hostis; e a insatisfação dos operários, eram elementos que estavam contribuindo para desestabilização do regime autoritário. Este se emaranhava em uma miscelânea de infortúnios nos âmbitos social e político, da mesma forma que nas intervenções francesas no exterior.

Maior liberdade política e mudanças sociais eram reclamadas. Porém, enquanto os operários se opunham com veemência às elites burguesas, os camponeses os assistiam indiferentes na medida em que atados à ordem e à prosperidade imperial. As massas rurais continuavam a votar nos candidatos oficiais. Em realidade, configuravam-se como apoio, sustentáculo do regime.

> A expressão 'idade de ouro do campesinato' é frequentemente empregada para caracterizar a situação do setor rural sob o Segundo Império. O otimismo oficial e a adesão ao regime da massa rural, testemunhadas tanto nas eleições legislativas quanto nos plebiscitos, são justificados pela comparação com a primeira metade do XIX e, sobretudo com a crise do fim dos anos de 1840. Os indicadores econômicos e demográficos se orientam em um censo positivo no início dos anos de 1850, e se as crises setoriais ou regionais são produzidas, elas são parciais ou compensadas pelas evoluções favoráveis[184].

Logo, apreende-se que um conjunto de pontos levou à derrocada do Império, mas economicamente a França de 1870 era próspera quer na faceta agrícola, quer na industrial.

Para minimizar a série de descontentamentos, Napoleão III articulou reformas liberais que propiciaram mais participação política e expressão de idéias. Em 1867, foi concedido o direito da interpelação, ou seja, de criticar o governo. Antes mesmo, em 1859, a anistia foi conferida aos socialistas e revolucionários condenados em 1851. A maior parte

[183] ZOLA, Emile. L' Assommoir apud GARRIGUES, op. cit., p. 140 (tradução nossa).
[184] CHARLE, op. cit., p. 87 (tradução nossa).

desses líderes optou por voltar a Paris, mas Victor Hugo permaneceu convicto em sua posição: "quando a liberdade retornar eu retornarei" [185].

O intuito de tais modificações era o de evitar uma revolução e fazer com que através das aberturas liberais o regime ainda permanecesse no poder. Entretanto, por essas mesmas leis, o clima político transformava-se nas cidades. Dadas as concessões imperiais, a oposição republicana se firmava. As reuniões se multiplicavam e eram, por vezes, violentas. Assim, também no corpo legislativo, os debates se tornavam calorosos.

A imprensa teve crescimento extraordinário no período. Cento e quarenta jornais foram criados em um ano e, nos tempos finais de Napoleão III, a tiragem era cinco vezes maior que em 1860, aproximando-se de um milhão de exemplares[186].

As reformas igualmente trouxeram em seu bojo uma nova direção de política social: a de sedução das massas operárias. Eram inclusive publicados artigos e pequenas brochuras a bom preço que procuravam reavivar a imagem do imperador, elencando as suas idéias, típicas de um "príncipe popular", cujo fim primeiro era o de amenizar o pauperismo dos trabalhadores.

Por outro lado, os militantes, aproveitando-se da tolerância, organizaram cooperativas e sociedades sindicais. Os anos de 1864, 1865 e 1867 foram marcados por greves e pela constância de reivindicações, a ponto de em 1866, por meio de uma circular, o Ministro do Interior recomendar aos responsáveis pelos departamentos ou regiões francesas, a tolerância para com as reuniões grevistas[187].

Envolta nesse contexto de declínio e insatisfações em relação ao regime estava a intervenção da França na questão da unificação italiana. O reino Sardo-Piemontês sob o comando de Victor Emanuel II e com a habilidade de seu ministro Cavour, o qual logrou fortalecer essa região tanto política, quanto economicamente, estava à frente desse processo

[185] HUGO, Victor apud GARRIGUES, op. cit., p. 150 (tradução nossa).
[186] PLESSIS, op. cit., p. 217.
[187] Cf. GARRIGUES, op. cit., p. 151; PLESSIS, op. cit., p. 213.

de unificação. Obstáculo, porém, era a Áustria, detentora dos territórios italianos da Lombardia e Veneza, além do apoio dos dirigentes dos demais Estados.

Para enfrentar a Áustria, o Piemonte contou com o auxílio francês. Napoleão III esperava, com essa aliança, ter compensações territoriais – Nice e Savoie foram cedidas à França – e assegurar garantias financeiras e comerciais.

Articulando-se como principal defensor das nacionalidades oprimidas[188], uma das idéias era firmar a influência bonapartista na Europa. Em acordo efetuado em 1858, com Cavour, Napoleão III dispunha-se a ajudar os piemonteses a libertarem a Itália central do jugo das forças austríacas instaladas em Milão, Veneza, Bologne, Parme e Modène. Assim, o Piemonte formaria um Estado da Itália, englobando a Lombardia, Veneza e as províncias pontificais.

O fator da possível anexação dos territórios do Papa a essa Itália unificada, fazendo com que o pontífice perdesse o domínio dessas regiões e submetesse a Igreja a esses intentos, trouxe uma série de manifestações de inconformismo dos católicos franceses. Clérigos e Igreja, conservadores que ajudaram a sustentar o regime em seus primeiros passos, nesse momento o rechaçavam pela intervenção no exterior. A integridade do Estado pontifical estava em jogo e isso criava animosidades com uma das principais camadas de apoio do Império.

Napoleão III então passou a levar adiante uma política dúbia. Ao mesmo tempo em que amparava a unificação da Itália, mantinha tropas na região de Roma para protegê-la. Entretanto, o ritmo da penetração dos soldados prussianos na França forçou a retirada dos franceses de Roma, a qual foi logo tomada pelas forças piemontesas e transformada em capital do reino da Itália. Esse componente criou ainda mais animosidade entre o clero e o regime, o que colaborou para o seu colapso.

[188] GARRIGUES, op. cit., p. 89.

A França temia o expansionismo prussiano, pois entre 1850 e 1860 houve palpável desenvolvimento do seu capitalismo industrial. A unidade territorial alemã foi precedida pela unidade econômica. O mercado foi unificado ao se eliminarem as barreiras alfandegárias que dificultavam a circulação de produtos entre os vários Estados. Ademais, Bismarck, primeiro ministro e principal articulador da unificação alemã, já havia conseguido agregar todos os territórios do norte, formando a Confederação Germânica do Norte. Restavam, porém, os Estados do Sul, os quais ainda não haviam sido anexados por pressão francesa, dado o receio de que a Alemanha unificada abalasse o que consideravam por equilíbrio europeu.

Rompidos os laços, 1870 foi o ano da guerra Franco-Prussiana. "A declaração de guerra à Prússia é o erro fatal que vai deslocar o edifício político e administrativo pacientemente consolidado durante duas décadas" [189]. Em realidade, tratou-se de mais um componente de derrocada do Império em meio as suas próprias contradições. A França estava isolada diplomaticamente e a Prússia, por seu turno, tinha um poderio militar aperfeiçoado, com um exército disciplinado. A inferioridade francesa se pautava pelo menor número de soldados, defasagem em armamento e, inclusive, no nível de comando, pois muitos oficiais superiores da França haviam "sido promovidos em razão de sua fortuna pessoal mais do que por sua capacidade" [190]. Em relação às mortes, a preocupação maior era da França, na medida em que tinha menor excedente natural que a Alemanha, dados os baixos índices de natalidade[191].

Resultado. A França foi derrotada e o regime napoleônico passou por uma série de medidas que denotavam humilhação. Para além da pesada indenização, foram perdidos os territórios da Alsácia e Lorena - ricos em minérios de ferro e carvão, importantes para a sua produção industrial – o que reverberou na emigração de parcela da população local.

---

[189] Ibidem, p. 174 (tradução nossa).
[190] PLESSIS, op. cit., p. 223 (tradução nossa).
[191] Esse será um dos assuntos abordados no próximo capítulo.

Aprisionado pelos prussianos e sem grande prestígio dentre os franceses, Napoleão III foi deposto e a Terceira República proclamada em mãos de conservadores. Paris estava sitiada pelas tropas alemãs quando uma insurreição popular tomou conta da cidade, transformando a pobreza em questão política. Para além do fator nacionalista, a Comuna de Paris esteve estritamente ligada aos acontecimentos anteriores: às conseqüências da haussmanização como, por exemplo, o aumento dos aluguéis[192]; a pauperização operária; e à aspiração das camadas menos abastadas em voltar ao centro da cidade, de onde foram deslocadas[193]. Assim, o "communard" era frequentemente o popular operário, mas também o artesão, o pequeno patrão ou o pequeno comerciante[194], os quais pegaram em armas, promulgando um Estado operário cuja duração foi de apenas dois meses, porém marcados por confrontos violentos. A "semana sangrenta" de 21 a 28 de maio de 1871 ocasionou 20.000 mortes[195].

Ao longo da III República, que tomou os últimos anos do século XIX na França, um conjunto de mudanças permeou a sociedade. A diminuição da influência da Igreja foi patente. Além da instituição do ensino primário obrigatório, laico e gratuito (1881-1882), decretou-se o fim do repouso dominical, a re-legalização do divórcio e a laicização dos cemitérios, hospitais e tribunais[196]. Nos artigos da Constituição foi reconhecida a liberdade de reunião e da imprensa, assim como o direito dos sindicatos a se constituírem. Não obstante, um sucedâneo de altos e baixos econômicos direcionava momentos de crise e desemprego, culminando também em movimentos de insatisfação. Os anos de 1873, e 1881 a 1895, corresponderam a períodos de estagnação nos circuitos da economia.

Nesse quadro que envolve aspectos sociais, políticos, econômicos e ideológicos da França da segunda metade do século XIX, atuaram pessoas comuns que decidiram dar

---

192 PERROT, Michelle. *Os excluídos da história...*, op. cit. p. 106.
193 PLESSIS, op. cit., p. 225.
194 MARCHAND, op. cit., p. 113.
195 RENAUDEAU, Pierre-Marc. *IIIe Republique*. Paris: Éditions du Seuil, 1998, p. 5.
196 Ibidem, p. 9.

outro rumo as suas vidas. Cruzar o Atlântico era tão só uma etapa deste caminho. Antes mesmo da travessia, a decisão de emigrar não era incólume. O meio em que viviam ditava os porquês dessa opção.

As disparidades sócio-econômicas atreladas às difíceis condições de sobrevivência, o gradual desaparecimento do artesanato domiciliar, e mesmo as mudanças de fronteira com a guerra franco-prussiana consubstanciavam um emaranhado que pendia na decisão de emigrar. O que significa que mesmo sendo tradicionalmente considerada como uma das potências da época e fulcro de imigração, a França passou por uma série de problemáticas que, mitigadas pela predominância de uma historiografia eminentemente voltada à política e de cunho nacionalista[197], faziam parte do cotidiano da população. E eram elas que impulsionavam a esperança de melhor sorte.

Por seu turno, a influência cultural da França, que se irradiou para diversas partes da América, principalmente no que tange aos costumes burgueses, foi componente desse emigrar no sentido dos papéis e ofícios que os franceses desempenharam do outro lado do Atlântico.

As transformações do Brasil, e de modo especial da São Paulo da segunda metade do século XIX com os lucros advindos do surto cafeeiro, demandavam a diversificação do comércio e dos serviços, e aí encontraram lugar os ditos imigrantes. Cabeleireiros, modistas, alfaiates, donos de lojas de fazendas, hotéis e restaurantes, eram cabedais que tornavam mais tangível, através da sua presença física, a propagação do gosto francês e das mercadorias provenientes das indústrias de sua terra natal.

[197] Daí a opção de neste capítulo enveredar-se mais para os trabalhos de fundo econômico e social.

CAPÍTULO II

Rumo ao outro lado do Atlântico: a decisão de partir

Porto de Havre, por volta de 1865 (ASSELINEAU) apud TAKEYA

"Um modelo de prática da subjetividade é elaborado à beira-mar. O indivíduo moderno vem se descobrir à beira mar e fazer a experiência de seus limites, face ao vazio do oceano e à gratuidade das ondas".

Alain Corbin

A emigração de mais de um milhão de franceses para a América no curso dos anos entre os anos de 1820 e 1920, oferece ao historiador ampla matéria de reflexão[1]. Não obstante, durante longo período a emigração francesa como tema, assim como o seu estudo, foram relegados a segundo plano e mesmo negligenciados. Tal fato se deu tanto nos países de acolhida, onde era ignorada ou sujeita à falta de interesse, como na própria França cujos historiadores a consideravam como fenômeno marginal. Logo, pouco se conhece acerca da emigração francesa enquanto objeto histórico.

A explicação tradicional para a falta de estudos focaliza-se na idéia de que os franceses, enquanto emigrantes, eram minoritários se comparados a contingentes populacionais de outras nacionalidades. De fato, italianos, alemães, portugueses, ou árabes, chamam a atenção por seu elevado quantitativo - saíam em massa de seus países de origem. Entretanto, o volume da emigração francesa não justifica a falta de análises, pois ademais dos aspectos qualitativos que suscita, os números em si não são desprezíveis.

Malograda a opinião geralmente aceita de que os franceses não se expatriavam, entre 1806 e 1914, 1.600.000 pessoas deixaram a França, dentre as quais 60.0000 de origem urbana[2]. Na tabela a seguir, pode-se observar que a emigração para além do Atlântico tinha percentual alusivo. Da mesma forma, devem ser considerados os movimentos para as colônias francesas e para outras regiões da Europa.

---

[1] WEIL, François. Les migrantes français aux Amériques (XIXe – XXe siècles), nouvel objet d' histoire. *Annales de Démographie Historique*. Paris: Belin, n. 1, 2000, p.5.

[2] DUPÂQUIER apud BONNAIN, Rolande. Migrations et inscription urbaine des Pirénées en Amérique du Sud au XIXe. siècle: Montevideo et Caracas. *Annales de Démográphie Historique*. Paris: Belin, 2000, p. 61.

Tabela 1 – Proporção dos emigrantes franceses para a América, colônias e Europa, por décadas, 1851 – 1930 (em porcentagem).

		DESTINO		
Período	***América***	***Colônias***	***Europa***	***Total***
1851 – 1860	44.4	27.8	27.8	100.0
1861 – 1870	40.6	19.8	39.6	100.0
1871 – 1880	39.4	18.1	42.5	100.0
1881 – 1890	45.1	16.8	38.1	100.0
1891 – 1900	35.0	30.0	35.0	100.0
1901 – 1910	36.0	10.1	53.9	100.0
1921 – 1930	*25.9*	*35.6*	*38.6*	*100.0*

FONTE: BUNLE apud WEIL, François. French Migration to the Américas in the 19th and 20th centuries as a historical problem. *Studi Emigrazione*. Roma, XXXIII, n.123, 1996, p.452.

Mesmo Paris, a capital para a qual afluía população do interior e do estrangeiro, e que também era envolta na imagem tradicional da rara emigração, desde o século XIII fazia parte desse complexo de saídas[3]. Entre 1815 e 1824, a prefeitura concedeu 34.457 passaportes o que remonta a movimentação de aproximadamente 44.000 pessoas[4]. Aliás, no interregno dos anos de 1815 e 1845 foi estimada a saída para o exterior de 250.000 pessoas[5]. Mais uma vez trata-se de números não desprezíveis.

De todo modo, torna-se difícil analisar a emigração francesa sob o aspecto quantitativo. Em primeiro lugar pela deficiência das fontes estatísticas e, em segundo, pelo próprio caráter dessa emigração, que não se configurava como de massas, mas sim individualizada.

A emigração, inclusive, era um dos pontos que promovia a atenção do governo e dos homens de época na França. Foi assim que em 1884, Gustave Lagneau, membro de Academia de Medicina e presidente da Sociedade de Antropologia desde 1872, enveredou

[3] DAUVERGNE, Robert. *Paris, Foyer d' imigration au cours des âges*. [S.L]: [s.n], 1963, p.01.
[4] GEBOD, Paul. Parisiens et parisiennes fors de France au milieu du XIXe. siècle (1846-1860.) *Revue Historique*, n. 604, 1997, p. 287.
[5] Ibidem, p. 288.

para um estudo intitulado *L' Émigration de France*[6] no qual elucida que os números oferecidos pelos documentos oficiais contemporâneos eram falhos: "a insuficiência desses documentos do ponto de vista da emigração é evidente" [7]. Para chegar a essa constatação, elencou as informações fornecidas pelos passaportes, serviço de emigração, enumeração das colônias e enquetes feitas pelos cônsules com franceses radicados no estrangeiro.

Segundo Lagneau, as próprias engrenagens desses documentos, assim como a sua efetivação, deixavam margem ao fator de que os números apresentados eram, em realidade, bem inferiores aos concretos. A começar pela questão de que, a partir de 1860, o uso do passaporte não era mais obrigatório, o que relativiza os dados concebidos para depois desse ano. Por outro lado, o número levantado pelos cônsules em países estrangeiros era também falho na medida em que a maior parte dos franceses não se matriculava nos consulados locais, o que inviabilizava uma contagem oficial mais precisa dos compatriotas [8].

Para que se tenha idéia da discrepância dos números, há o exemplo de que em 1871 o departamento de imigração dos Estados Unidos contabilizou a entrada de 5.780 franceses, enquanto que o serviço de emigração da França enumerou a saída de 1.192 pessoas[9]. Este último inspecionava apenas as embarcações com mais de 40 passageiros. Aqueles com um número menor de emigrantes do que esse exigido por lei eram deixados de lado. Assim, enquanto, de 1865 a 1877, anualmente 227 navios eram verificados, outros 607 não eram controlados[10]. O que faz com que as porcentagens de emigração acenadas por esse canal sejam falhas. Há que se acrescentar ainda que desta relação em que são privilegiados os que partiam por via marítima, estão alijados aqueles que deixavam o país por via terrestre.

---

[6] BHVP. LAGNEAU, Gustave. *La Émigration de France*. Paris, 1884. Não há alusões específicas sobre qual a Academia de Medicina ou Sociedade de Antropologia das quais participava, porém pode-se aventar que eram de Paris.
[7] Ibidem, p. 8 (tradução nossa).
[8] Ibidem.
[9] Ibidem, p. 15.
[10] Ibidem, p. 12.

Nessa vertente, também se encontram muitos franceses que igualmente emigraram pelas águas, mas por portos que não contavam com um comissário especial ou um agente de polícia imbuído do serviço de emigração. Tal agente existia somente nos principais portos, quais sejam, Marseille (departamento de Bouches du Rhône), Bordeaux (Gironde), Le Havre (Seine Maritime) e Bayonne (Basses Pyréneés)[11]. Para completar, não deixavam de estar perdidos nesse mar de desconhecidos, os franceses que, por possíveis compensações no preço da jornada, partiam através de portos de outros lugares da Europa, o que tornava a sua contabilização pouco provável.

Na visão tradicional, a emigração francesa era igualmente subjugada pelo colonialismo, apoiada na hipótese de que se houve saídas, a maioria se dera rumo às colônias da França. Entretanto, essa afirmação pode ser relativizada. Lagneau aponta que de 1878 a 1881, 2.102 pessoas partiram para a Argélia com a intenção de lá se estabelecer, e esse montante correspondia, no mesmo período, somente a 1/7 da emigração francesa para o exterior[12].

De toda a forma, "a metade do século XIX marca o começo da maior migração dos povos na História"[13]. A demografia oitocentista da Europa como um todo

> consistiu na intensa mobilidade das gentes, especialmente apreendida mediante o contínuo fluxo emigratório do ocidente em direção ao continente americano. Da Inglaterra, da França, da Alemanha – países em vias de industrialização – assim como dos países mediterrâneos de economia mais retardatária – Itália, Espanha -, de um modo geral de toda a Europa emigrou-se, abundantemente, para os Estados Unidos da América, para as antigas colônias espanholas, para o Brasil [14].

O termo emigração significa saída de pessoas de um país para o outro com o objetivo de ali encontrar melhores condições de vida[15]. Essas condições ainda não foram

---

[11] Os estudos sobre o Havre são inviabilizados, dada a destruição do porto e de seus arquivos durante a Segunda Guerra Mundial.
[12] BHVP. LAGNEAU, Gustave, op. cit., p. 17.
[13] HOBSBAWM, Eric. *A era do capital (1848 – 1875).* 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 207.
[14] SERRÃO, Joel. *Emigração Portuguesa.* Lisboa: Horizonte, s/d, p. 41.
[15] AGUIAR, Cláudio. *Os espanhóis no Brasil – contribuição ao estudo da emigração espanhola no Brasil.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991, p. 109 – 110.

suficientemente definidas e com unanimidade entre os estudiosos do assunto, porém, estipula-se que a vontade é um dos fatores essenciais para caracterizar o ato emigratório [16].

As vias de informação sobre o outro lado do Atlântico poderiam se dar sob formas diversas. Dentre elas, merecem destaque as relações individuais, familiares e vicinais. "Na realidade, os emigrantes usavam relações sociais de parentesco, vizinhança e amizade para se informarem sobre as oportunidades no exterior. Esse tipo de informação concreta e personalizada, desenvolvida no âmbito das relações coletivas em que o potencial emigrante se sentia apoiado, servia de base à decisão de ficar ou partir" [17]. E essa correspondência, de certa maneira, ajudava a manter a corrente migratória, na medida em que significava importante sustentáculo aos que desejavam emigrar, ao auxiliá-los na ponderação de sua decisão e na escolha do melhor momento para a empreitada[18]. Sob esse viés, elencavam-se laços de união, informação e solidariedade [19].

Em 1860, a saída de franceses presenciava tal movimento que ali existia trinta e uma agências oficiais de emigração, cujas principais linhas (em número de 10 no fim do Segundo Império) ligavam a França aos Estados Unidos[20].

Assim, nesse contexto, sem dúvida influíram os agenciadores. "Quando o parente não podia ajudar, uma variedade de intermediários com interesse financeiro entrava em ação. Onde havia uma grande demanda por trabalho de um lado, uma população ignorante das condições no país escolhido de outro e uma longa distância pelo meio, o agente ou

---

[16] Ibidem, p. 110 – 111.
[17] LEITE, Joaquim da Costa. O Brasil e a emigração portuguesa (1855 -1914) In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 182. Cf. OTERO, Hernan. La inmigracion francesa em Tandil. Un aporte metodológico para el estudio de las migraciones en Demografia Historica. *Separata Desarrollo Econômico Revista de Ciencias Sociales*. V. 32, n. 125, p. 79-106, abril – junio 1882.
[18] Ibidem, p. 186.
[19] Cf. MIALHE, Jorge Luís. *Cidadãos de dois mundos. Imigração francesa e dupla nacionalidade na região de Piracicaba: aspectos históricos – jurídicos*. São Paulo, 1997. Tese – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
[20] ZELDIN, Theodore. *Histoire des Passions Françaises 1848-1945*, v. 2, Paris: Éditions du Seuil, 1980, p. 102.

contratador florescia"[21]. Na França, havia intensa propaganda desenvolvida pelas agências de emigração, incisiva principalmente nos momentos críticos da economia[22].

A evolução dos transportes, por sua vez, facilitou a movimentação das pessoas. As estradas de ferro e os navios a vapor trouxeram em seu bojo a redução no tempo de jornada e alguma diminuição em seus custos[23]. No entanto, não se deve deixar de pensar em outras facetas. Ao sair da terra natal, o emigrante tinha que enfrentar toda a sorte de obstáculos: os riscos da travessia oceânica; as péssimas acomodações da embarcação; possíveis abusos nos preços quando iam por conta própria e, inclusive, a má fé dos agentes de emigração[24].

Então, por que as pessoas emigravam? Klein responde:

> A questão básica envolve o peso dos fatores de expulsão e de atração e a maneira como se equilibram. Para começar deve-se dizer que a maioria dos migrantes não desejavam abandonar suas casas, nem suas comunidades. Se pudessem escolher, todos – com exceção de poucos que anseiam por mudanças e aventuras – permaneceriam em seus locais de origem. A migração, portanto, não começa até que as pessoas descobrem que não conseguirão sobreviver com seus meios tradicionais em suas comunidades de origem[25].

Em geral, vários elementos podiam corroborar nessa decisão. A emigração atrelava-se a causas de ordem política, religiosa e mesmo psicológica, porém estas eram mais ocasionais e fortuitas. "É o anseio de felicidade no campo material que estimula a corrida em busca de salários mais elevados, de melhores condições de vida ou de vantajosas compensações, quando não em proveito próprio, em favor da prole que migra"[26]. Logo, as razões de ordem econômica estavam em primeiro lugar. Foi justamente a condição econômica o principal fator de expulsão das populações européias ao longo da segunda metade do oitocentos. A finalidade mais imediata que parece ter animado as pessoas de um

---

[21] HOBSBAWM, Eric, op. cit., p. 212.
[22] MIALHE, Jorge Luís, op. cit., p. 61.
[23] ARIÈS, Philippe. *Histoire des populations françaises*. Paris: Éditions du Seuil, 1971, p. 288.
[24] RODRIGUES, Ondina Antônio. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/ Memorial do Imigrante, 1999, p.12-13.
[25] KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas In: FAUSTO, Boris (org.) *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 13.
[26] CÔRTES, Geraldo de Menezes. *Migração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958, p.6.

determinado país a morar e trabalhar em terras estranhas foi a busca de oportunidades para elevar-se economicamente, mais além dos padrões de vida que então usufruíam em seus países de origem[27].

Nessa fórmula, três fatores ainda eram determinantes: "o primeiro é o acesso à terra e, portanto, ao alimento; o segundo, a variação de produtividade da terra; e o terceiro, o número de membros da família que precisam ser mantidos"[28]. As crises agrícolas, internas e externas, assim como a mecanização, ocasionaram a derrocada de pequenos proprietários e de camponeses que, envoltos na carestia dos alimentos, viam-se ameaçados pela pobreza e pela fome.

Agravando a problemática das terras limitadas, estava a questão da herança. Quando a propriedade era dividida em pequenos lotes entre os herdeiros, ou quando ela cabia somente ao mais velho, incitava a emigração. E "os demais filhos que não quisessem permanecer em uma situação de dependência permanente com relação ao primogênito eram obrigados ao êxodo, quer para as cidades, quer para a própria América."[29].

Assim como vários outros países europeus, a França não se furtou a essas situações. As condições miseráveis de sua população também eram alarmantes, o que ocasionava um desejo de estabilidade e ascensão econômica. Veja-se: "Porque as pessoas emigravam? Sobretudo por razões econômicas, quer dizer, porque eram pobres. Apesar das perseguições políticas de 1848, refugiados políticos ou ideológicos formavam uma pequena fração da emigração"[30].

---

[27] AGUIAR, op. cit., p.100-101.
[28] KLEIN, op. cit. p. 14.
[29] WILLEMS, Emilio. *A aculturação dos alemães no Brasil – estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946, p. 55.
[30] HOBSBAWM, op. cit., p. 213.

Na esteira do caso francês igualmente encontrava-se o dito parcelamento da terra e o sistema de herança, no qual somente um dos filhos era privilegiado. Aos demais cabia a dependência enquanto permanecessem solteiros ou a alternativa da emigração[31].

Por sua vez, conforme se pôde denotar no capítulo anterior, a maior parte da população francesa se achava no campo, onde eram constantes os colapsos agrícolas. A crise da videira, ocorrida entre 1853 e 1858, e da filoxera no período de 1870 a 1890, são somente alguns exemplos. Com esse quadro e a conseqüente diminuição da produção, houve queda no preço da terra, aumento do custo de gêneros alimentares, desemprego em massa dos trabalhadores rurais e o empobrecimento de pequenos e médios proprietários que, em meio a uma conjuntura econômica desfavorável, viram-se obrigados a vender suas propriedades e emigrar[32].

Nesses casos, registrou-se a incidência principal dos departamentos de montanha - focos de emigração por excelência -, dado que seus solos eram em geral pouco férteis e, portanto, mais sensíveis aos momentos de crise.[33] Dessa forma, Basses-Pyrénées, Hautes-Pyrénées, Haute-Garonne, l´Ariége, Hautes-Alpes, Basses-Alpes, Savoie e Haute-Saône forneciam números consubstanciais de emigrantes[34]. Ademais ainda era sintomático o fator que essa geografia da emigração francesa guardava extrema ligação com as regiões de baixos salários agrícolas[35].

Nesse ínterim, paulatinamente outro ponto se afirmava. A mecanização, tanto da agricultura, como da indústria, tendia a eliminar a necessidade de mão-de-obra e fazia com que aos poucos um dos arrimos econômicos de boa parcela da população citadina se esvanescesse: o artesanato domiciliar. Já nas grandes cidades,

---

[31] Hernán Otero alude essa questão especialmente à região basca. Cf. OTERO, Hernán. A imigração francesa na Argentina: uma história aberta In: FAUSTO, Boris (org.) *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 131.
[32] Ibidem, p. 132.
[33] Cf. OTERO, Hernán. A imigração francesa na Argentina: uma história aberta In: FAUSTO, Boris, op. cit., p. 131; BHVP. LAGNEAU, op. cit., p.45.
[34] BHVP. LAGNEAU, op. cit., p.45.
[35] OTERO, Hernán. A imigração francesa na Argentina: uma história aberta In: FAUSTO, Boris, op. cit., p. 138.

> as flutuações do mercado de trabalho transformavam a emigração numa alternativa interessante para uma parte do proletariado e para setores sociais menos favorecidos que buscavam uma possibilidade de mobilidade social. Em muitos destes casos a emigração trans-oceânica foi mais um passo – embora qualitativamente diferente – do processo de migrações rurais/urbanas de curta e longa distância [36].

A emigração era opção para as pessoas em momentos de crise, desemprego e doença[37]. Nos Hautes-Pyrénées, por exemplo, partia-se, sobretudo, para escapar da miséria[38]. Não obstante, não se deve deixar de lado que, embora em menor quantidade, religiosos saíam em missões eclesiásticas e, em época de guerra ou não, número considerável de franceses emigrava com o fim de escapar das amarras do serviço militar.

De todo modo, era raro que a ruptura propiciada pela emigração fosse regada de serenidade, tanto por parte dos que partiam, quanto dos que ficavam.

> Basta, evidentemente, que uma pessoa decida viver fora de sua Pátria, para de logo surgir uma gama variadíssima de problemas que requerem soluções diversas para cada um deles. São problemas de ordem sociológica, cultural, psicológica, política, de língua, além da fundamental que se liga, logicamente, às novas funções laborais, uma vez que a motivação de sua expatriação via de regra, será de natureza econômica[39].

Questão que paira sob esse amálgama é ainda a integração, constituída em um lento processo de superação de obstáculos que não dependia somente do emigrante, mas também da sociedade que o acolhia.

A emigração francesa não deve ser vista em um aspecto macro nacional, mas sim como a somatória de fluxos regionais diversos. Cada departamento, e mesmo cada *arrondissement*, possuía lógicas próprias, variadas dentro de seu respectivo núcleo. O que vem se agregar à idéia de que os franceses não se expatriavam em massa. Tratava-se de saídas individuais, e por isso em muito dispersas, cujo prisma a ser delineado era este do universo regional.

---

[36] Ibidem, p. 131.
[37] ARIÈS, op. cit., p. 220.
[38] BONNAIN, Rolande. Migrations et inscription urbaine des Pyrénées en Amerique du Sud au XIXe siècle: Montevideo et Caracas. *Annales de Démographie Historique*. Paris: Belin, n. 1, 2000, p. 64.
[39] AGUIAR, op. cit., p. 183.

Formatado: Francês (França)

Nesse sentido, as áreas expulsoras tinham foco em alguns departamentos. Em sua quase totalidade, essas zonas ficavam em regiões de fronteira, o que, do ponto de vista geográfico, qualifica a emigração francesa como "periférica"[40]. Destacavam-se a

> fronteira com os Periineos (com os departamentos de Basses Pyrénées – que inclui a região basca francesa – Hautes Pyrénées e Pyrénées Orientales); a bacia superior do rio Garonne e a bacia inferior do Ródano; as bacias do Reno e do Mostela e, por último, no norte da França, a bacia de Paris e o departamento de Seine Maritime.[41]

Aqueles que concentraram a maior parte da migração transatlântica foram os Perineos Atlânticos, chamados no século XIX de Basses Pyrénées, e os Hautes Pyrénées[42], os quais em conjunto agregavam duas condições fomentadoras de saída: a área montanhosa, portanto difícil para a agricultura, e o importante porto de Bayonne. Sob o prisma de Otero, era da França do sudoeste que partia esse contingente de emigrantes. Por ser mais latina e essencialmente católica, a corrente que dela emanava voltou-se principalmente para a América do Sul, enquanto que a França do leste, mais germanizada e com maior presença do protestantismo, emigrou para a América do Norte[43].

A questão basca também era tangível no oitocentos. Com fluxos emigratórios quer da parte espanhola, quer da francesa, essa cadeia perpetuava nos países receptores o sentimento identitário de pertencer a uma mesma comunidade[44].

Já com a intervenção na unificação da Itália, a França logrou as regiões de Nice e Savoie, as quais, por seu turno, igualmente tornaram-se foco de emigração. Savoie, em especial, mesmo antes desses acontecimentos, já lançava contingentes tanto para outras localidades francesas, como para além do Atlântico. Se, em meados do XIX sua principal

---

[40] OTERO, Hernán. A imigração francesa na Argentina: uma história aberta In: FAUSTO, Boris, op. cit., p. 128-129.
[41] Ibidem, p. 128.
[42] BHVP. LAGNEAU, op. cit., p. 28.
[43] OTERO, Hernán. A imigração francesa na Argentina: uma história aberta In: FAUSTO, Boris, op. cit., p. 134.
[44] Cf. PAPY, Michel. Migrations et retrouvailles: questions et pistes In: BRUNETON, Ariane (coord.). Histoire et mémoire de l´émigration françois vers les Ameriques: initiatives et expériences institutionelles et associatives. *Migrance*, n. 26, p. 9-34, 2005; SABAROTS, Annie. L´emigration des basques du nord en Argentine In: BRUNETON, op. cit., p. 80-85.

cidade, Chambéry, contava com cerca de 10.000 habitantes, no mesmo período 45.000 *savoyards* estavam em Paris com o intuito de trabalhar[45].

A guerra franco-prussiana foi outro fator que impulsionou saídas. Com a cessão da Alsácia-Lorena para a Alemanha, pode-se verificar a única emigração massiva da França ao longo decênio de 1870[46].

Caso particular dentre todo esse conjunto é o departamento de Seine e, sobretudo, a capital Paris; na medida em que essa cidade foi tanto lugar de destino da maioria dos migrantes internos, quanto lugar de passagem para muitos deles antes de empreenderem o caminho mais difícil que era o da emigração internacional. Esse fato explica o ponto de que Seine tinha o maior índice de emigração (tanto em nível geral, quanto para a América) de todo o território francês[47].

A realidade, entretanto, é que mapear os locais de origem, ou seja, as naturalidades desses imigrantes é tarefa árdua. Muitos não detinham documentos quando da sua chegada e ao longo da sua jornada em São Paulo, localidade aqui focada, as fontes são lacunares no que concerne a essa informação. A menção mais comum é de cunho genérico, "natural da França". Logo, parte consubstancial dos franceses abrangidos pela pesquisa é envolta por um silêncio em relação a sua terra natal. Somente através do rastreamento em documentações diversificadas[48] que foi possível delinear algumas dessas trajetórias de migração, como aparece no mapa a seguir.

---

[45] FAURE, Jean. L´émigration savoyard en Argentine In: BRUNETON, op. cit., 46-51.
[46] CHEVALIER, Louis. *La fornation de la population parisienne au XIXe siècle.* Paris: Presses Universitaires de France, 1950, p. 85.
[47] OTERO, Hernán (1999), op. cit., p. 129.
[48] Processos crime, de casamento, de divórcio, registros de casamento e óbito, inventários, testamentos, registros de escritura, passaportes, cartas de naturalização, anúncios de jornal, almanaques e documentação consular.

MAPA 1 - NATURALIDADE DOS IMIGRANTES FRANCESES NA SÃO PAULO DO SÉCULO XIX

E mesmo assim, conforme pode se denotar, os dados variam de acordo com a sua natureza geográfica. As referências se mesclam: cidades, departamentos, regiões e capitais, enfim, um arsenal não homogêneo, mas que permite traçar os veios de partida para o caso de São Paulo. Estes, em muito se assemelham ao quadro delineado pela historiografia, no que remonta aos Pirineus e ao departamento de Seine. Porém, também se percebe a ativa participação da costa leste francesa, principalmente em Nice e Savoie, assim como nas regiões que abrangiam portos. Por outro lado, a tão apregoada Alsácia-Lorena quase não foi mencionada. Dados os conflitos da guerra e mesmo por questões de natureza psicológica e de fronteiras movediças – ser alemão ou francês? – poderiam pairar no momento de declarar ou não a naturalidade. Não obstante, é concreta a emigração havida pós 1870 nessas localidades e inclusive atestadas pelo cônsul de São Paulo no ocaso do XIX.

O passaporte[49] é um meio de detectar essa movimentação que não se resume a um único translado da França para o Brasil, mas viagens para outras cidades da Província ou fora dela, e idas e voltas a Europa. Tratava-se de uma população fluida.

Eis o exemplo do passaporte de Luis Alexandrino – repare-se como os nomes e sobrenomes eram transpassados do francês para o português, medida comum na época -,

[49] Na Província de São Paulo eram registradas as entradas de estrangeiros e os devidos passaportes, porém, o que restou não cobre todos os períodos, nem tem a mesma qualidade de informações.
Encontrados na APESP, tais registros são divididos em blocos com datas limites diferentes. Os primeiros vão de 1842 a 1849 e em si contêm dois conjuntos com dados distintos. Aquele que possui variáveis qualitativas mais interessantes à pesquisa é o remontante a 1842 – ano que apesar de não corresponder ao ponto alvo, segunda metade do século XIX, apresenta uma série de nomes que vivenciaram esse período. São informados nome, local de nascimento, data de partida da França, data e local de chegada, data de chegada a São Paulo, ofício, descrição física, local de morada e idade. Neste caso foram detectados 14 franceses. O outro conjunto desse mesmo bloco remete aos anos entre 1843 e 1846, em realidade trata-se de termos de fiança contidos nos passaportes. Quando os franceses saíam de São Paulo em viagem, seja definitiva ou temporariamente, era atestado que o fiador se responsabilizaria por eventuais dívidas deixadas na cidade. São seus elementos: nome, data, destino, descrição física, às vezes, idade e ofício. Aí estão inseridos 20 franceses. É necessário salientar ainda que esses documentos eram feitos na delegacia de polícia.
O segundo bloco citado constitui-se de registros de passaportes para os anos entre 1853 e 1874, contemplando nome, data, destino, às vezes ofício e descrição física. Neles foram encontrados 15 registros. Os dados mencionados nessa fonte são um pouco confusos. Parece não se direcionarem somente a São Paulo, mas a franceses cujo ponto de saída ou de destino não era essa cidade e sim outras províncias. Assim, há também algumas passagens sem sentido claro, como: "Corte para a Corte", "Rio de Janeiro para a Capital" – será que esta "Capital" é a da Província de São Paulo? A esse respeito não se chegou a nenhuma conclusão. A dúvida na maior parte das informações fez com que uma possível análise fique ao relento, tornando-a praticamente inviável.

apresentado em seu processo de casamento com a francesa Maria Josephina Hortence Pruvot em 1876. Este, em particular, foi fornecido pelo consulado do Rio de Janeiro, seu provável primeiro local de chegada ao Brasil.

> Consulado da França — República Francesa
> No Rio de Janeiro — Em nome do povo francês
> Nós, cônsul da França no Rio de Janeiro
> Pedimos às Autoridades Civis e Militares, encarregadas de manter a ordem pública em todos os países amigos ou aliados da França [...] de deixar passar livremente Alexandrin (Louis) [...] e dar-lhe ajuda e proteção em caso de necessidade.
> O presente passaporte foi emitido no Rio de Janeiro em 05 de março de 1875 [...] e é válido por um ano[50].

Também deu visto para, naquele mesmo mês de março, o francês se dirigir a Montevidéu, no Uruguai, retornando em julho daquele ano.

Sem dúvida, da França para o Brasil havia todo um translado feito em embarcações que tornava a viagem extenuante. Com maior afluxo de barcos a vapor, o tempo de travessia se tornava menor. Em 1842, o passaporte do alfaiate João Loutan deixa entrever os dias, ou melhor, os dois meses de sua travessia na barca São João Paulino. E não só. Com alusão às características físicas, pode-se, inclusive, imaginar sua figura: baixo, cor clara, cabelos castanhos, olhos pardos, rosto comprido, barbado e com uma cicatriz no canto direito da testa[51]. Ou ainda Jacques Gil La Tour. Homem, que em 1842 estava pelos idos de seus 36 anos de idade, era claro, com estatura regular, cabelos grisalhos, barbado, com olhos azuis e boca regular em um rosto comprido[52]. Em uma época na qual as fotografias ainda não estavam estampadas nos passaportes, essas descrições eram tentativas de evitar falsificações ou possíveis enganos. La Tour ainda tinha uma especificidade que faz confrontar a teoria dos decretos oficiais com a prática. Esse francês saiu de sua terra natal em 1793, poucos anos após a revolução de 1789, e aportou no Rio de Janeiro, logo depois vindo para São Paulo, em 1805, ano em que sequer a Colônia tinha aberto seus portos ou

[50] ACMSP. Processo de casamento, 1876. Notação 73.12.8398 (tradução nossa).
[51] APESP. Registro de passaportes para Província de São Paulo (1842-1847), notação EO1491.
[52] Ibidem.

tratados de paz com a França haviam sido assinados. Nesse período, bonapartistas afluíram para diversas regiões, fosse a metrópole portuguesa[53] ou a colônia brasileira.

De todo modo, a maioria dos emigrantes que partia rumo a outros países à procura de melhores condições de vida era relativamente sem recursos[54] e, sem dúvida, havia parcelas provenientes do campo. Entretanto, também das cidades artesãos e comerciantes saíam, alguns inclusive perpetuando seus ofícios de origem ou adaptando-se às demandas que apareciam. De fato, uma vez emigrados, os franceses voltavam-se principalmente para os meios urbanos, desempenhando, dessa forma, atividades citadinas e em geral ligadas ao comércio. Eram padeiros, relojoeiros, ourives, cabeleireiros, além de cuidarem de pensões, hotéis e cafés.

Caracterizada não como uma emigração de massas, mas de indivíduos, em que a saída de famílias e de casais era menos freqüente, não significa que, em todos os casos, a decisão de partir fosse uma opção puramente individual, pois, por vezes, tendeu a se integrar em estratégias mais globais de amplitude familiar[55].

Mesmo sendo a emigração em família minoritária, e o partir só mais comum, percebe-se que nesse primeiro meio o tipo mais recorrente era o de irmãos. Para a travessia do outro lado do Atlântico, irmão atraía irmão. Celestino e Camilo Bourroul, constituíram família e se estabeleceram em São Paulo, o primeiro com lojas de fazendas e o segundo com botica[56]. Trajetória semelhante tiveram os irmãos Luis, Marcelino e Thereza Gerard, negociantes plenos de interações com pessoas diversas naquela cidade oitocentista[57]. Isso sem deixar de mencionar o engenheiro civil Euzebio Stevaux, responsável por várias obras e que, inclusive, dá nome a uma rua hoje existente em São Paulo no bairro de Santo

[53] Cf. CHAVES, Castelo Branco. *A imigração francesa em Portugal durante a Revolução*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, S/D.
[54] BHVP. LAGNEAU, op. cit., p. 60.
[55] OTERO, Hernán (1999), op. cit., p. 131.
[56] ATJSP. Inventário de Celestino Bourroul. n.ºdo processo 365. 3º Ofício da Família, 1874.
[57] ATJSP. Inventário de Luis Supplicy. n.º do processo 1975. 1º Ofício da Família, 1865.

Amaro. Morador de São Roque em 1876, deu todo o apoio ao casamento do irmão Artur Henrique, que então administrava a sua fazenda[58].

As histórias são múltiplas, e esse ano de 1876 ainda assinalou a saga de Maria Sauretene. Viúva e já com seus 50 anos logrou casar a filha, também francesa, com um patrício que igualmente morava na freguesia da Sé[59]. Ou Isabel Frank, filha de pai incógnito, que saiu da França ao lado de sua mãe aos dois anos de idade, para outros rumos que não aquele de seu local de nascimento. Aos seus 17 anos, já relatava ser órfã e se casou com o campineiro José Jacintho[60]. Por fim, outro ângulo dessa mesma configuração, era o de conhecidos na França serem atraídos por franceses residentes no Brasil. Processos-crime, de casamento e de divórcio são repletos de exemplos. Aqui será citado somente um caso, pois outras histórias de vida ainda serão percorridas.

Cozinheiro de um hotel, Desiré Leonard casou-se, em 1878, com a alemã protestante Augusta Schmidt e dentre as testemunhas necessárias ao processo estava Augusto Dubreg que vivia em São Paulo como cabeleireiro e atestava conhecer

> o justificante desde o lugar de sua naturalidade, e bem assim a família do mesmo, visto ser natural do mesmo lugar que elle testemunha e por isso sabe que elle é o proprio em sua identidade, solteiro, livre e desimpedido, assim tido e havido, e isto sabe por conhece-lo desde elle mocinho e pelas relações que com elle tem desde o lugar de seo nascimento.[61]

A convivência na França e o mesmo destino, o Brasil, se cruzavam. Redes de informações e apoio estavam envoltas na decisão de emigrar. Pedro Bougarde, dono de lojas de fazendas, foi uma das testemunhas do casamento de Pedro Chiquet - estabelecido como ourives – com uma brasileira, natural do Brás, Amélia Cândida de Oliveira. Veja-se o relatado por Bougarde: "Pedro Bougarde, natural da França e, residente n'esta Capital onde vive de seu negócio, casado, 38 anos [...] conhece os justificantes e sabe que são os mesmos

[58] ACMSP. Processo de casamento. Notação 70.12.8358,1876.
[59] ACMSP. Processo de casamento. Notação 72.12.8376,1876.
[60] ACMSP. Processo de casamento. Notação 36.12.7933,1870.
[61] ACMSP. Processo de casamento. Notação 79.12.8474,1878.

em suas identidades, solteiros, livres e desimpedidos, o justificante sabe por ter vindo com o mesmo de sua terra, e também sempre por estarem juntos nesta cidade"[62].

Do que se apreende que Bougarde e Chiquet vieram na mesma embarcação da França para o Brasil, onde optaram por São Paulo para o desenrolar do enredo de suas vidas. Percursos que contaram com a participação, para além deles próprios, por "estarem sempre juntos", de Garraux, importante livreiro, que os conhecia desde Paris[63] e de outros franceses, alemães, portugueses, brasileiros, africanos... que compunham a miscelânea dos andares da cidade.

Igualmente, o perfil do emigrante francês não fugia ao estereótipo do emigrante europeu do século XIX. A maior parcela constituía-se de homens, jovens, adultos, solteiros e com idade que variava entre 15 e 40 anos[64].

Por outro lado, se o forte crescimento da população foi um dos pontos determinadores de saída na Europa como um todo, tal não ocorreu na França. Além dos departamentos de proveniência dos emigrantes não serem os mais populosos[65] e, apesar da emigração em si, mormente a guerra de 1870, não ser negligenciável, o número de imigrantes compensava este deslocamento para fora dos limites territoriais. Populações esperançosas de estabilidade econômica rumavam para a França, especialmente dos países fronteiriços. Alemães labutavam em Paris e decorridos os anos, seu contingente era considerável e mesmo estável por ser sedentário[66]. Também havia belgas vindos de Flandres com o intuito de trabalhar nas indústrias do norte. Logo, o número de estrangeiros que habitava a França passou de 380.000 em 1851 para 740.000 em 1872[67].

---

[62] ACMSP. Processo de casamento. Notação 06.12.7539,1861.
[63] Ibidem.
[64] Cf. SABAROTS, Annie. L´emigration des....op. cit., p. 80-85.; OTERO, Hernán. *A imigração...* francesa na Argentina : uma história aberta In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América.* São Paulo: EDUSP, 1999; BONNAIN, Rolande. Migrations... op.cit, p. 64.
[65] BHVP. LAGNEAU, op. cit., p. 45.
[66] CHEVALIER (1950) op. cit., p. 52.
[67] PLESSIS, Alain. *De la fête impériale au mur des federés 1852-1871.* Paris: Éditions du Seuil, 1973, p. 81.

Porém, no período de 1876 a 1881, denota-se que 58 departamentos tiveram um excedente considerável de saída sobre o de entrada de população[68]. Essa migração tinha caráter mais interno que externo, ou seja, a movimentação se dava principalmente entre departamentos, e do campo para a cidade, do que para o estrangeiro ou para as colônias. De toda forma, esses deslocamentos geográficos não são conhecidos mais do que em fragmentos, dada a falta de fontes específicas e de números confiáveis. As migrações na França não foram sistematicamente registradas.

Formava-se nesse imaginário, a idéia de que as grandes cidades eram verdadeiros Eldorados. Paris, em particular, exercia grande fascínio, atraindo contingentes do norte e do leste da França. Estavam aí imbricados uma série de elementos, dentre os quais a terra acessível a poucos, a mecanização da agricultura e com as crises, por vezes, seu pouco rendimento. Esse conjunto impulsionou paulatinamente o abandono do campo com a finalidade esperançosa de dedicação ao trabalho no comércio ou na indústria. Nesse meio, a expansão urbana e a industrialização palpitavam, do mesmo modo em que depois os enfretamentos cotidianos e as dificuldades sobressaíam.

A mobilidade também transparecia por ocasião do casamento e não era só inter-departamental, mas igualmente inter-comunal. Em meados do século, cerca de 40% das pessoas residiam, no momento da efetivação de seu casamento, em uma comuna que não aquela de seu nascimento[69].

Acrescido do fluxo migratório interno, outro ponto contribuiu para que não houvesse emigração em massa na França. Diferente dos demais países europeus, este não teve um *boom* populacional ao longo do século XIX. Crescimento demográfico relativamente estanque e baixas taxas de natalidade o caracterizavam em detrimento de outras nações. Alemanha e Inglaterra, por exemplo, viam suas curvas populacionais

---

[68] BHVP. LAGNEAU, op. cit., p. 27.
[69]BLANCHET, Didier; KESSLER, Denis. La mobilité geógraphique de la naissance au mariage In: DUPÂQUIÈR, Jacques; KESSLER, Denis (dir.). *La société française au XIXe siècle*. Paris: Fayard, 1992, p. 356.

crescerem com uma taxa de natalidade de 37% e 35% respectivamente, enquanto a França resignava-se a 26,5%[70].

A população francesa variou no Segundo Império de 36.000.000 a 38.500.000 habitantes, declinando em 1872 para 36.140.000, dada a guerra franco-prussiana e a perda da Alsácia-Lorena[71]. Nos anos de 1870 e 1871, particularmente, houve 2.360.000 mortes, o que significava 600.000 a mais do que a média[72]. Ainda há o adendo de que o aumento do número de franceses durante o governo de Napoleão III contou com a colaboração, em 1860, da anexação de Savoie e Nice, as quais trouxeram consigo cerca de 700.000 habitantes[73].

Logo, a questão principal que envolve a não emigração em massa é atrelada à relativa estagnação demográfica da França no período. "O declínio francês do século XIX não se pode explicar por qualquer causa exterior, uma catástrofe natural, epidemia ou por qualquer migração (...). É na atitude e no comportamento dos franceses que se deve procurar uma explicação para essa especificidade demográfica" [74].

Em 1883 assinalava um contemporâneo francês: "... nossa situação atual é imputada não ao excedente de mortalidade ou à insuficiência de casamentos, mas à deficiência de nossos nascimentos"[75]. De fato, a natalidade baixou em todos os departamentos franceses, porém não em igual proporção. No início do século XIX, por exemplo, nascia-se mais na região sul[76].

Além do componente da baixa natalidade, havia o agravante de que a diferença entre esta taxa e a de mortalidade tendia a diminuir. Se o percentual de nascimentos estava

---

[70] PLESSIS, op. cit., p. 81.
[71] Ibidem, p. 80.
[72] INED. CHEYSSON, Emile. *La question de la population en France et a l´étanger. (Rapport fait à la Société d´Economie Sociale dans la Seánce du 20 mai 1883).* Paris: Imprimiere de l´Etoile, 1883, p. 7.
[73] PLESSIS, op. cit., p. 80.
[74] LEQUIN, Yves. *Un people et son pays. Historie des français XIXe et XXe sècles.* Paris: Armand Colin, 1984, p. 186 (tradução nossa)
[75] INED. CHEYSSON, op. cit., p. 16. (tradução nossa)
[76] ARIÈS, op. cit., p. 241.

na casa dos 26,5%, o de morte estava em 24%[77]. Nesse ínterim, especial atenção requeriam os natimortos e a alta mortalidade de crianças na faixa de 1 a 4 anos. Notadamente, a mortalidade infantil em 1845 era de 144%, enquanto que em 1859 subiu para 215%[78].

Todos esses componentes que obstavam o crescimento demográfico, influenciando, inclusive, nos números de emigração, são colocados em jogo. Mas, afinal, por que o pequeno índice de natalidade na França? Um arcabouço de explicações forma o quebra-cabeça analítico. "Até o século XVIII, nenhum fator humano regrou os movimentos demográficos, se não a miséria ou a prosperidade, a guerra ou a paz, a epidemia ou a 'segurança'. A vontade do homem era impotente para intervir diretamente sob a densidade de sua massa"[79]. A mudança de mentalidade foi paulatina, porém trouxe resultados. A ação consciente, voluntária e reflexiva do indivíduo ou do Estado passava a imperar. A cópula não era mais automaticamente ligada à reprodução. A limitação dos nascimentos se constituía e práticas malthusianas afloravam[80]. Ademais, como o verificado no primeiro capítulo, a França se transformava: urbanização, êxodo rural e industrialização foram só algumas pitadas desse amálgama. Outras, que por certo interferiram nesse quadro, foram o índice de celibatos definitivos; as práticas contraceptivas voluntárias, como o coito interrompido; e os casamentos tardios, em que a idade da mulher limitava a fecundação[81].

"O século XIX transforma as mentalidades e os comportamentos do casal com o objetivo de diminuir sensivelmente a descendência final"[82], o que se consubstanciou em uma concepção típica da burguesia francesa. "A história da criança é ligada à da burguesia"[83]. A grande revolução demográfica, ocorrida precocemente na França, adveio com a modificação da idéia de família e de criança na família. "Quanto mais nos ocupamos

---

[77] GARRIGUES, Jean. *La France de 1848 à 1870*. Paris: Armand Colin, 2002, p. 94.
[78] Ibidem.
[79] ARIÈS, op. cit., p. 344. (tradução nossa)
[80] Ibidem.
[81] LEQUIN, op. cit. p. 186-330.
[82] Ibidem, p. 312 (tradução nossa)
[83] ARIÈS, op. cit. p. 324 (tradução nossa)

das crianças, menos as temos, é a lição das porcentagens"[84]. A criança e seu futuro passaram a ser os fulcros principais da família. Uma linhagem que perpetuasse a ascensão econômica era símbolo de status. Deste modo, a diminuição da natalidade também tinha o intuito de promoção social.

As classes populares, por sua vez, tinham outros modos de vivência, e não seguiam à risca esse modelo. Nesses casos, em geral, as famílias eram mais numerosas. Entre 1853 e 1885, na cidade de Bordeaux, o número de crianças em casas burguesas passou de 80 para 53, enquanto que nas casas mais pobres ascendeu de 91 para 105[85].

Em quantidade moderada ou não, o fato é que pessoas saíram da França ao longo do século XIX. E, sem dúvida, em uma população cujo crescimento era reduzido, havia preocupação com tais saídas. O Estado conscientemente queria limitar a emigração de seus nacionais. Para tanto, um dos meios foi o de lançar circulares alertando para os perigos de dar ouvidos às ofertas dos agentes recrutadores, quer da América Latina, quer da América do Norte, ou mesmo sucumbir às tentações induzidas pelas cartas de amigos ou parentes[86].

Os caminhos da emigração tinham várias trilhas. Uma delas ocorria dentro da própria França com a migração interna. A maior parte dos emigrantes provenientes dos campos passou por uma etapa intermediária, a de estada durante algum tempo em uma ou em diferentes cidades francesas antes do empreendimento da travessia transoceânica. E uma vez concretizada a travessia, distribuíam-se nos países conforme aludem as tabelas a seguir.

[84] Ibidem, p. 342 (tradução nossa)
[85] PLESSIS, op. cit., p. 135.
[86] WEIL, François. *French Migration …* op. cit., p. 450.

Formatado: Francês (França)
Formatado: Francês (França)
Formatado: Francês (França)
Formatado: Francês (França)
Formatado: Francês (França)
Formatado: Francês (França)
Formatado: Francês (França)

Tabela 2 – Distribuição dos imigrantes franceses por países

País	***Período***	***Total***
Argentina	1857-1924	226,894
Brasil	1842-1924	33,304
Canadá	1900-1924	29,428
México	1909-1924	10,986
Estados Unidos	1820-1924	491,560
Uruguai	1867-1921	24,114

FONTE: FERENCZI; WILLCOX; BUNLE apud WEIL (1996), op. cit., p.454.

Tabela 3 - Os franceses no estrangeiro.

País	***1861***	***1881-1886***
Argentina	29196	60000 (?)
Brasil	592	68000
Canadá	3173	4400
México	-	8800
Estados Unidos	108.870	106900
Uruguai	23000	14300

FONTE: Etat Français, Service National des Statistiques apud ZELDIN (1980), p. 103.

Estados Unidos e Argentina, apesar da discrepância dos números apontados pelas tabelas, foram os principais focos receptores de franceses na América, e guardam marcas até hoje dessa imigração. Não obstante, o Brasil não deixa de figurar nessa lista. Inclusive, eram efetuadas publicações que, propagadas na França, serviam de chamariz para a concretização da imigração ao Brasil. Foi o que aconteceu durante a Exposição Universal em Paris no ano de 1889, e que, por primeira vez, contou com a participação do então Império brasileiro o qual estava às margens da proclamação da República. Sob um estereótipo ideológico e idealizado, a França afirmava após a guerra franco-prussiana: "Reavivada, senhora de seus destinos, orgulhosa de sua força, certa de seu direito, a França convida os povos para as grandes festas do trabalho e saúda seus anfitriões em nome do progresso, da concórdia e da fraternidade"[87]. Em meio desses havia "uma jovem nação"[88] – o Brasil. No seu pavilhão foram apresentados produtos como o café, a madeira e a

[87] OTERO, Hernán. AA. VV. L´émigration française Etudes de cas. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, CEMLA, Buenos Aires, nº 15-16, agosto-dezembro 1990, p. 566. Nota crítica. (tradução nossa).
[88] BHVP. MARCHAND, A; HÉROS, E. *Le Brésil à l´Exposition de Paris 1889*. Paris: A. Taride, 1889, p. 1. (tradução nossa)

borracha, além de aquarelas e fotografias com o intuito de mostrar a paisagem e os progressos do país nos âmbitos da agricultura, indústria e instituições[89].

O *Guia do Emigrante no Brasil* foi então lançado em Paris naquele ano de 1889. Sob os auspícios do Sindicato do Comitê Franco-Brasileiro para a Exposição Universal, foi redigido pelo jornalista Francisco José de Santa-Anna Nery em um tom propagandístico, e mesmo de colocações idílicas, no sentido de incentivar a vinda de estrangeiros para as mais diversas províncias do Brasil – em especial para São Paulo, onde era premente a necessidade de braços para a lavoura cafeeira. Com esse intuito, o Brasil era colocado como um país novo cuja terra era fecunda e tinha bom preço – uma das principais aspirações do emigrante europeu em geral. E como resposta à questão sobre a coragem ou não de abandonar a terra natal, aludia-se às seguintes palavras que os mais antigos e, portanto sábios, com seu conhecimento afirmavam: "Vão minhas crianças. Lá, no Novo Mundo, há grandes espaços a desbravar, há belas terras para cultivar, há abastança por conquistar e, por vezes, fortuna"[90].

Ali presente, havia também a menção a viajantes contemporâneos que estiveram no Brasil[91]. *Monsieur* e *Madame* Agassiz salientaram que a emigração deveria afluir em larga escala para essa região "tão favorecida pela natureza e ávida por homens"[92], idéia que foi habilmente utilizada no dito guia para dar ares de confiança e respaldo ao estabelecimento em solo brasileiro.

---

[89] BARBUY, Heloisa Maria Silveira. *A Exposição Universal de 1889: visão e representação na sociedade industrial.* São Paulo, 1995. Dissertação (História) – FFLCH-USP, p. 55.

[90] BHVP. NERY, Francisco José de Santa-Anna. *Guide l´émigrant du Brésil.* Paris: Libraire Charles Delagrave, 1889. (tradução nossa).

[91] Emile Adet, francês naturalizado brasileiro erradicado no Rio de Janeiro, onde se dedicou ao jornalismo e ao magistério, ao estudar a sociedade brasileira de 1850, fez-se uma série de indagações. Dentre elas aparecia a questão de se a França conhecia bem esse "jovem império" e a dúvida se os viajantes franceses, que percorreram o Brasil em diferentes momentos, tinham realmente apreendido sua essência ou apenas observado sua superfície, na medida em que era necessário muitos anos para superar a barreira que os afastava das famílias e da penetração na intimidade dos habitantes. ADÉLE, Emile. L'Empire du Brésil. *Revue de Deux Mondes.* Paris, 21(09) p. 1082 – 1105, mars 1951.

[92]AGASSIZ, Louis M. Mme. Voyage au Brésil apud NERY, op. cit., p. 9. (tradução nossa).

Aproveitando-se ainda do baixo índice de natalidade na França, foi articulado através do uso de estatísticas que "quanto mais a emigração é abundante, mais a natalidade é forte"[93]. E, para efeitos de ilustração, foram comentados os casos da Inglaterra em que "os dois movimentos (o da emigração e o da natalidade) se elevam simultaneamente"[94]; e da Alemanha em que comparativamente o excedente de nascimentos sob o de mortes era quase nove vezes superior ao da França.[95] Para arrematar, as seguintes frases foram utilizadas: "...a emigração francesa é quase nula. Deve-se espantar se a natalidade é fraca?"[96]. Nesse quadro, percebe-se que considerações eram tecidas a partir da especificidade do caso francês – naquele guia, portanto, era a emigração de franceses que estava em foco.

Com a perspectiva de explicar as vantagens e mostrar a emigração para o Brasil, a publicação era dividida em um sucedâneo de tópicos: porque emigramos; porque se deve ir ao Brasil; condições legais dos estrangeiros no Brasil; primazias concedidas aos imigrantes pelo governo brasileiro; vantagens especiais concedidas aos imigrantes nas diversas províncias e como se devem alocar quando da sua chegada. Dentre os pontos destacados para o incentivo da saída de franceses, afirmava-se ser o Brasil um país imenso e com grande variedade de climas, favorecendo a adaptação. Para tornar essa idéia ainda mais palatável, pontuava-se a comparação da temperatura das cidades francesas, como Marseille e Montpellier, ao Rio Grande do Sul, de maneira a enfatizar que no inverno fazia frio, mas não com a intensidade gélida da França[97]. Outra variável comparativa igualmente apontada foi a densidade demográfica. O paralelo com a França e a Alemanha foi suscitado. Na primeira, 71 hab/km² e na segunda, 87 hab/km², enquanto que no Brasil menos de 2

[93] BERTILLON, Jacques. La statistique humaine apud NERY, op. cit., p. 13. (tradução nossa).
[94] Ibidem.
[95] GLAD, Charles. Le peuple allemand apud NERY, op. cit., p. 13.
[96] BERTILLON, Jacques. La statistique humaine apud NERY, op. cit., p. 13. (tradução nossa).
[97] NERY, op. cit., p. 17.

hab/km²[98], o que significa, nesse raciocínio, que havia espaço para várias levas de imigrantes, com o adendo de uma acolhida cordial, leis tolerantes e um suposto país de liberdade e ordem, sem revolução[99]!

Elementos relativos à naturalização também eram aclarados. Se um estrangeiro tinha um filho nascido no Brasil, este último era brasileiro de pleno direito. O mesmo acontecia com uma estrangeira que desposava um brasileiro. No entanto, as questões concernentes à herança ficavam a cargo das convenções consulares feitas com os seguintes países: Alemanha, Inglaterra, Bélgica, Espanha, França, Itália, Paraguai, Países Baixos, Portugal e Suíça[100]. As cartas de naturalização, por seu turno, eram concedidas a todos os emigrantes com mais de 21 anos de idade e após 2 anos de residência no Brasil, o que configurava certa facilidade de enraizamento e até mesmo participação na política e em cargos públicos. Enfim, eram pontos levantados para servir de chamariz à migração transoceânica com o fim em terras brasileiras.

Mediante todo esse sucedâneo, o dito Guia do Emigrante não deixava de salientar o perfil dos imigrantes pretendidos: "... homens industriosos, trabalhadores corajosos, que a sorte não tenha favorecido na mãe pátria, os homens que tenham vontade firme de se abandonar a um ofício sério, na indústria ou na agricultura, para o seu próprio proveito e para o benefício do país que os acolhe"[101]. O que incluía mais do que uma única pessoa, mas a família inteira, dado que o seu objetivo vinculava-se, em especial, ao trabalho nas fazendas de café. Assim, para esse propósito, acentuava-se que aqueles cujo intuito era dedicar-se a qualquer outro ofício manual que não o da agricultura, a não ser que chegassem com recursos para se estabelecer por conta própria, tinham difícil inserção.[102]

---

[98] Ibidem, p. 18.
[99] Ibidem, p. 20.
[100] Ibidem, p. 25.
[101] Ibidem, p. 27-28.
[102] Ibidem, p. 11.

A despeito desse fator, a maioria dos franceses voltou-se para a cidade, exercendo ofícios urbanos. Em 1875, por exemplo, uma correspondência deixava perceber essa questão. Redigida pelo Barão de Souza Queirós, então presidente da Associação Auxiliar da Colonização e Imigração – fundada em 1871 por fazendeiros paulistas com subsídios provinciais e federais para fomentar a entrada de imigrantes para a agricultura – revelava que, entre novembro de 1872 e março de 1873, tal associação importou mais de 480 colonos, dentre os quais os 89 franceses "... recusavam-se na maior parte a assinarem contractos indo buscar nas estradas de ferro em construção e outras indústrias o emprego a sua actividade. Todos, porém, ficarão na Província"[103].

E nesse esteio, é interessante salientar que, sem dúvida, o governo francês brecava a emigração massiva dos compatriotas, mas minoritariamente a incentivava, não sob a perspectiva da inserção de braços para a cultura do café, porém para atividades de cunho comercial, as quais pudessem contribuir com o seu quadro de exportação, "lutando para o lucro de nossa indústria e de nosso comércio, contra os concorrentes estrangeiros"[104]. Esse componente permite aventar que a emigração francesa abrigou pessoas de meios sócio-econômicos variados, compreendendo desde os atingidos pela pobreza em geral, os filhos não primogênitos, e também aqueles de pequeno pecúlio ou de camadas médias para o trabalho ou para a formação de negócios, além de empreendimentos comerciais mais amplos, envolvendo importação e exportação.

Uma vez tomada a decisão de partir da França, um complexo de trajetórias envolvia o caminho desses franceses cuja fluidez era uma das características. Em geral, São Paulo aparecia como um dos últimos destinos. Destino final de muitos, mas não de todos. Há casos de retorno à terra natal ou empreendimento de mudança para outras Províncias. Mesmo assim, antes da chegada ao porto de Santos, trilhas geográficas e de vida se

[103] APESP, ref. 5528, lata 1 apud SCOTT, Ana Silvia. Verso e reverso da emigração portuguesa: o caso de São Paulo entre as décadas de 1820 a 1930. *Oceanos*. Lisboa, 44, 2000, p. 131.
[104] BHVP. MARCHAND, A.; HERÓS, E., op. cit., p.7 (tradução nossa).

sucediam. Primeira chegada: a Corte, o Rio de Janeiro do século XIX. É também nos testemunhos dos processos de casamentos e nos passaportes que podem ser visualizadas essas histórias.

Pedro Imbert, proprietário do *Hotel des Voyaguers*[105], em 1850 queria desposar a filha do alemão Mathias Schier, Catharina, que, por sua vez, foi batizada no Rio de Janeiro, mas aos três meses rumou com seus pais para São Paulo. Diferente de Imbert, que aos dezessete anos tomou embarcação rumo à Corte, e lá ficou por oito anos, como bem sabia Theodoro Staub, suíço, que vivia de sua "arte de retratista", por conhecer o dito francês há dois anos tanto do Rio de Janeiro, como da cidade onde já se encontrava instalado[106].

Vinte anos depois, em 1870, outro casal decidiu contrair núpcias. Desta vez, ambos franceses. Ele, Joseph Fraisse natural dos Altos Alpes, aos 28 anos de idade deixou a França e por dois anos ficou na Corte. Quando do seu casamento, já estava há seis anos em São Paulo, o que foi confirmado pelas testemunhas do processo. Ela, Maria Chameroy, viúva de um italiano, com 36 anos, estava há tempos em São Paulo. Naquele momento, era proprietária de um hotel[107].

Em 1879, outros dois franceses se casaram. Tanto ele, como ela, elegeram por para sua morada inicial o Rio de Janeiro. Mas, através do passaporte dele, João Vassal, pode-se adentrar um pouco mais nesse universo.

Emitido no próprio Império da França, versava o seguinte:

> Passaporte para o estrangeiro Império Francês
> Em nome do imperador sob o responsável pelo *Arrondissement* de Castelnaudary, cavaleiro da Ordem Imperial da Legião de Honra [...] requeremos às autoridades civis e militares do Império Francês e pedimos as autoridades civis e militares dos Estados amigos ou aliados da França, de deixar passar livremente o Sr. Vassal, Jean exercendo a função de padeiro, natural de Verdun [...] partindo para o Rio de Janeiro (Brasil) e dar-lhe ajuda e proteção em caso de necessidade.
> O presente passaporte é válido por um ano para sair da França.
> Feito em Castelnaudary em vinte de janeiro de 1868[108].

---

105 Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o anno de 1858.
106 ACMSP. Processo de casamento. Notação 66.11.7228, 1850.
107 ACMSP. Processo de casamento. Notação 36.12.7933, 1870.
108 ACMSP. Processo de casamento. Notação 86.12.8560, 1879.

A estada no Rio de Janeiro podia variar entre poucos meses e alguns anos. Celestino Bourroul, por exemplo, negociante de fazendas e natural de Nice, ficou apenas um mês no Rio de Janeiro[109]. Chegou à Corte em setembro de 1839 e em outubro do mesmo ano já estava na cidade de São Paulo, onde morava à Rua do Rosário. Nota-se que seu foco, aos 27 anos, já era São Paulo, pois ali traçou sua vida até o momento em que faleceu[110].

Por outro lado, o francês João Batista, chamado de Olivier, saiu de Paris em 1825, chegou à Corte em 1826 e só em 1842, aos seus 42 anos de idade, mudou para São Paulo. O que significa que a estada no Rio de Janeiro perdurou por 16 anos. Não obstante, entre esses dois pólos, outras situações se formavam em relação ao tempo de permanência. O dito intervalo que os passaportes permitiram entrever balizava-se na média de 4 a 6 anos.

Nem sempre o Brasil era a primeira opção. Na América, para além dos Estados Unidos, a Argentina era o destino mais comum. Buenos Aires era um entremeio nessas trajetórias. Períodos da vida dos imigrantes franceses estavam ali. A saída da França em embarcações para esse mesmo país parecia comum.

E foi em meio à viagem do vapor denominado *Ville de Buenos Ayres* que se findou a história de Alberto Delansorne. Médico da embarcação - o que revela que quantidade de franceses lucrava com essas travessias, dado todo o aparato que as envolvia - morreu de febre amarela em 1853. Uma das rotas do navio era Santos, o que estipulava provavelmente o desembarque de alguns passageiros em São Paulo. Por conta da situação de saúde do dito médico, o cônsul da França em São Paulo foi acionado e o encaminhou para o "Lazareto dos Contagiosos" no Cambuci, onde veio a falecer. E, inventariando os bens perante o capitão do navio, levantou os seguintes itens:

[109] APESP. Registro de passaportes para Província de São Paulo (1842-1847), notação EO1491.
[110] ATJSP. Inventário de Celestino Bourroul, nº 365. 3º Ofício da Família, 1874.

1 estojo de médico;
1 espelho de toillete;
1 estojo de costura e 3 pequenas caixinhas;
1 binóculo;
1 faca de bolso;
1 caixinha com cartões de visita;
3 cadernetas de notas;
Letras de crédito;
1 bilhete de loteria;
1 nota de 10# réis;
1 invólucro com 540 francos de ouro;
1 porta-moeda contendo 3 moedas de prata de 50 cents;
6 moedas estrangeiras;
1 envelope contendo 1 relógio de ouro e sua pulseira de ouro;
Diversas cartas;
1 canivete;
1 par de botões de ouro;
1 alfinete para gravata;
1 envelope contendo 105# réis e diversos papéis;
1 mala contendo roupas e vestidos[111].

Os objetos que portava durante a viagem eram típicos de seu ofício e de um homem que, por naquele momento ter uma vida flutuante, de um lado para o outro, carregava consigo quantias em moeda de diferentes nacionalidades, inclusive um bilhete de loteria, além de alguns ornamentos de ouro e roupas. Porém, uma dúvida continuará a pairar. Porque os vestidos? O cônsul, por seu turno, investigando sobre os herdeiros, como aliás era uma de suas atribuições, chegou à conclusão de que o falecido francês não havia deixado testamento. Assim, solicitou que os itens amealhados voltassem no mesmo vapor e fossem encaminhados a seus pais.

O ano de 1879 revela uma outra história, mais uma vez apreendida através de processo de casamento. E essa, para além da movimentação da emigração, ainda traz um outro componente: o da desagregação familiar. Três irmãos franceses, Phillipphe, Julia e Joanna Labourde Auras residiam em Buenos Aires. Aparentemente com família sólida constituída, Joanna tinha três filhos com o "natural da França" José Eyherabide. Após o falecimento dela, José e seu cunhado optaram por dar outro rumo às suas vidas. Rumo esse, São Paulo, cidade onde o primeiro não só se estabeleceu como caixeiro, como

[111] ATJSP. Inventário de Alberto Delansorne. nº 56. 1º Ofício da Família, 1893.

também decidiu contrair segundas núpcias com a brasileira Carolina Godoy, filha do Tenente Joaquim Godoy. Uma das testemunhas do processo foi o francês Eugênio Fouque, seu companheiro desde a França, em Buenos Aires também e, por fim, em São Paulo. O que traz à tona que amigos na França encorajavam-se mutuamente para travessia. Mas, a questão é que José deixou para trás pessoas importantes para o seu núcleo familiar. A despeito da construção de um novo fogo no Brasil, seus três filhos permaneceram na Argentina com a cunhada francesa[112].

Eram movimentos que cruzavam o oceano, diferentes países e cidades, costumes diversos. Trajetórias de franceses que, em meio a membros de diversas outras nacionalidades, também fizeram parte desse período que pôs em movimento a Europa do século XIX.

Não se deve deixar de mencionar que Montevidéu, no Uruguai, era outro ponto de fixação ou de passagem dos franceses na América do Sul, como o caso do já aludido Louis Alexandrin, de acordo com o que estava marcado em seu passaporte. Não obstante, o porto de Santos nessas "idas e vindas", sem dúvida, era local por onde transitavam diversos imigrantes, não só franceses. E pode-se se imaginar os seus percursos entre Santos e a capital da Província. Na primeira metade do XIX, a empreitada se dava em lombos de mula ou mesmo a pé por estradas de terra. Só a inauguração da São Paulo Railway em 1867 trouxe alento a essa longa jornada. A partir daí, a viagem passou a ser feita por trem[113].

A chegada, o estabelecimento, a recepção por parte do novo local, a adaptação, eram elementos que a partir dali começavam a despontar em sua concretude. Uma miscelânea de gostos, costumes e falas era o meio no qual passavam a adentrar. Mediante processos tangíveis, também sob a linha da psicologia, o recolocar-se, encontrar-se enquanto indivíduo era premente. Ser francês no Brasil, optar pela naturalização, isto é,

---

112 ACMSP. Processo de casamento. Notação 85.12.8549, 1879.
113 FRANCESCO, Nelson Di. *Imigração Alemã no Brasil.* São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura/Memorial do Imigrante, 1999, p. 11.

assumir a condição de cidadão brasileiro. Ou ainda, longe da mãe pátria achar-se perdido dados os deslocamentos de fronteiras, com a cessão de territórios, como são exemplos Nice, Savoie e a Alsácia-Lorena. Ser francês, alemão ou italiano? Esses eram alguns questionamentos pertencentes à vivência dos franceses em São Paulo. Como postulava o já aludido Guia do Emigrante em 1889, a naturalização era opção tangível e facilitada pelas leis do império com o fim de atrair estrangeiros ao Brasil. Em 1871, um decreto estipulava todos os artigos relativos a essa questão.

Legislação Imperial
1871

Atos do poder legislativo

Decreto n. 1950 – 2 de julho de 1871

Autoriza o governo para conceder carta de naturalização a todo estrangeiro que requerer, maior de 21 anos, e tendo residido no Brasil, ou fora dele, em seu serviço por mais de dois anos.
A Princesa Imperial Regente, em nome do Imperador o Sr. Dom Pedro II, há por bem sancionar e manda que se execute a seguinte resolução da Assembléia Geral:
Art. 1º: o governo fica autorizado para conceder carta de naturalização a todo estrangeiro maior de 21 anos que, tendo residido no Brasil ou fora dele, em seu serviço por mais de 2 anos, a requerer, declarando a intenção de continuar a residir no Brasil ou a servi-lo depois de naturalizado.
Art. 2º: O governo poderá dispensar o tempo de residência: 1º - ao casado com brasileira; 2º - ao que possuir bens de raiz no Brasil, ou tiver parte em algum estabelecimento comercial; 3º - ao que for inventor ou introdutor de um gênero de indústria qualquer; 4º - ao que se recomendar por seus talentos e letras, ou por sua aptidão profissional em qualquer ramo de indústria; 5º - ao filho do estrangeiro naturalizado nascido fora do Império antes da naturalização do seu pai.
Art. 3º: Fazem prova suficiente para os efeitos dessa lei as certidões extraídas dos livros de notas e repartições oficiais, bem como atestações passadas por quaisquer autoridades e mesmo por pessoas de conceito.
Art. 4º: As Cartas de Naturalização serão isentas de qualquer imposto, exceto o de 25#000 de selo.
Art. 5º: As ditas Cartas não poderão sortir efeito algum sem que os outorgados por si, ou por procurador munido de poderes especiais, prestem juramento (ou promessa) de obediência e fidelidade à Constituição e às leis do país, jurando ao mesmo tempo (ou prometendo) reconhecer o Brasil por sua pátria daquele dia em diante.
Art. 6º: Este juramento poderá ser prestado perante o governo ou perante os Presidentes das Províncias.
Na mesma ocasião o indivíduo naturalizado declarará seus princípios religiosos e sua pátria; se casado ou solteiro, se com brasileira ou estrangeira; se tem filhos e quantos, de que nome, sexo, idade, religião, estado e naturalidade.
Com estas declarações se formará na Secretaria de Estado respectiva a matrícula de todos os estrangeiros naturalizados.
Art. 7º: A naturalização dos colonos continuará a ser regulada pelo decreto n. 808A de 23 de junho de 1855.
Art. 8º: São revogadas as disposições em contrário.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Conselho de Sua Majestade o Imperador, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, assim o tem entendido e o faz executar [114].

Rastreando o acervo do Arquivo Nacional, somente seis pedidos foram encontrados, dos quais a metade para a cidade de São Paulo, dois para Campinas e um para Itapetininga. Sem dúvida, o montante maior advinha da Corte, onde se encontrava a quantidade mais significativa de franceses no Brasil.

Vários fatores pareciam corroborar nesse resultado. Em teoria não havia coação. Naturalizar-se era ato espontâneo e significava um rompimento com a pátria de nascimento, elemento esse que, para o imigrante, principalmente o francês, tinha um tônus outro. A consubstanciação da idéia de França, enquanto nação, e a conseqüente formação de uma identidade nacional, no século XIX também eram moldadas por todos os lados: nas escolas, pelos políticos, pelas classes médias[115]. E esse patriotismo até os dias de hoje irradia seus traços ao longo da França. Na realidade, tratava-se de um sentimento construído, fabricado desde a infância e que, sem dúvida, poderia influir na decisão de se naturalizar ou não.

Ademais, ser francês, afirmar-se vindo da França, podia ser estratégia de sobrevivência no cotidiano da São Paulo oitocentista. A influência cultural daquele país era imperante e a capital da Província que recebia os "louros" do lucro cafeeiro se aburguesava. Então, ser atendido ou ter objetos provenientes da "Meca da Moda"[116], como era denominada Paris, era sinônimo de status e ao mesmo tempo uma oportunidade ao emigrante de amealhar um ofício: cabeleireiro, modista, dono de loja de fazendas. Logo, abrir mão da nacionalidade francesa poderia ser um mau negócio, até mesmo para aqueles que estavam envolvidos com os trâmites de importação e exportação. Para estes, as viagens

---

[114] APESP. Colecção de Leis do Império apud SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo alemã*: vida quotidiana dos imigrantes germânicos na região da Capital (1827-1889). São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2003, p. 254-255.
[115] Cf. ZELDIN, Theodore. *Histoire des passions françaises 1848-1945*. v. 2, Paris: Éditions du Seuil, 1980.
[116] ROCHE, Daniel. *A cultura das aparências*. Uma história do indumentário (séculos XVII-XVIII). São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2007, p. 274.

para a França com a finalidade de comprar produtos eram necessárias, e elemento de diferenciação no mercado.

Por outro lado, a carta de naturalização tinha um preço. Os 25#000 réis era quantia que poderia fazer falta no dia-a-dia dessa população, pois a maior parte dos franceses que viviam em São Paulo não eram tão abonados para dispensar esse valor. Com ele era possível a compra de gêneros alimentares que possibilitavam a subsistência, ou um rendimento extra com a venda no comércio local. Vejam-se os exemplos abaixo:

Tabela 4 – Ano da naturalização e gênero correspondente aos selos de 25#000 pagos de 25#000

Datas limite das naturalizações	***Gênero correspondente a 25$000***
1886	35 galinhas
1887	1 vaca com cria fêmea
1888	1 vaca com cria fêmea
1889	1 vaca com cria fêmea

FONTE: ATJSP. Inventários do 2º Ofício da Família (1886-1889) apud SRIRINI op. cit., p. 255.

De toda a forma, o processo para obtenção da naturalização tinha alguns trâmites. Primeiro, o pedido:

> Alberto Israel, residente na cidade de Campinas, província de S. Paulo onde exerce a profissão de commerciante, casado, desejando fazer parte da comunhão política brasileira e achando-se nas condições legais como mostra com o documento, solicita de V. M. Imperial a graça de conceder-lhe a naturalização que impetra, mandando pela repartição competente expedir-lhe a respectiva carta a fim de ser o Supplicante considerado cidadão brasileiro logo que prestar o juramento de estylo.
> O Supplicante é de nacionalidade franceza.
> Pede deferimento.
> E. R. M.
> Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1880[117].

Como se pode notar, as primeiras informações estavam ali contidas. E em geral, os motivos da naturalização não eram aclarados. De fato, aqueles que a solicitavam não pretendiam o retorno definitivo ao lugar de nascimento. O dito juramento tinha como um de seus itens "obediência e lealdade à constituição e as leis do paiz, receber o Brasil por sua pátria daquele dia em diante"[118]. O pedido acima, contudo, deixa entrever um dos possíveis

[117] AN. Naturalização de Alberto Israel. N. 5-80, 1880.
[118] AN. Naturalização de Henrique Antonio Barnabé Vicent. N. 60-10, 1873.

intuitos de tornar-se cidadão brasileiro: a participação na política com a obtenção de um cargo.

Outros fatores que podiam sopesar nesse conjunto eram as condições de fixação na cidade. Ter família formada, principalmente com brasileira, ter filhos e morar há anos na região. Assim declarou Henrique Vicent em 1873. Há dezessete anos vivia em São Paulo, cursava o segundo ano da Faculdade de Direito, há dez anos estava casado com uma brasileira, cuja união deu origem a um filho de 8 anos, Plíneo, e um outro de 1 ano e 6 meses chamado Altanario. Solicitava a carta por querer "residir no Império"[119].

Não obstante, não se pode colocar este como quadro único e mais comum. João Estevão Dilla, natural de Bordeaux, com seus 25 anos, residia há apenas dois na Província e era solteiro. Já solicitando a naturalização, anexou inclusive a sua certidão de nascimento[120]. O mesmo aconteceu com Alberto Brille, francês solteiro e de 25 anos[121].

Para que esses dados fornecidos pelos solicitantes fossem considerados "verdadeiros" eram ratificados em atestados anexos, em geral com a assinatura de diferentes figuras da sociedade local, como Delegado de Polícia, Presidente da Câmara, Juiz de Paz, ou o Pároco.

Em 1878, o vigário Francisco Albuquerque mencionava sobre José Bretan:

> attesto nesta Parochia que o Snr. José Court Bretan reside nesta Cidade [Itapetininga]: que é casado com Brasileira desde de 18 de junho de 1876. Que se tem condusido com muita honestidade: Que finalmente é um homem ainda môço e intelligente e que muito bons serviços pode prestar ao país, que quer adoptar por pátria, dando-se com vantagem a algum ramo da industria, mas principalmente, dando-se ao ensino de Mocidade, para o que se mostra com vocação e habilitações.
> O Snr. Bretan vivendo já há trez annos nesta cidade, tem procedido de modo a captar a eterna affeição de todos; pois até hoje nunca ouvi a mais insignificante recriminação á seus actos, gosando por isso da estima e simpattia dos que o conhecem.
> Por ser verdade este e firmo Itapetininga, 8 de Fevereiro de 1878.
> O Vigario Francisco d' Assunpção Alburquerque [122]

[119] Ibidem.
[120] AN. Naturalização de João Estevão Dilla. N. 41-96, 1896.
[121] AN. Naturalização de Alberto Brille. N. 20-98, 1898.
[122] AN. Naturalização de José Court Bretan. N. 10-78, 1878.

A contrapartida da naturalização para o Império, ao menos no aspecto teórico e oficial, era de alguma forma útil ao país. Por isso, o Presidente da Câmara mencionava do dito Bretan: "Conduzindo-se com honestidade tanto pública como particularmente, estando habilitado para exercer alguns dos ramos da industria neste país"[123].

Ser francês e adquirir a cidadania brasileira eram facetas envoltas na emigração e na imigração que transpunham o sentir, o adaptar-se em meio a esses diferentes percursos da vida. Fronteiras que se moviam, mas que por certo deixavam fortes traços da terra natal, difíceis de apagar. Mesmo do outro lado do Atlântico, as reverberações da guerra franco-prussiana faziam-se sentir, inclusive, nos processos de naturalização. Diferentes nacionalidades se entrecruzavam no imigrante.

Foi assim que aconteceu com Alberto Israel e Alberto Brille, respectivamente em 1880 e 1898. No momento de declarar a naturalidade não hesitaram em se dizer franceses, mas o procurador de Israel "declarou apenas que o Supplicante era cidadão francez, sem mencionar que o logar do seu nascimento era do território francez que foi anexado à Prússia, podendo por isso, o Supplicante ser considerado súbdito allemão"[124]. Já Brille, mesmo nascido na Alsácia-Lorena em 1873, quando a guerra já havia se dado, categoricamente apresentava-se como "Alberto Brille, francez, com 25 anos de idade"[125]. O deslocamento das fronteiras geográficas, um tanto quanto arbitrário, não tinha o mesmo caráter imediato em curto prazo (e quem sabe também em longo prazo) nos costumes, no modo de vida, na concretude do identificar-se a si próprio enquanto pessoa, do pertencimento a uma comunidade, a uma cultura. O âmbito do sentir tinha um tempo diferente, próprio de cada um. E que nos emigrantes, como esses franceses, modificadores espontâneos de seus caminhos, aflorava de modo especial.

[123] Ibidem.
[124] AN. Naturalização de Alberto Israel. N. 05-80, 1880.
[125] AN. Naturalização de Alberto Brille. N. 20-98, 1898.

Então, por que – a despeito de todos esses embasamentos – os estudos sobre a emigração foram relegados a segundo plano na França? Gerárd Noiriel, em *Le creuset français*, fornece algumas pistas[126]. A historiografia francesa por longo período esteve associada ao republicanismo, em que era acentuado um discurso de afirmação nacional, de construção identitária. Logo, no contexto dessa História Nacional, não havia espaço para aqueles que rompessem o contrato social implícito que os ligava à nação ao dela emigrarem. A historiografia republicana, inclusive, sustentava que o ideário de nação já estava solidificado antes do momento em que ocorreram as emigrações em massa na Europa[127]. Assim, o destino desses emigrantes foi por vezes apagado.

Corroboram nesse sentido, também, dois outros fatores. O primeiro refere-se à falta de interlocução entre os historiadores franceses e os especialistas dos países de acolhida, e o segundo à forte distinção que se fazia entre a História da França e a História de outras localidades, as chamadas de "estrangeiras"[128].

Apesar do aumento paulatino de análises, a pesquisa acadêmica ainda engatinha no conhecimento sobre a emigração francesa. E a tendência não é permanecer estanque e sim avançar, na medida em que a fundação de associações patrimonialistas, que buscam resgatar o passado, chama a atenção dos historiadores. Quer nas regiões de origem, como nas de acolhida, descendentes de e(i)migrantes franceses reúnem-se sob o auspício institucional, trazendo memórias reconstituídas através de documentos, fotos e da História Oral, de maneira a preservar a história de seus antepassados e propiciar momentos de socialização. Tratam-se, em realidade, de manifestações que envolvem a noção de identidade, em especial nos países receptores da América como, por exemplo, Argentina e México, que acabam por remontar a uma das faces que constituiu seus territórios particularmente ao longo do século XIX.

---

[126] NOIRIEL, Gerard apud WEIL, François. French Migration to the Américas in the 19th and 20th centuries as a historical problem. *Studi Emigrazione*. Roma, XXXIII, n.123, 1996, p.444.
[127] Ibidem.
[128] WEIL, François. *French Migration*…. op. cit., p. 6.

A partir de 1970, a história da emigração francesa ganhou destaque nos quadros acadêmicos, mesmo por conta de iniciativas, como exposições. Porém, foi nos anos de 1990 que houve a explosão de movimentos aos poucos articulados. Uma exposição organizada pela Câmara de Comércio em Bayonne (França) acerca da emigração basca, assim como uma obra sobre a emigração bearnaesa feita pela Associação de Memória Coletiva de Béarn, aguçaram a curiosidade e o gosto pela pesquisa deste tema. Tal se deu justamente em 1992, ano do "qüinquagésimo centenário da descoberta da América pelos europeus"[129], cuja comemoração, de âmbito internacional, em muito contribuiu para a dinâmica de olhar para o passado, rememorar. Logo, sucessivamente associações passaram a ser fundadas. Em 1993, na cidade de Buenos Aires, a *Association Franco-Argentine de Beárnais* (AFAB); em 1995, *Les Amis de l´AFAB*; em Pau[130], no ano de 1999, a *Association pour la Mémoire de l´Emigration* (AMME); na Montevideo de 2001, a *Association Franco-Uruguayenne de Beárnais* (UFUB); em 2002 a *Association Bigorre-Argentine-Uruguay*, relativa à emigração provinda dos Hautes-Pyrénées. Também há as Associações: *Savoie-Argentine*, *Haute-Saône*, no México, além do *Musée de la Vallée*, remontante à emigração dos Alpes de Haute Provence[131].

O mecanismo dessas associações se movimenta em torno de atividades que, além de promoverem encontros entre membros de uma mesma família, portanto mantendo acesa a chama da memória e inclusive criando centros culturais que as propiciem, expandem seu foco de atenção, tendo como um dos objetivos fazer conhecer seus trabalhos em outros horizontes, que não somente o das próprias comunidades. Exposições, intercâmbio de jovens, espetáculos de canto e dança, reencontros familiares e ajuda humanitária são alguns dos pontos que permeiam essas instituições.

---

[129] PAPY, Michel. Migrations et retrouvailles: questions et pistes In: BRUNETON, op. cit., p. 16. (tradução nossa).
[130] Pau é uma cidade que se localiza no sudoeste da França, na parte pertencente ao Departamento dos Pyrénées-Atlantiques.
[131] Cf. BRUNETON, op. cit.

Por vezes tecidos entre manifestações oficiais e iniciativas particulares, esse conjunto de atividades tem como um de seus embasamentos as cartas manuscritas enviadas pelos franceses emigrados aos seus parentes na França. O que pode ser revelador de tensões, mas também indicativo de que não houve ruptura radical com a terra de origem. Com fórmulas estereotipadas que permitiam dar nas entrelinhas as informações essenciais e que podiam ser fornecidas à família nuclear e aos demais parentes – então em um caráter semi-privado -, ou ainda com verdadeiros desabafos que procuravam minorar as distâncias, essas cartas – como o seguinte exemplo escrito por um imigrante francês na Buenos Aires do século XIX - são mananciais para estudiosos:

> Buenos Aires, 10 de junho de 1860
> Querido papai.
> Eu te envio uma carta para te dar notícias minhas.
> Tudo corre bem em Buenos Aires depois que eu parti da França. Com o tempo eu estou bem integrado na vida argentina. Arranjei um trabalho que eu gosto, tio Marcel é o patrão.
> Eu consegui aprender espanhol com a ajuda de Marcel. Estou noivo de uma bela moça e em breve irei me casar. Estou a ponto de fazer uma nova vida [...].
> Gosto da Argentina, os costumes são bons e o ambiente é agradável. Eu me desculpo por não ter enviado mais que duas cartas depois que parti, mas compreenda que não tenho muito tempo, trabalho duro [...]
> Adeus muito querido papai e talvez até logo[132].

Por outro lado, essas Associações por si só descortinam ao historiador que se deve atentar para a saída de franceses em um nível micro-regional, no qual a emigração local impera e, nesse sentido, acaba por corroborar no incentivo aos estudos genealógicos. Um dos resultados desenhados nessas Instituições é "o entusiasmo dos primeiros encontros entre primos que um oceano, um século, ou mais, separavam"[133].

A despeito de apreender que a maior concentração desse tipo de Associação fica na Argentina, destino mais corrente dos franceses na América Latina, pode-se aventar que conjuntos de pessoas ou mesmo instituições propriamente ditas existam no Brasil no tocante aos imigrantes franceses. No estado do Mato Grosso do Sul, por exemplo, há anualmente uma festa comunitária alusiva à família Nantes cujo patriarca embarcou na

[132] Ibidem, p. 109 (tradução nossa).
[133] PAPY, Michel. Migrations et retrouvailles: questions et pistes In: BRUNETON, op. cit., p. 23. (tradução nossa).

cidade portuária de Nantes, provavelmente entre a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas, da França rumo ao Brasil, deixando aí quantidade apreciável de descendentes hoje também espalhados em outros estados, como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais[134]. O que vem a deixar pistas de que ainda há investigações por serem feitas.

Outrossim, as frases de François Weil, professor e diretor na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais da França, são reveladoras dos momentos presente e vindouro no tocante às pesquisas:

> Graças a esses trabalhos na França e nas Américas e da procura patrimonial (...) podemos esperar em curto prazo ver o fenômeno da emigração para as Américas encontrar seu lugar na memória e história da França contemporânea, e o caso francês cessar de ser uma aberração na história européia das migrações e tornar-se simplesmente um componente nem mais nem menos excepcional que um outro[135].

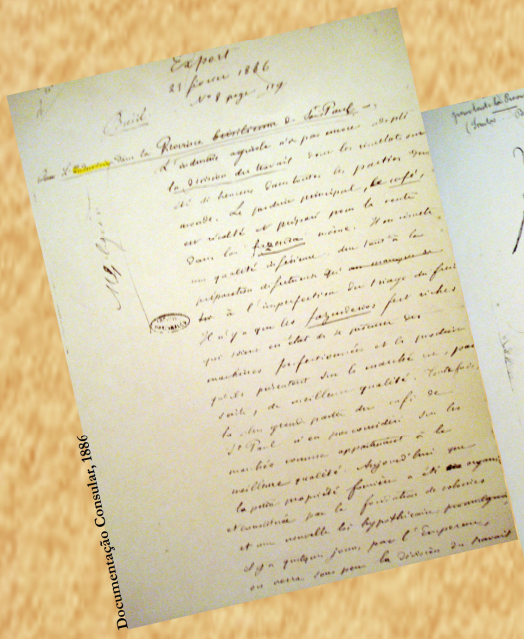
De modo que os franceses enquanto emigrantes e sujeitos históricos saiam do silêncio enigmático que os envolveram por tantos anos.

[134] REVISTA LIVRE. Traduções. Disponível em : www.revistalivre.com.br. Acesso em: 29 de junho de 2007.
[135] WEIL, François. Les migrations de France aux Amériques: histoire et mémoire In: BRUNETON, op. cit., p. 8. (tradução nossa).

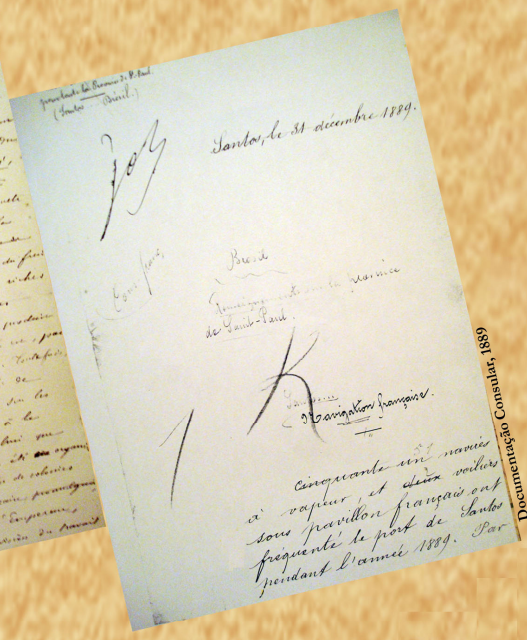
CAPÍTULO III

Os interesses da França no Brasil: relações comerciais e consulares

CORREIO PAULISTANO 19. 08. 1870



Documentação Consular, 1886



Documentação Consular, 1889

"A interrogação sobre a interdição oficial da emigração francesa para o Brasil se coloca como uma medida da mais alta importância (...), nos permitirá, eu repito, lutar, sem muita inferioridade, sobre o duplo terreno político e comercial contra as perigosas concorrências italianas e alemãs".

Relatório do Cônsul da França em São Paulo, 1890. (tradução nossa)

Do ponto de vista econômico, a França no Segundo Império e em especial a partir dos anos de 1850, passou por um período de desenvolvimento sob diversas facetas: expansão dos transportes, tanto no que se refere à malha ferroviária, quanto à navegação; favorecimento de bancos e sociedades financeiras de modo a fomentar o investimento de capitais; e crescimento industrial, inclusive com a incorporação de descobertas e inovações técno-científicas, por exemplo, por ocasião das Exposições Universais.

Não obstante o setor agrícola ter concentrado peso importante na distribuição da população ativa e na economia como um todo - principalmente no que tange à produção de cereais e vinhas –, e o artesanato ainda ter-se mantido vivo em diversas localidades francesas – na boutique ou no atelier, misto de oficina e loja, "não era incomum que o fabricante fosse também o próprio negociante de seu produto"[1]– é patente que a atividade industrial, em larga escala, ganhou impulso. A atuação da indústria e sua ingerência no mercado foram paulatinamente seguindo uma curva ascendente e, em seu bojo, advieram os processos de urbanização e, para o escoamento de artigos, o de incentivo ao comércio exterior.

E é justamente nesse sentido, o de expansão comercial, que os interesses franceses se voltaram para o Brasil, o qual era então uma das brechas na América Latina para o consumo de produtos industrializados[2]. Logo, o império brasileiro foi parcela do emaranhado em que os tentáculos imperialistas atuaram sob o viés de ampliar e ganhar lugar de destaque no mercado mundial.

> Na luta travada entre as potências que se industrializaram (...) o país ocupou um lugar de importância na América Latina como um mercado onde se exercia essa competição. Embora a França não tenha tido o mesmo peso que a Inglaterra – e mais tarde os Estados Unidos – no mercado brasileiro, ela constituiu durante longo período, a segunda potência em importância nas relações de comércio exterior do Brasil[3].

---

[1] MALERBI, Eneida Maria Cherino. *Relações comerciais entre Brasil e França (1815-1848)*. São Paulo, 1993. Dissertação – FFLCH, USP. p.54.
[2] Cf. FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940; TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará*. Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1995.
[3] TAKEYA, op. cit., p. 37.

Entretanto, deve-se rememorar que no início do século XIX[4], enquanto Brasil Colônia, as relações entre Portugal e França estiveram estremecidas, especialmente após a decretação do Bloqueio Continental por Napoleão I para fazer frente ao poderio britânico. Com a economia dependente da Inglaterra pelo sucedâneo de tratados comerciais assinados, a recusa portuguesa em acatar o dito Bloqueio não deixou saída a não ser a transferência da Corte para o Brasil. Esse fator acabou por conjugar um arcabouço de mudanças que influenciou diretamente no modo de comerciar, além de propiciar a paulatina penetração de gostos, idéias e modos estrangeiros. A abertura dos portos às "nações amigas" em 1808, sem dúvida, não incluía a França. Por outro lado, os artigos, em sua maior parte de origem inglesa, inundavam os portos, particularmente o da cidade do Rio de Janeiro, a qual viu parcelas de seu cotidiano sofrerem mutações. Os tratados de 1810 ainda reafirmavam esse predomínio britânico. A Inglaterra tinha assegurado o direito de colocar suas mercadorias no Brasil sob a taxa de 15% *ad valorem*, enquanto os produtos portugueses pagavam 16% e os demais países 24% de taxação nas alfândegas.

A "profilaxia" contra a entrada de franceses[5], além de tudo possíveis propagadores dos ideários de liberdade da Revolução Francesa, deu-se através da Intendência Geral de Polícia do Rio de Janeiro cuja missão era a de "detectar os elementos suspeitosos"[6]. Para tanto, inquiriam os estrangeiros sobre os motivos de aportarem no Brasil, sua profissão; tipo de atividade que pretendiam adotar, as pessoas que conheciam no país e, sobretudo,

---

[4] Somente a título de referência, não se deve deixar de mencionar que já na centúria de 1500 e 1600 expedições francesas percorreram a costa brasileira: Villegaignon com a fundação da França Antártica no Rio de Janeiro e Daniel de la Touche no Maranhão com a França Equinocial, também atuando na Amazônia, foram alguns exemplos. E ainda nesse meio, das raízes em 1500 até o século XIX, a escrita de obras de viajantes franceses que excursionaram pelo Brasil continua a deixar marcas interessantes aos estudiosos de hoje: Saint-Hilaire; Castelnau; Debret; Rendu e Sigaud; Friger; Frézier, Le Gentil; De Freycinet; Tollenare; Ribeyroles; D´Assier; Expilly e Dabadie, foram alguns destes. Cf. FRYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940; TAVARES, A. de Lyra. *Brasil França ao longo de cinco séculos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.

[5] Cf. FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro*... op. cit., p.33.

[6] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Fazer a América: franceses no Brasil (1815-1822). Separata da *Revista de Ciências Históricas*, nº X. Universidade Portucalense, 1995, p. 299.

sua procedência, se de regiões "suspeitas" ou em guerra com Portugal[7]. Uma vez identificados, a ordem era a de que fossem presos e expulsos da Colônia[8].

Somente a partir de 1814, findas as guerras napoleônicas e com os Bourbons de volta ao trono, que as relações Brasil-França foram retomadas. Concorrer com o predomínio da influência britânica na América do Sul foi um dos objetivos principais, dado que essa região abrangia além de mercados propriamente ditos, "pontos estratégicos nas rotas mundiais de navegação marítima num momento em que o continente africano e outras partes do mundo ainda não ofereciam grandes compensações às ambições européias"[9]. Não demorou para que armadores, comerciantes e industriais dos principais portos franceses aportassem ao longo da costa brasileira, trazendo uma série de influências, inclusive culturais, imputadas pela sua presença e a dos artigos que com eles vinham. Ademais, há que se ressaltar que a própria chegada da Corte já era elemento fomentador de transformações. A criação de novas necessidades impregnadas nos hábitos do luxo europeu foi, de certa forma, transplantada.

Na esteira dessas oportunidades, uma gama de franceses passou a afluir especialmente para o Rio de Janeiro, mas também para o Recife e Salvador, cidades de maior vulto econômico na primeira metade do século XIX. "Artistas, cabeleireiros, mestres de dança, de música e de língua, boticários, cirurgiões e médicos, retratistas, doceiros, cozinheiros, pasteleiros, ourives, chapeleiros"[10] e ainda franceses que se dedicavam a outros ofícios, com seus "falares" e jeitos, começaram a ser presença constante, cuja influência de costumes era cada vez maior nos grandes centros. Já na década de 1830, a Rua do Ouvidor da então capital do Império, ao invés de ingleses, tinha por maioria os estabelecimentos franceses e era inclusive comparada à Rua *Vivienne* de Paris[11]. Logo, percebe-se que a

[7] Ibidem, p. 300.
[8] MALERBI, op. cit., p. 36.
[9] Ibidem, p. 02.
[10] MALERBI, op. cit., p. 38.
[11] Ibidem, p. 41.

penetração cultural, que antes se fazia sentir mais nos contornos dos livros e idéias propagados no Brasil, a partir desse período delineou-se de maneira concreta na vida cotidiana com a presença física desses imigrantes.

Aumentando a esfera de influência da França, em 1816, D. João VI fez vir a chamada Missão Artística Francesa[12] com o intuito de conferir ao Rio de Janeiro, então sede do reino, o papel de centro cultural[13]. Foram criadas bibliotecas e estabelecimentos de ensino: Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios; Academia Militar e da Marinha; e Escola de Comércio. Pelo grupo de franceses da dita missão foi empreendida a Academia de Belas-Artes, nesse mesmo "quadro de abertura do Brasil às investigações científicas, ao ensino superior, e ao desenvolvimento artístico, que então se iniciavam"[14]. Por isso, chefiados pelo literato Joaquim Lebreton, chegaram àquela cidade artistas, engenheiros mestres, enfim, pessoas com um conjunto multifacetado de ofícios, dentre os quais se destacavam os irmãos Taunay – Nicolas, pintor e Auguste, escultor – o arquiteto Montigny, e o pintor Debret cujos quinze anos passados no Brasil legaram telas representativas da paisagem, vida e tipos humanos do Rio de Janeiro de sua época conhecidas em *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*[15].

Por outro lado, sob a faceta comercial e de início da representação consular francesa no Brasil, deu-se o "tratado de amizade, navegação e comércio, assinado a 8 de janeiro de 1826, [que] confirmava o reconhecimento da independência, regulava a representação diplomática e fixava as bases de transações comerciais de acordo com as cláusulas do tratado britânico"[16]. Assim, com o Tratado de 1810 expirado, a França corria na dianteira do reconhecimento da independência para desfrutar das taxas até então de

---

[12] Cf. MOTOYAMA, Shozo; NAGAMINI, Marilda. Victor da Silva Freire: engenheiros de São Paulo e a influência francesa. In: HAMBURGER, Amélia Império et al (org.). *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1996.
[13] TAVARES, A de Lyra. *Brasil França ao longo de cinco séculos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979, p. 134.
[14] MALERBI, op. cit., p. 37.
[15] DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816-1831)*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1971.
[16] CAMPOS, P. M. de. O reconhecimento de outros países apud TAKEYA, op. cit., p. 40.

privilégio inglês. Tal fato se deu em 1826, foi conseguido pela Inglaterra em 1827, e expandiu-se aos demais países a partir de 1828, momento em que a todos os produtos era conferida a porcentagem de 15%. Porém, se as cláusulas relativas ao comércio e à navegação tinham o prazo de seis anos para permanecer em vigor, outros pontos acordados, principalmente concernentes ao tratamento especial conferido aos franceses de passagem ou residentes no Brasil, tinham caráter intérmino. A despeito de, ao menos em teoria, haver reciprocidade nos acordos, ou seja, os brasileiros lá radicados também contarem com vantagens, "essa perpetuidade concedida à duração dos artigos beneficiou praticamente apenas os franceses – os quais se estabeleceram no Brasil em número razoável, ao que tudo indica"[17]. O fator que ainda causou animosidade entre os dois países ao longo do século XIX já estava aí acoplado: a problemática da herança. Como se verá a seguir, uma das funções dos cônsules era a de zelar pelos compatriotas em seus bens e interesses. Por este prisma, o espólio dos franceses que falecessem *abintestados* – sem fazer testamento – ficaria em mãos do representante consular da França na região, sem que pudesse haver qualquer ingerência das autoridades brasileiras.

Dessa forma, foi se desenhando inicialmente uma estrutura que colocava foco nas cidades brasileiras que mais apresentassem possibilidades. Rio de Janeiro, Recife e Salvador, sobretudo na primeira metade do século XIX, receberam franceses atraídos pela opulência e pelo leque de inserções que essas localidades exalavam. Além do que, seus portos abrigavam produtos exportados pela França com destino ao mercado consumidor que ali se formara após a abertura dos portos, o que remonta em especial, mas não de modo exclusivo, às camadas de elite. E assim "não levou muito tempo (...) para que viajantes estrangeiros, de passagem pelo Brasil, observassem como a influência francesa, que não se limitava apenas ao vestuário, principalmente feminino, era grande em nosso país"[18].

---

[17] MALERBI, op. cit., p. 20.
[18] DEVEZA, Guilherme. Brasil-França. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo II. V. 4. São Paulo: Difel, 1974, p.153.

Ainda deve ser levantada a percepção de que, no período anterior ao grande surto de imigração do fim do século, dentre os estrangeiros presentes, abundavam os imigrantes franceses. Veja-se o caso da capital do Império no ano de 1834. Segundo dados colhidos pelo então ministro francês no Brasil, ali havia 3.800 franceses, 3.200 alemães, 1.400 ingleses, 400 norte-americanos, 400 espanhóis e 200 holandeses[19]. Já em janeiro de 1855 foram enviadas à França, através da representação consular, tabelas que continham os movimentos da população estrangeira no porto do Rio de Janeiro entre os anos de 1851 e 1854. Observando-as, igualmente percebe-se que, em meio ao número de imigrantes, os franceses naquele momento ainda representavam parcela consubstancial. Em 1851 e 1852, os provindos da França ocupavam o terceiro lugar, precedidos por portugueses e alemães e, entre 1853 e 1854, o segundo lugar, perdendo somente para os portugueses[20]. O vai-e- vem no porto pode significar transações comerciais, mas também o movimento de pessoas que estariam ali na condição de imigrantes fixados ou de passagem.

Denota-se então que essa imigração articulava-se tanto ao nível do indivíduo – com as suas vontades, desejos e problemáticas –, como ao das relações internacionais. O governo francês não incentivava a emigração de braços para a agricultura, mas sim de compatriotas que pudessem auxiliar em suas interações comerciais com países fora da Europa [21].

Nas relações de comércio Brasil-França, a natureza dos artigos importados e exportados pouco se alterou ao longo do século XIX. As importações francesas constituíam-se basicamente de matérias-primas necessárias às suas indústrias, tais como: algodão, carvão, couro, borracha e madeira, além de produtos alimentícios – café, açúcar, cacau e carnes – conforme segue abaixo.

---

[19] MALERBI, op. cit., p. 39.
[20] AN. Cota F12 -2700.
[21] BHVP. LAGNEAU, Gustave. *L´émigration de France*. Paris, 1884, p. 52.

Tabela 5 – Principais mercadorias brasileiras importadas pela França – em ordem de importância – nos decênios de 1847 a 1856 e 1887 a 1896.

Ordem	***Decênios***	
	1847 – 1856	1887 – 1896
1º	Café	Café
2º	Açúcar	Cacau
3º	Couros	Couros
4º	Cacau	Borracha
5º	Algodão	Fumo
6º	Fumo	Madeira
7º	Madeira	Chifres
8º	Borracha	Féculas

FONTE: Tableau Decennal du Commerce de la France apud TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará*. Natal: UFRN Ed. Universitária, 1995, p. 83.

No início do I Reinado, algodão e açúcar eram os principais produtos demandados pela França. O primeiro, por conta do abastecimento das manufaturas de tecidos, estes, aliás, exportados em grande quantidade, para o Brasil. E o segundo, que, no entanto, devido à produção de açúcar de beterraba efetuada gradativamente nas conquistadas colônias francesas, tendeu a se exigüir nesse quadro. Por outro lado, verifica-se uma preponderância por quase 50 anos do café como artigo de exportação cuja participação aumentou no decorrer dos decênios. Não obstante, as remessas àquele país terem subido de 39,2% em 1849-1850, para 63,4% em 1872-1873, a quantidade do café exportado para a França correspondia apenas a 10% do total saído para o exterior[22]. Já o cacau, desde meados até o fim do século, teve sua produção quase inteiramente absorvida pela França[23].

Vista sob outro prisma, a exportação do café, dado o volume de capital que circulava, foi o consubstanciador-mór do aumento da demanda de artigos manufaturados importados, alguns dos quais a França estava pronta para fornecer[24]. Não se deve perder de vista, ainda assim, que apesar de importador em grande quantidade de produtos franceses,

[22] DEVEZA, op. cit., p. 167.
[23] Ibidem.
[24] MALERBI, op. cit., p. 8.

o Brasil o era em maior proporção dos artigos britânicos, o que remete à rivalidade entre os dois países[25].

> Com a passagem da economia de subsistência para a de grande exportação, baseada na monocultura do café, é que São Paulo se abriu pela primeira vez de modo direto para o mundo exterior, entrando na chamada divisão internacional do trabalho liderada pela Grã-Bretanha. Em troca da colocação do café no mercado internacional, São Paulo deveria adquirir bens industrializados, matérias-primas, manufaturas, máquinas para a lavoura e a indústria nascente, etc.[26]

Por outro lado,

> a procura por artigos franceses de luxo era muito grande, sobretudo relativos à decoração, à moda, e à arte, em geral, ainda que fossem colocados aqui por iniciativa dos britânicos. Apreciavam-se a literatura, a filosofia e a etiqueta francesas. Assim, embora a liderança econômica e tecnológica fosse exercida pelos ingleses, os costumes eram influenciados pelos franceses.

Por algum tempo, os artigos fabricados pela França vieram através de embarcações inglesas, pois até cerca de 1870 o comércio exterior brasileiro tinha caráter monocêntrico, em função dada a hegemonia britânica nos portos nacionais. Apesar de em desvantagem numérica, os vapores franceses aqui começaram a aportar a partir de 1860 com suas mercadorias[27].

A inicial predominância de tecidos em relação às exportações da França para o Brasil era patente, mas dela também figuravam objetos de luxo e decoração, denominados "artigos de Paris", além do vinho, que pode ser observado na tabela a seguir.

---

[25] Já dizia Freyre: "Os ingleses, quase tanto quanto os franceses, madrugaram sob a forma de piratas e aventureiros e negociantes, nas praias da América tropical descobertas por portugueses e espanhóis. E, distanciando-se dos franceses, por largos anos seus rivais, os ingleses acabaram lançando entre nós, sob a forma de negociantes e técnicos, uma preponderância econômica ..." (FREYRE, 1948, p. 35). E este mesmo autor ainda elucida que a partir de meados do XIX "depois de um período de quase escandalosos privilégios, de ordem econômica e até política, os britânicos passaram a abrir crédito fácil aos clientes brasileiros e a aventurar capitais no nosso país de uma forma em que os franceses, por muito tempo seus principais competidores, não se extremaram nunca. Aos ingleses, só os alemães viriam a superar nesse excesso de confiança nos clientes sul-americanos, mas já no século XX" (Ibidem, p. 75).

[26] HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano* e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira 1867-1918. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 20.

[27] DEAECTO, Marisa Midori. *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Senac São Paulo, 2002, p. 41 e 43.

Tabela 6 – Principais mercadorias francesas importadas pelo Brasil – em ordem de importância – nos decênios de 1847 a 1856 e 1887 a 1896.

Ordem	***Decênios***	
	1847 – 1856	1887 – 1896
1º	tecidos (algodão, seda)	objetos de decoração em metal/bijuterias
2º	couros trabalhados	couros trabalhados
3º	Papelaria/livros	Vestuário
4º	artigos de armarinho	objetos de decoração em tecidos
5º	Vidraçaria e cristais	Manteiga
6º	Vinhos	Bibelôs
7º	manteiga	artigos de armarinho
8º	perfumaria	Vinhos

FONTE: Tableau Decennal du Commerce de la France, apud TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará*. Natal: UFRN Ed. Universitária, 1995, p.57.

A França, deste modo, era grande fornecedora de tecidos; vinhos; chapéus; manteiga e outros comestíveis; calçados; papel; porcelana e cristais. Aliás,

> (...) colocou-se em primeiro lugar na remessa de manufaturas de seda para o Brasil, assim como de chapéus, dos quais se importaram só daquele país 435 029 unidades, de materiais diversos além de 172 747 kg correspondentes aos confeccionados em palha. A manteiga francesa, de que foram importados 1.218 186 kg, também teve a preferência dos brasileiros. E a França, que ocupou no mesmo ano de 1872-1873, o segundo lugar no fornecimento de calçado, predominou, ainda, na exportação para o nosso país de peles e couros trabalhados, de perfumarias, de obras de ouro, de relógios de bolso, de instrumentos de música e, em menores proporções instrumentos matemáticos e instrumentos cirúrgicos, Mas onde sua contribuição se revelou de fato reduzida foi no o fornecimento de máquinas, aparelhos, ferramentas, etc., pois de um valor total de cinco mil réis importados, couberam a ela apenas 359 contos de réis[28].

Com o tempo, as prerrogativas francesas foram se voltando mais para a inserção de seus manufaturados no Brasil, do que propriamente para a pesquisa de matérias-primas direcionadas à sua indústria. Esse fator ocorreu por conta da produção local de suas colônias[29], a qual supria as necessidades.

Entretanto, a questão é que desde quando iniciadas as relações comerciais, entre os anos de 1814 e 1815; no período seguinte à independência quando se solidificaram; e

[28] DEVEZA, op. cit., p. 168.

[29] Ao longo do século XIX, entre colônias e protetorados, a França era detentora das seguintes possessões: Argélia; Tunísia; Costa da Somália; Madagascar; Marrocos; Guiné; Senegal; Daomé; Niger; Costa do Marfim; Alta Volta; Mali; Gabão; Congo; Chade; Cambodja; Martinique; Guadeloupe; Réunion; Nouvelle-Calédonie; Conchinchine; Guyane Française: Gorée; dentre outras localidades espalhadas pelos continentes africano, asiático e americano.

mesmo na década de 80 do oitocentos, a balança comercial se mostrou deficitária para o Brasil. A desigualdade de condições e o protecionismo comercial francês, que retornou firme a partir de 1880, fizeram com que os valores concernentes às exportações da França fossem maiores do que os relativos à importação de artigos brasileiros demandados por esse país.

Sob toda esta tela foi então pintada uma estrutura que, percebida através da documentação consular e de fundo comercial produzida pelo governo francês ao longo do século XIX, lançava os olhos oficiais à preocupação com estratégias de inserção e, portanto, de exportação de seus manufaturados frente à concorrência das indústrias inglesas e, posteriormente, alemãs.

No Brasil, assim como em diversos outros países, a França lançava a sua representação consular à medida que as relações comerciais se estreitavam. Inicialmente, as cidades portuárias cujos mercados regionais se sobressaíam alicerçavam os consulados permanentes – Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Nesse meio, São Paulo e outras localidades do Império possuíam agentes consulares subordinados aos cônsules.

A dinâmica de trabalho desses representantes franceses tinha como um dos principais veios formar uma verdadeira rede de informações que se dava através do envio de relatórios e cartas, esmiuçando as diversas possibilidades e entraves da expansão comercial francesa nos territórios sob a sua jurisdição.

Apesar da autoridade consular só ter sido consubstanciada através do tratado de 1826, assim que retomadas as relações, já em 1815, Jean-Baptista Maler foi nomeado cônsul geral e encarregado dos negócios entre França e Brasil[30]. Desses primeiros períodos também datam duas obras que focam, de modo específico, o comércio franco-brasileiro em suas possibilidades e dificuldades. A primeira, de 1828, é de autoria de Edouard Gallés[31] e

[30] MALERBI, op. cit., p. 6.
[31] GALLÉS, Edouard. *O Brasil ou Observações gerais sobre o comércio e as alfândegas desse país, seguidas por uma tabela dos direitos de entrada sobre as mercadorias francesas, e de um quadro comparativo de moedas, pesos e medidas*, Paris, 1828.

procura elucidar os artigos franceses de melhor aceitação nos mercados do Brasil, além das problemáticas administrativas que suscitavam. "Dos artigos mais procurados vinham em primeiro lugar os tecidos, principalmente os de seda, a que se seguiam os vinhos, os sabões, os comestíveis, as perfumarias, os papéis de parede, e muitos outros"[32]. A segunda, de 1839, foi escrita por Horace Say e versa, de maneira abrangente, em meio às ditas relações comerciais sobre câmbio, moedas, bancos e comércio exterior[33]. Say, representante comercial da Casa *Delaroche*, sediada na França, chegou ao Brasil em 1815 e aí permaneceu durante 25 anos acompanhando o comércio[34].

Os dados amealhados pelos componentes consulares caminhavam por algumas instâncias. Em geral, o cônsul recolhia informações junto aos agentes consulares, elaborava um relatório e o enviava ao Ministério dos Negócios Estrangeiros na França, onde, por sua vez, eram feitas outras apreciações que anexadas às ditas análises, seguiam para o Ministério da Agricultura e Comércio. Processados, os dados eram então disponibilizados, assim como – tendo os mesmos por base – estratégias eram articuladas aos negociantes e industriais franceses cujo fulcro remetia-se à expansão de mercados para seus produtos, não só com vistas ao mercado consumidor brasileiro propriamente, mas também às matérias-primas necessárias à produção francesa que poderiam dali ser fornecidas.

Diversos pontos que remetem às tarefas de cônsules e agentes consulares podem ser observados através do *Annuaire Diplomatique de l´Empire Français*[35]. Primeiramente publicado em 1858 com o apoio do Ministério dos Negócios Estrangeiros, propagava a vantagem de reunir em um pequeno formato dados concernentes a essa pasta ministerial, cuja falta de publicação constituía "uma lacuna lastimável na coleção de documentos administrativos". Concentrado em um único volume anual, destinado ao público em geral e

---

[32] DEVEZA, op. cit., p. 155.
[33] SAY, Horace. *História das relações comerciais entre a França e o Brasil e considerações gerais sobre as moedas, o câmbio, os bancos e o comércio exterior*. Paris, 1839.
[34] MALERBI, op. cit., p. 74.
[35] AMAE. *Annuaire diplomatique et consulaire de la Republique Française*. Paris: Berger-Levrault et Cie. Anos consultados: 1858 a 1889.

ao corpo diplomático em particular, ali estavam congregadas várias informações relativas à diplomacia francesa: um calendário com as efemérides diplomáticas e históricas – para cada dia do ano aparecia um fato ou ato diplomático-; uma listagem cronológica daqueles que ocuparam o posto de Ministro dos Negócios Estrangeiros desde a criação deste departamento em 1859, até o ano de publicação do anuário; uma enumeração do pessoal que compunha o *corpus* diplomático, sendo embaixadores/ministros das colônias francesas, cônsules estrangeiros residentes na França, como também estes franceses, cônsules e agentes consulares, radicados no exterior; uma listagem dos tratados e convenções feitas pelo governo francês durante todo o ano em questão; e, finalmente, o conjunto componente dos altos cargos na esfera política, ou seja, Senado, Conselho de Estado, Corpo Legislativo e Gabinetes Estrangeiros. Assim, este anuário agregava um tônus honorífico que procurava espelhar a vastidão das relações diplomáticas francesas e a oficialidade de seus atos. Por isso, nele também foram inseridas a organização e as atribuições do conjunto consular, deixando clara a vertente dos negócios, comercial.

A principal função aludida os cônsules, subordinados ao Imperador e ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, era a de proteger o comércio e a navegação de seus compatriotas no exterior. Para tanto, poderiam assumir uma pluralidade de tarefas, tais como intermediar soluções quando houvesse problemas com franceses de passagem ou já estabilizados na região; inspecionar as embarcações e as mercadorias de franceses nos portos, de maneira a assegurar seus interesses e, inclusive, se necessário cuidar do repatriamento; além de ajudar a esclarecer os comandantes sobre os usos da localidade e os meios de provisão que apresentavam para facilitar as transações e justificar as despesas com a frota. Desta forma, nota-se que havia uma íntima ligação do cônsul com a navegação, a qual, sem dúvida, era o elo de grande força, na medida em que aí se davam as relações comerciais com o embarque e desembarque de produtos.

Sob este prisma, além de cuidarem de vários fatores da vida dos cidadãos franceses moradores em sua circunscrição - era o caso, por exemplo, dos vistos de passaporte, certificados de vida ou de origem e traduções, e do procedimento do inventário daqueles que falecessem na região de sua residência - os cônsules eram encarregados de fornecer "ao governo, por intermédio do Ministério dos Negócios Estrangeiros, todas as informações, quer políticas, quer comerciais, que possam contribuir com a prosperidade ou com o desenvolvimento de nossas relações exteriores."[36].

Igualmente, as atividades dos agentes consulares eram elencadas e justificadas pelo fato de que os cônsules, por terem residência fixa, não poderiam sozinhos dar conta das especificidades de toda a circunscrição. Logo, delegavam poderes aos agentes consulares que atuavam sob o seu controle.

No Brasil, a Província de São Paulo possuía agentes consulares no porto de Santos e na capital, subordinados ao Consulado do Rio de Janeiro. Foi somente no decorrer da República que a cidade de São Paulo ganhou status de abrigar um consulado permanente, segregando sob sua jurisdição as agências consulares do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Entretanto, a questão é que tanto para Santos, como para São Paulo, houve uma estabilidade por anos a fio na ocupação desse cargo. Durante duas décadas, de 1860 a 1880, Charles Marquois foi o agente responsável por São Paulo e por 11 anos, Bousquet esteve neste posto em Santos, passando de 1880 a 1889 a ser o agente vice-cônsul imbuído de ambas as cidades, Santos e São Paulo. Tal estabilidade pode ser apreendida pela observação, ano a ano, desses anuários que, conforme o explicitado, traziam uma listagem, dividida por províncias, de todo o corpo diplomático presente não só no Brasil, com em outros países, dado que essa malha francesa se estendia por várias partes do mundo e propiciava o termo reverso, ou seja, a existência de cônsules brasileiros na França.

[36] Idem, p. 79-80 (1858) (tradução nossa).

Embora haja indícios de que, em localidades de menor importância enquanto mercado, brasileiros ou outros estrangeiros tenham exercido a função de agentes consulares para a França ou ainda de que, enquanto franceses, fosse dada preferência aos negociantes – de modo especial aos mais antigos da região[37], não há sinal para São Paulo de que qualquer uma dessas alternativas tenha sido aplicada. De fato, é compreensível que esse recrutamento fosse feito entre comerciantes pelo motivo duplo de que não seriam necessárias despesas com a sua instalação e manutenção por parte do governo francês, e porque, de certa forma, detinham experiência e conhecimento sobre a área em que atuariam. Contudo, também é plausível que à medida que a localidade focada fosse adquirindo vulto no quadro econômico, houvesse o interesse francês de que, dado o aumento das transações comerciais, esses representantes consulares exercessem somente suas funções – o que se pode remeter à situação de São Paulo.

Apesar do assunto aqui tratado ser basicamente o do flanco comercial, vale relembrar que na prática, percebe-se a ingerência dos cônsules franceses não só nas questões que envolvem o universo do comércio, mas também nas diversas instâncias da vida dos compatriotas moradores na São Paulo da segunda metade do século XIX. Assim, documentos encontrados nos arquivos brasileiros como: inventários, testamentos, processos de casamento, divórcio e crime mostram as facetas de sua atuação no cotidiano.

Conforme o já assinalado, no período sobre o qual versa o presente estudo – segunda metade do oitocentos, porém ainda sob a vigência do Império, ou seja, de 1850 a 1889 – São Paulo congregava uma agência consular subordinada ao consulado permanente do Rio de Janeiro, então capital imperial. Ao cônsul do Rio de Janeiro eram remetidos relatórios periódicos dando conta de uma variedade de pontos que poderiam interferir para

[37] É o que atesta Denise Takeya no já citado trabalho *Europa, França e Ceará* (TAKEYA, op. cit., p. 42). Na primeira parte de seu estudo, analisa a expansão comercial francesa no Brasil do século XIX por meio da visualização crítica das fontes recolhidas no Archives du Ministère des Affaires Étrangers, Archives Nacionales e Archives Départamentales de Paris. Aliás, tese de doutorado pioneira publicada em 1995, foi o ponto de partida para a busca dos documentos que compõem este capítulo, o qual, por seu turno, procura atentar aos olhos franceses à Província e, particularmente, a cidade de São Paulo da segunda metade de oitocentos.

o sucesso ou não das relações comerciais francesas. O cônsul permanente, por sua vez, fazia um balanço das informações obtidas e na maior parte dos casos, anexava o relatório recebido para a apreciação do Ministro dos Negócios Estrangeiros (ou das Relações Exteriores) na França. E este, finalmente, comunicava-se com o Ministro da Agricultura, Comércio e Trabalhos Públicos.

Dentre os trabalhos desses agentes consulares e cônsules encontram-se estudos pormenorizados sobre cada região em foco. Em 1885, por exemplo, foi enviado ao Ministro das Relações Exteriores todo um levantamento sobre a Província de São Paulo. Nele constavam dados geográficos do relevo e do solo. Ademais, vê-se listado o número de habitantes – inclusive, com a quantidade de pessoas por casa. Os investimentos nos serviços públicos eram da mesma forma colocados ao lume como indicadores de desenvolvimento. Nesse sentido, foi adicionada uma tabela de orçamentos da municipalidade, comparando os valores investidos nesse setor a cada dois anos – de 1870 a 1885. Outro ponto observado era o da existência de bancos e sucursais, que então eram indicativos de crédito e de movimentação financeira, e aí com especial vista aos estabelecimentos estrangeiros, potenciais concorrentes. Assim, também eram listadas algumas indústrias e de onde provinham os seus respectivos capitais, dando-se particular atenção às companhias de gás, navegação e usinas de açúcar – portanto, aos empreendimentos de base e sob quais mãos estavam[38].

Para que se tenha idéia da amplitude e do nível de profundidade que essas informações atingiam, observem-se trechos da dita missiva/relatório endereçado ao ministro francês em 30 de março de 1885:

> Senhor Ministro,
> a Província de São Paulo é situada entre 19º45' e 25º15' de latitude austral e entre 55º e 10º19' de longitude ocidental.
> De leste a oeste, ela tem uma superfície de 1044 km, depois do rio Piraby, afluente meridional do Parayba até a margem direita do Paraná que confina o afluente do rio Paranapanema.

[38] AN. Cota F12 – 9218.

> (...)
> Faz fronteira ao norte com a província de Minas Gerais, ao sul com a do Paraná e o Oceano Atlântico, a leste pelo Rio de Janeiro, a oeste pela de Minas Gerais e Mato Grosso. No 23º30' de latitude sul, a Província de São Paulo é cortada pelo Trópico de Capricórnio – é, conseqüentemente partida entre a zona tórrida e a zona temperada. Também o clima é ameno e favorável aos imigrantes.
> A província é muito montanhosa, principalmente perto da Serra do Mar. Ela tem vales, vastas plantações e colinas (...). Fundada pelos jesuítas em 1554, está bastante desenvolvida depois de 300 anos: há mais de 6.000 casas, estima-se em seis o número de habitantes por cada casa, em um total de 36.000 habitantes, mas se contar a imigração, essa cifra sobe para 40.000. Está há 14 horas em estrada de ferro do Rio de Janeiro: as comunicações são cotidianas (...) Há interesse bem saliente no serviço provincial de imigração dirigido por um inspetor, um ajudante, e um médico. Ele dispõe de uma casa à espera de imigrantes, que recebem a sua hospitalidade até o momento em que são colocados em seus postos.
> (...)
> Todos os serviços relativos ao funcionamento e com a finalidade de favorecer a imigração são bem organizados no que se refere à higiene, notadamente, compreende um instituto de vacinação muito bem dirigido[39].

Não só essas, mas o conjunto de informações obtidas em tais relatórios, advinham de fontes diversas: dados publicados pelo governo brasileiro, estatísticas lançadas pela alfândega, artigos de jornais e mesmo dos próprios negociantes franceses ali viventes que podiam auxiliar com suas apreensões. Entretanto, nem sempre os números e informações apresentadas eram os mais atuais ou condizentes com o real, do mesmo modo em que as opiniões e as análises sobre um mesmo assunto variavam ao longo dos relatórios, como se terá a oportunidade de verificar no tocante aos ideários acerca da imigração no Brasil.

E essa cadeia de envio de dados – agentes consulares → cônsules → Ministério dos Negócios Estrangeiros → Ministério da Agricultura, Comércio e Trabalhos Públicos – não era de mão única, ou seja, somente de remessa de informações do Brasil para a França, de acordo com os propósitos locais. Por parte desses departamentos franceses também havia demandas, inclusive direcionadoras do trabalho do conjunto consular, que solicitavam a pesquisa de pontos específicos. Na brochura publicada em 1910, mas com alusões ao Brasil oitocentista, Paul Walle, que aí esteve em missão comercial, aludia aos olhos franceses a crescente importância do capital paulista: "São Paulo, depois do Rio de Janeiro no Brasil e

[39] Ibidem (tradução nossa).

Buenos Aires na Argentina, é a cidade mais importante da América Latina, com prodigioso crescimento de sua prosperidade e população"[40].

Para que se tivesse idéia da movimentação comercial e dos seus pontos fortes ou fracos que poderiam elucidar a inserção de artigos franceses, foi efetuado em 1886 todo um mapeamento das indústrias na Província de São Paulo. Para cada nicho foi emitido um parecer. Sob essa ótica, a indústria de ferro em São Paulo foi atrelada a um momento de má situação se comparado ao equivalente no Rio de Janeiro – Ipanema – cuja produção desse metal era 20% mais barata. Apontava-se, igualmente, para a contradição da região possuir grande variedade de matéria-prima para o ramo têxtil, sem tirar partido industrial. "Algumas fábricas de algodão são dignas de menção. A elas falta quantidade suficiente de matéria-prima"[41]. Quanto à indústria do vinho foi comentado que ainda "encontra-se na infância", com a fabricação de "horríveis vinhos artificiais", porém com a possibilidade de ser desenvolvida. Sem dúvida, os cuidados de observação para com esse item estavam presentes na medida em que os vinhos franceses eram potenciais artigos de exportação. Chamava-se a atenção também para a quantidade considerável de indústrias em mãos de alemães, como as fábricas de chapéu, salientando que a de maior vulto na capital pertencia a Adolphe Schritzmeyer e contava com a mão-de-obra de 150 operários. Por outro lado, a inserção de produtos franceses era alocada nesse estudo industrial. É o caso, por exemplo, dos móveis de Paris que "estavam em moda" e dos artigos farmacêuticos que, em sua maioria, eram importados dos Estados Unidos e da França – em quantidades consideráveis. Para São Paulo destacava-se, nesse ramo, a produção de sulfato de magnésio.

Sediada no edifício da Faculdade de Direito, de acordo com esses relatórios, em 25 de janeiro de 1885, ocorreu a primeira Exposição Industrial de São Paulo que consistiu na amostra de produtos de agricultura, indústria e manufaturas da Província. O ministro plenipotenciário da República Francesa no Rio de Janeiro – a categoria mais alta dentro do

[40] WALLE, Paul. *Au Brésil, de L'Uruguay au Rio São Francisco*. Paris: E. Guelmoto, 1910 (tradução nossa).
[41] AN. Cota F12-7052 (tradução nossa).

corpo consular de um país estrangeiro – foi visitá-la e a partir de seu exame não deixou de salientar a existência de matérias-primas acabadas para o consumo das indústrias na França. Apontou madeira, ferro e aço de boa qualidade. Nesse último caso, porém, destacava os metais produzidos nos fornos de Ipanema, com o objetivo de fazer frente ao aço das usinas suecas[42].

Mesmo assim, em 1889, o agente consular incentivava a formação de indústrias francesas em São Paulo, pois a Província "por sua situação, seu bom clima, sua rica vegetação oferece todas as vantagens possíveis a qualquer ramo de indústria que se deseje. O número de indústrias, já existentes, é muito restrito"[43].

Ao repassar as informações para ministro dos negócios estrangeiros, o cônsul do Rio de Janeiro, até então responsável pela agência consular de São Paulo, aludia a alguns pontos sobre navegação. Nesse particular, o porto de Santos se destacava. "Os movimentos de importação e exportação têm subido ao longo dos últimos 15 anos, o que quer dizer, pela sua importância comercial, que o porto de Santos vem imediatamente depois ao do Rio de Janeiro"[44]. Naquele momento, acentuava inclusive que o número de navios estrangeiros, dentre os quais franceses, aportados e depois de partida, aumentaram para 474, enquanto que a navegação de cabotagem ocupava 212 navios, transladando ao longo da costa brasileira, com o adendo de que 181 saíam do porto de Santos rumo a diferentes partes da Europa[45].

No ano da proclamação da República, alertava-se que por conta da febre amarela, a qual assolava a cidade de Santos logo nos primeiros meses, o número de navios que freqüentou o porto foi mais restrito. Não obstante, era aferida como efetiva a tendência dos barcos à vela desaparecerem de circulação, enquanto que os a vapor sob bandeira não só francesa, como de outros países, marcavam presença. Por seu turno, atestou-se a

[42] AN. Cota F12-9218.
[43] AN. Cota F12-7052 (tradução nossa).
[44] AN. Cota F12-9218 (tradução nossa).
[45] Ibidem.

necessidade de aumentar o montante de casas comerciais francesas estabelecidas em Santos, de forma que as relações de comércio se tornassem cada vez maiores e mais fortes[46].

Já para a cidade de São Paulo algumas perspectivas "positivas" foram delineadas. Com uma "população cosmopolita" que tinha apreço pelos artigos franceses, a idéia era a de dar alicerces, ou seja, bases de informação às casas sediadas na França para o comércio exterior e alertar para que suas sucursais fossem bem geridas na região[47].

As considerações minuciosas desses relatórios traziam conhecimento sobre a localidade, o que auxiliava sobremaneira na definição de estratégias comerciais. Logo, um dos fins últimos desses mecanismos era os próprios comerciantes. Desde 1840, o Anuário-Almanaque Didot-Bottin[48] publicado em Paris – hoje existente no *Archives Départamentales de Paris* – trazia um conjunto de dados acerca de diferentes mercados dentre os continentes e inclusive dentro da própria França, com mais de 500.000 endereços – como anunciava a capa.

O Brasil era um dos países estrangeiros alocados. Basicamente as variáveis levantadas, e de modo muito provável fornecidas, se não completamente, em grande parte pela estrutura consular, foram as mesmas ao longo dos anos, mesmo levando-se em consideração a tendência à meticulosidade das informações com o decorrer do tempo. Situava-se o Brasil através de sua superfície; número de habitantes livres e escravos; localização geográfica; tipo de governo; recursos de exportação e para a importação; estradas de ferro, cuja função era facilitar o escoamento de produtos e pessoas; nesse meio, os artigos comprados e vendidos; os portos e os movimentos de navegação. No Anuário-Almanaque de 1875 publicava-se:

---

[46] AN. Cota F12-7052.
[47] Ibidem.
[48] ADP. *Annuaire-Almanach du Commerce ou Almanach des 500,000 adresses (Didot-Bottin)*. Paris: Firmin Didot Frères, Fils et Cie. Anos consultados: 1850 a 1889.

> Superfície: 12,634 447 km. População: 11,780 000 habitantes / 10,380 livres; 1,400 escravos. O Império do Brasil é situado na parte oriental da América do Sul (...). Ao seu redor estão ao norte o Oceano Atlântico, Guianas Francesa, Holandesa e Inglesa, e as Repúblicas da Venezuela e dos Estados Unidos da Colômbia; a leste e a sudeste pelo mesmo Oceano; ao sul pela República do Uruguay e a Confederação da Argentina; a oeste por esta mesma Confederação e as Repúblicas do Paraguai, da Bolívia, do Peru e do Equador. O Brasil é dividido em 20 grandes Provincias[49].

Quanto ao comércio exterior, no que tange às importações e exportações, era elucidado:

> O comércio exterior do Brasil é anualmente de 1 bilhão, sendo 560 milhões da exportação e 440 da importação. Exportação: café (200 milhões); algodão (100 milhões); açúcar (75 milhões); cacau (21 milhões); tabaco (19 milhões); tapioca (6 milhões); ouro e diamantes (9 milhões) (...) Importação: artigos manufaturados da Europa, tecidos, ferro e máquinas em grande parte da Inglaterra, e objetos de moda e *nouveautés* de Paris[50].

Confirma-se, assim, alguns dos itens mencionados anteriormente com a exportação de matérias-primas e o consumo de manufaturados da Europa, destacando-se aí que o maquinário importado provinha da Inglaterra - a França não se sobressaiu na venda de máquinas –, enquanto que os objetos de luxo e decoração adentrantes nos portos do Brasil eram franceses.

Para a efetivação desses negócios, pontos sobre a navegação não deixavam de ser especificados:

> A região costeira mede 7,920 km e possui 42 portos, 19 de navegação de longo curso, entre os quais de 1ª linha – Rio de Janeiro; 2ª linha – Bahia e Pernambuco; 3ª linha – Pará e Santos. O movimento anual de navegação nos seus portos passa dos 16,200 navios, dos quais 6,400 de longo curso. O comércio interno, também fluvial, é de 425 a 450 milhões por ano[51].

Só esse painel dava idéia de algumas possibilidades de inserção para os comerciantes franceses, porém telas ainda mais minuciosas foram pintadas. As principais províncias foram descritas proporcionalmente à sua importância econômico-comercial. Assim, Rio de Janeiro desde o início concentrava a maior parte das informações. Para São Paulo, nota-se um maior apuro nos dados à medida que o café começava a aparecer no cenário mundial e que as próprias relações entre França e a localidade se expandiam. Neste

[49] ADP. ANUÁRIO ... op. cit. , 1875 (tradução nossa).
[50] Ibidem (tradução nossa).
[51] Ibidem (tradução nossa).

Almanaque, somente em 1850 a província foi colocada por primeira vez e as cidades de Santos e São Paulo mencionadas com seus respectivos agentes consulares franceses, número de habitantes e produtos para a exportação. Santos em 1854 foi relatada deste modo: "vila da Província de São Paulo, situada ao fundo de uma magnífica baía, que dá acesso aos navios mercantes. Exporta açúcar e café e importa todo o tipo de produto europeu"[52].

Em 1860, na parte que se referia à cidade de São Paulo já eram relacionados os negociantes franceses ali estabelecidos e em que tipo de comércio – o que dava margem aos empreendedores da França entrarem em contato e estabelecerem relações de compra e venda, além de se encorajarem mesmo à emigração ou ainda à instalação de uma sucursal no Brasil. Não obstante, mesmo ao longo dos anos, nem todos os negociantes viventes em São Paulo eram listados, o que coloca em pauta algumas possibilidades. A primeira é a de que, uma vez não matriculados no consulado, sua existência era difícil de ser detectada, e a segunda é a de que só eram alocados aqueles que faziam importação direta ou tinham casa matriz na França. Destes, inclusive, comumente indicavam-se os endereços em Paris, como Pearron – que estava estabelecido em São Paulo – cuja *Maison* ficava na *rue Paradis-Puissonière*, 54.

No Anuário-Almanaque de 1869, por sua vez, há a menção ao adendo sobre a existência de bancos na cidade, assim como de outras instituições como Seminário, Faculdade de Direito e Teatro, havendo também, desde 1863, uma pequena lista de negociantes estrangeiros, para além dos próprios franceses ali residentes. Em 1877, os olhos em quais concorrentes atuavam em São Paulo expandiam-se igualmente para a categoria que denominavam por *negociantes nacionais*, o que veio a trazer a lume o fator de que o tipo de comércio com o qual se ocupavam não estava mais somente em mãos de estrangeiros, o componente nacional crescia. Já em 1875, a quantidade de informações

[52] ADP. ANUÁRIO ... op. cit., 1854 (tradução nossa).

aumentou. Foram elencadas para São Paulo ferrovias, imprensa e a outras cidades do cenário provincial, antes emudecidas, foi dado crédito: Campinas, Guaratinguetá, Itu, Jundiaí, Limeira, Pindamonhangaba, Paraitinga e Sorocaba apareceram com dados sumários. Sobre a Província de São Paulo, alegava-se: "850,000 habitantes, dos quais 770,000 livres e 80,000 escravos. Esta Província, uma das mais favoráveis do Brasil, possui abundantes minas de ferro, belos campos e árvores de todos os tipos. Produz vinho, trigo, linho como a Europa, café, cana-de-açúcar, algodão, tabaco e outros artigos dos trópicos. Se distingue por sua atividade comercial."[53]. Nota-se, portanto, que os dados abrangiam as duas âncoras da teia consular francesa, a de detecção de matérias-primas e de nichos para inserção de seus manufaturados.

Em 1881, o Almanaque atingiu a forma com a qual permaneceu até 1889. Ali, os negociantes franceses instalados na capital da província passaram a ser divididos por especialidade, que vinham assinaladas não mais somente em francês, mas também em português. Assim, em *horlogerie*/relojoaria estavam Jacob Levy & Irmão e José Worms. É possível que este ponto – o de ter inscrições bilíngües – signifique a expansão do público-alvo ao se direcionar não só aos negociantes da França, mas também aos do Brasil, como ainda uma forma de introduzir ao negociante francês, interessado no mercado brasileiro, expressões-chave em português. Não se pode esquecer, por outro lado, que esses Anuários-Almanaques eram também uma forma de propaganda de comerciantes franceses dentro da própria França, pois os 500.000 endereços eram concernentes a Paris, aos diversos departamentos e aos países estrangeiros.

Ademais desse tipo de publicação, havia alternativas que procuravam dar sustentabilidade às relações comerciais e caminhos mais seguros para o investimento no estrangeiro, notadamente à exportação. Desde 1858, por exemplo, existia uma instituição chamada *L'Office Comercial* cujo fulcro principal era o de dar referências, exclusivamente

[53] ADP. ANUÁRIO ..., op. cit., 1875 (tradução nossa).

comerciais, sobre a solvabilidade dos negociantes na França e no exterior[54]. Ainda existente em 1905, afirmava ter um vasto repertório de informações arquivadas e constantemente renovadas acerca da "moralidade" e da situação na praça da casa com a qual se pretendia comerciar. Esse arquivamento continuado de dados possibilitava aos solicitantes, "nossos comerciantes e industriais", terem através de correspondência um histórico dos negociantes pretendidos. A veracidade das informações, segundo o estipulado, advinha da observação da casa desde seu início e ao longo dos anos, portanto, de seus antecedentes e da comparação dos dados, alguns dos quais, para que não houvesse grande influência por parte dos correspondentes, eram registrados por outras vias e deles omitidos.

Como uma faceta de propaganda elucidavam seus trabalhos da seguinte maneira:

> Sua superioridade por todos os serviços diretos e semi-diretos constitui-se nessas vantagens:
> 1º A certeza de que são as últimas informações porque remetidas diretamente por um dos correspondentes da agência;
> 2º Os correspondentes transmitem ao Office Comercial a cópia da resposta endereçada ao Abonado. Se as informações não batem com as do controle, isso é assinalado pelo Office que dá aviso sobre as divergências e emite sua opinião;
> 3º Enfim, o Abonado recebe gratuitamente avisos das modificações sobre a situação de seu cliente durante o ano.[55].

Dois outros tipos de serviços complementares eram ainda oferecidos na perspectiva de auxiliar àqueles que queriam expandir seus negócios ao exterior: tradução e indicação de representantes comerciais. Estes últimos tinham por função representar os comerciantes e industriais no estrangeiro, cuidando de seus interesses – o que significava, dentre outras atividades, estudar o mercado, indicar o tipo de produto a ser inserido, as estratégias para tal e efetivamente as pôr em prática.

Apesar de nem sempre os representantes comerciais se apresentarem ao consulado, apareciam imbricados por várias vezes com cônsules e agentes consulares em um mesmo documento. Em alguns de seus relatórios, os cônsules e agentes alertavam para que os representantes comerciais não fossem escolhidos ao acaso. Propagavam a idéia de ter a

[54]AN. Cota F12-7427.
[55] Ibidem (tradução nossa).

cautela de que fossem honestos, tanto em moralidade como em solvabilidade, sob pena do negócio cair em descrédito na praça, arruinando-se e, por conseguinte, minando os interesses comerciais da França.

> ...O que igualmente recomendamos aos novos exportadores é a escolha cuidadosa e inteligente de seus agentes nos países, como na América do Sul, tão longínquos da Europa, onde os viajantes de comércio dispõem necessariamente de uma liberdade de ação que pode ser fatal aos interesses da casa que representam, se eles não são dignos da missão que lhes foi confiada. [56].

Assim foram apontados alguns casos em que estes se voltavam mais para modos de vida abastados, como a hospedagem em hotéis caros – "viver vastamente como grandes senhores" –, do que para o cumprimento de suas funções.

Apesar desses entraves não só o agente consular, mas os negociantes franceses em São Paulo, atentavam para o pequeno número de pessoas especializadas em oferecer produtos. Ao contrário dos alemães, ingleses, austríacos e italianos, os quais detinham conhecimento do mercado e por conseqüência vantajosas relações comerciais, apregoava-se que raramente os franceses recorriam ao comissário viajante. Com representantes permanentes arraigados nos grandes centros, de onde também voltavam sua ação para cidades interioranas, os artigos germânicos escoavam com mais facilidade. "Porque não imitar esses procedimentos que parecem fazer lucrar tão bem aos nossos concorrentes estrangeiros?"[57].

Logo, a idéia era a de que "nossos exportadores não hesitem em enviar mais freqüentemente para a América do Sul, e notadamente para as regiões meridionais do Brasil, tão exuberantes de vitalidade e atividades comerciais, agentes viajantes"[58] ou permanentes experientes, que soubessem falar o português, para uma maior eficácia nas transações, e que fossem comprometidos com a causa francesa, o que significa negociar

[56] AMAE. Correspondance Consulaire et Commerciale. Fond St. Paul. Tomo 2., 1897. (tradução nossa).
[57] Ibidem (tradução nossa).
[58] Ibidem (tradução nossa).

somente com produtos da França e não de outros países concorrentes, a despeito dos possíveis lucros que pudessem aferir nesse intermédio.

Para diminuir os custos dessa empreitada, uma das possibilidades levantadas era a de que um único comissário representasse os interesses de um grupo de comerciantes sindicalizados. Tal minimizaria os encargos financeiros necessários. No fim do XIX, essa era a ótica comercial proposta para tentar alavancar o esforço coletivo no exterior, de modo a "reagir contra as tendências e os maus hábitos que comportam obstáculo permanente ao desenvolvimento de nossas empresas de exportação e melhorar nossas relações comerciais com os países latino-americanos, particularmente com o Brasil"[59].

No entanto, algumas dessas "tentativas", na prática, passavam por uma sorte de entraves. É o caso, por exemplo, das animosidades criadas entre os ditos representantes e os cônsules. O que poderia consubstanciar-se em ajuda mútua, tanto dos primeiros que auxiliariam apontando as contrafações, quanto dos segundos cujas indicações facilitariam "singularmente a empreitada do viajante (...) ao lhe abrir certas portas evitando em todo caso os descontentamentos de um tempo perdido"[60], resultava em discórdia. Os cônsules atestavam o menosprezo de diversos desses comissários que os viam, em suas palavras, como onerosos "pobres de capacidade comercial e experiência nas relações"[61].

Por outro lado, não se deve superestimar o conhecimento dos membros do corpo consular, na medida em que, no tocante à área de sua jurisdição, "não destinando o Ministério verbas para essas viagens os cônsules raramente a visitavam. A mais grave conseqüência desse fato para os interesses franceses era a falta de base, e, portanto, de confiabilidade dos relatórios assim elaborados"[62].

Outra faceta componente deste quadro revela a ingerência, inclusive política, dos cônsules, de modo a assegurar a eficácia do comércio francês. Em 1847, as

[59] Ibidem (tradução nossa).
[60] Ibidem (tradução nossa).
[61] Ibidem (tradução nossa).
[62] TAKEYA, op. cit., p. 49.

correspondências consulares[63] deixavam clara a preocupação com a adoção de um imposto imputado pelo governo brasileiro às casas que tivessem mais de dois representantes comerciais. Logo, medidas foram tomadas não só pelos cônsules franceses, mas também pelos de outras nacionalidades, como ingleses, para que a lei fosse vetada, de modo que poupasse "os nossos nacionais de embrulhos e reclamações colerizadas"[64]. E de fato, o conseguiram, fazendo com que algumas somas, as quais já haviam sido cobradas, fossem devolvidas.

Essas intervenções também se davam para além do âmbito comercial. Em questões que envolviam o cotidiano dos cidadãos franceses, a teia consular funcionava como intercessora. Joanny Bouchardet, engenheiro-agrimensor nascido na França, chegado ao Brasil em 1869 e morador do arraial de Monteverde (Minas Gerais), escreveu uma missiva ao Ministro Plenipotenciário francês no Rio de Janeiro para "reclamar de V. Exª o seu devido apoio e a sua intervenção perante o Senhor Ministro da Justiça para que sejão punidos os autores dos attentados praticados contra si e contra a sua família"[65]. Para tanto, relatou o ocorrido. Dia 16 de janeiro de 1881. Apesar de ter sido alertado por amigos há muito e avisado com três dias de antecedência ao Juiz sobre os aterradores boatos – o subdelegado em exercício negou-se a comparecer –, um conjunto de homens chefiados por Domingos Gonçalves de Faria, conhecido por "tira-couro", cercaram sua casa, quebraram telhas e vidraças, tentaram arrombar a porta, atirando grande número de foguetes, insultando a ele e a sua família, assim como falando em ameaça de morte. No segundo dia, o líder do bando retornou e, estando o francês dentro de sua casa à beira da janela, atirou. O suplicante, que diz ter esperado em vão pelas providências das autoridades, lançou mão de sua arma e projetou um tiro sem, contudo, o ferir. Nesse momento um vizinho veio em seu socorro e atirou para o alto. Seja lá qual for o motivo obscuro que tenha causado essa

[63] AN. Cota F12 – 7426.
[64] Idem (tradução nossa).
[65] AN. Fond Rio de Janeiro. Lettres du mai 1881.

situação, o francês perpassava o fator de que o substituto do Juiz Municipal era sobrinho do protetor de Domingos Gonçalves e, para agradar seu tio, enquanto ele e seu bando continuavam ilesos, o vizinho Pedro de Teles Cardozo foi preso "pagando desta forma o generoso concurso que prestou ao cidadão francez attacado na sua casa. Ao passo que esse cidadão francez esperou 48 horas vendo sua família exhausta de vigílias e de susto"[66]. Por isso, "pede à Vª Exª que intervenha para evitar as delongas, e para que os criminosos sejão punidos como merecem"[67].

Esta carta, datada do mês de maio de 1881, denota alguns dos mecanismos de defesa e sociabilidade empregados pelos imigrantes franceses na segunda metade do XIX e, igualmente, um dos ramos de atuação do corpo consular no Brasil. Como desfecho desse caso, sabe-se somente que o Ministro Plenipotenciário da República Francesa o remeteu ao Ministro da Justiça. As posteriores articulações, porém, são desconhecidas.

Contudo, em meio a esse conjunto de atribuições, cuidar do comércio também significava olhar criteriosamente os movimentos de importação e exportação – então a entrada e a saída de artigos –, que produtos eram esses e sob quais bandeiras vinham as embarcações que os carregavam. Tudo em um globo indicativo da posição da França nas trocas comerciais com o Brasil em geral e nas províncias, em específico. Nesse sentido, foram feitos relatórios acerca das condições sanitárias dos portos e confeccionadas tabelas esmiuçando a entrada e saída de produtos, em quais quantidades e sob que preços, além de em qual país foram fabricados, ou seja, qual o país exportador, e a nacionalidade dos navios em que foram transportados. Tais dados, que constituíam os chamados boletins comerciais, recolhidos e analisados pelos cônsules e então repassados ao Ministro do Comércio e Indústria, possibilitavam visualizar criticamente o painel do comércio ao detectar as concorrências, os pontos fracos e assim planejar estratégias que resultassem em aumento das trocas comerciais francesas e da utilização de sua frota de navegação.

[66] Ibidem.
[67] Ibidem.

As tarifas aduaneiras e as estradas de ferro, por sua vez, eram outros componentes imbricados na teia comercial. As primeiras, correntemente, eram motivo de tentativa de negociação por parte dos cônsules, dado que influíam diretamente no preço final do produto, acirrando a concorrência e as dificuldades de saída ou não no mercado. É assim que, já no ocaso do oitocentos, havia a preocupação dos negociantes franceses em São Paulo de que um dos principais artigos vindos dos ateliês franceses se esvanescesse na praça, dados os direitos alfandegários que o restringiam. Tratava-se dos tecidos cuja tendência era a de, paulatinamente, dar lugar à confecção nacional[68]. E o segundo – atentava-se também às estradas de ferro -, por propiciar o escoamento de produtos e deste modo, a venda. Foi sob esse prisma que, em 1876, o consulado permanente do Rio de Janeiro com base em dados fornecidos pelo agente consular de São Paulo, reportou ao Ministro dos Negócios Estrangeiros não só o crescimento em importância comercial a que atingia o porto de Santos, mas também o desenvolvimento das estradas de ferro, apontando que já existiam em plena circulação 860 km de vias férreas, as quais buscavam, nos mais diversos lugares do interior da Província, os produtos de exportação como algodão e tabaco, e traziam "os produtos europeus que chegam no porto de Santos (...) levando aos habitantes que moram longe do centro as novidades necessárias"[69].

Na segunda metade do século XIX, a ascensão econômica da Província de São Paulo, assim como a sua demanda por artigos importados, estava diretamente relacionada ao surto de café. A alta na balança comercial fazia com que os olhos franceses para lá se vertessem. O acompanhamento do processo de produção – inclusive com a notação das máquinas utilizadas para seu beneficiamento –, da exportação e dos lucros que o café aferia eram uma constante nos relatórios consulares. Quantas sacas eram exportadas, para quais países e por que preços eram variáveis de tabelas comparativas. Outro item dessa mesma configuração, mas que igualmente reforça a idéia de que o café atingira tal patamar a ponto

[68] AMAE. Correspondance Consulaire et Commerciale. Fond St. Paul. Tomo 1 (1895-1896) (tradução nossa).
[69] AN. Cota F12 - 9218. (tradução nossa).

de determinar o movimento do mercado brasileiro, foi o seu momento de declínio. Em 1896, o já cônsul permanente de São Paulo assinalava que os Réis – moeda brasileira – perdiam o valor, até mesmo com um ágio de 200% do ouro sob ela. Esse fator deu-se pela queda na exportação do café – a seu ver elemento único do qual dependia a economia, e por isso mesmo falho, que originou uma "lastimável aberração econômica" dada a "exclusividade de uma só cultura".

Os estoques do produto em Santos avolumavam-se cada vez mais e a maior preocupação dos governantes locais era achar um remédio para os efeitos da crise do café. Por seu turno, os fazendeiros já "restringiam-se em suas despesas, o dinheiro se faz cada vez mais raro (...) e o comércio de importação, já diretamente atingido pela baixa anormal do câmbio e pelo aumento excessivo dos direitos alfandegários, se coloca amargado por transações nulas"[70]. O contexto de crise abalava as possibilidades de relação comercial, e o cônsul, como personificador dos interesses franceses, alertava para os riscos.

Logo, denota-se que o leque observado era amplo e abarcava variadas situações, dentre as quais se destacavam principalmente as de cunho econômico, mas também político e social. É nessa esteira que o acompanhamento da publicação de periódicos entra. Deles eram retiradas diversas informações. Artigos de jornais locais eram anexados, da mesma forma em que decretos oficiais, todos traduzidos para o francês. Em 1883, por exemplo, o jornal da colônia francesa no Rio de Janeiro, *Le messager du Brésil*, assinalava a produção de ferro na Província de São Paulo[71]. Já em 1885, outro artigo sobre o tabaco no Brasil, passado para a língua francesa, foi enviado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros[72]. Alguns produtos de base existentes no Império eram assim captados e assinalados através de artigos que acenavam para a possibilidade de aproveitamento às manufaturas francesas. Do mesmo modo, eram correntes os anexos advindos do Jornal do Comércio, com

[70] AN. Cota F12 - 7052. (tradução nossa).
[71] Ibidem.
[72] AN. Cota F12 - 9218.

balancetes e comentários acerca dos números de importação e exportação, as taxas aduaneiras e mesmo decretos que pudessem interferir nas atividades comerciais. Em 1886, no relatório denominado "Considerações sobre a indústria na Província de São Paulo" afirmava ser considerável a quantidade de jornais. Dentre os executados por imigrantes, mas escritos em português, destacava-se o alemão "Germânia" e o italiano "O Garibaldi".

Quanto aos "franceses, ingleses e espanhóis são poucos numerosos para ter um jornal redigido em sua língua"[73]. A esse quadro, entretanto, deve ser acrescentado um outro ângulo que é o da consubstanciação da colônia francesa ainda no século XIX com a fundação da Sociedade do Auxílio Mútuo 14 Juillet, e no início do XX com o periódico *Le Messager de Saint Paul*, todo em francês, em circulação já em 1901[74].

Dez anos depois dessas constatações, em 1896, o Ministério dos Negócios Estrangeiros pediu ao cônsul informações sobre a colônia francesa em São Paulo as quais permitissem "apreciar o caráter geral desse grupo de franceses, a situação que ocupam em meio aos demais imigrantes europeus, seu valor do ponto de vista moral, seus recursos materiais e tendências comerciais no que concerne à concorrência estrangeira"[75]. Para tanto, o início do relatório já afirmava que a despeito do número de franceses ser inferior se comparado ao de outras nacionalidades, como a italiana, espanhola ou portuguesa, o aumento da colônia francesa era significativo e merecia consideração.

Sob a visão consular, de fato era assumido que o número de franceses constituía um elemento de influência dos mais eficazes. Entretanto, a quantidade não era o único fator a ser sopesado, "qualidade desempenha um papel mais importante e talvez ainda mais decisivo, relativo à situação moral ocupada por uma Colônia"[76]. E esse era o objetivo: analisar o "valor moral, riqueza material, prestígio social, espírito de conduta e trabalho patriótico", mesmo sem a força do número. Tudo isso, é claro, embebido em um contexto

[73] AN. Cota F12 - 7052. (tradução nossa).
[74] Exemplares desse jornal estão concentrados na Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo (APESP).
[75] AN. Cota F12 - 7052. (tradução nossa).
[76] Ibidem (tradução nossa).

Formatado: Português (Brasil)
Formatado: Português (Brasil)

do desenvolvimento da influência da nação francesa e da defesa dos seus interesses comerciais.

Nessa observação, três aspectos foram considerados: origem; profissão e repartição no território de São Paulo. Nesse ínterim é interessante assinalar que se fez um balanço desde os imigrantes mais antigos até os recém-chegados, dividindo-os em quatro categorias cuja "proveniência, tendências gerais e espírito condutor e de caráter, não oferece nenhum ponto de semelhança"[77], o que significa que o grupo de franceses não era homogêneo. A primeira categoria era a dos compatriotas estabelecidos há muitos anos no país "estimados e considerados", que com o seu trabalho compraram terras e constituíram algumas indústrias locais, mas justamente dado o seu longo período no Brasil, não estavam inteirados sobre a evolução recente dos procedimentos comerciais. Já os recém-chegados foram colocados como ícones de força e perseverança dentre as oportunidades que São Paulo parecia propiciar. O terceiro elemento foi conferido como "destroços" de outras colônias da América do Sul, principalmente das cidades de Buenos Aires e Rio de Janeiro. Dadas as facilidades de contato, esses "errantes", cuja primeira tentativa de estabelecimento não dera certo, transferiram-se para essa cidade e eram os que mais demandavam o apoio do consulado e dos socorros da Sociedade da Beneficência Francesa. O "insucesso" nesses outros cantões sul-americanos foi atribuído ao *crack* financeiro de Buenos Aires e à febre amarela no Rio de Janeiro. Em meados do XIX, os governos de certas regiões do Prata mostravam-se desejosos em favorecer a colonização européia e para lá rumaram franceses esperançosos em formar uma nova vida. As decepções foram sentidas não somente pelos imigrantes, mas também pela rede consular ao salientar que, por parte dos Estados do Prata, não havia "recursos pecuniários suficientes para executar seus engajamentos"[78]. E, finalmente, foram elencados os emigrados da Alsácia-Lorena a partir de 1870. Em grande parte israelitas, eram considerados pela veia consular "a verdadeira força financeira da

[77] Ibidem (tradução nossa).
[78] Ibidem (tradução nossa).

Colônia francesa em São Paulo"[79], na medida em que o alto comércio estava em suas mãos. Eram chefes da maioria das grandes casas francesas, gerentes de sucursais e consignatários das casas de comissão da França, a qual era ali designada como "metrópole".

No território que já compunha o Estado de São Paulo, de acordo com o estipulado, 3/5 da população francesa residia na capital. Mas, considerando o conjunto total de franceses, a reflexão final foi a de que seria mais favorável ao desenvolvimento da influência, se os diferentes segmentos da colônia tivessem mais união e solidariedade de maneira a criar um grupo coeso e, conseqüentemente, com espaço sócio-econômico mais marcante.

Por outro lado, era fator constante nesses relatórios a existência de um menor número de franceses comparativamente aos imigrantes de algumas outras nacionalidades. De fato, esse ponto era confirmado, apesar das possíveis falhas de porcentagem, levando em consideração, por exemplo, os dados do censo do Império do Brasil em 1872, e mesmo as listas nominativas anteriores para a Província de São Paulo[80]. Por seu turno, para além das questões quantitativas que suscitam, existem as qualitativas. E nesta tela também é importante pincelar que a imigração francesa não deve ser vista como um quadro excepcional dentre as migrações do oitocentos. O menor número de saídas é atribuído a alguns pontos que nem de longe esbarravam na possibilidade de a França, como uma das potências da época, não ter um conjunto de dificuldades sociais que inspirassem a emigração. Muitos, na perspectiva de ter sucesso econômico e mesmo possibilidades de

[79] AN. Cota F12 - 7414. (tradução nossa).

[80] No Recenseamento Geral do Império do Brasil para o ano de 1872 há informações relativas a cada província, assim como a divisão por nacionalidade. Na contagem da Província de São Paulo, os franceses, em termos de número, aparecem em 5º lugar, precedidos respectivamente pelos portugueses, alemães, africanos livres e italianos. Há também uma categoria denominada de "latinos", cuja nacionalidade precisa não é conferida, mas esse bloco ultrapassa em porcentagem qualquer outro conjunto de imigrantes. Já no levantamento de 1836, no qual as informações eram divididas por fogo, não aparecem alguns franceses encontrados na cidade de São Paulo pela mesma época através de outras documentações levantadas, como por exemplo, os registros de escritura. Daí a percepção de que os dados contidos nessa fonte não são precisos. Cf. BASSANEZI, Maria Silvia C Beozzo; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; SCOTT, Ana Silvia Volpi, e TRUZZI, Oswaldo. M. S.. *Estrangeiros no Estado de São Paulo. Dados Censitários, 1854-1950.* Campinas:NEPO/UNICAMP, 2002.

sobrevivência dignas, partiam para a América ou, por conta de incentivos, às colônias francesas. Ocorre que, diferente de outras regiões da Europa, na França não houve um *boom* populacional. O déficit de natalidade era patente, o que por si só já consubstanciava números menores e, por isso mesmo, controlados pelo governo francês que estancava a emigração, não facilitando o estabelecimento de agências que a fomentassem. Nesse sentido, a emigração de braços, principalmente para a agricultura, era coibida; ao contrário daquela de capitais que pudessem expandir o comércio exterior francês. E essa deve ser, não a única, mas uma das linhas de explicação que elucida a existência prioritária de imigrantes franceses nos centros urbanos.

No sentido da inserção comercial de artigos de fabricação francesa, tinha lugar uma preocupação em específico: a concorrência que desfalcava, em boa parcela, o consumo de seus produtos de exportação.

Na última década do século, através do consulado permanente da França e à pedido do Ministério dos Negócios Estrangeiros, deu-se uma enquete junto aos negociantes franceses há anos residentes em São Paulo sobre as causas da diminuição da participação do comércio da França na região. E aí uma série de perguntas foi feita e problemáticas apontadas a esse respeito, com o intuito de detectar pontos e buscar soluções. Referindo-se aos últimos dez anos, portanto desde 1886, o francês Levy acentuava que o número de negociantes aumentou, mas a importação de produtos da França diminuiu. Ocorre que o aumento aparente das transações nas casas francesas deu-se por conta da venda de artigos falsificados, intitulados "franceses", porém provindos de fábricas alemãs. Tudo isso, assinalava-se, "com a cumplicidade deplorável de nossos compatriotas"[81] que, visando ao seu próprio lucro, davam preferência aos produtos alemães pelo "bom preço" e pela sua conseqüente saída na praça. Os preços finais dos artigos franceses quando chegados ao Brasil eram muito altos, não só por conta das tarifas alfandegárias, como também por

[81] AMAE. Correspondance Consulaire et Commerciale. Fond St. Paul. Tomo 1 (1895-1896) (tradução nossa).

entraves dentro da própria França – é o caso, por exemplo, das taxas incididas sobre o transporte de uma região francesa a outra.

De acordo com esses documentos, Hamburgo era um dos pólos principais de contrafação dos manufaturados franceses, o que inclusive já tinha sido alertado pela trama consular na própria Alemanha. Em 1883, o cônsul da França em Hamburgo indicava que as remessas de exportação alemã para a América do Sul eram correntes e cada vez maiores[82].

A cidade de Santos, naquela altura, fins do XIX, estava inundada de comerciantes alemães. Ponto estratégico de entrada e mesmo venda de artigos, o cônsul salientava a urgência premente em estabelecer naquele porto casas francesas e negociantes que tivessem mais do que aparência, qualidade real.

Assim, não obstante os produtos franceses serem então reconhecidos pelas facetas qualitativas de confecção superior, elegância e renome – e nos tons locais, em especial alocados nos anúncios de jornal, a conexão entre procedência e Paris ser atestado de produção séria e de qualidade – as preocupações palpitavam. Uma delas era a de que, com o tempo, o número de artigos da França fosse fenecendo até desaparecer, dando lugar a similares ou contrafações propriamente ditas, dado que boa parte da população consumidora acomodava-se com os bons preços, mesmo considerando que a mercadoria comprada pudesse ser de qualidade inferior.

Etiquetas e marcas de indústrias francesas eram falsificadas por alemães. "A verdadeira fábrica nada ganha com isso e sua marca é depreciada pela qualidade da contrafação"[83]. Sabão, água mineral, medicamentos, perfumarias, além de *cognacs*, *vermouths* e vinhos eram vendidos a preços convidativos e sob etiquetas francesas. Contudo, os alvos prediletos das falsificações eram os tecidos, imitados por alemães e do mesmo modo por ingleses. Aliás, não só através das declarações dos próprios comerciantes e relatórios

[82] AN. Cota F12 – 7052.
[83] AMAE. Correspondance Consulaire et Commerciale. Fond St. Paul. Tomo 1 (1895-1896) (tradução nossa).

passados aos ministérios da França, mas também a partir de tabelas comparativas da entrada de produtos de importação e navios – denominados boletins comerciais – detecta-se que, depois de 1870, implicava em concorrência, além da Inglaterra e Alemanha, a Itália e a Áustria que então desenvolviam suas indústrias e marinhas mercantes. Ainda não se pode esquecer que concorriam no mercado da cidade de São Paulo os próprios nacionais que, com as taxas alfandegárias, amealhavam espaço. Ademais, os principais produtos alimentares exportados da França, quais sejam, conservas e manteiga, estavam sendo aos poucos substituídos. Nas casas de comércio, não só de franceses, como em geral, tomavam lugar as conservas italianas e alemãs, e as manteigas dinamarquesas e argentinas[84].

Em outubro de 1884, foi relatado o mecanismo dessas transações, só que tomando por base o ocorrido na cidade do Rio de Janeiro. Para além das fábricas, ramificações se pautavam por meio de casas intermediárias que distribuíam as contrafações no mercado. O caso aludido tratava-se de um *cognac*, de marca Marie Bizard, falsificado que foi oferecido a um dos diretores do Centro Commercial de Molhados. Adentrando esses meandros, o membro da instituição constatou haver um depósito de bebidas dos mais diversos tipos e origens. Vinhos e licores também podiam ser encontrados ali, armazenados em pipas, barris ou caixas e depois transferidos a garrafas com rótulos falsos. As encomendas eram feitas em endereço diferente daquele do depósito.

Paulatinamente, os boletins do dito Centro denunciavam em suas publicações as casas intermediárias com o propósito de alertar os negociantes[85]. Logo, não seria de se estranhar que esse mesmo mecanismo ocorresse em outras partes do Império. Entretanto, a questão é até que ponto essas medidas eram eficazes. Vender contrafações era um negócio lucrativo e as leis brasileiras, de acordo com a perspectiva consular, ainda estavam se delineando para a coibição dessa prática. Na França, apesar de salientado que a maior parte dos donos de casas exportadoras não tinha iniciativa no sentido de proteger suas

[84] Ibidem.
[85] AN. Cota F12 – 9218.

marcas e de conter as contrafações, em 1874, percebe-se que existia um sindicato da União de Fabricantes contra a Falsificação. Este se remetia diretamente ao Ministério da Agricultura e Comércio, expressando indignação pela concorrência alemã e pela fabricação de contrafações, o que em conjunto prejudicou ainda mais a França após a guerra de 1870. Nesse meio, a América do Sul era pólo preocupante. O Sindicato requeria a intervenção do Ministério nos negócios com o Brasil, Argentina e Uruguai[86].

Se no cá eram detectadas problemáticas que obstaculizavam o comércio francês, para o lá, os cônsules também apontavam uma série de entraves. A começar que a "maior parte dos exportadores ou produtores da metrópole, esse é o tema favorito das recriminações dos negociantes franceses de São Paulo, não gostam de sair de seus hábitos." O que significava que eram refratários às inovações e às modificações necessárias aos mercados longínquos da Europa, com os quais tinham relações – e isso no que se refere não só aos usos e gostos locais, mas também às condições de crédito. Então, não esmiuçavam as particularidades de consumo da população do Brasil, assim como da América em geral – diferente dos concorrentes, que se colocavam em comunicação direta com os consumidores, seja através de representantes permanentes ou de comissários-viajantes.

Outro ponto identificado pelos negociantes imigrados era o de que os produtores franceses não procuravam seduzir a clientela, observando, por exemplo, outros modos de embalagem, ou investindo em hábil propaganda como o faziam "com tanto sucesso os alemães, os ingleses, os norte-americanos, os belgas, os italianos, todos mestres da arte do reclame e das insinuações comerciais"[87]. Nesse entremeio, foram tecidas considerações sobre os anúncios dos exportadores franceses, os quais ao invés de inundar o mercado de amostras e prospectos, somente anunciavam em "órgãos especiais do comércio, 'Manual da Indústria e do Comércio', 'Jornal da Exportação', 'Anúncios da Indústria' etc, publicados

[86] AN. Cota F12 – 6487.
[87] AMAE. Correspondance Consulaire et Commerciale. Fond. St. Paul. Tomo 1, 1895-1896. (tradução nossa).

por grandes preços, encadernados com luxo, mas condenados a mofar nos arquivos das Câmaras de Comércio, das Legações e dos Consulados, onde nenhuma pessoa os lê ou demanda a sua consulta"[88]. Por outro lado, como poderá ser acompanhado nos próximos capítulos, os negociantes franceses em São Paulo colocavam no Jornal Correio Paulistano variados anúncios das suas "recém-chegadas mercadorias de Paris". Mesmo com esse aludido déficit de propaganda e de folhetos explicativos por parte dos exportadores, dos quais não se sabe o número real, os franceses residentes na cidade se utilizavam cada vez mais dos meios de divulgação para que ocorresse o aumento das vendas ao longo das décadas.

Contudo, um dos elementos principais que entravava a exportação dos artigos franceses era a falta de crédito. Desconfiança era a palavra que caracterizava os exportadores da França, dada a falta no Brasil – e em São Paulo em particular - de agências especializadas, além de um banco que assegurasse financeiramente as transações, ou Câmaras de Comércio que se responsabilizassem pela solvabilidade e por dados de base sólidos acerca do histórico do comprador. "O crédito é a alma do comércio, o fator essencial de toda transação"[89], na medida em que os produtos encomendados demoravam cerca de 2 a 4 meses da data de expedição pelo fabricante, até a sua recepção pelo cliente. Com o adendo de que a passagem pela aduana brasileira era muito lenta e as tarifas alfandegárias, em certos casos, sobrepujavam o valor de compra dos artigos.

Era necessário, portanto, um tempo de crédito, estimado entre 6 e 9 meses, como "já compreenderam muito bem os fabricantes alemães"[90], para que o negociante pudesse assegurar o escoamento de pelo menos parcela do que havia sido exportado. Logo, corroboravam nesse sentido de crédito a longo termo, as distâncias, a lentidão dos transportes e as intermináveis formalidades das aduanas. Essa situação aconteceu com o

[88] Ibidem (tradução nossa).
[89] Ibidem (tradução nossa).
[90] AMAE. Correspondance Consulaire et Commerciale. Fond. St. Paul. Tomo 1, 1895-1896 (tradução nossa).

francês Picard na São Paulo oitocentista. Solicitado por um produtor da França que queria fazer conhecer seus manufaturados naquela cidade, respondeu então que se ocuparia do negócio e para tanto pedia que fossem enviadas 25 caixas a título de amostra. Mais que prontamente, o exportador do outro lado do Atlântico endereçou mensagem, solicitando primeiro o encaminhamento do montante de dinheiro concernente a essa consignação.

No intuito de fomentar o crédito, fornecendo alicerces de confiabilidade, em 1890 a proposta dos negociantes de São Paulo era a da criação de um banco francês na cidade. Para sua concretização, dispunham-se a entrar com a metade do capital necessário, assegurando a clientela, o que significava auxiliar moral e pecuniarmente a edificação da instituição. Intermediados pelo cônsul, esses projetos seguiram para o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Ademais, o crédito era ainda premente nas transações dentro das próprias casas comerciais em São Paulo. Não obstante o setor mais abastado da população "manter a bolsa sempre aberta"[91] para os gastos com o consumo dos produtos franceses e de modo mais freqüente quando das suas próprias viagens à Europa, estes se constituíam em pequena parcela do mercado. Atentar para as camadas medianas era a chave do negócio, pois se tratava, para o cônsul, da clientela "mais numerosa e que por conseqüência constitui a força e a garantia mais estável de todo estabelecimento comercial"[92]. E esta parcela da população, essencial para a circulação dos manufaturados, tinha necessidade das redes creditícias locais – dínamo da economia paulista.

Como não havia qualquer Câmara do Comércio articulada por franceses na cidade, o consulado – dirigido indiretamente pelo Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura – acabava por abarcar uma função unificadora, de criar união entre os negociantes, fazendo-os pensar conjuntamente sobre o mercado para os produtos franceses. Assim, os próprios compatriotas envolvidos no comércio forneciam informações e mesmo dirigiam-

[91] Ibidem (tradução nossa).
[92] Ibidem (tradução nossa).

se aos agentes consulares, e depois aos cônsules permanentes, para reclamar de qualquer entrave em seus negócios como, por exemplo, as tarifas alfandegárias e a falta de pagamento de alguns credores. Vários outros, porém, escreviam ou lhes procuravam para demandas de ordem privada ou estritamente confidencial cuja reserva profissional não os permitia responder para além de uma maneira geral e evasiva, ao menos em teoria.

Assim, um dos aspectos aludidos em "considerações sobre as causas de ordem geral que entravam o crescimento de nosso comércio no Brasil"[93] foi o de que, ao contrário de ser uma sorte de mandatário particular, o funcionário consular tinha que favorecer, sobretudo, ao comércio francês. Esta questão torna-se obscura pelo prisma de que uma das funções do corpo consular era a de auxiliar e cuidar de diversas facetas dos cidadãos franceses moradores sob sua circunscrição.

Entretanto, os contornos limítrofes dessa atuação à luz da documentação consular não ficam claros. Em uma sociedade como São Paulo, a ajuda mútua, em meio às relações vicinais e de amizade, era corrente e especialmente tecida entre membros de uma mesma nacionalidade em local que não o da terra natal.

Não se deve achar, porém, que as relações entre o consulado e os que ali residiam eram tão intrínsecas a ponto de o primeiro deter controle sob os segundos. Em reverso, nas tentativas de levantamento do número de franceses alocados na cidade era vigente a idéia de que a estimativa era falha. Em 1889, o agente consular, ao prover em relatório informações sobre a Província de São Paulo, constatou que amealhar esse número era quase impossível, na medida em que "nossos compatriotas se retiram, seja ao interior, seja ao estrangeiro, seja a França, sem informar ao vice-consulado"[94]. E este é o ponto pertinente àqueles que se matriculavam, ou seja, iam ao consulado e davam parte de sua existência e de seu endereço. Contudo, há ainda aqueles, os quais constituem boa parcela, que sequer se apresentavam. Inclusive, nesse mesmo relatório foi elucidado que muitos

[93] AMAE. Correspondance Consulaire et Commerciale. Fond St. Paul. Tomo 1, 1895-1896. (tradução nossa).
[94] AN. Cota F12 - 7052 (tradução nossa).

franceses desembarcavam no Brasil sem qualquer documento que indicasse nacionalidade, o que tornava mais difícil a intervenção consular. Então, na segunda metade do século XIX, é fato que muitos outros imigrantes franceses viviam em São Paulo, mesmo que não documentados pelo agente consular.

Logo, mediante o quadro de concorrência, principalmente alemã, uma série de sugestões foi mandada através desses relatórios para os ditos ministérios da França com o intuito de reverter a situação. Em suma, falava-se: da necessidade de se instituir sindicatos encarregados de estudar as falsificações e indicar possibilidades frente à concorrência estrangeira; fomentar instituições de crédito, agências de informações e mesmo a implantação de bancos franceses; enviar representantes permanentes com maior qualidade, experientes, que falassem a língua do país e esmiuçassem os gostos da população para a introdução certa de produtos; aos fabricantes e às grandes casas comerciais que fossem mais flexíveis em relação ao crédito e reduzissem os preços dos artigos; em lançar mais meios de sedução do público através de propagandas; enfim, fazer com que os franceses envolvidos no comércio, em geral, tanto na França, como também nos próprios mercados consumidores - em São Paulo, o consulado tentava atuar nesse sentido de união – compreendessem que "deve-se fazer um esforço coletivo no estrangeiro"[95] com o fim de lutar contra a concorrência. Nessa ótica, a união que se tentava imprimir funcionaria como mecanismo fortificador e de coesão dos interesses comerciais franceses.

A imigração, sem dúvida, tinha papel importante nessa tela. A influência de modos, costumes e língua por meio do contato direto, presencial, acabava por corroborar nos gostos de consumo, na confiança e nas estratégias de venda. É assim que antes da grande imigração de massas, os alemães abundavam dentre os imigrantes viventes em São Paulo, tornando-se concorrentes dos franceses que, a despeito de estarem em menor número, detinham uma consistente influência cultural. Por isso, era também da alçada do agente

[95] Ibidem (tradução nossa).

consular estudar a imigração alemã, em que meios estavam infiltrados e quais as suas atuações[96].

Braço da influência, que não era só de cunho comercial e financeiro, mas também cultural, era o ensino por meio da escola. Imigrante francês vivente em São Paulo desde 1886 e preceptor da família Prado, o padre Garande procurou o consulado para propor o preenchimento de uma lacuna naquela Província. Para o ensino de meninas e moças, as irmãs de Chambéry – cujas informações serão mais aprofundadas ao longo dos próximos capítulos – haviam consubstanciado três pensionatos, os quais compreendiam estudantes de diferentes nacionalidades, porém com um veio em comum: o da educação e instrução essencialmente francesas. Já para o ensino de meninos e rapazes estava a lacuna de incidência francesa. O padre, denominado em relatório para o Ministério dos Negócios Estrangeiros como uma pessoa "que dá garantias sérias de patriotismo e apego ao nosso país"[97], tencionava trazer um conjunto de congregacionistas da França para a fundação de uma ou várias escolas francesas em São Paulo. Para a consolidação do projeto, dizia ser fundamental o apoio moral e material do governo da República da França. E assim, o cônsul pedia a atenção do ministério para as vantagens que tal apoio suscitaria no sentido da expansão da língua e das idéias como elementos da influência nacional no exterior, pois isso já vinha sendo aplicado por italianos, alemães e espanhóis os quais mantinham em suas mãos escolas dirigidas por congregações religiosas.

O caminho para o fim do século, porém, trazia outros ares para São Paulo. Os fluxos da imigração italiana eram presença marcante nas ruas da cidade, assim como a perpetuação de seus costumes, modos de vida e influência de idéias, o que não passou despercebido ao então consulado francês em 1896, quando a percentagem dos imigrantes dessa nacionalidade em meio aos demais atingia 90%[98]. Em sua maior parte

[96] AN. Cota F12 – 2699.
[97] AMAE. Correspondance Consulaire et Commerciale. Fond. St. Paul. Tomo 2 (1897) (tradução nossa).
[98] AMAE. Correspondance Consulaire et Commerciale. Fond. St. Paul. Tomo 1 (1895-1896) (tradução nossa).

subvencionados pelo Estado, e em acordo com os fazendeiros, vinham principalmente para suprir a carência de mão-de-obra nas lavouras do café, de modo especial após a abolição da escravidão.

Por seu turno, a Itália atravessava uma série de problemáticas de fundo econômico que provocavam em diversas regiões da Península a "mais negra miséria"[99]. Logo, para uma população carente de trabalho e mesmo de subsídios alimentares, São Paulo era vista como "o novo Eldorado do proletariado italiano"[100]. Ademais, pelos agentes de emigração que inundavam esse país, o Brasil era pintado com cores efusivas, sedutoras de um sonho dourado de saúde e fortuna.

No ano de 1889, em um levantamento de informações sobre a Província de São Paulo[101], era relatado pelo agente consular o seguinte ponto de vista: "Os agentes de emigração na Europa (...) fazem uma descrição fantasiosa do país, plena de promessas ilusórias (...) e enviam ao Brasil um número de pessoas que não encontram mais do que a morte"[102].

A Itália era, naquele momento, o país que mais facilitava a emigração de seus nacionais como força de trabalho ao Brasil. A França e a Alemanha, ao contrário, por incidentes ditos "lamentáveis" com algumas agências e pelas próprias decepções daqueles que emigraram – ainda com o adendo dos ecos das notícias de maus tratos aos imigrantes direcionados à lavoura cafeeira – vetaram a saída de seus compatriotas.

Na França, em particular, as circulares do duque de Decazes, entre 1875 e 1876, foram o ponto de partida para as medidas proibitivas. A idéia era alertar a população em geral "contra as ilusões, os inconvenientes e mesmo os perigos dessa emigração representada sob as cores mais pessimistas"[103]. A cada administração regional era prescrito

---

[99] Ibidem (tradução nossa).
[100] Ibidem (tradução nossa).
[101] AN. Cota F12 – 7052.
[102] Ibidem (tradução nossa)
[103]AMAE. Correspondance Consulaire et Commerciale. Fond. St. Paul. Tomo 1, 1895-1896. (tradução nossa).

não tolerar o funcionamento de qualquer agência de emigração brasileira e de se opor a toda propaganda nesse sentido. Vinte anos depois não havia indícios de que essa proibição fosse revogada. O que não significa que, durante esse período, certas quantidades deixassem de partir rumo ao Brasil. Eram coibidas as viagens subvencionadas e com o fim de arrematar mão-de-obra. Não obstante, a América do Sul, em especial o Brasil e a Argentina, atraíam franceses que emigravam de modo voluntário, provavelmente com os pequenos recursos que detinham.

Assim, a imigração italiana para São Paulo ia adquirindo números cada vez mais vultosos. E o cônsul da Itália habilmente lidava com essa situação. Seu corpo consular tinha uma estrutura complexa, na medida em que era composto por uma quantidade razoável de pessoas: 1 cônsul; 2 vice-cônsules; 7 empregados; e 74 correspondentes ou agentes consulares espalhados pela Província. Todos envoltos em uma legação cujos benefícios sobrepujavam aos demais consulados, inclusive, o francês. Sem dúvida, a imigração de italianos era um dos arrimos da economia paulista e o governo da região não media esforços para manter viva essa corrente migratória. Daí, de acordo com o cônsul francês, com o receio de qualquer entrave que pudesse contribuir para estancar a emigração, suportava as "exigências impertinentes dos ministros e dos cônsules italianos"[104].

Outrossim, o objetivo do relatório "era chamar a atenção de vossa excelência para os benefícios financeiros, comerciais e políticos assegurados aos países que deixam seus nacionais se estabelecerem como imigrantes no Brasil, e especialmente em minha residência". Alusivo ao caso italiano, a perspectiva era salientar os ditos "benefícios" e, com eles constatados, perceber que seria de interesse à França, tanto nos âmbitos financeiro e comercial, mas também no cultural, revogar as medidas de proibição da emigração de franceses para o Brasil.

[104] Ibidem (tradução nossa).

A Itália, desacreditada na Europa por conta das crises que atravessava, tinha, por outro lado, uma força moral e diplomática de apreciável importância em São Paulo. Sob o prisma comercial sua incidência também era marcante. Antes da imigração em massa, os artigos italianos eram pouco conhecidos e tinham reduzida escala no quadro de importações no Brasil. Já com o seu afluxo, era incontestável "que São Paulo se italianizou" do mesmo modo que Santa Catarina e Rio Grande do Sul se "germanizaram". Havia um contato diário com esse povo. Ouvia-se e entendia-se sua língua. Nos meandros do cotidiano, preferências e gostos iam se moldando de maneira que esses imigrantes acabaram "por fazer de São Paulo uma espécie de prolongamento do mercado comercial da Itália"[105]. Seus artigos tomavam o lugar dos congêneres franceses, o que trazia para a França e seus representantes, em suas palavras, uma "concorrência inquietante" cuja influência era necessário neutralizar.

As importações da Itália cresciam a cada dia. E o seu aumento no mercado era proporcional à quantidade de população italiana que ali se fixava. Lãs, tecidos e algodão fabricados na Península faziam frente aos manufaturados na França. Contudo, foi notadamente no universo alimentar que o comércio italiano se desenvolveu. Para além da mortadela e do parmesão cujo consumo não parava de crescer, os vinhos passaram a ter apreciação especial. Em concorrência direta com os vinhos do Midi e de Bordeaux, a questão principal não estava no preço, mas no gosto propriamente. Havia vinhos de mesa franceses vendidos por preços equiparados a estes últimos. Os italianos tinham preferência por produtos de sua terra natal. Nas "vendinhas" que abriam, era por eles que optavam. E aos poucos, os brasileiros foram se adaptando a esse gosto. A massa, por exemplo, não era mais importada, pois foram constituídas pelos imigrantes pequenas fábricas que davam conta do mercado local. Já os óleos e as conservas de tomate, oliva e peixe – anchova e sardinha – tiveram progressos deixando para trás as marcas francesas.

[105] Ibidem (tradução nossa).

Nesse meio, na visão do consulado francês, a balança de aspectos positivos pendia mais para o lado da Itália que para o de São Paulo, o que não deixa de incluir o tópico sobre navegação.

A parcela do transporte de emigrantes que antes cabia às companhias francesas saltou de maneira incisiva às italianas, as quais, por sua vez, faziam intensa propaganda nas cidades do interior da Itália e angariavam pessoas pela estratégia de redução de preços. Essa última característica, inclusive, era atrelada ao fator de que "as companhias de navegação italianas não poupavam qualquer escrúpulo para reduzir as suas despesas ao mínimo e poder oferecer fretes a tão bom preço (...) e tratar aos imigrantes como simples mercadorias". Ainda nesse contexto parcial, que acabava por sobrepujar o tratamento conferido pelas companhias francesas a seus clientes, foram alocadas as palavras de um italiano publicadas no Jornal do Comercio no Rio de Janeiro: "as companhias de navegação só procuram enriquecer e ganhar (...) sendo tratados [os emigrantes] horrivelmente em comparação aos excelentes vapores alemães e franceses"[106].

De fato, a maior circulação de navios da Itália propiciava um aumento do escoamento de seus artigos, os quais, de consumo corrente e a preços baixos, inundavam o mercado em maior quantidade do que os de franceses. Porém, em relação ao montante financeiro amealhado pela importação, o atestado do cônsul era de que "somente os passaremos pelo valor, pois o artigo francês é geralmente um artigo de luxo, custa muito mais caro do que o produto italiano".

A concorrência "alarmante", contudo, não se configurava apenas no que concerne às relações comerciais e de navegação; espraiava-se também pelo universo cultural das idéias, língua, gostos e hábitos, como se pode denotar através do exemplo aludido no relatório consular que coloca em foco o jornal "A Tribuna Italiana". O número de exemplares diários do periódico italiano superava a tiragem dos jornais paulistas mais lidos.

[106] Ibidem (tradução nossa).

Até mesmo as óperas francesas estavam sendo traduzidas para o italiano e, com isso, apreciadas pelo público. As receitas, não minguadas, dessas companhias teatrais rumavam direto para a Itália, o que ajudava a aumentar seu lucro e a circulação de moeda nesse pano de fundo das trocas com o Brasil, e em especial com São Paulo, cujo motor principal era a emigração.

Diante dessa tela do favorecimento italiano, o governo alemão em "um cálculo hábil da diplomacia germânica"[107] deu fim à proibição da emigração de seus nacionais para o Brasil. Ocorre que essas medidas proibitivas acarretavam em certa quebra de reciprocidade nas relações consulares, afetando, por conseguinte, as trocas comerciais. A Alemanha também era um obste aos interesses franceses. Assim,

> nessa ordem de idéias a interrogação sobre a interdição oficial da emigração francesa para o Brasil se coloca como uma medida da mais alta importância política e comercial. As vantagens que a Itália retirou e retira a cada dia da emigração de seus nacionais a São Paulo, e o exemplo que acaba de nos dar o governo germânico, devem ser uma indicação para a nossa diplomacia[108].

Nesse ínterim, não obstante toda a discussão que envolve esse movimento, qual seja, o de emigrar da França, é interessante perceber que o relatório em foco deixa entrever qual era a postura oficial do governo francês[109]. Tal postura estava envolta na concepção de que os franceses que partiam da terra natal se encaminhavam preferencialmente aos domínios coloniais - o que era incentivado pelo II Império e depois pela Terceira República. Nessa perspectiva, o cônsul de São Paulo assinalava que pouco efeito sob a população local teria o estabelecimento de agências de emigração brasileiras na França. Porém, por outro lado, acarretaria em grande eficácia moral e comercial, pois, no sentido de que continuar a proibição sem motivos era alimentar o ressentimento dos brasileiros, e de que a fixação dessas companhias nos portos franceses certamente acarretaria o empuxo de emigrantes de outras nacionalidades para serem transportados em navios da França.

---

[107] AMAE. Correspondance Consulaire et Commerciale. Fond. St. Paul. Tomo 1, 1895-1896. (tradução nossa).
[108] Ibidem (tradução nossa).
[109] Conforme pôde ser visualizado no capítulo anterior.

Enfim, essa medida de revogação das proibições que remontam ao duque de Decazes "nos permitirá, eu o repito, de lutar, sem muita inferioridade, sobre o duplo terreno político e comercial contra as perigosas concorrências italianas e alemãs"[110].

E assim, no enlace de toda essa história em que se enovela a inserção francesa no Brasil; São Paulo, especialmente a partir do despontar dos lucros cafeeiros, tinha lugar na teia consular e na rota internacional do comércio francês. Produtos, imigrantes, casas de comércio. Era um afluir constante que mostrava a efetiva presença francesa para além do nível das idéias naquela cidade oitocentista. Franceses imigrantes, que não deixavam de estar esperançosos em sua empreitada para o outro lado do Atlântico, também faziam parte da composição populacional e ali interagiam, até porque, para parafrasear um trabalho acadêmico, a despeito da irrefutável importância que o universo da Itália teve em São Paulo, "nem tudo era italiano"[111].

---

[110] AMAE. Correspondance Consulaire et Commerciale. Fond. St. Paul. Tomo 1, 1895-1896. (tradução nossa).

[111] SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano*. São Paulo e pobreza (1890-1915). São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.

Parte 2

Os imigrantes franceses em São Paulo:

trajetórias do viver

CAPÍTULO IV

São Paulo e os franceses: o mundo dos ofícios

Correio Paulistano 19. 08. 1870

Correio Paulistano 21 07 1865

Jules Martin e a sua Imperial Lithographia (O POLICHINELLO, nº22)

"Quão diverso vai o mundo
Meu amigo do que era
Até cá por estes matos
Outra lei p´ra tudo impera
Pasmo de ver os matutos
Como andam gadelhudos
Já vestidos a francesa
Perimetres e barbudos
Já largarão os cachimbos
Trazem caixas de charutos
Até já cortam o fracês
Os nossos guapos matutos"

Versos publicados em um jornal pernambucano no ano de 1842 (Freyre, 1940:38)

Excluído: --Quebra de página---
¶
¶
¶
CAPÍTULO IV¶

Via secundária nas rotas entre a Corte, Argentina e o Uruguai, ou ainda, em alguns casos, já a opção inicial dos imigrantes, estava a São Paulo oitocentista, um dos destinos dos franceses no Brasil. Ressaltada nas descrições de viajantes e memorialistas como acanhada e triste[1], no primeiro quartel do XIX podia-se avistar a cidade a qual

> com suas construções de taipa que emolduravam as ruas estreitas e mal calçadas, apresentava um aspecto acanhado e pobre. Destacavam-se as igrejas, conventos e edifícios da administração além das casas comerciais e dos sobrados residenciais do acanhado centro que envolvia o triângulo formado pelas ruas Direita, São Bento e Boa Vista. Os paulistas mais abonados, preferiam o simples viver campestre, mais confortável das chácaras circundantes[2].

Desse modo, tradicionalmente coloca-se que a Província se desenvolvia em um retiro lento e seguro através da lavoura canavieira[3]. E aí entrava "a única força animadora da cidade com suas turbulências, mas também com seus jornais literários, debates políticos e representações teatrais"[4]: os estudantes de Direito. Foi a Faculdade do Largo São Francisco, fundada em 1828, segundo Bruno, "que principalmente arrancou a capital da província do seu sono colonial"[5]. Por isso a denominação atribuída por ele, da São Paulo de 1828 até 1870, como "burgo dos estudantes", consagrada e perpetuada até os dias de hoje na historiografia.

Outras visões ainda se formaram sobre São Paulo, colocando que "até meados do século XIX [...] não perdeu seu semblante colonial"[6]. Por volta de 1850, eram as construções religiosas que dominavam a silhueta da capital, ainda que alguns pontos do pequeno núcleo urbano fossem animados pela presença de chafarizes rodeados por pessoas

---

[1]BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*, V. II. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1954 ; FREITAS, Affonso. A. de. *Tradições e reminiscências paulistanas*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978 ; MORSE, Richard. M *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, s/d ; MOURA, Paulo Cursino de. *São Paulo de Outrora* – evocações da metrópole de São Paulo: Companhia Melhoramentos, s/d; ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*. São Paulo: Itatiaia, 1975.

[2] MESGRAVIS, Laima. *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599 – 1884*). São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976, p. 102.

[3] Ibidem, p. 97.

[4] Ibidem, p. 455.

[5] BRUNO, op. cit., p. 439.

[6] MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo. Povoamento e população (1750-1850)*. São Paulo: Pioneira, 1973, p. 24.

em busca de água, em geral homens e mulheres livres e pobres, além de escravos provocando algazarra.

Ademais, um dos aspectos ressaltados era o da reclusão das famílias abastadas, o que relegava às ruas a circulação dos mais humildes, como escravos, quitandeiras, coveiros, tipos populares de bêbados e durante a noite, "mulheres da vida"[7]. No entender de Richard Morse, então, a sociedade paulistana era reduzida a unidades familiares, cada qual vivendo em chácara ou sobrado[8]. Esse fator de reclusão era ainda atrelado à refração adotada à sociabilidade convencional, na qual só era admitida convivência onde existisse amizade e somente eram permitidas expansões nos íntimos afetos. Affonso de Freitas, por sua vez, observa que o contato da família com pessoas estranhas tomava, até meados do século em questão, proporções de um "liberalismo revolucionário" [9].

Entretanto, apesar dessas colocações do viajante Emílio Zaluar em sua peregrinação pela capital da Província acentuarem que "São Paulo é triste, monótona e quase desanimada"[10], estudos mais recentes têm desmistificado esse panorama de reclusão e pobreza a ela atribuído. Eni Samara, por exemplo, aponta para a importância da cidade, que no ano da independência possuía um grupo comercial de "respeitável força política e militar"[11] e logo nas primeiras décadas do XIX, "foi adquirindo importância econômica, saindo de sua modéstia para aparecer como palco de decisões políticas"[12]. Já Ilana Blaj acentua que as análises devem ir além das antigas imagens cristalizadas que têm como fulcro as hipóteses do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ou do debate cepalino[13], dado que mesmo a São Paulo do início do setecentismo apresentava estrutura mercantil.

---

[7] Ibidem, p. 11.
[8] MORSE, Richard M. São Paulo – Raízes Oitocentistas da Metrópole apud BRUNO, Ernani Silva (...) op. cit., p. 496.
[9] FREITAS (…), op. cit., p.51
[10] ZALUAR (...), op. cit., p. 123.
[11] SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família.* São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero/ Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989, p. 21.
[12] Ibidem.
[13] BLAJ, Ilana. *Trama das tensões: o processo de mercantilização da São Paulo colonial, 1681-1721*. São Paulo, 1995. Tese (História) FFLCH – USP.

Evidenciando uma produção interna inter-relacionada a vilas vizinhas, ou a outras capitanias, via porto de Santos, houve a formação de uma elite produtora e mercantil que detinha "verdadeiras fortunas nas mãos"[14].

Até mesmo Gilberto Barros em *A cidade e o Planalto*, postulava que "Zaluar superestimava o papel da Academia relativamente à evolução da cidade. A escola de Direito contribuíra bastante para apressar o processo de organização urbana da Capital, mas a sua só existência não chegara a se tornar condição de sobrevivência do burgo nobreguense"[15] e nem das idas e vindas de seu cotidiano.

Maria Luiza Marcílio, por sua vez, comenta que a crescente efervescência do mercado interno ocorrida na capitania e depois Província de São Paulo, desde o século XVIII, adentrando a metade do XIX, possibilitou seu desenvolvimento subseqüente com a lavoura cafeeira: "uma economia um pouco mais monetária ia penetrando em certas áreas do território paulista. Esse processo, iniciado sob o impulso da mineração – em função de seu abastecimento por São Paulo – acelerou-se um pouco mais no final do século XVIII com a introdução da agricultura empresarial e capitalista de exportação de produtos tropicais"[16]. Também o desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro e a transferência da Corte denotavam um novo estímulo, um novo mercado a ser abastecido fazendo com que a Capitania/Província se expandisse cada vez mais em termos materiais e demográficos para atender às demandas interna e externa[17].

Por isso, Denise Moura indica que a própria geografia da cidade entravava qualquer possibilidade de monotonia e vida social pacata. Tratando-se de uma região em que se entrecruzavam caminhos terrestres e fluviais, a "população aprendeu a viver com o trânsito incessante, combinando a vida da comunidade com o pessoal de passagem, gente de tropas,

---

[14] BLAJ, Ilana. Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana. *Revista Brasileira de História*, v 18, n. 36, 1998, p. 283.
[15] BARROS, Gilberto Leite de. *A cidade e o planalto*. Processo de dominância da Cidade de São Paulo. Tomo II. São Paulo: Martins, s/d, p. 474.
[16] MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e revolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 2000, p. 192.
[17] Ibidem.

viajantes, índios"[18]. Nessa concepção, "bem antes dos lucros gerados pela produção agro exportadora do café, a cidade era um núcleo urbano em efervescência socioeconômica"[19] cujo próprio comércio de alimentos das ruas já indicava a intensidade dos fluxos humanos e econômicos em um cenário mais movimentado do que os ritmos lentos apontados pela historiografia.

Portanto, o que parece ocorrer está acercado à idéia de que, nesses primeiros momentos, a maior parte dos "estudos sobre São Paulo do século XVIII até por volta de 1850 eram mais histórias descritivas e apologéticas do paulista, do que análises elaboradas; mais história política e menos social e econômica" [20].

Para essa cidade, que não era tão soturna e pacata como tradicionalmente apregoado, mas que ainda guardava lugar de modesto destaque na economia do Império, já chegavam alguns franceses. João Berthet, Charles Duval, Celestino Bourroul, Jacques la Tour e Cazemiro Mouth[21] foram nomes de imigrantes que estavam na São Paulo da primeira metade do XIX e vivenciaram as transformações que a segunda metade ainda estava por trazer. Mais do que isso, eles e outros franceses, em meio a uma população diversa - com variados componentes - foram agentes que, com seu trabalho e modos de vida, também fizeram parte da consubstanciação e efetivação das mudanças por que passou a Paulicéia de outrora.

Sem dúvida, os anos de 1850 trouxeram ares renovadores. Desde 1840, o café era o bastião, ou seja, o principal produto da exportação brasileira. Chegou ao Brasil, trazido por Francisco de Melo Palheta da Guiana Francesa, entrando pelo Pará. Primeiramente plantado nas encostas do Rio de Janeiro foi depois alocado no Vale do Paraíba, em São

[18] MOURA, Denise Aparecida Soares de. Ecos do cotidiano oitocentista. *Revista Histórica*. São Paulo: Imprensa Oficial/ Arquivo do Estado, ano 2, nº. 2, agosto/2000.
[19] MOURA, Denise Aparecida Soares de. Comércio e abastecimento em São Paulo na primeira metade do século XIX. *Revista Histórica*. São Paulo: Imprensa Oficial/ Arquivo do Estado, nº. 13, p. 52-53, jan/fev/mar 2004.
[20] MARCÍLIO (2000)... op. cit., p. 15.
[21] APESP Registros de passaportes da Província de São Paulo (1842-1847). Notação: EO1421.

Formatado: Português (Brasil)
Formatado: Português (Brasil)

Paulo, onde gradativamente alçou desenvolvimento[22]. O café foi o dínamo do enriquecimento da Província e, ao contrário do que ocorria com os fazendeiros do açúcar, "o centro da vida foi a cidade e não a fazenda"[23]. Em um processo endógeno de aproveitamento dos lucros "a burguesia cafeeira paulista, mais dinâmica e progressista que a burguesia cafeeira fluminense, não se contentou em plantar café: dinamizou a produção cafeeira, investiu em casas de exportação, bancos, estradas de ferro"[24]. Financiada em grande parte pelos britânicos e pelos próprios cafeicultores, uma malha ferroviária foi aos poucos construída ao longo da Província. Em 1867, já estava concretizada a *São Paulo Railway*. "E finalmente vencido um problema secular do transporte de cargas entre a capital e o porto de Santos, cujos obstáculos impostos pela Serra do Mar eram já de longa data conhecidos pelos habitantes do planalto"[25]. O que também se aplicava a todo um sucedâneo de outras estradas de ferro.

> Em 1872 inaugurou-se a Paulista, prolongamento da Santos – Jundiaí até Campinas; em 1876 e Limeira a Rio Claro; a Companhia Ituana de Jundiaí a Itu em 1873; a Piracicaba em 1879; a Sorocabana em 1875; a Ipanema em 1875; a Tietê em 1883; a Mogiana de Campinas a Mogi-Mirim e Amparo em 1875; a Casa Branca em 1878; a Ribeirão Preto em 1883 e a Poços de Caldas em 1886 (trazendo uma região do sul de Minas para a esfera econômica de São Paulo)[26].

As ferrovias, entretanto, não facilitaram somente o escoamento do café ou de produtos cujo paulatino "aburguesamento" da cidade demandava, mas igualmente permitia, com menos dificuldades e de maneira mais rápida, a movimentação de pessoas, migrantes e imigrantes.

São Paulo crescia. Alargava não só os seus contornos urbanos como também os populacionais. Os números revelam a dimensão desse fator: 1836 – 9.000 habitantes; 1855

---

[22] VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 106-110; FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil* São Paulo: EDUSP Imprensa Oficial do Estado, 2001 p. 100-105.
[23] DEAECTO, Marisa Midori. *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889 -1930*). São Paulo: Senac. São Paulo, 2002, p. 28.
[24] Ibidem.
[25] DEAECTO (...) op. cit., p. 146.
[26] BORGES, Urquiza Maria. *Negociantes na cidade de São Paulo (1875-1880)*. São Paulo, 1979. Dissertação. FFLCH-USP, p. 29

– 12.000[27]; 1872 – 31.385; 1890 – 64.934 e em 1900 239.820[28]. População plural, composta de africanos, portugueses, alemães, brasileiros de diversas províncias, franceses, suíços, italianos... Todos constituidores de um cadinho de nacionalidade propiciada pela imigração, principalmente, no ocaso do XIX. A crescente derrocada da escravidão demandava braços para a lavoura cafeeira e, por outro lado, a dinâmica que a cidade ia adquirindo lançava oportunidades nos setores de serviço e comércio.

A transferência de morada dos fazendeiros para São Paulo, dado que "dependiam mais da participação no transporte e comercialização do café" [29] a tornou um pólo ativo em termos de economia, política, vida social e de mudanças em seus veios urbanos e comportamentais. Percebe-se uma cidade "orgânica, plena de vitalidade como de instabilidade em suas incontáveis reformas e transformações"[30].

A partir de 1870, e especialmente durante o governo de João Theodoro (1872-1875), uma série de transformações foi empreendida. Ao longo de sua gestão gastou no aformosamento da cidade a quantia de 646:418 # réis, valor alto para a época, quase a metade do orçamento anual da Província[31]. Ernani da Silva Bruno também lembra que, em meados do século, as posturas tendiam a ser mais rígidas e voltadas a esses processos de mudança. As idéias eram manter as ruas limpas e arborizadas[32], e regulamentar as construções urbanas dirigindo-as para novos modelos de influência européia. "Um decreto de 1874 determinava que as rótulas fossem arrancadas de uma vez e proibia portas, cancelas e janelas de abrir para fora" [33].

O cenário urbano continuava a mudar. "O núcleo central estende-se para além dos antigos limites históricos e as antigas chácaras periféricas cedem lugar ao surgimento de

---

[27] MESGRAVIS...op. cit., p. 97.
[28] DEAECTO...op. cit., p. 145.
[29] MESGRAVIS...op. cit., p. 98.
[30] BARBUY, Heloisa Maria Silveira. *A cidade-exposição*: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914 (estudo de história urbana e cultura material). São Paulo, 2001. Tese: FAU-USP, p. 28.
[31] BORGES...op. cit., p. 25.
[32] BRUNO...op. cit., p. 517, 536.
[33] BORGES ... op. cit., p. 31

novos bairros". Abriam-se novas ruas, alargavam-se as antigas. Em 1872, inaugurava-se o serviço de iluminação pública a gás em substituição aos lampiões de querosene e, em 1876, entrava em funcionamento a Companhia Carris de Ferro de São Paulo, colocando um novo tipo de transporte na cidade – o bonde movido à tração animal[34], o que denotava o início de uma rede de transporte coletivo. Em 1877, a Companhia Cantareira voltou-se, dentre os melhoramentos urbanos, para o suprimento de água e um sistema de esgoto.

Em suma, como bem observa Maria Naclério Homem,

> a cidade tornou-se importante centro comercial, financeiro e industrial. As reformas urbanas levadas a cabo na gestão do Governador João Teodoro Xavier (1872-75), tais como organização das primeiras redes de iluminação a gás, de água e de esgotos e transportes coletivos, abertura e calçamento de vias, embelezamento de jardins públicos, etc., passaram a atrair os lucros da lavoura e mais população para cidade. Como conseqüência, observou-se o aumento de sua demografia. Em 1872 contava com 31.385 habitantes e quatorze anos depois, às vésperas da abolição, com 47.697 habitantes, 25,7% dos quais eram europeus, existindo apenas 1% de escravos[35].

A lei de Terras de 1850 foi outro componente de impacto. Incidira na questão da compra de terrenos enquanto investimento, pois acabava com o regime jurídico de posse por ocupação[36]. Ademais, nesse mesmo ano foi

> apresentado à Comissão Permanente da Câmara um projeto que determinava os novos padrões de uso e ocupação das propriedades localizadas na freguesia da Sé, do Brás e de Santa Efigênia. Em um de seus artigos, proibia-se a criação de animais domésticos nas ruas e praças da cidade. A lei demonstra o claro interesse em distinguir atividades de caráter urbano e rural que se confundiam no próprio centro[37].

Por outro lado, esse "aburguesamento" da cidade, consubstanciado através das consecutivas transformações, não foi unilateral. As mudanças não foram tão rápidas nos modos de vida, nos costumes e mesmo na paisagem. O velho coexistiu com o novo, nas casas e seus interiores, nos trajes, nos andares, principalmente da camada mais pobre da população, a qual tinha sua própria dinâmica de interação com tais mudanças e, inclusive, das quais por vezes eram alijadas. Modos e valores a serem incutidos poderiam ser

---

[34] KOSSOY, Boris. Luzes e sombras da metrópole: um século de fotografias em São Paulo (1850-1950) In: PORTA, Paula. *História da cidade de São Paulo*, v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 396.

[35] HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 57.

[36] VASSILIEFF, Irina. *A sociedade central de imigração nos fins do século XIX e a "democracia rural"*. São Paulo, 1987. Tese FFLCH-USP, p. 225.

[37] DAECTO...op. cit., p. 140.

paulatinamente preponderantes, com o adendo de que cada qual interagia com eles a sua maneira, mas nunca únicos. As vivências eram e continuam a ser plurais.

E a década de 1860 é só um exemplo desse panorama, pois

> a cidade mostra ainda traços significativos da antiga vila colonial, como o trânsito de carros de boi, as ferrarias e hospedarias servindo ao comércio de passagem de tropas e ao mesmo tempo vive já a instalação daquelas pequenas casas de comércio que passaram a disponibilizar produtos estrangeiros mais refinados – leia-se cosmopolitas...[38]

Porém, todo esse esteio de mudanças não veio só, e sim na esteira da "inserção do Brasil no moderno mundo capitalista"[39]. Não eram transformações isoladas, pois "prendem-se a um conjunto de modificações que se operavam em caráter mundial. É a segunda Revolução Industrial que está acontecendo"[40]. E o surto cafeeiro se deu em meio a essa nova fase capitalista, na qual houve a intensificação do comércio mundial. No Brasil da segunda metade do XIX, era o café o seu principal pilar.

E assim São Paulo foi atraindo cada vez mais negociantes[41] estrangeiros para a sua *urbe*. Os almanaques de época estavam repletos de anúncios e endereços de casas de negócio de imigrantes de diferentes nacionalidades. Antes da grande imigração em massa, portugueses, alemães, franceses e ingleses dividiam o espaço do comércio. E dado o lento desenvolvimento industrial da região, o mundo dos ofícios artesanais tinha o seu lugar. A pequena oficina e o trabalho artesanal familiar eram bem recebidos "como uma etapa preliminar do processo de industrialização incipiente"[42]. Logo, "muitos são os casos de indivíduos que prosperaram em seus ofícios, detentores de técnicas que do ponto de vista europeu eram consideradas superadas, porém inovadoras numa economia em fase de

---

[38] BARBUY...op. cit., p. 29.
[39] RIBEIRO, Evanice Maria Högler. *Os alemães nos núcleos coloniais de Santo Amaro e Itapecerica da Serra (1831-1914)*. São Paulo, 2002. Tese FFLCH-USP, p. 9.
[40] BORGES...op. cit., p. 26.
[41] De acordo com BORGES a denominação negociante deriva do latim *nec* (sem) + *otium* (ócio), portanto, "sem ócio, sem parada". BORGES...op. cit., p. 39.
[42] SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo alemã*. Vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital paulista (1827-1889). São Paulo, 2001. Dissertação FFLCH-USP, p. 98.

mecanização como a nacional"[43]. Tal aconteceu com alguns franceses, os quais puderam aproveitar as aptidões que detinham na terra natal, sendo aqui considerados como eficientes detentores das habilidades européias, mesmo sem na realidade o serem.

João Loutan chegou em setembro de 1842 a São Paulo. Dizendo-se solteiro, de 29 anos, atribuía, em seu passaporte, ser alfaiate na França "vindo para esta Cidade para exercer o mesmo ofício"[44]. Ou ainda, Luiz Victor Prat, em 1842, com seus 36 anos, casado e chegado à Capital da Província na primeira metade do XIX, precisamente em outubro de 1828, que declarou ser ourives na França e no Brasil[45]. Essas declarações eram verídicas? Será que realmente a maior parte dos imigrantes franceses em São Paulo vinha com o *savoir-faire*? Algumas pistas levam a crer que nem todos os casos foram assim. Livian Victal, cuja trajetória foi pautada por diferentes lugares: Bordeaux – Montevidéu – Rio de Janeiro – São Paulo, afirmou que na França vivia de seu ofício de marceneiro, mas no Brasil se estabeleceu com negócio de fazendas[46]. Veja-se também João Baptista Joze, chamado de Olivier, que em Paris era serralheiro e, na cidade em questão, negociante de fazendas[47]. A influência francesa ao longo do XIX foi patente, e era estratégia de sobrevivência do imigrante se inserir nesse contexto.

A elite econômica representada pelos fazendeiros do café não mais se contentava com hábitos simples, seu círculo de aspirações aumentava na medida em que tomava gosto pelo consumo de objetos importados ou confeccionados pelos franceses. Sem dúvida, a mudança de muitos fazendeiros para a cidade propiciou "o aparecimento de um comércio varejista dominado por estrangeiros, que introduziram modas e hábitos europeus em São Paulo"[48].

---

[43] Ibidem.
[44] APESP. Registros de passaportes da Província de São Paulo, 1842-47. EO1491. João Loutan, 1842.
[45] APESP. Registros de passaportes da Província de São Paulo, 1842-47. EO1491. Luiz Victor Prat, 1842.
[46] APESP. Registros de passaportes da Província de São Paulo, 1842-47. EO1491. Livian Victal, 1842.
[47] APESP. Registros de passaportes da Província de São Paulo, 1842-47. EO1491.João Baptista Joze, 1842.
[48] CAMPOS. Alzira Lobo de Arruda. Vida cotidiana e lazer em São Paulo oitocentista IN: PORTA, Paula (org.), op. cit., p. 303.

O ano de 1850 também assinalou a importância que a atividade comercial atingia não só em São Paulo, mas no Império como um todo, através do Código Comercial, posto a partir daí em vigor. Dentre o conjunto de leis propugnava-se a necessidade de fazer matrícula em um Tribunal de Comércio, para, desse modo, "a pessoa ser reputada comerciante e gozar da proteção do Código"[49], além de pagar impostos. Ministério, Tribunais e Juntas, e Associações Comerciais foram, portanto, constituídos denotando a complexificação do comércio.

É nessa São Paulo, cadencialmente fervilhante com tons das transformações que, desde meados do século XIX até o ocaso fim da década de 1880, viveram, pelo menos, os cerca de 465[50] franceses rastreados por esta pesquisa em suas interações cotidianas. De passagem ou com residência fixa; sós ou formando famílias; tecendo redes de sociabilidade e conflitos; negociando; enfim, delineando o caminhar de seu dia-a-dia, sem dúvida, também fizeram parte do manancial que compõe a história de São Paulo.

E mesmo antes desse período já marcavam presença com seus ofícios. Os anúncios eram forma de propagar o negócio e arrematar mais clientes. O primeiro jornal de São Paulo, ainda impresso em prelo de madeira, O Farol Paulistano, em novembro de 1831 colocava que

> Carlos Gomes, cabeleireiro de Paris e discipulo dos primeiros artifices d' esta profissão participa ao respeitavel publico que tendo chegado a esta cidade para exercer sua arte, se tem estabelecido na rua do Rosario, casa n. 29, onde pode ser procurado a toda hora para pentear e cortar o cabello a senhoras e senhores. Fará penteados postiços de todos os feitios, marrafas sobre pentes de tartaruga, marrafas quadradas de arame, e de repartição natural; perucas, chinós, e tudo quanto pertence a seu oficio com a maior perfeição e ao estilo mais moderno. Faz pós de muitas qualidades para tingir os cabelos brancos de qualquer cor que se desejar. Tem sortimento de perfumarias e bijuterias[51].

---

[49] BORGES...op. cit., p. 42.

[50] Denominamos "pelo menos" porque da listagem em anexo nessa tese fazem parte somente aqueles encontrados efetivamente na documentação pesquisada. Não obstante, vários outros devem ter existido, tanto em outras fontes, como nos "silêncios" que os historiadores não conseguem alcançar.

[51] MORSE, Richard apud FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. *Memórias de Ofícios*: história dos artesões em São Paulo. São Paulo, 1997. Tese FFLCH-USP, p. 170.

Não obstante, foi nos anúncios do Correio Paulistano[52], primeiro jornal diário da Província cuja estabilidade e regularidade lograram mais de um século de circulação (1854-1963), que se esmiuçaram as atuações desses franceses ao longo da segunda metade do XIX[53], assim como nos Almanaques e Indicadores publicados nesse período[54].

O Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o ano de 1857 já mostrava uma série de franceses no comércio citadino. Divididos por ofício, seguido do nome e do endereço em que podiam ser encontrados, lá estavam médicos; dentistas; donos de lojas de fazenda; alfaiates; barbeiros; sangradores e cabeleireiros; donos de hotéis e pequenas fábricas; além de ourives e padeiros.

Porém, é pelos franceses tintureiros que se dará o passo inicial.

Acompanhando os almanaques e os anúncios, logo se percebe uma faceta muito comum dentre os imigrantes que tinham negócio em São Paulo: a fluidez com que

---

[52] Houve toda uma gestação ao longo do XIX para que, no fim desse século, os jornais se transformassem em estruturas comerciais capitalistas. A começar pelo Correio Paulistano que separou propriedade de edição. "Separando propriedade de direção da redação, que na sua primeira fase seria capitaneada por Pedro Taques, composto inicialmente em quatro páginas a três colunas, mesmo que num prelo de pau, o *Correio Paulistano*, desde a sua primeira edição [em 1854], apresentaria características que informariam a nova concepção de jornal então nascente na Província" (CRUZ apud PORTA, Paula (org.) ... op. cit., p. 358). Entre os anos de 1855 e 1858, por enfrentar alguns problemas, foi bissemanário e diário quando das seções da Assembléia Provincial. Produzido e vendido na Typographia Imparcial de Azevedo Marques, na rua do Ouvidor, n. 46, local onde também foi feito o primeiro Almanaque da Província, o Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o anno de 1857, este último continha o preço da assinatura do jornal: " para a Capital, por anno 8 rs, por semestre 4 rs, para o Interior, por anno 10 rs, por seis mezes, 5 rs". E para tornar o jornal mais concorrido no seu exemplar inicial, afirmava-se que os assinantes teriam os anúncios inseridos gratuitamente desde que não fossem ultrapassadas dez linhas. O que com a paulatina solidificação e ascensão, além de sua própria capitalização, não deve ter mais ocorrido. (APESP. Correio Paulistano, nº 01, 26 de junho de 1854).

[53] Foi coletado um arsenal de 647 anúncios remontante aos anos de 1855, 1862, 1865, 1870, 1875, 1880 e 1885, encontrados na APESP. A opção por pesquisar os exemplares de cinco em cinco anos, deu-se devido ao fator de que não haveria tempo suficiente, dada também a variedade de fontes desta pesquisa para o resgate de 39 anos (1850-1889) de jornal com tiragem diária. 1862 figura na lista, porque, no arquivo, não existem os exemplares dos anos de 1860 e 1861.

[54] IEB. ALMANAK administrativo, mercantil e industrial da Provincia de São Paulo para o anno de 1857. São Paulo: Typographia Imparcial de J. R. de Azevedo Marques, 1856; ALMANAK administrativo, mercantil e industrial da Provincia de São Paulo para o anno de 1858. São Paulo: Typographia Imparcial de J. R. de Azevedo Marques, 1857; MEMORIAL PAULISTANO para o anno de 1866. São Paulo: Typographia Imparcial de J. R. de Azevedo Marques, 1866; ALMANAK da Provincia de São Paulo para 1873. São Paulo: Typographia Americana, 1873; ALMANACH literario paulista para 1876. São Paulo: Typographia da Provincia de São Paulo, 1875; INDICADOR de São Paulo administrativo, judicial, industrial, profissional e commercial. São Paulo: Typographia Jorge Seckler, 1878; ALMANAK administrativo, mercantil e industrial da Provincia de São Paulo para o anno bissexto de 1884. São Paulo: Editores Proprietários Jorge Seckler , 1883.

mudavam de endereço a sua casa de comércio. Veja-se o exemplo do tintureiro Ferard: em 1855 estava na rua Nova de São José; em 1857, na rua do Acú; e em 1866, na rua Alegre.

Sexta-feira, 19 de janeiro de 1855, seu primeiro enunciado deixa margem a dúvidas: "Casa pintada de muitas cores". Aparentemente lembra um pintor. Contudo, nota-se que Ferard já era conhecido pela sociedade local, dado que anunciava: "tintureiro francez continua a tingir como de costume, com todas as cores. Acha-se sempre prompto e aprompta os objetos com a maior brevidade"[55]. Em 1862, em anúncio cuja ilustração clamava ao "Grande Santo Mauricio, padroeiro dos tintureiros", e alocado na rua Alegre, n. 34, evidenciou de maneira mais detalhada que

> continua a tingir e lavar como de costume todas as qualidades de lã, seda, algodão, linho e as fazendas mescladas de seda e algodão, chales, vestidos, cazacas, sobrecasacas, calças, coletes, mantilhas, capas, batinas, veos, ornatos de igrejas, cochonilhos, etc., as meias de seda e os chapeos de palha do Chile; tinge chapeos de pello preto e de palha de cor de café; tira mofo das fazendas de lã e seda; lava luvas de pellica, camurça e outras, tudo por preços razoaveis[56].

A influência européia se espraiava. E um de seus traços principais, levando em consideração a França como modelo, era o da moda. Tecidos, chapéus, luvas, casacos, vestidos, enfim, a indumentária de homens e mulheres era verdadeiro diferenciador de status social e aspiração de muitos. Desta forma, cuidar desses aparatos tornava-se imperante. Limpar, talvez nem tanto por asseio, mas para manter o aspecto de novo e tingir para diferenciar ou reformar peças já desgastadas foi o veio de inserção que esses tintureiros franceses encontraram em São Paulo.

Por outro lado, parece que nem tudo funcionava bem em seu negócio. Mercadorias eram ali deixadas por anos a fio sem que seus respectivos donos resolvessem aparecer e efetuar o pagamento das encomendas. Desde 1855, passando por 1862, 1865, até 1870, os alertas de Ferard continuavam: "participa as pessoas que tiverem obras em sua casa desde 1 a 2 anos, tenham a bondade de procurarem nestes 2 mezes, a contar d' esta data, pelo

[55] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 19 de janeiro de 1855.
[56] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 05 de fevereiro de 1862.

contrario serão vendidas para cobrar-se do seu trabalho"[57]. Trata-se de estratégia colocada a público através do jornal para que a sustentabilidade do negócio pudesse prosseguir.

À medida que o tempo passava e as oportunidades de serviços e comércio se acentuavam na cidade, de modo especial a partir da década de 70, outros imigrantes aventuraram em se estabelecer. Foi o caso de Villary que em 1875 anunciava, como tintureiro francês, "encarregar-se de todo e qualquer trabalho que diz respeito a sua profissão, e garantindo perfeição por preços módicos"[58]. Essa questão dos "preços módicos" pode ser encarada sob duas vertentes que, na realidade, se co-relacionam: um atrativo ao freguês e, com a complexificação do comércio e dada à concorrência, o quesito comparativo de preços.

Em 1880, aparecia Emilio Saignes que deu nome à sua casa de Tinturaria Parisiense. As referências a Paris ou alusões à França no comércio eram correntes, pois denotavam algo que no imaginário da época estava muito em voga: a ligação de serviços ou artigos parisienses às idéias de qualidade e requinte, aspectos diferenciais, que conferiam tônus de padrões europeus a serem copiados, ou melhor, adaptados à mescla de costumes local.

Saignes, instalado na Rua 25 de Março – os limites do centro da cidade iam se expandindo -, dizia utilizar-se de uma "química moderna" que não queimava ou estragava a roupa ou fazenda (tecido). Ainda mais porque, fazendo "todo o possivel para agradar seus fregueses" trabalhava com amostras antes de proceder ao tingimento completo. Ademais, garantia seus serviços a qualquer ponto da Província, com pedidos e entrega nas diferentes regiões. Aliás, essa era uma das preocupações dos negociantes, expandir o comércio para além dos contornos da capital, atendendo a outros cantões da Província e quiçá fora dela.

Através de seu anúncio, o ofício de tintureiro ficou mais delineado. Para as senhoras e senhoritas que freqüentavam as procissões, as missas dominicais ou os novos modos de sociabilidade que o ocaso do oitocentismo impetrava, havia uma opção de

[57] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 10 de dezembro de 1855.
[58] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 08 de outubro de 1875.

menor custo, que era a de utilizar o mesmo traje, mas com cores diversas, pois Saignes "tingia roupas [...] de differentes cores como rosa grenat [bordô], cor de laranja, havana, roxo, azul, amarelo souferino ou de canário"[59]. Por se tratar de um anúncio, seu conteúdo e expressões tinham por finalidade valorizar o trabalho e atrair fregueses, daí o esmiuçamento das cores.

Os registros de escritura[60], por sua vez, também permitem visualizar dois contextos relativos aos ofícios. De uma extremidade como eram fluidos, podendo passar de mão em mão e, de outro, perduravam durante anos a fio, com continuidade ao longo de gerações na família.

As *boulangeries* elucidam ambos os lados. Dominadas por mulheres francesas, as padarias já figuravam na lista do Almanaque de 1857. Reine Vildieu e Viúva Mugnanis e Filhos – o que comporta trabalho familiar -, encontravam-se respectivamente na Rua do Comércio e de Santa Thereza.

Entre o aparecimento de Reine no Almanaque – preparado e publicado em 1856 – e a venda de seu negócio, do qual ficara a cargo até 1 de janeiro de 1857, o processo foi muito rápido.

José Maria Ginoyer listava no Almanaque da Província de São Paulo para 1873 e no Indicador de São Paulo de 1878 com a Tinturaria Franceza na Rua da Imperatriz. Em

---

[59] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 07 de julho de 1880.

[60] Ao folhear os livros armazenados na APESP percebe-se que as transações relativas às escrituras eram constantes e feitas diariamente. A cada dia escrituras com diferentes teores eram confeccionadas, o que denota circulação econômica e redes de interação entre os habitantes da São Paulo oitocentista.

Sem qualquer tipo de catálogo mais completo, na medida em essa documentação foi doada pelo judiciário à APESP, somente existem anotações de cartórios das décadas de 70 e 80 do século XX que tentaram mapear os outorgantes das escrituras ao fazer uma relação de nomes por ordem alfabética, número e página em que são encontrados os originais. Logo, em uma tentativa de poupar tempo e com este material em mãos procedeu-se à procura de franceses através dos nomes. Finda a seleção, o passo seguinte foi o manuseio dos documentos. O grande entrave foi que os números de páginas indicados na dita relação não condiziam com os originais, o que significa que essa primeira busca foi em vão.

Diante dessa situação, a etapa seguinte foi procurar em cada um dos livros que contém os documentos propriamente e dentre os nomes que aparecem logo no início das escrituras, os dos franceses. E assim feito, foram encontrados 213 registros entre os anos de 1852 e 1889.

Tais registros têm conteúdos vários e, por vezes, diferentes propósitos. Podem ser encontradas escrituras de compra e venda, dívida e hipoteca, quitação, contratos de sociedade, arrendamento e casamento, reconhecimento de filhos ilegítimos, além de distratos.

anúncio de dezembro de 1875, igualmente afirmava tingir e limpar roupas e fazendas. Ficou exercendo seu ofício no mesmo lugar por 5 anos e, aos 48 anos de idade, decidiu liquidar a Casa. "Vende-se todo o material, drogas, etc., para a cessação do negócio" [61].

Em julho de 1856 fazia escritura de compra e venda[62] "authorisada por seu marido", o francês Pedro Savoy, do negócio na Rua da Quitanda (portanto, houve um engano do Almanaque no que se concerne ao endereço colocado na Rua do Comércio) com todos os utensílios de padaria, além de 8 escravos (5 homens e 3 mulheres), tudo no valor de 182 contos de réis a Guilherme da Silva. Em janeiro de 1857, estava quitada a dívida[63]. Meses mais tarde, Josephina Mugnanis, visando aumentar seu negócio, dado que já tinha uma padaria na Rua de Santa Thereza – como elucidado acima -, onde residia com todos os pertences, benfeitorias e escravos, a qual, inclusive deu como garantia de pagamento ao dito senhor Silva, comprou a padaria e dois escravos que pertenceram à compatriota Reine Vildieu[64]. Veja-se aí a fluidez e dinâmica dos negócios, além da interação com a sociedade local. O brasileiro acabou por ser intermediador dessa aquisição da padaria entre uma francesa e outra.

IV. 1 - Cuidando das moléstias: remédios milagrosos, parteiras, médicos e dentistas.

Nelson Nozoe, falando sobre a vida econômica da capital paulista na época imperial, salienta que a área da saúde era repleta de nomes não ibéricos[65]. Dentre estes, Antonio Egydio Martins evoca a figura do "cirurgião – dentista Dr. Emílio Vautier, sendo

[61] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 07 de Julho de 1880.
[62] APESP. Escritura de compra e venda. Livro 51, 1856.
[63] APESP. Escritura de quitação. Livro 52, fl. 16v e 17, 1857.
[64] APESP. Escritura de compra e venda. Livro 52, fl. 158v, 159 e 159v, 1857.
[65] NOZOE, Nelson apud PORTA, Paula (org)...op. cit, p. 11.

este estimado cidadão francês, que todo o antigo São Paulo conheceu, pai do Dr. Eugenio Vautier e de Eduardo Vautier" [66].

Em 1841, Vautier já se encontrava na cidade[67] e sua presença era constante nos Almanaques, Indicadores e Memoriais da Província[68]. A Rua do Rosário, depois denominada da Imperatriz, foi morada e local de trabalho desse assíduo residente de São Paulo durante quase meio século. Legou ao filho, Eugenio, sua casa, seu ofício e seus clientes.

No decorrer da sua vida, porém, deve ter acompanhado as várias mutações por que a cidade passou. Dada a escassez de especialistas nessa área, por diversos momentos deve ter ouvido e atendido aos apelos da população mais pobre que, apesar das mazelas da dor, não tinha condições para o pagamento. Por isso, era constante nos seus anúncios: "O Dr. Francisco Emilio Vautier, médico, cirurgião dentista – Rua do Rosário nº. 56, dá consultas e tira dentes gratuitamente aos pobres todos os dias das 7h às 8h da manhã"[69].

Para que os estrangeiros pudessem exercer ofício na área da saúde, para além do diploma da terra natal, era necessário lograr passar em um exame feito pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e, desta forma, conseguir habilitação.

Logo, Vautier dizia-se formado pela "Faculdade de Medicina de Paris, aprovado pela do Rio de Janeiro" [70]. E assim preparou seu filho que, em 1870, titulado pela faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, já podia ser encontrado, ao lado do pai, no gabinete da rua do Rosário das 8h da manhã às 4h da tarde para consultas e operações dentárias[71].

Augusto Masseran, nascido em Montepelier na França, pelos idos de 1841, também já estava em São Paulo com a sua irmã Vitorina. A indicação de seu ofício? Ourives. Contudo, para além da travessia Atlântica, queria mudar ainda mais o seu destino. E é

---

[66] MARTINS, Antonio Egydio. *São Paulo Antigo 1554 a 1910*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 200.
[67] IEB. *Registro de Estrangeiros (1840 – 1842)*. Publicações do Arquivo Nacional., v. 54.
[68] Almanak Administrativo Mercantil e Industrial para o anno de 1857. Memorial Paulistano para o anno de 1866. Almanak da Província de São Paulo para 1873; e Indicador de São Paulo, 1878.
[69] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 19 de janeiro de 1862.
[70] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 02 de julho de 1862.
[71] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 11 de outubro de 1870.

através de um registro feito em cartório que se percebe isso. Denominada de "escritura de ensino de aprendiz" foi assinada por ele e pelo dentista Eduardo da Costa Mesquita. O contrato versava nos seguintes termos:

> Augusto Felipe Masseran mora na casa de Samuel Eduardo da Costa Mesquita a rua do Commercio nº 36, de quem é discipulo, obriga-se pelo contrato – 1º Conservar-se trabalhar na casa de seu mestre ou onde for como dentista durante um ano. 2º – Seu trabalho consistira na oficina de protese dentaria – das 8h da manhã as 6h da tarde nos dias de semana com exceção dos dias santos. 3º - Não poderá fazer trabalho algum fora da oficina, quer para outro dentista, quer para si, em troca lhe dará 30 # mensais, casa, comida e prepará-lo com instruções theoricas necessarias a fim de se habilitar a fazer exame de Cirurgião Dentista perante a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. 2º – Dar a ele a terça parte liquida dos trabalhos[72].

Sem dúvida, tratava-se de um acordo. Em realidade uma troca entre ambos. O francês contribuiria com um trabalho diário de 10 horas, e em troca teria casa, comida, percentuais em réis e, principalmente, orientação.

Não obstante, antes mesmo desse fato, no Almanaque de 1857, Masseran já aparecia como dentista. E, em anúncio do Correio Paulistano de abril de 1855, logo ao topo anunciava: "Dentista Francêz – Rua Direita 37/57"[73]. Onde dizia ter "honra de anunciar ao publico desta Capital" que havia recebido um sortimento de dentes, o que o habilitava a servir com "promptidão e perfeição" a seus fregueses.

Como ourives, seria possível a arte da improvisação? Será que tinha formação em alguma faculdade na França? As "instruções theóricas" seriam necessárias porque no mínimo já teria 14 anos de experiência (1855 quando do seu primeiro anúncio, e 1869 quando do dito contrato) ? Poderia também haver alguma relação entre a habilidade com as mãos para esculpir metais, formando jóias, e o fator de moldar dentes, dado que trabalhava com prótese? Questionamentos vários, resposta concreta nenhuma. A não ser a de que o caminho escolhido para sobreviver na cidade foi passar de ourives a dentista.

Por outro lado, exemplo da fluidez, da movimentação de ir e vir que transcorria na segunda metade do século XIX, foram os dentistas Fourneron e Chesney, os quais, assim

---

[72] APESP. Escritura de ensino de aprendiz. Livro nº 59, fl. 163 e 183v.
[73] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 02 de abril de 1875.

como Vautier, davam consultas e operações gratuitas das 8h às 10h da manhã. Avisavam no jornal quando da ida e retorno de viagens. Em julho de 1862, Fourneron comunicou que estava de volta de Santos, onde fora chamado "para trabalhos de sua arte"[74]. E em setembro do mesmo ano "sendo chamado a Mogy das Cruzes, Jacarehy, Pindamonhangaba e Taubaté participa a seos fregueses que sua casa fica fechada por esses dias, visto que seu socio Mr. Chesnay, acha-se em Santos, aonde foi chamado"[75]. Em dezembro então, a trabalho mais uma vez, assinalavam uma viagem para o norte da Província, de onde voltariam somente em fevereiro do ano seguinte[76].

Tal *frisson* se deu porque afirmaram ter passado por vários anos na Europa, não só estudando, como "possuindo uma longa pratica de molestias da bocca sob diferentes climas"[77] e, inclusive, de 'novos' sistemas de próteses dentária aplicadas no âmbito europeu e na América do Norte[78].

Na São Paulo oitocentista, que vislumbrava a Europa – e particularmente a França – como modelo de civilização, devia-se ter olhos admirados ao Vulcanite. Tratava-se de um sistema de dentaduras colocadas sem ganchos, nem ligadeiras, aplicado sem que houvesse necessidade de extração da raiz. Era uma espécie de massa da cor dos dentes, e que segundo eles também curava cáries, sem dor alguma. Será que funcionava? De todo modo, o anúncio, portanto forma de propaganda, colocava que seus cuidados tinham "sempre testemunhas de gratidão em pessoas que confiam em seus prestimos" [79].

Igualmente foi assinalado a aprovação do Vulcanite pelos cirurgiões do Rio de Janeiro – canal por onde ainda chegavam algumas *nouveautés* da Europa. Paulatinamente São Paulo, porém, com a dinamização de seu comércio, dispensou o porto do Rio de Janeiro

---

[74] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 18 de julho de 1862.
[75] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 06 de setembro de 1862.
[76] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 14 de dezembro de 1862.
[77] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 24 de abril de 1862 e 28 de agosto de 1862.
[78] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 24 de abril de 1862 e 28 de agosto de 1862.
[79] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 24 de abril de 18.

para o envio de mercadorias estrangeiras. Com a crescente demanda e a São Paulo Railway, o porto de Santos foi adquirindo seu status.

Recém-chegado à cidade em 1855, Carlos Marquois, em breve agente consular da França em São Paulo, era médico homeopata. Inicialmente, o que denota sociabilidade e ajuda entre patrícios, Marquois dava consultas das 8h às 10h da manhã e das 3h até às 5h da tarde na Rua do Rosário, 56 – em casa de Emílio Vautier[80]. Seu único anúncio enquanto médico ao longo do período estudado contém essas informações. Porque, nos demais, passava a atuar tão somente como agente consular ou vice-cônsul francês conforme era denominado. Contudo, os Memoriais e Indicadores de 1866 a 1878, o colocam em duas posições - a de membro consular e médico. Dadas tantas intervenções na vida dos franceses moradores da cidade e demandas do Consulado da França no Rio de Janeiro, ao qual era subordinado, há duas possibilidades: ou a sua faceta de médico ficou secundária por receber quantias pelos trabalhos desenvolvidos no consulado, ou teve que se esmerar em conciliar os dois lados. A investigação leva a crer que a primeira opção era a mais tangível, pois, fora o dito anúncio, em todas as outras documentações, sua pessoa foi evocada como agente consular.

Gilberto Barros comenta que na São Paulo oitocentista ainda não havia "especialização dentro da profissão, isto é, o médico ser médico só de nariz ou garganta" [81]. De fato, o médico tinha que saber e tratar do corpo como um todo. No entanto, podia elucidar em que parte tinha maior conhecimento e experiência.

Foi o que aconteceu com o Dr. Guerin, médico da Faculdade de Paris e habilitado pelo Rio de Janeiro. Durante 7 anos serviu em hospitais militares ou civis na França, assim como em expedições de colonização. Finalmente, em 1862, achando-se "nesta Capital para nella residir [...] quer dedicar-se especialmente as operações, as molestias syphilicas de

[80] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 03 de agosto de 1855.
[81] BARROS, Gilberto Leite de...op. cit., p. 468.

ambos os sexos e aos partos"[82] na travessa de Santa Teresa. Tal como os dentistas mencionados, colocava-se em prontidão para exercer seu ofício no interior da Província.

Gilberto Freyre ao assinalar que "foram os pharmaceuticos franceses os renovadores desse genero de commercio no Brazil, suas boticas tendo substituido as velhas lojas de barbeiro onde nos tempos coloniais se applicavam bichas, sangravam-se doentes, vendiam-se pomadas e pós"[83], talvez ficasse assoberbado com o ofício de um desses "agentes de civilização". O francês Charles André, além de cabeleireiro e entrançador, era barbeiro e sangrador na Rua Direita[84].

O nascimento, ou seja, o parto, aos poucos adentrava em um tônus de cuidados especializados. E a esses cuidados dava-se ainda mais credibilidade a esses cuidados quando vinham com a estampa da famigerada e tão anunciada, pelos franceses que se vertiam para a área da saúde, Faculdade de Paris. Se este fator fosse conjugado à habilitação dada no Rio de Janeiro, fechava-se o quadro formal necessário para a atuação[85].

Em 1855, Cezarina Chameroy aparecia nos anúncios e Almanaques da cidade como parteira. Formara-se em partos pela Faculdade de Paris em 1853, e em 1857 foi aprovada pela do Rio de Janeiro. Como acontecia na época, também os contornos de seu ofício não eram claramente delineados. Por isso, além de partos "trata das molestias das senhoras e das crianças"[86]. E assim como os médicos ou dentistas "pode ser chamada a qualquer hora na sua residencia na Travessa do Quartel nº. 4", onde igualmente, dava consultas com horário definido: das dez horas ao meio-dia. Deveria ser conhecida e procurada por diversos estratos populacionais da cidade, pois "aos pobres cura de graça". E quando ela mesma se encontrava doente avisava que "por estes 4 ou 6 dias não poderá acudir a

---

[82] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 22 de abril de 1862.
[83] FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940, p.51.
[84] Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o anno de 1857.
[85] Se bem que, como estamos acompanhando, alguns franceses improvisavam seus ofícios, mesmo sem ter a formação por faculdade ou a habilitação pelo Rio de Janeiro.
[86] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 19 de agosto de 1865.

chamado algum"[87]. Nesse caso, foi só no dia 5 de julho, quando "achando-se restabelecida dos seus encommodos, está de novo a disposição de suas freguezias"[88].

Em 1878, Adelia Gourgues, chamada de Maria Broucas na França – por ser de família Broucas – alardeava no jornal ser sucessora de Mme. Chameroy. E de fato, a partir desse ano, o nome desta última não mais apareceu em veículos como o Correio Paulistano e os Almanaques.

O Indicador de São Paulo de 1878, por sua vez, listava pela primeira vez uma casa de maternidade cuja proprietária era a dita Adelia. Logo, configurava-se uma gradual mudança nos costumes paulistanos que, na segunda metade do século, eram invadidos por preceitos higienistas europeus. Deixar de parir dentro da própria casa de morada e dirigir-se à maternidade onde um complexo maior de cuidados rodeava a parturiente, era a proposta.

Com o tempo outras francesas apareceram nesse mister. Sempre "patenteadas" como parteiras "de 1ª classe pela Faculdade de Medicina de Paris", Mme. Daure não foi exceção. Para marcar o padrão de "excelência e credibilidade" cooptada por aquela São Paulo oitocentista, acentuava seus "25 anos de pratica tanto na Europa como na Corte"[89]. Devido ter clientela na Capital e no interior da Província, e "animada pela confiança e bom acolhimento que tem tido", decidiu também abrir uma maternidade em um sobrado na Rua do Rosário aos moldes da que tinha na Capital do Império – o que vem a ratificar que na trajetória dos franceses, São Paulo, por vezes, não era o primeiro local de estada após a travessia oceânica. Além do apoio de um médico, dizia contar com outra parteira, formada em Paris e aprovada no Rio de Janeiro. Por fim, coadunada às mudanças do fim do século, dispunha de telefone cujo número era 89 para "maior comodidade daqueles que a quiserem honrar".

[87] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 26 de junho de 1870.
[88] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 05 de julho de 1870.
[89] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 04 de junho de 1885.

Na visão de Freyre, essas parteiras eram "verdadeiros elementos de renovação do meio, antes delas lamentavelmente sujeito às 'comadres' nem sempre hábeis, às 'curiosas', nem sempre escrupulosas na higiene, ou as às escravas de rudimentares conhecimentos"[90].

Os remédios, elixires e drogas, também eram fabricados e/ou vendidos por franceses. Emília Viotti lembra que "não faltava a uma farmácia caseira o remédio de Le Roy, ou o Vinho de Marsa – tônico do Dr. Moucelot da Faculdade de Medicina de Paris – ou a poção anti-reumática do Dr. Vaumé. Esses remédios eram vendidos frequentemente em farmácias em muitas das quais o farmacêutico, como o muito apreciado Camilo Bourroul, eram franceses"[91].

Camilo era irmão de Celestino Bourroul, proeminente negociante vendedor de fazendas. Por algum motivo, que pode ter sido o de cobrir dívidas, Camilo vendeu ao irmão em 1869 todos os pertences da *Pharmacia Paulistana* – com máquinas e utensílios, além de móveis de sala e alcova, pois trabalhava e residia na casa de aluguel, situada na Rua da Imperatriz, n.º 20. Todos os trâmites, inclusive a escritura de compra e venda, se deram na casa de Celestino, o qual comprou a botica por 3:200# réis[92]. Acordos familiares se deram a despeito da venda, porque Camilo continuava a aparecer como farmacêutico no Almanaque da Província de São Paulo para 1873 e no Indicador de São Paulo de 1878 na mesma Rua da Imperatriz, onde em casa próxima de Celestino, estava estabelecido com seu comércio.

Característica do período era a de que "qualquer remedio servia para tudo, devia ser romanticamente milagroso, como românticos apresentavam-se, os sintomas gerais das doenças"[93]. Dessa maneira figurava a Água Balsâmica composta pelo francês Victor

---

[90] FREYRE apud VIOTTI, Emilia da Costa. Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX. *Revista Histórica*, 142-143, 2000, p. 289.
[91] VIOTTI, Emília...op. cit., p. 290.
[92] APESP. Escritura de compra e venda. Livro nº 59, fl. 106 e 106v.
[93] BARROS, Gilberto...op. cit., p. 469.

Gerard, com o adendo de que se caso não funcionasse, o dinheiro investido seria devolvido em dobro:

> Esta agua tem a virtude de estancar em 4 minutos toda sorte de hemoraghya, mesmo quando cortadas as veias maiores e arteriais, 3 dias depois ficam cicatrisadas, cura estanteneamente toda a ferida recentemente feita mesmo no cerebro, quando mesmo offendidos os miolos, como poder-se-ha convencer sobre um irracional. O autor garante a sua efficacia, e quando esta agua não faça o efeito desejado, obriga-se a pagar o dobro do preço, pelo qual é vendido; pode-se também empregar vantajosamente nas chagas inveteradas[94].

Já Charles Pierre Etchecoin, o qual também trouxe o irmão, Joaquim Luiz, - que gerenciava o Hotel das 4 Nações- para São Paulo, vivia do produto da venda de seu elixir odontológico o qual fazia desaparecer a dor em menos de 15 minutos[95] e da chamada Pílula Paulistana, que servia para o alívio das mais diversas moléstias. Seu método de venda? Através da consignação. "São franqueadas em deposito para os negociantes e fazendeiros", os quais deveriam receber 23% de comissão e prestar conta a cada 6 meses. Mas, isso nem sempre acontecia. Tanto que, em anúncio, apesar de salientar que "todos os depositários são muito honrados", pedia que lhe mandassem o produto da venda, pois "ainda não recebi um real deste anno, tenho grandes despezas e devo, quero pagar". Por outro lado, com um certo tom de esbravejamento, perguntava: "vosmecês julgão que sou muito rico, e por ter esta idea falsa devem não me mandar qualquer quantia por ser pouca?"[96].

Soa curioso no mesmo exemplar de jornal aparecer uma elegia feita a suas pílulas pelos presos da Capital. Pode-se aventar o porquê disso. Um agradecimento, encomendado ou real, posto ali no mesmo quadro de anúncios servia como estratégia com o fim de chamar mais a atenção do público para seu produto e para a falta de recebimento do que lhe deviam. Em meio a essas idéias, pode aflorar um questionamento sobre a neutralidade ou não, e os possíveis vínculos de amizade entre os anunciantes e os editores do jornal.

---

[94] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 03 de fevereiro de 1885.
[95] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 09 de maio de 1855.
[96] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 21 de janeiro de 1862.

Veja-se o dito anúncio que, na realidade, foi escrito em 6 de maio de 1861 e publicado somente oito meses depois, no dia em que também saiu demanda de Etchecoin:

> Ilm. Sr. Dr. Carlos Pedro
> Tendo Deus com o seu Divino Poder permitido que vossa senhoria more nesta cidade, para com sua mão caridosa dar alivio aos desgraçados [...]. Tendo eu lido no "Correio Paulistano" os grandes milagres que tem feito a pilula de sua invenção, e como eu sofro uma ulcera [...] e reumatismo, mandei pedir a vossa senhoria por esmola o que promptamente me mandou uma porção de pilulas [...] logo desapareceo dos todos os mais encommodos [...].
> Com essas melhoras minhas, peguei a contar aos meus companheiros os quais recorreram a mesma caridade [...] Entre todos Benedicto Ribeiro homem de 70 anos assaltou-lhe uma pontada no imbigo e já estava a exalar a alma quando me lembrei das pilulas [...] e assim foi curado [...] Todos nós [...] desejando-lhe muitas prosperidades [...] Os presos da cadeia da Capital[97].

Em relação a esses remédios milagrosos, até mesmo o conhecido francês arquiteto, pintor, desenhista e litógrafo, Jules Martin, os vendia. Em junho de 1880 dispunha em seu estabelecimento na Rua São Bento, 37, da "Caroba e Sucupera", aprovada pela Junta de Higiene, que curava "radicalmente todas as molestias provenientes de impurezas no sangue e de erupções na pele, é o maior depurativo do sangue"[98]. Sem esquecer que quatro meses depois anunciava um remédio para gonorréia[99].

IV. 2 – Desenhando e construindo São Paulo: obras, iluminação e transportes.

Nascido em Marselha em 1832, onde deu início a sua formação na Escola Superior de Belas Artes, Martin chegou à Província de São Paulo em 1868, quando se fixou por dois anos na região de Sorocaba.

Logo após, na capital da Província, foi professor de modelagem no Liceu de Artes e Ofícios. Em 1870, instalando-se à Rua da Boa Vista, n.º42, dava aulas particulares de desenho e caligrafia todos os dias em sua casa - com exceção dos dias Santos, quinta-feira,

[97] Ibidem.
[98] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 24 de junho de 1880.
[99] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 01 de outubro de 1880.

e domingos - das 4h às 5h da tarde. E, segundo ele, dadas as demandas, abriu uma outra turma das 7h às 8h da noite. As senhoras que desejassem poderiam ainda ter lições em suas respectivas moradas.[100] Para tanto, era necessário 8# réis mensais com pagamento adiantado[101].

Ademais, suas próprias telas também eram expostas. Em setembro de 1870, já não era a primeira vez, apresentou suas obras de pintura a óleo e aquarela na casa do compatriota Garraux no Largo da Sé.

Outro componente de seu ofício era o da litografia, cuja oficina foi a primeira a ser montada em São Paulo. Em dezembro de 1870, a ela chamava de Lithographia Franceza Commercial e Artistica [102] porque além dar aulas de pintura, fazia obras em tela e desenhos tanto artísticos, quanto comerciais. Negociantes da cidade encomendavam desenhos artísticos para os anúncios de suas casas, daí Martin igualmente tinha que contar com um tino comercial e propagandístico. Tanto que organizou, como um dos elementos para representar o já Estado de São Paulo na Exposição de Paris em 1900, a Revista Industrial cujo propósito era "apresentar o comércio e a indústria paulista na capital francesa" [103].

Mas, voltemos no tempo. Em janeiro de 1875, Martin tinha

> a honra de participar ao respeitavel publico desta cidade e de toda a Província, bem como aos seus numerosos amigos e fregueses, que acaba de dar maior extensão às suas Officinas de Lithographia, pintura e gravura, as quais acham-se hoje montadas como as melhores do Rio de Janeiro, nada deixando a desejar quanto a capacidade de executar todos os trabalhos que lhe forem confiados.
> O complemento das machinas as que hoje fazem parte de seu material as põe em estado de promptificar com nitidez, elegância e rapidez toda a especie de encommendas, taes como: facturas, circulares, letras de cambio, diplomas, musicas, cartões d' annuncio, de visita e de casamento, conhecimentos, contas de vendas, marca de papel com iniciais de cores e enveloppes, recibos a talões, acções de sociedades, vistas de hoteis e usinas, rótulos de botica, de vinhos e licores, quadros allegoricos, etc., etc.
> A construção desta nova oficina, a unica nesta província, permiti-lhe annunciar aos senhores pais de família da capital, que do dia 7 do corrente em diante reabrirá seus cursos de desenho e pintura, com as condicções seguintes:
> Aula de desenho

[100] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 06 de maio de 1870.
[101] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 03 de setembro de 1870.
[102] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 21 de dezembro de 1870.
[103] BARBUY, op. cit., p. 102.

> Aberta todos os dias das 4h as 5h da tarde, excepto aos Domingos, 5as feiras e dias santos, por mez 10#, pagamento adiantado[104].

Nesse anúncio algumas linhas estão congregadas. A tríplice função de aulas, veio artístico e comercial. E, por outro lado, um ponto que remete à, cada vez mais acelerada, independencialização de São Paulo em relação aos produtos e serviços advindos do Rio de Janeiro, então Capital do Império e que, sem dúvida, era conhecido por sua conexão mais direta com a Europa e por um comércio estruturado cujo arcabouço de mercadorias era grande.

Entretanto, nos meados do século, as opiniões sobre a variedade de artigos existentes em São Paulo não permitiam um consenso. Enquanto que em 1850, Álvares de Azevedo lamentava-se de não achar objetos necessários ao seu cotidiano e os encomendava do Rio de Janeiro; em 1860, Zaluar sustentava que havia "lojas elegantes com mercadorias variadas"[105].

Entre outros fatores, pode-se agregar o do valor de suas aulas ter aumentado, e o de colocar à disposição dos fregueses mais uma alternativa: a de gravar quaisquer letras em pedras preciosas, objetos de ouro e prata, madrepérola e marfim.

Por conta de seu estabelecimento ter sido visitado por D. Pedro II, 1875 – ano do anúncio - também foi quando, por carta do imperador, se deu a concessão para que à Litografia fosse acrescido o título de "Imperial" [106].

Martin pintava paisagens de São Paulo e a dimensionava sob a forma de mapas, como o "Mapa da Capital da Provincia de São Paulo" de 1877, elaborado por ele em conjunto com Francisco de Albuquerque; a "Planta da Capital do Estado de São Paulo e seus arrabaldes" em 1890; além da

> Carta Lithografada da Provincia de São Paulo Ilustrada de uma vista geral da Capital e da topographia do Porto de Santos dando conhecimento das Estradas de ferro da Província tanto em actividade como em projecto. Vende-se na litographia de Jules Martin, editor. Rua

---

[104] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 05 de janeiro de 1875.
[105] BORGES, Urquiza Maria ... op. cit., p. 18
[106] MARTINS, Antonio...op. cit., p. 354.

da Boa Vista, 42. S. Paulo (onde acha-se exposta). As pessoas de fora da capital que desejarem possuila, terão de mandar junto a seu pedido 13#, para recebela pelo correio[107].

Portanto, as comercializava, ademais de ser

responsável tanto pela feitura da imagem, quanto por sua divulgação. Homem envolvido na sociedade paulistana da época, não estava de passagem, nem se limitava a ser artista. Seu olhar estava armado com outros elementos, olhar engajado, apesar de ser estrangeiro. Pensou e realizou diversos projetos e atuou influindo na forma urbana, estava diretamente envolvido nos destinos que a cidade ia tomando, em sua feição. O seu público era mais amplo, não se limitava aos que podiam pagar por um rico livro de viagens ou por um quadro, mas àqueles que podiam comprar um jornal, um folheto, uma revista [108].

Não obstante, o trabalho mais conhecido de Martin foi a idealização do Viaduto do Chá. Desde 1877, vinha propagando a idéia de levantar um viaduto sobre o córrego do Anhangabaú, em continuação à Rua Direita. "Seu objetivo era diminuir a distância entre a zona central e a recém loteada Chácara do Chá, região muitas décadas mais tarde transformada no chamado Centro Novo"[109]. Para ir de uma parte a outra, a população tinha que dar uma sacrificada volta e subir uma rampa. Logo, assim que proposto, o viaduto teve a aprovação dos moradores. Todavia, contou com problemas que, tornaram a sua edificação mais morosa, desde os concernentes às dificuldades financeiras, até os anos na justiça para dar cabo a uma desapropriação. O Barão de Tatuí não queria conceder sua casa à demolição para a efetivação da obra. Desenhista, enquanto dessa pendenga, Martin fazia caricaturas do dito barão e de sua esposa.

Afonso de Freitas comenta que o francês

em abril de 1879, apresentou um novo projeto em substituição do viaduto por um *boulevard* e obteve privilégio para esse projeto em 11 de maio de 1882. Em maio de 1885, firmou contrato com o governo provincial para o viaduto. Em 30 de abril de 1888, deu-se começo às obras sobre a rua Formosa, e por questão de desapropriação, só em 6 de maio de 1889 é que prosseguiram as mesmas obras[110].

Inaugurado somente 15 anos após lançada a idéia de sua construção, a qual não foi erguida por ele, Martin viu a solenidade com o viaduto adornado de flores, arcos, bandeiras

---

[107] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 27 de junho de1875.
[108] OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira. *Relações sociais e experiências da urbanização*. São Paulo, 1870-1900. São Paulo, 2003. Tese FFLCH-USP, p. 31.
[109]CAMPOS, Eudes. São Paulo: desenvolvimento urbano e arquitetura sob o Império In: PORTA, Paula (org)...op. cit., p. 220.
[110] MARTnS, Antonio Egydio...op. cit., p. 220.

e lâmpadas, com os tons de um verdadeiro dia festivo. Sim, porque nesse entremeio transferiu, pela quantia de 6 contos de réis, o contrato que tinha com o Governo Provincial ao engenheiro João Pinto Gonçalvez. Tal se deu através de escritura feita em cartório a 15 de janeiro de 1887[111]. Portanto, quase um ano antes do início das edificações, Martin já não era mais seu responsável, porém somente seu conceptor.

Jules André Martin faleceu na cidade de São Paulo, na qual chegou aos 34 anos e viveu por outros tantos 24. O retorno à França era opção para alguns, porém nem sempre desejada ou acessível a todos.

A cidade estava em franca mutação. Governo e iniciativas particulares atrelavam-se nessas empreitadas.

> O desenvolvimento de uma pujante riqueza gerada pela economia do café proporcionaria condições para que empresários, alguns deles fazendeiros, se mostrassem interessados em expandir seus negócios, ingressando em atividades econômicas urbanas. Graças à farta distribuição de concessões de privilégios feita pelo governo, puderam os representantes desse novo setor empresarial explorar rendosos serviços urbanos numa Capital quase totalmente desprovida de infraestrutura. Seriam assim organizados, ao longo dos decênios de 1870 e 1880, vários serviços públicos: o transporte coletivo (1872); a rede de água e esgotos (1883); o telefone (1884); a luz a gás (1872) e a luz elétrica (1888)[112].

Em algumas dessas facetas os franceses tiveram participação. O engenheiro civil Eusébio Steveaux formado na *École des Pónts et Chaussées* de Paris, morador com a sua família em um sítio em Roque[113], passou a prestar serviços de obras públicas para a Província. Em 1877 foi designado para "transformar a antiga Casa de Câmara e Cadeia na sede da Assembléia Provincial e Câmara Municipal, reforma como sabemos inspirada na Renascença francesa"[114]. Desde essa obra até 1885, quando pediu afastamento do serviço público, "Steveaux assumiu total controle da arquitetura oficial paulista erguida na Capital, remodelando velhas propriedades governamentais ou construindo novas obras públicas

---

[111] APESP. Escritura de Transferência. Livro nº 70, fl. 235v, 236, 236v.
[112] CAMPOS, Eudes. São Paulo: desenvolvimento urbano e arquitetura sob o Império In: PORTA, Paula (org)...op. cit., p. 219.
[113] APESP. Escritura de hipoteca. Livro nº 65, fl. 116.
[114] CAMPOS, Eudes. *Arquitetura paulistana sob o Império*. São Paulo, 1987. Tese FAU-USP, p. 266.

(Palácio da Presidência, 1881-1886; Secretaria de Fazenda, 1881, deixada inconclusa; novo portão do Jardim Público, 1881-1883; e Faculdade de Direito, 1884-1885)"[115].

Campos Eudes chega, inclusive, a aventar que Martin, idealizador do Viaduto do Chá, foi tão só dono da idéia, dado que para desenvolvê-la, no entanto, solicitou a Steveaux que o fizesse, concebendo este o *boulevard* sobre arcos de pedra em 1880[116]. Com o *savoir-faire* que detinha, foi ainda vice-presidente do Clube Paulista de Engenharia e Indústria e, em 1884, professor de desenho geométrico no Liceu de Artes e Ofícios[117].

Em realidade, essas mudanças foram paulatinamente gestadas. Já em 1865, o empreiteiro Parfait Engallie oferecia seus serviços nas mais diversas posições como: mestre de obra, pedreiro, canteiro, carpinteiro, marceneiro e serralheiro[118]. Tarefas plurais. 'Pau para toda obra'.

Marcelino Gerard chegou a São Paulo em 1840. No Almanaque de 1857 e no Memorial Paulistano para o ano de 1866, designava-se respectivamente como "emprezario de calçadas" e "empreiteiro de obras". Na sua Chácara da Água Branca tinha uma fábrica de telhas e tijolos e, para comercializá-los, dispunha de uma casa na Rua do Rosário, nº. 7, onde também "se fornece tijolo, telha, cal, pedra e mais materiais para construção"[119], além de "quem pretender empreitar obras de pedreiro, carpinteiro, pintor, aterros, escavação, etc. pode dirigir-se a mesma casa onde lhe serão dados os necessários esclarecimentos a respeito"[120].

A chácara da Água Branca ficava na Freguesia de Santa Ifigênia e era composta de "casas de morada, capelas e os pertences dela, olaria de fábricas de telhas e tijolos, com fornos e ranchos cobertos de telhas, estrebarias, senzallas e pomar"[121]. O que se sabe

---

115 CAMPOS, Eudes. São Paulo: desenvolvimento urbano e arquitetura sob o Império In: PORTA, Paula (org)...op. cit., p. 219.
116 CAMPOS, Eudes. Arquitetura paulistana...op. cit., p. 274.
117 Almanaque Administrativo, Commercial e Industrial para o anno de 1884.
118 APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 28 de abril de 1865.
119 APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 12 de julho de 1862.
120 Ibidem.
121 APESP. Obrigação de divida, hipoteca e penhor. Livro nº 57, fl. 171, 171v.

porque, em 1866, Gerard devia ao compatriota Celestino Bourroul e para garantia teve que hipotecá-la[122].

Marcelino vendia materiais de construção, como também as empreendia. Em 1860, por exemplo, reconstruiu a Ponte Grande, às margens do Rio Paraíba, no interior da Província[123].

Desde 1844, as autoridades provisórias mostraram interesse na iluminação. Foi assim, então, que nessa gestação de melhorias da cidade, apareceu Afonso Milliet, agente consular da França o qual, em 1847, propôs iluminar a cidade por meio de um sistema a gás hidrogênio. "Os serviços de Milliet foram contratados para iluminar São Paulo por cinco anos, com obrigação de funcionamento de 160 lampiões (...) a iluminação, especificavam os termos contratuais, deveria durar toda a noite, '*exceção das horas, em que a lua estiver fora, ou no horizonte*'"[124].

Um pouco mais à frente, em 1861, Camilo Bourroul, o botica, irmão do proprietário de lojas de fazendas Celestino Bourroul, firmou contrato com a Província para iluminar a cidade durante 10 anos. Com "azeite resinoso fotogênico", dizia conseguir fornecer uma "luz mais viva, branca e melhor em densidade", ademais de oferecer, e além dos já existentes, e às suas custas, 37 lampiões, com seus respectivos braços de ferro e postes para serem colocados nas ruas e praças. Também propôs iluminar 3 salas internas do Palácio e os corredores da Tesouraria, totalizando 246 "lâmpadas internas"[125] cujos desenhos e modelos seriam escolhidos e encomendados da Europa.

Esse fator mostra que alguns imigrantes franceses, em troca de réis, acabavam por ser múltiplos em seus encargos, desempenhando diferentes papéis em São Paulo.

---

[122] Ibidem.
[123] MARTINS, Antonio Egydio...op. cit., p. 438.
[124] BARROS, Gilberto...op. cit., p. 504.
[125] Proposta de Camilo Bourroul ao governo em 16 de dezembro de 1861 apud MARTINS, Antonio Egydio...op. cit., p. 460.

Outro âmbito, o dos transportes, também teve as suas mãos. Desde as estradas de ferro até a locomoção interna da cidade, contaram com franceses. Eusébio Stevaux foi o engenheiro responsável pela Estrada de Ferro Sorocabana. Já Willian Burnett foi inspetor geral e contador da Companhia Estrada de Ferro São Paulo e Rio de Janeiro, e secretário da Companhia Bondes do Tremembé[126]. Somente em 1872 foi dado início "às primeiras linhas de bondes à tração animal que iam da Rua do Carmo à Estação da Luz e, em 1877, à Estação Norte. Em 1866, inaugurou-se o trem a vapor Santo Amaro, partindo da Liberdade, enquanto os bondes a tração animal serviam os bairros mais antigos como Santa Ifigênia, Santa Cecília, Consolação e Mooca"[127].

Enquanto isso, outras formas de locomoção se processavam. O aluguel de carros e túlburis era um deles. Em 1866, quem fosse à Rua São Bento, n.º13, podia contar com o serviço de Auguste Naret[128]. Para ir à Penha, com partida do Largo São Francisco, a diligência de George Greiner cobrava 2# a ida, e 2# a volta[129] e não se limitava somente a isso. Greiner também fazia viagens de São Paulo a Santos e vice-versa. Marcava os dias e os horários. Em geral, o ponto de saída era a esquina da Rua do Ouvidor com o Largo São Francisco, e o começo da jornada, empreendida cedo, às 5h da manhã, acompanhando "a diligência um carro para a bagagem dos passageiros"[130].

Com o crescimento da cidade e a fluidez da população, a demanda por locomoção aumentou, de maneira a se tornar um veio para a atuação dos franceses.

---

126 Almanaque Administrativo, Commercial e Industrial para o ano de 1884.
127 HOMEM, Maria Cecília....op. cit., p. 65.
128 Memorial paulistano para o ano de 1866.
129 APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 10 de setembro de 1865.
130 APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 05 de fevereiro de 1865.

IV. 3 - Aprendendo "boa educação" e "bons modos": língua francesa, professores e escolas.

Sem dúvida, no âmbito das idéias, do comportamento e inclusive do comércio, com a intensificação das importações à medida que o século XIX transcorria, a influência francesa se acentuou e a presença dos imigrantes conferiu a esse aspecto maior substância. Amalgamavam-se dois tipos de influência: "o primeiro é aquele exercido unilateralmente e à distância, resultado do processo imperialista; o segundo é aquele concretizado pela presença de indivíduos de origem estrangeira, fisicamente presentes, portadores de uma vivência outra, trazida de suas experiências culturais anteriores"[131]. E este último processo, como atesta Barbuy, não era unilateral porque existia interação, trocas culturais que faziam com que o imigrante deixasse de ser "propriamente estrangeiro para tornar-se um novo componente nacional" [132].

Contudo, no imaginário da segunda metade do oitocentos, mesmo que de maneiras diferentes, a população paulistana em sua diversidade – fossem as elites, camadas médias, as remediadas e menos abastadas e até os escravos e libertos – travava contato com a imagem produzida da França enquanto "civilização" e de seus nacionais como "agentes civilizadores". Nos anúncios, como evoca Viotti, é nítido "o prestígio com que contam as coisas e as pessoas vindas da França. Todo artigo fica imediatamente valorizado se a ele ajuntar-se a rubrica 'vindo de Paris' (!) Todo artesão adquire especial prestígio se for francês" [133].

Civilização era palavra de força que representava o processo de modernização em movimento. O substantivo *civilisation* implicou, desde a sua aparição na França da época do

[131] BARUBY, Heloisa...op. cit., p. 94.
[132] Ibidem, p. 95.
[133] VIOTTI, Emilia...op. cit., 291.

Iluminismo, na "idéia do impulso e do movimento em direção a determinado fim" [134]. O que significava que:

> a apreensão do movimento como marca dos novos tempos projetava a necessidade de uma atuação continuada contra imobilismos e ativismos nos países penetrados pelo capitalismo europeu. Por conta de propostas de mudança, dessa maneira, tradições seculares passaram a sofrer o peso da interdição por serem consideradas obstáculos ao alcance de um novo patamar no concerto das nações, o mais próximo possível das sociedades que, na Europa, lideravam os processos de avanços nos campos econômico, social, político e cultural[135].

No Brasil, em particular, essa acepção focava-se justamente nas tradições do passado colonial. A busca da "civilização" tinha por discurso o combate às marcas portuguesas e africanas[136]. Para o caso de São Paulo, com a urbanização cuja mola dinamizadora foi também o comércio, a elite cafeeira passou a adotar práticas e representações da burguesia como classe dominante[137]. A maior parte dessas famílias era vinculada culturalmente à França para onde empreendiam viagens e mandavam seus filhos com o fito de estudar, porque na ótica burguesa – impregnada na própria burguesia francesa – o sucesso da linhagem na perpetuação da família era imprescindível.

> Tornara-se hábito entre as famílias de grandes posses enviarem seus filhos para completarem seus estudos nas Universidades francesas. Esses jovens formavam seu intelecto na França e adaptavam-se durante os anos de estudos aos costumes franceses. Ao voltarem à pátria, traziam toda uma série de hábitos profundamente enraizados. Sua mentalidade sofrera a pressão dos moldes franceses, formara-se sob o calor dessa cultura, ficara marcada pelo resto da vida (...). Passaram eles a ocupar no meio em que viviam a posição de divulgadores da cultura francesa[138].

Entretanto, há que se levar em consideração que esse amálgama adquiria aqui tônus peculiares, dado que no mundo do café havia um universo rural cujo caráter não deixava de estar presente. Ademais, São Paulo tinha um outro contexto que não era o da França, o que demandava, portanto, traços próprios de penetração dessa influência. Tratava-se de representações, modos de comportamento baseados nos europeus e, em especial, nos franceses que, consciente ou inconscientemente, se infiltravam nas classes dominantes.

---

[134] MENEZES, Lená Medeiros de. A emigração nos anúncios de jornais do Rio de Janeiro: facetas parisienses do sonho civilizatório. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla. *Entre a Monarquia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia.* Rio de Janeiro; EdUERJ. No prelo.
[135] Ibidem.
[136] Ibidem.
[137] HOMEM, Maria Cecília...op. cit., p. 17.
[138] VIOTTI, Emília...op. cit., p. 302.

Então, "uma série de discursos e a exibição de signos e aparatos teatralizavam a vida social, levando a crer que a aparência vale pela realidade"[139]. Por essa ótica, ser civilizado "era ser educado e levar a vida conforme as metrópoles européias, entre as quais não podia faltar Paris. Numa palavra era levar uma vida elegante"[140] e essa concepção foi sendo gestada ao longo da segunda metade do XIX, adentrando o século XX com a chamada *Belle Époque*.

Higiene pessoal, indumentária e composição do espaço doméstico (enquanto móveis e outros artefatos) franceses eram componentes dessa *civilité*. E os que não estivessem nos parâmetros desse "viver elegante" eram crivados por olhares discriminatórios que os colocavam em patamares de inferioridade e alijamento social. Nesse critério, estavam inseridos "o mundo caipira, os negros, o passado colonial e o próprio povo"[141]. "Povo" esse, do qual, paradoxalmente, faziam parte os franceses, porque uma minoria vinha com o *savoir-faire*. Por outro lado, a maioria aproveitava das oportunidades que a influência cultural francesa abria nos âmbitos dos negócios e serviços, e improvisavam seus papéis, adaptavam-se, atrelando-se a essa questão de identificação cultural com a terra natal, mas, sobretudo, para suprir as próprias necessidades de sobrevivência. Eram modestos artesãos, simples comerciantes que, apesar de vistos como representantes dessas faíscas de civilização e possuírem esse status, com os réis que amealhavam, não tinham condições de ter o dito "viver elegante", eram tão só intermediadores.

Claro que não se pode deixar de lado figuras como o dito Jules Martin, o livreiro Garraux, o professor e pianista Gabriel Girandon e o engenheiro Euzébio Stevaux – nomes estrangeiros transpassados, de maneira errônea para o português era prática comum. Por outro lado, ao longo dessas linhas apareceram outros franceses irradiadores também de

---

[139] Ibidem.
[140] Ibidem, p. 55.
[141] Ibidem, p. 60.

influências, com formação técnica menos acurada ou adquirida na própria São Paulo através da experiência, verdadeiros "figurantes mudos" em meio à concepção incorreta de que a imigração francesa era exclusivamente de "elite". Tanto que ser civilizado, e aqui está se aludindo às mudanças paulatinas e a formação da elite paulistana – se bem que outros estratos populacionais interagiam com esses ideários, só que de maneira própria – "era ter *civilité*, ou boas maneiras, saber e praticar a etiqueta, conter as emoções e ser polido. Era falar corretamente e vestir-se conforme a moda"[142]. Isso enquanto teoria, porque a prática não era tão linear assim, especialmente entre os próprios imigrantes franceses, conforme atestam os processos crime.

No século XIX, o francês adquiriu status de "idioma universal, língua das cortes, da literatura e da ciência"[143]. E, em São Paulo, conformava destaque nos estudos de rapazes, porém em particular no de moças que, dominando o idioma, assim como o piano, continham um diferencial "no mercado casadoiro" e na sociedade em geral. Fazia parte da boa educação.

Era corrente o aprendizado ser dar em casa através de preceptores. Segundo as memórias de Maria Paes de Barros, que viveu nesse período, "enquanto a gramática francesa era decorada a fundo, limitava-se o ensino de português a minguados estudos do pequeno volume da *Enciclopédia*"[144]. Tanto foi assim, que franceses (as) eram procurados em anúncios de jornal para tal mister: "Preciza-se de uma pessoa francesa para ensinar conversação e gramatica francesa. Rua do Rosário, 33"[145]. Ou o próprio imigrante se oferecia. Marie Rochat "tendo resolvido estabelecer a sua residencia nesta capital" anunciou lecionar a língua francesa em casas de família, destacando a importância de seu conhecimento que "é tão util para o cultivo das lettras, como indispensavel para o

---

142 HOMEM, Maria Cecília...op.cit., p. 55.
143 Ibidem.
144 BARROS, Maria Paes. No tempo de dantes In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Ateliê editorial; UNESP. Imprensa Oficial do Estado; Secretaria de Estado da Cultura, 1998, p. 94.
145 APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 20 de julho de 1870.

individuo maior ou menor, que na boa sociedade não deseja ficar inferior aos que receberão uma perfeita educação"[146]. Também havia "uma senhora franceza desejando dar algumas lições de bordados e de diversos trabalhos femininos, assim como lições de francez espera merecer a coadjuvação dos senhores paes de familias. Para informações em casa de Madame viúva Genin"[147].

Aproveitando-se da condição de francesa, de dominar o idioma e bordado, o que era comum as meninas aprenderem desde pequenas na França[148], essas imigrantes também buscavam trabalho. E, por vezes, como nesse caso, com a ajuda de compatriotas – era na casa de negócios da viúva Genin que as pessoas interessadas podiam se informar. Não era improvável que ela a estivesse acolhendo em sua morada enquanto não dispusesse de condições. Outra faceta desse mesmo processo, que se coadunava com a expansão da influência francesa, era o aprendizado da língua, o circular de livros, dos mais diversos temas, e revistas da França, vendidas no comércio local, não só por franceses.

Estevão Leão Bourroul – realmente versado em seus conhecimentos – propunha-se além de ministrar aulas de língua francesa, encarregar-se "por preço commodos (...) de ensinar historia universal, elementos da lingua grega e geografia"[149].

Em outro seguimento do saber, Colégios e Seminários foram fundados por franceses (ou italianos?) na Província de São Paulo no decorrer da segunda metade do XIX. Apesar de que as transformações que propiciaram seu desenvolvimento já vinham ocorrendo desde a época da independência. No período imperial, a Igreja foi lentamente se afastando do catolicismo luso-brasileiro, e passando a estreitar os laços com Roma. Por seu turno, as mudanças advindas com o surto cafeeiro, e a chegada de imigrantes, faziam com que alguns questionamentos viessem à tona: "Como conseguir padres que mantivessem a

---

146 APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 03 de janeiro de 1865.
147 APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 02 de julho de 1875.
148 "Riscar o tecido, tricotar e os rudimentos do corte e do bordado são aprendidos logo cedo e praticados em casa à noite ou ao ar livre". ROCHE, Daniel. *A cultura das aparências*. Uma história do indumentário (séculos XVII e XVIII) São Paulo: SENAC-SP 2007, p. 272.
149 APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 23 de novembro de 1875.

fé católica desses imigrantes e, ao mesmo tempo, formassem mentalidade renovada junto à população nativa?"[150]. Nessas dúvidas ainda pairavam as problemáticas da má conduta e do pequeno número de padres por habitante. Parecia que o "remédio definitivo" era a construção de um Seminário. Com a aprovação da Assembléia Legislativa Provincial, em novembro de 1856 foi erguido o Seminário de Santo Inácio de Loyola, conhecido como Seminário Episcopal, cuja direção ficou sob os auspícios dos padres capuchinhos de Savoie, os padres "barbudinhos"[151], que ali permaneceram até o ano de 1887, e só não perduraram mais, segundo Viotti, por um escândalo havido com um dos frades[152].

Professores de diferentes nacionalidades lecionavam no Seminário Episcopal. O francês, padre Carlos Terrier em Teologia Dogmática e Doutrina Cristã; o prussiano Henrique Schöffer em Aritmética; o frei Germano d' Annecy em Matemáticas Elementares e Física, oriundo de Savoie; e, dentre outros, o frei Eugenio de Rumilly em Aritmética, Inglês e Francês, o qual, em 1866, e adentrando a década de 70, foi também reitor[153].

No "Album Publicação Commemorativa do 1º Quinquagenario da Fundação do Seminário Episcopal de São Paulo", publicado em 1906, sobre Rumilly era colocado: "Saboiano de origem não tanto pela annexação politica de sua pátria, como por um amor enthusiasta para com a França"[154]. E Viotti complementa, "foram eles também ativos propagadores da cultura francesa no meio paulista. No seminário que fundaram eram aceitos não somente meninos que pretendiam seguir a carreira religiosa, como outros alunos que quisessem apenas instruir-se"[155]. O público, então, não era formado apenas por candidatos à carreira eclesiástica, porém tinha caráter mais amplo, a ponto de que vários rapazes dali rumaram para a Academia de Direito com influência curricular francesa.

---

150 SOUZA, Nery de (org.). *Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 293.
151 SOUZA, Nery de (org.) op. cit., p. 298.
152 VIOTTI, Emilia...op. cit., p. 295.
153 Cf. Memorial Paulistano para o ano de 1866; Almanach Litterario Paulista para 1876.
154 ACMSP. *Polyanthea. Album Publicação Commemorativa do 1º Quinquagenario da Fundação do Seminário Episcopal de São Paulo*. São Paulo, 1906, p. 7.
155 VIOTTI, Emilia...op. cit., p. 295.

Para a educação feminina, igualmente voltaram-se os olhares do Governo e da Igreja da Província. Em 1856, o primeiro bispo brasileiro de São Paulo, Dom Antonio Joaquim de Melo, o qual teve a iniciativa de chamar os padres capuchinos para a fundação do Seminário Episcopal, deixou nas mãos de Rumilly os cuidados necessários para a formação de um colégio para meninas. Itu foi a cidade escolhida para instalação do seu estabelecimento – esta também era a cidade natal do dito Bispo. Uma vez tomada essa decisão, o frei Rumilly entrou em contato com as religiosas da Congregação das Irmãs de São José sediada em Chambéry, capital do Departamento de Savoie, região que até então pertencia ao Piemonte na Itália e só foi anexada à França em 1860.

Feitos os acordos, em junho de 1858 partiam as primeiras missionárias cujo roteiro de viagem fora o seguinte: Chambéry – Lyon – Paris – Havre – Rio de Janeiro – Santos a São Paulo, em liteiras conduzidas por mulas – São Paulo a Itu, em carros de boi oferecidos pelo francês Certain, morador da cidade de São Paulo, então inspetor responsável pela estrada que ia dessa cidade a Itu.

Em outubro daquele ano chegaram as primeiras irmãs. Foi também saída do Havre e natural de Chambéry que a madre Maria Theodora Voiron chegou a Itu em 1859 para, meses mais tarde, fazer parte da fundação do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio das Irmãs de São José. Com participação ativa, não deixava de viajar correntemente à França, onde angariava mais missionárias e não só com o intuito destas se dedicarem ao colégio, mas também firmar contrato para assumirem a enfermaria na Santa Casa de Itu.

Viotti comenta que

> muitas moças de boas famílias paulistas passaram nesse colégio boa parte de sua meninice. Aí formaram sua personalidade sob a direção dessas irmãs. Os programas de estudos e a orientação do ensino eram dados pela superiora – Madre Theodora. Num curso de 7 anos aprendiam as alunas: caligrafia (francesa logo se vê), geografia, história, francês, aritmética, geometria e história natural, num *curriculum* muito semelhante ao adotado em França nessa mesma época. Além dessas matérias, aprendia-se coisas mais práticas como: trabalho de agulhas, *tricot*, *crochet*, etc. ... As irmãs não perdiam a oportunidade para ensinar bons costumes e as tradicionais maneiras francesas. Nos recreios era costume as alunas cantarem em 'brinquedos de roda', canções tipicamente francesas como *Frère Jacques* (...). Essas canções aprendidas na infância, serviam depois de baladas de ninar que aquelas meninas, então já

> moças cantaram para seus filhos. Para encher as horas de lazer, podiam as alunas comprar livros de história, como *Le livre de la jeune fille en vacance*, e muitos outros que faziam sucesso entre elas. Esses livros, na quase totalidade franceses, por essa mesma época deliciavam as crianças na França[156].

A despeito dessas colocações - e de Savoie encontrar-se em fronteira com a França quando pertencente à Itália, fator este que pode ter auxiliado à migração de modos e costumes franceses - é questionável que pessoas advindas dessa região, de um momento para o outro, e só por uma questão de deslocamento de fronteiras, tenham perdido as heranças de sua terra natal, qual seja, a Itália. Seus falares, seus trejeitos, por mais que culturalmente a França fosse dominando espaços, certamente não foram esquecidos.

Em 1870, as Irmãs de São José expandiram ainda mais seus horizontes. A Escola Normal de Meninas, ou seja, o Seminário das Educandas de Nossa Senhora da Glória em São Paulo, pertencente ao governo da Província, passara a sua direção. Mesgravis aponta que "tanto os seminários da Glória para as meninas e o de Santana para os meninos, eram seminários-escolas internas destinadas aos filhos de militares pobres e aos expostos da Mizericórdia"[157].

Voltadas até então a esses setores específicos da população, com a mudança de orientação, ocorreu um aumento da procura. Se em 1870 havia 43 meninas, quatro anos depois esse número subiu para 100, e faziam parte do contrato inicial as especificações discorridas abaixo:

> a direção moral, religiosa e litteraria do seminário ficará inteiramente confiada ao zelo da superiora e de suas Irmãs que se regerão por um regulamento interno assinado sobre as seguintes bases: 1. Instruir as orphãs no catecismo, grammatica portugueza, historia sagrada, arithmetica, geographia. 2. Ensinar a costura, remendos, pontos de meias e todos outros quaesquer serviços de agulha. 3. Inicia-las, em geral, em todas as prendas domesticas proprias da condição de orphãs[158].

Enfim, papéis típicos que se queria incutir às mulheres também através da educação. Entretanto, os trabalhos não pararam por aí. Em 1871, percebendo o andamento

---

[156] Ibidem, p. 294-295.
[157] MESGRAVIS, Laima... op. cit., p. 107.
[158] Secretaria do Interior do Estado de São Paulo. Relatório apresentado ao o Exmo. Snr. Dr. Washington Luis Pereira de Sousa, pelo secretário do Interior Alarico Silveira, ano de 1922 apud FERNANDES, Antonia...op. cit., p. 180.

da Santa Casa de Itu, Antonio da Silva Prado, o Barão de Iguape e célebre irradiador da cultura francesa em São Paulo, na época também provedor da Santa Casa de Misericórdia da capital da Província, não só convidou, como contratou as Irmãs de São José para assumirem os serviços assistenciais do hospital.[159] Nove anos depois, ao lado da Santa Casa de São Paulo, na Rua da Glória, com apenas três alunas, deram início ao externato de São José, este destinado à educação de meninas de famílias mais abastadas[160].

IV. 4 – Ao som dos acordes e do piano: os franceses e a música.

Formatado: Recuo: Primeira linha: 1,25 cm

Outra faceta de atuação francesa foi no âmbito da música. Compondo, vendendo partituras, ou dando aulas de piano, alguns franceses tinham o seu lugar. Jules Martin, por exemplo, imprimia em sua litografia partituras e composições nas quais havia "não somente a presença de circunstância ou caráter sentimental, mas trabalhos que indicavam posicionamentos no sentido mais estritamente político, às vezes ligados a causas muito bem delineadas, como a luta em favor da Abolição e da República"[161]. Utilizando também as suas habilidades de desenhista, fazia capas para músicas. Segundo Gonçalves, "ricas em detalhes, as capas de Martin por vezes ousam incorporar a cor em alguns de seus elementos. Tratava-se efetivamente de uma ousadia, pois a cor passaria a ocupar uma maior extensão das capas apenas na virada do século, já dimensionadas nas formas de apresentação visual típicas da Belle Époque"[162].

Componente desse quadro em que se inseria o comportamento burguês era o piano. "Instrumento por excelência do século XIX, evocativo da cultura musical dos

[159] SOUZA, Nery de. (org.) op. cit., p. 42.
[160] Cf. SOUZA, Nery de (org.). *Catolicismo em São* ... op. cit. p. 293.; FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. *Memórias de* ... op. cit., p. 170..
[161] GONÇALVES, Janice. *Música na cidade de São Paulo (1850-1900)*: o circuito da partitura. São Paulo, 1995. FFLCH-USP, p. 56.
[162] Ibidem, p. 66.

moradores"[163] ou como afirma Oliveira, "um dos principais símbolos do modo de vida civilizado e culto"[164]. Entretanto, por ser demasiado caro, era acessível a poucos. Sem dúvida, tocar esse instrumento era peça importante na diferenciação de status social das "moças de família" e fazia parte de sua educação, pois "o estudo da música moldava a boa índole com base na disciplina e na sensibilidade"[165].

A maior parte dos pianos comprados na São Paulo oitocentista tinha como destino o uso doméstico nas casas de elite. "As complexidades do instrumento obrigavam os pianistas, ou candidatos a este posto, há muitas horas diárias de dedicação e estudo solitário. Estudo necessariamente doméstico, consideradas as dimensões do instrumento e as dificuldades inerentes a seu deslocamento e transporte"[166].

Na França do século XIX,

> nada era mais espiritual do que a música, mas a forma característica em que ela entrava no lar burguês era o piano, um aparato excessivamente grande, rebuscado e caro, mesmo quando reduzido – para o benefício de uma cama da mais modesta, aspirante a valores burgueses, à dimensões mais manuseáveis de piano de parede (pianinho). Nenhum interior burguês era completo sem ele. Todas as filhas diletas da burguesia eram a obrigadas a praticar escalas sem fim naquele instrumento[167].

Gabriel Girandon era compositor, pianista e professor. Dava aulas a homens e mulheres. Tanto que um de seus discípulos, Antonio Ferreira de Moraes já se prontificava, em 1862, a dar lições de piano com a aprovação de Girandon, o qual fazia questão de publicar: "certifico que o Sr. A. F. de Moraes, meu discipulo se acha habilitado para dar lições de pianno; porque possui tres qualidades indispensaveis para um bom professor, a saber: paciencia, theoria musical; e o amor à arte. Em abono do que passamos o presente e firmamos com a nossa signatura"[168].

---

[163] HOMEM, Maria Cecília...op. cit., p. 29.
[164] OLIVEIRA ... op.cit., p. 331.
[165] GONÇALVES, Janice...op. cit., p. 193.
[166] Ibidem, p. 109.
[167] BRESCIANI, Maria Stella M. (org.). *Imagens da cidade – séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero/FAPESP, 1994, p. 243.
[168] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 17 de dezembro de 1862.

Já com relação às suas aulas propriamente, o francês as cobrava por mês, o que significava 8 ou 9 lições, "segundo a extensão do mez"[169] por 20#. Nos dias de festa, as lições também eram dadas e cobradas, comparecendo o aluno ou não. Em 1875, percebe-se quais eram os veios a que se direcionavam suas lições para além do piano ou vinculados a ele: canto, harmonia prática e contra-ponto. E nessa época, não só não aceitava mais principiantes, como seus preços foram modificados e tabelados:

> Piano – lições de estylo e de aperfeiçoamento por mez – 30#.
> Piano – lições de acompanhamento - 25#.
> Canto – italiano e francez – 8 lições – 32 #.
> Harmonia aplicada ao piano ou theoria dos accordes e de suas transmulações – 35#.
> Contra-ponto ou harmonia transcendente – 40#[170].

Sua trajetória passou pelo Rio de Janeiro antes de São Paulo, porém foi nesta última cidade, onde faleceu em 1906 aos 76 anos de idade, que se deu a maior parte de sua atuação. Dedicava-se à música em suas várias nuances e também fazia apresentações por preço acessíveis. O que faz pensar que não somente a elite o acompanhava, mas igualmente as camadas médias e porque não, as remediadas. Por exemplo, em um domingo de 1865, no Hotel das 4 Nações, a cantora italiana, Mme. Guillemet – percebe-se que a forma de tratamento francesa *Madame*, que aplicava-se a senhoras de diferentes nacionalidades, tornara-se comum – se apresentou 4 vezes na mesma noite, coadjuvada por Girandon. E a entrada era gratuita, "so serão os frequentadores obrigados a tomar alguma bebida ou comestivel"[171].

Ademais, suas composições eram vendidas no comércio. E aí entra outro francês, Henrique Luiz Levy, que inicialmente negociava jóias em seu *Ao Bouquet de Brilhantes*. Já a partir de 1865, além das jóias, vendia diversos outros artigos. Dentre os quais, passaram a ser tradicionais, como partituras e instrumentos musicais. Em julho desse ano anunciava a "polka elegante op. 51 dedicada ás jovens pianistas paulistas por G. Girandon, preço

---

[169] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 08 de abril de 1865.
[170] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 31 de dezembro de 1875.
[171] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 05 de fevereiro de 1865.

1#500"[172] e no mês seguinte um Hino, para piano e canto, feito pelo mesmo Girandon, denominado de "Voluntários da Pátria" em apologia à Guerra do Paraguai. O que vem mais uma vez a atestar que o imigrante tinha raízes voltadas a sua terra natal, mas não deixava de interagir, amalgamando características do lá e do cá, emitindo opiniões e emoções no contexto em que vivia.

Levy tinha exemplares para gostos variados, contemplando desde as composições nacionais às partituras importadas, "novidades da Europa", quadrilhas, valsas, música para flauta, e até cordas para violão e violoncelos feitas na Itália, além, é claro, dos pianos expostos no salão da loja, os quais não só vendia como também alugava.

Para os seus misteres ocupava duas casas na Rua da Imperatriz, as de número 31 e 34. Casas essas que como diversas outras existentes na região do triângulo (ruas Direita, São Bento, do Rosário, depois da Imperatriz), acabavam virando pontos de encontro, de sociabilidade, de longas conversas, até mesmo porque nota-se que ali eram realizados pequenos concertos e apresentações musicais, como em 30 de janeiro de 1870:

Espera-se hoje o afamado dueto

Rizzio e Maria na loja H. L. Levy[173].

Por essa época estava na mesma Rua da Imperatriz, só que no número 4, pois em um dos anteriores, já se encontrava instalada a costureira francesa Louise Paris. A instabilidade e o movimento dos negócios com tantas mudanças de endereço, denotavam a fluidez corrente na época. Girandon, por exemplo, tinha "a honra de participar as suas discipulas, assim como a seus amigos e conhecidos que acaba de mudar-se da rua do ouvidor para a rua da Casa Santa [sic]"[174].

E tamanho era o vulto dessas mudanças que até os Almanaques Paulistanos, dada a sua função, as salientavam. Veja-se,

---

[172] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 02 de julho de 1865.
[173] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 30 de janeiro de 1870.
[174] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 08 de agosto de 1865.

eram publicações feitas com um sentido básico, ou seja o de localizar os serviços da cidade, e nesses serviços estavam incluídos também todo o corpo burocrático e militar, as associações, irmandades, faculdades de direito, enfim, pretendia se dar um retrato do Estado ou da cidade, em suas instituições, comércio e serviços[175].

O Indicador de São Paulo para o ano de 1878 mencionava a dificuldade em abranger todas as casas comerciais, pois "a cidade cresce vertiginosamente e todos os dias se muda de endereço"[176].

Nessa área em que o piano ainda se destaca, apareciam a Mmle. Marie de Murs que dava lições de música na Rua São Bento[177], e o afinador de pianos, que se dizia ser da *Casa Erard de Paris*, Pautard, o qual também fazia consertos na travessa do Quartel[178].

IV. 5 – *Bienvenu* ao mundo da moda[179].

Na França, a burguesia saíra vitoriosa da Revolução de 1848. E a despeito de todas as problemáticas e disparidades sociais que traziam lacunas profundas entre essa camada e a população mais pobre, Napoleão III pintava uma tela na qual a nova ordem burguesa imperava absoluta. Um dos aspectos mais indicativos e agressivos dessa faceta foi o alijamento da "parcela indesejável" do centro de Paris com as transformações de Haussmman. Sem dúvida, a carência de suprir as necessidades mais básicas perdurava, a fome não desaparecera e as duras condições de trabalho do operariado transitavam no dia-a-dia, fora a mendicância. Mas, Paris, com seus belos jardins, arquitetura, e largas avenidas deveria "brilhar", e as exposições universais foram um meio para isso. Nessa visão, que se sobrepunha para além do Atlântico, Paris era a "esplendorosa" capital do luxo e da moda. A "Meca da Moda". E essa construção que se concretizava nas indústrias, mas também nas pequenas oficinas artesanais, arrecadava milhares de francos através da exportação.

---

175 OLIVEIRA, Maria Luiza...op. cit., p. 279.
176 Indicador de São Paulo Administrativo, Judicial, Industrial, Profissional e Commercial para o anno de 1878.
177 APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 23 de novembro de 1862.
178 APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 17 de abril de 1875.
179 Entende-se por moda o uso passageiro que regula a forma de vestir e se comportar.

Firmava-se a influência francesa, no sentido do comportamento e das maneiras burguesas de ser. E entre esses elementos estavam as roupas, o cabelo, o falar. "Das vestimentas, a moda estender-se-ia à maneira de andar e de cumprimentar, além de cuidados com o rosto, o corpo e os cabelos. Seria desta maneira ampla que, no século XIX, ela invadira o mundo que se colocava para além das cortes e da nobreza, definitivamente vinculada à França e a Paris"[180].

Franceses e francesas, por iniciativa própria - o que significa não vinculada a um viés estatal - com o *savoir faire* ou com a improvisação, acabavam por fazer parte de um processo de difusão de bens culturais e simbólicos, transmutando por meio de seus ofícios um viver burguês que, por vezes, nem eles mesmos tinham condições de ter, mas serviam de intermediadores. Tudo isso em um globo indicativo de que, no plano das relações culturais, o caminho para um viver civilizado passava, necessariamente, pela França[181]. Em São Paulo essas questões também aparecem na instigação do comércio e dos serviços. Era o comércio do supérfluo que aguçava

> a moda e a transformava em elemento de sociabilidade na cultura moderna. Esta atividade impõe comportamentos, estabelece normas estéticas e dinamiza um setor importante da economia, liderado pelas indústrias de bem de consumo, além, é claro, de incentivar a importação de produtos provenientes dos grandes centros de cultura de Paris, especialmente[182].

A moda francesa ditava as regras do traje feminino, assim como, de maneira menos apelativa nos anúncios, do masculino. Vestidos, sapatos, luvas, chapéus e outras quinquilharias[183]. "A mulher paulista de uma certa classe veste-se e calça-se de acordo com a moda parisiense"[184]. O consumo desses artigos era envolto em um universo de status e

---

[180]MENEZES, Lená Medeiros de. A emigração nos anúncios de jornais do Rio de Janeiro: facetas parisienses do sonho civilizatório. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla. *Entre a Monarquia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia.* Rio de Janeiro; EdUERJ. No prelo.

[181] Ibidem.

[182] DEAECTO, Marisa Midore. *No império das letras....* op. cit., p. 770.

[183] Lená de Medeiros explica que « quinquilharia » longe de ser um termo pejorativo, posteriormente foi substituído nos anúncios por "preciosidades". MENEZES, Lená Medeiros de. A emigração nos anúncios de jornais do Rio de Janeiro: facetas parisienses do sonho civilizatório. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla. *Entre a Monarquia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia.* Rio de Janeiro; EdUERJ. No prelo.

[184] VIOTTI, Emilia...op. cit., p. 304.

ostentação. E tal era essa esfera cultural, que o memorialista Ernani da Silva Bruno chegou a afirmar que dois franceses, Estevão e Celestino Bourroul, foram os "introdutores do bom gosto na cidade"[185].

Não obstante esse quadro aqui delineado, não se deve esquecer que São Paulo era plural. Nessa cidade de meados do século, transitava pelas ruas um cadinho de pessoas: escravos, forros, mulheres e homens livres pobres, das camadas médias, e os mais abastados. Até mesmo as "reclusas" senhoras da "boa sociedade" já passavam a circular com suas escravas para irem às modistas, aos armarinhos, enfim, a essas casas comerciais para as quais estavam voltados os anseios de consumo.

A vida urbana facilitava os contatos, era difícil as pessoas alhearem-se uma das outras ou ao menos não se conhecerem de vista. Ademais, não só os franceses adentravam nessa brecha cultural em busca de novas oportunidades de trabalho e de vida. Nessa pré-imigração de massa, antes da chegada maciça dos italianos, conviviam ingleses, alemães, suíços, até mesmo húngaros, em uma miscelânea de múltiplos falares, múltiplas culturas. "Ao entrar em grande parte dessas lojas, em pelo menos 30% delas ouviríamos, provavelmente, seus proprietários falando outra língua"[186].

São Paulo era múltipla em seus viveres e cada habitante tinha a sua maneira de sentir e de interagir nos diferentes e mesclados espaços. Em um processo vertical, a ordem burguesa propunha-se a redefinir os comportamentos, as relações sociais, os divertimentos e os hábitos. Porém, a cidade não se baseava somente nessa ótica. O conviver das mulheres e homens livres pobres, além dos escravos e libertos, colocava ao lume outros modos de vida. O das lavadeiras, das quitandeiras, dos meninos de recado, enfim, do vai-e-vem do trabalho informal o qual marcava o compasso da luta pela sobrevivência e justificava o caráter assistencialista da Santa Casa de Misericórdia[187]. E porque não pensar, tal como

---

[185] BRUNO, Ernani...op.cit., p. 699.
[186] OLIVEIRA, Maria Luisa...op. cit., p. 187.
[187] Cf. MESGRAVIS...op. cit.

ocorrera na França, que este último era um modo, coberto pelos véus da caridade, de minimizar as agruras do dia-a-dia e conter sublevações, pois seus provedores pertenciam à camada mais abastada, era deles que partia a iniciativa.

Maria Odila Dias desenvolveu um estudo sobre as mulheres livres pobres da São Paulo do século XIX e soube desvendar alguns de seus anseios. Parcela dessas mulheres eram detentoras de escravo, e embora "remediadas podiam apresentar-se precariamente, como senhoras brancas de escravos negros". Contudo, "moravam em casas de aluguel (...) inserindo-se mal-e-mal nas fímbrias das classes dominantes"[188].

As conversas, o circular de notícias com a oralidade, o próprio olhar ao transitar pelas ruas do chamado "triângulo", incitavam aspirações "da mulher branca que se inseria nas fímbrias das classes dominantes". Em uma economia baseada no crédito e em que nem todos os objetos confeccionados ou importados por franceses pressupunham grande valor, é possível que não só essas mulheres, como libertos e homens livres pobres circulassem por essas lojas. O que desmistifica os negócios franceses serem somente de elite, inacessíveis aos demais que, à sua forma, se inteiravam e entravam em contato com a cultura francesa.

> A economia dos múltiplos negócios permeou todo o cotidiano da pobreza, estabelecendo relações de compra e venda entre indivíduos pertencentes a todos os seguimentos da sociedade da época, senhores, cativos, libertos, pobres livres, trabalhadores e aqueles que os empregavam. Negociar era prática comum e criava sentidos próprios de viver, de relacionamento e de moral[189].

Ademais, o uso de chapéu e sapatos, por exemplo, para os recém libertos tinha tom de dignificação enquanto pessoa e de equiparação com aqueles que, por vezes, foram seus proprietários. E aí deve estar entremeado no imaginário, a liberdade como entrada no mundo do "civilizado" e, porque não, na simbologia do gosto europeu dos senhores, só que com peças mais simples, ou um pouco mais sofisticadas, guardadas como

---

[188] DIAS, Maria Odila Leita da. *Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 118.
[189] MOURA, Denise A. Soares de. *Saindo das sombras*: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Centro de Memória – UNICAMP/FAPESP, 1998, p. 60.

"preciosidades", dependendo dos soldos adquiridos e dos relacionamentos havidos com os comerciantes locais.

Mesmo para o fim do século, engana-se quem coloca que na São Paulo cosmopolita predominava o luxo e a elegância parisiense. Outras condições de vida se apresentavam o que, por outro lado, não significava, conforme o denotado, uma absoluta falta de interação com o universo francês, nem que fosse com um simples objeto ou ainda através das conversas e dos olhares ao caminhar pelas ruas da São Paulo de outrora. Pensamentos tinham o seu lugar, opiniões eram emitidas.

Justamente caminhando pela cidade da década de 1850, na Rua de Santa Tereza, podia-se topar com a primeira loja de armarinhos de um francês em São Paulo. Victor Marmotant anunciava desde os primeiros exemplares do Correio Paulistano, os mais variados objetos.

Não só em sua loja, mas em várias outras também, mesmo até os idos de 1880, não havia especialização do estabelecimento. Vendia-se de tudo um pouco, na medida em que a capacidade de consumo local ainda era relativamente pequena e, portanto, para atrair mais clientela, a diversificação de sortimentos era necessária.

Marmotant vendia, por exemplo, aqueles "remédios milagrosos" como elixir odontálgico e extrato vegetal para cabelos cujas propriedades eram várias. Existente tanto em pomada, como em líquido, este último servia para dar "lustro bonito e agradável", prevenir sua queda, com o adendo de fazer com que fios nascessem de novo, extrair caspas e para complementar, tingir os cabelos de loiro, castanho ou negro[190]. Além disso, o francês fabricava e consertava guarda-chuvas de seda, tinha papel de várias cores, luvas e meias. As tintas de escrever eram vendidas em garrafas, as de primeira qualidade por 1#000 e as de

[190] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 05 de janeiro de 1855.

segunda por 600 réis. Mas esses preços correspondiam somente ao líquido, as garrafas deveriam retornar[191].

Como já era de se esperar, em 1862, Marmotant saiu da Rua da Santa Teresa, e já na do Rosário, comercializava bengalas, bijuterias, chocolates e charutos[192]. Também oferecia seus préstimos como tintureiro e as habilidades de seu compatriota e genro Genin para a colocação de vidros em janelas e portas.

Inicialmente, Marmotant tinha uma sócia, a viúva francesa Margarida Reinil, a qual em agosto de 1860 vendeu a ele a parte que tinha no negócio. Genin, seu genro, que com ele morava e aparecia no Almanaque de 1857, no interregno desse ano até 1865, faleceu. A partir daí, sua filha Lucie ficou conhecida como viúva Genin. Em 1865, prevendo sua morte, Victor Marmotant redigiu de próprio punho o seu testamento em francês. Apesar de ter três filhas, deixou bem encaminhada a viúva Genin que, no mesmo ano, assumiu os negócios do pai. Marmotant que, provavelmente, já sentia as agruras de uma paralisia crônica, quis fazer essa transição. Três anos depois, em 1868, viúvo desde que chegou a São Paulo, faleceu aos 68 anos e foi sepultado no Cemitério Público[193].

Então, dando continuidade ao trabalho familiar, típico do universo europeu, Lucie anunciava que a antiga casa Marmotant, passava a se chamar Viúva Genin e Companhia (das duas outras irmãs), mas era ela quem encabeçava o negócio e avisava ao público, em junho de 1865, que sob essa forma ficavam os ativos e passivos da casa anterior[194]. Por algum tempo, ao publicar seu sortimento, como miçangas, tesouras, agulhas – logo objetos que se remetiam ao bordado, - além de ceroulas, camisas, meias e toucas para batizados, não deixava de colocar ao lado do endereço – na Rua da Imperatriz, n°. 12 – "antiga Casa Marmotant"[195], não só em alusão ao pai, mas também como referencial aos fregueses.

---

191 APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 10 de setembro de 1855.
192 APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 23 de junho de 1862.
193 ACMSP. Parochia da Sé. Óbitos de livres. 1864-1871. Notação 3.1.39, fl.112.
194 APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 17 de junho de 1865.
195 APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 23 de março de 1870.

Nos anos de 1860, já começava a aparecer uma simbiose entre os armarinhos e os trabalhos de costura. Igualmente na Rua do Rosário, onde havia uma maior concentração de estabelecimentos franceses em São Paulo (tal como a Rua do Ouvidor no Rio de Janeiro?), Mme. Corbisier, casada com o relojoeiro Augusto Joseph Corbisier, cuja casa ficava também na Rua do Rosário, porém em número diferente, foi outro exemplo de que a mulher francesa era empreendedora, não só ajudava no estabelecimento do cônjuge, como abrira o seu próprio e tinha:

"a honra de participar ao respeitavel publico desta cidade e da Provincia que acaba de receber directamente de Paris um bonito e variado sortimento dos seguintes artigos"[196]: chapéus e sapatos para meninos de 2 a 10 anos, o que denota um maior cuidado, apuro ao vestir as crianças; fitas; veludos; gravatas "as mais modernas", além de cachimbos; charuteiras e cigarreiras. Fora a bebida, o fumo era "elemento de gozo"[197] e sociabilidade dos que moravam em São Paulo. Nos momentos de descanso ou trabalho intenso. No entremeio das conversas e dos negócios aqui e ali. Fumar era elemento do viver social para os que o praticavam, e do viver econômico para aqueles que os vendiam.

Mme. Corbisier, também recebia de Paris ceroulas; colarinhos e punhos de linho e de algodão; camisas de lã e enfeites de flores para cabeça[198]. Enfim, um dos vieses de seu negócio era dar suporte a outros artífices, pois "acha-se transcelins, soutaches, e todo o armarinho para alfaiates e costureiras"[199].

Na fluidez dos negócios dentro do núcleo familiar, em 1880, a propriedade passava para as mãos de seu filho Corbisier Júnior que, por sua vez, pagava a francesa Maria Tardy para cuidar da direção da casa de Mme. Corbisier a qual, naquela época, já era conhecida como oficina de costura. Esperava-se "que as exmas. famílias se dignarão continuar a

---

196 APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 05 de fevereiro de 1865.
197 CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda apud PORTA, Paula (org.) op. cit., p. 277.
198 APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 12 de março de 1865.
199 APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 05 de fevereiro de 1865.

prestar da sua confiança a esta acreditada casa. Recomenda-se a exmas. senhoras, garantindo-se barateza, promptidão e elegancia dos seus trabalhos"[200].

Enquanto isso se processou, no Almanaque de 1866 Corbisier (pai) alardeava ser relojoeiro. Não obstante, a partir de 1870, pode-se especular que, pela dificuldade em pagar dois aluguéis, a casa comercial dos cônjuges se fundiu no mesmo endereço: Rua da Imperatriz (antiga do Rosário), 42. A diferença foi que ambos começaram a anunciar cada qual com seu nome, para a mesma casa; só que ele relojoeiro e ela modista e costureira. A única coisa em comum nos anúncios: os artigos diretos de Paris, como chapéus das mais variadas composições para crianças, senhoras e senhores, de palha, veludo, filó e pano. Estes de palha, por exemplo, deveriam ser acessíveis não só a elite paulistana, como também a outras camadas da população. De toda forma, a tal sortimento não deixava-se de agregar que veio "em diretura de Paris ao Porto de Santos pelo vapor *Brazilian*"[201], o que significava ressaltar o diferencial da mercadoria por ser européia e, especialmente parisiense, assim como imputar mais veracidade a esse fator com a menção agregada do vapor em que foi trazido.

Ali pertinho, na Rua da Imperatriz, outro casal de franceses sobrevivia na São Paulo do XIX, trabalhando juntos para o sustento familiar. Ambos nesse ramo articulado entre vestimenta e moda. Ela, Mme. Pascoal, modista e costureira. Portanto, em teoria, desenhava, criava modelos e os efetivava. Ele, João Batista Pascoal, alfaiate, tinha negócio de roupa feita na casa que denominava de *Au Prophéte* na Rua da Imperatriz, 21.

No número 9 da mesma rua, estava a francesa Adele D' Aubigny que já trabalhara em alguma outra casa de armarinhos e costura, pois era "bastante conhecida do respeitável público desta cidade"[202], quando resolveu abrir o seu próprio negócio, vendendo objetos de armarinho, perfumarias, garrafas, ornatos e enfeites para bailes, além de costurar. E, como

[200] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 02 de janeiro de 1880.
[201] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 13 de agosto de 1870.
[202] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 02 de janeiro de 1880.

não deixava de ser comum, inseria em anúncio um tom apelativo aos potenciais e antigos fregueses, e ao mesmo tempo a idéia de individualização pela concorrência de outras casas: "assegura que as pessoas que quizerem honrar-lhe com sua confiança serão tratadas com toda a boa fé possível envidará todos os seos esforços para merecer sua benevolência"[203].

Por seu turno, especializado em relógios, ou seja, que lidava somente com esse tipo de artigo, era Eduardo Jenneret. Na sua Nova Relojoaria Paulistana, vendia relógios de algibeira, de prata, de parede e caixas de música (a única exceção aos relógios), todos com garantia de um ano. Aclamava receber da Europa, mas não só de Paris, como da, até hoje afamada nesse quesito, Suíça. Também avisava que comprava por atacado das fábricas européias, ou seja, que tinha relações diretas de importação, e por isso conseguia dar abatimentos[204].

A conexão direta com a Europa também transparecia através de algumas expressões as quais acentuavam ao público a idéia de que havia um movimento permanente entre as últimas modas de lá, em particular de Paris, e àquelas recebidas aqui. Boudrot, modista e costureira de Paris – ofício que, diminuto inicialmente, à medida que o século passava, aparecia em número cada vez maior – anunciava se encarregar "de fazer quaisquer vestidos dos mais modernos" [205].

E, por sua vez, Bompard, alfaiate francês - será que todos os que se denominavam eram realmente nascidos na França? Com a falta de documentos de origem que pairava entre os próprios franceses, essa não seria desculpa para a improvisação de sotaques de uma diminuta parcela. Diminuta pelo menos até a década de 1880, porque com o despontar do século XX e da *Belle Époque*, assim como a intensa complexificação do comércio, e a explosão da cultura francesa, tinha-se mais espaço para esses traquejos - assim publicava no Correio Paulistano:

---

[203] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 03 de setembro de 1862.
[204] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 16 de maio de 1875.
[205] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 10 de julho de 1865.

Aux modes Parisiennes
Rua do Rosário nº. 58
Mr. Bompard, alfaiate francez, participa ao respeitavel publico que acaba de receber um sortimento completo de roupa feita de ultima moda, chapeos e bonnes para crianças, e casemiras haute nouveauté para calcas.
Na mesma casa se faz também roupas sobre medida com presteza e perfeição[206].

As expressões "mais modernos", "ultima moda" e "haute nouveauté" eram constantes nos anúncios como maneira de aproximar o artigo ao que estava sendo produzido em Paris. Mas, não só isso, os próprios nomes que davam às casas de negócio eram franceses. No caso de Bompard, *Aux modes parisinnes* era alusivo da tentativa de ligação entre a cidade de São Paulo e a França.

Vários outros exemplos podem ser observados como *La Saison*, casa de costuras e modas, de H. Grazan e M. Monge; Louise Dohet com sua casa *A La Ville de St. Paul*, voltada para "costuras, modas e altas novidades" aberta em 12 de fevereiro de 1880[207]; e J. Fallon, que tinha loja de modas intitulada *A La Ville de Paris*[208].

Em 1877, Gustavo Bernard, abriu na Rua da Imperatriz um homônimo da conhecida loja de departamentos parisiense *Au Printemps*. Contudo, mesmo antes desse empreendimento, Bernard já lidava com o comércio, transitando por entre a compra e venda de artigos estrangeiros, como os ladrilhos e mosaicos "de invenção de F. Lauziem e Companhia" da França – colocar a marca ou a fábrica de origem era sinônimo de qualidade e requinte, além de sugerir espécie de confiabilidade à clientela. Em 1875, na sua casa da Rua da Imperatriz nº. 21 prospectos gratuitos sobre o produto podiam ser retirados[209].

Por outro lado, *Au Printemps* era voltado à confecção de roupas com "modistas, costureiras e oficinas de costura"[210] para o qual, inclusive, em 1880, Bernard requisitava costureiras com urgência[211].

---

[206] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 18 de julho de 1865.
[207] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 07 de fevereiro de 1880.
[208] Indicador de São Paulo, 1878.
[209] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 15 de maio de 1875.
[210] Indicador de São Paulo, 1878.
[211] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 10 de agosto de 1880.

Enquanto este último formava seu negócio de confecções, Amelia Montagne não só tinha oficina de costura, como também recebia objetos importados.

> Mlle. A Montagne e Cia, participam as exmas. familias tanto da capital como do interior, que receberam um variado sortimento de artigos, como sejam: faulard de seda liso e a pompadour, setins a pompadour, veludo de gaze, grande sortimento de colarinhos bordados a pompadour para senhoras [...] grande sortimento de gravatas para senhora, luvas de seda pretas e de cores [...] Encarrega-se de enxovaes para casamentos com brevidade e por preço razoável[212].

Franceses ou não - dado que nas últimas décadas do XIX as brechas para esse tipo de comércio iam se abrindo cada vez mais, de modo que entravam nesse meio brasileiros e outros estrangeiros – intitulavam suas casas, igualmente de corte, costura e venda de fazendas, com nomes franceses, quando não inventados, conhecidos na França e transpostos. O que revelava, como elucida Barbuy, "a discrepância entre mundo referencial (mental) e mundo local (concretamente experimentado), isto é, entre o mundo matricial dos modelos exógenos no qual queriam se ver mergulhadas a elite e as burguesias locais e os padrões urbanísticos, arquitetônicos, comerciais e sociais que de fato vigoravam (ainda) na cidade"[213].

Au Printemps, por exemplo, sediado na França em um grande edifício, na São Paulo oitocentista não ocupava mais que um sobrado. Logo, "tratava-se, isto sim, de mais um caso de intencional homonímia, fazendo reverter para o pequeno estabelecimento, de província periférica, algum refluxo do prestígio devido a nome tão festejado no consumo da moda européia" [214].

Mesmo que o imigrante, alfaiate ou costureira, fosse mais simples e sem muitos recursos de experiência na França, aqui eram aclamados especialistas com certa distinção social e isso não incluía somente os proprietários de negócio, como também as pessoas que para eles trabalhavam. Se franceses os patrões ou empregados, a casa adquiria mais prestígio, o que não significava que deixassem de enfrentar difíceis condições de trabalho e

---

[212] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 22 de setembro de 1880.
[213] BARBUY...op. cit., 205.
[214] Ibidem, p. 210.

de pagamento, dado ser uma economia que girava em torno do crédito. A concretude da vida diária, por vezes, era bem menos *glamourosa* do que os papéis que tinham que representar para a sua própria subsistência.

Como se pode notar, dessa "matriz da moda" ramificavam-se diversos veios, até o de publicações como, por exemplo, o jornal *Le museè des Tailleurs*, traduzido para o português e feito por Ladeveze, professor de corte de Paris. Propunha-se uma assinatura anual de 2#" e "os assignantes serão recompensados todos os annos com um lindo e magnífico mimo de sorprehendente effeito"[215].

Celestino Bourroul já estava em São Paulo em 1842, onde montou sua loja de fazendas. Não era costureiro, nem tampouco tinha esse serviço a oferecer. Foi de modo paulatino que essas casas de armarinho abrangeram, para além dos artigos, os serviços de alfaiates, modistas e costureiros.

Não dado muito à anúncios, Bourroul figurava somente nas listas dos Almanaques, mas sabe-se que era conhecido dentre a população por aparecer nos mais variados documentos que envolviam pessoas de diferentes nacionalidades: registros de escritura e casamento; testemunha em diversas ocasiões e testamenteiro. Sem dúvida, seu negócio era conhecido. Permaneceu por 32 anos no comércio.

Adentrar seu inventário, de 1874, é abrir as portas de seu estabelecimento e revelar o que esse francês, vindo ainda na primeira metade do século, tinha a oferecer. Sem dúvida, a sua maior marca foi a diversidade. Ademais de metros e metros de fazendas sortidas, estão aqui elencadas tão só algumas pinceladas do que na Rua da Imperatriz nº. 18 podia ser encontrado: vestidinhos de festa para crianças; chapéus para senhores e senhoras; balões para vestidos de senhoras; botinas de setim; 18 pares de botinas inglesas de pelica para senhoras; 64 cobertores lã; 03 malas de couro para viagem; suspensórios para homens e meninos; 09 leques; 09 cintos de seda com vidrilho; 11 pentes de tartaruga para caspa; 26

[215] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 26 de maio de 1880.

vidros de tônico para cabelos; 07 vidros de água para toilette; 09 charuteiras de couro; 41 escovas para dentes; 05 grinaldas de flores; e 06 véus de tule branco. Até esse momento percebe-se ser uma loja de fazendas com vários toques de armarinho, porém não só para a vestimenta, como para o asseio pessoal. Mais para o fim do inventário ainda apareceriam itens típicos de um armazém de secos e molhados: 20 kg de chá preto; 2 kg de chá verde; barris de vinho; licores sortidos; garrafas de cerveja; vinhos do Porto e Bordeaux; azeite francês; 02 caixas de vinagre de Lisboa; latas de champignons; 09 vidros de conserva de cebolas; 07 vidros de molho inglês e 17 de tomate. Na realidade, então, a casa de Bourroul, assim como outras, era plural. Também se percebe que os artigos colocados à venda não advinham só da França. Portugal e Inglaterra eram origem de alguns produtos. A diversidade fazia parte da estratégia de venda e a nacionalidade era tática de inserção social e comercial, o que não excluiu a importação de produtos de outros países ou a compra no comércio local.

A viúva, Rita Maria da Conceição Bourroul, natural da Sé, com quem se casara em 1847 não feneceu de ânimo. Queria dar continuidade ao negócio e, em setembro de 1874, requisitou autorização ao juiz para que, enquanto o inventário estivesse correndo – processo este que poderia ser longo, dadas as cobranças de dívidas ativas e passivas[216]- mantivesse o negócio aberto, apesar de extinto o casal, para proceder a venda de mercadorias. E assim aconteceu. No indicador de São Paulo de 1878 – portanto ainda 4

[216] Essas fontes constituem-se em verdadeiros retratos de vida apesar de sua confecção se dar no limiar da morte – testamentos – ou depois dela – inventários. Trazem informações sobre o dispor dos bens, dívidas, morada, família, ofício, enfim, alguns aspectos que a seguir serão pautados.
Foram encontrados 30 inventários, todos posteriores a 1850 com o adendo do limite final ser mais flexível, extrapolando o período em foco na tese em 10 anos. Logo, sob esta perspectiva também foram coletados inventários da década de 1890. Por se tratar de um documento *post-mortem* é plausível que o francês tenha vivido na São Paulo considerada. Indícios que afetam esse fator podem ser detectados na própria fonte. Veja-se o caso de Eugênio Maurício Bondan Bolidair cujo inventário data de 1891, porém sua chegada a São Paulo foi em 1858, ou do dentista Francisco Emílio Vauthier falecido em 1889 (com inventário datado de 1890) que já aparecia com o seu ofício no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o anno de 1857*. Foi sob pena de perder esses imigrantes, os quais, inclusive aparecem interagindo em registros de escritura, que se deu a opção de tornar o tempo limite flexível somente para este tipo de documentação. Assim, os ditos inventários, feitos na cidade de São Paulo, variam entre 1854 e 1898. Por sua vez, foram selecionados 6 testamentos avulsos, neste caso alocados no período estudado, que se encontram entre 1854 e 1883. Esse tipo documental, porém, também pode aparecer anexo ao inventário e neste caso tem-se mais 9 testamentos, totalizando então 15 disposições de última vontade.

anos depois – lá estava ela na denominada "loja de fazendas de seda, lã, linho, algodão, perfumarias, modas e armarinho, a varejo"[217] na mesma Rua da Imperatriz, nº. 18.

Maria Escoffon, por seu turno, tem uma história que passa pela emigração familiar. Seu primeiro destino: o Rio de Janeiro, onde ela e sua mãe Camille fundaram uma loja versada em coletes. Em 1880, já casada com o francês Leon Escoffon, negociante, anunciava seus préstimos em São Paulo.

Com uma pequena oficina na Rua de São Bento, fabricava, vendia, lavava e consertava coletes para senhoras. Seu trabalho trazia algumas especificidades necessárias ao universo feminino: "Colletes sobre medida para Senhora, cintura hypogastrica, hygienica para gravidez como para a saída do parto, especialidades de colletes para meninas"[218].

O arrolamento de seus bens em 1888 também permite penetrar na casa de comércio. Iluminada por uma arandela a gás com dois bicos e globos de louça, logo na entrada, a freguesia se deparava com uma armação envernizada e envidraçada, onde provavelmente os artigos estavam expostos. A seguir, com um mostrador envernizado e envidraçado para coletes, além de mais um armário com porta de vidro e um manequim vestido com colete. Seu balcão era envernizado e continha uma escrivaninha. Na gaveta do balcão havia dinheiro, além de jóias – o que incita a curiosidade de saber se eram para uso próprio ou para venda –; um livro grande para os lançamentos da casa; e papéis provando o pagamento de contas, impostos municipais, provinciais e gerais. Dentre as mercadorias apareceram 18 caixas com coletes para senhoras; 30 barbatanas de aço para coletes; 12 metros de linho para coletes; uma máquina de pé para costura – o que comprova a sua fabricação artesanal – e 800 barbatanas de diversos tamanhos para comprimir o ventre.

Todo um aparato de cozinha revela, por outro lado, que essa não era a sua única maneira de adquirir renda: 6 fôrmas para cozinhar pudim em banho-maria; 4 grelhas de ferro galvanizado; 2 assadeiras de ferro galvanizadas; 2 fôrmas de ferro fundido para doce;

[217] Indicador de São Paulo, 1878.
[218] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 03 de janeiro de 1880.

2 pás de ferro fundido para introduzir carvão em fogões; 4 panelas igualmente de ferro fundido; 2 fogões de ferro fundido e diversos pertences deles. Esses elementos levam a pensar que Escoffon fazia doces e deveria alugar escravos – a despeito do patente declínio da escravidão – ou dar jornais para mulheres livres pobres saírem às ruas vendendo seus quitutes.

E, finalmente, um item que denota as dificuldades e mesmo as adaptações por que tinham que passar os imigrantes. A língua, sem dúvida, era um desses elementos. Daí a existência em meio às toalhinhas de *crochet* e aos seus vasos de porcelana, de um dicionário francês-português. Para o imigrante, viver em São Paulo acabava sendo um cadinho de culturas, entre a terra de origem e a de recepção. Qual pesava mais na balança? Uma resposta única não existe. Ela depende do sentir de cada francês.

Não obstante, para além da questão das influências culturais, também estavam as do comércio. O aumento de relações comerciais com a França era atestado com esse movimento de mercadorias e de pessoas que se dedicavam à costura e à importação de roupas e objetos franceses. A moda, como um todo, era exalada por aquele país. Só que essas relações tinham diferentes facetas. A primeira a ser tratada é a da importação direta que, se em meados do século ainda era tímida – feita por poucos -, nas suas décadas finais era bem mais corrente e efetiva.

Igualmente homônima de uma casa de modas de Paris, *Au Bon Diable* de Julio Bloch situava-se na Rua Direita e era voltada de modo específico para homens e meninos com venda das chamadas "roupas feitas" – como fraques, sobrecalças, casacos, sobretudos, camisas e ceroulas. Dentre essas, em 1885, alardeava que seu sócio havia feito "compras vantajosas" em Paris de camisas brancas de flanela e de linho puro[219]. Se, inicialmente, elencava-se como "importante estabelecimento de roupas feitas francesas para homens e

[219] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 18 de setembro de 1885.

meninos" [220], em 1880, anunciava que seu sortimento era de roupas feitas, mas nacionais e estrangeiras. Estratégias de comércio.

A elite tendia a se vestir de maneira mais sofisticada, buscando reproduzir a moda européia. Dentre os homens, "no ínterim de 1850 e 1865, usou-se casaca, seguida de uma sobrecasaca e fraque, que alcançou os primeiros anos do século XX" [221]. Só que toda essa *raffiné* na São Paulo do XIX também passava por percalços, confusões, certas trocas de etiqueta, contrafações. E o jeito de ser francês acabava por adquirir tons próprios, pois as mercadorias francesas eram sublinhadas "nos anúncios como chamariz, embora provavelmente, nem constituíssem a maior parte dos estoques, já que a *Bon Diable* mantinha uma oficina de costura na Rua José Bonifácio, nº. 34 para a confecção de roupas sob medida para homens e meninos, feitas tanto com tecidos importados como nacionais"[222].

E as roupas feitas, tão aclamadas na cidade por serem *chic*, eram entendidas aqui de modo reverso ao de como eram vistas na França na mesma época.

> Na França, esse tipo de mercadoria, de início, não era aceito pelas classes ricas e era malvisto também pela própria corporação de alfaiates, como concorrente grosseiro, que competia pela rapidez proporcionada pelas máquinas de costura recém-inventadas mas não pela qualidade. Quando o proprietário da *Belle Jardineire* de Paris, Pierre Parissot, comprou as primeiras máquinas de costura, foi apenas para oferecer roupas profissionais para operários. Depois, começou também a fornecer roupas baratas e apenas nas últimas décadas do século XIX é que casas como *La Belle Jardiniere* de Paris passaram a empregar alfaiates de alta categoria para produzir roupas feitas para as classes mais abonadas, que agora aceitavam melhor a *prêt-a-porter*, rendidas pela facilidade em experimentar vestimentas e levá-las imediatamente sem as longas esperas do antigo sistema totalmente manual[223].

Logo, em São Paulo, partia-se do pressuposto de que qualquer a roupa vinda da França significava procedência garantida de bom gosto e atualidade.

Colocar a marca era outra garantia de fidedignidade. Por isso, Rosalia Naret, na Rua Direita, em frente ao Hotel da Itália, que se tornou depois Hotel da França, anunciava

---

[220] Ibidem.
[221] CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. População e sociedade em São Paulo no século XIX In: PORTA, Paula (org) ...op. cit., p. 20.
[222] BARBUY...op. cit., p. 212.
[223] Ibidem.

chapéus Lavalliere; Fa-Diavolo; Patti; Gabrielle, além de outros artigos para homens e senhoras, batizados e casamentos (cetim branco para vestido, grinaldas, véus).

O casamento era um acontecimento social e pleno de articulações para unir o par que pudesse manter ou aumentar o status econômico da família. Ser regado por elementos franceses, principalmente na *toillete* e no enxoval da noiva era faceta diferenciadora e que não deixava de representar sonhos de consumo dos mais diversos estratos sociais. De fato, "os objetos deixam totalmente de estar em conexão com qualquer função ou necessidade definida, precisamente porque respondem a outra coisa diferente, seja ela a lógica social, seja a lógica do desejo, as quais servem de campo móvel e inconsciente de significação" [224].

Poucos meses depois, a francesa Naret dizia receber diretamente de Paris vestidos de seda japonesa "última novidade", cetim e veludo de diversas cores[225]. "Até 1870 as mulheres usavam vestidos redondos, à moda de balões, e casacos cintados. Depois, vieram as longas caudas e as anquinhas até 1889" [226]. Diferente dos costumes tradicionais cuja mudança teve tons mais gradativos, a moda francesa incidia sobre o uso habitual da mantilha e o excesso de saias sobre o corpo. "Como não podia deixar de acontecer estavam as damas paulistas a conhecer os segredos da costura francesa e a aprender o significado das expressões que costureiras e costureiros empregavam". Popularizavam-se palavras e expressões francesas, como '*point a jour, tailleur, manteaux*'[227].

Para Barros, o vestido representava, ademais da indicação das diferenças de status, um extravasamento do "charme" feminino com conotações de liberdade e sexualidade: "No Brasil, no mil e oitocentos, o excessivo número de peças das vestimentas femininas traduzia a luta que a mulher encerrava consigo mesma para apurar os encantos"[228]. Não

---

[224] BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Effos Editora, 1995, p.11.
[225] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 03 de junho de 1870.
[226] CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. População e sociedade em São Paulo no século XIX In: PORTA, Paula (org) ...op. cit., p. 20.
[227] BARROS, Gilberto Leite de....op. cit., p. 491.
[228] Ibidem, p. 490-491.

obstante, a moda européia demandou o ajustamento da cintura, e o alargando do quadril, além dos decotes sobre o colo, atiçando os "curiosos olhos masculinos"[229].

Ao longo dos anúncios de franceses, eram salientados não só os trabalhos para a capital como também para o interior da Província onde, segundo Barros, os homens resistiam às inovações.

> O caboclo caçoava das inovações, ria das moças de salão, compunha versos sarcásticos contra o modernismo. Dataria desses anos oitocentistas a composição de certas quadrinhas e modinhas brejeiras, alusivas aos caprichos da moda feminina. Trovinhas cantaroladas até hoje, simples e acanhadamente, nos sossegados serões familiares do interior:
> Agora já tão usano,
> A saia da anca lisa...
> Num demora vem o uso:
> Visti saia sem camisas...[230]

Os modos de ver, utilizar e sentir os raios dessa influência francesa em São Paulo eram diversos, plurais. Não se tratava de influência unilateral e que sobrepunha qualquer outra, nem para os próprios imigrantes franceses, nem para a sociedade local.

No entanto, a questão colocada em foco e álibi dos anunciantes para além da procedência européia e francesa de qualidade, era o preço. Argumentavam que, o estabelecimento do contato direto com as casas de Paris evitava intermediadores; permitia o barganhamento do preço para o sortimento de importação; a chegada direta a São Paulo e, portanto, o corte de despesas com o translado do Rio de Janeiro.

Elementos semelhantes, porém mais favoráveis no que concerne aos preços competitivos, propiciavam o sistema de matriz e filial. Se este movimento era inicialmente mais intenso na Corte, adquiria volume na medida em que a demanda pelos artigos franceses aumentava. Por isso, alguns franceses de renome na cidade faziam viagens à França. Esse movimento de ir e vir para eles era fluido e tinha fins de entabulamento de importações e, porque não, também de rever a família por vezes deixada na terra natal.

---

[229] BARROS, Gilberto Leite de....op. cit., p. 491.
[230] Ibidem.

Pedro Bougarde já aparecia no Almanaque de 1857 como alfaiate, assim como seu compatriota Fresnau. Em termos de nacionalidade, ou seja, como franceses – dado que no mesmo ofício também estavam elencadas pessoas de outras nacionalidades – os pioneiros. Ao longo da segunda metade do XIX, a competição com o Rio de Janeiro tornava-se acirrada para a obtenção da preferência do público. Em janeiro de 1880, investindo em anúncio, Bougarde alardeava:

> Vende-se mais barato do que no Rio de Janeiro !!!
> Então o que dirá em São Paulo
> As provas dessa barateza excepcional são as seguintes:
> 1º o anunciante compra suas mercadorias em Paris à vista
> 2º o anunciante não tem sócio para repartir os lucros dessa arte, satisfazendo-se com um lucro muito diminuto
> 3º o comerciante não tem casa filial no Rio de Janeiro, e assim evita uma porcentagem que as ditas casas costumam cobrar
> 4º o anunciante não paga mestre alfaiate algum (sendo elle um dos melhores) e poupar assim uma despesa avultada a cargo de todas as outras casas.
> 5º o anunciante tem um só empregado, suas mercadorias não são oneradas pelas avultadas despesas de um pessoal numeroso
> 6º afinal o anunciante está decidido a não deixar sahir fregues algum de sua casa, sem ter vendido ao mesmo artigos de sua casa, isto prova que o anunciante vende por
> Preços diminutos!!!
> Que ninguém irá comprar em outra parte[231].

Esse anúncio permite aventar que diversas camadas sociais freqüentavam seu estabelecimento, pois a variedade de preços e o sistema de crédito assim possibilitavam. É o que aferem também os registros de dívidas nos cartórios e nos inventários. Dessa forma, apesar do tom burguês ser veiculado pela elite, não era somente ela que fazia parte desse entremear do comércio, aliás, parcela satisfazia seus desejos de consumo em viagens empreendidas à Europa. Era de se esperar, então, que a circulação do negócio não dependesse só desse estrato social.

A ligação com o Rio de Janeiro, nesses termos considerada não só a capital do Império, mas igualmente da elegância, para onde vinham os melhores tecidos e artesãos de Paris, funcionou naquela sociedade que se tornava burguesa como mais um diferencial.

[231] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 15 de janeiro de 1870.

Entretanto, por longo período, a despeito de opiniões como esta aludida por Barros – "a ausência de bons alfaiates em São Paulo, no quartel final do século, era fato lamentado e conhecido pelos cidadãos, sobretudo pelos estudantes de Direito já experimentados nos bons ofícios de respeitados alfaiates da corte"[232] - a São Paulo que caminhava para a *Belle Epóque* se equipava para se tornar um centro cosmopolita.

Veja-se, por exemplo, o que afirmava o próprio Pedro Bougarde em maio de 1885: "Que tendo em sua casa um contramestre francez, ultimamente chegado do Rio, de muita capacidade e talento, pode assim executar com promptidão e acerto, qualquer pedido concernente a sua arte"[233]. Por outro lado, França e Rio de Janeiro podiam ser estrategicamente conjugados. Os dois qualificativos estavam postos: o contramestre era francês e vindo do Rio de Janeiro.

Estratégia era o que não faltava a Pedro Bougarde. Como uma espécie de propaganda pessoal cuja idéia era incutir mais confiabilidade em seu trabalho, entremeando a algum tom de vaidade, naquele mesmo anúncio de 1870 de sua casa (denominada França e Brazil), pedia aos amigos e fregueses que não deixassem de ler:

> A profissão de fé de Pedro Bougarde!
> o mais antigo alfaiate!!!
> de São Paulo e do Império!!![234]

Então, outro vetor de viagens a negócios era corrente: para o Rio de Janeiro. De fato, local onde se dava a maior parte das transações de importação com a França, era opção pela facilidade em obter mercadorias de maneira mais rápida, ou ainda alternativa para aqueles que queriam manter o negócio com artigos importados, porém sem condições de arcar com viagens para o outro lado do Atlântico. Quanto ao preço final da mercadoria? Pelo que os anúncios deixam aludir, três fatores se enfileiravam de modo a encarecer o produto. O ônus do comerciante do Rio pela importação, seu lucro (mesmo que pequeno)

---

[232] BARROS, Gilberto Leite de. op. cit., p. 492.
[233] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 04 de maio de 1855.
[234] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 13 de janeiro de 1870.

e os custos do deslocamento até São Paulo. Por sua vez, o francês na capital paulistana, tendo que arcar com todo esse conjunto, para adquirir um mínimo de lucro, logicamente, afluía preços maiores se comparados aos do Rio de Janeiro.

Plandé era freqüentador assíduo da Corte para compor o sortimento de sua loja de calçados na Rua Direita. "De volta do Rio de Janeiro, trouxe um lindo sortimento de mais de 2400 pares de botinas enfeitadas, gaspeadas e lisas da fabrica Sue e Irmãos"[235]. Não raro, também havia casas filiais do Rio de Janeiro em São Paulo, como era o caso de *Au Prophète* na Rua do Rosário.

Uma terceira alternativa era recorrer aos negociantes que vendiam por atacado na própria São Paulo. Fossem mercadorias trazidas do Rio de Janeiro ou em "diretura da França", poderiam ser adquiridas através dos comerciantes locais. E os franceses faziam parte desse meio. Marie Malzac no *Au Pauvre Diable* vendia por atacado e a varejo, por exemplo, "charutos feitos nas melhores fábricas do Rio de Janeiro"[236].

Tratava-se, então, de uma rede de negócios composta por essa tríade: compra direta na França, no Rio de Janeiro ou em São Paulo – o que não exclui que as três possibilidades fossem praticadas em concomitância. Por certo, essa dinâmica movia a economia local interprovincial e de importação e fazia parte do cotidiano dos franceses que enveredaram seus esforços para no ramo dos negócios.

Já as crianças passaram a ter vez não só nas roupas. Os brinquedos apareciam aqui e acolá, principalmente em alguns momentos do ano, como Natal, fim de ano e festa de Reis. E por essas épocas, negociantes franceses anunciavam suas *noveautés* chegadas da Europa ou do Rio de Janeiro, assim como aos demais, seja qual fosse a nacionalidade.

A viúva Genin, de quem já se falou neste capítulo, enveredou para a venda de quinquilharias e brinquedos para crianças na casa que tomou por nome *Au Paradis des Enfants*. Nessas épocas festivas, em especial, os fregueses podiam encontrar bonecas de

[235] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 27 de março de 1862.
[236] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 11 de novembro de 1862.

borracha e cera, ademais de jogos que serviam tanto para crianças, como para adultos: damas, xadrez, gamão, dominó e pião, eram alguns exemplos[237].

Mme. Ducros, em *Au Gagne Petit*, dispunha ao lado de artigos para mulheres (como luvas de pelica Jouvin – conhecidas por sua fama e requinte -, colares, brincos, leques e livros de missa), de velocípedes; carros; cavalos; pistolas; espingardas; metralhadoras; bonecos de todos os tamanhos; navios a vapor com cordas; patos; peixes; peões; espadas; soldados de pau e de chumbo; todos justamente para as festas de natal e de "anno bom"[238].

Não só na França como no Brasil, ao longo do XIX, a criança detinha lugar específico no seio da família burguesa, era alvo da produção artesanal e industrial, e conseqüentemente dos negociantes.

IV. 6 – Horticultura: as flores e hortaliças *françaises.*

Sementes européias ou do interior da Província? Esta era pergunta a ser feita para os franceses que vendiam sementes e/ou plantas e flores em broto ou já crescidas. Ernani da Silva Bruno comenta que desde a primeira metade do século XIX eram vários os jardins particulares com bonitas flores.

Tanto que o dito Pedro Bougarde, alfaiate em cuja loja na Rua da Imperatriz vendia roupas feitas, optou por adentrar em mais um veio de comércio. Desde os inícios da década de 1860 anunciava sementes de flores e hortaliças vindas da Europa. E já prevenia: 200 espécies não eram muito conhecidas, enquanto 100 o eram[239]. Em 1865, avisava que chegou, mas não de onde, sementes de repolho; nabos; rabanetes; alface; chicória; couve-flor; tomates; melões; e ervilhas. Tal negócio de compra pode muito bem ter sido fechado

[237] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 16 de dezembro de 1875.
[238] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 15 de dezembro de 1870.
[239] APESP. Correio paulistano. Anuncio de 27 de julho de 1862.

com produtores do interior da Província[240]. Os compradores principais, não excluindo os habitantes do centro urbano, provavelmente foram os donos de chácaras que se encontravam nos arredores da cidade. Nos anos de 1870, sucederam-se anúncios de flores, tanto em sementes, como já crescidas. Bougarde oferecia camélias – "das mais modernas que tem aparecido nas exposições de Paris" [241] -, além de dálias. Eram mudas de camélias brancas e mais 80 qualidades de flores chegadas de Paris[242].

P. Magne, horticultor e florista francês, na sua Camelia Pariziense instalada na Rua do Rosário, também vendia plantas e flores, além de árvores frutíferas – macieiras, cerejeiras e figueiras originárias, segundo ele, da África. Ao que parece, a venda não era só de sementes, mas de plantas já constituídas. Há probabilidade de que essas últimas viessem em vapores da Europa e ainda tivessem que passar por transporte interprovincial no Brasil, trajetória essa que poderia ocasionar avarias nas plantas. Por outro lado, trazer sementes importadas e plantá-las em solo brasileiro, fosse carioca ou paulista, deveria requerer uma série de adaptações e experiências, nem sempre regadas de sucesso. Isso, não só no sentido do que foi plantado vingar, mas igualmente de sua saída entre os fregueses.

No caso de Magne a pouca procura refletiu-se no leilão, para o qual contratou José Elias Paiva. Programado para 21 de março de 1865 às 14h da tarde, colocava em arrematação o fruto de seu trabalho, que deve ter sido vendido em quantidade, mas a preços mais baixos do que o esperado[243].

No âmbito das sementes, flores e hortaliças, nem todos os franceses estavam envolvidos com a importação. Alguns ofereciam seus préstimos. E o anúncio era um meio para isso. Em 1862, um francês de 30 anos – detalhe da idade colocado para relacioná-la à força e vitalidade – desejava se empregar como jardineiro e horticultor. Não dava seu nome, só fornecia as coordenadas de um armazém na Rua do Rosário, onde os

[240] APESP. Correio paulistano. Anuncio de 22 de fevereiro de 1865.
[241] APESP. Correio paulistano. Anuncio de 22 de fevereiro de 1865.
[242] APESP. Correio paulistano. Anuncio de 01 de janeiro de 1875.
[243] APESP. Correio paulistano. Anuncio de 11 de janeiro de 1875 e 21 de abril de 1875.

interessados podiam buscar informações. É provável que contasse com a idéia de que ser francês já o abonava de condições favoráveis.

Fouchon, por sua vez, que durante 17 anos trabalhou nas oficinas da Companhia Inglesa, em 1880 foi contratado pelo governo da província para cuidar do Jardim Público[244], o qual ficava em frente ao Seminário Episcopal e era considerado local de agradáveis passeios ao ar livre.

Contudo, o mais afamado horticultor da segunda metade do século XIX em São Paulo, foi Julio Joly. Francês natural de Grenoble, em maio de 1858 se encontrava na casa do Barão de Iguape, onde mediante um tabelião, fez escritura de compra e venda. Adquiriu do dito Barão, "uma chácara na freguesia do Braz com casas de sobrado em frente à estrada que segue para a Penha, fundo para os campos que seguem para o Pary" [245]. E ali começava a história de seu ofício. Recebia sementes de árvores frutíferas, hortaliças, flores e outras plantas; tudo que denominava de "luxo" - da Europa e, em especial, da França - e as plantava ali naquela chácara, onde as aclimatava e produzia mudas para venda. Trabalho paciente cuja efetividade foi despontar a partir de 1870. A cada mês, o leitor do Correio Paulistano se deparava com um anúncio dele. Em visita a São Paulo, a princesa Isabel passou parte da tarde de 8 de novembro de 1884, em sua companhia, conhecendo a chácara[246]. Porém, antes desse momento, percalços por certo, o abalaram.

No entremeio dessas etapas, Julio Joly tomou uma decisão drástica: o retorno definitivo para a Europa. Em 20 de março de 1862 punha tudo à venda. Os pertences que tinha amealhado durante anos, dado que o primeiro indício dele na documentação, foi em 1844, quando da compra de um pequeno sítio na Villa de Jundiahy. O que significava que pelo menos 18 anos na Província já haviam se passado. Quanto aos pertences à venda, dentre os itens elencados, ademais havia 2 escravos, vinhos, licores, jóias, uma propriedade

---

[244] MARTINS, Antonio Egydio... op. cit., p. 192.
[245] APESP. Registro de compra e venda livro nº. 52, fls. 219, 219v e 220.
[246] O olhar distante Diário da Princesa Isabel In: MOURA, Carlos Eugenio Marcondes de (org)... op. cit., p. 237.

no Morro do Macaquinho e a dita chácara com capinzal, animais soltos, arvoredos novos já dando frutas, parreiras e um jardim com flores e hortaliças - "um reccuo tanto agradável, como rendoso"[247]-, o piano estava presente, e no anúncio a ele se deu destaque especial. Acessível a poucos e símbolo de refinamento da burguesia francesa que se estendeu para São Paulo, mesmo na chácara Joly havia "um lindo piano harmonico em 12 registros [sic] com muito bonitas pecas de musica tanto para recreio em valsas, entradanças, etc., como assim para a Igreja com peças sacras e orações, além de servir não só para quem sabe tocar, têm uma machina com manivela que colocada sobre o mesmo pode ser tocado com perfeição por qualquer pessoa ignorante de música"[248]. Eis aí um dos segredos do piano.

Apesar de Joly pedir para quem tiver interesse ir a sua chácara no Brás entre 10h da manhã e 2h da tarde, nada se concretizou. Os motivos pelos quais Joly repentinamente queria voltar à França, e o que o fez desistir ficou perdido na história. Dos documentos que dispõe-se, silêncio.

Nesse anúncio, o francês identificava-se como "Julio Joly Pai" o que significa que no comércio paulistano outro Julio Joly era conhecido, o filho. Se ele veio junto com o pai, ou depois dele, a questão é que em 1885 dizia ter "um rico sortimento de fazendas, miudezas e objectos modernos". E em uma sala em separado, que nomeou por "*Sallão de Christal*" colocou cristais e porcelanas do "melhor gosto". Essas peças "naturalmente tiveram que subir a serra com grande sacrifício, nos lombos de mulas e carros de bois"[249] para que não fossem quebradas, trincadas e lascadas, ou seja, abrigadas de todos os riscos que a travessia de Santos para São Paulo compreendia. Dentre os anúncios percebe-se diferentes artifícios para chamar a atenção dos fregueses. Joly Filho tentava imprimir a marca burguesa, afirmando "o bom gosto dos habitantes desta cidade"[250], os quais esperava no Sallão de Cristal também com objetos de *toilette* e ornatos para a sala. Isso nos horários

[247] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 20 de março de 1882.
[248] Ibidem.
[249] CAMPOS, Eudes. *Arquitetura paulistana sob o Império*. V. II. São Paulo, 1977. Tese. FAU-USP, p. 460.
[250] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 28 de setembro de 1885

em que se encontrava aberto, quais sejam, todos os dias das 4h às 9h da noite - o que é mais um elemento para corroborar a vivacidade noturna da cidade, contrariando os memorialistas que a consideravam, como "soturna".

Voltando ao Julio Joly Pai, este não se limitava às vendas na própria chácara do Brás, que ficava fora do núcleo comercial da cidade. Então, para os fazendeiros e "amadores de pomares e jardins desta Província" abriu três canais de compra a fim de que não deixassem, inclusive, de encomendar *bouquets*, enfim "tudo quanto mais delicado para jardins e pomares". O primeiro era a própria chácara do Brás, onde se encontrava um catálogo extenso das flores e frutas. O segundo, pedido por cartas, em 1885 na caixa do correio nº. 48. E, finalmente, na Rua da Imperatriz, seu ponto de comercialização no chamado "triângulo" da cidade. De todo modo, qualquer que fosse a opção escolhida pelo comprador, Joly encarregava-se de embalar adequadamente para que não houvesse nenhum estrago à mercadoria, mas era o freguês quem arcava com as despesas de transporte[251].

Por conta da influência cultural, muitos franceses imigrantes se deparavam com oportunidades ou faziam-nas acontecer. O crescimento da cidade, o aproveitamento endógeno do lucro cafeeiro, o "aburguesamento" das elites – que não deixava de ter reverberações na população como um todo – abriram espaço para o consumo de artigos importados e de serviços, de modo especial da França que, tardiamente se comparada à Grã Bretanha, passava pela "Segunda Revolução Industrial" e, inclusive, através de trâmites consulares, procurava estrategicamente ganhar mais cifras nas exportações para o Brasil.

E os franceses, nem sempre dotados do *savoir-faire* e/ou de capital para comprar um negócio, aventuravam-se nessa empreitada. Como os imigrantes, em geral, também buscavam melhoria em suas condições econômicas e traçavam sonhos que, de uma forma ou de outra, os fizeram sair da terra natal. As vertentes mais conhecidas de suas atuações eram de modistas, alfaiates, cabeleireiros, donos de hotéis e restaurantes, com pitadas de

[251] Cf. APESP. Correio Paulistano. Anúncios de 09/02/1870; 01/07/1870; 28/09/1870; 15/01/1875; 06/02/1885; 11/07/1885; 31/12/1885.

glamour que, entretanto, por vezes não correspondiam ao seu dia-a-dia árduo, repleto de estratégias de sobrevivência, ou a outros ofícios, como o de franceses que eram pedreiros e açougueiros, cuja história foi apagada por não se enquadrar nessa tela de g*lamourosa* na qual a idéia de ser "francês" era atrelada à de burguesia.

É bom lembrar que ao lado dos poucos técnicos franceses mais experimentados, como, por exemplo, médicos, dentistas, parteiras, engenheiros e músicos e alguns outros apresentados logo a seguir, estavam os que Gilberto Freyre denominava por "charlatões"[252]. D'Assier, francês que esteve em viagem ao Brasil no século XIX, percebeu "certa facilidade por parte dos franceses em se improvisarem no nosso país, mestres ou especialistas das artes mais disparatadas"[253]. Imigração minoritária, mas que não deve ser confundida com de elite.

[252] FREYRE, Gilberto. (...) op. cit., p. 55.
[253] Ibidem, p. 89.

CAPÍTULO V

Ao seu dispor: hotéis, restaurantes, livreiros, açougueiros, ferreiros...

Correio Paulistano 13 09 1862

- Acudido ao vosso chamado, eis-nos em S.Paulo. Somos as representantes da civilização, da sciencia, das artes, e das modas européas, esperamos que por vosso intermedio. seremos favoravelmente acolhidos pelo povo paulistano.
- Podeis entrar, posso affiançar-vos que o sereis. Ha aqui uma illustrada Academia ; a mocidade ama as sciencias, e a população sabe dar apreço ás modas e á todos os artefactos de gosto.

Garraux e a Civilização (CABRIÃO, n. 25, 24 03 1867)

"...
Hóspede mais de três dias
Instalado em casa alheia
Pagando com cortesia
Almoço, jantar e ceia
Afora o quarto que habita ...
Má visita".

Pedro Taques sob o psuedônimo de Segismundo. Diário de São Paulo, década de 1860.

A vida cotidiana pautava-se por diversos ritmos, dentre os quais os marcados pelos toques dos sinos da Igreja, que informavam as horas, "anunciavam mortes, proclamavam festividades, chamavam às aulas e ao trabalho, convidavam para festas e procissões"[1]. Nessa amálgama ditado pela Igreja, a concepção de tempo burguês aos poucos penetrava por entre as vivências. Tempo para o trabalho, tempo para o lazer. Tempos dissonantes entre as diversas camadas da população, tanto que a "fala oficial preocupava-se com atitudes, comportamentos, hábitos e a educação dos pobres livres em relação à nova noção de trabalho que surgia"[2].

As mudanças no aspecto urbano e nos hábitos culturais trazidas no bojo da burguesia cafeeira; tradicionalmente imputadas pelos estudantes de Direito; e ainda tecidas por imigrantes, como os franceses, devem ser vistas com cautela na medida em que não atingiam de igual maneira a população como um todo.

Antigos costumes perduravam. Eram maneiras de viver, interagir. Escravos e libertos não deixaram de ter congadas, batuques, sambas e moçambiques, além da dança dos Caiapós, "um arremedo de costumes silvícolas executados por pretos crioulos da Capital"[3].

Por outro lado, não se deve menosprezar os contatos, que se entrecruzavam na cidade, também se irradiando pelo campo, dos modos europeizados de ser no tocante, por exemplo, ao trajar feminino e masculino, e às danças e festas aos moldes burgueses.

Todo esse conjunto acabava por consubstanciar uma mescla de elementos tradicionais àqueles que iam acontecendo entre a elite e vaporizando-se com gotas aqui e acolá, pois "nas próprias festas realizadas na zona rural paulista patenteava-se o bafejo

---

[1] CAMPOS, Alzira Lobo Arruda. Vida cotidiana e lazer em São Paulo oitocentista In: PORTA, Paula (org). *História da cidade de São Paulo*. v. 2: a cidade no Império. São Paulo: Paz e Terra, 2004 , p.255.
[2] MOURA, Denise Aparecida Soares de. *Saindo das sombras : homens livres no declíneo do escravismo*. Campinas : Centro de Memória UNICAMP/FAPESP, 1998, p. 8
[3] CAMPOS, Alzira Lobo Arruda. Vida cotidiana e lazer em São Paulo oitocentista In: PORTA, Paula (org) ... op. cit., p. 285.

europeu"[4]. Uma série de palavras francesas ia se difundindo e sendo aprendida, "tanto elegante, quanto difíceis de pronunciar: o '*bras dessus*', o '*bras dessous*', o '*en avant deux*', o '*balancez*', o '*chaine de dames*', o '*tour*'"[5]. Na quadrilha, os ditos sertanejos, brejeiros se entrelaçavam em um toque "franco-caipira":

-Balancer! – Tico-tico no farelo!
-Tói!
-Alavanca! Catre!
-Cavaiêros ô centro damas de roda!
-Nha na riér!
-As avessa!
-Coração das dama!
-In seus lugar!
-Balancer[6]

V. 1 – Atrativos ao público: missas, procissões, bailes, festas e carnaval.

Na Capital da Província, por sua vez, ademais dos serões familiares, havia o "refinamento", já na primeira metade do século XIX, dos bailes e recepções oferecidos por figuras de destaque no meio sócio-econômico local, como a Marquesa de Santos, o Barão de Souza Queiroz, o Dr. Francisco Assis Gomide e mesmo pelo agente consular da França até inícios da década de 1850, Alfonse Milliet, sucedido por Charles Marquois. "As reuniões organizadas na época pelas famílias tradicionais do planalto caracterizavam-se por um cunho assaz provinciano, sem embargo da sociedade local já se achar bastante influenciada pelos modismos e costumes correntes nos salões franceses, ingleses e portugueses"[7]. Álvares de Azevedo, ferrenho crítico dos modos de São Paulo e de sua discrepância para com o Rio de Janeiro, comentava que "as moças mais belas da sociedade paulistana, na época em foco, não eram as paulistas, 'são Santistas ou de Minas' dizia ele, e ainda assim a mais bonita 'uma Belisária (mineira) é uma estúpida que diz – nós não sabe dançá proque (...), e contudo é uma beleza, mas (...). Havia é certo uma outra exceção em matéria de

[4] BARROS, Gilberto Leite de. *A cidade e o planalto*. Processo de dominância da cidade de São Paulo. Tomo II. São Paulo: Martins, s/d, p. 484.
[5] Ibidem
[6] Ibidem.
[7] BARROS, Gilberto Leite de ... op. cit., p.482.

beleza como Laurita Milliet, a graciosa e inteligente franco-brasileira que, possuidora de inéditos atrativos físicos, tornava-se conhecida segundo se alardeava, como a "língua mais ferina de São Paulo"[8], representante da cultura francesa e filha do cônsul – o que, sem dúvida, por si só já carregava todo um significado.

A sociabilização dava-se de diversas formas. O lazer cotidiano perpassava comportamentos sociais como conversas, observação da vizinhança e participação coletiva por vezes em contendas e fulcros dos mais íntimos. Não obstante, as festas também eram momentos de convivência múltipla. Em algumas, as camadas sociais tendiam a se concentrar, fechando-se em si mesmas, e em outras a participação era mais ampla, como o caso das procissões e dos entrudos, nos quais, porém, a hierarquia se mantinha. Grosso modo pode-se dividir as festas em religiosas (procissões, romarias, festas paroquiais e quermesses) e profanas (entrudo, carnaval, bailes, clubes, disputas esportivas, corridas de cavalos, passeios e brincadeiras de estudantes)[9]. De acordo com Alzira Campos,

> do ponto de vista teórico, seria preciso fazer uma distinção entre os grandes espetáculos coletivos, de caráter oficial promovidos pelas autoridades civis e eclesiásticas, tais como as procissões, festas cívicas, comemorações e homenagens aos detentores do poder político, e as festas não oficiais, mais diretamente ligadas ao lazer dos habitantes da Cidade ou de determinados grupos sociais - bailes, cavalhadas, entrudos, batuques[10].

Paulo Cursino de Moura diz que "as procissões tinham a importância e a imponência de festas nacionais"[11]. Nas ruas por onde passavam, as casas eram adornadas com folhas e flores, além de arcos floridos e, à noite, sua frente iluminada.

> As mulheres de todas as camadas sociais participavam das festas e procissões religiosas. Estas representavam lazer e liberdade, pois todos os preparativos para as cerimônias eram feitos através do trabalho feminino, havendo, portanto, a presença significativa de mulheres, favorecendo uma certa liberdade destas, em conseqüência do distanciamento do controle familiar. Nesses eventos, participavam as mulheres das diversas camadas sociais,

---

[8] Ibidem, p. 483.
[9] CAMPOS, Alzira Lobo Arruda. Vida cotidiana e lazer em São Paulo oitocentista In: PORTA, Paula (org) ... op. cit., p. 256.
[10] Ibidem, p. 277.
[11] MOURA, Pulo Cursino de. *São Paulo de outrora* – evocações da metrópole. São Paulo: Companhia Melhoramentos, s/d, p. 49.

> porém com uma divisão e discriminação social nítidas. De um lado as senhoras bem vestidas com jóias, e de outro as escravas descalças[12].

E esse também era um filão para os franceses. Vendiam roupas apropriadas para a ocasião como, por exemplo, ornatos de anjo para as crianças que participavam do evento como personagens bíblicos. "As procissões cumpriam a função de afirmar o poder e a devoção à Igreja, mas também a de reunir o povo num espetáculo que era ao mesmo tempo passeio, piquenique e teatro. Boa parte dos moradores não assistia às procissões por devoção, mas por passatempo"[13].

As celebrações religiosas, em geral, eram o maior atrativo da população que residia em São Paulo. Durante o período colonial e mesmo ao longo do XIX, a missa dominical continuava a ser a grande ocasião de sociabilidade. Apesar de ser momento propício a pessoas de diferentes patamares sociais estarem lado a lado, misturando-se "no átrio do vestíbulo ou no coro das igrejas, contando novidades e observando o próximo"[14], as diferenças de status social estavam dadas e tendiam a aparecer mais. As pessoas preparavam-se para ir à igreja com as suas melhores vestimentas e acessórios. A roupa adquiria um tônus de diferenciador social. "Se reconheciam os poderosos e os humildes, os livres e os escravos, os negros e os brancos"[15], se afirmava o poder econômico. O que também conferia oportunidade aos franceses e franceses importadores de "roupa feita", modistas, alfaiates, além de negociantes das lojas de fazenda e armarinho.

Já no âmbito dos entretenimentos profanos, o entrudo sem dúvida tinha o seu lugar, Alzira Campos explica:

> Tratava-se de um costume português, com duração de três dias [...] e consistia em batalhas de água, pelas quais as pessoas atacavam-se mutuamente com água e farinha, utilizando-se de bolas ou limões de cera, recheados com 'água de cheiro', mas também de bisnagas, baldes e tinas. O caráter erótico das brincadeiras era evidente, pois não era de bom tom atingir o mesmo sexo. Escravos participavam como mão-de-obra de seus senhores ou

---

[12] PONTES, Silvia Ferreira. *O papel da mulher na sociedade brasileira ontem e hoje*. Série pós-graduação. Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina – USP. São Paulo, 1996, p. 9.
[13] CAMPOS, Alzira Lobo Arruda. Vida cotidiana e lazer em São Paulo oitocentista In: PORTA, Paula (org) ... op. cit., p. 281.
[14] Ibidem, p. 279.
[15] Ibidem.

> serviam de vítimas nas brincadeiras, juntamente com os mulatos e negros livres, eram os negros alvos preferenciais de banhos de farinha, polvilho ou vermelhão, que lhes davam a aparência de fantasmas[16].

Mais uma vez, então, as hierarquias eram mantidas.

Entretanto, as linhas do carnaval não se resumiam ao entrudo. Na segunda metade do XIX os hotéis entravam no ritmo do carnaval de salão imprimindo outros ares ao festejo. Em 1862, mesmo não sendo época de carnaval, o francês Lefebre propunha em seu Hotel do Universo, no largo do Palácio, um baile mascarado com pretensões de realizá-lo no último sábado de cada mês. Tratava-se de um divertimento noturno, pois principiava às 8h e acabava às 4h da madrugada. A dança e a música eram outras formas de lazer. Prometia "uma bella orchestra de 15 musicos, executara durante o baile lindas e variadas quadrilhas, polkas e shotys"[17], comida e bebidas por preços módicos, bilhetes de 2# para homens e "as senhoras terão entrada grátis" – quais senhoras freqüentariam? Também prevendo possíveis transtornos, Lefebre clamava "que se mantenha a boa ordem a fim de poder progredir este divertimento".

Igualmente ano de 1862. O francês Joaquim Luiz Etchecoin anunciava seus "grandes bailes masques" no Hotel das Quatro Nações. No Largo do Palácio, onde estava alocado, no sábado, domingo, segunda e terça-feira de Carnaval, estava, segundo ele, "belamente ornado e iluminado" para esse fim, além de ter um "imenso salão". Durante sábado e domingo o preço era de 1# por pessoa e na segunda e terça, 2#. Iguarias e refrescos servidos à vontade por um 1#, com exceção do vinho, a ser escolhido e, portanto, pago à parte. Para chamar ainda mais a atenção do público colocava que "acha-se contratada para os bailes a melhor musica da capital"[18]. Nenhuma menção sobre o preço da entrada de mulheres. Percebe-se, porém, que a festa foi movimentada. Nos dias imediatamente posteriores aparecera na tipografia do Correio Paulistano os assoberbados

[16] Ibidem, p. 288.
[17] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 26 de julho de 1855.
[18] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 27 de fevereiro de 1862.

com a perda ou troca de objetos que pediam para anunciar, mas sem revelar a identidade, na esperança de adquirir seus pertences de volta:

> Troca de sobretudo
> Pede-se ao Sr. J.D.C.L., que por engano levou na ultima noite de carnaval , um sobretudo que não lhe pertence, deixando em troca o seo de procurar entrega-lo a seu dono. O sobretudo que se acha em nosso poder tem no bolso um par de luvas e um lenço branco com as iniciais acima. No hotel das quatro nações se dira quem fez o anuncio[19].
>
> Relógio Perdido
> Hontem a noite (4 do corrente) desde o hotel das quatro nações vindo pelo Beco das Cazinhas até o das caxaças, perdeu-se um relogio com o n. 18311, attente, de caixa coberta tendo os ponteiros das horas e minutos uma pedra cada um no centro, e da-se-lhe corda, sem chave – quem o achar tenha a bondade de o entregar nesta typografia que será bem gratificado; outrossim pede aos Senhores relojoeiros que não façam transação alguma com o dito relogio, caso lhe seja apresentado"[20].

Para além de denotar a efetividade do baile com o comparecimento de pessoas e a possibilidade de, quando encontrados, objetos serem passados para frente através de venda ou troca – daí o aviso aos relojoeiros -, percebe-se que havia toda uma indumentária apropriada. Logo, nesse esquema não estavam envoltos somente o hotel e seu proprietário, mas também os alfaiates, as costureiras, as lojas de armarinhos, os ourives, os cabeleireiros. Esses bailes acabavam por criar uma estrutura complexa que, de certo modo, fazia movimentar a economia local e abria leques de inserção para os franceses.

No Hotel das Quatro Nações, assim como no de Lefebre, esses bailes mascarados sucediam o carnaval ao ocorrerem pelo menos uma vez ao longo de cada um dos demais meses. Tornavam-se práticas arraigadas, tanto que nesse mesmo ano, Etchecoin resolveu vender assinaturas, pacotes fechados para as suas festas. O baile aconteceria somente se houvesse um mínimo de 40 assinantes, caso contrário era postergado para o fim de semana seguinte. Tratava-se de cinco bailes a preço de 5# ou, para aqueles que não adquirissem assinatura, 2# cada. Como atrativo ainda assinalava que o "baile será concorrido de muitas damas"[21]. A incógnita persiste – quais damas? Em outubro do mesmo ano, aumentava a demanda mínima para 50 pessoas e expandia seu negócio através do aluguel, ali mesmo no

[19] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 8 de março de 1862.
[20] Ibidem.
[21] APESP.Correio Paulistano. Anúncio de 02 de agosto de 1862.

hotel, de vestimentas para o baile[22]. Antes ainda foi fazendo outras adaptações. Para evitar querelas, não se responsabilizava pela guarda de bengalas e chapéus de chuva[23].

Até a Páscoa era ocasião para os "bailes mascarados e phantasia"[24]. Domingo e segunda-feira, 16 e 17 de abril de 1865, 20 músicos tocaram ritmos variados no salão do hotel.

Os bailes mascarados, entretanto, não eram o único atrativo. A *soirée* musical e dançante regada a "comes e bebes" era outra opção. Madame du Barry, por exemplo, (será mesmo francesa? No meio artístico tornava-se comum "afrancesar" os nomes e tratar as senhoras de *madame* e as senhoritas de *mademoiselle*) cantora residindo temporariamente no Hotel das Quatro Nações anunciava sua *soirée* de despedida. Pretendia-se que fosse um ambiente freqüentado por famílias, entremeado de quadrilhas nos intervalos e que começasse às 9h da noite de sábado, 4 de outubro de 1862. Mas, se havia algo que atrapalhava esses divertimentos era a chuva. Ainda com ruas ainda de terra batida, sem dúvida, a locomoção era grande transtorno. E por isso, a dita *soirée* da Madame du Barry foi seguidamente postergada devido à chuva. Últimas notícias que se teve dela? "No caso que chova , Mme. Barry não tem outro remedio senão transferir ainda mais o dito *soirée* até que o tempo melhore e que seja novamente anunciado"[25]. No dia seguinte, "por causa do tempo o baile fica transferido para hoje domingo, chovendo hoje fica transferido para quarta-feira, 15 do corrente"[26].

Mesmo com as tentativas acadêmicas do início do século, foi na segunda metade do XIX que o teatro foi adquirindo o status de "templo acabado da cultura burguesa que se infiltrava na cidade, era considerado um ornamento, um elemento civilizador e uma

[22] APESP. Anúncio de 18 de outubro de 1862.
[23] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 29 de abril de 1862.
[24] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 12 de abril de 1865.
[25] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 11 de outubro de 1862.
[26] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 12 de outubro de 1862

necessidade pública"[27], assim como ponto de sociabilidade. Dois teatros, em particular, começavam a dar ares de notoriedade e de certo conforto. Em 1864 foi inaugurado o Teatro São José no Largo Municipal e, em 1873, o Teatro Provisório Paulistano, situado na Rua da Boa Vista. Com o desenrolar do século, rumando para o seu ocaso, mais teatros foram construídos estimulados pelo comparecimento e a aceitação do público.

Com capacidade para mais de 1.200 pessoas, no Teatro São José foram encenadas peças de Martins Pena, José de Alencar, e estiveram afamadas Companhias da Corte, nas quais vieram algumas atrizes francesas que se apresentaram no famigerado *Alcazer Lyrique* (fundado no Rio de Janeiro na passagem dos anos de 1850 para 1860). As Companhias de Jean Coquelin e Sara Berhardt, por sua vez, esporadicamente faziam ali as suas apresentações. Porém, quando anunciadas companhias líricas "consteladas de afamados cantores"[28], "costureiras alfaiates, sapateiros, todos modestos em geral, dia e noite tinham que agir a fim de satisfazer as volumosas encomendas da especializada clientela, que com esmero se preparava para assistir ao lírico; ninguém queria perder a oportunidade da temporada – cara, boa e rara"[29]. Era um novo vivenciar urbano no que se refere a espetáculos caros e de estrangeiros, em que o sucesso econômico permitia a busca de prazeres, dentre eles, o da peça teatral. O Teatro São José, no entanto, não se prestava somente às peças. Também era local onde ocorriam os já elucidados bailes mascarados. No carnaval de 1865 estava presente. Nos dias 26, 27 e 28 de fevereiro daquele ano aconteceram os bailes, principiando às 9h e com fim previsto para 2h da madrugada. A entrada custava 2# por pessoa e para quem comprava 4 bilhetes, o camarote estava garantido[30].

---

[27] CAMPOS, Eudes. São Paulo: desenvolvimento urbano e arquitetura sob o Império In: PORTA, Paula (org) ... op. cit., p . 201.
[28] SOUZA, Eduardo Valim Pereira de. Reminiscências acadêmicas (1887-1891) In: MOURA, Carlos Eugenio Marcondes de (org) ... op. cit, p. 207.
[29] Ibidem.
[30] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 24 de fevereiro de 1865.

A Companhia Lyrica Franceza estava na cidade em setembro de 1875. Sua apresentação se dera em uma quinta-feira, com a cantora Mlle. Camelle Dellion, Mr. Flaire, "primeiro comico dos theatros de Paris e o barítono, Mr. Carême"[31]. Os três já haviam se apresentado no Rio de Janeiro que, como capital do Império, era o pólo de atração desse tipo de arte. Ao menos no período imperial, São Paulo foi rota secundária para a apresentação desses artistas, o que não excluiu a existência de agremiações locais, como o Club Haydn[32]. Associação musical, da qual participavam pessoas de diferentes nacionalidades, denominada de "recreativa", agrupava amantes da música que ainda faziam apresentações ao público. Em seu 16º concerto, em 1884, dentre o público estavam o Conde e a Condessa d`Eu. Era anunciado que "às 8h em ponto" começaria o concerto do qual tomavam parte no salão do Teatro São José,

> Madame Arsênio Marques – pianista
> Madamoiselle Anna Toledo – mezzo soprano
> Madamoiselle Alice Seiva- pianista
> Sr. G. Pons – barítono
> Srs. Alexandre e Luiz Levy - pianistas[33]

Estes dois últimos franceses, o primeiro com a função de diretor de concertos e o segundo, comissário arquivista do dito clube. Apesar dos esforços, a apresentação parece não ter sido do agrado da Princesa Isabel que comentou em seu diário: "A noite, o concerto do Clube Haydn de que mando o programa, soporífico por causa da falta de nuances, ritmo e movimento adequado. Assim mesmo, fizeram muito para os meios de que dispunham e sobretudo atendendo a que a orquestra era dirigida pelo Pons, que ouvimos outrora cantar em Petrópolis"[34].

---

[31]. APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 15 de setembro de 1875.
[32] Almanaque Administrativo, Comercial e Industrial para o anno de 1888.
[33] Diário da Princesa Isabel In: MOURA, Carlos Eugenio Marcondes de (org) ... op. cit., p. 264.
[34] Ibidem, p. 243.

V. 2 – *Voilà*: Hotéis e restaurantes.

Onde se abrigava esse conjunto de artistas quando vinham de fora? Em 1851, por exemplo, havia uma Companhia Italiana na cidade que se instalou na hospedaria do francês Frederico Fontaine. Os hotéis, mesmo que inicialmente modestos, já em meados do século ocupavam algumas casas paulistanas, mas eram permeados por olhares de desconfiança e afastamento, segundo aponta Affonso de Freitas e corrobora Ernani da Silva Bruno:

> a vida coletiva dos hoteis feria a suscetibilidade da população paulistana com o aspecto de uma promiscuidade perigosa e intolerável, incompatível com o regime de tacanho recato, cheio de reservas e retraimentos que só se abrandava após largo período de convívio e de adquirida estreita amizade [...]. Ainda em 1852 não existiam propriamente hotéis em São Paulo, senão apenas dois restaurantes, sem hospedagem: do Charles e do Fontaine, dois franceses com sistema mercenário de comida...[35].

Na concepção de Freitas, mulher desacompanhada que freqüentasse hotel "caía na boca do mundo". Ademais,

> os fazendeiros desembarcados na rua da Estação jamais procurariam acomodar-se em hotéis. Para as suas vindas do interior preferiam alojar-se no recesso familiar de amigos ou de parentes. Também montavam residências na vizinhança ferroviária que, na maior parte dos casos, ficavam fechadas ou cuidadas por serviçais de confiança. Hotéis eram coisas para forasteiros, viajantes e mulheres de suspeita conduta[36].

Se as tradicionais famílias paulistanas assim pensavam ao longo da primeira metade do XIX, isso não significa que a hospedaria, portanto não só restaurante[37] – como afirmou Freitas- deixasse de ter a sua própria dinâmica. São Paulo daquela época, sem dúvida, não era uma cidade soturna e pacata.

Ângelo Cheadens, de 25 anos, estrangeiro, residia na hospedaria. E com ele, pelas 9h da noite do dia 20 de setembro de 1851, ceavam em uma sala em separado, próxima da cozinha onde um escravo e uma escrava, ambos arrendados, ocupavam-se com preparar e servir as "iguarias", não só a hóspedes, mas a pessoas que vinham visitá-los ou

---

[35] FREITAS, Affonso A. apud. BARBUY, Heloisa Maria Silveira. *A cidade-exposição: comércio e cosmopolitsmo em São Paulo, 1860-1914 (estudo de história urbana e cultura material)*. São Paulo, 2001. Tese. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, p. 111.

[36] JORGE, Clóvis de Athayde. Santa Ifigênia. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1999, p. 132

[37] Essa informação foi retificada por Ernani da Silva Bruno, o qual aludiu que Fontaine dava hospedagem mediante carta de recomendação. BRUNO, Ernani da Silva. op. cit., p. 693.

simplesmente fazer uma refeição. Os franceses David Maia e Marcelino Gerard (este, empreiteiro de obras e fabricante de tijolos que se tornou muito conhecido na cidade), além de alguns italianos da dita Companhia, tanto homens, quanto mulheres, estavam lá. Uns já se conheciam, outros foram apresentados na ocasião.[38]

A estalagem de Fontaine continuou funcionando até o final de 1855, quando aos 48 anos de idade, "mais ou menos"[39], faleceu. Porém, fator relevante é que a hospedaria acabava por se tornar espaço de sociabilidade, de conversa, distração.

Hospedagem, bilhar, e refeições também podiam ser encontradas em 1857 na Rua do Comércio. A francesa Felicia Lagarde era proprietária do Hotel da Providência, onde tinha "continuadamente um sortimento de peixes, camarões, e ostras. Haverá doravante empanadas todas as noites. As pessoas que quiserem para suas casas será prudente avisarem uma hora antes"[40]. À refeição noturna, somavam-se as dificuldades em trazer frutos do mar frescos de Santos[41] e a alternativa de encomendar, pelo menos "uma hora antes", comida para casa.

Vários fios de um novo viver, novos costumes impregnavam paulatinamente os hábitos paulistanos e os franceses eram agentes nesse processo. Ao que parece, os primeiros restaurantes da cidade foram gestados no interior desses hotéis. O comer fora, encomendar refeições; a freqüência que, de fato, não era só de forasteiros, mas também de habitantes da cidade; e o divertimento com o bilhar; atestam nichos dessas mudanças. Se de início a elas eram imputadas certas resistências, com o passar do século adquiriram tons de refinamento europeu de modo que a elite fez desses lugares um de seus pontos de passagem.

Pedro Imbert chegou ao Brasil em 1842 aos 17 anos de idade e, durante oito, morou no Rio de Janeiro. Em 1858 já constava na listagem do Almanaque Administrativo,

---

38. APESP. Processo-crime. Rolo 08. Notação 138.
39 Denominação comum nas fontes.
40 Correio Paulistano, 4 de julho de 1854 apud BARBUY... op. cit., p.112.
41 BARBUY ... op. cit., p.112.

Mercantil e Industrial, no largo São Francisco, próximo à Academia de Direito, com o *Hotel des Voyageurs*. Aos viajantes, nacionais ou estrangeiros, dizia ter "bom acolhimento e a mais agradavel hospedagem". Localizado em um sobrado de esquina com sótea - uma espécie de terraço sob o telhado – ainda alardeava a "excellente vista" que oferecia a seus fregueses.

Nota-se que era prevista e até esperada a existência de restaurantes nos hotéis, conforme se pode observar nas próprias palavras de Imbert em anúncio:

> Ninguem contestará que uma das primeiras necessidades em os estabelecimentos desta ordem, é uma bem dirigida e aceiada cosinha, e neste sentido o proprietario se ufana de haver feito a melhor aquisição a desejar, pois tem incumbido a direção da mesma a um habil, provecto chefe, que outrora já ocupou este lugar, em algumas das principais casas da Aristocracia Européa.[42]

Também neste ramo, o hoteleiro, aproveitava-se da influência européia, de modo especial a francesa, utilizando como chamariz seus elementos. Tanto o dono, quanto o nome do hotel eram franceses e, não contente com isso, o que denota certa exigência do público no que concerne aos restaurantes, alude o cozinheiro, ou melhor, o *chef* que trabalhou nas residências aristocráticas européias.

O *Hotel des Voyageurs* não teve existência longa. Pierre, ou Pedro, Imbert faleceu em 1860. Através de seu inventário pode-se adentrar um pouco nesse estabelecimento da São Paulo oitocentista. Ao chegar, o freguês já se deparava com uma "taboleta de rua", onde as refeições do dia poderiam estar anotadas ou algo que pudesse chamar a atenção do passante, ademais de uma "vidraça de rua", na qual provavelmente expunha objetos consignados para a venda. Logo a seguir mais uma vidraça e seu balcão. Não foi feita a descrição quarto a quarto, mas sabe-se que havia 10 camas com colchão e travesseiro, lençóis de linho e de algodão, fronhas grandes e pequenas cobertas de lã e algodão, e colchas de chita. Para o divertimento, um bilhar com seus pertences, e na cozinha alguns aparatos. Além de uma mesa para preparar massas, pois também se incumbia "de quaisquer enconmendas de jantares, ceias, massas, etc., precedendo ajuste e a necessaria

[42] Correio Paulistano, 13 de agosto de 1857 apud CAMPOS, Eudes.*Arquitetura paulistana sob o Império.* Aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo. São Paulo, 1997. Tese. FAU-USP, p. 343.

antecipação"[43], tinha 29 fôrmas de empadas, um aparelho de louça para café, e um de chá incompleto, dúzias de colheres, facas e garfos e copos para diferentes tipos de bebidas. Aliás, esse era um dos pontos fortes da casa. Garrafas e garrafas de vinho do Porto, Bordeaux, *cognac*, cerveja de Petrópolis, *champagne*, *vermouth*, absinto, licores e água ardente do Reino. Para a preparação das comidas contava com latas de ervilha, champignon e salmão, como também sal fino, vidros de mostarda inglesa, francesa e de frutas. Para vender, charutos e, para a sua segurança, uma espingarda. Aos fundos do hotel tinha também animais: 1 cavalo, 1 égua, 1 ovelha e 1 leitão[44].

Pela listagem com os nomes pertencentes às dívidas ativas (a quem a herança devia pagar) e passivas (quem devia pagar à herança), descortina-se que o *Hotel des Voyageurs*, não era só para viajantes. O Dr. Pedro Taques de Almeida, o Alferes Dionizio Amor, o cadete Muniz, e mesmo o compatriota Certain, todos moradores da cidade, tinham dívidas pendentes. Por outro lado, Imbert devia a Pedro Bougarde, francês dono de loja de roupas feitas, e a David Frères do Rio de Janeiro, certamente por ter adquirido algum produto importado da Europa.

Ali perto da Faculdade de Direito, igualmente no Largo do Colégio, em meados do século, outro hotel com um francês à frente desaparecia. O Hotel do Universo, de João Lefebre, investia em anúncios no Correio Paulistano, só que voltados, de modo especial, para os produtos de sua cozinha:

> Nesse hotel, a cargo do abaixo assignado, encontra-se-há todos os dias bons petiscos a saber – peiche – ostras – pasteis – empanadas - tortas, tanto de peiche como de carne – café, chocolate, chá,etc. Na mesma casa se aprompta jantares para festejos de annos, batisados, casamentos, pois o mesmo hotel se acha prezentemente bem montado[45].

Ritos de passagem como batismo e casamento eram correntes e ocasiões próprias para festejo. E foi nesse filão da sociabilidade paulistana, do receber convidados, jantares, festas que os franceses se imiscuíram. O foco da propaganda não eram mais tão somente

---

[43] Ibidem
[44] ATJSP. Inventário de Pedro Imbert. Nº do processo: 765. 3º Ofício da Família, 1860.
[45] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 30 de outubro de 1855.

os forasteiros, mas os próprios habitantes da cidade que faziam suas encomendas, tornavam o hotel ponto de encontro para conversas, enquanto consumiam petiscos e bebiam algo.

Não obstante, a preparação dos pratos era só uma das vertentes do negócio. Artigos variados, tanto em conteúdo, como em nacionalidade (de proveniência européia ou mesmo nacional) podiam ser encontrados no Hotel do Universo que, entretanto, era mais conhecido como Hotel Lefebre, nome de quem o gerenciava – na memória e no cotidiano, as relações pessoais predominavam:

> Generos para vender
> Vinho Márquez de Pombal, Porto Velho, Lisboa, Madeira, Málaga, Xerez, Setubel, Geropiga, Frontignan, Champagne Cliccot, Grad Vin Mousseusu, Genebra Holandeza (...) azeite de Bordeaux, Cervejas Bourgogna, Bourdeaux, Margeause, (...) doces franceses em calda, ditos portugueses, marmeladas, goaibada, ameixas, passas, amendoas, azeite de Marseille, conservas inglesas, truffes, petit pois champignos, ostras, camarões, peixes, pate d'Italia (...) aricots verts, lampie aux poreaux e a Bodéleze, paté de volnita, paté de perdeaux, truffe, sardines de Nantes e Portugal (...), paté de fere de canard, paté de liorre, asperjes (...) azeitonas portuguesas, manteiga hollandeza, francesa, sal refinado, chá bysson e preto superiores, chocolates ...[46].

Enfim, uma miscelânea de comestíveis e bebidas, das quais não deixavam de constar as "refinadas" denominações em francês e alguns itens de mais difícil obtenção, que não deveriam ser de consumo cotidiano da maior parte da população, porém para determinadas ocasiões.

Lefebre morreu próximo ao natal de 1866. Sua esposa, Maria Gomes, tentou ficar à frente do negócio por algum tempo e negociar as dívidas. O inventário[47] arrastou-se durante anos. O montante de dívidas ativas era maior do que todo o espólio deixado por ele. A despeito do processo ter começado em 1867, em 1881, ou seja, 14 anos depois, ainda havia credores sendo pagos. Sob essas condições, o hotel parou de funcionar. Em 1870, o juiz determinou que se fizesse leilão dos bens. Como de costume, as primeiras

[46] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 14 de outubro de 1862.
[47] ATJSP. Inventário de João Lefebre. Nº do processo 1167. 3º Ofício da Família, 1867.

arrematações foram nulas. A estratégia dos compradores era aguardar e, assim, forçar a baixa dos preços.

Diversas cadeiras de palhinha estavam espalhadas pelo hotel, que contava com 9 marquesas com colchão e travesseiro, portanto, mais ou menos, nas mesmas proporções de acolhimento que o *Hotel des Voyageurs* de Pedro Imbert. Além dos lençóis e das fronhas compridas e pequenas, colheres, facas e garfos, 2 conchas, havia 10 toalhas de mesa e 30 de rosto. Os 36 guardanapos eram para uso intercalado na sala onde se davam as refeições. Duas mesas grandes e duas pequenas envernizadas de jantar deixam perceber que sentar lado a lado era comum. A ceia era coletiva. Três jovens escravos faziam o trabalho, fora o cozinheiro – parte importante do negócio – que preparava a comida e não figurava dentre os cativos.

Lefebre entremeava as compras para seu estabelecimento em armazéns de secos e molhados na própria São Paulo e no Rio de Janeiro. No âmbito dos hotéis, a obtenção de importados não se dava por via direta, mas através de intermediários, em geral, não compatriotas – brasileiros e/ou portugueses – que tradicionalmente lidavam com esse tipo de comércio - o dos armazéns.

Então, continua a se confirmar alguns dos veios pelos quais a economia citadina girava e nas quais os franceses estavam engrenados. Três eram os caminhos para a chegada de produtos da França aos seus imigrantes que viviam na São Paulo da segunda metade do XIX: importação direta através de viagens à Europa e acordos com negociantes de lá, ou por relações de matrizes instaladas em território francês e filiais no Brasil; ir ou encomendar do Rio de Janeiro, onde havia maior quantidade de transações diretas de importação e ali efetuar a compra do estoque, vendendo-o por preço mais elevado no estabelecimento, dado os custos da viagem, possibilidade ainda era adquirir os produtos em São Paulo, a menor preço se comprados em casas cuja importação era direta, ou mais caros se comprados em casas cuja intermediação era feita pelo do Rio de Janeiro.

Nesse processo, era fundamental o crédito. E aqui se toma o ideário de Maria Luiza de Oliveira. "Consideramos como relação de crédito não apenas o empréstimo de dinheiro como talvez fosse o mais estrito, mas toda transação de compra e venda que era efetuada sem o pagamento imediato"[48]. E assim, baseado em relações pessoais de confiança, autoridade e reputação, para que houvesse essa troca, estava em jogo uma série de elementos. A reputação na praça estava imbricada em uma teia de informações, à rede de amizades e à qualidade da relação, se familiar, de amizade ou de negócio[49]. Fazia parte das práticas diárias "emprestar dinheiro, disponibilizar primeiro a mercadoria para receber depois, prestar o serviço hoje para ser pago em outra ocasião"[50]. Portanto, estar devendo era condição comum e se consubstanciava nas dívidas ativas e passivas, subtraindo ou somando. Essa situação, por outro lado, não excluía a bancarrota, como aconteceu com Lefebre em que o monte-mór foi ultrapassado pelas dívidas a serem pagas.

A circulação de mercadorias e serviços dava-se mais no âmbito do crédito, do que do numerário propriamente dito. "Era corriqueiro entrar em uma loja, levar a mercadoria e combinar o posterior pagamento, assim como pedir o auxílio, por exemplo, do médico, e pagar no futuro, ou mesmo bater na porta de um vizinho ou parente e pedir algum dinheiro"[51].

Logo, abria-se uma complexa teia de relações creditícias que ultrapassava fronteiras. Nas importações isto também ocorria. Nos três caminhos acima indicados, entremeava-se a venda feita a fiado, em geral envolvendo juros da casa importadora e, por outro lado, o imigrante francês que não só vendia fiado ao seu freguês, mas no Rio de Janeiro e na própria São Paulo comprava dessa maneira no varejo ou no atacado. Toda essa circulação pode ser percebida através dos registros de escritura, onde aparecem obrigações de dívida e

---

[48] OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Relações sociais e experiências da urbanização*. São Paulo, 1870-1900. São Paulo, 2003. Tese – FFLCH-USP, p. 10.
[49] Ibidem
[50] Ibidem.
[51] Ibidem, p. 111-112.
APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 30 de maio de 1870.

hipoteca – que grosso modo, envolviam quantias mais altas, colocando por garantia bens móveis ou imóveis –; as letras cujas quantias eram menores se comparadas à hipoteca e contavam com o endosso de alguém [52]; e, finalmente, as quitações.

Não obstante, fornecer crédito era também correr o risco de não ser pago. As últimas tentativas de resgatar o numerário da dívida davam-se quando da falência da casa comercial ou da morte de seu dono através do inventário. Tanto no primeiro, como no segundo caso, os montantes devidos poderiam ser satisfeitos pela arrematação dos bens, ou seja, o leilão; e no segundo caso, particularmente, se o espólio deixado tivesse condições de cobrir a dívida sem que fosse necessário o leilão. Nessa perspectiva, as relações creditícias figuravam durante a vida das pessoas, e mesmo após a sua morte, quando os credores iam ao inventário colocar comprovantes e reclamar quantias.

Lefebre tinha uma lista de devedores cujos nomes eram de portugueses e/ou brasileiros, em sua maioria moradores da cidade, os quais freqüentavam seu estabelecimento ou faziam alguma encomenda e ali ficavam devendo. Por seu turno, esse francês também comprava comestíveis e bebidas fiado. Na Rua do Imperador e na Rua do Comércio existiam armazéns de secos e molhados com venda por atacado. Só nessas duas casas comerciais adquiriu manteiga, velas, açúcar, sabão, cerveja, caixa com passas e figos. Da casa de Cardoso Pereira & Sampaio, no Rio de Janeiro, a variedade de itens era maior: barris de vinho, (do Porto, branco e tinto); licor; chá 'hysão' e preto; chocolate; caixa de massas, de queijo, de cerveja, de frutas francesas e portuguesas; nozes; salame; latas de atum e sardinha; amêndoas e 3 barris com manteiga[53]. Não era só no trato diário com a freguesia ou com os fornecedores que se dava essa prática. Por vezes, ela era necessária para a própria consecução, ereção do comércio. O Hotel do Universo só se constituiu porque havia relações creditícias envolvidas. Os imigrantes franceses, em geral, vinham

[52] Cf. OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de ... op. cit.
[53] ATJSP. Inventário de João Lefebre. Nº do processo 1167. 3º Ofício da Família, 1867.

desprovidos ou com pouco dinheiro e uma das saídas era fazer sociedade com quem dispunha de certo capital.

A trajetória do Hotel do Universo passou por diversas vicissitudes. Tudo começou na residência do Major João Maria de Souza Chichorro, proprietário que arrendou a Jose Narciso a casa onde foi instalado o hotel. Narciso tinha ali montado um estabelecimento, o mobiliado e pago alguns aluguéis, de modo que somava dois contos de réis de investimento, quando resolveu formar sociedade com dois franceses, o dito Lefebre e Pedro Carlos Steveaux. Lefebre ficou a cargo da gerência e "as despezas e os lucros da sociedade são examinados cada trez meses e divididos igualmente pelos sócios depois de tiradas as despezas da casa"[54].

Em contrapartida, Steveaux e Lefebre, além de entrarem com o trabalho, teriam que se responsabilizar pelas dívidas contraídas por Narciso que quase somavam o valor dos 2 contos de réis com que entrara (1:680#000) e para as quais havia hipotecado a mobília pertencente ao hotel: "isto he obrigao-se a pagar ao credor Manuel Baptista de Carvalho e Souza, o restante de sua divida de hum conto cento e oitenta mil reis, e ao Doutor João Nepuceno de Sousa Freire sua dívida de quinhentos mil reis com os premios vencidos"[55], ou seja, com os juros já correndo.

Seis meses depois, em 13 de março de 1856, a situação mudava. Steveaux não era mais sócio. José Narciso Coelho, por sua vez, tinha comprado o sobrado do Major Chichorro. Naquele momento Lefrebre se associava a outro francês, o conhecido ourives Luis Supplicy. Ambos então formavam "huma sociedade para o estabelecimento e costeio de huma Hospedaria e caza de comidas, sita nesta Capital no Largo do Palacio e denominado Hotel do Universo" em que "ao sócio João Lefebre pertence exclusivamente a direção do estabelecimento, a administração e o costeio do mesmo; as compras, e despezas diarias, assim como as cobranças das dividas feitas pelos consumidores a favor da caza".

[54] APESP. Escritura de sociedade. Livro nº 51, 1855.
[55] Ibidem.

Tanto os lucros, quanto os prejuízos seriam divididos igualmente, mas – veja-se a importância do cozinheiro – "o socio Luiz Supplicy querendo compensar por alguma maneira o trabalho do socio João Lefebre e de sua senhora, empregados ambos effetivamente na administração e costeio do estabelecimento, soma a seo cargo particular o pagamento do salario do cosinheiro que estiver empregado na casa"[56].

Colocadas essas condições, a idéia era comprar a casa e a parte correspondente a Jose Narciso Coelho. Tudo em um montante de 4:980#000. Forma de pagamento? Crédito através das letras passadas por Supplicy e Lefebre a Narciso por meio das quais se comprometiam a pagar 80# mensalmente durante cinco anos. Os dois novos sócios tinham quantias guardadas, contudo, o crédito fazia parte da dinâmica social e comercial.

A sociedade não durou muito. As oscilações e instabilidade apareciam, não só através da constante mudança de endereço, como também pelo passar de mão em mão com diferentes proprietários. Supplicy já bem estabelecido como ourives não tinha por que enveredar a outro ramo de negócio. A sociedade foi uma maneira de ajudar o compatriota. Cobriu a maior parte do que Lefebre devia. Por isso, cinco meses depois vendia o que lhe correspondia como sócio do Hotel do Universo, o que significava a maior fração. Em 06 de julho de 1856, Lefebre, Supplicy e um outro francês, Antonio Bayeux, foram ao cartório fazer escritura. Quatro contos e cem mil réis era o valor estipulado para a venda com "pagamento da forma seguinte = o primeiro pagamento de hum conto de reis a 12 mezes, o 2º de 1 conto de reis a 24 mezes, o terceiro de 1 conto de reis a 36 mezes e o quarto de hum conto de reis a 48 mezes – premio de 1% ao mez"[57]. Tratava-se de 1 conto de réis por ano ou aproximadamente 84# mensais.

Bayeux se mudou de Campinas para São Paulo, trazendo consigo uma escrava e foi residir no Hotel para que pudesse entrar com o seu trabalho e o da cativa. Então, no dia seguinte, voltaram ao Cartório para fazer uma escritura de declaração: "Fica sem vigor o

[56] APESP. Escritura de sociedade. Livro nº 51, 1856.
[57] APESP. Escritura de venda. Livro nº 51, 1856.

artigo 10º da Escritura da Sociedade. O novo socio Antonio Bayeux entra para a sociedade com huma escrava e a sua pessoa para o serviço do estabelecimento, compensando assim o serviço de João Lefebre e de sua senhora, devendo, por isso o cosinheiro ser pago pela sociedade"[58].

Relação de sociabilidade, não significava deixar de lado o que era devido. Supplicy garantiu a Lefebre 56 letras no valor de 80# cada para o pagamento de Jose Narciso Coelho. Por tratar-se de uma sociedade em que os lucros seriam divididos não era idôneo Bayeux arcar sozinho com todo aquele montante. Daí ambos hipotecarem o Hotel do Universo com seus pertences a Supplicy, nove dias depois da última transação[59]. Como fizeram, não se sabe, porém, em 6 de abril de 1861, Supplicy deu quitação à dívida[60]. Cinco anos depois, Lefebre faleceu e em 1870 o juiz decidiu pelo leilão dos bens. Após esse período, não mais se ouviu falar do Hotel do Universo.

Não obstante, um estabelecimento que passou pelas mãos de pessoas de várias nacionalidades, experimentando diferentes nomes e logrou chegar à beira do século XX com status de hotel, foi o que teve por primeiro nome, Hotel Paulistano. Assim como os dois últimos mencionados, em meados do oitocentos, ficava situado em um sobrado arrendado, o que representava "a ocupação das antigas e tradicionais residências paulistanas por casas de comércio, algumas das maiores delas tendo servido ao estabelecimento de hotéis geridos, na grande maioria, por estrangeiros."[61]. Tal significava, como atesta Barbuy, que

> a cosmopolitização da cidade foi-se dando aos poucos e no que diz respeito à sua conformação material, se manteve por décadas inalterada ou quase. Foi lentamente que se processou a simbiose entre o estrangeiro e o nacional. Franceses, alemães, italianos e outros, com seus padrões mentais, seus hábitos de comércio, experiências e modos de vida próprios, adaptando-se às circunstâncias, condições e valores locais, estabeleciam-se na cidade, veiculando padrões e produtos estrangeiros por um lado, por outro nacionalizando-se. O

[58] APESP. Escritura de declaração. Livro nº 51, 1856.
[59] APESP. Escritura de hypoteca. Livro nº 51,fl. 156, 157, 158, 158 e 159.
[60] APESP. Escritura de quitação. Livro nº 54, fl. 4 e 74v.
[61] BARBUY ... op. cit., p. 116

cosmopolitismo de São Paulo só se apresentava realmente visível, isto é, dominante na arquitetura e no urbanismo no limiar do século XX[62].

Portanto, esses estrangeiros, vindos antes da grande imigração de massa, nos quais estavam também os franceses, "figurantes mudos" para a maior parte da historiografia, gestaram paulatinamente o cosmopolitismo tão apregoado no fim do XIX e na *Belle Époque* paulistana. Já em 1855 o Hotel Paulistano, por exemplo, ao lado de outros, trazia novos elementos, adentrava em um veio que alguns memorialistas e viajantes diziam ser calcado por soturnidade e refração à convivência.

Um desses elementos foi o "comer fora", degustar refeições para além das feitas em casa, mesmo que fosse no recolhimento da própria morada. Adolfo Dusser, francês então proprietário do estabelecimento, anunciava correntemente no Correio Paulistano. E em fevereiro de 1855 avisava que na Rua São Bento, nº 35, "encontra-se (...) a todas as horas muito boas comidas e nas 4as feiras e sabbados havia torta alcreme, podim, pasteis de galinha e outros petiscos. O mesmo estabelecimento encarrega-se de fazer todas as encomendas para fora"[63].

Em 1862, não mais Dusser, porém José Mayer afiançava servir em mesa redonda o almoço às 9h30 e o jantar às 3h30[64]. Maria Paes de Barros, que viveu na cidade em meados do século, relembra em suas memórias que "como em todas as casas desse tempo, as refeições eram servidas cedo. Almoçava-se às nove horas; às duas em ponto era servido o jantar; às oito, já noite, o mulato Joaquim trazia uma grande bandeja com xícaras de chá, que ia passando a toda família instalada em volta da mesa"[65]. Se bem que no hotel, apesar desse aviso, comidas e bebidas podiam ser encontradas a qualquer hora pelo freguês.

---

[62] Ibidem, p. 116-117.
[63] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 17 de fevereiro de 1855.
[64] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 28 de abril de 1862.
[65] BARROS, Maria Paes de. No tempo de dantes In: MOURA, Carlos Eugenio Marcondes (org) ... op. cit., p. 93

Pelas alturas de 1865, o Hotel Paulistano continuava com o mesmo nome, mas já em mãos de Evaristo Gautier. De forma resumida, "propagandeava" as qualidades de sua casa já muito conhecida, "tem todas as commodidades necessárias para familias e outros passageiros, por preços rasoaveis. Situado no lugar mais publico e alegre da cidade, dispõe de bom cosinheiro, criados para servir, e estrebarias para commodo dos animais"[66]. Em geral, os criados eram libertos ou escravos alugados. No fim desse mesmo ano, já doente, o francês vendeu o hotel a compatriota Rosalia Boudrot[67].

Veja-se a fluidez dos ofícios, a improvisação dos papéis. Poucos meses antes, Rosalia Boudrot era vizinha do Hotel na Rua de São Bento e configurava-se como modista e costureira de Paris[68]. Porém, logo que o adquiriu não perdeu tempo em fazer anúncio de ser a nova diretora, ter "distincto cozinheiro francês, que prepara as iguarias as mais procuradas e novos creados promettem uma grande rapidez e um aceio exemplar no serviço."[69]. As palavras "aceio" e "rapidez" acabavam por dar um tom de eficiência, dinamismo, dignos da introdução do tempo burguês. Além do almoço (às 9h) e do jantar (às 3h), para a sociabilidade noturna, o freqüentador do hotel dispunha de ceias completas e de bebidas quentes, como café, chá e chocolate.

Apesar da dita existência do cozinheiro francês, no mesmo dia Boudrot clamava em anúncio querer arrendar um escravo cozinheiro e pagar uma pessoa livre que soubesse costurar e engomar - já que aceitava pensionistas, deveria providenciar a lavagem de suas roupas. A presença de escravos e libertos era constante ao lado dos franceses em seus ofícios. Mão-de-obra barata e indício de adaptação aos usos da localidade que escolheram por morada, por outro lado, aí estava imbricado um veio que punha em xeque o seu caráter de agente "civilizador". Bem entendido por Lená de Medeiros, os imigrantes franceses

[66] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 06 de abril de 1865.
[67] APESP. Escritura de compra e venda. Livro nº 57, fl. 140v e 141.
[68] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 10 de julho de 1865.
[69] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 23 de dezembro de 1865.

acabavam por propagar a ordem escravista denotando os limites da "civilização" que traziam consigo.

> Dentre todos os silenciamentos existentes, destaca-se a inserção do imigrante – inclusive do imigrante francês – na lógica escravista, demonstrando a existência de caminhos que se afastavam da mão única pela qual uma Europa 'adiantada' ensinava novas formas de viver aos povos 'atrasados', condenando, por exemplo, formas compulsórias de trabalho[70].

Como qualquer outra nacionalidade, os imigrantes franceses quando chegados em São Paulo tendiam a procurar compatriotas por questões diversas, mas também pelas dificuldades iniciais com a língua. E assim formava-se uma teia de ajuda mútua. Então, sob essa ótica, afora escravos e libertos, os negociantes tendiam a chamar outros franceses para trabalhar consigo.

Era o caso de Rosalia Boudrot, que modificou o nome de Hotel Paulistano, para Grande Hotel de Pariz em alusão à capital da França e ao "ar francês" que ali pairava. Pierre Lanbergent era empregado do estabelecimento e, quando a proprietária adoeceu, assumiu a gerência. Até mesmo a enfermeira, que cuidou dela durante os infortúnios da enfermidade ao longo de 40 dias, era francesa, Mme Chaumetti.

Rosalia Boudrot não foi exceção na malha do crédito e nesse âmbito o leque de nacionalidades se ampliava. Devia 3 meses de aluguel ao Dr. Vicente da Costa Cabral, dono do sobrado da Rua São Bento e, "não podendo prompto saldar a dívida", hipotecou alguns pertences do Hotel, dentre os quais figuravam animais utilizados para locomoção: 1 burro preto, 1 besta picaça, 1 besta ferreira, 1 besta ruana e 2 carroças com arreios. Também constavam móveis e pertences de cosinha, como 6 frigideiras e 8 cassarolas[71].

Em 1879, pedia emprestado a Amaro de Araújo Ribeiro três contos de réis, quantia que pretendia ressarcir em 4 meses, com juros de 1%. Mais uma vez recorreu à hipoteca. Só que esta era composta pela maioria dos itens existentes no hotel, inclusive dois escravos.

---

[70] MENEZES, Lená Medeiros de. A emigração nos anúncios de jornais do Rio de Janeiro: facetas parisienses do sonho civilizatório. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla. *Entre a Monarquia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia.* Rio de Janeiro; EdUERJ. No prelo.

[71] APESP. Escritura de reconhecimento de dívida e penhor. Livro nº 60, fl. 82, 82v.

Tanto por esse veio, como pela descrição feita em seu inventário, é possível reconstituir o interior do estabelecimento.

Em anúncio de 1875, para além de afirmar que dispunha de um "habil e perito" mestre de cozinha e por isso se prontificava, sob encomenda, a fazer, de acordo com suas palavras enaltecidas, "magnificos almoços, lautos e sumptuosos jantares e magestosas ceias"[72], salientava que os cômodos do hotel foram restaurados.

Então, que se abram as portas do Grande Hotel de Pariz. Na sala e alcova da frente, o primeiro quarto com:

- 1 cama francesa de solteiro
- 1 cortinado de cama
- 1 travesseiro
- 2 almofadas de pena
- 1 colxão de molas
- 1 colxão sem molas
- 3 pares de cortinas para janelas e seus pertences
- 2 consolos
- 1 armario envernizado
- 1 cabide de ferro
- 1 espelho grande com vidro quebrado e moldura dourada
- 1 sofá de palhinha
- 1 cadeira de balanço
- 4 cadeiras envernizadas
- 1 mesa americana de centro
- 2 tapetes
- 2 quadros
- 1 bacia e 1 jarro branco

2º quarto
- 1 cama francesa de solteiro
- 1 cupola e cortinado
- 1 travesseiro
- 2 almofadas de pena
- 1 colxão de molas
- 1 colxão sem molas
- 2 pares de cortina de janelas
- 2 consolos austriacos
- 1 cabide de madeira
- 1 espelho oval de madeira dourada
- 1 sofá
- 6 cadeiras de encosto de palhinha
- 2 cadeiras de braços
- 1 mesa de centro
- 1 tapete
- 1 bacia e 1 jarro branco
- 1 urinol

[72] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 24 de outubro de 1875.

- 1 lavatorio com espelho e tampo de mármore
- 1 par de escarradeiras e louça branca

3º quarto
- 2 camas para solteiro
- 2 travesseiros
- 2 almofadas
- 3 colxões
- 1 cabide
- 2 cadeiras de palhinha
- 1 mesa pequena
- 1 bacia e 1 jarro
- 1 lavatorio de madeira

4º quarto
- 2 camas
- 4 colxões
- 1 travesseiro
- 2 almofadas
- 1 commoda
- 1 guarda-vestidos com vidraça
- 1 bacia e 1 jarro

5º quarto
- 1 cama
- 1 colxão com molas
- 1 colxão sem molas
- travesseiro e almofadas
- 1 mesa
- 1 relogio de mesa
- 1 armario
- 1 guarda-roupa invernisado

Em uma sala conjugada ao quarto:
- 1 mesa de jantar
- 6 cadeiras com assentos de palha
- 1 mesa pequena
- 4 quadros
- 1 espelho com moldura dourada com defeito
- 1 lavatorio e seus pertences

6º quarto
- 2 camas
- 3 colxões
- 2 travesseiros e 2 almofadas
- 1 cortinado e cupola
- 1 cadeira de balanço
- 4 cadeiras pequenas
- 1 bacia e 1 jarro
- 1 toilette com tampo de mármore

7º quarto
- 2 camas
- 3 colxões
- 2 travesseiros e 3 almofadas
- 1 mesa pequena

- 4 cadeiras
- 2 lavatorios de madeira
- 1 espelho de moldura dourada
- 2 quadros
- 1 tapete

8º quarto
- 5 camas
- 4 colxões
- travesseiros e almofadas
- 2 cortinas de janela
- 1 criado mudo
- 2 cabides americanos
- 1 sofá
- 2 mesas
- 6 cadeiras de palha
- 1 espelho com moldura de jacarandá
- 1 bacia e 1 jarro
- 1 toillete com espelho e tampo de mármore

9º quarto
- 1 cama de solteiro
- 1 colxão
- 3 travesseiros e almofadas
- 1 copola e cortinado
- 1 cabide de madeira
- 1 mesa pequena
- 2 cadeiras
- 1 bacia e 1 jarro
- 1 banheira nova

Na sala de jantar
- 1 mesa elastica com 6 tábuas
- 2 mesas pequenas
- 12 cadeiras
- 2 espelhos grandes com molduras
- 4 quadros
- 1 armario com vidraças
- 1 porta de vidraça

Cozinha
- encanamento de gás
- toalhas de mesa
- guardanapos
- louça
- talheres
- copos
- cálices
- e mais utensílios[73]

[73] APESP. Escritura de reconhecimento de dívida e penhor. Livro nº 65, fl. 61, 61v, 62.

Observa-se que havia diferenciais entre um quarto e outro. Alguns, por exemplo, eram mais simples e comportavam mais pessoas, outros tinham mais aparatos e, de certo, serviam a 1 ou 2 hóspedes. Com o passar do tempo – mas, ainda antes do ocaso do XIX – as proporções, ou seja, o tamanho dos hotéis continuava o mesmo com um número de 9 a 10 quartos. O que aumentou foi a demanda e isso se percebe pela quantidade de colchões avulsos. Os quartos mais seletos continham apenas mais um além do pertencente à cama. É o que ocorria com o 1º, 2º, 5º e 9º quartos. Já os demais apareciam com 3 a 4 colchões e mais de uma cama. O 8º quarto, por exemplo, tinha 5 camas e 4 colchões. A discrepância entre os quartos, de um lado envolvendo mais privacidade e conforto, e de outro abrindo a possibilidade de abrigar mais pessoas de maneira modesta, guarnecido com móveis e utensílios de menor monta, faz aventar que o público de hóspedes e pensionistas, assim como os quartos, era heterogêneo. Sem dúvida, os mais paramentados e privativos deveriam ter custos mais elevados, enquanto que aqueles com caráter mais coletivo, preços acessíveis.

Ademais dos que pernoitavam, deve-se levar em consideração o público que freqüentava o hotel para tomar um chá ou chocolate, ou ainda experimentar alguns pratos ou petiscos fazendo, por exemplo, da sala de jantar com sua mesa elástica e, portanto, de ceia coletiva - um espaço de sociabilidade. As dívidas passivas permitem visualizar que seus fregueses eram homens e mulheres, brasileiros e estrangeiros. Em uma miscelânea que já trazia a lume antes da imigração em massa, a diversidade populacional e o cadinho cultural em que estava a embebida cidade de São Paulo.

A visualização do Grande Hotel de Pariz, dada acima adveio da hipoteca que Boudrot fez por conta de um empréstimo de 3:000# em 1879. No inventário de 1882, contudo, a descrição relativa a cada quarto revela imagens um pouco diferentes. Camas,

sofás, armários e cadeiras desaparecem[74]. Ao lavatório não se complementou ser de mármore, mas com a palavra "ordinário" que aparecia também ao lado de mesas, camas, cadeiras, cabides e até quadros, significando que aqueles móveis desgastados pelo uso e/ou feitos com materiais de segunda categoria, tinham pouco valor. O que não mudou foi a dita disparidade entre os cômodos. A avaliação dos pertences do primeiro e segundo quarto foi respectivamente 156# e 200#, enquanto que, do terceiro, 13# e do quarto 34#.

Por seu turno, outras partes do estabelecimento tiveram uma descrição mais apurada. Na sala de jantar, além das mesas, dos espelhos, das cadeiras e dos quadros, apareceu uma máquina de costura Singer, 1 sofá, 1 relógio de parede e cinco lampiões de querosene. Lençóis, fronhas, colchas de algodão, cobertores de lã, toalhas para o rosto e guardanapos eram seguidos por: colheres para chá; colheres para sopa; garfos e facas; talheres para salada; pratos e xícaras brancas; sopeira; saladeira; compoteiras; copos para água, vinho e *cognac*; taças para *champagne*; cálices; açucareiros; concha para sopa; travessas; cafeteira; castiçais e até mesmo uma máquina para água gasosa. Quanto aos comestíveis estocados, nada apareceu. E de bebidas, poucas garrafas de vinho Bordeaux, água ardente, licor e "champanha ordinária", o que alude, juntamente com a avaliação dos móveis, certa contraposição à visão de um luxuoso hotel.

Percebendo o filão que se abria no que concerne ao consumo de comidas e bebidas, o que pode ser percebido pela quantidade de encomendas e pela efetiva participação dos habitantes da cidade nessa faceta dos hotéis, ademais de quanto os seus donos investiam, quer materialmente com a contratação de cozinheiros, compra de secos e molhados, importados e/ou nacionais, objetos de cozinha e de mesa, quer com anúncios de jornal, nos quais eram alardeados pratos franceses, bebidas européias, enfim, dando entrada a esses componentes do "Velho Mundo", mormente da França – modelo cultural a

[74] Quanto a esse "desaparecimento" há, pelo menos duas possibilidades, a de no inventário nem todos os bens móveis terem sido relatados ou de Rosalia Boudrot, para cobrir dívidas, ter vendido alguns desses itens. ATJSP. Inventário de Rosalia Boudrot. nº do processo: 869. 3º Ofício da Família, 1882.

ser seguido - alguns franceses passaram a dissociar os restaurantes dos hotéis. Estabelecendo um negócio mais específico, esses imigrantes abriram restaurantes, mais ou menos seguindo os mesmos moldes dados e como se processavam aqueles instalados nos hotéis.

Também na Rua São Bento - o chamado "triângulo" (Ruas Direita, São Bento e da Imperatriz) era multifacetado - Alexandre Bourgain abriu em 1862, o Restaurante de Pariz. Mandou imprimir dois anúncios em um único dia, 27 de novembro de 1862, um em francês e outro em português, o que acentuava o paulatino cosmopolitismo, dos diferentes falares daquela São Paulo. Além da menção comum ao asseio, encomendas e do freguês dispor de bebidas, refrescos, doces e pastéis, aludia que as iguarias eram servidas por meio de uma lista[75], ou seja, um *menu*. Característica esta que não havia sido salientada por nenhum outro estabelecimento francês em anúncio. Uma provável inovação, a escolha dentre outras opções, do prato a ser degustado, com o preço constante ao lado. Não trabalhava sozinho, logo no início precisava de um servente para cozinha, e de uma caixeira para o balcão.

João Didier, por sua vez, deveria ter uma espécie de hospedaria em conjunto com o negócio de comidas, na medida em que mencionava pensionistas. A questão, porém, é que lançou um sistema de venda diferente dos demais compatriotas: a aquisição mensal com pagamento adiantado. Na Rua da Freira, onde estava estabelecido, eram dadas duas opções aos não pensionistas. Na primeira, a comida era entregue em casa ao longo do mês e constituía-se de 4 pratos para o almoço; para o jantar 5 pratos e sopa, e 2 vezes por semana sobremesa. Tudo pelo montante de 30#. E na segunda, opção mais econômica, o freguês deveria se dirigir à Rua da Freira com sua própria louça e assim teria um desconto de 5#, remontando o total mensal a 25#. Já para os pensionistas, a quantia de 30# assegurava

[75] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 27 de novembro de 1862.

além dessas refeições, com o almoço servido às 9h e jantar às 3h, o café da manhã e o da tarde[76].

O *Restaurant Français* podia ser encontrado na Rua da Quitanda em 1875. Ademais de encomendas e de acharem-se, a "qualquer hora do dia ou da noite", comidas prontas, Jules Massias ainda dava aulas, recebendo "também aprendizes para ensinar a cozinhar"[77]. Um pouco mais para frente, em agosto daquele ano, em anúncio cujo fulcro principal era o de salientar o *Gras Doublé a la mode de Caen*, em último lugar colocava "aluga-se quartos mobiliados"[78]. Nessa transição de formar duas categorias diferentes, hotéis e restaurantes, o hospedar e o servir refeições ainda se misturavam. Entretanto, como neste caso, há uma nítida sobrepujança do serviço de restaurante, daí o nome *Restaurant Français*, sobre o "alugar quartos mobiliados".

Os irmãos José e Alexandre Planet atuavam em ramos afins. O primeiro era dono do Hotel da Europa na Rua da Imperatriz. E o segundo, proprietário de Ao Botequim Paulistano, também na Rua da Imperatriz. Com as triviais encomendas para fora, o almoço das 9h da manhã, o jantar das 3h da tarde em "mesa redonda", ou seja, ceia coletiva, além de café com leite, chá, chocolate a qualquer hora, Alexandre Planet tinha dois diferenciais. Um no tocante à privacidade burguesa que começava se processar, tanto nos restaurantes da França, como neste de São Paulo, "havendo sala particular para pessoas que não quiserem ser vistas"[79]. E o outro era o do cosmopolitismo que fazia questão de frisar, pois no estabelecimento falava-se alemão, francês e português. O que denota uma simbiose cultural também no trabalho. Para além dos portugueses e africanos, as nacionalidades que mais se sobressaíam em termos numéricos no período pré-imigração de massa foram a de

[76] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 27 de fevereiro de 1870.
[77] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 01 de janeiro de 1875.
[78] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 08 de agosto de 1875.
[79] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 01 de janeiro de 1875.

alemães e franceses, cuja proximidade em termos de interações na vida cotidiana era patente. Aliás, não só no Brasil, como em outros países da América[80].

Na realidade, nenhum desses proprietários de restaurante, fosse em hotel ou não, eram *experts* em cozinha, nem detinham o *savoir-faire*, mas aventuravam-se alugando escravos mais versados na preparação de alimentos e um ou outro francês que se denominava cozinheiro, porém cujos conhecimentos deveriam ser rudimentares. Improvisar papéis, seguindo a onda da influencia cultural, era estratégia de sobrevivência de muitos franceses.

Eugenio Mauricio Bondan Bolidair, francês dos Pirineus Orientais – e, em 1891, quando da escrita de seu testamento, já naturalizado cidadão brasileiro — chegou em 1858 e tomou São Paulo como lugar de morada até sua morte. Nesse ínterim, foram 33 anos de jornada[81]. Ele também resolveu abrir um restaurante na Penha[82], localidade um pouco longínqua do tradicional "triângulo" e, que ficava no caminho da estrada para o Rio de Janeiro. Em 1870, igualmente, com salas particulares para famílias, eram servidos em mesa redonda, jantares, ceias, licores, champagne, conservas, frutas, águas gasosas e xaropes finos. Estes dois últimos, itens inusitados. Inovador, Bolidair foi o primeiro a ter uma fábrica de chocolate e águas gasosas, que depois expandira para destilaria de licores, espíritos, xaropes e limonadas[83].

Em 1869, adquirira as máquinas necessárias para seu negócio e, nesse momento importante da empreitada, como testemunha da escritura de compra e venda estava o compatriota Pedro Bougade. Em situações fulcrais ou mesmo cotidianas da vida, os franceses pediam que os acompanhassem. Chamavam para testemunhar pessoas de seu meio social e de sua confiabilidade. Daí a validade em se observar as testemunhas, na maior

---

[80] Cf. BOURDELAS, Marjorie. Les immigrants français à la Nouvelle – Orléans du XIXe. siècle: une longue stabilité des formes d´integration. *Annales de Démographie Historique*. Paris: Belin, nº 1, p. 27-42, 2000.
[81] ATJSP. Inventário de Eugenio Mauricio Bondan Bolidair. nº do processo: 507. 3º Ofício da Família, 1891.
[82] Indicador de São Paulo ... op. cit., 1878.
[83] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 20 de julho de 1870.

parte das vezes de mesma nacionalidade, revelando verdadeiras teias sociais, de ajuda e de amizade, em um processo econômico como este de compra e venda. Bolidair comprou: "machina de agoas gazosas completa, com todos os utensílios necessários, da fabrica Lenôtre Mecanicier de Paris; huma machina de engarrafar; huma machina de encher os syphões, 220 syphões em perfeito estado, 300 bombas para syphões, 12 caixas de nove furos; hum filtro, hum funil grande"[84]. O maquinário era então importado da França e deveria vir com algumas instruções. Assim, nesse caso, antes de comercializar, o *savoir faire* era necessário, mesmo que aprendido na prática.

Em 1870, o francês ainda não tinha um local próprio para a venda ao público dos artigos produzidos na pequena fábrica. Seu "chocolate em pó e em pedra, café moído, agoas gazosas e xaropes finos"[85] podiam ser encontrados na *Casa Reele e Cia.* na Rua Direita onde se adquiria por atacado ou a retalho, e ainda "nas principais lojas e confeitarias"[86].

Não obstante, o nome do estabelecimento já estava definido: *Chocolate Paulista.* Poucos meses depois era o Largo do Riachuello, 11 o endereço de sua fábrica, onde um *vermouth* de jabuticaba aguardava a apreciação dos fregueses. Bolidair não fugiu ao vai-e-vem costumeiro de mudança de endereço que pairava no comércio de São Paulo. Pelo Almanaque de 1873, estava na Rua da Imperatriz e, pelo anúncio de 1880, na Rua Vinte e Cinco de Março, 95 – "nesta casa encontra-se todas as qualidades de chocolates finos e cacaos"[87]. Em 1883, com um lado mais conhecido de destilaria, na França era listado no Almanaque Didot Bottin como fábrica de vinagres[88].

Sob a base do crédito e com garantia de hipoteca, em 1876, recém chegados a São Paulo, os franceses Edme Vatan e Joseph Servau, compraram, com o testemunho de Pedro

---

[84] APESP. Escritura de compra e venda. Livro nº 59, fl. 151, 151v.
[85] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 21 de julho de 1870.
[86] Ibidem.
[87] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 17 de fevereiro de 1880.
[88] ADP. ANNUAIRE-ALMANACH du Commerce ou Almanach des 500,000 adresses (Didot-Bottin). Paris : Firmin Didot Frères, Fils et Cie, 1883.

Bougarde, um sítio no Mandaqui com "casas de morada e benfeitorias"[89]. Lavradores na França, pretendiam produzir vinho nesse sítio. E o fizeram de forma provavelmente artesanal, apesar de se denominarem como fabricantes de vinho. Se a empreitada de produzi-lo deu certo ou não, a documentação coletada não permite perceber. Porém, ainda em 1884 estavam às voltas com a quitação do sítio[90].

Essas pequenas fábricas, como também a de Bolidair, mais mecanizadas ou artesanais, eram outro veio de inserção dos franceses naquele universo das bebidas e comestíveis.

Não se pode esquecer o Hotel das 4 Nações, de Joaquim Etchecoin, tão movimentado com seus bailes mascarados, *soirées* e até concertos. Além de espaço para festas noturnas aos habitantes da cidade, o proprietário também tinha foco nos viajantes:

> Este estabelecimento oferece aos viajantes um asilo de recreio o mais agradável, soffrivelmente mobiliado para receber qualquer familia, banhos que tanto necessita um corpo cansado a 1# rs. Mesa redonda por 1#$500 sem vinho, outra mesa redonda a noite às 9h sera servida com toda a elegancia na grande sala de recreio a 1# devendo estar vestidos com decencia. Terá café com leite das 6h da manhã em diante, 320 com pão e manteiga, chocolate, 500, café e licor, 200 rs[91].

Esse anúncio denota alguns elementos contraditórios dos ares europeus de elegância e "civilidade" que se propunha impregnar à São Paulo da segunda metade do XIX. Um jantar servido com "toda elegancia em um hotel soffrivelmente mobiliado" e que tinha que alertar aos hóspedes para vestirem-se "com decencia". Por outro lado, linhas de inovação estavam sendo incutidas. A dos banhos era uma. As estações de água tiveram seu auge na França do II Império até I Guerra Mundial. À função medicinal, característica desde a Antiguidade, foram agregadas práticas sociais mundanas.

> Os tratamentos com banhos e duchas representavam, já na matriz européia, uma certa liberação do corpo: para não reprimir a circulação, as mulheres eram obrigadas a abandonar o espartilho, tinha-se que ficar nu diante de quem ministrava os banhos, e finalmente, tais tratamentos abriam o apetite. Daí que após os banhos atiravam-se todos à mesa[92].

---

[89] APESP. Escritura de venda e compra. Livro nº 62, fl. 176, 176v.
[90] APESP. Escritura de quitação. Livro nº 69, fl. 139, 140.
[91] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 21 de janeiro de 1862.
[92] BARBUY ... op. cit., p. 135.

Quem mais se caracterizou por essa atividade em São Paulo foi o húngaro Fisher, com a casa de banhos Sereia Paulista. De fato, as diferenças entre as práticas européias e as adaptações locais existiam. Na década de 1860, o serviço de água e esgoto era precário, por isso havia certa procura por esse tipo de serviço, freqüentado somente por homens, mesmo constrangidos pelo novo sistema. Por seu turno, contraditória era também a falta de higiene urbana, a despeito das Posturas que o governo provincial então tentava imputar, e a existência de lugares para banhos como estes[93]. Era a paulatina introdução de hábitos, tidos como "modernos", na cidade que, no ocaso do XIX, já era considerada cosmopolita.

Ademais, percebe-se que a despeito dos ajustes que hotéis e restaurantes faziam em servir as refeições nos horários tradicionais (almoço 9h da manhã e jantar 3h da tarde), deixavam "o comer e beber" flexível a diversas horas do dia e, principalmente, da noite. A sociabilização noturna era crescente. Por isso Etchecoin apostar na ceia coletiva, "elegantemente servida", às 9h da noite. Quer dizer então, que nesses espaços os horários das refeições não eram fixos ou imutáveis. Pelo contrário, novos costumes mesclavam-se aos antigos, de maneira que o "velho" e o "novo" entrecruzavam-se no dia-a-dia da população que vivia na São Paulo da época.

O Hotel das Quatro Nações ficou conhecido como um estabelecimento de "banhos, restaurant e café"[94] que continha uma lista com todos os preços e condições fixadas para que "desta maneira nunca o viajante poderá se queixar de ser surpreendido com contas exageradas"[95]. Até 1865, ficou em mãos do dito francês. Em 1866, comprado pelo italiano José Maragliano, aquele sobrado na confluência das ruas Direita e São Bento, se tornou o Hotel da Itália, para em 1873 tomar o nome de Grande Hotel da França, pertencendo a Adolpho e Amelia Fretin cuja trajetória familiar deixou marcas até mesmo na cidade atual. Casarão, que na primeira metade do XIX pertenceu a Gertrudes Galvão

[93] Cf. BARBUY ... op. cit., p. 138.
[94] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 20 de fevereiro de 1862.
[95] Ibidem.

d´Oliveira Lacerda Jordão, senhora da elite paulistana, e em 1873 a seu filho Manoel Rodrigues Jordão, dada a compra do hotel com seus pertences, passou a ser arrendado por Fretin. Logo, Maria Marigliano transferiu o contrato de arrendamento para Fretin e em presença de Carlos Marquois, o qual nesse momento, nem deveria estar exercendo o papel de cônsul, mas de testemunha como compatriota e fiador solidário[96]. Porém, as solidariedades, mesmo que envolvessem juros, não se davam somente de franceses para franceses. O italiano Julio Guzzi, três meses depois da aquisição do hotel, tornou-se fiador de Fretin e garantia o aluguel até o final do contrato[97].

O Grande Hotel de França era bem afamado na cidade, e tido como de categoria e status elevado. O que "pode ser medido por alguns hospedes ilustres de que se tem noticia (...) os artistas célebres em seu tempo como Pepa Ruiz, Rosa Villiot e Cristina Massart, estiveram ali hospedadas no final da década de 1880"[98]. Maria Luiza de Oliveira teve acesso ao inventário de Fretin que faleceu em 1876, aos 47 anos de idade. No documento, "o mobiliário de cada quarto foi descrito, e havia quartos com cama completa, mesa, lavatório, quadros, espelhos, cadeira de balanço, canapé, cômoda, cabides, moringa"[99]. Não é à toa que era considerado um estabelecimento de grande porte. Diferente dos padrões dos demais, este tinha 28 quartos. Seus bens agregados às dívidas ativas somavam 9:500#000. Contudo, as dívidas passivas sobrepujavam esse valor: mais de 12 contos de réis. Amèlie não queria que os bens fossem a leilão para o pagamento das dívidas. Seu desejo era negociá-las e permanecer à frente do estabelecimento. E, assim, com carta escrita, de próprio punho, seu pedido foi aceito pelo juiz:

> Senão desastre pelo menos duvidas e grave prejuízo a actual proprietária do antigo hotel, que continua na mesma casa e com igual denominação, affugentando-lhes desse modo os fregueses residentes no interior e exterior da Província, onde o mencionado hotel é conhecido, e que poderiam pensar estar sob a pressão de uma liquidação judicial, (...) em

[96] APESP. Escritura de transferência. Livro nº63, fl. 28, 28v e 29.
[97] APESP. Escritura de fiança. Livro nº 63, fl. 60.
[98] BARBUY ... op. cit.,p. 119.
[99] OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de ... op. cit., p. 211.

> poço judicial jamais alcançariam os objetos os preços das avaliações, que a suplicante julga elevados[100].

Fretin confiava em Amèlie. Em 1869, reconheceu nela "todas as qualidades exigidas pelas leis do commercio para poder commerciar em seu proprio nome sem dependencia delle outorgante pela prezente escriptura"[101].

Por outro lado, ter lojas nos "baixos" do hotel era mais um atrativo e comodidade a quem ali se hospedasse, além da sublocação ser um negócio que propiciava, por vezes, uma importante renda extra. Com Fretin acometido pela doença em 1876, e transferida a propriedade e gerência do Hotel, foi ela quem sublocou a Jose Fallon por 6 anos, ao valor de 120# mensais, a loja sita no pavimento térreo, "contendo 1 salla para oficina de costura, no fundo uma loja com abertura para a Rua São Bento e uma sala a direita da loja com abertura para a rua Direita onde tem frente o Hotel"[102].

A trajetória do Grande Hotel de França, porém, seguiu sem os Fretin. Em 1879, o hotel foi vendido. E daí por diante passou por várias mãos, adotou diferentes nomes e sofreu modificações em sua arquitetura denunciando a transformação da cidade, também no aspecto das construções.

> Tal foi o processo de ascensão e decadência do Hotel de França, representativo da trajetória dos velhos casarões: de residência abastada, passando em meados do século XIX, à estabelecimento comercial de alta categoria, para encontrar depois o ocaso, na passagem para o século XX, debatendo-se para sobreviver à modernização da cidade, em estertores que fundariam sua total demolição e substituição não só na arquitetura como na função, isto é, não se constituiria ali um outro hotel, mas tão somente um prédio de lojas e escritórios. De nada lhe valeriam a tradição nem o longo tempo de existência no mesmo local, qualidades tão ciosamente agregadas como valor pelos estabelecimentos europeus, cujos padrões eram, no entanto, interpretação da modernidade, tal como se dava localmente, pressupunha a supressão total do antigo[103].

Em São Paulo, o casal não se dedicou somente a esse ramo. Toda uma história de vida envolvida no comércio paulistano precedeu o Hotel. Adolpho Fretin, por exemplo, em 1865, na casa que já denominada de A. Fretin, inicialmente localizada na Rua de São Bento,

---

[100] ATJSP. 2. O.F., Inventário, Processo 710, 1877 apud OLIVEIRA... op. cit., p. 211.
[101] APESP. Escritura de autorização para commerciar. Livro nº 59, fl. 102, 102v.
[102] APESP. Escritura de transferência de licença para commerciar e prorrogação de arrendamento. Livro nº 63, fl. 117v.
[103] BARBUY op. cit., p. 121.

42, assinalava o seu ofício como o de "armador e estufador de Paris", recebendo diretamente da Europa variedade de móveis para sala de jantar, alcova, e sala de visitas. Cadeiras, sofás, mesas com tampo de mármore, camas francesas, colchões, "mosqueteiros bordados com desenhos muito ricos e de superior qualidade", lavatórios e espelhos. Dispunha-se a colocar cortinas, esteiras, tapetes, quadros e espelhos, fornecendo também "oleados e galões"[104] para preservar e envernizar a madeira. Na sua casa podiam ser encontrados, para além de móveis de madeira, igualmente, alguns feitos de ferro para diferentes lugares da morada, diferentes pessoas e diferentes usos:

> Camas de ferro
> Camas de ferro para casal
> Camas de ferro para solteiro
> Camas de ferro para collegio
> Camas de ferro para criança
> Berço de ferro para criança
> Lavatorios de ferro sem pertences
> Lavatorios com espelho e gaveta
> Estantes de ferro para livros, grandes e pequenos[105].

Quatro anos depois, Fretin enveredou para um ramo completamente diverso ao que se dedicava: o da sociabilidade - no sentido de encontrar comida, bebida e divertimento com jogos em um só lugar. Na Rua da Imperatriz, 50, abriu o *Estabelecimento dos 7 bilhares*. Em realidade, existiam mais que sete bilhares no seu negócio[106]: 3 eram marchetados, 4 de jacarandá e 1 inglês. Fora isso, tinha diversos tacos, compartimentos para guardá-los, inclusive com chaves, e 7 quadros para marcar pontos. O local era bem iluminado por 24 lampiões, e aparatado com 3 espelhos grandes, relógio de parede e 10 quadros com litografias coloridas. Nas 10 mesas de tampo de mármore compostas de 2 cadeiras com assento de palhinha cada, os fregueses podiam jogar dominó, xadrez, damas, pião holandês, acompanhados de cerveja, *cognac*, licor e até ponche, além de charutos para os fumantes. Para que os jogadores tivessem ciência, 3 regulamentos da casa estavam impressos em quadros e colocados em diferentes lugares. Armário envidraçado e vidraça serviam para

[104] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 30 de março de 1865.
[105] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 17 de abril de 1865.
[106] APESP. Registro de compra e venda. Livro nº.59, fl. 67v, 68.

deixar à mostra e tentar seduzir os fregueses a consumir as ditas bebidas, assim como chá, café, chocolate, servidos dia e noite, e as "ceias frias" com carne e frango assados, sardinhas, pasteis e conservas alimentares[107]. Uma máquina de fazer sorvete também disponibilizava um outro atrativo da casa[108]. Tratava-se de um verdadeiro reduto de convivência social, divertimento, pessoas cruzavam-se, e prováveis rusgas existiam, até mesmo porque as dívidas de jogo deveriam ser comuns.

Fretin montou o negócio com base no crédito de um conhecido francês do Rio de Janeiro, G. Duprat. Devendo-lhe mais de 11 contos de réis, perante o procurador dele em São Paulo - outra figura conhecida - Garraux, reconheceu dívidas ao assinar letras, colocando como garantia todos os pertences do estabelecimento[109].

Enquanto isso, pela mesma época em que Fretin começou a comerciar, Amèlie, por seu turno, tinha sua própria casa de negócio na Rua da Imperatriz, 21. Mulher empreendedora, trabalhava em separado do marido, e durante parte da vida dele, assim como depois de sua morte, assumiu sozinha os negócios. Amèlie vendia as mais variadas mercadorias. Para os fumantes, bolsas para fumo, charuteiras, cigarreiras, caixas para fósforos e cachimbos. Enfim, tanto nesse campo, como em outros, artigos importados e nacionais. Partituras de música, papel para cartas, envelopes, lacres, artigos para escritório, bolsas de viagem para homens e mulheres. E, nas épocas de Natal e Ano Novo, brinquedos europeus, "muito bonitos e baratos"[110]. Amèlie também atingia o público leitor. Possuía uma espécie de gabinete de leitura através do qual alugava livros em português e francês pela quantia de 2# por mês[111].

---

[107] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 23 de março de 1870.
[108] APESP. Escritura de venda e compra. Livro nº 59, fl. 67v, 68.
[109] APESP. Escritura de reconhecimento de dívida e penhor. Livro nº 59, fl. 68 e 68v.
[110] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 31 de dezembro de 1865.
[111] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 22 de dezembro de 1865.

Adolpho e Amèlie haviam se casado na França e emigraram juntos. Dessa união na São Paulo de 1866, nasceu Louis Fretin e, a partir dele, se deu o início da famosa Casa Fretin, existente até hoje.

Após a morte do pai, Louis, que contava com 11 anos, foi mandado para a França com a finalidade de estudar. Formou-se relojoeiro pela *École d'Horlogerie* de Paris. Ficou por lá durante 14 anos e em 1890 voltou ao já Estado de São Paulo, onde se empregou nesse ofício até 1895. No mesmo ano, optou por se instalar na cidade que outrora seus pais escolheram para viver e, na Rua São Bento, montou uma pequena loja, inicialmente consertando relógios, e com o tempo, diversificando os produtos de venda com instrumentos óticos, cirúrgicos, ortopédicos, e de cutelaria[112]. Louis voltou com o *savoir-faire*, até mesmo porque dada à complexidade e variação das casas comerciais na virada do século XX, a tendência paulatina era a da especialização.

V. 3 – Garraux: marco da presença francesa em São Paulo.

Franceses como os Fretin, não foram os únicos que puseram a sua marca na História de São Paulo. Anatole Louis Garraux nasceu em Paris, em abril de 1833. E, como tantos outros jovens franceses, em 1850, partiu para o Brasil aos 17 anos de idade. Primeiro lugar de estada? Rio de Janeiro, onde trabalhou como assistente do livreiro Louis Louis Baptiste Garnier. Hippolyte e Louis eram irmãos e ainda na França começaram a trajetória como balconistas de livraria. Em 1833, lograram abrir seu próprio negócio no *Palais Royal* em Paris. Onze anos mais tarde, Baptiste aportava no Rio de Janeiro para abrir uma filial do estabelecimento[113].

Segundo Jean-Yves Mollier, a vinda para o Brasil representava algo mais do que a garantia de expansão comercial em terra nova – que na verdade, já era bem conhecida no

[112] Cf. CORNEJO, Carlos; SANTOS, Silvia Rita dos. *Casa Fretin 100 anos*. São Paulo: scp, s/d.
[113] HALLEWELL, Laurent. *O livro no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1985, p. 127.

meio livreiro – ela garantia a circulação de um gênero lucrativo, mas fortemente perseguido pela polícia francesa: os folhetos e livros eróticos, senão obscenos[114]. Proibidos por lei na França, e restritos apenas moralmente no Brasil. Estava aí o ponto de inserção. Porém, obviamente a importação livros não se restringia somente a esse gênero. Pelo contrário, as idéias e livros franceses em várias de suas ramificações eram bem aceitos no Brasil, principalmente no que concerne aos contingentes que tinham como foco o Iluminismo e a Revolução Francesa. "No fervor de seu nacionalismo recém-descoberto o Brasil passou a responsabilizar a herança portuguesa pelo atraso nacional e a identificar tudo o que era francês como moderno e progressista"[115]. E nessa rede dos irmãos Baptiste e Hippolyte, "os primeiros mandatários do imperialismo editorial francês na América"[116], não estava só o Brasil. Filiais foram abertas em Buenos Aires e na Cidade do México. No continente americano, situavam-se os maiores centros consumidores de livros franceses. Em primeiro lugar, os Estados Unidos, confirmando mais uma vez a tese de que o mercado editorial britânico não representava uma ameaça ao francês. Depois, a Argentina e o Brasil[117].

Por sua vez, Garraux chegou a São Paulo em fins de 1859 - especula-se que a pedido de Louis Garnier e a seu serviço[118]-, onde montou um pequeno balcão ao lado da livraria mais popular da época: a livraria do Pândega, cujos preços eram abusivos, carente de edições recentes e menos ainda francesas[119]. Nesse pequeno balcão, relata o memorialista, "exibia sua figura simpática e sorridente de homem loiro com grandes bigodes, dotado da amabilidade característica dos franceses", vendendo exemplares da *Illustration* e do *Monde llustré*, além de alguns objetos de escritório como papéis, penas e lápis. A sua idéia, entretanto, era a de ter negócio próprio. Indícios permitem aventar que o

[114] DEAECTO, Marisa Midore. *No império das letras*: circulação e consumo de livros na São Paulo oitocentista. São Paulo, 2005, Tese, FFLCH-USP, p. 262.
[115]HALLEWELL ... op. cit.,p. 126.
[116] DEAECTO, Marisa Midore. Anatole Louis Garraux e o comércio da livraria francesa em São Paulo (1860-1890) In: V ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, 2005, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos ... Rio de Janeiro: UERJ, 2005, p. 5.
[117] DEAECTO, Marisa Midore. *No império das letras* ... op. cit., p. 254.
[118] HALLEWELL ... op. cit., p. 226, 227.
[119] DEAECTO, Marisa Midore. *No império das letras* ... op. cit., p. 200.

primeiro sócio de Garraux foi o então agente consular da França em São Paulo, Carlos Calixto Marquois. Em 13 de fevereiro de 1861, firmaram sociedade. Ambos receberiam 100# mensais e no fim de cada ano, o sócio gerente – Garraux – faria um balanço da casa procedendo à divisão dos lucros. "A. L. Garraux administrador da casa, em quanto Marquois não puder ocupar-se ativamente do negocio pagara a sua custa pelo tempo de 18 meses o premio de 5 contos que sera emprestada pelo bom andamento da casa, como compensação de trabalho que devera pezar somente sob o socio Garraux"[120].

Quer dizer, Garraux entrava com o trabalho e Marquois com os contos de réis. Não foi possível perceber quanto tempo a sociedade durou. Por outro lado, quando se deu o começo do trabalho conjunto entre Garraux e João Gaston de Laillacar, seu segundo sócio, parece um pouco difuso, dado que em 1862 ambos colocavam anúncios no Correio Paulistano, cada qual utilizando somente seu próprio nome. Só em 1865, assim como no Memorial Paulistano para o ano de 1886, a firma apareceu como Garraux, de Laillacar & Cia.

Os livros eram só parte do negócio de Garraux. Sortimentos dos mais variados, objetos importados, principalmente da França, mas também de outros países eram vendidos. Garraux era visto por seus contemporâneos como "agente da civilização". Pelos vapores chegavam, dentre os objetos de escritório: penas com bico de diamante; tinteiros; papéis que poderiam ser personalizados com as iniciais do comprador em dourado; caixa de areia dourada; papéis e envelopes de diversas cores com ou sem arabesco; lacres; canivetes e álbuns de veludo com guarnição de prata[121]. Espelhos; óculos para teatro; guarda-jóias; caixas de costura; jogos como baralho, xadrez, dama e outros objetos de luxo. Garraux, desde o início, utilizou-se habilmente de propagandas e promoções que atraíssem fregueses. Era moda burguesa forrar o interior das casas com papéis pintados imitando carvalho, pinho, mármore, paisagens, flores, dentre outros. Em 1862, quem fizesse

[120] APESP. Escritura de sociedade. Livro nº 54, fl. 48 e 48v.
[121] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 12 de janeiro de 1862.

encomenda antes que a mercadoria chegasse de Paris teria razoável abatimento. Além de chamar o público, era garantia de venda.

Enquanto isso, Laillacar, que se dizia bacharel na Academia de Paris, principiara no mundo dos ofícios da São Paulo de 1855 como professor de francês, dando aulas coletivas ou particulares[122]. Já em 1862, tinha seu próprio estabelecimento, do qual anunciava haver importação direta e, portanto, pelos mesmos preços do Rio de Janeiro. Para além de material de escritório, comercializava roupas em geral, calçados, lenços, luvas e pentes. Enfim, pelo "sortimento de generos variados remetidos directamente por sua casa estabelecida em Paris, acha-se habilitado a vendel-os pelos mesmos preços do Rio de Janeiro, resultando d'isso para os compradores economia de fretes e carretos do Rio para esta"[123]. Segundo o Almanaque Didot Bottin de 1863, Laillacar era realmente proprietário de uma casa comercial em Paris na *Rue des Petites Ecurus*, 55. Vinhos, água de colônia e cortes de vestido denotam a diversidade desses artigos que, no negócio de Laillacar, passavam a ser vendidos por atacado. Logo, recebia mercadoria em grande quantidade e assim a vendia, tornando-se fornecedor de outros pequenos negociantes, inclusive franceses.

Já unidos em sociedade, ao menos em 1865, Garraux e Laillacar instalaram seu negócio em local de grande movimento, no Largo da Sé, n. 1, fornecendo também todos os artigos necessários ao carnaval. Máscaras, vestimentas e plumas próprias para esse acontecimento. Para a Semana Santa, outra quantidade de vestidos de seda, das seguintes cores: azul; azul e preto; azul e ouro Havana; roxo; cor da flor de alecrim; cor de rapé; verde; e verde e ouro[124]. Tratava-se de mais de 200 vestidos de *haute noveauté*, além de "enfeites de cabeça" vindos em navio inglês. Havia, inclusive, uma sala em separado para as famílias verem as roupas, sem o compromisso de comprá-las. Calçados, chapéus e, em abril

[122] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 02 de outubro de 1855.
[123] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 26 de junho de 1862.
[124] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 28 de março de 1865.

daquele ano (1865), ainda eram anunciadas vestimentas completas "das mais modernas" para homens: meias, luvas, ceroulas, camisas de flanela, e cortes de pano para calças; e para senhoras: capas de pano aveludadas – para assegurar que não era mercadoria já ultrapassada, aludiam às "nossas freguezas que todas essas capas chegão directamente de Paris este mez, e que não temos nenhuma a venda do anno passado"[125]-; cortes de vestido de lã e flanela; chinelos; fivelas e cintos; ademais dos "mais elegantes enfeites que se possa desejar, para senhoras e meninas, modas seguintes: Louise, Moatrose, Marie Rose, Isabella, Edma, Prince, Coureur, Henri IV, Leopoldo"[126].

A língua francesa e o apelo à moda eram artifícios constantemente empregados. Os termos "última moda" e "acabou de chegar de Paris" eram tentativas no sentido de afastar dos fregueses a idéia, que efetivamente acontecia em várias casas de negócio, dos artigos estarem fora de moda e, por isso, serem adquiridos a bom preço na França. Havia ainda casos em que eram fabricados em outros lugares como Alemanha, ou mesmo no Brasil, e a eles serem fixadas etiquetas francesas. O que significava "comprar gato por lebre".

Continuando a saga da diversidade de mercadorias vendidas por Garraux e Laillacar: coletes; saias; rendas; lençóis; bebidas; enfeites para noivas; livros de missa; jogos para os festejos de Santo Antônio, São João e São Pedro; incluindo para as mulheres casadoiras "livros de sorte para a noite de Santo Antônio – cartões de amor, roda do destino, etc."[127].

Com um público diminuto, o que não significa que o produto das leituras não circulasse em um âmbito maior através de conversas, os livreiros não podiam depender somente da venda de livros. A cada fim de estação, por exemplo, faziam liquidações, com abatimentos de 20% a 50%. O comprador, no entanto, só podia contar com esses preços menores se pagasse em dinheiro, ou seja, sem a utilização do crédito. Era o início do

[125] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 24 de abril de 1865.
[126] Ibidem.
[127] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 08 de junho de 1870.

incentivo ao "pagamento à vista". Principalmente nas décadas finais do XIX, com a complexificação do comércio e o aumento da população, grosso modo, os liames de confiança nos quais se baseavam as relações creditícias foram aos poucos se diluindo. Oferecê-lo era correr o risco de não ser pago. Ademais, para diferenciar-se da concorrência, Garraux ofertava brindes, como folhinhas, e caixas fechadas com objetos de papelaria que, se somados separadamente, tinham preço maior do que o "kit" por ele montado. Cada caixa que, a gosto do freguês poderia ser personalizada com as suas iniciais, custava 6# e, conforme a época, variava entre os seguintes itens:

> 1. caixa de papel com 20 cadernos, papel de cores, branco ou de luto a vontade e marcado com as iniciais do comprador;
> 2. uma caixa de envelopes, sendo branco, de cores ou de luto a vontade, a caixa contém 100 envelopes;
> 3. uma caixa de pennas de aço (100 pennas);
> 4. uma caixa de obreias de goma;
> 5. uma caixa de obreias de colla;
> 6. um tinteiro de vidro com tampo de metal;
> 7. um areeiro de dito com tampo de metal;
> 8. um pão de lacre;
> 9. um canivete de duas folhas;
> 10. um lápis;
> 11. duas canetas;
> 12. uma bolsinha de cheiro.[128]

Não obstante, as idas e vindas da França e do Rio de Janeiro denotarem a fluidez de Garraux entre o lá e o cá, alocando seu estabelecimento como de importação de artigos e também de jornais europeus, cuja assinatura podia ser feita, os livros, desde seu início, tomavam parte não negligenciável no negócio. Sem dúvida, público importante desse tipo de mercadoria eram os integrantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Livros para o ano letivo eram anunciados – e para desbancar a concorrência da Corte – segundo ele, a preços menores que os encontrados no Rio de Janeiro:

> Aviso aos srs. academicos
> Para o anno de 1863 terá na Livraria A .L. Garraux & Cia um imenso sortimento de livros necessarios para o curso jurídico da academia, estes livros serão vendidos por preços muito mais barato que em qualquer casa do Rio de Janeiro; para se convencerem da veracidade deste anuncio, os sres. estudantes que deixarão encomenda de seos livros

[128] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 05 de maio de 1865.

> poderão desde já apreciar a diferença de preço do Rio de Janeiro e que qualquer freguez que deixar a encomenda de seos livros antes de se retirar. As pessoas que não deixarem encommendas poderão chegar nesta livraria para levar os preços que necessitem para o anno, afim de confrontar estes preços com os do Rio de Janeiro para crer[129].

Dados os estudantes serem potenciais consumidores, parecia bem propício a Garraux e Laillacar abrirem uma filial em Pernambuco, onde outra Faculdade de Direito estava presente. Já em 1865, os sócios inauguravam a *Libraire Française* em Recife, na Rua do Crespo, nº. 09. "Causou sensação. A imprensa acentuou o 'luxo do arranjo da casa' e o grande sortimento de obras de literatura, artes, direito, etc., frisando que levava a 'primazia' às demais desta cidade"[130].

Para além dos acadêmicos, com a preeminência dos modos burgueses, as chamadas "edições de luxo", mesmo que não fossem lidas, eram

> volumes ricamente encadernados, com gravações em dourado, capas em couro, marroquim ou madrepérola, apresentados em estojos, por vezes reunidos em pequenas bibliotecas, sugerindo uma coleção de verdadeiros *bijous* destinadas àqueles que tinham por hábito colecionar seus *brique-à-braques*[131].

O livro, assim, adquiria status de ornamento. A impressão e a encadernação em Paris eram elementos de destaque. Garraux, por exemplo, anunciava biografias de brasileiras célebres escritas por Norberto de Souza, mas "nitidamente impresso e encadernado em Paris"[132]. Segundo Hallewell, o "apelo esnobe exercido por tudo que fosse francês era também um fator importante no caso dos livros mais caros, aos quais se podia somar o atrativo de uma encadernação francesa"[133]. Em realidade, os livros, assim como os demais artigos de procedência da indústria francesa, faziam parte do esquema de expansão das exportações da França no comércio internacional.

Outro público-alvo para leituras era o feminino. Romances e revistas, se a opção não fosse o passeio até a Livraria Garraux, em 1865 podiam ser recebidos via correio. E,

---

[129] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 01 de novembro de 1862.
[130] MACHADO. Ubiratan. *A etiqueta de livros no Brasil*. São Paulo: EDUSP, Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003, p. 20.
[131] DEAECTO, Marisa Midori. No Império das Letras ... op. cit., p. 314.
[132] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 22 de maio de 1862.
[133] HALLEWELL, Laurence ... op. cit., p.129.

nesse sentido, mais uma vez o modelo burguês de organização familiar entrava em ação. Reunir-se "na placidez cotidiana para leituras e bordados, todas tuteladas pela governanta ou pela irmã mais velha, era um convite à aquisição de livros ilustrados, de romances e de revistas de costumes, não raro de conteúdo moral, alguns mandados vir da Europa, mas que poderiam ser encomendados junto aos livreiros da Corte e de São Paulo"[134]. A despeito dos preços acessíveis somente a uma parcela da população, seu conteúdo não deixava de reverberar em outras camadas sociais pelos burburinhos, pelas conversas das moças com as escravas, libertas ou livres pobres que estavam ali ao seu redor, as servindo. Todo esse ideário da moda, do luxo, das concepções políticas e econômicas não se restringia, portanto, aos mais abastados. Nas conversas, nos contatos diários, no ver, no sentir, no ouvir falar, cada qual formava seu próprio pensamento, aspirações e/ou aversões sobre o assunto.

Alternativa à compra de livros era os alugar. Garraux tinha um sistema em que, por preços mais razoáveis do que os da aquisição, o leitor podia ficar com a obra por algum tempo. Entretanto, por vezes, esse "algum tempo" se estendia demais a ponto do livreiro anunciar: "As pessoas que tiverem em seu poder livros allugados na casa dos srs. A. L. Garraux & Cia terão a bondade de mandal-os entregar sem falta alguma até o dia 10 de julho: não se recebe mais assignatura até o completo devolvimento dos livros allugados em casa do sr. Pedro Martin, rua Direita, n. 33"[135]. Item desse mesmo anúncio é a relação de sociabilidade e confiança que o levara, por conta de uma provável viagem, a incumbir Pedro Martin, francês e negociante, da recepção dos livros.

Garraux também enveredou para o ramo editorial. Um dos trabalhos que levou sua marca foi o de Fagundes Varela. Laillacar e ele se encarregavam "de mandar pelo correio a obra muito procurada do distinto poeta brasileiro Luiz Fagundes Varela, intitulada Cantos e

[134] DEAECTO, Marisa Midori. No Império das Letras ... op. cit., p. 316.
[135] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 27 de fevereiro de 1862.

Phantasias. Perto de 200 exemplares se venderam ao curto prazo de 8 dias"[136]. Sua tipografia era aproveitada comercialmente para vários usos. Para além de livros, eram impressos cartões de visita, de endereço, para casamento, e marcava-se "o papel com nomes, firmas sociais, iniciais de cores"[137].

A mudança de endereço da casa comercial, tal como ocorreu com outros imigrantes franceses, esteve na trajetória de Garraux. Do largo da Sé para a Rua da Imperatriz, reduto da maior parte dos negociantes provindos da França, comparável à Rua do Ouvidor no Rio de Janeiro. Em 1871, sob o testemunho dos compatriotas Pedro Bougarde e Fretin, Garraux arrendou os sobrados de número 36 e 38 daquela rua, pertencentes ao Capitão Benedito Antonio da Silva. Por 3 contos de réis anuais e com prazo de 10 anos, mediante a anuência do locador, Garraux podia montar "armações, mostradores e arranjos proprios do seu negócio, com a obrigação de não estragar a propriedade"[138]. Naqueles sobrados, o francês construiu uma nova loja que por si só já era atração: fachada de mármore, ladeada por vitrines que valorizavam ainda mais seus artigos importados[139].

Pode-se aventar que o contrato de locação foi tão só uma formalidade. Há a possibilidade de que, em 1870, ele já estivesse fazendo modificações nos sobrados, pois em dezembro desse ano já convidava ao público, "venha visitar a loja e as vidraças da Casa Garraux"[140]. Entretanto, esse ponto fica no campo das possibilidades, dado que, por ser época de natal, poderia ser um chamariz para os franceses irem a casa no Largo da Sé, onde não deveria deixar de existir vitrines. Aliás, Freyre afirma que foram os franceses que introduziram as vitrines no Brasil, chamadas de vidraças, face ao hábito de pendurar as mercadorias estendidas em cordéis nas fachadas ou no batente das portas[141].

---

136 APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 01 de outubro de 1865.
137 APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 11 de março de 1875.
138 APESP. Escritura de locação. Livro nº 60, fl. 118/118v.
139 Cf. BARBOSA, Francisco de Assis. Alguns aspectos da influência francesa no Brasil In: GARRAUX, A. L. *Bibliographie Brèsilienne.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1962. p. XXVIII; HALLEWELL ... op. cit., p. 229.
140 APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 06 de dezembro de 1870.
141 FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil*: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura no Brasil. São Paulo: José Olympio, 1848, p. 173.

Ademais dos anúncios e dos catálogos que distribuía na capital e no interior da Província, Garraux contava com a "boa fama", com a sua casa ser espaço de sociabilidade, conversas, troca de idéias, onde escritores, professores e alunos da Faculdade de Direito se encontravam. Os fazendeiros do café e suas esposas, dali freqüentemente faziam encomendas ou adquiriam um ou outro artigo de Paris.

> Ali se reunia em longas palestras com Mr. Garraux, o melhor da intelectualidade paulistana, continuando a tradição estabelecida no Rio de Janeiro já na primeira metade do século XIX, onde, nas lojas de maior renome estacionavam habitualmente durante a semana, políticos, diplomatas e funcionários públicos, em amistosa palestra. Muitas amizades fez o livreiro e agiu com sua casa de negocios com os artigos que vendia e principalmente com sua marcante personalidade e cultura, como ativo agente da influência francesa entre nós[142].

Garraux foi um caso de retorno. Desde 1870 já planejava voltar à França, Paris, sua terra natal. Tanto que em junho de 1870 atestava:

> A. L. Garraux não tendo podido despedir-se pessoalmente de todas as pessoas de sua amizade e conhecimento, fal-o por este meio, e oferece-lhe seu préstimo durante o tempo em que se demorar em Paris. Outrossim declara que fica na gerencia de sua casa seu irmão Michel, a quem se poderão dirigir todos os seus fregueses, amigos e conhecidos[143].

A transição estava aos poucos sendo feita ao seu cunhado, o francês Henrique Julio Michel, a quem chamou de "irmão". Para essa viagem, no fim de maio daquele ano, conferiu procuração ao Dr. Luiz de Oliveira Lins de Vasconcelos e Julio Michel para atuarem em seu nome[144]. Todavia, não foi dessa vez que se deu o retorno definitivo. Mais seis anos se passaram. Em 1873, por exemplo, Garraux era fiador da casa que arrendou seu compatriota, o cabeleireiro Francisco Bossignon[145]. Já em novembro de 1876, Bossignon resolveu quitar sua dívida de 5:37#200, passando a Garraux – que por sua vez, já estava na França – uma chácara, com casa e benfeitorias no Brás. Quem fez os trâmites legais foi seu procurador Lins de Vasconcelos[146].

---

[142] VIOTTI, Emília da Costa. Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX. *Revista de História*, 288, 2000.
[143] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 01 de junho de 1870. APESP.
[144] APESP. Escritura de procuração. Livro nº 60, fl. 9v, 10, 10v e 11.
[145] APESP. Escritura de transferência de arrendamento. Livro nº 63, fl. 29, 29v, 30.
[146] APESP. Escritura de *doação in solutum*. Livro nº 64, fl. 19v e 20.

Junho de 1876 foi a época em que Garraux, aos 43 anos de idade, decidiu voltar ao seu país de origem, mas não parar de comerciar com São Paulo. Assim dizia:

> Tendo de seguir, no principio de junho para a Europa o socio A. L. Garraux, este tem a honra de pôr-se-á disposição dos seus amigos e dos numerosos fregueses da casa para todas e quaesquer encommendas.
> O sr. A. L. Garraux, fixando a sua residencia em Paris (emquanto estiver na Europa), abrirá um escriptorio de commissão onde se executarão todas as ordens dadas ou transmittidas pela casa de S. Paulo.
> Uma longa pratica commercial, um grande conhecimento do paiz e a boa vontade de corresponder completamente aos desejos de seus clientes são as melhores garantias da boa e acertada interpretação das ordens que serão confiadas aos annnunciantes.
> Aceitam-se encommendas de todos e quaisquer artigos provenientes da Europa[147].

Desta forma, da Rua de *Hauteville*, 15 em Paris[148], onde formara sua casa de negócios, enviava mobiliário e objetos de decoração que guarneceram os palacetes da elite cafeeira no ocaso do século. Era uma geração que se formava em Paris e cuja ligação cultural com a França era mais estreita. Rafael Tobias de Barros, filho do Barão de Piracicaba, foi um deles[149].

Garraux foi um dos poucos franceses que "fizeram a América". Os bens declarados em inventário somaram 748:348#06, o que significava que em 1904, ano de seu falecimento, "se situava na estreita faixa dos 45 de franceses que deixaram os maiores legados no seu tempo"[150]. Vindo aos 17 anos com parcas economias, soube comerciar, inserir-se em meio à população paulistana e ser considerado agente civilizador desde o princípio da penetração da influência cultural da França em São Paulo até a sua sedimentação no fim do XIX. Habilmente construiu seu negócio, que foi adquirindo amplitude cada vez maior. Não mais sob sua direção, a Casa Garraux atravessou o século XIX como magazine importador e só começou a declinar pelos idos de 1930. Até hoje um estudante freqüentador de sebos e bibliotecas pode se deparar com um livro cuja etiqueta tem a marca Garraux.

---

147 Correio Paulistano. Anúncio de maio de 1876 apud CAMPOS, Eudes ... op. cit., p. 462.
148 Ver Anuário Didot Bottin, 1881.
149 HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano* e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 91.
150 DEAECTO, Marisa Midori. Anatole Louis Garraux e o comércio da livraria francesa em São Paulo (1860-1890) ... op. cit., p. 4.

Então, mesmo com o seu retorno, a casa Garraux – como era conhecida – continuou a funcionar. Da França mantinha vínculos, como se denota acima. Entretanto, a despeito de manter o nome – marca de tradição e qualidade entre os fregueses – a firma não mais lhe pertencia. Antes de sua viagem, a vendeu para Henrique Julio Michel pela quantia de 187:000#, que seria convertida para moeda francesa, de acordo com o câmbio, e paga em prestações com juros de 6% ao mês[151].

As contas foram todas acertadas. Em junho de 1876 o balanço mostrava um saldo a favor de Garraux 292:40#10 em mercadorias e dívidas passivas, julgadas boas, ou seja, plausíveis de pagamento, e mais 85:040#10 para seu patrimônio individual[152].

H. Michel manteve-se à frente do negócio até 1883 quando expandiu a firma, tendo como sócios Willy Fisher, genro de Garraux, e Fernandes. Fisher passou a dirigir a casa, mas pelo menos até 1884, H. Michel ainda fazia parte da sociedade e participava das transações. Em abril de 1884, nos mesmos sobrados de nº. 3, nº. 6 e 38 da Rua da Imperatriz, arrendados do então Capitão, e naquele momento Major, Benedito Antonio da Silva, estava instalado o comércio. Sublocar era prática recorrente. Logo, Fisher e Companhia, sucessores de A. L. Garraux e Cia, representados pelo sócio H. Michel, e com a presença do proprietário dos sobrados, sublocaram por 3 anos, a 220# mensais, o primeiro andar a seis moradores da capital (Upton, Moreira, Barcellos, Schritzmeyer, Gomes e Nogueira), com algumas condições:

> ... nenhuma modificação poderá ser feita na divisão atual do sobrado e na disposição da escada, portas e janelas interiores ou exteriores e nenhuma benfeitoria que afeta estas, bem como as paredes, tectos e assoalhos [...] em tempo algum poderão esses sublocatarios estabelecer na parte sublocada nenhum ramo de negócio ou exposição de mercadorias sem o consentimento delles. A escada de que poderão se servir será a do lado esquerdo do sobrado que tem o nº 36 ...[153].

151 APESP. Escritura de dívida e penhor. Livro nº 63, fl. 123v e 124.
152 Ibidem.
153 APESP. Escritura de sublocação. Livro nº 69, fl. 82v, 83.

Fisher saiu do Brasil (voltou à França?)[154] e em seu lugar ficou o francês Alexandre Thiollier, que desde 1871 trabalhava na casa. Primeiro como caixeiro, depois como guarda-livros. Em 1890, Fernandes deixou a sociedade, dois anos após a entrada de Thiollier, o qual permaneceu à testa do negócio até 1896, quando a firma passou a denominar-se Charles Hildebrand & Cia até 1926[155].

Uma vez imigrante, mesmo com o retorno, marcas do Brasil ficavam. Como livreiro em São Paulo e conhecedor de várias obras, Garraux fez um trabalho meticuloso acerca dos livros escritos sobre o Brasil em francês e latim. Enumerou-os, formando um catálogo, *Bibliographie Brésilienne*, que abrangia os períodos colonial, imperial e o início da República, dado que encerrou a pesquisa em 1897. Publicado em Paris pela *CH. Chadenat Libraire* em conjunto com a *Fablonske, Vogt et Cie*, escreveu um prefácio em tom nostálgico, no qual dedicava a publicação à "nação brasileira", esperando boa acolhida e que fosse útil àqueles "que se interessam por este grande e rico país"[156].

V. 4 – No esteio dos cabeleireiros: perfumaria, cabelo, barba e bigode.

Na São Paulo de meados do XIX, que paulatinamente passava por um processo de transição, de mudanças nos campos econômico, social e mesmo cultural, com a influência francesa pairando e, por sua vez, colocando tons burgueses na cidade, atuaram os cabeleireiros.

Dentre os mais antigos imigrantes franceses que tomaram São Paulo por morada e adotaram esse ofício, estava, no Almanaque para 1857, o "híbrido" Charles André. Para além de denominar-se entrançador, cabeleireiro e barbeiro, era sangrador, atuando em moléstias. Depois de figurar nesse Almanaque, não mais apareceu. Não anunciou no jornal.

---

154 BARBOSA, Francisco de Assis ... op. cit..
155 Ibidem.
156 IEB. GARRAUX, Anatole Louis. Avant-Propos. *Bibliographie Brèsilienne* Catalogue desouvages français et latins relatifs au Brèsil (1500-1898). Fac-simile. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962, p.8.

Em 1856, casou-se com uma brasileira, e eis a última notícia dele[157]. Pode ter permanecido na Rua Direita, mudado de endereço, migrado para outra cidade ou Província, denotando a fluidez da população.

Assim, como o destino de Charles André, muitos outros franceses escapam aos olhos do historiador, ficam no anonimato. Na São Paulo oitocentista, então, é certo que entre uma rua e outra, caminhos de vida, de um cotidiano, transcorreram, sem que as linhas desse trabalho possam alcançar.

Pedro Teyssier também apareceu no Almanaque de 1857. Cabeleireiro, entrançador e barbeiro (não sangrador) tinha sua casa, que era ao mesmo tempo de morada e de negócios na Rua da Imperatriz, onde ficou muitos anos com o seu Ao Figurino da Moda. Assim como acontecia com os demais negociantes, Teyssier não vivia somente com os réis que lograva como cabeleireiro. Quem adentrasse em seu comércio poderia dispor de artigos para *toilette*, muitos dos quais provindos de Paris, mas também de charutos, globos e outros vidros para lampiões, lamparinas e castiçais "modernos"[158]. Fora isso, perfumarias; pentes; escovas; esponjas; loções para fortalecer, tingir ou tirar a caspa dos cabelos; pomada para curar os calos dos pés - "este curativo é tão fácil que ninguem se deve escusar de fazel-o a fim de evitar o sofrimento de tão continuas e terriveis dores e ter um sono muito tranqüilo"[159] -, navalhas; pó para branquear os dentes; "leites para tirar manchas e espinhas do rosto"; "brilhantina para lustrar e embellecer a barba; nova tintura superior para tingir os cabellos e a barba; frascos de Colonia superior de diversos tamanhos"[160], "o que há de mais fino em odores"[161]. Para contar com preços moderados, o freguês tinha que pagar em dinheiro – tratava-se de um abatimento para o comprador e segurança de recebimento para o negociante. O que, porém, não significava que essa forma de pagamento sobressaísse ao

[157] ACMSP. Registro de casamento. Casamento de brancos e libertos. Notação 1.2.13.
[158] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 13 de setembro de 1862.
[159] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 21 de outubro de 1865.
[160] Ibidem
[161] Ibidem

usual crédito. Os grandes espelhos com moldura dourada, advindos de fábricas parisienses, as luvas de pelica, e as grinaldas que adornavam a cabeça das noivas, por exemplo, por certo tinham saída e eram anotados por Teyssier na lista de devedores.

Provavelmente era ele a quem Maria Paes de Barros referia-se em suas memórias quando relatou os bailes e seus preparativos: "Bem cedo aparecia o cabeleireiro francês para pentear as senhoras, colocar flores sobre os seus cabelos e colar-lhes nas faces os mimosos *accroche-coeurs*. Algumas já de véspera se penteavam, pois que em São Paulo só havia um bom cabeleireiro francês"[162].

No início de 1870, Teyssier não andava bem de saúde[163]. Nesse ano, no intervalo de poucos meses, contratou dois outros cabeleireiros. Não deixava de alardear em anúncios – como, o já referido, elementos que denotavam qualidade e chamavam a atenção do público – que um era "hábil oficial" proveniente do Rio de Janeiro[164], e o outro, "um bom cabeleireiro francês"[165]. Essas ações não parecem ter sido ao acaso. De acordo com Antonio Egydio Martins[166], em meados de 1871, Teyssier, outro caso de retorno, voltou definitivamente para Paris. Em seu lugar ficou Ignácio Pinto, aquele "hábil oficial" que veio da capital do Império. Na Rua da Imperatriz este último continuou com o negócio e, para não deixar de dar referências de confiabilidade à clientela, passou a assinar Ignácio Pinto Teyssier e com esse nome figurou no Almanaque da Província de São Paulo para 1873.

Já Henrique Biard conjugava seu ofício de cortar cabelos e fazer a barba[167] com casa de perfumarias. Também instalado na Rua da Imperatriz, atendia, dentre outras coisas, com chinós e enchimentos, na capital e no interior. Não obstante, suas mercadorias tinham caráter mais variado que as de Teyssier. No seu sortimento podiam ser encontrados guarda-chuva; bebidas como vinho, *cognac* e *vermouth*; colarinhos de linho; e até objetos de papelaria,

---

162 BARROS, Maria Paes. No tempo de dantes ... op. cit., p. 107.
163 APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 19 de fevereiro de 1870.
164 Ibidem.
165 APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 26 de julho de 1870.
166 MARTINS, Antonio Egydio ... op. cit., p. 272.
167 APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 13 de fevereiro de 1862.

tais como papel de renda, para cartas, para luto, envelopes sortidos e tinta[168]. A sobrevivência dependia dessa variedade.

Conforme se pôde apreender, a freqüência desses cabeleireiros era destinada tanto a homens, quanto a mulheres. José Pruvot, que em 1862 mudou-se da Rua Direita para a Rua da Imperatriz, por exemplo, tinha disponíveis charutos, cigarros e fumo francês para os seus fregueses que iam fazer a barba ou cortar cabelos. Já para as senhoras afiançava fazer diferentes tipos de penteados com chinós (espécie de aplique), desenhos fúnebres, correntes e anéis – designações da época faladas pelos "artistas em cabelos"[169] -, além de rememorar constantemente nos anúncios que "penteão-se as senhoras em sua própria casa"[170].

Dentre o que vendia, Pruvot detinha-se mais às "perfumarias e utensilios para toilette". Em 1865, por exemplo, dizia ter feito "aquisição do mais excelente antidoto, que ate hoje se há descoberto, para as enfermidades externas da cabeça, como a caspa, o definhamento e a perda total do cabello, é o que tem exposto à venda"[171]. E pedia, como forma de propaganda – parecia confiar de fato no produto, mas também podia filtrar as respostas –, "encarecidamente as pessoas que fizerem uso deste remedio se dignarem de comunicar-lhe por escripto os resultados que obtiveram da applicação; autorisando-o desde logo a servir-se dessas comunicações para qualquer fim que lhe convenha"[172]. No mês seguinte já publicava uma resposta com o nome completo e endereço de quem a dera para delinear tons de veracidade: "attesto que usando o Elixir Odorifero de Boudrot, por espaço de 15 dias, obtive a cura das caspas que tanto me afligião"[173].

De fato, Pruvot sabia se utilizar dos anúncios. Alguns, inclusive, eram mais engenhosos. Simulando uma conversa entre duas pessoas, aludia

---

168 APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 4 de maio de 1862.
169 APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 11 de maio de 1862.
170 APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 01 de janeiro de 1862.
171 APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 22 de fevereiro de 1865.
172 Ibidem.
173 APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 12 de março de 1865.

_Onde se encontrão lindas flores para cabello?
_ Em casa de Pruvot, na rua do Rosario n. 53
_ E onde há os mais bonitos quadros de cabello?
_ Em casa de Pruvot, na rua do Rosario n. 53 e tudo por preços que convidam a fazer a acquisição destes objectos
_ Então vamos comprar flores e obra de cabello em casa de Pruvot, rua do Rosário n. 53[174].

Francês emigrado, traçou os caminhos de sua vida em São Paulo. Casado com uma francesa, constituiu família, entrou na rede creditícia, emprestando e pedindo emprestado[175], interagindo com a população local e com os compatriotas. Pedro Bougarde, alfaiate, e Pedro Chiquet, ourives, foram testemunhas da dívida contraída com o também ourives Louis Suplicy[176]. Viu o seu filho de 4 meses falecer em outubro de 1874[177] e quatro depois aos 55 anos de idade, foi sua vez[178]. Os casos de retorno à terra natal não eram maioria. Garraux ao voltar rico para a Europa, por exemplo, foi exceção em meio aos imigrantes franceses residentes em São Paulo.

Em fevereiro de 1865, Francisco Bossignon abriu na Rua da Imperatriz o Salão Parisiense. Nos anúncios do Correio Paulistano exalava o tom *glamouroso* de sua casa e de seu ofício como "artista cabellereiro". Além do "sortimento completo das mais afamadas perfumarias (...) escovas para cabelos, dentes e unhas, pentes"[179] e de deslocar-se até a casa do freguês, contava com um salão particular, em separado, para pentear as senhoras e tingir seus cabelos. Fabricava "cabelleiras", chinós e laços. Às freguesas também avisava novas modas de penteados, com enfeites de fitas e flores, "muito elegantes", "apropriados ao gosto moderno para baile e theatro"[180]. Entretanto, não se dedicava só às mulheres, aos homens cortava cabelo, fazia e frisava a barba e, se necessário fosse, aplicava barba e bigodes postiços. Era com ferro aquecido que frisava e anelava os cabelos – tinha 17

[174] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 15 de março de 1865.
[175] APESP. Obrigação de dívida e hipoteca. Livro nº 55, fl. 102v, 103.
[176] Ibidem.
[177] ACMSP. Registro de óbito. Livro nº 15. Óbitos de livres. Notação 3.1.43.
[178] ACMSP. Registro de óbito. Livro nº 16. Óbitos de livres. Notação 2.3.36.
[179] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 15 de fevereiro de 1865.
[180] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 2 de junho de 1865.

deles[181]. E com um arsenal de "apliques" diversos, como tranças, cachos, marrafas, topetes e caixas contendo cabelos curtos, médios e longos de várias cores, frisados ou não[182], Bossignon assegurava os penteados "pelo ultimo gosto dos figurinos de Paris"[183]. Dizia receber todos os meses jornais especializados "na sua arte", o que transpassava a idéia de constante atualização[184].

Padrões burgueses de roupas, cabelos, perfumaria e higiene. Escovas com cabo de osso para limpar as unhas; escovas de dente, incluindo aí os mais variados preparados para mantê-los brancos e saudáveis; elixir para caspa e queda de cabelo; água de colônia; sabonetes; tintura e pomada depilatória. Eram novos preceitos de viver que estavam sendo ditados a partir das influências de uma França cuja maior parte da população não tinha acesso aos elementos mais básicos da alimentação, mas na qual a cultura burguesa imputava seus padrões de higiene.

Em São Paulo, com suas problemáticas e olhares próprios de cada habitante não era de se estranhar que esse influxo atingisse parcela determinada da população. Outros talvez zombassem dessas práticas, as ignorassem ou não dessem atenção a elas, dados os modos de viver já arraigados no cotidiano. Talvez, outros, ainda, que aspirassem ascensão social, de alguma forma se mirassem ou tentassem a seu jeito incorporar essas maneiras de vestir-se, arrumar os cabelos e, quem sabe, de comportamento, nem que fossem só aparências, diferenciadores de status social.

Bossignon tinha um espaço só para esse tipo de artigo, denominado de "sala de perfumarias", composto, para a exposição e venda, de vitrines e armações envernizadas de madeira com vidro, balcão e uma escada para alcançar a mercadoria almejada. Para a espera, conversa e sociabilidade dos fregueses, contava com um local em que uma mesa de centro de mármore era rodeada por: 1 sofá, 2 cadeiras de braços, 4 cadeiras "rasas" e 6

[181]ATJSP. Inventário de Francisco Bossignon. Nº do processo: 2367. 1º Ofício da Família, 1877.
[182]Ibidem.
[183]APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 15 de fevereiro de 1865.
[184]APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 03 de dezembro de 1865.

cadeiras austríacas com assento de palhinha. Candeeiros iluminavam o ambiente e o freguês, antes de sentar-se, deixava o chapéu em qualquer um dos dois cabides americanos ali disponíveis, perto dos quadros com molduras douradas. Em outro ambiente, 2 poltronas, 1 divã, 2 almofadas estufadas, 2 cantoneiras e 1 pedra de mármore com 2 pés, fingindo aparador, provavelmente destinado às senhoras freqüentadoras. "Cada vez mais as senhoras deixavam de fazer suas compras em casa, visitadas pelos mascates, e iam pessoalmente às lojas, ou modistas, sem que isso diminuísse a sua reputação. Ao contrário, seriam bem faladas se fizessem boa figura".[185] Para o seu ofício, tinha 2 *toilletes* com espelhos, tampo de mármore, e gavetas; 1 lavatório de mármore com 3 torneiras de metal, 3 bacias de porcelana, 3 pertences para sabão e um espelho comprido com tampo de madeira, enfim todos os aparatos para lavar cabelos. As caixas com os diferentes apliques de cabelo; grinaldas para as noivas; flores finas artificiais; grampos, broches e fivelas "a phantasia", ou seja, que imitavam jóias; para não falar das escovas; pincéis para fazer a barba, dentre outros objetos, estavam guardados em dois armários, um envidraçado para amostras e outro com 16 gavetas e meia porta de vidro. Espécies de "manequins" feitos de papel, madeira ou cera eram adornados com cabelos e enfeites, para dar idéia do tipo de trabalho e chamar a atenção dos transeuntes. Finalmente, ao som do "tic-tac" do relógio de parede, o senhor ou a senhora se direcionava para a sua respectiva cadeira de braço para cortar cabelo, com assento e costas de palhinha e bancos de madeira para apoiar os pés[186]. Os preços eram os seguintes:

> Para cortar e frisar os cabelos – 500 rs
> Por fazer a barba – 200 rs
> Por fazer a barba e frisar os cabelos – 500 rs
> Por lavar a cabeça – 500rs[187]

Mas todo esse *glamour* se quebrou por ser um negócio frágil, baseado no crédito para sua concepção e para a movimentação cotidiana de clientes. O inventário permite ver

[185] OLIVEIRA, Maria Luiza ... op. cit., p. 183.
[186] ATJSP. Inventário de Francisco Bossignon, nº do processo: 2367. 1º Ofício da Família, 1877.
[187] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 02 de junho de 1865.

toda uma trajetória. Sua morte em 1877 trouxe à tona um retrato do que se passava na casa de negócio. Todos os bens tiveram que ir a leilão para compensar as dívidas passivas. Para Bossignon, "certamente não foi suficiente ser imigrante, e ter um negócio próprio, para subir na vida (como reza a lenda ...)"[188]. Ao filho de 6 anos nada restou.

Esse francês viveu sob as bases das relações creditícias e no entremeio destas, os compatriotas eram presença marcante. Á Garraux devia 11 letras em troca de mercadorias importadas das quais dispunha em seu negócio. Á Henrique Luis Levy, por bebidas diversas como café, *vermouth*, *cognac*, além de fumo. Á Pedro Bougarde mercadorias várias, inclusive para corte de cabelo. Ao francês negociante, Manfredo Meyer, 17 chapéus de mola que havia deixado em consignação.

Todavia, essa rede de credores não era restrita, ela se ampliava em termos de nacionalidade e serviços para as coisas mais cotidianas, vitais do dia-a-dia. No que remonta ao negócio, devia alguns aluguéis da casa na Rua da Imperatriz; os salários de seus dois caixeiros; e ao novo dono da casa, que instalara encanamento de gás, o consumo de mais de dois meses no valor de 48#220. Fora isso, até alguns móveis que compunham seu salão estavam esperando pagamento: a vitrine de rua para amostra; um armário com vidros; o sofá austríaco e seis cadeiras. No que se refere aos gastos consigo, o salário da cozinheira, roupa que havia mandado fazer e, no alto da doença, "bixas" que foram nele aplicadas, ademais das visitas do médico, Dr. Guilherme Ellis.

Por outro lado, dentre a relação de devedores ao espólio, também apareciam nomes de imigrantes franceses viventes em São Paulo, como Corbisier e Henri Michel; figuras de destaque social como o engenheiro inglês Dulley e Victor Nothman; e outros nomes precedidos pelas denominações de Doutor, Dona, Madame. "A carreira comercial, sobretudo para os pequenos, amparados em redes de crédito, era frágil, movediça, cheia de

[188] OLIVEIRA, Maria Luiza ... op. cit., p. 198-199.

descaminhos"[189], condicionada à probabilidade de não satisfação das dívidas. Várias maneiras de cobrança eram tentadas, anúncios de jornal, cartas e, no caso de Bossignon, alguns pagaram. Porém, a constatação da própria pessoa contratada para cobrá-las era: "sem esperança de fazer maior cobrança, visto que outros devedores declarão que não devem e antes alguns se julgam credores do espólio"[190]. Para além desses fatores, o levantamento do ativo e do passivo demorara a ser efetuado, dado que o inventariante aludia que "os livros de escriptura da casa commercial estão escritos em francez em pessima caligraphia, alem de confusos no método, de modo que elle inventariante não pode afirmar cousa alguma sobre o activo e o passivo"[191], e pedia ao juiz para nomear um perito para saber qual era o real estado da casa.

A Bossignon sucederam outros franceses, com aspirações próprias de imigrantes, que se aventuraram no mesmo ramo. Cabeleireiros, barbeiros, vendiam perfumarias e até jóias. Aimeé Quillet, na Rua da Quitanda, Eugène Husson, na Rua de São Bento, utilizando dos mesmos apelos, como o de receber "lindas tranças de Paris a 10# o par"[192]. E Luiz Chautin no seu Salão Internacional de Barbeiro e Cabellereiro, em 1885, especializado em penteados para senhoras, também encontrado na Rua da Imperatriz.

Não se deve esperar, entretanto, que os ofícios aqui denotados estivessem somente em mãos de franceses. Antonio Egydio Martins[193] comenta que em 1865, os portugueses José Braga e Avelino Figueiredo, assim como Antônio Belém e o negro Aleixo Penha, vulgo Aleixo Barbeiro, por exemplo, tinham estabelecimento de cabeleireiro. E quanto à concentração de franceses na Rua da Imperatriz, com o fim do século e a cosmopolitização que se acentuava, além de outros fatores, pela crescente chegada de imigrantes, o comércio francês tendeu a se pulverizar pela cidade. A cultura francesa penetrava, contudo, a Rua da

---

189 OLIVEIRA, Maria Luiza ... op. cit., p. 199.
190 ATJSP. Inventário de Francisco Bossignon, nº do processo: 2367. 1º Ofício da Família, 1877.
191 Ibidem
192 APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 16 de outubro de 1865.
193 MARTINS, Antonio Egydio ... op. cit., p. 272.

Imperatriz não era mais reduto majoritário dos franceses. Esse tipo de negócio começava a atrair diferentes contingentes. Nascidos no Império também passavam a abrir casas mesmo que com nomes franceses.

V. 5 – Jóias reluzentes: artesanais, importadas ou "a fantasia".

A jóia, com o passar dos anos da segunda centúria do XIX, não era mais tanto objeto de investimento, mas de prestígio, diferenciador de status social, componente do conjunto da apresentação feminina e do viver aristocrata e burguês.

Dentre os ourives, é possível que a maior parte viesse com o *savoir-faire*. Pequenos artesãos da França, prestigiados em São Paulo, "pontes pelas quais chegavam as maravilhas fabricadas fora"[194], não deixavam de ter um estabelecimento eclético no sentido dos serviços e das mercadorias que ofereciam, dado que as lojas em geral só começaram a ter um perfil especializado no final do XIX[195]. Pedro Jacques Valein, por exemplo, no Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo, tanto para o ano de 1857, como para o de 1858, aparecia como ourives, com loja de jóias na Rua da Imperatriz, assinalando também que cobria e consertava chapéus de mola e de chuva.

Cedo aportaram no Brasil - em 1842 - os ourives Francisco Laignier e Paulo Jozé Delier. Ambos atestaram em seus respectivos passaportes que eram ourives na França e vieram com o intuito de exercer esse ofício, além de terem passado uma temporada primeiro no Rio de Janeiro e depois migrado para São Paulo. Diferente de Auguste Masseran, que deu à sua vida um outro rumo. Ourives também chegado na década de 40 do oitocentos, inicialmente se instalou na Rua Direita com loja de jóias, conforme denota o dito Almanaque para o ano de 1857. Em 1869, era discípulo de dentista, com quem aprendera o ofício, e em 1888 já atuava com esse título.

[194] BARBUY ... op. cit., p. 158.
[195] Ibidem, p. 155.

Luiz João José Supplicy, por sua vez, foi um francês dedicado à ourivesaria que marcou época. Conhecido em vários cantões da cidade e mesmo do interior da Província, pelos registros de escritura percebe-se que participava muito das transações locais. Testemunha de diversos momentos de vida, como de compra e venda, formação de sociedade, reconhecimento de filha natural[196], não só de seus compatriotas, como também de outros moradores da São Paulo de então.

Era uma pessoa requisitada e acreditada na praça. Tanto, que ao lado de brasileiros, foi testemunha em 1857 de um contrato que firmava trazer colonos alemães a São Paulo[197]. Já nos Almanaques de 1857 e 1858 figurava como ourives na Rua da Imperatriz, e lá ficou até seu falecimento em agosto de 1865, aos 63 anos de idade[198], sucedido no ofício pela viúva, Thereza, e por seus filhos, Hypolito e Eugenio, que abriram negócios próprios.

Ao contrário de Garraux, por exemplo, Supplicy não era dado a anúncios. Os existentes no Correio Paulistano eram poucos. E um deles tratava-se de um aviso aos seus fregueses:

> O abaixo assignado estabelecido n´esta capital – na rua do Rosario n.26 – com loja de ourives e completo sortimento de objectos de ouro, prata e brilhante, tendo sido informado de que alguns especuladores que vendem objectos dessa ordem por diversas partes da Provincia de São Paulo não duvidam afirmar que são elles da casa do denunciante, julga de seo dever declarar que o unico encarregado de vender os objectos de sua casa é o senhor Augusto Biacle – Luiz Supplicy[199].

Quer dizer, as mercadorias de Supplicy, do mesmo modo que seu nome, deveriam ser de alta conta entre os moradores do interior, que adquiriam os artigos, e entre os próprios falsários, que se aventuravam a vender as jóias em seu nome. Nota-se, por outro lado, que Supplicy, ademais de dispor seus objetos de ourivesaria na capital, tinha um mascate, um representante que andarilhava por entre as cidades e propriedades rurais. O sobrenome do dito representante permite aventar que ele fosse francês. Dentre os

---

196 APESP. Escritura de compra e venda. Livro nº. 49; escritura de procuração. Livro nº 51; escritura de reconhecimento. Livro nº 51; escritura de sociedade. Livro nº 54, fl. 48, 48v.
197 APESP. Escritura de contrato. Livro nº 52, fl. 17, 17v, 18, 18v, 19, 19v, 20.
198 ACMSP. Registro de óbito. Parochia da Sé. Óbitos de livres. 1864-1871. Notação 3.1.39
199 APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 30 de outubro de 1855.

imigrantes provindos da França, era bem comum ter compatriotas trabalhando consigo. E uma mescla de fatores estava aí imbricado, como o da língua, sociabilidade, ajuda mútua e confiabilidade. Labutando entre si, os franceses também não deixavam de inserir-se na ótica escravista, com escravos de sua propriedade ou alugados – o que se contrapõe à idéia de serem "plenos agentes civilizadores".

Um dos investimentos de Supplicy foi a de compra de terrenos e casas. Em 1852, adquiriu uma casa na Rua dos Piques[200], vendeu um terreno e uma casa por onde passava o rio Pirajussara[201] e, finalmente, logrou comprar o sobrado na rua da Imperatriz em 1864[202]. Com 5 portas "nos baixos" e 5 janelas "nos altos" foi lá que Supplicy comerciou e morou durante seus últimos meses de vida, o que era um indício de estabilidade, dado que a maioria dos negociantes arrendava casas para seu estabelecimento. Tal como ocorreu com o próprio Supplicy antes de adquiri-la.

Esse ourives confeccionava suas jóias artesanalmente, mas também adquiria importados só que sem relação direta com a França. Comprava mercadorias no Rio de Janeiro. Lidava com corais, brilhantes, rubis, esmeraldas, ademais de ouro e prata. A diversidade de artigos feitos com esses materiais era grande. Somente para assinalar alguns que não estavam dentre os anunciados, porém constavam do inventário: isqueiros com tampos; cabos para faca e chicote; anéis para cabelos; dedais de ouro; abotoaduras para coletes e botões de punho[203]. Porque, além desses, Supplicy propagava em 1862:

> Ao grande coração
> Rua do Rosário 26
> Luis Supplicy – ourives, muito conhecido nesta Provincia e cidade de S. Paulo pelo systema que adoptou de vender com lealdade e barateza, previne ao respeitavel publico e a seos freguezes e amigos que acaba de chegar do Rio de Janeiro com um grande sortimento de jóias de ouro, brilhante e prata da maneira seguinte
> Obras de ouro de todas as qualidades, correntes, etc., brilhantes em alfinetes, anneis, botões, adereços, adereços para sra; brincos, etc.; pratas, e salvas de todos os tamanhos, aparelhos de chá e café, facas, garfos, e colheres grandes e pequenas, esporas, ditas pequenas de passeio,

[200]APESP. Escritura de compra e venda. Livro nº 47.
[201]APESP. Escritura de venda. Livro nº 49.
[202]APESP. Escritura de compra e venda. Livro nº 57, fl. 52.
[203]ATJSP. Inventário de Luiz Supplicy. Nº do processo: 1975, 1º Ofício da Família, 1865.

> paliteiros e etc. etc. Compra ouro, prata e pedras preciosas, e encarrega-se de qualquer encommenda, e tudo quanto for de sua officina[204].

Somente o fato de comprar ouro, prata e pedras é alusivo de que era artesão, pois se tratava de materiais necessários à confecção de suas jóias. Aparelhos de chá e café, e 48 garrafas de vinho Bordeaux, por outro lado, denotam a variedade de mercadorias expostas que não a de sua especialidade. Para esses frágeis objetos de porcelana tinha um guarda-louça envernizado, além de "5 taboletas com vidros para amostra de joias", uma "armação da casa de joias envernisada e envidraçada" e um "lampião para vidraça". Então, iluminava suas obras nas vitrines para que ficassem reluzentes aos olhos do passante.

A idéia, também oriunda do poder público municipal, era transformar a cidade "no lugar por excelência para a realização da 'vida moderna'"[205], o que significava estar sintonizado aos padrões europeus, por sua vez, permeados por apelos estéticos, estimuladores dos sentidos. Na França, em particular, "a exibição de mercadorias em profusão e seu poder de sedução, que encontraram seu auge nas grandes lojas (*Grandes Magasins* ou lojas de departamento), eram elementos estimuladores de uma " 'corrida pelas aparências', calcada na 'emulação, competição e imitação', poderosos difusores de um modelo burguês"[206]. Franceses introduziram novos modos de comerciar. A vitrine foi um deles.

> Da conformação das lojas às estratégias publicitárias, novas práticas vão ganhando terreno, em sintonia com as modas européias. E aí, um verbo se conjuga todo tempo: expor. Caixas de vidro no interior dos armazéns, e (...) janelas adaptadas, pedaços de paredes que se abrem e envidraçam, em todo o canto surgem vitrines para mostrar as mercadorias de forma convidativa[207].

Supplicy ia ao Rio de Janeiro, dentre outras compras, buscar artigos necessários ao seu ofício, como ferramentas e adereços. Por seu turno, na compra das jóias por ele confeccionadas, certamente a maior parcela da freguesia era composta por mulheres, mas

---

[204] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 28 de maio de 1862.
[205] BARBUY ... op. cit., p. 85
[206] Ibidem.
[207] Ibidem, p. 95

os pagantes eram homens. Quanto à nacionalidade, nas dívidas passivas aparecem nomes de brasileiros e minoritariamente de estrangeiros. Já por conta das dívidas ativas denota-se que entre os compatriotas e outros imigrantes, ou seja, pessoas pertencentes ao seu círculo social, Supplicy demandou empréstimos. Entretanto, somente essas transações não bastaram. Teve que recorrer às casas especializadas. À Cia. Filial do Banco do Brasil devia a avultada quantia de 19:566#670, e para Bernardo Gavião & Cia, 659#. A viúva ainda declarou que o "marido não tinha uma escripturação regular e que as dívidas constam apenas de apontamentos espalhados"[208]. Mesmo assim, Supplicy logrou um monte-mór de 37:259#875 e um passivo de 24:769#216, o que significava que a família tinha 12:490#659 a ser partilhado. De certa forma, Supplicy obteve sucesso em sua empreitada em São Paulo, onde uma das opiniões sobre a sua reputação era a seguinte:

> cidadão francez aqui estabelecido com loja de jóias; homem sério e acreditado; estimado de todos, prosperava, dia-a-dia, e tanto que pôde comprar um dos melhores predios da rua da Imperatriz, o qual logo transformou, de baixo à cima, ao gosto moderno e com solidez e elegância[209]

Nem todas as relações eram tão amistosas. Supplicy pesava os gramas de ouro, prata e pedras preciosas em uma balança, inclusive presente na listagem de bens do inventário e, em 1859, foi impetrado contra ele um processo-crime[210], com a acusação de que seus pesos eram inexatos, e um pedido para que parasse de comerciar. Sem muitas informações, o processo deixa no ar que Supplicy, após verificação da Câmara de sua licença, pesos e medidas, foi absolvido.

Após o falecimento do esposo, a francesa Thereza Gerard Supplicy pediu e conseguiu autorização para seguir com o comércio: "a viúva Supplicy completamente habilitada pelo Tribunal do Commercio, communica a esta praça que continua com o mesmo commercio e assim que esforçar-se-ha como outrora elle fazia por merecer a

[208] ATJSP. Inventário de Luiz Supplicy. Nº do processo: 1975, 1º Ofício da Família, 1865.
[209] Ibidem.
[210] APESP. Processo-crime. Rolo 020. Notação 313, 1854.

confiança de seus fregueses"[211]. Apesar de seguir com o negócio de jóias, uma das primeiras providências que tomou, para adquirir mais pecúlio, foi a de alugar o primeiro andar do sobrado constituído por salão de frente, alcova, sala de jantar e pequena sala lateral. Todos os cômodos eram independentes dos demais da casa e as paredes forradas com papel[212]. Assim como Supplicy, as mercadorias provinham da "escolha feita pela annunciante na sua ultima viagem a Corte"[213]. Bacias e jarros, faqueiros completos, chocalhos, paliteiros e até cálices para missa podiam ser encontrados na casa da Rua Imperatriz que, com o primeiro andar arrendado, não deveria ser mais a morada da viúva. Thereza, por sua vez, em 1880, ainda à frente do negócio, com os seus 50 anos de idade, em anúncio para atestar a confiança que a casa inspirava, regozijava-se de ter sido a primeira fundada no ramo de jóias em São Paulo. No entanto, a presente pesquisa não tem elementos suficientes para ratificar essa assertiva.

Nos passaportes, os ourives em geral confirmavam ser esse seu oficio desde a França e praticado no Brasil. José Cazemiro Mouthe, depois de 5 anos no Rio de Janeiro, em 1833, chegou a São Paulo. Começou diferente. Instalou-se em uma chácara onde plantava ervas para fazer chá (no Almanaque de 1857 aparece como fabricante de chá). Ainda não tinha a sua própria casa de negócio, mas contava com a do compatriota Fresnau, para o depósito e venda de seu produto. Na década de 1860, a situação mudou de figura. Abriu uma loja de jóias na Rua da Imperatriz, por sinal vizinha do sobrado de Luiz Supplicy[214], onde fazia pequenos trabalhos artesanais, como consertos. Seu forte, todavia, era, mais do que a produção artesanal, a importação direta de artigos prontos da França.

Na casa arrendada, onde montou *La maison d'Or,* Mouthe, em 1862 "previne aos seos numerosos amigos e fregueses que acaba de chegar da França, de onde trouxe um completo sortimento de jóias escolhidas pelo annunciante nas melhores fabricas d'aquele

[211] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 03 de dezembro de 1865.
[212] Ibidem.
[213] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 05 de agosto de 1870.
[214] APESP. Escritura de compra e venda. Livro nº 57, fl. 52.

paiz"[215]. Um anúncio tende a extrapolar um pouco as linhas da realidade para deixar o provável comprador estupefato e ávido pela mercadoria. Fossem jóias, lunetas, óculos com aro de ouro, ou "objetos de phantasia" - feitos com pedras semipreciosas e materiais de menor monta, o que os tornava mais acessíveis - se agregados às expressões "vindo da França" e ainda das "melhores fabricas d'aquele paiz", adquiriam outro tônus. Até mesmo porque "a importação direta de produtos de países estrangeiros era cada vez mais valorizada e os comerciantes em geral ostentavam sua capacidade de manter os fluxos de chegada dessas mercadorias, por contar com escritórios de compras e/ou relações fixas com determinados fabricantes no exterior"[216].

E assim foi procedendo ao longo do tempo, inclusive, quando, em 1870, formou sociedade com o brasileiro Teixeira[217]. As pérolas, turquesas e brilhantes continuavam a aparecer nos anúncios como vindas de Paris.

Na mesma linha seguia José Worms. Se em 1863, seu sortimento provinha do Rio de Janeiro, cinco anos depois afirmava ter relações diretas com a França e, por conta disso, "vender mais barato do que em qualquer outra parte"[218]. Variedade de mercadorias era o que não faltava em seu estabelecimento da Rua Direita, 25. Além das jóias, havia toalhas bordadas, luvas de pelica, grinalda, e vestidos. Tudo, fazia questão de salientar, "que se pode provar pela alfandega de Santos"[219]. Tal instiga a pensar que em meio ao comércio da segunda metade do XIX, não raro artigos alardeados como provindos da França, de fato não o eram. Mero chamariz, com informações falsas, mas que poderia dar certo para amealhar fregueses.

Aos 30 anos, o francês Henrique Luis Levy uniu-se em sociedade com o alemão, de 25 anos, Luiz Behrendt, com a finalidade de "negociar nesta praça e em qualquer outra

[215] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 20 de fevereiro de 1862.
[216] BARBUY..., op. cit., p. 157.
[217] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 16 de janeiro de 1870.
[218] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 16 de fevereiro de 1870.
[219] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 07 de maio de 1870.

deste Império com joias, prata, ouro, pedras preciosas, relogios e metais preciosos"[220]. Em 1860, foi o primeiro ofício a que se dedicou e com ele perdurou, a despeito de, posteriormente, como o já citado, adentrar no universo da música, vendendo partituras e alugando pianos. Sua casa comercial, então, lidou com essas duas facetas até o final.

Levy entrou com a avultada quantia de 12 contos, enquanto Behrendt com 5 contos de réis. A sociedade estava prevista para durar três anos, com balancete anual, levantando o ativo e o passivo e conseqüentemente os lucros divididos. Como já era esperado, as viagens necessárias para as transações comerciais ficavam por conta desse montante. Já para as despesas particulares, ao menos em teoria, estava estipulado no contrato 1:500# por ano, o que significava 120# mensais.

No *Au Bouquet de Brilhantes*, localizado na Rua do Rosário, em 1862 Levy e Behrendt vendiam jóias, também "a fantasia", e compravam ouro, prata e pedras finas, para fazerem trabalho de ourivesaria – "fabricão as joias a gosto dos fregueses"[221]. Os relógios, marcando o tempo burguês, não foram esquecidos. Ali poder-se-ia tanto comprá-los, quanto consertá-los. Proveniência das mercadorias? Ao que parece, da Corte. Em nenhum dos anúncios encontrados para os anos de 1862, 1865, 1870, 1875 e 1880, foi mencionado virem em "diretura de Paris". Pelo contrário, nos mostradores do estabelecimento, brincos, colares de coral, botões de punho, anéis, pulseiras e medalhões, reluziam. Era produto da viagem à Corte, de onde trouxe – como no estilo usual dos anúncios – "um lindo sortimento de joias das mais modernas, elegante e apurado gosto"[222].

Em 1875, todavia, Levy ia além dos âmbitos da ourivesaria e da música. Era depositário da Farinha Láctea Nestlé. No topo do anúncio deixava entrever que o produto substituía a ama de leite e era aprovado pelos médicos mais conceituados – como já era de se imaginar – de nenhum outro lugar, mas do Rio de Janeiro:

---

[220] APESP. Escritura de Sociedade. Livro nº 53.
[221] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 28 de maio de 1862.
[222] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 18 de agosto de 1875.

> O trigo, sendo um dos melhores alimentos que o homem possue, o Sr. Nestlé procurou tirar do trigo a parte mais indigesta para offerecer aos estômagos os mais debilitados uma nutrição mais assimilável, debaixo do mais pequeno volume possivel. A farinha de trigo, assim scientificamente preparada, unida ao melhor do leite da Suissa, tem um elemento incomparavel "para" qualquer pessoa fraca, convalescente e sofrendo do estomago e com principio de molestia de peito, sendo bem evidente que um alimento conveniente para as criancinhas recem-nascidas devem convir a pessoas adultas[223].

Seu negócio sempre permaneceu na Rua do Rosário (depois da Imperatriz) em sobrado arrendado do Capitão Benedito Antonio da Silva. Em 1871, ambos foram ao cartório firmar contrato sob o testemunho dos franceses Francisco Bossignon e Julio Garnier[224]. E, novamente em 1884, o ratificaram por 7 anos, a 300# mensais mais o pagamento do imposto predial, sob as seguintes condições:

> 2ª não depositar na loja do sobrado mercadorias que por sua qualidade ou peso danifique a propriedade.
> 3ª durante o contrato poderão os inquilinos sublocar todo o predio ou parte, precedendo autorização do proprietário.
> 4ª fica o locatario obrigado a fazer as suas custas todas as obras de conservação e limpeza, assim como encanamentos de gaz, agoa, esgoto e outros quaisquer melhoramentos, que findo o contrato pertencerão ao proprietario e sem direito a indenização alguma.
> 5ª colocar armação, balcão e outros acessorios, que poderá retira-los quando quizer, porem obrigado a consertar o estrago que tais arranjos tenha produzido.
> 6ª fica obrigado a conservar a actual divisão, que podera modifica-la se o proprietario autorisar e findo o contacto, repor no estado em que recebe[225].

Aí se percebe algumas práticas correntes, como a sublocação e as peças necessárias para a montagem do estabelecimento, como balcão e armação com vidraças. Para além disso, porém, denota-se que a conformação interna das casas mudava. A cidade se transformava e, para tanto, demandava melhoramentos, como a inserção de canalização para gás, água e esgoto. Se Levy os quisesse incorporar teria que arcar com os custos, os quais não deveriam ser "módicos".

Ter arrendado para o seu negócio o sobrado, não excluiu o fato do francês ser proprietário de imóveis e investir seus réis em aparatos como apólices da dívida pública

[223] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 30 de dezembro de 1875.
[224] APESP. Escritura de arrendamento. Livro nº 60, fl. 136v, 137.
[225] APESP. Escritura de arrendamento. Livro nº 69, fl. 88v, 89.

nacional[226]. Em 1885 comprou um sobrado na Rua de São Bento, "com 3 portas de frente no pavimento térreo e 3 janelas no pavimento superior"[227], ademais de uma casa assobradada, vizinha ao mosteiro de São Bento, com "1 portão e 2 janelas de frente na rua Nova de São José"[228]. E não as deixou paradas. O investimento continuava. O dito sobrado, por exemplo, foi alugado em 1877 por 300# mensais a Angelo Fiorita, agente "de immigração e de vapores italianos"[229], acenando o cruzamento de imigrantes na São Paulo da segunda metade do oitocentos. No mundo dos negócios, as diversas nacionalidades interagiam entre si, em um fluxo que fazia girar a economia.

A partir de 1878 outros Levy entravam em cena. Franceses, Jacob e Caem eram irmãos, tinham casa de jóias na Rua do Comércio e relações diretas com os fabricantes da Europa. Por isso, alardeavam poder fazer abatimento nos preços[230]. Entretanto, não permaneceram juntos nos negócios. Jacob continuou na Rua do Comércio[231] e, em 1885, estava na rua Direita[232]. Enquanto Caem Levy, "ex-sócio da firma Jacob Levy e Irmão"[233], instalava-se provisoriamente no Largo do Palácio.

Pierre Chiquet, por sua vez, veio com o compatriota Bougarde da França para o Brasil. Fixou-se em São Paulo por volta de 1860, justamente quando Henrique Luis Levy e Behrendt abriam seu comércio de jóias. Tornou-se oficial da casa, mas não por muito tempo. Chiquet queria ter seu próprio negócio:

> Pedro Chiquet. Antigo official da caza dos sres. Henrique Luiz Levy e Bhrendt, tem a honra de prevenir a todas as pessoas que tiverem de mandar fazer ou concertar objeto concernente de bijouteria, que elle acaba de se estabelecer em uma casa concernente a esta arte na rua do Rozario, n. 24.
> Pedro Chiquet espera pelo módico preço de suas fazendas e o bem acabado de seos trabalhos nada deixara a desejar as pessoas que quizerem honrar-lhe em suas confianças[234].

---

[226] APESP. Escritura de venda e compra. Livro nº 66, fl. 136, 136v.
[227] APESP. Escritura de venda e compra. Livro nº 67, fl. 153, 153v.
[228] Ibidem.
[229] APESP. Escritura de arrendamento. Livro nº 73, fl. 110v.
[230] IEB. Indicador de São Paulo, 1878.
[231] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 22 de outubro de 1880.
[232] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 23 de junho de 1885.
[233] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 22 de outubro de 1880.
[234] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 26 de setembro de 1862.

E, de fato, o montou. Não só com jóias, mas também fazendas e os tais objetos "a fantasia", designados no anúncio como "bijouteria". Essa transição de agente a dono do próprio estabelecimento não pareceu tão linear assim, reverberou também nos proprietários do *Au Bouquet de Brilhantes* que, logo no dia seguinte, "previnem aos seus numerosos fregueses e amigos que havendo se despedido de sua casa o Snr. Pedro Chiquet, official de ourives, contactarão os annunciantes outro official, tão perito e perfeito em suas obras como o dito Snr. Chiquet, de forma que continuarão habilitados a satisfazer qualquer encomenda que lhes faça"[235].

Se em 1862 ele era um simples ourives, em 1870 dizia fazer viagens a Europa[236] e, em 1880, intitulou sua casa como "importadora de joias dos melhores fabricantes de Paris"[237].

Em 1861 casara-se com uma brasileira, Amelia Month, que 17 anos depois veio a falecer, deixando cinco filhos (4 meninas e 1 menino) em sua companhia. Chiquet foi inventariante[238] da esposa, o que possibilita desvendar um pouco de seu universo. Não tinha bens imóveis. Arrendava uma casa na Rua da Imperatriz. Não obstante, todo um conjunto de jóias foi avaliado: relógios, pulseiras, anéis... uma imensidão de artigos que ficavam expostos em "uma vidraça de porta" e dois balcões com vidraça. Sem dúvida, havia trâmites de importação. Devia 18:160# a Carlos Buhler, negociante residente em Paris. Por jóias francesas? Não, por bijuterias alemãs. Tanto franceses moradores na França, quanto os imigrados em São Paulo lidavam com produtos alemães. O que causava preocupação no Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, refletindo, por conseguinte, na atuação dos agentes consulares.

---

[235] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 27 de setembro de 1862.
[236] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 18 de maio de 1870.
[237] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 02 de janeiro de 1880.
[238] ATJSP. Inventário de Amelia Month Chiquet. nº do processo: 1962. 1º Ofício da Família, 1878.

Casado, em "comunhão de bens"[239], sabia que parcela dos mesmos doravante passariam a pertencer a seus filhos. Em estratégia hábil, de modo que não prejudicasse seu negócio, Chiquet pedia ao juiz que o pagamento fosse feito com outros de seus investimentos: 1 letra de 15 contos de réis do Banco do Brasil e 10 ações da Companhia de Ferro Paulista. O porquê querer ficar com as mercadorias, ele mesmo explicou: "tem por fim evitar prejuízos certos com uma venda precipitada ou da excessiva derrota desta. Se forem vendidas de pronto irão por menos de seu valor. Se com demora terão sahido de moda"[240]. Ciente das práticas da época, sabia das conseqüências de um leilão, no qual, em geral, as pessoas alongavam o tempo de arrematação para que os preços baixassem. Ou da demora de um inventário, de forma que artigos fora da moda – européia e, principalmente francesa, com suas *nouveautés* – valiam menos.

Tutor de seus filhos, Chiquet pode manejar a herança. Até 1888, seu filho, então com 21 anos, Pedro Chiquet Júnior, que seguira a carreira do pai com loja de jóias na Rua da Imperatriz e já não morava com ele, não havia recebido sua legítima e a requeria.

V. 6 – Nem sempre *glamour:* outros ofícios.

Inventários, anúncios e registros de escritura, entretanto, só mostram algumas facetas da população. Daquelas que têm bens a legar, comprar, vender, hipotecar ou alugar. Por isso, cabeleireiros, ourives, modistas e alfaiates tendiam a aparecer mais. As próprias fontes documentais os colocam a lume, assim como os tons da influência francesa em São Paulo facilitavam sua entrada nesses ramos. Mas havia outros imigrantes, com ofícios menos *glamourosos*, vivências diferentes.

Aqui e ali se consegue "pescá-los" nas fontes, porém de maneira menos corrente. Eram poucos os que conseguiam publicar anúncios e, portanto, parca era a quantidade

[239] Ibidem.
[240] Ibidem.

desses últimos. Alguns, por exemplo, apareciam na lista do Indicador de 1878, justamente porque esta era uma das funções, indicar aos interessados. É assim que outros franceses vêm à tona. Franceses que, grosso modo, não são lembrados pela historiografia, nem imaginados em seus ofícios. Na Rua de São Bento, o ferrador Victor Duché; no Largo de São Francisco, outro ferrador, Fabien Elichalt; e Amadeu Rossaux, funileiro no Brás. Igualmente foram agentes históricos que no caminhar de sua trajetória teceram o dia-a-dia da São Paulo oitocentista.

Alexandre Morel era açougueiro. Em 1862 abriu a *Boucherie Française*, "dirigida pelo sistema francês" que, na sua concepção,

> offerece muitas vantagens a seus fregueses, não somente pela limpeza e aceio das carnes, como do estabelecimento, mas também pela maneira delicada com a qual o annunciante pretende servir as pessoas [...] acharão sempre carne de vaca, vitela, carneiro e porco, todas ellas muito frescas e cortadas a contento dos fregueses[241].

Cada peça de carne vinha com o preço marcado. Praticamente um mês depois, inaugurava duas casas filiais, uma na Rua Boa Morte e outra na Rua da Cruz Preta. Sinal que o comércio ia bem. Todavia, mais nem um outro anúncio.

Alexandrin saiu da França em 1873. Morou no Rio de Janeiro por um ano e, em 1875, já estava instalado na Rua da Constituição, onde era carpinteiro[242]. Em 1876 casou-se com uma francesa, cujo pai, também francês, residia na cidade e era ferreiro[243].

Ofícios nada *glamourosos* para os parâmetros fornecidos pelas linhas culturais da burguesia francesa, na qual se queria que a própria França fosse revestida com nuances de grandeza e luxo. Nem lá, menos aqui, essa imagem deve perdurar como única, intocável. Os imigrantes franceses eram como quaisquer outros, não uma exceção. Poucos vinham com um saber especializado. Labutavam no cotidiano com anseios próprios de imigrantes. De fato, com a patente influência cultural, sua entrada em determinados ofícios era

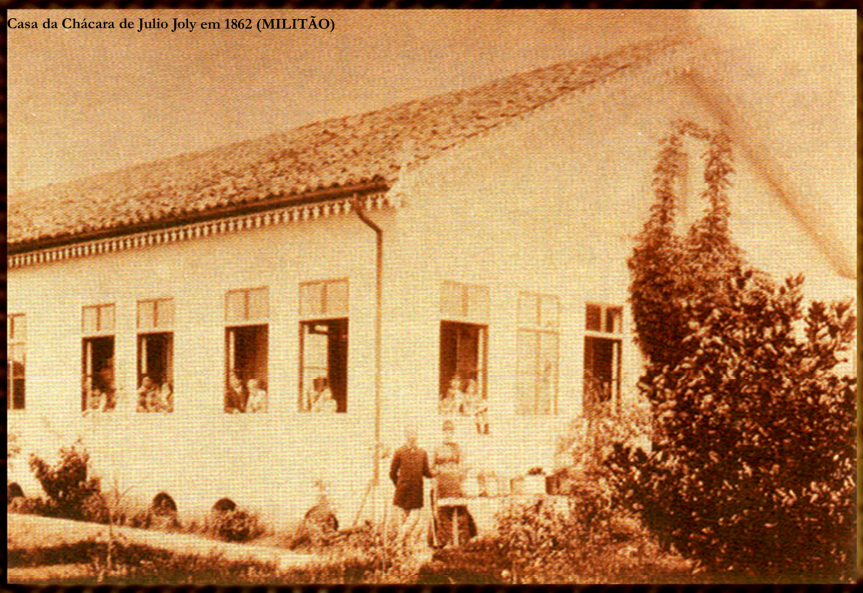
---

[241] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 05 de abril de 1862.
[242] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 05 de setembro de 1875.
[243] ACMSP. Processo de casamento. Notação 73.12.8398, 1876.

facilitada, mesmo que dele nada entendessem ou não tivessem experiência alguma. O adendo de franceses açougueiros, ferreiros, carpinteiros e que vagavam pelas moradas alheias pedindo serviço, também corroboram para quebrar essa visão. Ao folhear os processos crime percebe-se esses outros personagens. Franceses que se defrontavam com uma vida nada *glamourosa*, mesmo dentre os ourives ou modistas, e que se imiscuíam em problemáticas, as quais estavam longe de espelhar a tão apregoada idéia de sua atuação enquanto "agentes civilizadores".

CAPÍTULO VI

Histórias de lá e de cá: famílias, sociabilidades e conflitos



Casa da Chácara de Julio Joly em 1862 (MILITÃO)

"Ainda que traduzido e apreendido subjetivamente, o significado de toda experiência humana é sempre elaborado histórica e culturalmente, sendo transmitido pela socialização, iniciada ao nascer e renovada ao longo da vida."

Roberto da Matta

Os imigrantes franceses delinearam uma vida em São Paulo. Vida essa que compreendia a inserção em ofícios, mas também interações com as pessoas que estavam em seu entorno, não somente no que remonta aos negócios. Relações de amizade, compadrio, vizinhança são alguns dos fios que desvendam as sociabilidades. Do mesmo modo, ter uma família – já emigrar com ela constituída; formá-la através do casamento; ou dissolvê-la pelo divórcio eram elementos do cotidiano, momentos marcantes nas suas trajetórias, que, por vezes, eram igualmente permeadas por dissensões e conflitos que abrangiam desde compatriotas, alemães e italianos, a portugueses, brasileiros, africanos, escravos ou não, em uma verdadeira miscelânea de caminhos e vivências. Por outro lado, a formação da Sociedade de Auxílio Mútuo 14 de Julho revela, no ocaso do XIX, a sedimentação da colônia francesa na cidade, denotando que em meio a uma São Paulo tão plural de caras e modos, dada à imigração massiva, aqueles provenientes da França também faziam parte da composição populacional e tinham o seu espaço.

VI. 1- Famílias e sociabilidades: facetas do viver.

O casamento era um acontecimento de repercussão na cidade. Ali se iniciava um núcleo de solidariedade, a começar pelo casal e culminando entre as famílias e vice-versa, além de fundir uma nova organização econômica ou consolidar aquela já existente.

No que concerne, em especial, ao imigrante, em terras estranhas às do nascimento, formar uma família significava alicerce na empreitada, tanto no aspecto pessoal, quanto no de negócios. Quando não tomavam a frente dos estabelecimentos comerciais, as esposas e os filhos faziam parte do labutar diário. Estes últimos, inclusive, não raro davam continuidade ao ofício do pai, posteriormente assumindo o negócio ou formando o seu próprio.

No caso de franceses, a maior parte das uniões legítimas deu-se em Igrejas e à noite. Os registros de casamento[1] atestam que aconteciam por volta das sete, oito ou nove horas da noite. Algumas vezes entre as oito ou nove horas da manhã e raramente à tarde. O que põe em questão a tão apregoada, por memorialistas e viajantes, soturnidade e reclusão da São Paulo, mesmo na primeira metade do XIX. Veja-se o exemplo do fabricante de chá e depois ourives, José Cazemiro Mouthe:

> Aos 11 de maio de 1835, nesta Sé, pelas 8 horas da noite, por provisão, sem impedimento, em presença do Reverendo Coadjutor Padre Joze Manuel de Sousa e das testemunhas Luis Victor Prat e Verurando [?] Macedo, se recebera em matrimonio por palavras do prezente Cazemiro Mouthe, francez de Nação, filho legitimo de José Maria Mouthe e de Juliana Cazaretti, e de prezente freguês desta Sé, e de Emelia Cândida, filha de pai incógnito e de Anna Joaquina, natural e freguesa de Cutia. E na mesma ocasião o dito Padre Coadjutor lhe deo as Bençãos Nupciais na forma costumada n´esta Igreja[2].

A Freguesia da Sé concentrava a parcela mais significativa de franceses, de modo a se perceber que estes majoritariamente habitavam a região central, em detrimento da Santa Ifigênia e do Brás, zonas para além do Anhangabaú.

Quanto aos lugares em que aconteciam os casamentos, ao menos para a confecção do registro, nem sempre a igreja era o ambiente escolhido, mas a presença do pároco fazia-se necessária. Em agosto de 1864, a união entre os franceses Henrique Rougé e Etienne Duchein passou pelas mãos do, já citado, frei Eugenio de Rumilly[3] no Seminário Episcopal[4]. Na Freguesia de Santa Ifigenia, foi no Seminário das Educandas que se deu o enlace, em 1876, entre os franceses Pedro Masson e Anna Souterás, na presença de outros dois compatriotas, Antonio Rivière (freguês da Consolação) e o afinador de pianos Julio

---

[1] No Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo folhearam-se todos os livros de registro de casamento das paróquias existentes no período estudado, ou seja, Sé, Santa Efigênia, Freguesia do Ó, Brás e Penha e encontrou-se 63 casamentos em que um dos cônjuges (ou ambos) era francês. Da mesma forma, com essa relação em mãos consultou-se aos processos de casamento em si, dos quais se anotou 37, ao mesmo tempo em que coletaram-se 04 processos de divórcio.

[2] ACMSP. Registro de Casamento. Parochia da Sé. Casamento de brancos e libertos (1833-1862). Livro nº 5. Notação 1.2.13, fl. 11v.

[3] Ver capítulo IV.

[4] ACMSP. Registro de Casamento. Parochia da Sé. Casamento de livres (1862-1868). Livro nº 6. Notação 1.1.24, fl. 48, 48v.

Pautard (freguês de Santa Ifigênia)[5]. Por sua vez, a própria casa de morada podia ser palco do casamento. Foi o que aconteceu com o professor de piano Gabriel Girandon.

Às 9h da noite do dia 08 de setembro de 1863, ele e D. Antonia Eufrozina de Britto Barros, paulistana, batizada na Sé, contraíram núpcias na casa do pai dela. Assinaram também o documento, as testemunhas – que não se pode afirmar francesas, mas que tinham nomes "afrancesados" – Joze Henrique Vginet e Eugenio Bouroutte[6]. Tal também aconteceu com a parteira Cezarina Chameroy, que às 7h30 da noite, sob os olhares do dentista Emilio Vauthier e do italiano Julio Guse, casou-se com Amador Cathaneo, natural da Itália, em sua casa[7]. E, em 1877, com o negociante Manfredo Meyer e D. Elvira Isabel de Sousa Queirós, nascida no Rio de Janeiro, cujo casamento foi feito às 8h da noite mediante o oratório privado da casa do Dr. João Ribeiro da Silva, o qual foi uma das testemunhas em conjunto com o Comendador Domingos de Mello Loureiro[8].

Assim como o batismo, o casamento era um rito de passagem da vida de solteiro ou viúvo para a de casado, da tutela do pai para a do marido. Era momento de importância na trajetória dos contraentes, os quais escolhiam para testemunhas pessoas que faziam parte de seu círculo de sociabilidade, em quem confiavam e com quem tinham relações mais próximas. Nesse conjunto, sem dúvida, os franceses imperavam. Na condição de imigrantes, tendiam a se aproximar mais dos compatriotas, onde eram maiores as chances de encontrar alento em meio à língua e aos costumes diversos dos seus. Logo, pares da mesma nacionalidade foram os que mais assinaram, testemunhando o registro ou o processo de casamento.

[5] ACMSP. Registro de Casamento. Parochia de Santa Ephigenia. Casamento de livres e escravos (1866-1882). Notação 9.2.27, fl. 26v, 27.
[6] ACMSP. Registro de Casamento. Parochia da Sé. Casamento de livres (1862-1868). Livro nº 6. Notação 1.1.24, fl. 28v.
[7] ACMSP. Registro de Casamento. Parochia da Sé. Casamento de livres (1868-1878). Livro nº 7. Notação 3.2.17, fl. 3, 3v.
[8] ACMSP. Registro de Casamento. Parochia de Santa Ephigenia. Casamento de livres e escravos (1866-1882). Notação 5.2.27, fl. 116v.

Já os cônsules não abrigavam somente questões diplomáticas e comerciais. Estavam presentes no dia-a-dia dos franceses e, eles mesmos, interagindo enquanto imigrantes. Por isso, também participavam como testemunhas, da consecução dos casamentos. Carlos Marquois estava nessa posição no enlace de Frederico Savoye em 1895[9], e no tão afamado casamento da filha de Garraux em 1880[10].

O que não significa, porém, que deixasse de haver interações com a sociedade local. Os brasileiros eram os próximos nesse quesito. Também se imiscuíam no cotidiano dos franceses, não só como testemunhas, mas igualmente como cônjuges. Para se unirem em matrimônio, os imigrantes em foco não se limitavam ao seu próprio reduto. A quantidade de franceses casados com brasileiros se aproxima daqueles cujo enlace se deu com pares de mesma nacionalidade. O que faz pensar que esses imigrantes eram bem aceitos pelas famílias da capital. Mesmo na Argentina do século XIX, Otero elucida que "os franceses caracterizaram-se por ser um dos grupos de mais rápida integração na sociedade receptora"[11] e um dos veios dessa ótica foi a ocorrência de casamentos mistos no sentido de unir em matrimônio a população nativa e esses imigrantes. Em São Paulo, também corroboraram para isso, a difusão da cultura francesa, que tornava mais palpável a língua, hábitos e costumes, além do fator de que a maior parte dos franceses que cruzaram o Atlântico rumo ao Brasil era católica. "Isso significa que os estrangeiros (...) desde que católicos, tinham facilidade de acesso às famílias locais, através de casamentos"[12].

Celestino Bourroul casou-se, em 1847, com D. Rita Maria da Conceição Ramos, filha do então falecido Capitão Joaquim Joze Ramos[13]. Gaston Laillacar, futuro sócio de

---

[9] APESP. Registro de casamento. Casamento de brancos e libertos (1833-1862). Notação 1.2.13, fl 159v.
[10] APESP. Registro de casamento. Casamento de livres (1878-1883). Livro nº 8. Notação 3.1.35, fl. 27v.
[11] OETRO, Hernán. A imigração francesa na Argentina: uma história aberta In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 45
[12] SAMARA, Eni de Mesquita. Casamento e papéis familiares em São Paulo no século XIX. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, (37): 1725, maio de 1981, p.21.
[13] ACMSP. Registro de casamento. Parochia da Sé. Casamento de brancos e libertos (1833-1862). Notação 1.2.13, fl. 64v.

Garraux, em 1854, recebeu em matrimônio D. Maria Carmelita de Mendonça Furtado[14]. Alfonse Agut contraiu matrimônio, em 1863, com D. Maria do Carmo dos Santos cujo pai era então capitão. Em vida seu sogro lhe rendeu um bom empréstimo, após a sua morte, uma boa herança para a esposa[15].

Todavia, não era só com esses nomes precedidos por Dona, indicativo de posição social, que os casamentos se davam. Ser filho(a) de pais incógnitos revelava um outro lado, mais obscuro e menos abastado do cônjuge. Isso tanto por parte do imigrante, quanto do nascido no Brasil. João Laraignoit, negociante de fazendas, aos 34 anos, casou-se com Maria Ignacia de Siqueira, filha de pais incógnitos[16]. Por sua vez, Isabel Frank, natural de Marselha, desposou José Jacinto de Camargo, e era filha de pai incógnito[17].

Nesse meio, ainda não se pode mitigar os casos em que as ditas brasileiras eram filhas de franceses. Cazemiro Mouthe, ourives, casou-se em 1835 com uma paulistana filha de pai incógnito[18]. Desse matrimônio nasceu Amélia Cândida que, aos 16 anos, em 1861, tornou-se cônjuge do ourives Pedro Chiquet, de 35 anos, com o consentimento dos pais. Para além da diferença de idade, bem comum entre os registros de casamento, nota-se que houve todo um processo de aproximação e articulação entre os patrícios. Veja-se: João Laragnoit, citado acima, foi padrinho de batismo de Amélia. Já Pedro Bougarde, alfaiate, Henrique Biard, cabeleireiro, e o livreiro Garraux foram testemunhas do casamento. Biard, por exemplo, sabia que eram "os mesmos em suas identidades, solteiros, livres e desimpedidos" por "ouvir falar a muitos de seos compatriotas, e também por ter amisade [...] com os pais da justificante"[19].

---

[14] Ibidem, fl. 115.
[15] APESP. Escritura de hipoteca. Livro nº 55, fl. 187, 187v e 188.
[16] ACMSP. Processo de casamento. Notação 15.11.6791.
[17] ACMSP. Registro de Casamento. Parochia da Sé. Casamento de livres (1868-1878). Livro nº 7. Notação 3.2.17, fl. 30v, 31.
[18] ACMSP. Registro de casamento. Parochia da Sé. Casamento de brancos e libertos (1833-1862). Livro nº 5. Notação 1.2.13, fl. 11v.
[19] ACMSP. Processo de casamento. Notação 6.12.7539.

A família tinha ingerência na decisão. Tratava-se de um ato social que polarizava vários interesses[20], fossem eles de sociabilidade; de fundo econômico para manutenção ou aumento dos bens; conjugação de negócios; ou ainda por questões culturais, a despeito de que o fator da integração com a sociedade local existiu.

Assim, não eram incomuns enlaces dentro do próprio circuito familiar. Foi o que aconteceu com os Bourroul. A filha de Celestino, D. Sebastiana, e o filho de seu irmão Camilo, Dr. Paulo – portanto, primos – casaram-se em 1880[21].

De acordo com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia[22] – legislação eclesiástica que perdurou da Colônia ao Império, na medida em que, nesses períodos, o casamento encontrava-se somente em mãos da Igreja. Este caso constituía-se no chamado "impedimento impediente" essencialmente ligado a questões de parentesco consideradas até quarto grau, e que dada à prática comum e, inclusive estratégia para manter o legado dentro da família, era geralmente dispensada pela Igreja, a qual, desde a Colônia, adaptou-se a essas situações para não perder o rebanho. "Casamentos entre parentes com até três graus de parentesco eram proibidos pela lei canônica, mas dispensas eram freqüentemente pedidas e concedidas. Casamentos entre primos e entre tios e sobrinhos eram realidade muito comuns (...) e eram utilizados conscientemente como meio para impedir a dispersão do patrimônio familiar"[23].

No processo de casamento dos ditos Bourroul, constava que "achão-se ligados por parentesco de consangüinidade em 2º grau na linha lateral", o que, para o Vigário Eugenio Dias Leite, "não resultou impedimento algum e nem me consta que haja"[24].

---

[20] SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família.* São Paulo: Marco Zero/ Secretaria do Estado da Cultura, 1989, p.88.
[21] APESP. Processo de casamento. Notação 4.13.8639.
[22] CEDHAL. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, 2ª edição, São Paulo, Typographia 2 de Dezembro, 1853.
[23] KUZNESOF, Elizabeth Anne. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980). *Revista Brasileira de História*, v.09, nº 17 set. 1988/ fev. 1989, p.45.
[24] APESP. Processo de casamento. Notação 4.13.8639.

Por esse painel percebe-se que os franceses também se cadenciavam na lógica da São Paulo do século XIX, no que remonta à "íntima relação entre casamento, cor e grupo social"[25], dado que "os matrimônios se realizavam em círculos limitados e estavam sujeitos a certos padrões e normas os quais agrupavam os indivíduos socialmente, em função da origem e da posição econômica"[26].

Para as famílias tradicionais, interessadas em manter o *status quo*, era conveniente casar as filhas com abastados negociantes e ainda de nacionalidade francesa, o que devia conferir maior prestígio, por conta da crescente influência cultural da França na região. Logo, critérios de seleção estavam aí incutidos, de modo que, "diante da complexidade de fatores envolvidos, o amor como estímulo para o casamento parece ter ocupado lugar de menor importância, aparentemente como conseqüência da vida em comum"[27].

Mesmo aqueles cujos pais eram incógnitos tinham lugar no mercado matrimonial, mas se tratava de uma parcela menos bastada da população que, em geral, permanecia nesse escalão. Igualmente não deixavam de ter estratégias na eleição do cônjuge, dentre as quais aquelas centradas na manutenção, na sobrevivência diária.

Não era à toa que os processos de casamento eram assim denominados. Havia todo um trâmite a percorrer e conjuntos documentais a serem entregues, o que significava passar por um processo. Para casar perante a Igreja era necessário ter passado pelo primeiro rito de passagem: o batismo. Logo, o registro de batismo era solicitado. Ademais, era necessário provar não haver impedimento algum para a união. Por isso, a existência dos banhos ou proclamas, "o casamento começava a ser publicado ainda antes de sua realização"[28]. Veja-se o exemplo de Bourroul:

> querem-se mostrar solteiros, livres e desimpedidos para contrahirem matrimonio legitimo Celestino Bourroul, natural da França, residente nesta cidade e D. Rita Maria da Conceição

[25] SAMARA, Eni de Mesquita. As mulheres ... op. cit, p.87.
[26] Ibidem.
[27] SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder* ... op. cit., p.21.
[28] CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Casamento e família em São Paulo colonial*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 211.

> Ramos, natural desta mesma cidade, freguesia de Santa Ifigênia, filha legitima dos falecidos Capitam Joaquim Jose Ramos e D. Maria Francisca da Silva[29].
>
> Lido em missa e afixado na Igreja,
>
> os banhos eram corridos na paróquia dos contraentes, ou em ambas as paróquias no caso de residências diversas. O pároco devia fazê-lo com voz clara, nas missas, terminado o Evangelho e a antes da prática ou homilia, somente aos domingos e dias santos de guarda, três vezes sucessivas. Após anunciar a intenção de casamento dos noivos, o sacerdote conclamava os fiéis a que denunciassem qualquer impedimento 'impedinte ou derimente' que pudesse tornar ilícito o matrimônio, sob pena de pecado mortal para os que se calassem, conhecendo os motivos de invalidação matrimonial ou dessem denúncia falsa[30].

Porém, com o decorrer do Império, essas amarras foram se tornando mais frouxas, de modo a incentivar a legitimação das uniões estáveis, só que em concubinato, mediante os cânones da Igreja, a qual, desse modo, exercia controle sobre a população. Então, existiam alternativas aos banhos, como a fiança de banhos e a inquirição de testemunhas. Principalmente aos imigrantes, como os franceses, era difícil fazer "correr os pregões [...] nos lugares de suas naturalidades a mais de 2 mil Légoas desse Império"[31].

Tais foram palavras do dentista Emilio Vautier que elucidava as dificuldades em se fazer os proclamas no país de origem, ou seja, na França. E nesse caso, em particular, agregava-se ainda "as circunstâncias excepcionais, em que" se achavam Alemanha, onde nasceu sua cônjuge, e a França. Ano de casamento? 1848. Revoluções se processavam na Europa. Daí, enquanto da não efetivação dos banhos, havia a presença de pelo menos três testemunhas as quais deveriam atestar a existência de nenhum impedimento ao casório. Em geral, as afirmativas giravam em torno de que ambos eram solteiros (ou viúvos), livres e desimpedidos, além de, por vezes, serem reveladas sociabilidades que advinham mesmo antes do ato de emigrar – o "conhecer-se desde a França". Para o matrimônio dos franceses Joseph Fraisse e Maria Cezarina Chameroy em 1860, a

> testemunha 2ª José Maria Ginoyer, frances, morador desta Capital, negociante, casado, 38 annos, sabe serem os mesmos em sua identidade, que conhece o justificante desde o lugar de sua naturalidade e a justificante a conhece a quatro annos, vivendo ambos nesta cidade,

[29] APESP. Processo de casamento. Notação 43.11.7073
[30] CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda ... op. cit. , p. 212.
[31] ACMSP. Processo de casamento. Notação 51.11.7144.

> pelo que sabe ser aquelle solteiro, livre e desimpedido, esta viuva do finado Amador Caethano, fallecido nesta capital em Julho do ano passado e vivem de seos negocios, e que enfim não consta haver oposição alguma para o casamento[32].

Com as testemunhas, o prazo para a entrega dos documentos necessários era maior e ficava a cargo daquele que aceitava ser o fiador do casal, caso contrário, o mesmo tinha que pagar quantia à Igreja. Casar custava caro. "É preciso lembrar que o processo matrimonial custava dinheiro, sobretudo devido a todos os papéis que era preciso entregar"[33]. Em 1850, Pedro Imbert casou-se com, a natural do Rio de Janeiro e filha de alemão, Catharina Scheir. Hugo Franz "fiador que mostrou ser dos contrahentes, disse que por este Termo se obrigava a appresentar neste Juiso no prazo de 18 mezes os Banhos correntes destes contrahentes tanto na França, como no Rio de Janeiro, e desta cidade, e que não fasendo obrigava-se a pagar a sanção que lhe fosse arbitrada e por este mesmo juízo"[34].

Nem todos os franceses eram abonados a ponto de chegar ao casamento legítimo perante a Igreja. É provável que vários desses imigrantes, não aparecendo em Indicadores, Almanaques ou anúncios, menos ainda em processos de casamento, vivendo em uniões ilegítimas, escapem ao olhar mais detido do historiador. Contudo, é justamente pela lógica de exclusão desses documentos que se propõe a sua existência.

Aqui e ali, não obstante, encontravam-se uns e outros, franceses pobres ou remediados, que solicitavam a dispensa das custas. Em 1885, "dizem os pobres e humildes Oradores", o italiano Domingos Flori, e a francesa Leonie Marie Blondet:

> acontece faltarem as certidões de baptismo e os proclamas dos lugares de naturalidade dos nubentes e por isso recorrem a bondade [...], pedindo digne-se dispensalos nesses documentos, mandando passar a necessaria Provisão e autorisar o Reveremdo Parocho respectivo a verificar o estado de solteiros, livres e desimpedidos dos nubentes[35].

---

[32] ACMSP. Processo de casamento. Notação 36.12.7933.
[33] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida privada e quotidiana no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI*. Lisboa: Estampa, 1933, p. 58.
[34] ACMSP. Processo de casamento. Notação 66.11.7228.
[35] ACMSP. Processo de casamento. Notação 24.13. 8929.

O mesmo ocorreu em 1878, com Desiré Leonard Van Espo quando do seu casamento com a alemã Augusta Schimidt. Ele se declarava "muito pobre, vivendo de seo jornal como cozinheiro de um Hotel, mas com o fructo de seo trabalho tratara de sua futura conjuge e dos filhos, se os tiver"[36]. Essa assertiva já desmistifica o *glamour* desses ofícios, somente intermediadores de valores burgueses, dado que os franceses propriamente, em sua maior parte, não tinham condições de vivenciá-los.

Esse processo da Igreja de tornar mais célere os trâmites do casamento por meio da convocação de testemunhas que, com suas palavras, atestavam o estado de solteiro(a) ou de viúvo(a) dos nubentes era propício a "enganos" e "omissões". Ou seja, em terras longínquas não era difícil omitir o estado conjugal e enveredar às novas núpcias. Diante do crivo da sociedade local talvez houvesse algumas suspeitas, mas nada que de concreto pudesse ser apontado até a convalescença ou falecimento do francês, pois aí entrava em ação o cônsul, responsável pela partilha se existentes herdeiros na França.

A trajetória do fabricante de águas gasosas e chocolate em São Paulo, Eugenio Mauricio Bondan Bolidair é um exemplo dessa questão. Em maio de 1891 fez um testamento cerrado – que só poderia ser aberto após a sua morte, a qual, por sua vez, ocorreu meses depois da confecção do mesmo – confessou:

> Em mil oitocentos e cincoenta e oito (1858) cheguei ao Brasil, deixando na França minha mulher Alexandrine Monton e meu filho Calixto; que desde mil oitocentos e sessenta deixei de receber noticias de qualquer delles, até que em mil oitocentos e sessenta e três, tive cartas informando que a referida minha mulher, tendo com meu filho ido para Paris, alli faleceram da epidemia de variola um e outro; que, certo do falecimento de Alexandrine Monton, contrai segundas nupcias com Ademine Emilia [...] que de Ademine recebi então, proveniente de dadivas de seos pais e de suas economias a quantia de desesseis contos de reis e durante o tempo em que vivemos casados outras quantias que empreguei no commercio e no gozo da minha industria; que há cerca de três annos eu soube que meu filho Calixto estava vivo e mais tarde soube tambem que vivia Alexandrine Monton, a qual me considerava ou me fazia passar por morto, assignando-se viuva Bondan, que ha pouco mais de um anno, resolvi contar tudo a Ademine [...] afirmo que expus a verdade do ocorrido; e a Ademine [...] cujo auxilio dedicado nunca me faltou, cujo amor e devotamento por mim até este momento tem sido fervoroso até a caridade, que tanto me auxiliou nos trabalhos da vida, peço perdão do mal involuntário que lhe cauzei[37]

[36] ACMSP. Processo de casamento. Notação 79.12.8474.
[37] ATJSP. Inventário de Eugenio Bondan Bolidair. nº do processo: 507. 3º Ofício da Família, 1891.

Os liames com o outro lado do Atlântico poderiam ser esparsos e tênues, vinculados a "ultima noticia que tive". Entretanto, de modo premeditado ou não, o ponto é que mesmo com família na França havia a formação de novas famílias no Brasil. Bolidair, certo ou não de que sua primeira esposa tinha falecido na França, contraiu novas núpcias com uma estrangeira, a qual, conforme se apreende pelo escrito no testamento, o francês tentava proteger para que, além da terça parte do espólio – que lhe era de livre vontade legar -, recebesse parte da herança a qual, segundo o relatado, foi ela quem ajudou a construir.

Através do inventário, pode-se adentrar um pouco no entremeio do que ocorrera desde o conhecimento de que mulher e filho estavam vivos, mais ou menos em 1889, até a sua morte em 1891. O filho Calixto, saído do Havre e chegado a Santos em 1890, veio ver o pai em São Paulo, fazendo, inclusive, uma série de gastos, como viagem ao Rio, compra de roupas, frete para bagagem e demais despesas, todas à custa de Bolidair que, por sua vez, descontou o valor da legítima. Estratégias eram tecidas. A seguir, o francês colocou Ademine na Sociedade Bolidair & Companhia e pouco depois a vendeu para a Companhia Centro Industrial. Quarenta contos de réis do montante dessa venda foram creditados a ela que "pediu ao inventariado comprar para ela as casas nº. 83 e 85 da Rua 25 de Março que foi pago em dinheiro, sendo a escritura em nome dela sem a assistencia do inventariado".

Juntos há mais de 20 anos, Ademine quando soube da existência da primeira mulher, continuou a seu lado "porque achando-se elle quase inutilizado pelo reumatismo segundo era publico e notorio, mais do que nunca precisava dos cuidados della inventariante". A cadeira de rodas foi um dos elementos elencados entre os móveis. A despeito de todas essas tentativas de driblar a situação, de maneira que Ademine tivesse como ficar com parcela do espólio, o resultado foi o seguinte: meação de Alexandrina – 56:658#805; legítima de Calixto – 37:772#536; terça de Ademine – 18:886#268.

Em meados do século, também em testamento, Fontaine, que tinha "trez carruagens com asnos pertences completos, e sinco parelhas de animais, ou bestas para o trafico" – trabalhava, portanto, na condução de pessoas – declarou haver deixado mulher e filho na França:

> Declaro que sou cazado em primeiras, e únicas núpcias, e sem condição alguma, com Maria Mulotin, que ainda vive na mesma cidade de Dondeville, segundo a ultima noticia que tive, e deste Matrimonio tenho um filho de nome Emilio Fontaine, que terá de idade vinte um a vinte dous annos, e a fora deste nenhum herdeiro necessário mais tenho, e por consequencia ditas minha mulher, e filho são meos herdeiros, e como taes os instituo[38].

Fontaine, consciente de que era casado na França, nas entrelinhas de seu testamento deixa perceber que, em São Paulo, constituíra uma união ilegítima. Maria Eufrozina da Silva estava a seu lado há cerca de treze ou quatorze anos. A louça, mobília e demais "misteres" existentes na casa eram todos pertencentes a ela. Uma hipoteca dos bens dele foi feita em seu nome, segundo o relatado, dado que "por vezes emprestou me para o costeio de meos negocios". E, assim, aparecia como credora, do montante substancial para a época, de três contos e duzentos mil reis. Desse modo, após a morte do francês, estava aparatada para os possíveis desalentos da vida, até mesmo porque as dívidas passivas tinham primazia sob a legítima da esposa e do filho residentes na França.

Matrimônios com brasileiros e entre patrícios eram as vertentes que imperavam quase que igualmente (com uma ligeira vantagem para os franceses). Outrossim, vinham logo a seguir nessa escalada a união com alemães. No período pré-imigração de massas, São Paulo não era deserta de imigrantes[39]. Além dos portugueses, aqui inicialmente aportaram ingleses, suíços, franceses, alguns italianos e, sobretudo, alemães[40]. E era com esses alemães,

---

[38] ATJSP. Testamento de Frederico Fontaine, nº do processo: 971. 3º Ofício da Família, 1855.

[39] Ver BIVAR, Vanessa dos Santos Bodstein. *Além das fronteiras*. O cotidiano dos estrangeiros na São Paulo oitocentista: vestígios testamentais. São Paulo: Humanitas/FAPESP, no prelo.

[40] O termo "alemão" – desde os tempos de Carlos Magno – não se aplicava a um termo político. No século XIX tal vocábulo era utilizado para definir uma unidade de idioma e de cultura, segundo informa Carlos Fouquet, que abrangia diversos países, cada qual com particularidades regionais. Nesse sentido, eram alemães aqueles imigrantes de língua materna, a despeito dos dialetos, e cultura alemã que aqui se radicaram. Cf FOUQUET, Carlos. *O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil (1808-1824-1874)*. São Paulo: Instituto Hans Staden / Federação dos Centros Culturais, 1974.

dentre os imigrantes, que os franceses tinham mais interações. Cúmplices na questão dos costumes e da língua diversa viam-se enquanto imigrantes saídos da Europa e que tiveram por destino comum São Paulo. Logo, devido a essas interações, casais acabavam por se conhecer e estabelecer enlace conjugal.

Nesses termos, a religião era um fator diferencial. Em geral, os franceses eram católicos e os alemães protestantes. *Cultus Disparitas*. Para que o casamento fosse efetivado pela igreja católica era necessária a conversão. Foi o que aconteceu em 1848 com a alemã Catharina Klein, quando aceitou desposar o dentista francês Emilio Vauthier. "Eles se achão contratados para se casarem, entretanto, que lhes obsta o impedimento impediente por quanto o contrahente professa a Religião Catholica Apostolica Romana, e a contrahente he protestante, e como alem de passarem a viver honestamente por meio dessa licita união ainda ocorre o bem espiritual de que vira a conseguir-se que a contrahente abraçara a fé Catholica"[41]. No processo de casamento ela dizia estar "nesta cidade desde 1828, tendo agora de idade 35 annos mais ou menos, como nasceo no protestantismo e agora deseja abjurar dos erros dessa seita, e entrar para o premio da Santa Igreja Católica Apostolica Romana".

Já na década de 1870, a diversidade no quesito religioso entre os cônjuges não parecia ser mais obste ou impedimento para a união. Diseré Leonard Van Espo, aquele humilde cozinheiro francês de hotel que pediu dispensa dos proclamas, casou-se com a alemã Augusta Schimidt que não abdicou do protestantismo, mas em conjunto com ele fez um termo

> em que promettião educar os filhos e filhas que nascerem deste matrimonio na religião cathólica. Pela parte não cathólica foi dito que nunca se opporia, nem impediria a seu futuro conjuge o livre exercicio da Religião em que fora educado. Pela parte catholica foi ditto que promettia continuar a professar a sua religião e que trabalharia também para que sua futura conjuge, abjurando os erros de sua seita, se converta a Nossa Santa Fé Catholica[42].

[41] ACMSP. Processo de casamento. Notação 51.11.7144.
[42] ACMSP. Processo de casamento. Notação 71.12.8474

Não se deve imaginar, porém, que entre franceses o contrário não ocorria. Henrique Luis Levy, que tinha casa de jóias, partituras e instrumentos para música, foi dispensado no impedimento de *Cultus Disparitas* porque não queria deixar de lado a sua crença. Era judeu, e assim continuou, concretizando o casamento com a francesa católica Lourette Chassot[43].

De fato, o casamento era um acontecimento social também sob a esfera de que, no caso dos mais abastados, sugeria festa, apuro na indumentária e no visual. Na década de 1880, a viúva Supplicy percorreu o comércio de São Paulo para compor o casamento da filha em casas não somente francesas. Na Bella Jardineira, de João Fagundes Varela, por exemplo, comprou "1 vestido de cazamento branco, 1 adereço de flor laranja, 1 véo para casamento, 1 par de luvas de pellica, 1 par de meias"[44]. Essas e outras aquisições movimentavam o comércio local. De acordo com Alzira Campos,

> a moda para as noivas, com a consagração do vestido branco, véu, grinalda e ramalhete de flores, símbolos da virgindade exigida às moças, configurou-se aos poucos na Europa. Na corte francesa, ditadora da moda a partir do século XVII, e na alta sociedade que a acompanhava, os noivos vestiam-se de brocado de ouro sobre fundo negro. Nas revistas de moda francesas da época encontram-se vestidos de noiva coloridos [...] nos campos franceses, o costume virginal da noiva – roupa e véu – só se expandiu no século XIX, possivelmente na mesma época em que foi adotado no Brasil[45].

Desde o período colonial, perpassando o Império, as uniões geralmente se faziam sob o sistema de meação, ou seja, "a forma mais comum de casamento (...) aquela em que marido e mulher ficavam meeiros"[46], metade dos bens amealhados era de cada cônjuge. Não obstante, para fins de herança o espólio era dividido em três partes, duas correspondiam à legítima e uma à chamada terça parte. Caso o falecido(a) não tivesse filhos ou pais vivos, a legítima por inteiro e de direito pertencia ao cônjuge. Senão, das duas parcelas que a compunham, uma iria para os pais e/ou para os filhos e a outra para o

---

[43] ACMSP. Registro de casamento. Parochia da Sé. Casamento de livres (1868-1878). Livro nº7. Notação 3.2.17

[44] ATJSP. Inventário de Luiz Supplicy. nº do processo 1975. 1º Ofício da Família, 1865.

[45] CAMPOS, Alzira Lobo... op. cit., p. 227.

[46] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistemas de casamento no Brasil colonial.* São Paulo: T. A. Quierós / EDUSP, 1984.

consorte. Já a terça era de livre escolha a quem caberia. E essa escolha era apontada no testamento, documento este que se tratava de um ato solene e revogável através do qual o indivíduo encerrava um conjunto de gestos e manifestações de última vontade sobre o que queria que fosse executado após a morte[47].

A meação era prática comum, considerada como "sociedade universal na qual ativo e passivo, bens presentes e futuros de cada um dos esposos pertencem em partes iguais ao casal"[48]. Por outro lado, havia a possibilidade de estabelecer os ditames do casamento através de contratos antenupciais. Ainda no final do século XIX "eram admitidos os esponsais por escritura pública, os acordos pré-nupciais e os contratos dotais que estipulavam as normas que iriam reger o futuro matrimônio"[49]. Grosso modo, tinham função equivalente à separação de bens, pois cada cônjuge conservava o que proviesse de suas respectivas famílias.

Com Julio Joly, horticultor, foi assim. Viúvo, casou-se em segundas núpcias com a belga Serafina Bassilier, 28 anos mais nova do que ele. Em 11 de janeiro de 1859, sob o testemunho dos amigos franceses Henrique Porchat e Pedro Bougarde, na sua própria casa, Joly empreendeu um contrato de casamento com as seguintes condições:

> 1. não haverá communicação dos bens prezentes ou futuros por herança, doação ou qualquer outro modo.
> 2. a noiva por morte do noivo haverá a quantia de 5 contos de reis que ficarão lhe pertencendo como senhora, devendo porem devolver-se aos filhos (herdeiros) ambos havidos e reconhecidos.
> 3. o noivo sera legitimo administrador dos bens que a noiva tem ou possa adquirir e se obriga a administra-lo com inteira separação do que possui e por isso inventaria-los[50].

Entre os franceses, fazer contrato antes das núpcias era exceção. A maioria inseria-se no sistema de meação, inclusive dos negócios, havendo sócios ou não. Muriel Nazzari lembra que o "Código Comercial de 1850 estipulava que uma sociedade devia ser dissolvida quando da morte de um dos sócios, a menos que o contrato social especificasse que a

---

[47] MARCÍLIO, Maria Luiza. A morte de nossos ancestrais In: MARTINS, José de Souza (org). *A morte e os mortos na sociedade brasileira.* São Paulo: Hucitec, 1983, p. 67.
[48] MATTOSO, Kátia de Queirós. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988, p.42.
[49] SAMARA, Eni de Mesquita. As mulheres, o poder ... op. cit., p. 136.
[50] APESP. Contrato de casamento. Livro nº 53, fl. 29,29v

sociedade podia continuar com os herdeiros do sócio falecido. Será que um negociante britânico (ou qualquer outro) iria querer continuar uma sociedade com a viúva de seu sócio?"[51]. A despeito dessa questão, pode-se afirmar que as viúvas de franceses não só tomavam a frente dos negócios, como também enveredavam para novas núpcias. Viúvas na França ou no Brasil, as imigrantes casavam-se novamente. A viúva de Francisco Bossignon, Luiza, e a de Fretin, Amélia, respectivamente em 1879[52] e 1880[53], formaram uma nova família.

Contudo, para constituir família não era necessário o casamento. A despeito de mal vistas pela sociedade por infringir as leis da Igreja, as uniões consensuais ou de "uzo costumeiro" eram opção do casal.

Antes mesmo de tornar seu relacionamento lícito, o próprio Joly já coabitava com a dita belga, pelo menos desde 1855, pois em 1856 reconheceu como filha por escritura uma menina, que ainda tinha seis meses, chamada Maria[54]. Dois anos depois, em 1858 – portanto, antes de seu casamento – reconheceu por legítimos outros dois filhos: Francisco e Eugenia[55]. O primeiro nascido em 1856 e o outro em 1857.

São histórias que se contrapõem à moral cristã, então vigente, e revelam todo um cenário embebido nos costumes e no cotidiano não só de franceses, mas da população local. Os chamados filhos ilegítimos, ou seja, aqueles nascidos fora do enlace matrimonial, eram diferenciados de acordo com a legislação. Ana Volpi Scott elucida esse ponto:

> Tanto o direito canônico, quanto as Ordenações Filipinas preocuparam-se em elucidar as definições possíveis que poderiam ser atribuídas a uma criança nascida naquela condição. Uma criança poderia ser de 'ilegitimidade natural' – filho natural – ou de 'ilegitimidade espúria' – filho espúrio. A distinção entre estes dois graus de ilegitimidade, espúria e natural, estão directamente vinculadas às prescrições do direito canônico, que separavam os filhos nascidos de 'cópula proibida', portanto filhos espúrios, daqueles que haviam sido gerados de 'cópula ilícita' , ou seja, daquela não santificada pelo matrimônio. As proibições de casamento comumente enfrentadas pelos pais de prole espúria eram três: consangüinidade

[51] NAZZARI, Muriel. A viúva com obstáculo aos negócios: objeções britânicas às leis brasileiras sobre casamento e herança. *Revista População e Família*. São Paulo, b. 3, p. 31, 2000.
[52] ACMPSP. Processo de casamento. Notação 87.12.8565, 1879.
[53] ACMPSP. Processo de casamento. Notação 4.13.8639, 1880.
[54] APESP. Escritura de reconhecimento. Livro nº 51.
[55] APESP. Escritura de reconhecimento. Livro nº 52, fl. 220, 220v, 221.

> próxima, adultério e votos de celibato violados. Segundo o direito canônico, o direito luso-brasileiro considerava a prole resultante dessas uniões proibidas respectivamente incestuosa, adulterina e sacrílega[56].

Logo, o filho espúrio era aquele tido com outra pessoa que não o cônjuge na vigência do casamento (adulterina); durante os votos de celibato (sacrílega); ou entre pessoas de consangüinidade bem próxima, como genitores e filhos (incestuosa), dado que o impedimento do matrimônio entre tios e sobrinhos e entre primos era em geral dispensado. Os filhos espúrios não podiam ser legitimados e, portanto, tornarem-se herdeiros, quer da mãe, quer do pai, na medida em que as Ordenações os consideravam como fruto de "coito danado e punido"[57]. Por outro lado, os filhos denominados de "naturais" também eram tidos fora da constância do casamento, só que entre viúvos ou solteiros, agregados ao fator de que foram concebidos por "fragilidade humana" – expressão comum nas fontes. Estes sim podiam ser legitimados pela união dos pais perante a Igreja, por escritura, ou no próprio testamento e, assim, concorriam em igualdade com os demais herdeiros.

Aos filhos naturais eram dadas todas as facilidades de legitimação, na medida em que assim a Igreja obtinha mais controle sobre seus fiéis, ao mesmo tempo em que acabava por moralizar e tornar legal eventuais "pecados". Portanto, "aos pais permitiasse o reconhecimento da prole ilegítima, aos bastardos, por sua vez, dava-se a possibilidade de tornarem-se legítimos, como se nascessem na constância do matrimônio (...) almejava-se, com isso, uma sociedade moralmente organizada"[58].

Augusto Masseran, em 1855, ainda ourives – depois aprendeu o ofício de dentista -, casou-se com Eufrozina Dutra, brasileira, natural do Rio de Janeiro. E

> por este matrimonio ficam legitimados os seguintes filhos dos contrahentes havido entre ambos no estado de solteiros, a saber- Augusto Felippe, 11 anos; Francisco Luis, 9 anos;

---

[56] SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX).* Guimarães: NEPS/ Universidade do Minho, 1999, p. 220.
[57] Ibidem.
[58] LOPES, Eliane Cristina. *O revelar do pecado*: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII. São Paulo, 1995. Dissertação – FFLCH-USP, p. 212.

João Carlos, 7 anos; Amélia, 5 anos; Eugenio, 9 meses – os quais filhos vivem todos em companhia dos ditos pais[59].

Quer dizer, há anos esse casal vivia amasiado e com filhos que, aos olhos oficiais, eram ilegítimos. Tão pouco Henrique Luis Levy e a francesa Lourette se preocuparam com essa questão. Só foram legitimar o filho Luis Henrique, nascido em 1861, quando ele tinha três anos e, mesmo assim, por escritura de reconhecimento de filho natural[60]. Continuavam vivendo em concubinato estável e dessa forma permaneceram por longo período. O casamento se deu dezesseis anos depois do nascimento do rebento[61].

João Lefebre, proprietário do Hotel do Universo, tem uma história que aventa questionamentos. Era casado com a brasileira Maria Gomes e com ela não tinha filhos. Contudo, instituiu por seus herdeiros Sophia e João, de seis e quatro anos respectivamente. Em um momento do testamento mencionou serem seus filhos de Maria Eugenia da Annunciação, moradora da cidade de São Paulo. Será que os teve na constância do casamento com Maria Gomes? Nenhuma carta de legitimação foi encontrada. Somente nessas disposições de última vontade, de maneira não declarada, porém nas entrelinhas, percebe-se que são seus filhos. Espúrios? Herdeiros, inclusive, dos quais queria dispor do futuro, mesmo após a sua morte. "Desejo que meu herdeiro João seja educado no seminario episcopal desta cidade, nas disciplinas que o seu tutor reputar convenientes para o seu destino e os dar futuro, e á minha herdeira Sophia em um collegio de irmãs de caridade"[62].

O comportamento ideal, ditado por parte da Igreja, certamente não era seguido na prática por alguns franceses. O que implica, mais uma vez, no que tange ao contexto citadino de São Paulo, em infração às normas da Igreja cuja legislação ainda vigorava no

---

[59] ACMSP. Registro de casamento. Parochia da Sé. Casamento de brancos e livres (1833-1862). Livro nº 9. Notação 1.2.13, fl. 123v.
[60] APESP. Reconhecimento de filho natural. Livro nº 56, fl. 176.
[61] ACMSP. Registro de casamento. Parochia da Sé. Casamento de livres (1868-1878). Livro nº 7. Notação 3.2.17.
[62] CEDHAL. Testamento de João Lefebre. 3º Ofício da Família. Caixa 09, doc: 463.

Império. Sob essa perspectiva, seriam os franceses realmente vistos pela população como "agentes civilizadores" nos mais variados sentidos?

Outro componente dessas vivências era a separação familiar. Fontes manuscritas como inventários, testamentos e registros de escritura põem a lume essa questão. José Pedro Reival, natural de Marselha, tinha amizades por entre os compatriotas, tanto que Etchecoin, proprietário do Hotel das Quatro Nações, foi seu inventariante. Reival foi casado em primeiras núpcias com uma francesa de cujo matrimônio teve duas filhas que se encontravam na Província do Rio de Janeiro. Enquanto isso, em São Paulo, no estado de viúvo, alegando "fragilidade humana", teve uma filha, a qual reconheceu como legítima com a solteira Ignes e pouco antes de falecer, casou-se com ela em segundas núpcias. Suplicy acabou como curador dos herdeiros ausentes e tutor da menina. Em realidade, o inventário deixa nebuloso o estado conjugal de Reival quando teve Maria. Ora solteiro, ora viúvo. Fora a menção de que somente a terça remeter-se-ia a essa filha. Berthet, vice-cônsul, procedeu ao recolhimento e venda dos bens para o pagamento de uma dívida e o restante enviou à Legação Francesa no Rio de Janeiro. Ignes, por seu turno, alegou com isso ser "pujada de seos direitos, alem de desrespeitada". No processo de inventário que chega às mãos da historiadora nada mais apareceu[63].

A trajetória de Augusto Certain é repleta de separações dos familiares mais próximos, fosse pela morada em lugares diversos aos seus, fosse pela morte. Dos oito filhos, quatro faleceram. Dentre os vivos, dois moravam no Rio de Janeiro e um em Itu. Solteiros ou casados, formaram novos fogos. Uma de suas filhas, porém, viveu o suficiente para se casar com um francês e ter dois filhos, Augusto e Henriqueta. Em 1860, ambos contavam respectivamente com 9 e 7 anos. Após a morte de Josefina, Matheus Chedfer, seu marido, decidiu voltar para a França. Já em maio de 1865, fez com Certain, o que foi

[63] ATJSP. Inventário de José Pedro Reival. nº do processo: 1352. 2º Ofício da Família, 1859.

designado por "escritura de transação amigável", no qual cedia o pátrio poder que detinha sobre os meninos em favor do avô[64].

Cinco anos se passaram. Certain faleceu em maio de 1860, onze dias depois foi a vez de Augusto, seu neto, que também não sobreviveu. Quanto a Henriqueta? Seu tio Napoleão ficou como tutor, e ela em companhia da avó, dado que, conforme indicado em inventário, seu pai "se encontra na França e não sabe se voltará para o Brasil"[65].

De todo esse conjunto, um dos momentos fulcrais foi quando Certain recebeu a guarda de seus netos, o que se deu na casa do vice-cônsul João Maria Berthet. O que elucida não só o indivíduo em seu cotidiano, como o papel do cônsul na vida desses imigrantes. E esse é um dos vários casos que denotam o quão o cônsul fazia parte do dia-a-dia dos franceses moradores na capital, intermediando relações, dissolvendo contendas, sendo o elo com os franceses que habitavam em outras províncias e mesmo na França. Além, é claro, dele, com a sua própria pessoa, ser elemento de sociabilidade e de relações econômicas, como o envolvimento em dívidas e compra e venda de bens.

Logo, nessa passagem, observa-se para além do retorno, a dissolução física da família. Pai na França, filhos no Brasil. E assim também acontecia com os franceses mesmo que dentro do próprio Império. É constante o fator de os filhos, por ocasião da morte dos pais aparecerem nos inventários morando em outras regiões, principalmente no Rio de Janeiro – de modo possível em busca de outras possibilidades econômicas.

Casar os filhos e mesmo ter netos é algo que acentua o tempo de permanência dessa população no Brasil. Se bem que tal observação deva ser ponderada na medida em que, se levados em conta somente inventários e testamentos, os quais eram justamente disposições de morte, chega-se à idéia de que uma vida ou ao menos parte dela passou-se

[64] APESP. Escritura de transação amigável. Livro nº 51.
[65] ATJSP. Inventário de Augusto Certain. nº do processo: 1098. 3º Ofício da Família, 1860.

em solo brasileiro. O que não significa que essa população deixava de migrar ou se movimentar.

Exemplo dessa mobilidade que acabava por ferir a coesão familiar aparece no inventário de Jean Baptiste Joseph, o qual estava em Montevidéu, no Uruguai. Ali deixando mulher e filhos, adotou como estratégia para fugir das dívidas de jogo, vir com outro nome que não o seu real. Em São Paulo era conhecido como Jean Garody, até que, por sua morte, os cônsules das duas regiões entraram em ação, revelando através de testemunhas essa questão e fazendo com que a viúva e os órfãos fossem a São Paulo a fim de reconhecerem e receberem a herança[66].

Quadro típico do imigrante, a família apartada não se resumia somente ao Brasil. Em especial nos momentos que beiravam a morte, os entes deixados na terra natal não eram esquecidos. Como herdeiros necessários (pais) ou não (irmãos, sobrinhos) recebiam legados, demonstrando que as lembranças de lá não haviam se apagado. Celestino Bourroul, proprietário de loja de fazendas, já fazia as suas disposições de morte em 1860. Legava quantias à sua mãe Maria Josephina, ainda viva na França, e à sua irmã que com ela residia[67]. Não obstante ter feito testamento, tanto Celestino, quanto seu irmão Camilo continuaram em São Paulo ainda por mais de uma década. O primeiro veio a falecer em 1874. Nesse entremeio, a notícia da morte da mãe chegou até eles. Não dado a anúncios, este foi o único que Celestino publicou: "Celestino Bourroul e Camillo Bourroul, ausentes, cheios da mais sincera dôr e saudade, mandam celebrar pelo decanso eterno de sua chorada mai d. Maria Bourroul fallecida em França, uma missa amanhã 29 do corrente às 8h na capela do S. Sacramento"[68]. A missa era uma das manifestações de que os laços entre o lá e o cá não eram totalmente rompidos.

[66] ATJSP. Inventário de Jean Baptiste Joseph Dalaise. nº do processo: 2536. 1º Ofício da Família, 1884.
[67] CEDHAL. Testamento de Celestino Bourroul, 1860. Caixa 07, doc.: 315.
[68] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 28 de março de 1865.

Assim sucederam-se outras histórias. Frederico Fontaine, no seu testamento, mencionou que havia deixado sua mulher, Maria Mulotin, e o filho Emílio na França. Tanto que para eles, o espólio foi encaminhado via consulado[69]. João Peyre, por sua vez, deixou claro em suas disposições que, caso sua esposa falecesse, a herança reverteria ao seu sobrinho e médico, Nestor, o qual morava em território francês. O único que restou, pois sua primeira esposa, "pai, mai, irmãos e irmãs", perdeu "por terem morrido"[70]. E Rosália Boudrot, dona do Hotel de Paris, não tinha filhos e era viúva, mas recordou que no Departamento onde nasceu tinha irmãos e sobrinhos vivos[71].

Rosália faleceu em 1882 e no próprio inventário, por ter parentes na França, foram colocadas prescrições em carta sobre como o testamenteiro devia proceder. Naquela época a postura passou a ser "a liquidação dos bens sem interferência do Consulado, mas de acordo com as leis consulares com o Brasil"[72]. As questões de herança transitavam entre o lá e o cá, com normas específicas que suscitavam entre Brasil e França pontes concernentes aos franceses que viviam aqui.

Sucessão e nacionalidade eram aspectos inter-relacionados, dado refletirem fatores econômicos e de transferência do pecúlio. Desde 1826, os franceses haviam assinado um tratado com o Brasil, firmando o direito de que seus cônsules pudessem cuidar do espólio dos imigrantes os quais morressem no Império[73] - de modo especial daqueles que falecessem sem herdeiros, com a finalidade de que a arrecadação fosse captada pelo governo francês e não pelo brasileiro. Continuando esses conflitos relacionados à herança, ainda em meados do século XIX, tinham lugar as pendengas judiciais entre Brasil e França vinculadas às mesmas exigências, só que direcionadas aos filhos de franceses nascidos no

[69] CEDHAL. Testamento de Frederico Fontaine, 1855. Caixa 04, doc.: 190.
[70] ATJSP. Inventário de João Peyre. nº do processo: 562. 3º Ofício da Família, 1867.
[71] ATJSP. Inventário de Rosália Boudrot. nº do processo: 869. 3º Ofício da Família, 1882.
[72] Ibidem.
[73] NAZZARI, Muriel. A viúva como obstáculo... op. cit., p. 18.

Brasil[74]. Nesse ínterim, as disposições entre governos no que remete aos consulados passaram por modificações. De maneira que, no caso acima elucidado, o consulado não interviria, porém os caminhos para a efetivação da herança se dariam através das convenções entre os dois países.

De toda forma, ao longo dos inventários, esse ponto era constante nos mais diversos momentos do século XIX. Em 1854, por exemplo, Julio Fillet morreu em São Paulo sem descendente ou ascendente algum. Procedeu-se à arrecadação com a intervenção do vice-cônsul, porém o Palácio do Governo expediu uma nota que justamente deixa perceber as correntes mudanças nos acordos firmados:

> O Presidente da Província inteirado de quanto pondera no Officio de 6 d'este mez o Snrº Dr. Juiz de Orfãos da Capital sobre a representação do Consul da Capital sobre a representação da herança do Francez Julio Fillet, resolve significar-lhe que a arrecadação dos bens dos súbditos francezes, que fallecerem com testamento ou sem elle, não está sujeita á disposição do Regulamento de 9 de Maio de 1842, e deve ser feita em conformidade das estipulações do Tratado entre Brasil e França, segundo foi declarado pelo Aviso circular de 25 de Setembro de 1845[75].

Ao mesmo tempo não se pode generalizar, no que concerne à família, que os liames, entre a parentela de lá e os franceses viventes aqui, fossem estreitos. Claude Marullaz, por exemplo, falecido em 1877, escreveu em testamento "ignoro completamente se meos pais que residião na Republica Francesa [...] são vivos ou mortos"[76], não se pode negar que notícias da França circulavam em São Paulo via jornais, o corrente "ouvir dizer" e mesmo por conta do consulado. No mês de agosto de 1870, em pleno fervor da Guerra Franco-Prussiana, o consulado francês no Rio de Janeiro repassou a todos os outros consulados e vice-consulados que, por sua vez, propagaram nos jornais um pedido de ajuda, escrito em francês, aos necessitados da guerra. De acordo com o anúncio, as inscrições encaminhadas ao vice-consulado de São Paulo seriam vertidas de réis para francos e destinadas às famílias dos mortos de guerra. Em um tom apelativo, que "terá

[74] Cf. MIALHE, Jorge Luís. *Cidadãos de dois mundos* – imigração francesa e dupla nacionalidade na região de Piracicaba: aspecto histórico-jurídicos. Tese de doutorado. FFLCH/USP, 1997.
[75] ATJSP. Arrecadação de Julio Fillet. nº do processo: 1474. 1º Ofício da Família, 1854.
[76] ATJSP. Inventário de Claude Marullaz. nº do processo: 1476. 3º Ofício da Família, 1887.

lugar em todos os corações" da "nossa numerosa colônia", os nacionais eram convidados "a participar dos sacrifícios" para a "grandeza e honra da França"[77].

Uma outra maneira de interação com o país de origem era o próprio retorno. O livreiro Anatole Louis Garraux voltou com uma consubstancial fortuna. Mas, nem sempre era assim. Em 1866, Valoe Majean casou-se com a também francesa Margarida em primeiras e únicas núpcias. Desse matrimônio resultaram três filhos. Aos 36 anos de idade, em 1895, Valoe faleceu. Assoberbada com as dívidas deixadas pelo marido, ela assim se colocava:

> que tendo os seos filhos menores uma diminuta herança que lhes coube pelo falecimento de seu marido Valoe Majean, e como a supplicante esteja summamente pobre, sem meios de subsistencia querendo retirar-se para a França, onde tem seos pais que lhe podem auxiliar, principalmente na educação dos menores, na qualidade de mãe, tutora e no exercício do pátrio poder [...] pede digne-se Vossa Excelência mandar entregar-lhe o dinheiro pertencente aos menores, que pelo menos servirá para o pagamento das passagens[78].

Deste modo, segundo seu ponto de vista, a saída para a sobrevivência da família era voltar para a França, onde tinha guarida e a possibilidade de ajuda de seus pais. Outra faceta do retorno.

Margarida mencionou ser tutora dos filhos. Os franceses apontavam em testamento aqueles que, de sua confiança, se responsabilizavam pelo cuidar, pelo futuro dos filhos. Se casados, o cônjuge sobrevivente era o eleito, fosse homem ou mulher. Pedro Chiquet, ourives, quando do falecimento de sua esposa[79], Amelia Month Chiquet (filha de franceses moradores em São Paulo), tornou-se tutor de cinco filhos, quatro meninas e um menino, o qual veio suceder-lhe no ofício.

De acordo com Maria Beatriz Nizza da Silva, "dar um tutor aos filhos menores só se tornava necessario por morte do pai, pois caso fosse a mãe a falecer, o pai ficava como o

[77] APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 19 de agosto de 1870. (tradução nossa)
[78] ATJSP. Inventário de Valoe Majean. nº do processo: 842. 2º Ofício da Família, 1895.
[79] ATJSP. Inventário de Amelia Month Chiquet. nº do processo: 1962. 1º Ofício da Família, 1878.

natural administrador dos bens dos menores, não se colocando assim a questão da tutoria"[80].

Já Celestino Bourroul, pai de quatro meninas, precaveu-se. Em primeiro lugar, colocou como tutora a brasileira Rita Maria da Conceição, com quem havia se casado. Não queira deixar as filhas desamparadas. Tanto que nomeou, pressupondo um apuro de saúde ou mesmo a morte da esposa, ao irmão Camilo para, na falta dela, cuidar das sobrinhas[81] .

Por outro lado, "quer na legislação quer na atitude da sociedade em geral, notava-se uma profunda desconfiança em relação aos segundos casamentos de viúvas, sobretudo se estas tinham filhos do primeiro casamento. Temia-se que dissipassem os seus bens e prejudicassem os herdeiros legítimos"[82]. Assim aconteceu com a viúva de August Masserand cujo inventário data de 1886. Nascida na Província do Rio de Janeiro, Eufrosina Dutra contraiu segundas núpcias com o lavrador Francisco Jozé Rodrigues, mas passou por apuros porque

> este seu marido faz 6 meses que ausentou-se da cidade para tratar de negócios, sem que até hoje a suplente tenha recebido noticias dele, não obstante esforços que ha feito e morando com ela 5 filhos todos menores tem a supplicada se visto muito embaraçada para deles tractar e cuidar de sua educação em vista da pobreza e suas necessidades e não tendo seu marido providenciado acerca de seu bem-estar[83].

Contando com certo valor recolhido na "Thezouraria", pedia ao juiz de Órfãos a liberação de uma parcela, e mais tarde confessou que o até então tutor dos meninos, seu segundo marido, "por desavenças que teve com ella ha muito tempo dela separou-se, nunca se importando com a pessoa de seus filhos, sendo inconveniente a sua participação como tutor"[84]. Logo, a partir de 1871, Augusto Philippo, filho mais velho e já dentista, assumiu a condição de tutor dos irmãos.

---

[80] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI*. Lisboa: Estampa, 1993, p. 31.
[81] CEDHAL. Testamento de Celestino Bourroul, 1860. Caixa 07, doc.: 315.
[82] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida privada* ... op. cit., p. 111.
[83] ATJSP. Inventário de Augusto Masserand. nº do processo: 2439. 2º Ofício da Família, 1866.
[84] Ibidem.

Sem dúvida, a formação da família era um dos veios das redes de sociabilidade, as quais acabavam por ser sustentáculo de sobrevivência no dia-a-dia. Porém, os inter-relacionamentos em geral não envolviam somente os membros da família nuclear, alargavam-se também ao âmbito dos demais parentes, amigos, compadres, comadres e vizinhos. Estes tinham papel ativo no cotidiano dos franceses, principalmente se levado em conta o fato mesmo de serem imigrantes inseridos em terras estranhas às de seu nascimento, necessitavam de toda uma rede de solidariedade que amenizava o desconhecimento. "Entre os fatores que tiveram papel importante no processo migratório em si e na adaptação interativa dos imigrantes e suas famílias na terra hospedeira, o desempenho das redes familiares, de amizade e solidariedade, no apoio mútuo de seus integrantes, nas associações de imigrantes e da igreja/religião"[85] tiveram lugar. Igualmente, "família e parentela prolongavam-se pela vizinhança, criando solidariedades semelhantes àquelas de sangue. Também os vizinhos conferiam dignidade ou degradavam os indivíduos"[86].

Nessa perspectiva, a relação de testamenteiros desvenda um pouco do universo da sociabilidade, na medida em que estes eram os escolhidos para executar as disposições deixadas pelo testador após a sua morte. O que requeria, no mínimo, confiança e amizade, pois mais do que uma formalidade a escolha desses também encerrava uma mensagem de credibilidade no cumprimento dos desejos de última vontade. Ademais, ao testamenteiro recaía certa imagem de boa reputação e honorabilidade, dado que se presumia ser pessoa capaz de dirimir, com autoridade "disputas vãs ou fundamentadas a pretexto da satisfação de determinadas heranças, dívidas, esmolas e legados pios"[87]. Em geral, caso um não pudesse ou não aceitasse a incumbência, o testante elegia dois outros, nos quais também depositava confiança. Entretanto, era o primeiro testamenteiro aquele mais desejado pelo

[85] BASSANEZI, Maria Silvia Beozzo. *Família e imigração internacional no Brasil.* Série cursos e eventos. CEDHAL. São Paulo, 1996, p. 33.
[86] CAMPOS, Alzira Lobo de... op. cit., p. 461.
[87] ARAÚJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa (atitudes e representações)*. Lisboa: notícias, 1977, p. 119.

francês para cuidar de suas vontades *post-mortem*. Em 28 de abril de 1860, o próprio Celestino Bourroul escrevia no testamento: "nomeio para meu testamenteiro em 1º lugar a minha mulher Rita Maria da Conceição Bourroul, em 2º o meu irmão Camillo Bourroul, e 3º ao Ilustrissimo Senhor Doutor João Crispiniano Soares, pela muita confiança que ponho em sua fé e [...] amizade que também me mostrarão"[88].

E assim, em sua maioria, era entre os membros da família ou entre os compatriotas que os imigrantes franceses elencavam os testamenteiros: Charles Duval a sua esposa[89]; Jean Victor Marrmotant, o qual se sentiu mais confortável em escrever o testamento em língua francesa, nomeou sucessivamente o alfaiate Fresnau; o dentista Emilio Vautier, e a filha Lucie Genin[90]; Claude Marullaz quis em primeiro lugar sua esposa, em segundo, o compatriota Augusto Montandon e não só isso, afirmava fazer "este testamento rogando as justiças deste Império e do Estrangeiro que fação cumprir como é a última vontade" [91] – França e Brasil estavam no entremeio da herança. Nos testamentos de mão-comum, chamados assim justamente porque duas pessoas, em geral cônjuges ou irmãos, o faziam em conjunto em um mesmo documento, havia a instituição dos mesmos como mútuos herdeiros e testamenteiros. O francês Jozé Maria Ginoyer e a brasileira, D. Carolina Charles, deixaram isso claro nas disposições que assinaram em 1881 – "nomeamos para nosso testamenteiro [...] aquele que de nós sobreviver ao outro"[92].

Outro tipo de sociabilidade fazia parte dos meandros da vida: a amizade, vertendo-se, inclusive, em movimentação econômica, pois valores em herança eram agregados. Após ter chegado a São Paulo, Cyrillo Puchen contraiu núpcias com uma brasileira. Tempos depois ela faleceu e o casal não tivera filhos. Viúvo e sem familiares, a herança ficou para "Fabien Elichal e sua mulher Etienette Elichal, de nacionalidade francesa, residentes nesta

[88] CEDHAL. Testamento de Celestino Bourroul, 1860. Caixa: 07, doc.: 315.
[89] ATJSP. Testamento de Charles Duval, 1854. nº do processo: 968. 3º Ofício da Família.
[90] CEDHAL. Testamento de Jean Victor Marrmotant, 1865. Caixa: 09, doc.: 431.
[91] ATJSP. Inventário de Claude Marullaz. nº do processo: 1476. 3º Ofício da Família, 1887.
[92] ATJSP. Inventário de Carolina Charles. nº do processo: 996. 3º Ofício da Família, 1888.

Capital, em attenção aos muitos favores que lhes devo, pois tem sido elles que me tem prestado todo o auxilio e desvelo na minha enfermidade"[93].

Essa atenção não se remetia somente a franceses. Os alemães, outros imigrantes sediados em São Paulo, tinham constante comunicação e vivências com os franceses. Tanto que a eles também era atribuído o cargo de testamenteiro. Depois da esposa, Pedro Imbert nomeou os alemães Adolpho Dusser, por algum tempo proprietário do Hotel Paulistano, e o ourives Henrique Schroeder para que "depois de minha morte, queirão dar execução a esta minha disposição"[94].

Carlos Antonio Girot teve uma trajetória de mobilidade interprovincial e de sociabilidade com alemães. Nascido em Paris, na época em que redigiu seu testamento (1877) não tinha mãe viva, mas o pai passou a habitar na Alemanha. No Brasil, casou-se com Dorothea Gardelen, cuja nacionalidade o documento não informa, porém pode-se pressupor pelo sobrenome que fosse estrangeira. Teve uma filha com ela enquanto moravam em Santa Catarina. Contudo, nessa mesma Província, ambas faleceram: primeiro a mãe e depois a filha. De modo que, como herdeiro necessário, somente existia o pai e algumas dívidas a saldar. Em São Paulo, o botica alemão Gustavo Schaumann virou seu "particular amigo" e foi a quem nomeou testamenteiro, pedindo "que encarregando-se do piedoso serviço de testamenteiro, faça a remessa de todo o meu espólio, depois de seo arrolamento, ao dito meu pai onde elle estiver, e exija dele o pagamento do que eu estiver a dever-lhe pelo pagamento que fiz de minhas dividas, isto porem no caso que queira aceitar este meo pedido"[95]. O testamento feito por Girot era denominado de "cerrado", ou seja, uma vez escrito era lacrado e costurado, entregue ao tabelião perante cinco testemunhas de acordo com as normas ditadas pelo Código Filipino[96]. A seguir, nas costas do próprio

[93] ATJSP. Inventário de Cyrillo Puchen. nº do processo: 427. 3º Ofício da Família, 1888.
[94] CEDHAL. Testamento de Pedro Imbert, 1859. Caixa: 06, doc.: 292.
[95] ATJSP. Testamento de Carlos Antonio Girot. nº do processo: 1240. 3º Ofício da Família, 1877.
[96] Cf. BIVAR, Vanessa dos Santos Bodstein. *Além das Fronteiras*. O cotidiano dos estrangeiros na São Paulo oitocentista: vestígios testamentais. São Paulo: Humanitas/FAPESP, no prelo.

testamento, portanto, com o documento fechado, o tabelião procedia ao instrumento de aprovação, assinando-o conjuntamente com as testemunhas e ignorando, assim, as disposições de última vontade ali encerradas. Após o falecimento do outorgador, o testamento era aberto, por isso Girot assinalou "caso queira aceitar este meo pedido". Provavelmente Shaumann só ficou sabendo do encargo após a abertura do testamento. Quanto ao espólio a ser encaminhado ao pai francês residente na Alemanha, trâmites consulares devem ter ocorrido para além da atuação do testamenteiro. Contudo, não se pode assinalar quais foram esses caminhos. O respectivo inventário não apareceu para ser pesquisado.

No caso do dentista Emilio Vautier, a terça foi vertida à sua sobrinha e afilhada Emilia, e ao seu neto e afilhado Armando[97]. O compadrio era relação de grande importância, na medida em que criava laços de pertencimento à família e de solidariedade. Perante a Igreja, o padrinho tinha a função de encaminhar o afilhado para uma vida digna dentro dos preceitos católicos. Não era exatamente um laço de sangue, mas um laço espiritual, por vezes posto em prática através de ajuda e socorros nas dificuldades diárias, além de quinhões da herança.

No reduto de Vautier essa relação deu-se dentro da própria família. Por outro lado, Jacques Gil la Tour vivia sozinho. Não era casado e nem tinha filho algum. A sociabilidade se fez presente e recorrente através do compadrio, como era comum na São Paulo Imperial. Deixou como universal herdeira a sua afilhada Amélia, filha do compadre francês - então falecido, Miguel Mugnanis[98].

Não obstante, seria um engano pensar que o compadrio dava-se somente entre franceses. De fato, sua presença era quesito marcante, porém não utilizado em uma intensidade ímpar com todos os filhos. Uns eram batizados por franceses, outros por brasileiros, o que denota integração local, além de boa estratégia de sobrevivência dado o

[97] ATJSP. Inventário de Francisco Emilio Vautier. nº do processo: 2744. 1º Ofício da Família, 1890.
[98] CEDHAL. Testamento de Jacques Gil la Tour, 1856. Caixa: 05, doc.: 222.

tipo de relação moral, econômica e social que se formava. Logo, "na decorrência da falta de herdeiros forçados, muitos (...) designaram como sucessores no patrimônio a quem se achavam ligados por laços de compadrio, amizade e gratidão"[99].

Partir só também era vertente do emigrar. Ao chegar à terra de imigração, procurar conterrâneos, até mesmo pelas dificuldades com a língua, devia ser corrente. Redes de sociabilidade eram formadas e *post-mortem* aparecem ao historiador. Julio Fillet morreu em 1854, sem testamento, solteiro, sem filhos ou qualquer parente na cidade, seus bens foram arrecadados pelo vice-cônsul da França em São Paulo, Jean Maria Berthet. A partir do indicado no inventário, sabe-se que ele tinha uma boutique nos baixos da casa do francês Charles Pierre Etchecoin e foi este quem comunicou sua morte[100].

No entremeio do caminhar cotidiano, não só franceses, dado ser comum no Brasil Império, estavam os expostos. Impelidos pela falta de condições econômicas para educar e criar, muitos pais abandonavam seus filhos aos cuidados das famílias locais, ou então os encaminhavam à caridade pública.

Mesgravis comenta que "outro problema, o das crianças abandonadas, ou expostos; agravado nos fins do século XVIII e início do XIX, e que antes era solucionado pela caridade particular, nessa fase parece terem-se excedido as possibilidades de absorção da sociedade que exigiu a criação de instituição especializada pela misericórdia, para recolher esses infelizes"[101], a denominada roda dos expostos da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

Uma vez expostas à caridade particular, essas crianças tomavam lugar importante na vida dos imigrantes e, por certo, não eram esquecidas no momento da feitura do testamento. Amelia Montagne tinha uma casa de moda e armarinhos na Rua São Bento nos

---

[99] LEWKOWICZ, Ida. Herança e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII. Revista Brasileira de História. V. 09, nº 17, set 1988/ fev 1989, p. 109.
[100] ATJSP. Inventário de Julio Fillet. nº do processo: 1474. 1º Ofício da Família, 1854.
[101] MESGRAVIS, Laima. *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599-1884)*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976, p. 98.

inícios da década de 1880. Elucidativo da já contumaz fluidez da população, Amélia, quando da escrita de seu testamento, estava no Rio de Janeiro e lá faleceu no dia seguinte, em 21 de janeiro de 1884. Solteira e sem filhos, nas disposições declarou:

> Deixo a pequena menina Martha, que vive em minha companhia a quantia de dous contos de reis, livres de qualquer direito ou imposto, assim como a ella deixo mais toda a minha roupa de uso e todas as minhas joias existentes na minha casa á rua de São Bento numero cincoenta e oito em São Paulo. Deixo á Amelia, irmã da mesma Martha, a quantia de duzentos mil reis[102].

Justamente pela sua condição de ser solteira e sem filhos, a francesa deveria nutrir simpatia pela exposta, até mesmo por morar com ela, daí a preocupação com seu futuro. Entretanto, ela assinalava também ter pais vivos na França. Em realidade, somente Pierre Montagne, seu pai, estava vivo nos Baixos Pirineos, portanto, como ascendente era herdeiro necessário. O que remetia que Amélia só poderia dispor de sua livre vontade da terça parte dos bens. E, nesse sentido, a intervenção consular foi indispensável.

João Peyre, por sua vez, não descuidou de Ambrozina. Mas, essa história vai além por envolver relações de sociabilidade e amizade entre patrícios. A menina, como ele mesmo declarou, era "filha de um francez (hoje defunto), que o mesmo deixou-me para eu tratar della"[103]. Viúvo de uma francesa, Peyre contraiu segundas núpcias com a brasileira Joaquina Maria de Moraes e a ela pediu que tratasse da órfã e caso viesse a falecer, que Ambrozina herdasse a quantia de 400#. São fragmentos indicativos de interações que faziam parte das vivências múltiplas dos franceses na capital.

A família também se vertia em ponto de apoio aos recém-chegados. A morada inicial de Arthur Henrique Stevaux foi na chácara do irmão Euzebio Stevaux, em São Paulo. Na época, 1876, fazia 26 anos que o engenheiro de obras públicas Euzébio havia chegado ao Brasil. E nessas andanças deparou-se com uma família cujo marido havia abandonado a mulher e esta, por seu turno, evadiu-se para Petrópolis. Logo, "elle recolheu para a sua companhia" a portuguesa Ana Rosa com 8 anos de idade "e desde então tem

[102] ATJSP. Inventário de Amelia Montagne . nº do processo: 157. 3º Ofício da Família, 1884.
[103] ATJSP. Inventário de João Peyre. nº do processo: 562. 3º Ofício da Família, 1867.

sido por elle educada, e como se fosse pessoa pertencente a sua familia"[104]. Ocorre que Arthur, "solteiro, livre e desimpedido" chegou da França em 1875 e lá se instalou. No ano seguinte, acabou por se casar com a exposta que, a partir daí, em termos de parentesco, passou realmente a fazer parte da família.

Sozinhos ou não, casados, amasiados ou solteiros, com filhos legítimos ou expostos, os franceses viviam nas moradas que constituíam na São Paulo oitocentista. Fossem de propriedade ou arrendados, lá estavam eles em sobrados, casas térreas, ou habitando em quartos, como Pedro Puchet, na fábrica de licores que funcionava na Rua Alegre[105], graduando-se das residências mais simples às um pouco mais abastadas. Igualmente, as constituições familiares variavam; os próprios imigrantes, enquanto pessoas, diferenciavam-se entre si e as ruas de morada também. "Durante o século XIX, a presença emparelhada de sobrados, quartinhos, oficinas, mercados e edifícios onde se sobrepunham moradias de pobres e ricos, desenhou a fisionomia das ruas da cidade como que para atenuar as distâncias sociais"[106]. Em uma mesma rua residiam pessoas de diversas nacionalidades. Na de Santa Theresa, por exemplo, habitavam portugueses, franceses e africanos[107]. A maior parte dos imigrantes aqui focados residia nas partes centrais da cidade. Na Freguesia da Sé, principalmente.

Reduto de franceses, não enquanto "gueto" de nacionalidade, mas por, em especial a partir da segunda metade do XIX, tornar-se paulatinamente rua do "comércio elegante", estava a do Rosário, depois denominada da Imperatriz. Os ofícios assim os imputavam, de modo que se configuravam um ao lado do outro: ourives, cabeleireiros, lojas de fazenda, modistas e alfaiates, criando um ambiente onde franceses podiam ser encontrados com suas casas de negócios e moradas, coadunadas sob o mesmo teto.

---

[104] ACMSP. Processo de casamento. Notação 70.12.8358.
[105] APESP. Autos crimes da Capital. Rolo 04. Notação 224.
[106] WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Sonhos africanos, vivências ladinas – escravos e ferros em São Paulo (1850-1880). São Paulo. Hucitec, 1998, p. 136.
[107] Cf. BIVAR, Vanessa...op. cit.

No mapa a seguir, calcado no elaborado pelo desenhista e litógrafo francês Jules Martin e Francisco de Albuquerque, pode-se visualizar as ruas da cidade e as suas principais edificações, inclusive o consulado da França, no ano de 1877. Adaptou-se o mapa com a finalidade de perceber onde se dispunham os franceses pela cidade, e a partir das informações propiciadas pelo conjunto documental, nele foram assinaladas as ruas e a quantidade de imigrantes que apontaram ser ali sua residência. Os caminhos de muitos, a despeito da variedade de fontes, não foram aclarados. Mais franceses estavam nessas ruas, mesmo que silenciados pelos documentos.

FONTE: Este mapa utilizou como base o confeccionado por Francisco de Albuquerque e Jules Martin em julho de 1877. *Mappa da Capital da Província de São Paulo, seos Edifícios Públicos, Hotéis, Linhas Férreas, Igreja, Bonds, Passeios, etc.* IN **São Paulo Antigo**: Plantas da cidade de São Paulo. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954.

No ocaso do XIX, a Rua da Imperatriz não tinha mais concentração de franceses. O comércio francês tendeu a se pulverizar pela cidade e a atrair contingentes de outras nacionalidades. Brasileiros, por exemplo, abriam casas de comércio com nomes franceses. A própria utilização do espaço passava por mutação. "O esforço civilizatório ditava as novas regras. Pobres e ricos, cada um começava a encontrar seu lugar"[108]. As camadas de elite, "a partir dos finais do século, elegeram lugares mais afastados e arborizados para edificar seu reduto"[109]. "Se no mercado imobiliário em formação alguns podiam encomendar palacetes ou alugar mansões confortáveis, muitos ficaram lançados à sua própria sorte alugando porões encortiçados"[110].

VI. 2 – Uma vida nem tão *glamourosa*: percalços, conflitos e divórcios.

Por certo nem todas as relações eram amistosas e a vida *glamourosa*. Percalços cotidianos estavam presentes. Dissensões e conflitos com a sociedade local ocorriam, não dirimindo patrícios e o próprio seio familiar. Os processos de divórcio, por exemplo, trazem elementos reveladores de que no interior das moradas podia não reinar a paz, culminando até a sua fronteira limítrofe: a separação. Contrariando, dessa forma, a noção genérica de que "historicamente a família, no Brasil, sempre constituiu, ao menos na aparência, um grupo permanente e estável, funcionando como uma entidade organizada e incumbida de um certo número de funções sociais".[111]

Os franceses não fugiram dessa vivência que estava incutida em São Paulo desde os tempos coloniais. O processo de divórcio mais antigo de que se tem notícia "data de 1700 e faz parte do acervo do Arquivo da Cúria Metropolitana, dado que o julgamento desses

[108] PEREIRA, Paulo César Xavier. A modernização de São Paulo no final do século XIX. *Habitação e Cidade*. São Paulo. FAU-USP/FAPESP, 1998, p. 63.
[109] WISSENBACH, Maria Cristina... op. cit., p. 136.
[110] PEREIRA, Paulo César...op. cit.
[111] SAMARA, Eni de Mesquita. As mulheres, o poder ... op.cit., p.113.

casos, antes da proclamação da República, era da competência do Tribunal Eclesiástico"[112]. Contudo, não só a Igreja estava envolvida. "A vida doméstica coincidia (ou quase) com a vida coletiva. Co-residentes, parentes e vizinhos comungam do quadro de sociabilidade. Todos parecem se conhecer. A condição de parente ou vizinho confere foro de credibilidade aos testemunhos sobre a vida dos casais, tão íntimos fossem os aspectos ventilados"[113], de modo que aparecem como testemunhas nos processos e mesmo delatores das problemáticas por que passavam os cônjuges.

Outrossim, as mais diversas questões ultrapassavam o universo do privado, entrando no âmbito da coletividade. Do "ouvir dizer" ou do "presenciar", por ser parente, vizinho ou amigo – componentes da teia social. Logo, é plausível que muitos rompimentos conjugais escapassem "de qualquer controle geral, passando a ser uma prática julgada pela moral da comunidade"[114], até mesmo porque o "grupo familiar, assim como a rede de solidariedade da vizinhança, constituíram-se inúmeras vezes de um apoio importante, sobretudo quando havia violência envolvida"[115].

Apenas em 1890, esses processos passaram a ser encaminhados ao Tribunal de Justiça Civil. Pensando, então, que o casamento era um laço indissolúvel perante Deus, "seria (...) anacrônico supor que o divórcio significasse (...) algo mais do que separação, uma vez que a possibilidade dos casados contraírem novas núpcias depois de se separarem só existia (numa época em que o Estado ainda não chamava a si a cerimônia do casamento) quando fosse dada a sentença de anulação de matrimônio, o que ocorria apenas em situações bem específicas da legislação canônica"[116] como, por exemplo, a não consumação do ato sexual por doença contagiosa.

---

[112] SAMARA, Eni de Mesquita. Fontes coloniais In: SAMARA, Eni de Mesquita; DIAS, Madalena Marques; BIVAR, Vanessa S. B. *Paleografia e fontes do período colonial brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2005, p. 79.
[113] CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda ... op. cit., p. 340.Ibidem.
[114] FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias* – vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997, p.92.
[115] Ibidem.
[116] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo. T.A. Queiroz/EDUSP, 1984, p. 211.

Segundo Alzira Campos:

> O estudo dos processos revela que a Igreja era mais cautelosa na concessão das nulidades. Daí, provavelmente, a transformação de numerosos pedidos de anulação em divórcios. A começar pela palavra divórcio que, na acepção do direito canônico, significava tanto a dissolução do vínculo, como a separação do leito e habitação. No entanto, impuseram-se distinções: como o matrimônio fosse indissolúvel, só a sua *nulidade* poderia dissolver o liame, ficando o termo divórcio restringido à separação *quoad thorum et habitationem*, também chamada de desquite. O divórcio poderia ser por tempo determinado, sem determinação de prazo e perpétuo, segundo as causas fossem de natureza transitória ou não[117].

Os motivos da separação, grosso modo, se relacionavam ao adultério, já que "se opunha às noções de fidelidade, de coabitação e de ajuda mútua, princípios reguladores do casamento e do ambiente familiar interno"[118]. Este ainda podia ser associado a outras causas como o abandono do lar; doenças contagiosas ou incuráveis que impedissem a união carnal; e, finalmente, as sevícias consubstanciadas em maus-tratos físicos e/ou morais.

Após 35 anos de casamento, em 1870, a paulista Emilia Cândida de Oliveira requereu o divórcio do ourives francês Casemiro Mouth. Ao longo desses anos de convivência – havia se casado na Sé na noite de 11 de maio de 1835[119] - teve com ele vários filhos e dizia-se "sempre ter vivido honestamente, como é publico e notorio, guardando ao dicto seu marido fidelidade conjugal, segundo as leis da Igreja e bons costumes, e cumprindo escrupulosamente todos os demais inherentes ao seu estado de mulher casada". Emilia queria divorciar-se *quod torum et coahabitorem* "a vista da causa ou rasão canonica allegada" de que "o supplicado de tempo a esta parte tem faltado para com esta todas as obrigações de esposo, ao ponto de ter praticado nella sevicias por diversas veses, espancando-a deshumanamente, além de polla constantemente para fora de casa com ameaças e palavras injuriosas"[120].

---

[117] CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda ... op. cit., p. 540.
[118] SAMARA, Eni de Mesquita. Fontes coloniais ... op. cit., p. 82.
[119] ACMSP. Registro de casamento. Parochia da Sé. Casamentos de brancos e libertos (1833-1862). Livro nº 5. Notação 1.2.13, fl. 11v.
[120] ACMSP. Processo de divórcio. Notação 43. 15.558.

Seis testemunhas foram ouvidas, dentre as quais quatro mulheres. A suíça Josephina Lorett, casada, sabia dos acontecimentos por ouvir a justificante, pessoas da família, "bem como por ter ouvido fallar em geral". Não obstante, ela e sua irmã, cerca de 2 ou 3 anos antes do depoimento, estiveram na casa de Emília e presenciaram rusgas entre o casal. Clemencia Chassot, suíça, e irmã da acima mencionada, igualmente, declarava

> que é exacto que o justificado maltrata sua mulher e tem dado n´ella pancadas, segundo é sabido e ella testemunha tem ouvido dizer, tendo mesmo prezenciado a uma occasião há 2 para 3 anos pouco mais ou menos, uma duvida que teve o justificado com a justificante, duvida esta na qual quis o mesmo justificado dar na justificante com uma cadeira, com o que a uma criança que achava-se presente e pôz-se a chorar, achando-se nesta occasião ella testemunha com sua irmã Josephina em casa da justificante.

Nestes casos não só o "ouvir falar" era atestado, porém a convivência cotidiana permitia o confronto com as mais diversas situações.

João Floriano de Monte Carmello, natural de São Paulo e vizinho dos cônjuges, por volta de 1868, percebeu "grandes voserias e gritos na casa da supplente". Logo após, narra ele, apareceu o Delegado e seu escrivão, além de um médico na morada vizinha, "onde estiverão, tendo isso dado lugar ao que o supplicado fosse a casa d´elle testemunha a perguntar-lhe se tinha sido o denunciante do ocorrido em sua casa, não lhe tendo dito porem o que n´ella se dera". Os vizinhos espreitavam os acontecimentos ao mesmo tempo em que criavam uma corrente de falatórios, propiciando o "ouvir dizer", ajudavam, de modo a tecer uma rede de solidariedade. Floriano nada afirmou sobre ter alertado ao delegado. Mas, se não foi ele, algum passante ou vizinho deve tê-lo feito.

Rita Maria de Jesus, também natural de São Paulo, solteira e que vivia de seu trabalho, assim como José Mariano da Cunha, empregado público, casado, natural de São Paulo afirmaram somente "ouvir dizer".

Já Joaquina Moraes, por volta de 50 anos, viúva, e que vivia de seu trabalho, "só vio algumas veses o justificado disputar e resingnar com a justificante, nunca vendo porém o

mesmo espancá-la [...] sabendo por ouvir dizer que o justificado correra ultimamente com a justificante para fora".

Durante o processo era comum, a mulher ser depositada, ou seja, mudar de morada, levando consigo roupas e até escravos para servi-la, em "casa idônea", justamente para evitar conflitos maiores entre o casal. "Convém acentuar que, uma vez depositada, a mulher não podia abandonar sem autorização a sua nova morada"[121]. Amélia foi depositada na casa do genro, o ourives francês Pedro Chiquet "com sua cama, joias e roupas de seu uzo [...] e para seu serviço uma das escravas do casal, dando-se preferência a preta Benedita com a qual já estava acostumada"[122].

No processo existente na Cúria Metropolitana de São Paulo, não aparece a sentença final ou a revelia do cônjuge francês, o que torna difícil elencar qual ou quais "verdades" estavam por trás da convivência desse casal.

O casamento de Pedro Laragnoit, francês que lidava com negócio de fazendas, não durou 4 anos – em realidade 1 ano, pois ele disse que há "trez annos vivia separado da supplicada"[123]. Contraiu matrimônio em 1842, "sempre alimentou-a, e tratou-a", e em 1846 pedia o divórcio, o que foi aceito por Maria Ignacia Botelho, pois "reconheceo ella que haviam causas". De fato, esse foi um processo, como o designado por Nizza da Silva, "não litigioso, denominado 'por composição' ou 'mútuo consentimento' ou 'amigável'"[124] que começara a surgir desde os fins do século XVIII.

A causa mor tinha por fundo um adultério, não comprovado, cujas evidências, porém já eram suficientes por denotar "desacato moral" ao marido e "aos bons princípios" da Igreja. Ele alegou "que na ausência do supplicante e contra suas recomendações dormio fora de casa a supplicada, dando-lhe porem o necessario", "que por vezes escreveu a

[121] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Sistema de casamento ... op. cit., p. 214.
[122] ACMSP. Processo de divórcio. Notação 43. 15. 558.
[123] ACMSP. Processo de divórcio. Notação 33. 15.438.
[124] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Sistema de casamento... op. cit., p. 211.

homens suspeitos e solteiros" e que ao longo dos anos continuou a ter os mesmos procedimentos.

Todas as suas testemunhas eram compatriotas. O próprio Casemiro Mouth – que anos depois teve a sua separação consumada -; o alfaiate Fresnau; e o então agente consular João Maria Berthet. O primeiro declarou além do "ouvi dizer", saber que ambos viviam separados de cama por "varias vezes que dormio em casa do supplicante". O que significa que na morada existia uma fluidez de pessoas, fazendo com que o privado tivesse contornos de coletividade, ademais de denotar as relações estreitas as quais os franceses podiam ter entre si. Fresnau, por seu turno, viu o bilhete escrito por ela, que estava em mãos de Laragnoit, a um homem solteiro pedindo dinheiro. O depoimento de Berthet, por sua vez, elucida a participação do agente consular, para além das questões comerciais e diplomáticas, no dia-a-dia dos imigrantes. Laragnoit ia expor seus problemas a Berthet. "O supplicante costumava queixar-se a elle testemunha que tinha noticia que em sua auzencia frequentavam sua casa pessoas que herão suspeitos". Ao final, houve a separação definitiva quanto ao leito e aos bens. A meação foi repartida.

Cesarina Chameroy mostrava a fibra de uma mulher que guiava a sua vida. Como uma das parteiras mais "afamadas" de São Paulo, contava com o seu trabalho para a sobrevivência. No que concerne ao casamento, fazia suas escolhas e tinha personalidade ativa. Diferente do perfil da "mulher recatada". Em 1868, contraiu matrimônio com o italiano Amador Caetano[125]. Dois anos depois, em 1870- nesse entremeio tornou-se viúva- casou-se novamente, só que com um francês, Joze Fraisse[126]. Já em 1873, aconteceu o seguinte: "D. Maria Cezarina Chameroy, a bem de seus interesses quer justificar perante V.S. que seu marido Jose Fraisse a maltrata com frequencia, tornando impossivel a convivencia e permanencia do casal sob o mesmo tecto", por isso requer que "se digne

[125] ACMSP. Registro de casamento. Parochia da Sé. Casamento de livres (1868-1878). Livro nº7. Notação 3.2.17, fl. 3 e 3v.
[126] ACMSP. Registro de casamento. Parochia da Sé. Casamento de livres (1868-1878). Livro nº7. Notação 3.2.17, fl. 31v e 32.

mandar deppositar a supplicante com escravos e joias do casal e roupas de seu uso, a fim de poder a supplicante propor a respectiva ação de divórcio"[127]. Portanto, antes mesmo de entrar com o processo, precaveu-se de sair de casa. Tomou a frente, para a sua própria segurança.

> As evidências de que mais mulheres moveram ações de divórcio, somadas ao fato de que era comum a separação após longa convivência, contrariam, em muitos aspectos, o estereótipo da mulher submissa. Mesmo os acordos com os próprios maridos revelam a existência de aspirações femininas em face ao casamento. Aparece também uma natural evolução nos costumes com as novas gerações, embora as estruturas tradicionais, reguladoras dos papéis femininos e masculinos, ainda garantissem no final do século XIX, salvo raras exceções, a primazia do homem[128].

Até mesmo o momento da morte é revelador de um sucedâneo de vivências em que o *glamour* dava lugar à concretude do dia-a-dia. O marceneiro Sybilat, aos 50 anos faleceu repentinamente e foi encontrado pela polícia[129]. Joze Estorneau, 40 anos de idade, morreu no Hospício dos Alienados, sem que sequer se soubesse, para fins de preenchimento do registro de óbito, se era casado ou solteiro, ou ainda se seus pais eram vivos[130], o que parece demonstrar uma situação de solidão e abandono. O mesmo aconteceu em fevereiro de 1865 com Miguel Petit, só que este faleceu de "molestia proveniente de alienação mental", "nada mais sabendo-se a respeito"[131] dele. Em 1879, Eliza, francesa de 55 anos, também morreu no Hospício dos Alienados[132]. Todos enterrados no Cemitério Público da capital. Franceses, que os anúncios de jornal não propagavam no *glamour* de suas profissões, que na historiografia permaneceram no anonimato, mas que, não obstante todos esses fatores, existiram e como imigrantes desenrolaram parte de suas vidas na São Paulo oitocentista.

---

[127] ACMSP. Processo de divórcio. Notação 54.15.686.
[128] SAMARA, Eni de Mesquita. Fontes coloniais ... op. cit., p. 83.
[129]No Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, 62 registros de óbitos para o período compreendido entre 1850 e 1889. ACMSP. Registro de óbito. Parochia da Sé. Óbitos de livres (1853-1860). Notação 3.1.25, fl. 135.
[130] ACMSP. Registro de óbito. Parochia da Sé. Óbitos de livres (1860-1864). Notação 9.2.19, fl. 93.
[131] ACMSP. Registro de óbito. Parochia da Sé. Óbitos de livres (1864-1871). Notação 3.1.39, fl. 8.
[132] ACMSP. Registro de óbito. Parochia da Sé. Óbitos de livres (1876-1883). Notação 2.3.36, fl. 90.

O fato de serem enterrados em Cemitério Público era denominador comum entre os franceses, independentemente de sua posição social. O ourives Supplicy[133], com 63 anos de idade, assim como a jovem esposa de Garraux, a francesa Jozefina Amélia[134], com 25 anos, que faleceu de "tuberculos pulmonares", foram enterrados em 1865 no Cemitério Público. Somente alguns, em meados do XIX, optaram pelo sepultamento em Igrejas.

Mudanças pairavam atingindo os modos de enterro, ditados pelas Irmandades, Ordens, enfim pela própria Igreja, enraizados nos costumes da população local. Os progressos da medicina européia fizeram ecoar no Império a denominada doutrina dos miasmas. "Acreditava-se que matérias orgânicas em decomposição, especialmente de origem animal, sob a influência de elementos atmosféricos – temperatura, umidade, direção dos ventos – formavam vapores ou miasmas daninhos à saúde, infectando o ar que se respirava"[135]. Assim, os cadáveres enterrados dentro ou ao lado das igrejas exalavam gases pútridos "tremendamente danosos à saúde pública e em especial àquelas pessoas que presenciavam as cerimônias fúnebres ou que freqüentavam as igrejas para fazerem suas preces"[136].

Logo, a solução para tal problema foi proibir os enterros nas igrejas, transferindo-os para cemitérios paroquiais. A despeito dessa proibição ter se dado em 1828 como parte de medidas higienistas, uma série de entraves entre Estado e Igreja influiu para que, somente em 1858, fosse inaugurado o primeiro cemitério público de São Paulo[137].

---

133 ACMSP. Registro de óbito. Parochia da Sé. Óbitos de livres (1864-1871). Notação 3.1.99, fl. 25v.
134 ACMSP. Registro de óbito. Parochia da Sé. Óbitos de livres (1864-1871). Notação 3.1.99, fl. 11v.
135 REIS, João José. *A morte é uma festa* (ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.75.
136 GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo. *Atitudes perante a morte em São Paulo (séculos XVII a XIX).* São Paulo, 1986. Dissertação – FFLCH/USP, p. 63.
137 Ibidem, p. 39.

VI.3 - "Agentes civilizadores" ? O viés dos processos-crime.

Os processos-crime[138] também revelam facetas outras da sociedade ao desnudar momentos de contenda, de quebra com o moral e os bons costumes, mas que estavam enraizados no cerne do cotidiano da São Paulo, não deixando de fazer parte do seu dia-a-dia. Neles estavam envolvidas promessas de negócio que não se cumpriam, o desencadeamento de brigas por palavras injuriosas, falências e credores querendo receber, tentativa e roubo propriamente, além de defloramentos e pendengas familiares que viraram caso de polícia.

Nas linhas desses documentos percebe-se, inclusive, a diversidade de pessoas que circulavam na cidade pela segunda metade do século XIX, de modo que o quadro populacional tendia a se tornar cada vez mais complexo. Italianos, portugueses, brasileiros, africanos, belgas, alemães, húngaros, ingleses e franceses cruzavam-se em suas trajetórias, nas vivências diárias, fossem elas harmoniosas ou de conflito.

Nessa miscelânea, um dos pontos importantes eram os modos de comunicação. O processo em que os irmãos franceses Bernardo e Simão Levy acusaram o primo Henrique Luis Levy e seu sócio, o prussiano Luis Behrendt, de prometerem sociedade na casa de jóias e, por conta disso, ficarem para si com os montantes e bens que lhes foram destinados para o pagamento dos seus credores, contém alguns exemplos[139]. A mescla, de fato estava sempre presente. Entre os conterrâneos franceses ora podia-se falar o francês, ora o português. Pedro Chiquet em seu testemunho declarou que os réus lhe disseram para não contar aos autores que a dissolução com o sócio prussiano, para admiti-los em nova sociedade, era mentira. Elucidou também que, naquele momento, estava presente o francês Ernesto Mignon, o qual trabalhava na casa de jóias do acusado, porém este nada poderia

[138] Microfilmados na APESP foram encontrados 19 processos em que franceses são os réus e fortuitamente um em que é autor

[139] APESP. Autos crimes da capital. Rolo 50. Notação 716. Ano 1863.

atestar, dado que Henrique Levy lhe falou em português e Mignon não entendia bem a língua[140].

Os franceses ao chegarem ao Brasil contavam com um enfrentamento inicial: a língua. Com o passar do tempo, entretanto, no contato com outros imigrantes e nascidos no Império, nota-se que uma espécie de idioma comum se formava para a comunicação. Um português entremeado a crivos da língua nativa, ou um arriscar da língua de outros imigrantes associado ao francês. Por outro lado, especialmente nos processos-crime, isso podia se configurar: o não entendimento da língua utilizado como tática, justamente para que as pessoas que estivessem próximas não captassem o falado.

Em 1863, João Frebeault foi acusado de ferir a mulher francesa que com ele habitava em união ilegítima, pois não eram casados perante a Igreja. Um dos acontecimentos narrados por ele foi o de que na véspera do ocorrido, Jorge Bronhs, carpinteiro de nacionalidade inglesa, um tanto embriagado, dormira em sua casa. Elisa, por saber um pouco de inglês, falara com ele e o réu nada entendeu por não dominar o idioma. Em realidade, ela estava contando sobre suas agruras e pedindo para que o inglês a levasse consigo[141].

A despeito de tê-la ferido com uma garrafa quebrada, para a sua defesa Frebeault mencionou que Elisa não dormia em casa e seu argumento principal baseou-se na idéia de que: "*uma mulher que abandona sua casa e o armazem não pode ser boa couza*"[142]. Final do processo: foi absolvido.

Outra história denota também, ao menos no âmbito do imaginário daquela sociedade, que cada qual tinha o seu papel – o masculino preponderante e o feminino de submissão.

---

[140] Idem.
[141] APESP. Autos crimes da capital. Rolo 053. Notação 751. Ano 1863.
[142] Idem.

Na São Paulo do período em estudo, existiam locais próprios para guardar animais mediante pagamento, onde eram alimentados e por vezes adestrados. Em 1865, o francês João Pedro Balmain, jornaleiro, ia à Freguesia de Nossa Senhora do Ó, em um lugar chamado Taipas, levar seu cavalo ao pasto do português José de Castro. Lá assediava uma menina e foi acusado pelo dito português, seu pai, de estupro. Mesmo comprovado através do exame de corpo delito que houve moléstia sexual, porém sem a efetivação do ato de estupro, o réu foi absolvido[143].

Este foi um dos únicos casos em que estiveram envolvidos portugueses e nascidos no Império, além de guardas urbanos e cabos do corpo permanente. Nos processos-crime a maior parte dos conflitos se dava entre os próprios imigrantes, fossem eles italianos, suíços, alemães ou franceses, o que atesta que havia uma espécie de reduto neste sentido. Pode-se especular que existia muita convivência entre eles e talvez relações fundamentais se dessem nesse meio, mesmo que elas fossem de choque.

É plausível igualmente que, pela condição de imigrantes, em terras distantes às suas, se aproximassem e interagissem. Por seu turno, é elucidativo que a maior porcentagem das contendas foi de franceses para com franceses e as testemunhas em boa parcela dos casos eram francesas. Quer dizer, não havia apenas relações de solidariedade, mas também rusgas: franceses denunciavam franceses. Uma pitada que podia corroborar nesse sentido era o fato da comunicação, a linguagem ser comum, o falar francês. O entendimento da língua ocasionava interações e possibilitava ofensas mútuas, dentre outros tipos de conflitos.

A embriaguez era uma constante em alguns processos. Embriagados dois franceses dirigiram-se palavras injuriosas próximo ao Beco do Inferno às 3h da tarde. Francisco

[143] APESP. Autos crimes da capital. Rolo 055. Notação 798. Ano 1865.

Lébert querendo dar tapas, agarrou as barbas de Bahome e lhe sacudiu, quando foi preso pelo delegado e às suas ordens levado à cadeia pelo guarda do corpo permanente[144].

Não obstante, se entre os próprios imigrantes havia contendas, entre eles também podiam surgir faíscas de apaziguamento em tentativa de acalmar a situação. No caso acima foi o francês Caré quem, encontrando o delegado a passeio pela Rua do Rosário, o chamou para evitar que Lébert agredisse o outro francês[145].

E nesse caminho os processos-crime mostram outros exemplos. Pedro Riboul, em sociedade com um italiano, foi por ele acusado de ser enganado, não recebendo as proporções devidas pelo negócio e sendo tratado como a um criado. Carlos Marquois, então vice-cônsul da França em São Paulo, por não conseguir harmonizá-los pediu a Luís Supplicy - ourives e que pelo correr dos documentos tinha proeminência social ao participar de vários momentos de vida fosse de franceses ou não - sua intervenção, com o fim de fazer com que o francês Riboul resolvesse sua pendência com o italiano.

Da mesma forma, com os irmãos Levy, ingerências foram solicitadas no intuito de amenizar as contendas. Bernardo e Simão Levy deviam a vários e, como o já mencionado, um dos motivos do processo foi que Henrique Luis Levy e Behrendt de posse de jóias, dinheiro e bens, deixaram de pagá-los. Um desses credores era o negociante, natural da França, José Worms que havia pedido o embargo dos irmãos Levy, e dada à diligência contra eles requerida, eram "obrigados a andarem ocultos"[146]. Manfredo Meyer, patrício, foi à casa de Worms para explicar-lhe quais as problemáticas por que estavam passando os franceses "e assim elle testemunha se compadeceo delles"[147]. No dia seguinte, pela manhã, o sapateiro alemão Clausen lhe fez o mesmo pedido "e pelas mesmas razões então elle

144 APESP. Autos crimes da capital. Rolo 040. Notação 0599. Ano 1864.
145 Idem.
146 APESP. Autos crimes da capital. Rolo 50. Notação 716. Ano 1863.
147 Idem.

testemunha declarou que podiam aparecer e que não os perseguia mais, e que por isso foi no dia seguinte na casa onde habitavão os autores e lhes declarou que podiam aparecer"[148].

Ponto comum entre esses dois processos era a ligação com Buenos Aires. A Argentina foi um dos pontos de morada dos franceses antes de se estabelecerem em São Paulo. E no caso destes franceses não se tratava de contatos em termos de transações comerciais, mas de fixar residência. Na situação acima, um dos pontos de conflito foi por conta de que Henrique Luis Levy ofereceu cem mil réis aos ditos irmãos para que fugissem de seus credores, saindo do Império e seguindo rumo a Buenos Aires. Já Pedro Riboul e o italiano João Bangalope moravam em Buenos Aires. E por sugestão do francês "mestre de preparação de carne"[149] vieram para São Paulo com a finalidade de estabelecer uma casa de salsicheiro. Riboul não tinha os recursos necessários para se transportar a São Paulo, logo, sua proposta era de que se o italiano juntasse com ele o dinheiro necessário para as despesas da viagem, daria sociedade nos lucros da casa – e eis aí o motivo do conflito.

A casa não era um espaço essencialmente privado, mas também de sociabilidade, de encontros, de circulação de pessoas. Um português foi à casa de João Frebeault vender pão e como encontrou as portas fechadas bateu[150]. Em 1867, outro português reconhecendo o escravo de outrem, chegou-se a porta do francês Pedro Manet e perguntou a seus filhos onde se encontrava o seu pai que logo se assomou à porta[151]. Além do inglês embriagado que dormiu na casa do francês[152].

Assim, o freqüentar das casas de morada parecia ser fluido, espaço de convivência. O único processo que foi colhido por autor mostra um momento de interação entre imigrantes. Em um fim de tarde, seis franceses proeminentes e correntes na documentação em geral, se reuniram para prosear e ler jornais na casa de Ginoyer na Rua da Imperatriz.

---

[148] Ibidem.
[149] APESP. Autos crimes da capital. Rolo 022. Notação 0354. Ano 1859.
[150] APESP. Autos crimes da capital. Rolo 053. Notação 751. Ano 1863.
[151] APESP. Autos crimes da capital. Rolo 066. Notação 989. Ano 1867.
[152] APESP. Autos crimes da capital. Rolo 053. Notação 751. Ano 1863.

Jourdau, Garnier, Naret, Chiquet, Fretin e Girandon. Quer dizer – havia encontros de grupo, só de franceses, universo de sociabilidade. Em meio a essas conversas, do lado de fora da morada, o cão *derrier-buldog* de Naret debatia-se com o do italiano que habitava na casa em frente. Daí surgiu toda uma série de insultos mútuos, inclusive com ameaça de morte.[153]

Local de sociabilidade era também a hospedaria de Frederico Fontaine, especialmente por ocasião das refeições.[154] A mesa grande e a ceia coletiva assim propiciavam. Às 9h da noite o francês Marcelino Gerard, morador de São Paulo, lá estava ceando e conversando com um grupo teatral italiano de passagem pela cidade. Tinham sido apresentados em "uma roda de mesa" na hospedaria, o que denota formas de interação não só entre franceses, porém com membros de outras nacionalidades também.

As falências, por seu turno, revelam aspectos do mundo dos negócios. O fator das negociações não ficarem restritas à capital é um deles. As circulações de compra e venda espraiavam-se por outras localidades. Rio de Janeiro, por exemplo, era grande ponto de comércio, seu porto era fulcro de importações e exportações. Ali se concentravam as relações mais diretas para a vinda de mercadorias francesas. Então, suas casas comerciais eram muito freqüentadas para a compra desses produtos. As viagens para a Corte eram constantes. Vários franceses negociantes em São Paulo traziam seus estoques dessas casas, resultantes das negociações que ali empreendiam. Em 1873, pelo processo aberto contra Julio Gerand, sob suspeita de falência fraudulenta, percebe-se que seus maiores credores estavam no Rio de Janeiro – Martin e Druyfus, de onde adquiria a crédito mercadorias várias, como fazendas importadas de Paris.[155]

Dentre os motivos levantados para a falência, dois em particular chamam a atenção. O primeiro é o fator das mercadorias guardadas em caixas com o tempo se avariarem e

[153] APESP. Autos crimes da capital. Rolo 099. Notação 1542. Ano 1870.
[154] APESP. Autos crimes da capital. Rolo 08. Notação 138. Ano 1851.
[155] APESP. Autos crimes da capital. Rolo 109. Notação 1649. Ano 1873.

saírem de moda, o que remete às condições de armazenamento no interior dessas casas de comércio e possibilidade da moda francesa penetrar com tamanha agilidade, de maneira a direcionar a compra de um produto e de outro não por conta de estar "fora de moda".

Por outro lado, a São Paulo da segunda metade do século XIX, antes da chegada da década de 80, tinha pontos de comércio, onde havia maior circulação de pessoas. A Rua da Imperatriz, sem dúvida, era um deles e nela havia numerosa concentração de casas de franceses.

Luisa Paris, em 1874, atribuiu a falência do negócio com o sócio Julio Garnier (cuja união ilegítima deu origem a uma filha) ao fato de terem aberto o comércio inicialmente em uma rua imprópria, onde pouco vendiam. Durante um ano ficaram instalados na Rua da Princeza, como disse o também francês João Pascoal em seu testemunho "fora do centro comercial da cidade,"[156] tendo, portanto, prejuízos de tal monta que mesmo transferindo-se para a Rua da Imperatriz se tornaram insolváveis.

Era comum que as pessoas empregadas nos negócios de franceses fossem pares da mesma nacionalidade, o que valia tanto em relação ao sócio, como a outras funções. Mignon trabalhava no negócio de jóias de Henrique Luis Levy e Observat era seu guarda-livros[157]. Julio Gerand, negociante de fazendas, tinha João Pascoal como guarda-livros[158]. Isso era devido à solidariedade grupal? Mais uma vez a questão do entendimento da língua? Maior confiabilidade nos patrícios? Uma miscelânea de cada um desses pontos. Para além desse âmbito, essas figuras interagiam de diferentes modos no cotidiano, aparecendo como testemunhas de outros processos, componentes ativos nas transações dos registros de escritura, interligando-se a outras situações com outros franceses, exercendo na realidade uma verdadeira dinâmica de vida na São Paulo daquela época.

[156] APESP. Autos crimes da capital. Rolo 118. Notação 1790. Ano 1874.
[157] APESP. Autos crimes da capital. Rolo 050. Notação 716. Ano 1863.
[158] APESP. Autos crimes da capital. Rolo 109. Notação 1649. Ano 1873.

Regras fixas não existiam. As interações ocorriam ao sabor das oportunidades e das estratégias do dia-a-dia. Gerand, por exemplo, também teve prussianos trabalhando em sua casa[159]. O sócio de Levy era alemão[160]. Franceses e alemães apareciam com freqüência lado a lado na documentação. No período pré-imigração de massas foram essas duas nacionalidades de imigrantes, além dos portugueses, que concentraram mais gente (deixando claro que as proporções de alemães na cidade eram maiores do que as de franceses). Da mesma forma, com o passar do século, os italianos se mostraram atuantes e as interações de franceses acentuaram-se também com eles.

As sociedades igualmente contavam com estratégias. O próprio Gerand tomou como sócio um português alfaiate que já tinha casa comercial. A união veio a calhar para os dois. Ao português que para confeccionar roupas comprava fazendas a crédito, e por isso mais caras, na então casa de Gerand, e ao francês que entrou somente com alguns móveis e utensílios, sem capital, utilizando-se das instalações da casa do sócio para vender suas fazendas[161].

As relações de crédito faziam parte das formas de negociar, das interações de sociabilidade e até mesmo de contendas. Fornecer crédito, entretanto, não era algo fortuito. Mecanismos de seleção eram adotados, dentre os quais ser acreditado na praça, o que significa ter boa fama por entre o comércio e naquela sociedade. Por seu turno, corroboravam nesse sentido as táticas de manutenção do negócio, por exemplo, a necessidade da mercadoria ter saída por estar se estragando ou ainda o excedente que as vendas a crédito propiciavam - pois podia-se elevar o preço da mercadoria, enquanto na venda em dinheiro era comum dar abatimento ao freguês.

---

159 Idem.
160 APESP. Autos crimes da capital. Rolo 50. Notação 716. Ano 1863.
161 APESP. Autos crimes da capital. Rolo 109. Notação 1649. Ano 1873.

Por certo, a sociabilidade tinha um peso nessas relações, porém elas não eram de mão única. Mesmo dentre os franceses essas observações eram levadas em conta, o que é mostrado através dos relatos de testemunhas nos processos-crime.

Em 1866, os credores pediram a falência da oficina de chapeleiro de Francisco Fabourich e uma das testemunhas, o francês Casemiro Mouthe revelou que o réu foi pedir empréstimo a ele e não concedeu por conhecer-lhe somente de vista[162]. Já o português Joaquim de Oliveira Andrade testemunhou no processo de Garnier, atestando que era um dos credores e não sabia quais os motivos da falência "porque se soubesse não fiaria a quantia de que é credor"[163].

Sob esse prisma, o crédito era também causa de celeumas, de dissonâncias entre os patrícios e com a população local. Veja-se o caso desse Fabourich. Por não pagar o arrendamento da casa onde tinha seu negócio, não só foi despejado, como o proprietário tomou até suas roupas[164].

O depoimento de Pedro Chiquet é elucidativo de alguns pontos que essas relações de crédito podiam ocasionar. Mencionou que Henrique Luis Levy prometera sociedade aos primos como meio de pegar dinheiro e objetos dos mesmos a fim de cobrir o que lhe deviam. Vêem-se, então, promessas falsas como meio de fazer aparecer os devedores e satisfazer as pendências de crédito. A outra informação dada lança luzes sobre como os processos atingiam as relações interpessoais. Levy e Behrendt estavam movendo processo-cível para cobrança de dívidas de Chiquet e por essa monta não se falavam, embora se encontrassem na rua[165].

As notícias corriam nessa sociedade, as palavras tinham força e a oralidade era presente no cotidiano. O "ouvir dizer" era corrente e mostrava que existia toda uma cadeia de informações entre os habitantes da São Paulo oitocentista. Um passava para o outro de

[162] APESP. Autos crimes da capital. Rolo 040. Notação 602. Ano 1866.
[163] APESP. Autos crimes da capital. Rolo 118. Notação 1790. Ano 1874.
[164] APESP. Autos crimes da capital. Rolo 040. Notação 602. Ano 1866.
[165] APESP. Autos crimes da capital. Rolo 50. Notação 716. Ano 1863.

modo que um fato podia tomar tamanha dimensão que se tornava de "fama pública". A falência de Gerand era sabida não só por fama pública, como pelos editais publicados em jornais e afixados para lacrar a casa de negócios[166].

Observar os movimentos das pessoas, espreitar o que outrem estava fazendo foi mais uma ótica dessa sociedade em que estavam envoltos os franceses. O português Joaquim Antonio Alves, negociante, estava em sua casa comercial quando olhando para a rua deparou-se com dois franceses. Continuando a espreitá-los, viu ambos subindo as escadas do sobrado em frente e pegando o globo de vidro que, através de gás, iluminava o corredor. Percebendo então esse movimento estranho chamou o guarda urbano que se encontrava nos arredores da rua e explicou sua desconfiança. Na hora, os franceses foram levados à delegacia, o que originou o processo-crime[167].

Reverberando ainda nesse universo de componentes, estavam as dissonâncias que as palavras provocavam. Por meio delas eram gerados momentos de tensão que poderiam culminar inclusive em agressões físicas. Os franceses não estavam apartados desses processos, mas nele incutidos. Em 1880, uma série de imigrantes trabalhava na fábrica de licores de outro imigrante, o alemão Guilherme Cristofel. E foi nesse espaço, na Rua Alegre – o que, aliás, denota nessa São Paulo de fim de século, a complexificação dos negócios e a crescente instalação de indústrias – que se deu o conflito entre o italiano Antonio Berlanda e o francês Pedro Puchet, ambos moradores em quartos na própria fábrica. Tudo ocorreu por conta de um bilhete deixado pelo alemão solicitando que o licor fosse engarrafado, porém ambos, o italiano e o francês não chegaram a um acordo sobre o que fazer. Logo, xingamentos em cascata começaram. Os palavrões que vociferavam um ao outro foram relatados no processo. Com a sensibilidade aflorada, o francês cego de raiva[168]

[166] APESP. Autos crimes da capital. Rolo 109. Notação 1649. Ano 1873.
[167] APESP. Autos crimes da capital. Rolo 090. Notação 1400. Ano 1878.
[168] APESP. Autos crimes da capital. Rolo 04. Notação 224. Ano 1880.

deu uma pancada em Berlanda. Segundo o relato, esses indivíduos sempre se deram de maneira harmônica e depois do ocorrido pediram desculpas mutuamente.

Aí alguns dados estão envoltos. Um deles é a força da palavra que podia mesmo conturbar relações harmônicas. Por outro lado, não se deve levar como ponto pacífico as declarações dadas a esse tipo de documentação e sim colocá-las sob suspeita, uma vez que se inserem em um contexto específico de pressão perante a Justiça. Nesse caso ainda é plausível que o trabalho dos envolvidos estivesse em jogo, por isso o pedido de desculpas, o fator de viver em harmonia e o italiano tentar esconder do dono da fábrica o ocorrido.

Entretanto, situações como esta, ao que as fontes indicam, eram tão comuns no correr dos dias que pareciam nem causar estranhamento. A discussão originada pelo embate dos cães do francês Julio Naret e do italiano Antonio Pontremoly em 1870, enquanto um grupo de franceses reuniu-se para prosear e ler jornais, demonstrou isso. Confrontando-se na rua, ambos trocaram palavras injuriosas e ameaças de morte no calor da discussão. Sintomático foi o comportamento que os demais franceses ali presentes tiveram. Ginoyer, dono da casa onde os ditos estavam reunidos, nem chegou a ver muito do que ocorrera porque logo entrou para cuidar de seus afazeres. Chiquet, por sua vez, também entrou na casa novamente e não pode afirmar se o cachorro chegou a expelir sangue ou não, dado que pouco tempo depois foi embora[169]. São reações através das quais se pode aprender que o fato não tinha nada de extraordinário, era apenas uma confusão momentânea.

Além de todo esse arsenal de informações, os processo-crime são preciosos por deixar aparecer a contramão da moralidade, personagens que se encontram longe do *glamour* imputado aos franceses, figurantes mudos que quase não aparecem para contar a história, mas que existem e fazem parte das conformações dos franceses residentes na capital.

[169] APESP. Autos crimes da capital. Rolo 099. Notação 1542. Ano 1870.

Seus papéis ativos na trama dos processos vêm à tona. Eis que surge Pedro Riboul, porqueiro que recheava lingüiças, vendendo-as com um tabuleiro pelas ruas da cidade e aproximando-se das casas para oferecer suas carnes[170]. Pedro Manet que fazia sabão e velas para seu sustento[171] ou Henrique Quertant[172] que vagava pelas moradas de imigrantes pedindo serviço para se empregar. Contudo, não é finda a amostragem. Estão encaixados nesse cotidiano da São Paulo oitocentista ainda muitas trajetórias de imigrantes franceses que a historiografia não lançou luzes e que, por seu turno, revelam facetas as quais não se enquadram no perfil de técnicos ou de elite. Para além do aparente *glamour* de ofícios como modistas e cabeleireiros, os quais não deixavam de ter as suas problemáticas, estes franceses mostravam-se com fazeres outros, ofícios diversos.

Assim estava Caré, pintor de paredes[173] e Francisco Lébert, pedreiro, que em 1864 por ter defeito no braço esquerdo teve que se tornar criado[174]. Joseph Corbe e Jose Sibel[175], amigos, eram respectivamente jardineiro e mecânico. Pessoas comuns que, como imigrantes, tinham esperanças definidas. Passavam por dissabores e dificuldades. Pedro Manet, por volta de 1865 quando chegou ao Brasil, morou em um quarto de uma casa em Santo Amaro, onde figuravam pessoas menos abastadas[176]. Alguns de seus vizinhos foram testemunhas no processo, como Delfina Maria da Conceição, solteira de quarenta anos que vivia de suas agências e Perpétua da Trindade de cinqüenta e quatro anos, viúva que também vivia de suas agências – tratava-se de mulheres livres e pobres, outra camada que compunha o panorama populacional da cidade[177]. Finalmente, para completar esse quadro em que as representações ideológicas se contrapõem às práticas em vigência, está Elisa

[170] APESP. Autos crimes da capital. Rolo 022. Notação 0354. Ano 1859.
[171] APESP. Autos crimes da capital. Rolo 066. Notação 989. Ano 1867.
[172] APESP. Autos crimes da capital. Rolo 112. Notação 1711. Ano 1872.
[173] APESP. Autos crimes da capital. Rolo 040. Notação 0599. Ano 1864.
[174] Idem.
[175] APESP. Autos crimes da capital. Rolo 090. Notação 1400. Ano 1878.
[176] APESP. Autos crimes da capital. Rolo 066. Notação 989. Ano 1867.
[177] APESP. Autos crimes da capital. Rolo 090. Notação 1400. Ano 1878.

Nershier, cozinheira empregada em um armazém, e seu companheiro, em união ilegítima, João Frebeault que desempenhava o ofício de ferreiro e pedreiro[178].

Além de algumas pinceladas já dadas, os processos-crime também permitem recompor um pouco do universo familiar. Nesse sentido vale a pena mencionar o caso da falida Luiza Paris, pois ele remete a um fator já examinado que é o de deixar a família na França. Ao longo de todo o processo Luiza se calou. Guardou para si o que poderia ser motivo de desonra e escândalo naquela sociedade. Que Julio Garnier, seu sócio no negócio de moda e fazendas Luiza Paris e Companhia, era pai de sua filha poderia ser algo conhecido. Em 1874, confessa que há dezoito anos tinha vivido relações íntimas com ele e daí teve uma filha. Entretanto, Luiza era casada e seu marido residia em Paris. Inquirida se vivia em relacionamento com seu marido, uma vez que declarou ser casada, ela desabafou que já estava separada há mais de vinte anos[179]. De toda forma, sua relação com Garnier não deixava de ser ilícita e seu fruto proibido. Escândalo esse que envolve moral, "bons costumes" e preceitos católicos podendo, inclusive, abalar seu rol de fregueses e assim sua sobrevivência.

Trata-se então de um conjunto de peças unitárias que, aos poucos, vão se encadeando e formando um quebra cabeça analítico, o qual reverbera as imagens dos franceses que tiveram como morada a cidade de São Paulo na segunda metade do XIX.

Formatado: À esquerda, Recuo: À esquerda: 1,25 cm

[178] APESP. Autos crimes da capital. Rolo 053. Notação 751. Ano 1863.
[179] APESP. Autos crimes da capital. Rolo 118. Notação 1790. Ano 1874.

VI.4 – O tecer da sociabilidade no "auxílio mútuo": *Société Française 14 Juillet.*

A fundação da assim denominada *Société Française 14 Juillet*[180] em 14 de julho de 1881, assentou um tom de coesão e certo amparo nos momentos de desvelo dos franceses para consigo mesmos e para com os pares de mesma nacionalidade. A preocupação em tornar essa "ajuda mútua" institucionalizada por meio de uma Sociedade é reveladora no sentido de transparecer a sedimentação dos imigrantes franceses na São Paulo que caminhava para o ocaso do século XIX.

Seu próprio título evidencia uma data ideologicamente agregatória e que até hoje se configura como feriado nacional na França. Houve, neste caso, uma tentativa de formação de identidade que crie laços, vínculos associativos entre os "compatriotas" – como se auto-designavam - não mais baseados somente nas relações interpessoais, mas também estruturados sob os auspícios de uma instituição.

Nos Estatutos e Regulamentos da Sociedade – cujo conteúdo direcionava à estrutura e ao modo ideal de funcionamento - o propósito-mór, em 1881, foi descrito como o de auxiliar, por todos os meios em seu poder, a todos os franceses necessitados domiciliados em São Paulo[181]. Entretanto, em alguns casos e depois de colhidas as informações, os socorros poderiam se estender aos franceses de passagem.

Para se tornar sócio era necessário pagar doze mil réis de inscrição e mensais de um mil réis (antecipadamente a cada três meses), o que constituía o capital da Sociedade, agregado a possíveis doações. Os membros eram divididos em ativos e honorários. Os primeiros constituíam-se em franceses que habitavam São Paulo. Já os segundos, das mulheres francesas, dos franceses que não moravam em São Paulo, dos franceses

---

[180] Para análise, os materiais informativos e documentais amealhados são os existentes no *Alamanhach Administrativo, Commercial e Industrial da Provincia de São Paulo para o anno bissexto de 1884*, nos anúncios do jornal *Correio Paulistano* de 1885 e, finalmente, nos Estatutos e Regulamentos da Sociedade.

[181] STATUS DE LA SOCIETE FRANÇAISE 14 JUILLET ST. PAUL (BRÉSIL). São Paulo: Typ. e Lithog. Compagnie Industrielle, 1887. p. 1.

naturalizados e dos estrangeiros que possam ter contribuído de alguma maneira com a Instituição. Não obstante, todos estavam sujeitos à exclusão se detectados casos de "má conduta" ou "imoralidade".

Em termos hierárquicos, a Sociedade era composta pelo Presidente, Secretário, Tesoureiro e Comitê Administrativo, os quais eram nomeados através de eleições durante a Assembléia Geral, feita uma vez por ano. Além dessa Assembléia, havia também reuniões mensais e possíveis convocações extraordinárias.

Inicialmente, a pré-determinação quanto à duração da 14 de Julho foi de 39 anos, com a possibilidade de prorrogação desde que submetida à aprovação do Governo Imperial. Aliás, existia um adendo, deixando claro o fato de que o Estatuto havia sido aprovado pelo próprio D. Pedro II em 1881.

Por seu turno, o Regulamento só foi adotado cerca de seis anos depois, admitido em Assembléia Geral de outubro de 1887. Dele fazia parte um quadro pormenorizado, dividido em dez capítulos, das regras que norteavam a Sociedade em: composição, admissão, administração, atribuições, incompatibilidades, representação, reuniões e assembléias, eleições, socorros e óbitos.

Notam-se aí algumas mudanças se for comparado ao que foi postulado no Estatuto de 1881. A começar pela inclusão entre os membros ativos dos filhos de franceses, e do valor atribuído aos novos sócios a título de entrada: se antes era de doze mil réis, passara a ser de seis mil réis.

Todo o pedido para compor a Sociedade devia ser feito com o apoio de dois sócios por escrito ao presidente, para em seguida atravessar um processo de exame até ser admitido ou não. Esta admissão concretizava-se, também, através do crivo dos olhares da comunidade, do "ouvir dizer", dos comportamentos, da moralidade. Assim, todos os requerimentos eram comunicados ao chamado Comissário de Serviço – figura cujo papel era vital para a Instituição – funcionava, além de outras atribuições, como uma espécie de

elo entre os franceses, sócios ou não, e a Sociedade. Este mantinha tais demandas à disposição dos sócios que quisessem tomar conhecimento delas e, da mesma forma, recebia as suas observações sobre o comportamento e a "dignidade" do postulante. Logo que passada essa etapa, os pedidos e as informações colhidas eram submetidos ao julgo do Comitê que, finalmente, decidia. O novo sócio era avisado pelo Secretário e efetuava o pagamento inicial ao Tesoureiro.

Mais uma vez foi aludida a composição administrativa, com o adendo de serem definidas as suas atribuições. De forma resumida cabia ao Presidente a responsabilidade pela execução do regimento e do estatuto; presidir a Assembléia, dirigir os debates e preservar a ordem nas reuniões; representar perante as autoridades; em sua falta o Secretário assumia interinamente o cargo. Ao Secretário correspondia escrever em um livro as decisões; cuidar das correspondências; no caso da Assembléia Geral encaminhar as convocações através de cartas individuais, e de anunciar as demais reuniões através dos jornais. O Tesoureiro era encarregado dos fundos, anotando as despesas e as receitas em livro; não deveria colocar doações em caixa sem aprovação do Comitê. Já a este último, constituído de cinco membros ativos e três suplentes, cabiam funções múltiplas: discussão e preparação de todos os assuntos que interessassem à Sociedade; examinar as receitas, despesas e as movimentações de caixa; a admissão ou não de novos sócios; a recepção de donativos ofertados; o exame e a discussão de questões colocadas pelo Comissário de Serviço; a presença de seus membros nas reuniões era obrigatória e aqueles que não comparecessem sem justificativa prévia se sujeitariam à multa de um mil réis; em caso de duas multas não pagas consecutivamente estava prevista a exclusão da Sociedade.

Esse conjunto de cargos era preenchido por meio de eleições que se davam anualmente na Assembléia Geral. Para que tivesse efeito, era necessário que pelo menos a metade dos sócios em dia estivesse presente. Caso contrário era feita nova convocação e com qualquer número de presentes seria dado prosseguimento à votação.

Em teoria, tanto o ano fiscal quanto o de mandato se iniciariam a partir de 15 de julho. Entretanto, o Presidente poderia convocar a Assembléia em caráter extraordinário. Esta, de modo geral, tinha os objetivos de mostrar em que condições estava a Instituição e apresentar os novos sócios admitidos pelo Comitê, além das eleições propriamente. Já as quatro reuniões trimestrais de cada ano tinham por pauta: decidir a exclusão de membros "indignos" através de votos; examinar as questões não previstas no Regulamento e propor a sua reforma; visualizar a situação financeira; deliberar sobre despesas extraordinárias; conhecer os socorros prestados e discutir sobre socorros extraordinários; ouvir as diversas propostas dos sócios e discuti-las.

Nesse meio, quem tinha mais contato com os propósitos de ajuda da Sociedade era o Comissário de Serviço. Ele era procurado pelos franceses que estavam na cidade com dificuldades, observava suas necessidades e os ajudava. De acordo com o que era necessário, providenciava comida e abrigo, socorro pecuniário que não poderia exceder dez mil réis e, em caso de viagem – ofertada apenas uma vez por pessoa, salvo situações especiais –, comprava o bilhete, acompanhava até a estação e cuidava para que em trajetos de seis horas ou mais, o francês levasse consigo uma soma suficiente para se alimentar. Também era sua atribuição manter uma lista, em ordem alfabética, dos sócios e não sócios socorridos e qual o tipo de ajuda dada. Ao fim do mês, deveria enviar o livro, assim como uma relação de seus serviços ao Secretário, o que tinha por finalidade evitar "abusos".

Outrossim, tal ajuda era fornecida aos franceses sócios e não sócios, porém com algumas diferenças. Os franceses não sócios que residissem em São Paulo ou estivessem de passagem podiam ser atendidos, mas o auxílio pecuniário ultrapassaria a quantia de dez mil réis somente em caso de extrema necessidade e depois de submetido ao Comitê. Igualmente em situações de doença, o Comissário de Serviço se dirigia ao local onde o necessitado estivesse e providenciava os socorros de urgência. Aos sócios todos esses auxílios eram menos restritivos e considerados direitos.

O óbito era tido como momento de auxílio, de acompanhamento. Se a Sociedade fosse avisada do falecimento de um francês de passagem, o Comissário de Serviço cuidava do necessário para o enterro "de um compatriota morto no estrangeiro"[182]. Para aqueles franceses necessitados residentes em São Paulo que não deixaram recursos, o mesmo Comissário providenciava um enterro modesto, classificado como de 3ª. classe e que não ultrapassasse o valor de vinte mil réis. Por seu turno, o primeiro ponto a ser executado após a morte de um sócio era verificar junto à família se aceitariam que a Sociedade se encarregasse do enterro. Todo sócio tinha direito a um enterro "decente", denominado de 2ª. classe. Ao mesmo tempo, era previsto que a maior parte dos membros do Comitê, assim como dois sócios, "conduzissem seu compatriota e o acompanhassem a sua última morada"[183].

Também aos filhos dos franceses sócios era prevista certa proteção. Cuidava-se da educação dos órfãos. De acordo com sua idade, eram colocados em uma instituição laica ou direcionados a uma pessoa de escolha do Comitê e que, em ambos os casos, estivessem inseridos no valor máximo estipulado.

Tratava-se, então, de um agrupamento institucionalizado de franceses para auxílio mútuo que procurava manter algumas características identitárias de coesão, tomando por base a nacionalidade e o fato de estarem fora da terra de nascimento (no "estrangeiro"). Uma idéia mais prática acerca de seu funcionamento no interregno desse período de seis anos – entre a fundação (1881) e o estabelecer do regulamento (1887) – é fornecida pelos anúncios do Correio Paulistano em 1885.

Tal como engendra o regulamento, o Secretário, à época o francês Eyherabide, comunicava através de jornal as datas, os horários e os locais onde se dariam as reuniões da *14 Juillet*. E aí se percebe que ainda não havia um local definido ou próprio da Sociedade. As reuniões se davam nos estabelecimentos comerciais ou na casa de franceses, em geral

[182] Idem. p. 14-15
[183] Ibidem

bem conhecidos, que habitavam na cidade. Outro ponto denotado é que esses encontros aconteciam à noite – por volta das 9 horas.

Assim, os sócios foram convocados para no dia 10 de janeiro de 1885, comparecerem às 9h da noite na casa de Mme. Rogé (*Restaurant Française)* à Rua do Commercio. Como não houve número suficiente de participantes, nova reunião foi marcada, igualmente, às 9h da noite na casa do litógrafo Jules Martin na Rua São Bento, 37. Com qualquer número de participantes comunicava-se que o assunto seria deliberado. Até mesmo a Assembléia Geral se dava dessa maneira, na casa de compatriotas.

Momentos de sociabilidade também eram referidos, como a ocasião em que o novo presidente da Sociedade assumia o cargo. Em uma data festiva, 14 de julho de 1885, todos os membros eram convidados a uma recepção no Clube de Ginástica Português às 6h da noite, justamente para acolher o novo "estandarte"[184].

As viagens à Europa, que faziam parte dos meandros de cotidiano dos franceses em São Paulo, da mesma forma apareciam. O então Tesoureiro, nomeado já em 1884[185], em fevereiro de 1885 partiu para a Europa e em reunião foi decidido que o negociante Jules Bloch, proprietário do *Au Bon Diable* – casa que vendia roupas feitas para homens e meninos, além de outros objetos, na Rua Direita – assumiria interinamente a função até o retorno de Felix Bloch de sua viagem (o que se deu nove meses depois, em novembro do mesmo ano).

Outro componente atrelado a essas relações era o aviso mensal, dado também em jornal, de quem era o Comissário de Serviço. Viu-se a importância estratégica que esse cargo agregava. Daí colocava-se quem era o Comissário do mês e seu endereço para que, em caso de necessidade, pudesse ser procurado. Em março de 1885, por exemplo, o encarregado foi Isidore Aron, da *Maison Grumbach* situada na Rua da Imperatriz, 4.

---

184 APESP. Correio Paulistano. Anúncio de 14 de julho de 1885.
185 ALMANAK administrativo, mercantil e industrial da Provincia de São Paulo para o anno bissexto de 1884. São Paulo: Editores Proprietários Jorge Seckler , 1883.

Aos poucos a *Société Française 14 Juillet* foi crescendo e se tornando mais complexa, de modo a ampliar seu quadro de sócios e de serviços. Quinze anos depois de sua fundação, ou seja, em 1896, em Assembléia Geral, o estatuto foi reformado, assim como o título foi alterado. Ao nome *Société Française 14 Juillet* foi agregado *de Bienfaisance et Secours Mutuels*[186], que vem enaltecer os propósitos da Instituição. O número de franceses aumentava na cidade e suas condições econômicas variavam sensivelmente. Além do auxílio funerário, para doenças e indenizações pecuniárias, passou a ter médicos e farmácias associadas que forneciam amparo no tratamento e nos medicamentos.

Ainda no século XX, a Instituição manteve várias atividades e se firmou sob a colônia francesa. Em 1937, aludia-se à construção de um abrigo para idosos, que em 1968 já estava concretizado sob o nome de Residência *Mère Hilbert*.

Ao longo de sua existência, a Sociedade teve pontos de encontro flutuantes – inclusive, como o já aludido, inicialmente na casa dos próprios membros. Durante o século XX existia lugar próprio, porém as mudanças de endereço foram constantes: Rua da Boa Vista, Rua Vieira de Carvalho, Rua Quintino Bocaiúva até chegar à Rua dos Cafezais, onde se localiza hoje – justamente sediada na casa *Mère Hilbert*, o dito abrigo para idosos.

Sem dúvida, em relação ao total, há uma quantidade proeminente de senhores e senhoras de origem francesa que ali habitam. Os serviços são pagos e a linha de auxílio mútuo encontra-se em um convênio com o Consulado da França em São Paulo. Caso haja cidadãos franceses idosos sem condições financeiras para arcar com as despesas, há dois ou três quartos vagos à disposição.

Percebe-se que as reuniões sociais, os encontros, a agregação de pares de mesma nacionalidade – esse caráter mais próximo que delineava os primeiros anos – foram dissolvidos. Porém, mesmo sob essa égide, a influência francesa está presente. O francês é adotado como idioma entremeado ao português.

---

[186] *Société Française 14 Juillet de Bienfaisance et Secours Mutuels. Status et Règlements.* São Paulo : Typ. Garraux, 1909.

São várias histórias de vida silenciadas com o passar do tempo, mas que deixam marcas indeléveis de que uma trajetória existiu – como no fundo de uma pasta empoeirada intitulada "documentos antigos", onde foram encontrados os Estatutos e Regulamentos dos tempos da fundação da *Société Française 14 Juillet* na São Paulo do século XIX.

Conclusões

A investigação sobre os imigrantes franceses começou como um desafio. O estranhamento dos colegas de academia mediante o tema era logo consubstanciado pelo seguinte questionamento: "houve imigração francesa para São Paulo?". Sem dúvida, neste contexto, as lembranças trazem traços mais fortes daquelas nacionalidades cuja imigração foi massiva e quantativamente expressiva como a dos italianos, alemães, japoneses e árabes, mas não franceses.

Ademais, na maior parte da historiografia, somente menções pulverizadas deixavam rastro da existência destes na capital, tanto no que concerne aos estudos brasileiros, quanto aos franceses. No caso desses últimos, o interesse despertado pelo assunto é recente, em particular, na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais. A fundação de Associações na América e na França que buscam resgatar a história dos emigrantes franceses, mantendo acesa a chama da memória através de centros culturais e encontros entre os descendentes de emigrados, despertam a atenção dos pesquisadores.

Nesse contexto, corroboram também o fator de que por longos anos a historiografia francesa esteve vinculada ao republicanismo, em que a "afirmação do nacional", relegava a segundo plano aqueles que rompessem o contrato social implícito que os ligava à nação; acrescido à falta de interlocução entre os historiadores franceses e os especialistas do país de acolhida.

No Brasil, por sua vez, a maior parcela das análises relativas à imigração no século XIX para São Paulo envereda as nacionalidades cujo número de integrantes salta aos olhos. Diferente do que aconteceu com a imigração francesa, por se tratar de saídas de cunho individual e espontâneo e não massivo. Além de ocorrer em um momento no qual era premente a demanda de braços para a lavoura cafeeira, os franceses verterem-se principalmente para as cidades e não para o campo, o qual é grande foco de estudos.

Não obstante, não se deve deixar de acrescentar a dificuldade que imputa a análise da imigração individual. Aliás, majoritariamente no caso francês, a saída não era familiar,

somente em alguns relatos irmão atraía irmão. Justamente pelo fator de os franceses serem esparsos, foi necessária a pesquisa em uma variedade de fontes que pudessem se complementar e apresentar as diversas facetas desses imigrantes. Os materiais encontrados nos arquivos do Rio de Janeiro e São Paulo, em especial, demandaram cuidado e cautela na seleção. Foi como "procurar agulha em um palheiro". Cada conjunto de documentos foi examinado um a um. Em realidade, tratava-se de encontrá-los em meio à população em geral, cuja predominância era de nascidos no Império e portugueses, com o adendo de estarem inseridos ali membros de outras nacionalidades como alemães, ingleses, suíços e, mais para o ocaso do século XIX, os italianos. Enfim, a tarefa foi rastrear esses indivíduos em um caldeirão populacional.

Portanto, tais percalços e dificuldades de pesquisa também podem ter sido elementos desencorajadores ao estudo dos franceses, mas não obste para a sua efetivação.

A imigração francesa foi patente ao longo do XIX e não era composta somente por viajantes, escritores, pintores ou engenheiros, facetas mais conhecidas e que induzem ao pensamento de que esta emigração era especializada e tinha traços de elite. Pelo contrário, o grosso da população que dali partiu, e em particular fez da São Paulo oitocentista parte da sua caminhada, eram pessoas comuns de parco ou nenhum recurso, esperançosas, assim como as demais vertentes de imigrantes, de ascensão econômica de possibilidades mais prósperas e dignas de sobrevivência. Logo, a emigração francesa não deve ser considerada uma "aberração" ou um capítulo à parte na história, porém mais um componente, nem mais, nem menos excepcional que os demais, no quadro das movimentações intercontinentais que o século XIX abarcou.

A França figurava entre as potências da época, com crescente industrialização – sem esquecer, no entanto, que o setor primário ainda detinha importante peso na economia - e com a burguesia definindo seus contornos, firmando-se cada vez mais no poder e demandando mudanças no panorama francês. A construção de ferrovias, o

desenvolvimento de bancos, a facilitação do crédito e da formação de sociedades anônimas, ademais a remodelação urbana efetuada por Haussmann em Paris, foram exemplos dessa ingerência. A burguesia exalava comportamentos, formas de vestir, comer e, sem dúvida, de consumir. A influência cultural se espraiava, inclusive através da exportação dos chamados "artigos de Paris" como tecidos, objetos de armarinho, perfumaria, móveis e peças de decoração.

Para o escoamento desses produtos, em concorrência com a Inglaterra e, posteriormente, com a Alemanha, havia toda uma rede em que comércio e representação consular estavam imbricados. O Brasil era um dos alvos na América para a exportação de produtos franceses. São Paulo, nesse contexto, tinha agentes consulares que, através de relatórios e cartas enviados ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, formavam uma teia de informações acerca dos entraves e possibilidades de expansão comercial na localidade.

Mediante esse conjunto, a França lançava seus tentáculos de influência cultural que acabavam por corroborar em fluidez no comércio dos produtos de suas indústrias. Ao longo do segundo Império, por exemplo, Paris estava sendo concebida para ser modelo, vitrine mundial, enfim, a "Meca da Moda".

Por outro lado, esse viés de observação que se queria incutir não era unilateral. A fenda entre burguesia e povo era profunda e as desigualdades sociais eram evidentes. Miseráveis e remediados também faziam parte daquela França cujo luxo e riqueza eram pautados. Lutavam pela sobrevivência diária. A fome e a falta de condições mínimas de subsistência, assim como em outros países europeus, estavam presentes e induziam à migração, fosse ela interna ou externa.

Os números consubstanciais de saída não devem ser desprezados. Ao passo que um estudo quantitativo da imigração francesa torna-se praticamente inviável pela própria deficiência das fontes estatísticas e pelo fator de que os franceses não saíram em massa. Tal emigração não comporta ser vista em um aspecto macro-nacional, mas sim como a

somatória de fluxos regionais diversos. Cada departamento e mesmo cada *arrondissement* tinham lógicas próprias.

A emigração massiva não se deu na França por alguns fatores, dentre os quais não estavam incluídas as possibilidades de que sua população não passasse por dificuldades e de que não houvesse lacunas sociais, de modo que todos que tivessem acesso a parcelas equitativas da dita "prosperidade". A principal causa por que isso não ocorreu estava envolta no ponto de que não houve um "boom" populacional. A França contava com baixas taxas de natalidade, e isto fazia com que o governo adotasse medidas restritas à emigração de seus nacionais. As agências de emigração brasileiras, por exemplo, estavam proibidas de atuar na França pelo menos até fins do XIX. O aliciamento de trabalhadores franceses para a lavoura cafeeira foi mínimo e, mesmo assim, muitos se evadiram para as cidades onde encontravam maiores chances de ascensão econômica.

O controle sobre as agências de emigração dificultava as saídas em massa, mas não as espontâneas, individuais. A população francesa na segunda metade do XIX não permaneceu estanque, movimentou-se. Os caminhos foram vários. A migração interna era recorrente, em geral do campo para as cidades. E no que tange às emigrações, estas se deram principalmente dentro da própria Europa. Não obstante, também cruzavam o Atlântico. Na América, Estados Unidos e Argentina foram os países eleitos pelos franceses. Já no Brasil, sem dúvida, o Rio de Janeiro, então capital do Império, foi o local para onde mais se encaminhavam. Nesses trajetos, São Paulo era rota secundária. Os percursos franceses denotavam fluidez. Da Bacia Platina, do Rio de Janeiro ou da própria França, partiam para a cidade de São Paulo, onde o surto cafeeiro começava a dar frutos na urbanização e no aumento da demanda por comércio e serviços.

Os franceses que aqui vivenciaram parcelas de seus dias tinham o perfil típico dos imigrantes. A maioria era constituída por homens em idade produtiva. O que não exclui a

participação ativa de mulheres francesas, que auxiliavam o marido, tomavam a frente dos negócios ou formavam os seus próprios.

De todo modo, na São Paulo oitocentista, a influência cultural era patente. Não só no que concerne ao âmbito das letras, mas na maneira de vestir, comportar, pentear, falar, divertir e até mesmo comer. No paulatino cosmopolitismo em que a cidade se inseria, as lojas estavam repletas de produtos importados da França. Vestidos, roupas feitas, calçados, bibelôs, perfumarias, tranças para cabelos, tecidos, dentre outros componentes que acabavam por adquirir uma aura de luxo e requinte, verdadeiros diferenciadores de status social porque vindos da França.

Foi no contexto das sociabilidades também assentadas em jantares, casamentos, bailes e festas oferecidos nos hotéis, além da contumaz missa dominical, que a tradicional aristocracia paulistana, assim como a nascente burguesia cafeeira preparava-se nos seus modos e *toilletes*, inspirados no modelo francês para sair às ruas. Era uma sociedade hierarquizada. Logo, jóias, indumentária, penteados, barba e bigode bem feitos eram elementos que conferiam distinção.

Contudo, a influência francesa não se concentrava somente na elite. Camadas medianas, homens e mulheres livres e pobres, forros e escravos tinham a sua própria maneira de interagir com ela. Nas conversas, no circular de notícias com a oralidade, no próprio olhar ao transitar pelas ruas do denominado "triângulo", no contato com o imigrante. Ademais em uma economia baseada no crédito, dependendo do tipo de relacionamento adquirido no comércio, o produto ou serviço se tornava mais tangível e, por outro lado, nem todos os objetos confeccionados ou importados por franceses pressupunham grande valor. O que desmistifica a idéia de que os negócios ou a cultura francesa ficassem entremeados tão só ao reduto das elites. Aliás, em relatório, no qual analisava as condições de entrada dos produtos, o próprio vice-cônsul alertava, dadas as mais constantes viagens da elite para a Europa e a conseqüente compra direta de artigos,

para a importância que o extrato médio da população tinha no consumo diário dos artefatos franceses na capital. Segundo ele, tratava-se do sustentáculo do comércio de importados.

Como se vê, a influência francesa consolidava-se também no âmbito do comércio e dos serviços. E foi nessa esteira que os imigrantes provindos da França aqui se assentaram. Aproveitando-se da influência cultural, alguns com o *savar-faire* e muitos outros não, improvisavam seus papéis, tornando-se modistas, alfaiates, ourives, empreendedores dos ramos de hotéis e restaurantes, cabeleireiros, donos de lojas de armarinhos e de fazendas, enfim, ofícios vinculados à imagem cultural que a França fazia transpassar ao longo dos continentes. Serralheiros ou marceneiros na França, em São Paulo lidavam com tecidos. Estratégias de sobrevivência.

Mesmo aqueles pequenos artesãos no país de origem, com técnicas ultrapassadas do ponto de vista europeu, eram aqui considerados como eficientes detentores de habilidades as quais os faziam sobressair nos entremeios do comércio. Anúncios de jornal alardeavam artigos e pessoas vindas de Paris como sinônimo de qualidade. Por isso o pequeno índice de naturalizações. Ser francês era importante para a própria subsistência.

A língua francesa e saber tirar melodias do piano, por sua vez, consubstanciavam-se em elementos ímpares na educação dos membros das famílias "de sociedade". E eis mais um dos veios em que se inseriram os imigrantes, os quais, inclusive ofereciam-se nos periódicos que circulavam pela cidade, e pela província de São Paulo, para ensinarem.

Sem dúvida, não se pode deixar de lado a presença de médicos; engenheiros; do livreiro Garraux; do litógrafo, pintor e desenhista Jules Martin, conceptor do Viaduto do Chá; do engenheiro Euzebio Steveaux; personalidades que com seu ofício e conhecimento marcaram a São Paulo de outrora. Mas, a maior parte dos imigrantes franceses que rumavam para essa cidade, em realidade, eram pessoas simples, não grandes especialistas ou detentores do afamado *savoir-faire*. Eram imigrantes comuns, com seus sonhos e esperanças.

Como o cozinheiro de hotel Desiré Leonard, que para casar pedia dispensa dos proclamas, dado ser sumamente pobre. E nessa esteira, que parecia *glamourosa*, seguiam vários outros franceses, tão só intermediadores dos valores e modos burgueses, porque não tinham condições materiais de vivenciá-los no dia-a-dia.

Poucos franceses prosperavam a ponto de amealhar grande legado. Como o comércio baseava-se em relações de crédito, grandes eram as possibilidades das dívidas passivas não serem satisfeitas, mesmo no momento do inventário. Por outro lado, para o pagamento das dívidas ativas, bens iam a leilão, deixando os herdeiros desamparados, tanto na França onde ficavam pais, irmãos e, por vezes, cônjuges e filhos, como no Brasil onde, alguns, mesmo sendo casados no país de origem, formavam novas famílias. De toda maneira, quando restavam bens a dividir, os imigrantes não esqueciam de mencionar os parentes existentes na terra natal, mesmo para lhes atribuir a terça. Os liames com o outro lado do Atlântico não se apagavam.

Após o falecimento do cônjuge, era mais um momento em que as respectivas mulheres, francesas, brasileiras (pois o índice de uniões entre essas duas nacionalidades foi praticamente igualitário, com leve vantagem para os compatriotas) ou alemãs, entravam em cena, assumindo os negócios e tentando ajustar as pendências para com os credores, de maneira a ainda assegurar o arrimo do sustento familiar.

Sob essa ótica, também acabava por haver mecanismos que movimentavam a economia. Seja qual fosse o ramo do comércio a que se dedicavam, esses imigrantes viam-se envoltos em produtos provindos da França. O que estimulava o quadro de exportações e ia justamente ao encontro das aspirações francesas de escoamento dos artigos de sua indústria. Até mesmo porque, para fins comerciais, o governo da França incentivava a emigração, desde que seus números fossem controlados e minoritários.

Nesse veio, três caminhos podiam se dar. O primeiro era o da importação direta, inclusive com a possibilidade da existência de casa matriz na França; o segundo era o de

empreender viagem ao Rio de Janeiro, onde a entrada de mercadorias francesas via porto era mais corrente, o que significava, porém, fazer negócio com comerciantes intermediários e arcar com os custos do translado, repassando o ônus desse conjunto no preço final ao freguês; e, finalmente, adquirir o produto na própria São Paulo, dentre os negociantes locais, o que, por conseqüência, elevava ainda mais a cifra do artigo para que houvesse um mínimo de lucro.

As viagens a negócios eram comuns e mencionadas na documentação. Ir à França comprar sortimento era elemento de destaque e alardeado nos anúncios de jornal. Não obstante, cônsules e vice-cônsules sabiam e alertavam para a questão das contrafações. Em produtos, sobretudo alemães, eram colocadas etiquetas de marcas francesas que, com a conivência dos próprios compatriotas, tinham grande saída no mercado por valores menores. Tal fato desfalcava a exportação, constituía-se em concorrência e era motivo de preocupação do Ministério dos Negócios Estrangeiros francês. Assim como, mais para o fim do XIX, a imigração massiva de italianos para São Paulo tornava "inquietante" a crescente influência cultural desses últimos, a qual acabava por corroborar nos gostos e na venda de artigos advindos da Itália.

Dentre os ofícios mais conhecidos para os quais enveredaram os franceses, é necessário destacar o ramo dos hotéis e restaurantes. Diferente daquela São Paulo soturna, evidenciada por memorialistas e viajantes, em que os hotéis eram vistos como parte de "uma promiscuidade perigosa e intolerável" (FREITAS, 1978), observa-se que esses estabelecimentos não ficavam somente à mercê dos forasteiros. Pelo contrário, constituíam-se em pontos de encontro e sociabilidade, com seus bilhares e refeições freqüentados pelos habitantes da cidade, não só franceses, mas os das mais diversas nacionalidades que então compunham seu panorama populacional. Duas vertentes amalgamavam-se: encontrar comida a qualquer horário, tanto do dia, como da noite, e almoços e jantares servidos em determinadas horas em ceia coletiva, quer dizer, pessoas

que não se conheciam compartilhavam da mesma mesa. Comer fora de casa ou encomendar refeições era um viés que estava penetrando no cotidiano local. Tanto que os restaurantes foram paulatinamente se desvinculando dos hotéis para tornarem-se independentes enquanto estabelecimento.

Nesse entremeio, sem dúvida, bebidas e comidas francesas, assim como os próprios imigrantes, com seu labutar diário, fizeram-se presentes. O que se remete também às transformações que os valores burgueses aos poucos incutiam. No caso dos restaurantes, em especial, nas últimas décadas do XIX, eram oferecidas mesas em salas particulares para aqueles que "não desejassem ser vistos". Tons de privacidade em espaços que eram eminentemente coletivos.

No entanto, apesar desses ofícios darem a idéia de *glamour*, o cotidiano pautava-se por dificuldades, dissensões: conflitos que os processos-crime e de divórcio deixam perceber. Ademais, entre os franceses encontravam-se sim cabeleireiros, ourives, alfaiates, modistas, mas também pintores, ferreiros, padeiros, açougueiros, ou pessoas que andarilhavam pelas ruas da cidade, pedindo ocupação e guarida. Todos trilhando um caminhar repleto de estratégias para a sobrevivência diária.

Com imigração quantativamente minoritária, se comparada a outras correntes que rumaram para a cidade, porém qualitativamente relevante em um momento no qual a influência cultural pairava, os franceses fizeram parte da composição populacional da São Paulo pré-imigração de massas, perpassando décadas.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- Fontes Primárias

Fontes Manuscritas

1) ATJSP – Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

INVENTÁRIOS

1º Ofício da Família

nº do processo: 1474/Ano 1854
nº do processo: 1975/Ano 1865
nº do processo: 2367/Ano 1877
nº do processo: 1962/Ano 1878
nº do processo: 2536/Ano 1884
nº do processo: 0348/Ano 1888
nº do processo: 2744/Ano 1890
nº do processo: 0276/Ano 1891
nº do processo: 0056/Ano 1893
nº do processo: 2901/Ano 1896
nº do processo: 0403/Ano 1897
nº do processo: 0400/Ano 1899

2º Ofício da Família

nº do processo: 1352/Ano 1859
nº do processo: 0024/Ano 1866
nº do processo: 0842/Ano 1895

3º Ofício da Família

nº do processo: 0629/Ano 1856
nº do processo: 0765/Ano 1860
nº do processo: 1098/Ano 1860
nº do processo: 1167/Ano 1867
nº do processo: 0562/Ano 1867
nº do processo: 0365/Ano 1874
nº do processo: 0869/Ano 1882
nº do processo: 0157/Ano 1884
nº do processo: 1476/Ano 1887
nº do processo: 0996/Ano 1888
nº do processo: 0457/Ano 1888
nº do processo: 0507/Ano 1891
nº do processo: 1309/Ano 1898

4º Ofício da Família

nº do processo: 0189/Ano 1894
nº do processo: 0694/Ano 1898

TESTAMENTOS

3º Ofício da Família

nº do processo: 0968/Ano 1854
nº do processo: 1240/Ano 1877
nº do processo: 1443/Ano 1883

2) CEDHAL – Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina

TESTAMENTOS

3º Ofício da Família

nº do processo: 0971/Ano 1855/Caixa 04, doc. 190
nº do processo: 1157/Ano 1860/Caixa 07, doc. 315
nº do processo: 0906/Ano 1865/Caixa 09, doc. 431

3) APESP – Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo

LIVROS DE REGISTROS DE ESCRITURA DO 2º CARTÓRIO DE NOTAS DA CAPITAL

Livros nº:	Anos
41; 42; 47; 49; 50; 51; 52; 53; 54; 55; 56; 57; 59; 60; 61; 62; 63; 64; 65; 66; 67; 68; 69; 70; 71; 72; 73; 74; 75; 76; 77.	1852; 1854-1866; 1868; 1869 -1876; 1878 – 1888.

AUTOS-CRIMES DA CAPITAL

Rolo 008/Notação 0138/ Ano 1851	Rolo 055/Notação 0798/ Ano 1865
Rolo 020/Notação 0313/ Ano 1854	Rolo 066/Notação 0989/ Ano 1867
Rolo 022/Notação 0354/ Ano 1859	Rolo 004/Notação 0224/ Ano 1880
Rolo 050/Notação 0716/ Ano 1863	Rolo 099/Notação 1542/ Ano 1870
Rolo 043/Notação 0645/ Ano 1863	Rolo 127/Notação 1961/ Ano 1871
Rolo 048/Notação 0693/ Ano 1863	Rolo 112/Notação 1711/ Ano 1872
Rolo 050/Notação 0716/ Ano 1863	Rolo 109/Notação 1649/ Ano 1873
Rolo 053/Notação 0751/ Ano 1863	Rolo 118/Notação 1790/ Ano 1874
Rolo 040/Notação 0599/ Ano 1864	Rolo 109/Notação 1650/ Ano 1874
Rolo 040/Notação 0602/ Ano 1866	Rolo 090/Notação 1400/ Ano 1878

REGISTROS DE PASSAPORTES DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO

EO 1491/Anos 1842-1847

REGISTROS DE PASSAPORTES DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO

EO 1488/Anos: 1853-1874

4) AN – Arquivo Nacional

CARTAS DE NATURALIZAÇÃO
Código A9/IJJ6
Caixas 736 a 811.

5) ACMSP - Arquivo da Cúria Metropolitana do Estado de São Paulo

REGISTROS DE CASAMENTO

Parochia da Sé. Casamentos de brancos e libertos. Anos 1833-1862	*Livro nº 01-02-13*
Parochia da Sé. Casamentos de livres. Anos 1862-1868	*Livro nº 01-01-24*
Parochia da Sé. Casamentos de livres. Anos 1868-1878	*Livro nº 03-02-17*
Parochia da Sé. Casamentos de livres. Anos 1878-1883	*Livro nº 03-01-35*
Parochia da Sé. Casamentos de livres. Anos 1883-1887	*Livro nº 03-02-24*
Parochia de Santa Ephigenia . Casamentos de brancos e cativos . Anos 1855-1866	*Livro nº 05-03-34*
Parochia de Santa Ephigenia . Casamentos de brancos e cativos . Anos 1866-1882	*Livro nº 05-02-27*
Parochia de Santa Ephigenia . Casamentos de livres . Anos 1882-1885	*Livro nº 05-03-38*
Parochia de Nossa Senhora da Penha. Casamento de livres. Anos 1826-1855	*Livro nº 02-02-15*
Parochia do Braz. Casamentos de livres. Anos 1819-1876	*Livro nº 03-02-39*

PROCESSOS DE CASAMENTO

Processo nº 88-10-6638
Processo nº 15-11-6791
Processo nº 43-11-7073
Processo nº 44-10-6198
Processo nº 51-11-7144
Processo nº 66-11-7228
Processo nº 25-12-7782
Processo nº 36-12-7933
Processo nº 36-12-7933
Processo nº 21-13-8883
Processo nº 13-34-9089
Processo nº 06-12-7539
Processo nº 15-13-8798
Processo nº 24-13-8929
Processo nº 24-11-6881
Processo nº 72-12-8376
Processo nº 12-85-8549
Processo nº 12-86-8560
Processo nº 12-88-8582
Processo nº 70-12-8358
Processo nº 70-12-8358
Processo nº 79-12-8474
Processo nº 85-12-8549
Processo nº 86-12-8560
Processo nº 87-12-8565
Processo nº 88-12-8582
Processo nº 04-13-8639
Processo nº 04-13-8639
Processo nº 77-12-8448
Processo nº 73-12-8398
Processo nº 08-13-8693
Processo nº 01-13-8596
Processo nº 12-70-8358
Processo nº 12-36-7933
Processo nº 12-79-8474
Processo nº 12-77-8448
Processo nº 13-08-8693

PROCESSOS DE DIVÓRCIO E NULIDADE DE CASAMENTOS

Processo nº 33-15-438
Processo nº 43-15-558
Processo nº 54-15-686
Processo nº 46-15-596

REGISTROS DE ÓBITOS

Parochia da Sé. Óbitos de livres. Anos 1844-1853 *Livro nº 03-02-07*
Parochia da Sé. Óbitos de livres. Anos 1853-1860 *Livro nº 03-01-25*
Parochia da Sé. Óbitos de livres. Anos 1860-1864 *Livro nº 09-02-19*
Parochia da Sé. Óbitos de livres. Anos 1864-1871 *Livro nº 03-01-39*
Parochia da Sé. Óbitos de livres. Anos 1871-1876 *Livro nº 03-01-43*
Parochia da Sé. Óbitos de livres. Anos 1876-1883 *Livro nº 02-03-36*
Parochia da Sé. Óbitos de livres. Anos 1884-1887 *Livro nº 03-01-10*
Parochia da Sé. Óbitos de livres. Anos 1887-1891 *Livro nº 03-01-32*
Parochia da Santa Ephigenia. Óbitos de livres. Anos 1852-1860 *Livro nº 05-03-33*

6) AMAE - Archives du Ministère des Affaires Étrangères (Paris, França)

CORRESPONDANCE CONSULAIRE ET COMMERCIALE. Fond St. Paul. Tomo 1 (1895-1896) ; Tomo 2 (1897).

7) AN - Archives Nationales (Paris, França)

Série F12 – COMMERCE ET INDUSTRIE
Cartons :

- 2698 e 2699: relatórios consulares, boletins comerciais e relatórios diversos dirigidos ao o Ministère des Affaires Étrangères relativos às províncias de Bahia, Pernambuco, Maranhão, Rio Grande do Sul e São Paulo (1823-1873).

- 2700: relatórios consulares, boletins comerciais e relatórios diversos dirigidos ao o Ministère des Affaires Étrangères relativos às províncias do Rio de Janeiro e Pernambuco (1849-1869)

- 4890: emigração – agências, legislação, correspondência (1856-1900).

- 4999: correspondência entre o Ministère du Commerce et d´Industrie, o Ministère des Affaires Étrangères e particulares, sobre as diversas Exposições realizadas em Paris (datas diversas).

- 6333: acordos comerciais e legislações aduaneiras. Brasil (1818-1852).

- 7414: casas comerciais francesas no estrangeiro e legislações estrangeiras sobre emigração (1847-1898).

- 7426: correspondência entre o Ministère du Commerce et d´Industrie e o Ministère des Affaires Étrangères sobre os problemas do comércio exterior, e documentos relativos à figura do representante comercial (1845-1848).

- 7427: sociedades comerciais francesas no estrangeiro (datas diversas).

- 7052: relatórios consulares, boletins comerciais e relatórios diversos dirigidos ao o Ministère des Affaires Étrangères relativos às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo (1879-1906).

- 9110: casas de comércio francesas no estrangeiro – subvenções e negócios diversos (1883-1918).

- 9218: relatórios consulares, boletins comerciais e relatórios diversos dirigidos ao o Ministère des Affaires Étrangères relativos às províncias de Pernambuco, Rio Grande do Sul, Ceará, Rio de Janeiro, Pará, Maranhão, Bahia e São Paulo (1868-1891).

- Fontes impressas

1) IEB – Instituto de Estudos Brasileiros

ALMANAQUES

- ALMANAK administrativo, mercantil e industrial da Provincia de São Paulo para o anno de 1857. São Paulo: Typographia Imparcial de J. R. de Azevedo Marques, 1856.
- ALMANAK administrativo, mercantil e industrial da Provincia de São Paulo para o anno de 1858. São Paulo: Typographia Imparcial de J. R. de Azevedo Marques, 1857.

- MEMORIAL PAULISTANO para o anno de 1866. São Paulo: Typographia Imparcial de J. R. de Azevedo Marques, 1866.
- ALMANAK da Provincia de São Paulo para 1873. São Paulo: Typographia Americana, 1873.
- ALMANACH literario paulista para 1876. São Paulo: Typographia da Provincia de São Paulo, 1875.
- INDICADOR de São Paulo administrativo, judicial, industrial, profissional e commercial. São Paulo: Typographia Jorge Seckler, 1878.
- ALMANAK administrativo, mercantil e industrial da Provincia de São Paulo para o anno bissexto de 1884. São Paulo: Editores Proprietários Jorge Seckler , 1883.

REGISTRO DE ESTRANGEIROS (1840 – 1842). Publicações do Arquivo Nacional., v. 54.

GARRAUX, Anatole Louis. *Bibliographie Brésilienne*. Paris: scp, 1898.

2) APESP – Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo

Jornal CORREIO PAULISTANO

Ano 1855/Código 04.01.002
Ano 1862/Código 04.01.007
Ano 1865/Código 04.01.011
Ano 1870/Código 04.01.017
Ano 1875/Código 04.01.022
Ano 1880/Código 04.01.026
Ano 1885/Código 04.01.033

3) ACMSP - Arquivo da Cúria Metropolitana do Estado de São Paulo

POLYANTHEA ALBUM PUBLICAÇÃO COMMEMORATIVA DO 1º QUINQUAGENÁRIO DA FUNDAÇÃO DO SEMINÁRIO EPISCOPAL DE SÃO PAULO, 1906.

4) Sociedade Francesa de Beneficência 14 de Julho

STATUS DE LA SOCIETE FRANÇAISE 14 JUILLET ST. PAUL (BRÉSIL). São Paulo : Typ. e Lithog. Compagnie Industrielle, 1887.

STATUS ET REGLEMENTS DE LA SOCIETE FRANÇAISE 14 JUILLET DE BIENFAISANCE ET SECOURS MUTUELS. São Paulo : Typ. Garraux, 1909.

5) ADP - Archives Départamentales de Paris (França)

- ANNUAIRE-ALMANACH du Commerce ou Almanach des 500,000 adresses (Didot-Bottin). Paris : Firmin Didot Frères, Fils et Cie. Anos consultados : 1850 a 1889.

6) BHVP - Bibliotèque Historique de la Ville de Paris (França)

- ANNUAIRE des notables commerçants de la ville de Paris, contenant leurs noms et adresses, les specialités de leur commerce, la date de leurs établissements et les distinctions honorifiques qu´ils ont obtenus. Accompagné de la composition du tribunal de commerce et de renseignements sur les monnaies étrngères. Paris: J. Techener, 1861.

- ANNUAIRE des commerçants. Indicateur des fabricants, marchands en gros et au détail et commissionaires en marchandises (Paris, départments, étranger). Paris : A. Lahure, 1889.

- LAGNEAU, Gustave. *L´emigration de France*. Paris, 1884.

- GUIDE de l´émigrant au Brésil. Paris : Libraire Charles Delagrave, 1889.

- MARCHAND. A. ; HEROS, E. *Le Brésil a l´Exposition de Paris 1889*. Paris : A. Taride, 1889.

- GALLÉS, Edouard. *O Brasil ou Observações gerais sobre o comércio e as alfândegas desse país, seguidas por uma tabela dos direitos de entrada sobre as mercadorias francesas, e de um quadro comparativo de moedas, pesos e medidas*. Paris, 1828.

- SAY, Horace. *História das relações comerciais entre a França e o Brasil e considerações gerais sobre as moedas, o câmbio, os bancos e o comércio exterior*. Paris, 1839.

7) BN - Bibliotèque Nationale (Paris, França)

- ANNALES du commerce extérieur. Ministère de l´Agriculture, du Commerce et des Travaux Publics. Brésil, Legislation Commercial. Paris : Paul Dupont, 1863.

- Exposition Universelle de Paris, 1889. Empire du Brésil. CATALOGUE OFFICIEL. Paris: Imprimerie Chaix, 1889.

8) AMAE - Archives du Ministère des Affaires Étrangères (Paris, França)

- ANNUAIRE diplomatique et consulaire de la République Française. Paris: Berger-Levrault et Cie. Anos consultados : 1858 a 1889.

9) INED - Institut National d´Études Démographiques (Paris, França)

- CHEYSSON, Emile. *La question de la population en France et a l´étranger*. Rapport fait à la Société d´Économique Sociale. Paris : Imprimiere de l`Etoile, 1883.

10) ADET, Emile. Le Empire du Brésil. *Revue des Deux Mondes*. Paris 21(9) : 1082-1105, 1951.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Cláudio. *Os espanhóis no Brasil: contribuição ao estudo da emigração espanhola no Brasil.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

ALDER, Laure. *Os bordéis franceses 1830-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ALENCASTRO, Luiz Felipe e RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes IN: Novais, Fernando (dir.). *História da vida privada no Brasil.* v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALMEIDA, Ângela Mendes de *et alii. Pensando a família no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo/UFRJ, 1987.

APRILE, Sylvie. *Histoire politique de la France – la IIe République et le Seconde Empire*. Paris: Pygmalion Gérard Watelet, 2000.

ARAÚJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa (atitudes e representações)* . Lisboa: Notícias, 1997.

ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte.* v. II. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

_____. *Sobre a história da morte no ocidente desde a Idade Média*. Lisboa: Teorema, 1988.

_____. *Histoire des populations françaises*. Paris: Éditions du Seuil, 1971.

ARON, Jean-Paul. *Essai sur la sensibilité alimentaire à Paris au 19e siècle*. Paris: Armand Colin, 1967.

AULER, Guilherme. Introdução IN: AULER, Guilherme. *Os franceses residentes no Rio de Janeiro 1808-1820*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960.

BALHANA, Altiva Pilatti. Os imigrantes e a sociedade brasileira. REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, III, 1984, São Paulo. *Anais* ... São Paulo: SBPH, 1982. p. 7-24.

BARBOSA, Rita Maria Cardoso O código comercial de 1850: lei e realidade em São Paulo no século XIX (1850-1870). In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, I, 1982, São Paulo. *Anais* ... São Paulo: SBPH, 1982. p. 109-114.

BARBUY, Heloisa Maria Silveira. *A cidade-exposição : comércio e cosmopolitsmo em São Paulo, 1860-1914 (estudo de história urbana e cultura material).* São Paulo, 2001. Tese. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

BARROS, Gilberto Leite de. *A cidade e o planalto.* Processo de dominância da cidade de São Paulo. Tomo II. São Paulo: Martins, s/d.

BASSANEZI, Maria Silvia Beozzo. *Família e imigração internacional no Brasil (versão preliminar).* Série cursos e eventos/Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina. São Paulo, 1996.

BASSANEZI, Maria Silvia C Beozzo; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado ; SCOTT, Ana Silvia Volpi, e TRUZZI, Oswaldo. M. S.. Estrangeiros no Estado de São Paulo. Dados Censitários, 1854-1950. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria de Almeida (coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – núcleo regional de São Paulo/Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

BIVAR, Vanessa dos Santos Bodstein. *Além das fronteiras. O cotidiano dos estrangeiros na São Paulo oitocentista: vestígios testamentais*. Monografia de iniciação científica. São Paulo : FFLCH, 2002.

BLAJ, Ilana. *Trama das tensões: o processo de mercantilização da São Paulo colonial, 1681-1721*. São Paulo, 1995. Tese - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BONNAIN, Rolande. Migrations et inscription urbaine des Pyrénéens en Amerique du Sud au XIXe. siècle : Montevideo et Caracas. *Annales de Démographie Historique*. Paris : Belin, n. 1, p. 61-76, 2000.

BORGES, Urquisa Maria. *Negociantes na cidade de São Paulo (1875-1880)*. São Paulo, 1979. Dissertação – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
BOSCHI, Caio C. Espaços de sociabilidade na América Portuguesa e historiografia brasileira contemporânea. In: *Os Espaços de sociabilidade na Ibero-America (séculos XVI-XIX)*. Lisboa: Edições Colibri, 2004, p. 15-39.
BOURDELAIS, Marjorie. Les immigrants français à la Nouvelle-Orléans au XIXe. siècle: une longue stabilité des formes d´intégration. *Annales de Démographie Historique*. Paris : Belin, n. 1, p. 27-42, 2000.
BRAUDEL, Fernand. As estruturas do cotidiano. IN: BRAUDEL, Ferdinand *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV- XVIII*. v. 1. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
_____. *História e Ciências Sociais*. São Paulo : Presença, 1972.
_____. *A identidade da França*. Rio de Janeiro: Globo, 1989.
BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX : o espetáculo da pobreza*. São Paulo : Brasiliense, 1992.
_____ (org.). *Imagens da cidade – séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero/FAPESP, 1994.
BRÈGEARD, Olivier. Une communauté fragile : les français de New York au milieu du XIXe. siècle. *Annales de Démographie Historique*. Paris : Belin, n. 1, p. 43-60, 2000.
BRUNETON, Ariane (dir.). Histoire et mémoire de l´émigration française vers les Ameriques : initiatives et expériences institutionelles et associatives. *Migrance*, n. 26, 2005.
BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. v. II. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.
CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Casamento e família em São Paulo colonial*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
CAMPOS, Eudes.*Arquitetura paulistana sob o Império*. Aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo. São Paulo, 1997. Tese. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material (São Paulo, 1870-1920)*. São Paulo, 2001. Dissertação – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão IN: NOVAIS, Fernando A. (dir.). *História da vida privada no Brasil*. v.2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
CHARLE, Christophe. *Histoire sociale de la France au XIXe siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 1991.
CHAVES, Castelo Branco. *A emigração francesa em Portugal durante a Revolução*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, s/d.
CHEVALIER, Louis. *La fornation de la population parisienne au XIXe siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1950.
_____. *Classes laborieuses et classes dangereuses*. Paris: Perrin, 2002.
CLAUDIN, Fernando. *Marx, Engels y la revolución de 1848*. Madrid: Siglo Veinteuno de España, 1976.
COGGIOLA, Osvaldo. *Marx e Engels na História*. São Paulo: Xamã, 1996.
CORNEJO, Carlos; SANTOS, Silvia Rita dos. *Casa Fretin 100 anos*. São Paulo: scp, s/d.
D' INCÃO, Maria Angela (org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.
CORNU, August. *Karl Marx et Friedrich Engels: leur vie et leur ouvre*. Paris: Press Universitaires de France, 1955.
CÔRTES, Geraldo de Menezes. *Migração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

DAUMARD, Adeline *et alii*. *História social do Brasil - teoria e metodologia*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1984.
_____. *Os burgueses e a burguesia na França*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
DAUVERGNE, Robert. Paris, foyer d´emigration au cours des âges. [S.L.] : [s.n.], 1963.
DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850*). São Paulo; EDUSP, 1980.
DAVID, Ricardo. *Princípios de economia política e tributação*. Lisboa: Fundação Calouse Gulbenkian, 1978
DEAECTO, Marisa Midori. *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: SENAC, 2002.
_____. *No império das letras:* circulação e consumo de livros na São Paulo oitocentista. São Paulo, 2005, Tese, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
_____. Anatole Louis Garraux e o comércio da livraria francesa em São Paulo (1860-1890) In: V ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, 2005, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos ... Rio de Janeiro: UERJ, 2005.
DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816-1831)*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1971.
DEVEZA, Guilherme. Brasil-França IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.) *História geral da civilização brasileira*. Tomo II. v. 4. São Paulo: Difel, 1974.
DIAS, Maria Odila Leite da. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
_____. Hermenêutica do quotidiano na historiografia comtemporânea. *Projeto História*, São Paulo, 17, nov. 1998.
DUMAS, Alexandre. *Le comte de Monte-Cristo*. Paris : Garnier, [1956].
DUPÂQUIER, Jacques ; KESSLER, Denis (dir.). *La sociéte française au XIXe siècle*. Paris : Fayard, 1992.
FARIA, Sheila de Castro. A morte de livres e escravos em registros católicos, séculos XVIII e XIX. *Revista População e Família*. São Paulo, nº 3, 2000.
FARIAS, Érika Renata Pacheco. A influência da migração francesa no século XIX na construção do Território de Benevides (PA). In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, XII, 2004, Ouro Preto. *Anais eletrônicos* ... Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2004.
FAUSTO, Boris. *Historiografia da imigração para São Paulo*. São Paulo: Sumaré/ FAPESP, 1991.
_____. Introdução IN: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo : EDUSP, 1999.
_____. *História concisa do Brasil* São Paulo: EDUSP Imprensa Oficial do Estado, 2001.
FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.
FOUQUET, Carlos. *O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil (1808-1824-1974)*. São Paulo: Instituto Hans Staden/ Federação dos centros culturais, 1974.
FOURIER, Charles. *Nouveau monde industriel et societaire*. Paris: Falammarion, 1973.
FREITAS, Affonso A. de. *Tradições e reminiscências paulistanas*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.
FREYRE, Gilberto. *A vida social no Brasil nos meados do século XIX*. Rio de Janeiro: Artenova, s/d.
_____. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 9a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977
_____. *Ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. São Paulo: José Olympio, 1948.
_____. *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
GARRIGUES, Jean. *La France de 1848 à 1970*. Paris: Armand Colin, 2000.

GASPAR, Byron. *Fontes e chafarizes de São Paulo.* São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, s/d.
GEBOD, Paul. Parisiens et parisiennes hors de France au milieu du XIXe. siècle (1846-1860). *Revue Historique*, n. 604, p. 287-295, 1997.
GEO, R. H. *Les intérêts franco-brésiliens :* nos millards au Brésil. Paris : Chronique Latine pour la défense des intérêts français en Amérique du Sud, 1919.
GILA, Álvarez. La formation de la coletividad inmigrante vasca en los paises del Rio del la Plata (siglo XIX). *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, año 10, n. 30, p. 299-330, 1995.
GOLDSCHMIDT, Eliana Maria Réa. Autos de dispensas matrimoniais e casamentos no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, I, 1982, São Paulo. *Anais* ... São Paulo: SBPH, 1982, p. 105-107.
GUEDES, Sandra Pachoal Leite de Camargo. *Atitudes perante a morte em São Paulo (séculos XVII e XIX).* São Paulo, 1986. Dissertação – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
GUERRERO, Enrique Raúl Rentería. *O sabor moderno. Da Europa ao Rio de Janeiro na República Velha.* Rio de Janeiro, 2003. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
GUESLIN, André. *Gens pauvres, pauvres gens dans la France du XIXe.* Paris :Aubier, 1998.
HALLEWELL, Laurent. *O livro no Brasil.* São Paulo: EDUSP, 1985.
HAMBURGER, Amélia Império *et al.* (orgs.). *As ciências nas relações Brasil-França (1850-1950).* São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1996.
HOBSBAWN, Eric J. *A era do capital 1848-1875.* 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da civilização brasileira.* O Brasil monárquico, reações e transações v. 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/Difel, 1987.
_____. Prefácio IN Davatz, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850*). São Paulo; EDUSP, 1980.
HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano* e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
HOUDAILLE, Jacques. Les français à la Nouvelle-Orléans (1850-1860). *Population – revue de l'INED.* n. 6, p. 1245-1250, 1996.
HUGO, Victor. *Les Misérables.* Paris : Charpentier et Fasquelle, 19-?.
JORGE, Clóvis de Athayde. *Santa Ifigênia.* São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1999.
JORGE, Karina Camarneiro; SALGADO, Ivone. A implantação de hospitais na imperial cidade de São Paulo: prescrições administrativas, recomendações médicas e saberes construtivos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIII, 2005, Londrina. *Anais eletrônicos* ... Londrina: Universidade Estadual de Londrina 2005.
KLEIN, Hebert. A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil no fim do século XIX e no século XX. *Revista Brasileira de Estudos da População.* v. 6, nº 2, jul/dez 1989.
KUZNESOF, Elizabeth Anne. A família na sociedade brasileira. Parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980). *Revista Brasileira de História.* v. 09. nº 17. set.1988/fev.1989.
LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: novos problemas.* Rio de Janeiro : Livraria Francisco Aleves, 1976.
LEITE, Joaquim da Costa. *O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)* IN FAUSTO, Boris (org.) *Fazer a América.* São Paulo: EDUSP, 1999.
LEQUIN, Yves. *Histoire des français XIXe- XXe siècles. Un peuple et son pays.* Paris: Armand Colin, 1984.

LEVY, Maria Stella Ferreira e SCARANO, Julita. O imigrante em São Paulo: casamento e nupcialidade. *Revista População e Família*. São Paulo, nº 2, 1999.
LEWKOWICZ, Ida. Herança e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII. *Revista Brasileira de História*. v. 09. nº 17. set.1988/fev.1989.
_____. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo, 1992. Tese - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
LOPES, Eliane Cristina. *O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII*. São Paulo, 1995. Dissertação – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Hebert S. Características da população em São Paulo no início do século XIX. *Revista População e Família*. São Paulo, nº 3, 2000.
MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Martins, s/d.
MACHADO. Ubiratan. *A etiqueta de livros no Brasil*. São Paulo: EDUSP, Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.
MALERBI, Eneida Maria Cherino. *Relações comerciais entre Brasil e França (1815-1848)*. São Paulo, 1993. Dissertação – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
MANEGLIER, Hervé. *Paris impérial la vie quotidienne sous le second empire*. [Paris] : Armand Colin, [1990?].
MARANS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras IN: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
MARCHAND, Bernard. *Paris, histoire d´une ville(XIXe-XXe siècle)*. Paris: Éditions du Seuil, 1993.
MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo – povoamento e população (1750-1850)*. São Paulo: Pioneira, 1973.
_____. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 2000.
_____.A morte de nossos ancestrais IN: MARTINS, José de Souza (org.). *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1983.
_____. Sistemas demográficos no Brasil do século XIX IN: MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). *População e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1984.
MARQUES, M. E. de Azevedo. *Província de São Paulo*. v. 1. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.
MARTINS, Antonio Egydio. *São Paulo Antigo 1554 a 1910*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
_____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Lisboa: Nosso Tempo, 1971.
MATOS, Odilon Nogueira. Relatos estrangeiros em publicações periódicas. *Notícia bibliográfica e histórica*. Ano XX, nº 132, p. 267-277, outubro/dezembro/1988.
MATTOSO, Kátia de Queirós. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988.
MAURO, Frédéric. La emigracion francesa a la America Latina : fuentes y estado de la investigacion. Texto apresentado na *IV Reunión de Historiadores Latinoamericanistas Europeos*, Universidade de Colonia, RFA, 1-3 de octubre de 1975.
MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *São Paulo 1845-1895: metamorfoses da riqueza. Contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil-escravista à economia exportadora-capitalista*. São Paulo, 1981. Tese – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo.
MENEZES, Lená de Medeiros. Francesas no Rio de Janeiro: trabalho, sonhos e ousadias (1816-1822). *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia: EDUFU, v. 12, nº 15, p. 61-82, ago/dez 2004.

_____. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930).* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
_____. A emigração nos anúncios de jornais do Rio de Janeiro: facetas parisienses do sonho civilizatório. IN: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla. *Entre a Monarquia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia.* Rio de Janeiro; EdUERJ. No prelo.
MESGRAVIS, Laima. *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599-1884).* São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976.
MIALHE, Jorge Luís. *Cidadãos de dois mundos. Imigração francesa e dupla nacionalidade na região de Piracicaba: aspectos histórico-jurídicos.* São Paulo, 1997. Tese/ História Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
MILLER, Michael B. *The Bon Marché Bourgeois culture and the departament store, 1869-1920.* New Jersey: Princeton University Press,1981.
MONTEIRO, Denise Mattos. Casas comerciais francesas no Brasil e na América Latina do século XIX: fontes para a pesquisa histórica. *América Latina en la historia econômica. Boletín de Fuentes.* Mexico: Instituto de Ivestigaciones Dr. José Maria Luis Nora, nº 9, p.55-63, enero-junio 1998.
MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo.* São Paulo: Difusão Européia do livro, s/d.
MOURA, Paulo Cursino de. *São Paulo de outrora – evocações da metrópole.* São Paulo: Companhia Melhoramentos, s/d.
MOURA, Denise Aparecida Soares de. *Saindo das sombras: homens livres no declíneo do escravismo.* Campinas : Centro de Memória UNICAMP/FAPESP, 1998.
_____. *Economia, cultura e sociedade em São Paulo (1808-1850).* São Paulo, 1997. Tese - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
_____. Ecos do cotidiano oitocentista. *Revista Histórica.* São Paulo, ano 2, nº 2, agosto/2000.
_____. Comércio e abastecimento em São Paulo na primeira metade do século XIX. *Revista Histórica.* São Paulo: Imprensa Oficial/ Arquivo do Estado, nº 13, p. 51-56, jan./fev./mar. 2004.
MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX.* São Paulo: Ateliê Editorial; UNESP; Imprensa Oficial do Estado; Secretaria de Estado da Cultura, 1998.
MULLER, Daniel Pedro. *Ensaio d´um quadro estatístico da Província de São Paulo.* São Paulo: Governo do Estado, 1978.
NAZZARI, Muriel. A viúva como obstáculo aos negócios: objeções britânicas às leis brasileiras sobre casamento e herança. *Revista População e Família.* São Paulo, nº 3 2000.
_____. Dotes paulistas: composição e transformações (1600-1870). *Revista Brasileira de História.* v. 09. nº 17. set.1988/fev.1989.
OLIVEIRA, Carolina Bortolotti de. A presença do gosto inglês nos subúrbios do Rio de Janeiro no século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIII, 2005, Londrina. *Anais eletrônicos* ... Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2005.
OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Relações sociais e experiências da urbanização – São Paulo, 1870-1900.* São Paulo, 2003. Tese - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
_____. *Entre a casa e o armazém:* relações socais e experiência da urbanização. São Paulo, 1850-1900. São Paulo: Alameda, 2005.
ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade.* A França no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1991.
OTERO, Hernán. A imigração francesa na Argentina: uma história aberta IN: FAUSTO, Boris. *Fazer a América.* São Paulo: EDUSP, 1999.

_____. L´émigration française. Etudes de cas. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires: CEMLA, nº 15-16, p. 565-571, agosto-diciembre 1990.
_____. La fecondité des immigrants en Argentine. Les français de Tandil, 1860-1914. *Annales de Démographie Historique*. Paris, p. 337-358, 1996.
_____. La inmigracion francesa en Tandil. Un aporte metodologico para el estudio de las migraciones en Demografia Historica. *Separata Desarollo Económico Revista de Ciencias Sociales*. v. 32, nº 125, p. 79-106, abril-junio 1992.
_____. Patrones diferenciales de nupcialidad en nativos e inmigrantes. Tandil (Buenos Aires), 1850-1914. *Anuario del IEHS*. Tandil, VI, p. 199-228, 1991.
_____. Una vision critica de la endogamia: reflexiones a partir de una reconstruccion de familias francesas (Tandil, 1850-1914). *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires: CEMLA, Año 5, nº 15-16, p. 343-377, 1990.
_____. AA. VV. L´émigration française Etudes de cas. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, CEMLA, Buenos Aires, nº 15-16, agosto-dezembro 1990, p. 566. Nota crítica.
OWEN, Robert. *A new view of society and other writings*. New York: Penguin Books, 1991.
PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.
PASQUA, Suzana Podkolinski. São Paulo, a eterna utopia de uma cidade equivalente: o caso do Brás (1890-1920) IN: SAMARA, Eni de Mesquita (org.). *História das populações, família e relações de gênero*. Série pós-graduação/ CEDHAL. São Paulo, 1997.
PEREIRA, Paulo César Xavier. A modernização de São Paulo no final do século XIX. In: HABITAÇÃO E CIDADE. São Paulo: FAUUSP/FAPESP, 1998.
PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
_____. Funções da família In: PERROT, Michelle (org.) *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*..v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
PESAVENTO, Sandra Jatahy. Imagens da nação, do progresso e da tecnologia: a Exposição Universal de Filadélfia de 1876. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo; Museu Paulista, v. 2, n. ser., p. 151-197, jan./dez. 1994.
PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
PLESSIS, Alain. *De la fête impériale au mur des fédérés, 1852-1871*. Paris: Seuil, 1976.
PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo*. v. 2: a cidade no Império. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
PONTES, Sílvia Ferreira. *O papel da mulher na sociedade brasileira ontem e hoje*. Série pós-graduação/ Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina. São Paulo, 1996.
PRIORE, Mary. *História do cotidiano e da vida privada* IN: CARDOSO,Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
REARICK, Charles. *Pleasures of Belle Epoque*. Entertainment & festivity in turn of the century France. London: Yale University Press, s/d.
REIS, João José. *A morte é uma festa (ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
_____. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista IN Novais, Fernando (coord.). *História da vida privada no Brasil*. v.2. São Paulo: Companhia da Letras, 1997.
REIS, Rossana Rocha. Políticas de nacionalidade e políticas de imigração na França. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. nº 39, v. 14, p. 118-138, fevereiro/ 1999.
RENAUDEAU, Pierre-Marc. *La IIIe République*. Paris: Seuil, 1998.
ROCHE, Daniel. *A cultura das aparências*. Uma história do indumentário. São Paulo: Senac São Paulo, 2007.

ROSANVALLON, Pierre. *Le moment Guizot*. Paris: Gallimard, 1985.
ROSENTAL, Paul-André. La migration des femmes (et hommes) en France au XIXe. siècle. *Annales de Démographie Historique*. Paris : Belin, n. 1, p. 107-135, 2004.
ROUGERIE, Jacques. *Paris libre 1871*. Paris: Éditions du Seuil, 2004.
SAINT-SIMON, Henri. *L' industrie: ou, discussions politiques, morales et philosophiques dans l' interêt de tous les hommes livrès a des travaux utiles et indepéndans*. Paris: Bureau de l' Admnistraction, 1817.
SAMARA, Eni de Mesquita. *As muheres, o poder e a família – São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero/Secretaria do Estado da Cultura, 1989.
_____.Casamento e papéis familiares em São Paulo no século XIX. *Revista de estudos e pesquisas em educação*. nº 37, maio de 1981.
_____..Demografia histórica, história da família e relações de gênero IN: Arruda, José Jobson e Fonseca, Luís Adão da (org.). *Brasil-Portugal: história, agenda para o milênio*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
_____. *Família e vida doméstica no Brasil: do engenho aos cafezais*. Estudos do CEDHAL nº 10. São Paulo: CEDHAL/Humanitas/FFLCH, 1999.
_____. Mistérios da "fragilidade humana": o adultério feminino no Brasil, séculos XVIII e XIX. *Revista Brasleira de História*. v. 15, nº 29. 1995.
_____.*Portugueses do Porto no Brasil: vivências, integração e mobilidade*. Comunicação apresentada nas IV jornadas de relações internacionais O Porto, metrópole atlântica e européia. 02 a 04 de maio de 2001.
SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)*. Guimarães: NEPS/Universidade do Minho, 1999.
_____. Verso e reverso da emigração portuguesa: o caso de São Paulo entre as décadas de 1820 a 1930. *Oceanos*. Lisboa, 44, 2000.
SILVA, Marcos Virgílio da. Mitos persistentes: o "aniversário de São Paulo" e a herança do IV centenário. *Revista Histórica*. São Paulo: Imprensa Oficial/ Arquivo do Estado. nº 13, p. 04-08, jan./fev./mar. 2004.
SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Documentos para a história da imigração portuguesa no Brasil (1850-1938)*. Rio de Janeiro: Nórdica Ltda., 1992.
_____. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T.A. Queiroz/ EDUSP, 1984.
_____. *Vida privada e quotidiana no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI*. Lisboa: Estampa, 1993.
_____. Fazer a América: franceses no Brasil (1815-1822). Separata da *Revista de Ciências Históricas*, nº X. Universidade Portucalense, 1995.
SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo alemã: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1889)*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2003.
SOUZA, Ney de (org.). *Catolicismo em São Paulo*. 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo. São Paulo: Paulinas, 2004.
TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará*. Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1995.
TAVARES, A. de Lyra. *Brasil França ao longo de cinco séculos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.
TELAROLLI Júnior, Rodolpho. *Poder e saúde: as epidemias e formação dos serviços de saúde em São Paulo*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1996.
TRINDADE, Jaelson Britan. *O olhar e o ficar. A busca do paraíso. 170 anos de imigração dos povos de língua alemã*. São Paulo: Museu do Imigrante/ Pinacoteca do Estado, 1994.
VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
VIOTTI, Emília da Costa. *Da monarquia à República – momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 1999.

_____. Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX. *Revista de História*, 142-143, 2000.
VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
WALLE, Paul. *Au Brésil, de l`Uruguay au Rio São Francisco*. Paris: E. Guilmoto, 1910.
WEIL, François. French migration to the Americas in the 19th and 20th centuries as a historical problem. *Studi Emigrazione*. Roma, XXXIII, n. 123, p. 443-460, 1996.
_____. Les migrants français au Amériques (XIXe. –XXe. siècles), nouvel objet d´histoire. *Annales de Démographie Historique*. Paris : Belin, n. 1, p. 05-10, 2000.
WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil – estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.
WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas – escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1998.
ZANTEN, David Van. *Building Paris*. Architectural institutions and the transformation of the french capital, 1830-1870. Cambridge: Cambridge University Press, s/d.
ZOLA, Emile. *Argent*. Paris: Fasquelle, 1960.

Anexo

Relação nominal dos franceses encontrados no corpus documental

001	AGUETA, JOÃO
002	AGUT, ALFONSE
003	AJMBERT, PEDRO
004	ALALZAC, MARIA
005	ALESSANDRIN, LOUIS
006	ALEXANDRE, LEON
007	ANDRÉ, CHARLES
008	ANNECY, GERMANO (FREI)
009	ARON, ISIDORE
010	AUBIGNY, ADÉLE
011	AURAS, PHILLIPPHE PEDRO LABONDE
012	AURAT, LEON
013	BALLARD, GUILHERME
014	BALMAIN, JOÃO PEDRO
015	BARANDIER, G.
016	BARRANJARD, EUGENIO
017	BARRY
018	BAYEUX, ANTONIO
019	BECK, GUSTAVO
020	BENOIT, FRANCISCO DROGE
021	BERARD, DURARD
022	BERNACHOT, BENAIT
023	BERNARD, GUSTAVO
024	BERTHER, PAULINO
025	BERTHET, JEAN MARIE
026	BERTRAND, S.
027	BEZARD, PAULINO
028	BIALLÉ, JEAN AUGUSTE
029	BIARD, HENRIQUE
030	BIDOU, ROMAIN
031	BIRSUS, ANTOINE
032	BLANDET, LEONIE MARIA
033	BLANK, FREDERICO
034	BLANK, JOÃO
035	BLOCK, FELIX
036	BLOCK, JULIO
037	BLONDEL, AUGUSTO
038	BNET, AUGUSTO
039	BOBILLARD, CARLOS
040	BOHOME
041	BOILA, JOÃO
042	BOLIDAIR, EUGENIO MAURICIO BONDAN
043	BOMPARD, JOSÉ
044	BONNET, JORGE
045	BOSSIGNON, FRANCISCO
045	BOSSIGNON, LUIZA

046	BOUCAULT, ADRIANO
047	BOUDROT, ROSALIE
048	BOUGARDE, PEDRO
049	BOULTE, DILLON
050	BOURGAIN, ALEXANDRE
051	BOURGUET, ALEXANDRE
052	BOURROUL, CAMILO
053	BOURROUL, CELESTINO
054	BOURROUL, ESTEVÃO LEÃO
055	BOURROUL, PAULO
056	BOURROUL, RITA
057	BOURROUTE, EUGENIO
058	BOUSQUET, ALEXANDRE
059	BOUVIGNIER, PEDRO NAPOLEÃO
060	BRAGARD, ANTARD
061	BRANDOT, ROSALINA
062	BRET, AUGUSTO
063	BRET, LUIZA
064	BRETAN, JOSE COURT
065	BRILLE, ALBERT
066	BRISSAY, ANTONIO
067	BRUM, PEDRO
068	BRUNTON, WILLIAN BEITTER
069	BURGOD, JEAN
070	BURNETT, WILLIAN
071	CALLEBANT, EDUARDO
072	CAMPS, JOÃO
073	CARLEL, EDUARDO
074	CARNIER, JOSÉ
075	CAROLINA, LUIZA MARIA
076	CARRÉ, CLOVIS THEODORO
077	CASEAUX, ANTONIO
078	CASEAUX, JACQUES
079	CAZOT, ANTOINE
080	CENTIVAL, JOÃO
081	CERRADE, MAGDALENA JUSTINA
082	CERTAIN, AUGUSTO
083	CHAMEROY, CESARINA
084	CHARROT, LOURETTE
085	CHASSERAUX, EMILE
086	CHAUBET, JOÃO PEDRO
087	CHAUMET, (MME.).
088	CHAUMETTI, JOÃO EMILIO
089	CHAUTIN, CELESTINE
090	CHAUTIN, LUIZ
091	CHESNAY, JOÃO
092	CHIQUET, PEDRO
093	CLAIRO

094	CONDAMINE, FELIX
095	CONSENIER, MIMI
096	CORBE, JOSEPH
097	CORBISIER, (MME.).
098	CORBISIER, AUGUST JOSEPH
099	CORQ, ROBERTO LE
100	COTTET, BERNARDINA
101	CRUISE, MARIA
102	DAGUES, AUGUSTA
103	DALAISE, JEAN BAPTISTE JOSEPH
104	DARROUZAIN, GUILHERME
105	DASTEL, JOÃO SCIPION
106	DATH, HYPOLITO JOSE
107	DAURE, (MME.).
108	DAVEAUX, FRANCISCO
109	DEDIER, JOÃO
110	DELABORD, EUGENIA ROSALIE
111	DELAMARRE, GUILHAUME
112	DELANSORNE, ALBERTO
113	DELIER, PAULO JOZÉ
114	DELLION, CAMILLE
115	DEMARTY, MARGARIDA
116	DENX, MALAR
117	DERENUSSON, P.
118	DEUTSCH, HENRI
119	DILLA, JOÃO ESTEVÃO
120	DIMONT, BERNARDO
121	DIRDUS, ANTONIE
122	DOGÉ, ISIDORE JEAN PIERRE
123	DOHET, CONISE
124	DOHET, LOUISE
125	DOMEZ, CLOTILDE CHRISTINA
126	DREYFUS, FERNAND
127	DUBARAST, JOÃO
128	DUCHÉ, VICTOR
129	DUCHEIN, ETIENE
130	DUCHEIN, JOÃO
131	DUCHEIN, JOSÉ
132	DUCROS, (MME.).
133	DUMOULIN, FERNAND
134	DUPIN, JACQUES
135	DUPONT, JOZEFINA AMELIA
136	DUPRAT, HENRI
137	DUPRAZ, AUGUSTO
138	DUSAL, JEAN MARY
139	DUSSER, ADOLPHO
140	DUTTON, JOSÉ
141	DUVAL, CHARLES

142	DUZAC
143	EBERT, FERNANDO
144	EDME, VATAN
145	ELICHALT, FABIEN
146	ELIZA
147	ENGALHIES, PARFAIT
148	EREMOULET, LUIZ
149	ESCOFFON, LEON
150	ESCOFFON, MARY
151	ESTOURNEAU, JOZE
152	ETCHECOIN, JOAQUIM LUIZ
153	ETCHOIN, CHARLES PIERRE
154	ETIENNE, FELIX
155	EYHERABIDE, JOSÉ
156	FAISSER, EDMUNDO
157	FALLON, J.
158	FARBOURICH, FRANCISCO
159	FAVRE, HENRIQUE
160	FAVRE, JOSEPH
161	FERARD, N. J.
162	FIERCE, HELOISA
163	FILLET, JULIO
164	FISCHER, WILLY
165	FLAIRE
166	FLENBRET, JEAN LOUIS
167	FONTAINE, FREDERICO
168	FOREST, ADELINA
169	FORTIER, MARIA LUIZA CAROLINA VICTORINA
170	FOUCHON, JOSÉ
171	FOUQUE, EUGENIO
172	FOURNERAU, JOÃO LUIZ
173	FRAISSE, JOSÉ
174	FRANQUE, IZABEL
175	FREBAU, JOÃO
176	FREBEAULT, JOÃO
177	FRESNAUT, ROSALIA
178	FRESNEAU, LUIZ SEBASTIÃO
179	FRETIN, AMELIE
180	FRETIN, PIERRE ADOLPHE
181	GARMING, MARTHA
182	GARNIER, JULIO
183	GAROBY, J.
184	GARRAUX, ANATOLE LOUIS
185	GAUTIER, EVARISTO
186	GAY, JULES
187	GELLY
188	GENA, MARIA
189	GENEIN

191	GENIN, LUCIE
192	GERAND, JULIO
193	GERARD, CLOTILDE
194	GERARD, H. J.
195	GERARD, LUIZ
196	GERARD, MARCELLINO
197	GERARD, MARIA JULIA THEREZA
198	GERARD, VICTOR
199	GERLIN, PAULO
200	GERYN
201	GINOYER, JOSÉ MARIA
202	GIRARD, ALFREDO
203	GIRAUDON, GABRIEL
204	GIROT, CARLOS ANTONIO
205	GOETSCHEL, GEORGES
206	GOUFIAT, FRANCISCO LAURENT
207	GOURGUES, ADELIA
208	GOURGUES, PEDRO
209	GRAZAN, HONERINE
210	GREINER, GEORGE
211	GRILLET, EUGENIO
212	GROSS, JEAN ANDRÉE
213	GRUMBACH, MAURICE
214	GUERIN
215	GUERY, LUIZ
216	GUIGOUS, FELICIANNO ESTEVES
217	GUILHERME, FELIX
218	HARDILLIER, FELIX
219	HARGERAH, AUGUSTO
220	HARVEY, GEORGE
221	HÉNOT, LOUIS
222	HILAIRE, CHARLOT
223	HUSSON, EUGÈNE
224	ILAM, ARISTIDES
225	IMBERT, MATHEUS
226	IMBERT, PEDRO
227	ISRAEL, ALBERTO
228	JENNERET, EDUARDO
229	JOLY, JULIO
230	JOURDAN, FRANCISCO
231	KAUROAN, EMILIO
232	LABERGENT, PIERRE
233	LABYE, FRANCISCO
234	LAFFON, FRANCISCO
235	LAGARDE, ETIENNE
236	LAGARDE, FELICIA
237	LAIGNIER, FRANCISCO
238	LAILHACAR, GUELFE DE

239	LAILLACAR, JOÃO GASTON
240	LAJOURNAD, PEYRES
241	LAMONCHE, EDUARDO
242	LANGE, ADRIÃO ANDRE
243	LANGLOIS, EDUARDO
244	LARAGNOIT, JOÃO
245	LARAGNOIT, PEDRO
246	LARETON, JOÃO
247	LASSALE, J.
248	LAUNAY, PEDRO
249	LÉBERT, FRANCISCO
250	LECOINE, FELIX NOEL
251	LEFEBRE, JOÃO
252	LEFEVRE, G.
253	LEMONNIER, JULIO
254	LENCE, VICENTE
255	LENGLET, ALEXANDRE
256	LENOIR, AUGUSTE
257	LEPEUX, EDMOND
258	LETONNEUR, DELFINA ROZALIA AMADA
259	LEVY, CAEM
260	LEVY, FERDINAND
261	LEVY, HENRIQUE LUIZ
262	LEVY, JACOB
263	LOEB, MICHEL
264	LOUTAN, JOÃO
265	LUNEST, FELIX NOEL
266	MAGEAUX, A. D.
267	MAGNE, P.
268	MAIA, DAVID
269	MAILLET, MARIA
270	MAJARÁS, BLANCHE LOUISE ZELIE
271	MAJEAN, AGENOR ESTANISLÃO
272	MAJEAN, VALOE
273	MAJEURER, NICOLÃO
274	MAJEURUS, ZELIA
275	MAJOURE, VICTOR
276	MALZAC, MARIE
277	MANET, PEDRO
278	MARMOTANT, JEAN VICTOR
279	MARQUET, LÉONARD
280	MARQUOIS, CARLOS
281	MARQUOIS, CARLOS CALIXTO BENEZET
282	MARTEL, JOSE
283	MARTIN, CLARISSE
284	MARTIN, JOÃO
285	MARTIN, JULES
286	MARTIN, PEDRO

287	MARULLAZ, CLAUDE
288	MARY, ALFRED
289	MASSERAN, AUGUSTE
290	MASSIAS, JULES
291	MASSON, FRANCISCO PEDRO
292	MAURICE, LOUIS
293	MAYER, JOSÉ
294	MEERS, MARIE
295	MENU-MARQUE, JOAQUIM
296	MERCIER, CARLOS HENRIQUE
297	MERMOND, EUGENIA
298	METIVIER, MARIA
299	METRAL, PEDRO
300	MEYER, MANFREDO
301	MICHEL, HENRI
302	MICHEL, LOUISE
303	MIGNON, EMILIO ERNESTO FRANCISCO
304	MIGUEL, FRANCISCO
305	MILLIET, AFFONSO
306	MILLIET, AUGUSTO
307	MINET, ESTEVÃO
308	MINET, ETIENNE
309	MOIE, JUSTO DE (FREI)
310	MONGE, M.
311	MONI, FRANCISCO
312	MONTADON, AUGUSTO
313	MONTADON, FRANCISCO
314	MONTAGNE, AMELIA
315	MONTANI, AUGUSTO
316	MONTANI, BALBINA
317	MOREL, ALEXANDRE
318	MORIN, ALEXIS
319	MOUTHE, JOSÉ CAZEMIRO
320	MUGNANI, JOSEPHINA
321	MUGNANI, MIGUEL
322	NALQUIE, ELISA
323	NARET, AUGUSTO
324	NARET, JULIO
325	NARET, ROSALIE
326	NEATE, ALBERTO
327	NÉGRE, A.
328	NEVIER, DESIRÉ
329	NOGUEZ, MARIE SEANNE
330	NOIRAT, CECILIA
331	OLIVIER, JOÃO BAPTISTE JOSÉ
332	OPPENHEIN, ACHILES
333	ORBON, LUISA ANTONIA
334	PARIS, LUIZA

335	PASCOAU, (MME.)
336	PASCOAU, JOÃO BAPTISTA
337	PATURAN, ANDRE
338	PATURAU, FERNAND
339	PAUTARD, JULIO
340	PAUTARD, MATILDE EUGENIA
341	PAVIE, JOÃO
342	PAVIE, JOSÉ
343	PERRAUX, MARIA
344	PERROND, ANA MARIA
345	PERROND, ANTONIO
346	PERROND, CHARLES
347	PERROND, JOSÉ
348	PERROUT, CATHARINA
349	PERVIE, JOSÉ
350	PETIT, MIGUEL
351	PETIT, PAULO EDUARDO
352	PEYRE, ANNA
353	PEYRE, JOÃO
354	PEYSEFFITTE, ETIENNETTE
355	PEYTIER, MARIA ANTONIETA REINE
356	PLANBECH, G.
357	PLANDÉ, JOÃO
358	PLANET, ALEXANDRE
359	PLANET, JOSÉ
360	POLY, JOÃO
361	PONCHY, (MME.)
362	PONS, LUCIANNO FERNARD
363	PORCHAT, HENRIQUE
364	PORTA, HENRIQUE DE LA
365	PORTIER, BRUTUS
366	POSTIER, B.
367	POURALLY, JULIO
368	PRADERE, ALEXANDRE
369	PRADO, LOUIS VICTOR
370	PRAT, LUIZ VICTOR
371	PRET, AUGUSTE
372	PROVOUT, AMELIA
373	PRUDOT, ROSALIE
374	PRUVOT, JOSÉ
376	PRUVOT, MARIA
377	PRUVOT, MIGUEL AUGUSTO
378	PUCHECU, AUGUSTO
379	PUCHEN, AUGUSTO
380	PUCHEN, CYRILLO
381	PUCHET, PEDRO
382	QUERTANT, HENRIQUE
383	QUILLET, AIMEÉ

384	RALSTON, GUILHERME PUTNEY
385	RANC, MARIE PAULINE
386	RAUNIER, CHARLES
387	REINIL, MARGARIDA
388	REIVAL, JOSÉ PEDRO
389	REIVERES, JACOB
390	RENOULEAU, GEORGES
391	RENOUVIER, ERNESTO
392	REVIÈRI, A.
393	RIBOUL, PEDRO
394	RIVIÈRE, JACQUES
395	RIVIÈRE, THIAGO
396	ROBEIN, PAULO
397	ROBERT, CARLOS LUIS
398	ROBERTO, JOÃO
399	ROCHAT, (MME.)
400	ROGÉ, (VIÚVA)
401	ROGÉR, ERNESTO
402	ROGÉR, HENRIQUE
403	ROLAND, ALEXANDRE
404	ROSSAUX, AMADEU
405	ROTGER, PEDRO JOSÉ
406	ROY, GEORGES
407	RUMILLY, EUGENIO (FREI)
408	SAIGNES, EMILIO
409	SAINT-JULIEN, EDOUARD
410	SAURETENE, MARIA
411	SAVIN, V.
412	SAVOY, ANTONIO
413	SAVOY, IGNACIO
414	SAVOY, JOZE
415	SAVOY, LUIZ
416	SAVOY, PEDRO
417	SAVOYE, FREDERICO
418	SCHMIDT, JOSÉ
419	SERVEAU, JOSEPH
420	SHWOB, ACHILLES
421	SIBEL, JOÃO
422	SILVANO, JOZÉ
423	SOHN, ERNEST
424	SOLÉ, FRANCISCO
425	SONNY, H. M. MOREL
426	SOUTERÁS, ANNA
427	SPITZ, CHARLES
428	STEVAUX, ARTHUR HENRIQUE
429	STEVAUX, EUZEBIO
430	STUT, MARGARIDA

431	SUPPLICY, LUIZ

432	SUPPLICY, THEREZA
433	SYBILAT
434	TALLON
435	TARDY, MARIA
436	TELAY, JOÃO BAPTISTA
437	TERRIER, CARLOS MARIA
438	TEYSSIER, ADOLPHO
439	TEYSSIER, IGNACIO PINTO
440	TEYSSIER, PEDRO
441	THEVENET, JACQUES ANTOINE
442	THIOLLIER, ALEXANDRE
443	TOUR, JACQUES GIL LA
444	TOURASSE, EUGÉNE
445	TRULLOT, MIGUEL
446	VAGUER, HONORIO
447	VALEIN, PEDRO JACQUES
448	VALES, JACQUES
449	VAN-ESPO, DESIRÉ LEONARD
450	VASSAL, JOÃO
451	VAUTIER, EMILIO
452	VERNET, JOSEPHINA
453	VICENT, HENRIQUE ANTONIO BARNABÉ
454	VICTAL, LIVIAN
455	VIEAU, JOAQUIM JOSE
456	VIGIER, JACQUES
457	VIGNET, JOSE HENRIQUE
458	VILDIEU, REINE
459	VILLARY
460	VINCE, GUSTAVO
461	VIVES, JEAN BERTRAND
462	VOTAN, EDME
463	WEIL, RAPHAEL
464	WORMS, ALEXANDRE
465	WORMS, JOSÉ